



ROTA DO
ROMÂNICO





**ROTA DO
ROMÂNICO**



OCEANO ATLÂNTICO



Porto

Rota do Românico

PORTUGAL

Lisboa

Faro

ESPAÑA

MOROCCO

ALGERIA

FRANCE

ITALIA

MAR MEDITERRÂNEO

TUNISIA

0 150 300 Km



ÍNDICE

9 PREFÁCIOS

17 CAPÍTULO I

19 Arquitetura e artes românicas

24 Românico e território: as bacias do Douro e do Tâmega

31 Devoções

33 Nobreza senhorial do Tâmega e Douro

36 Testemunhos românicos no Tâmega e Douro

36 Cronologias

40 Arquitetura religiosa

54 Elementos funerários

56 Arquitetura civil

57 Território e paisagem no Tâmega e Douro nos séculos XIX a XXI

57 Evolução administrativa do território

61 As intervenções contemporâneas (séculos XIX-XXI)

69 CAPÍTULO II

71 Ponte de Fundo de Rua, Aboadela, Amarante

83 Memorial de Alpendorada, Alpendorada e Matos, Marco de Canaveses

- 99 Mosteiro de Santo André de Ancede, Ancede, Baião
- 135 Ponte de Esmoriz, Ancede, Baião
- 147 Castelo de Arnoia, Arnoia, Celorico de Basto
- 173 Igreja de Santa Maria de Barrô, Barrô, Resende
- 195 Mosteiro de Santa Maria de Cárquere, Cárquere, Resende
- 231 Igreja do Salvador de Fervença, Fervença, Celorico de Basto
- 243 Ponte do Arco, Folhada, Marco de Canaveses
- 257 Mosteiro do Salvador de Freixo de Baixo, Freixo de Baixo, Amarante
- 277 Igreja de São João Baptista de Gatão, Gatão, Amarante
- 299 Igreja de Santa Maria de Gondar, Gondar, Amarante
- 317 Igreja de Santa Maria de Jazente, Jazente, Amarante
- 333 Igreja do Salvador de Lufrei, Lufrei, Amarante
- 349 Mosteiro de São Martinho de Mancelos, Mancelos, Amarante
- 377 Capela da Senhora da Livração de Fandinhães, Paços de Gaiolo, Marco de Canaveses
- 395 Ponte da Panchorra, Panchorra, Resende
- 411 Igreja do Salvador de Real, Real, Amarante
- 423 Igreja do Salvador de Ribas, Ribas, Celorico de Basto
-
- 443 GLOSSÁRIO

PREFÁCIOS

A UNIÃO E A SOLIDEZ DE UM PROJETO INTERMUNICIPAL

Uma das melhores formas para caracterizar a arte românica é através das palavras união e solidez. Quando começou a ser divulgado por toda a Europa, o românico procurou unir populações em volta de Cristo, mediante a construção de igrejas ou através de pontes que possibilitassem as trocas comerciais e os contactos sociais, com a clara intenção de estreitar as relações entre povos. Todas estas infraestruturas foram executadas recorrendo ao granito, símbolo de solidez.

10

Dentro deste espírito, do qual somos herdeiros, os concelhos de Amarante, Baião, Celorico de Basto, Cinfães, Marco de Canaveses e Resende uniram, em 2010, os seus esforços aos já encetados pelos municípios de Castelo de Paiva, Felgueiras, Lousada, Paços de Ferreira, Paredes e Penafiel para levar a bom porto os objetivos comuns propostos pela Rota do Românico.

O empenhamento de todos num empreendimento desta envergadura – a dinamização turístico-cultural do território dos vales do Sousa, do Douro e do Tâmega – tem demonstrado os seus efeitos positivos. Este projeto tem-se afirmado como um vínculo de ligação intermunicipal sólido, baseado na arte românica.

De facto, este imenso território, um dos maiores em termos populacionais de Portugal, precisava de um elo comum, que conseguisse atrair recursos económicos imprescindíveis para o desenvolvimento dos 12 concelhos. Possivelmente, os concelhos isoladamente não conseguiriam criar sinergias que possibilitassem tornar a arte românica concelhia num atrativo turístico-cultural.

Os resultados estão à vista: mosteiros, igrejas, capelas, memoriais, castelos, torres e pontes, perdidos em memórias passadas, surgem agora como elementos que potenciam a criação de empreendimentos turísticos, promovem a dinamização cultural, eternizam a vertente imaterial e colaboram no ordenamento do território.

O sucesso da Rota do Românico resulta, assim, da união de forças concelhias que souberam nas mais diversas estâncias políticas, sociais, religiosas e económicas impor a arte românica como elemento capaz de fazer a diferença para tornar esta região no principal destino turístico do românico em Portugal.

11

As histórias, lendas, factos e personalidades que apresentamos nesta monografia demonstram que o românico encontra-se, deste modo, no ADN da região, simbolizando a solidez da união dos concelhos dos vales do Sousa, do Douro e do Tâmega.

A Rota do Românico apresenta-se, assim, como o grande projeto-âncora do desenvolvimento de todo o território.

MANUEL MOREIRA

Presidente da AMBT – Associação de Municípios do Baixo Tâmega

O ROMÂNICO COMO VETOR DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO REGIONAL

Muito se tem falado, escrito e mesmo passado à prática iniciativas ou projetos com o intuito de dinamizar turisticamente o Norte de Portugal que, não muito conhecido pelo seu sol e praia, procura que a região se torne numa alternativa turística baseada no património histórico e cultural. Muito se tem tentado, mas são poucas as iniciativas com real sucesso nos dias atuais. Uma das exceções é a Rota do Românico.

12 A Rota do Românico tem desenvolvido o seu projeto com base num dos produtos turísticos – o *touring* cultural e paisagístico – considerado prioritário pelo Plano Estratégico Nacional do Turismo e pela Agenda Regional de Turismo, no qual o Norte de Portugal deverá ser uma das regiões de maior crescimento turístico do país, baseado num processo de desenvolvimento sustentável, apoiado na qualificação, na excelência, na competitividade e na inovação da sua oferta turística, transformando este setor económico numa âncora de desenvolvimento regional.

Nascida da conjugação de forças entre a administração local e central, em colaboração com diversas entidades regionais, a Rota do Românico tem sido um projeto proeminente para a dinamização turística do território dos vales do Sousa, do Douro e do Tâmega, com implicações económicas, culturais e sociais à vista de todos.

O crescimento do número de visitantes e turistas ou os prémios conquistados pela Rota do Românico demonstram que o património românico e a união dos esforços de várias entidades são o exemplo real do que se pode fazer para promover um território.

É uma enorme satisfação olhar para os visitantes nacionais e internacionais e constatar que ficam deslumbrados com a nossa história, com a nossa cultura fundada em valores ancestrais ou com o nosso bem-receber. São sinais que evidenciam que estamos no bom caminho e que é possível usar as vertentes históricas e culturais para dinamizar o turismo e, logo, a economia local.

Esta monografia, em dois volumes, que agora se publica, é mais um instrumento indispensável para se conhecer e divulgar este projeto, os seus monumentos e fomentar o desenvolvimento turístico que todos desejamos. Nesta obra, elaborada com mestria pelos seus autores, em estreita colaboração com a Rota do Românico, podemos aprofundar conhecimentos históricos, culturais e artísticos de um território milenar que a todos orgulha e no qual depositamos muitas das nossas esperanças.

Ler os capítulos que compõem estes volumes é ficar a conhecer muito do património que é bastião da nossa nacionalidade: – Quem é que não fica orgulhoso de saber que grandes famílias da nossa região, como os Ribadouro, os Baiões ou os Sousões foram linhagens-chave para a criação do reino português? – Quem é que não fica apaixonado ao saber que D. Afonso Henriques, D. Sancho I ou infantas e princesas viveram na nossa região? Ninguém fica indiferente, pois é a nossa história, o nosso mundo... a nossa identidade.

Simultaneamente, estes capítulos demonstram que por detrás deste património há um sem número de iniciativas que ainda podem ser adotadas por entidades públicas e privadas com o intuito de fazer deste território um local único para o *touring* e com um elevado índice de sucesso. Por isso, todos estão convidados a participar.

A Rota do Românico está de parabéns com esta publicação. A região e todos nós também o estamos.

INÁCIO RIBEIRO

Presidente da VALSOUSA – Associação de Municípios do Vale do Sousa

ROTA DO ROMÂNICO, UMA CONSTRUÇÃO SOCIAL

Hoje é inegável que nos vales do Sousa, do Douro e do Tâmega se desenvolve um projeto reconhecido pela sua excelência na qualificação e no ordenamento do território, mediante a valorização do património, para tornar o território intervencionado no principal destino turístico do românico em Portugal.

A Rota do Românico procura, deste modo, ser a alavanca desta região, fazendo a ligação entre o poder político e os agentes culturais, económicos e sociais, sem nunca esquecer as populações locais, guardiões de histórias, lendas e de saberes intemporais.

Este projeto ambiciona, assim, colocar em prática o defendido por Llorenç Prats, quando aprecia que a defesa do património é uma construção social, isto é, um elemento aglutinador de forças e de ativos, muitas vezes desavindos.

E o sucesso da Rota do Românico é o reflexo desta agregação de vontades. De seis concelhos e de 21 monumentos iniciais, somos agora 12 concelhos e 58 elementos patrimoniais. Sim, crescemos!

A arte românica é, portanto, o nosso bem mais precioso. Todavia, contrariamente ao que se faz com um tesouro, não o desejamos esconder, mas mostrá-lo, dá-lo a conhecer, torná-lo numa experiência única. Queremos que as populações reavivem o seu passado e tomem consciência das potencialidades que esse tesouro oferece no presente e para o futuro.

A par da cooperação política e social, criada por entre rios e montanhas que moldaram uma fronteira natural para o território, surgiu uma outra, desta vez com o setor académico. E do resultado desta colaboração nasce a presente monografia, em dois volumes.

Esta publicação, à semelhança da anteriormente editada em 2008, dedicada à então Rota do Românico do Vale do Sousa, assume um papel de relevo na divulgação da história e da arte dos 34 novos monumentos românicos, mas assume também uma função complementar ao disponibilizar novos dados históricos dos concelhos que passaram a integrar o projeto: Amarante, Baião, Celorico de Basto, Cinfães, Marco de Canaveses e Resende.

Embora esta monografia coloque o seu enfoque nos monumentos que resultaram do alargamento da Rota do Românico aos concelhos do Baixo Tâmega e do Douro Sul, não poderíamos deixar de incluir aqui os três elementos patrimoniais que, embora localizados em concelhos do Vale do Sousa, pela sua importância arquitetónica e histórica, foram também integrados em 2010.

Desejamos que esta monografia chegue a todos os públicos, não deixando ninguém indiferente, como, aliás, é apanágio deste projeto.

Sejam bem-vindos à Rota do Românico, uma construção de todos.

ROSÁRIO CORREIA MACHADO
Diretora da Rota do Românico

CAPÍTULO I

ARQUITETURA E ARTES ROMÂNICAS

A arquitetura românica iniciou-se entre o final do século X e as duas primeiras décadas do século XI. Durante esta época manifesta-se um acentuado dinamismo na definição de planimetrias originais, em novas soluções construtivas e nos primeiros ensaios da escultura arquitetónica, principalmente nas regiões da Borgonha, Poitou, Auvergne (atual França) e Catalunha (atual Espanha). É, no entanto, entre 1060 e 1080 que a arquitetura românica consolida as suas principais novidades técnicas e formais. Segundo Barral i Altet, a planimetria da igreja românica, ainda que variada, apresenta-se bem definida à volta de 1100, ao mesmo tempo que a escultura invade o edifício, cobre os capitéis e ornamenta fachadas e claustros. O românico tem sido considerado como o primeiro estilo europeu. Se é certo que a arquitetura e as artes românicas constituem um fenómeno comum aos reinos europeus de então, a verdade é que uma das principais características do estilo é exatamente a sua diversidade regional. É neste sentido que deve ser entendida a arquitetura românica portuguesa, que se desenvolveu em Portugal a partir dos finais do século XI. A sé de Braga e a igreja monástica de São Pedro de Rates (Póvoa de Varzim) conservam, ainda que residualmente, parcelas construídas entre os últimos anos do século XI e o início do século XII. A expansão da arquitetura românica em Portugal coincide, no entanto, com o tempo de D. Afonso Henriques – que assume o governo do Condado Portucalense em 1128 e se intitula como rei em 1139 –, prolongando-se o seu reinado até 1185. Foi nesta época que se iniciaram as obras românicas das sés de Coimbra, de Lisboa e do Porto e do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra. A igreja deste mosteiro, fundado em 1131, apresentava uma arquitetura completamente nova no contexto do românico que então se difundia em Portugal. Embora profundamente alterado no século XVI, conhecemos alguns aspetos do templo original fornecidos pela documentação quinhentista e pela conservação de alguns – muito poucos, de facto – elementos românicos. Com uma longa capela-mor e uma nave central muito larga e algo curta, coberta por abóbada de berço, a igreja apresentava as naves laterais cobertas por abóbadas transversais que contrafortavam o peso da nave central. A esta estrutura adicionava-se uma torre-pórtico com dois pisos, composta por três naves, acusando influências da arquitetura românica da Borgonha, como Tournus, Paray-le-Monial ou Romainmôtier.

A sé de Coimbra, obra de importância maior no desenvolvimento do estilo românico em Portugal, teve início no século XII, embora a sua cronologia seja ainda controversa. Jorge de Alarcão, num estudo sobre a cidade, considera a hipótese de as obras terem sido iniciadas no tempo do bispo D. João Anaia (episc. 1148-1154) e não sob o prelado de D. Miguel de Salomão, como é habitualmente referido. A obra, sagrada em 1174 ou 1175 por este último, teve como arquitetos os mestres forâneos Roberto e Bernardo e o “português” mestre Soeiro. A origem das soluções construtivas e estilísticas patentes na sé tem dividido os investigadores que, ora consideram seguir o modelo românico de Auvergne ou de Poitou, ora encontram paralelos no norte de França, concretamente na região da Normandia. O aspeto interno das naves e o modelo de organização do trifório lembram muito a catedral de Santiago de Compostela (Espanha), enquanto as galerias de circulação se assemelham mais às igrejas do norte de França.



Igreja de São Pedro de Rates
(Póvoa de Varzim). Fachada ocidental.

Projetada nos meados do século XII pelo “estrangeiro” mestre Roberto, com o patrocínio de D. Afonso Henriques, a sé de Lisboa terá sido uma das construções mais eruditas do românico português, expressão que os terramotos e uma série de restauros quase completamente obliteraram.

Os exemplos referidos demonstram as influências de artistas provenientes de outros reinos europeus na afirmação da arquitetura românica em Portugal. Testemunham igualmente uma vitalidade e uma abertura às inovações, fenómenos a que não é alheia a presença das ordens monásticas beneditina, cisterciense, de cónegos regrantes de Santo Agostinho e das ordens militares do Hospital e do Templo no território que então se afirmava como reino.

A arquitetura românica portuguesa apresenta contudo, de uma maneira geral, programas de menor escala e riqueza artística, quando comparados com os exemplares já referidos. Entre o último quartel do século XII e ao longo do século XIII, muitas igrejas monásticas ou paroquiais vão receber novas construções que substituem as velhas igrejas de arquitetura assaz compartimentada, como era próprio dos templos dos séculos IX ou X. As influências destas preexistências nas construções românicas teve uma dimensão que, apesar de entendida e caracterizada há muito, necessita ainda de análises de maior espessura. A utilização muito sistemática de absides com cabeceira retangular e a utilização do arco-diafragma até à época gótica constituem dois exemplos da permanência de soluções há muito utilizadas na Península Ibérica, cujas origens ora remontam à Alta Idade Média ora à época da ocupação romana da Península.

O estudo da arquitetura e das artes românicas tem merecido, nos últimos anos, a consolidação de novas perspetivas que não queremos deixar de referir. A visão da arquitetura românica de função religiosa como uma arquitetura austera e despojada, sóbria, sem cor e despida de ornamentos ou mobiliário litúrgico está, ainda hoje, muito enraizada na cultura ocidental. As alterações de que os templos foram alvo, ora motivadas por mudanças litúrgicas e devocionais, ora por obras ao gosto de cada época, transformaram muito o interior das igrejas românicas. Por outro lado, a prática e os conceitos de restauro do século XIX e de uma boa parte do século XX, pretenderam devolver os templos à sua condição prístina, despojando-os dos elementos da Época Moderna e conferindo às igrejas românicas o aspeto sóbrio, uniforme e austero que atualmente muitas apresentam. Na verdade, os templos românicos eram radicalmente diferentes deste arquétipo.

Retomando questões já presentes na investigação anterior efetuada para os monumentos românicos do Vale do Sousa, a verdade é que a descoberta e reconstituição do coro pétreo da catedral de Santiago de Compostela nos anos 90 do século XX, a publicação das obras de Baral i Altet (2006), Kroesen (2009), Palazzo (2010) e Baschet (2008 e 2012), entre outras, e a realização da exposição *Les premiers retables XIIe-début du XVe siècle : une mise en scène du sacré* (Museu do Louvre, Paris, 2009) contribuíram para uma maior divulgação sobre a verdadeira natureza da arquitetura e das artes românicas.

Em graus diferentes, dependendo dos meios para a sua construção e embelezamento, as igrejas românicas eram sumptuosas. As fachadas pintadas com cores vibrantes, a escultura dos tímpanos, colunas, arquivoltas e galerias tinham uma expressão muito diversa daquela que hoje apresentam. Em Notre-Dame-la-Grande de Poitiers, cujo estudo da fachada ocidental permitiu apurar significativos vestígios de uma rica paleta cromática, é projetada a policromia românica com o recurso às novas tecnologias, o que proporciona uma experiência visual de forte impacto.



Catedral de Santiago de Compostela (Espanha). Fachada ocidental. Vista parcial.

Na sequência do restauro do Pórtico da Glória da catedral de Santiago de Compostela foram já identificados e registados os vestígios da policromia original (século XII). Em Portugal, a questão da policromia na arquitetura românica não foi ainda objeto de uma investigação acompanhada da necessária tecnologia. No nártex da sé de Braga, na igreja do antigo mosteiro cisterciense de Santa Maria de Ermelo (Arcos de Valdevez), na cabeceira da igreja de São Cristóvão de Rio Mau (Vila do Conde) e no arco cruzeiro da matriz de Sernancelhe, entre outros, conservam-se vestígios em capitéis, arcos e frisos que indiciam a prática da aplicação da cor sobre a pedra. Apesar da escassez dos exemplos e, sobretudo, da falta de estudos que provem a datação românica dos pigmentos, não há qualquer razão que permita excluir esta prática em Portugal, uma vez que ela é comum nas vizinhas regiões peninsulares.

No interior das igrejas, além da pintura mural figurativa, tapeçarias coloridas cobriam, por vezes, os muros internos. Sobre os altares pontuavam cruces, relicários, cálices, candelabros e retábulos esculpidos. Os frontais de altar eram fabricados com variadas matérias, como a madeira pintada, a prata ou o ouro, ou ainda os couros gravados e policromados a dourado, azul e vermelho, frequentes na Península Ibérica.

Os retábulos mais precoces, que a documentação testemunha de forma inequívoca, remontam à primeira metade do século XI, embora haja indícios que o seu aparecimento se tenha dado à volta do ano 1000. Se no século X apenas eram admitidos sobre a mesa do altar o cálice, a cruz e livros litúrgicos, este princípio foi sendo gradualmente alterado com a colocação de relicários e imagens esculpidas de Cristo, da Virgem e dos santos. Os séculos XI e XII representam uma época de florescimento da ourivesaria na Europa, cujo campo mais importante foi o dos objetos litúrgicos.

O altar-mor da catedral de Santiago de Compostela recebeu, em 1100, um cibório, em 1105, um frontal de prata dourada e, em 1135, um retábulo, por vontade do arcebispo Diego Gelmírez (episc. 1100-1139). Deste conjunto, que desapareceu no século XVII, conserva-se um desenho da autoria de J. Vega y Verdugo, realizado cerca de 1606, e uma descrição na *Historia compostelana*. Estes elementos permitiram a Serafín Moralejo e a Justin Kroesen proporem uma reconstituição hipotética em 1980 e em 2009, respetivamente.

Correspondendo o reinado de D. Afonso Henriques (1143-1185) à época mais erudita e monumental da arquitetura românica construída em Portugal, não faz sentido que as outras artes não tivessem acompanhado este movimento. É, no entanto, muito escasso o espólio de objetos de ourivesaria e outros metais, datados com segurança da época românica, que se conservam. A escultura de vulto, os retábulos e outros elementos do mobiliário litúrgico são residuais ou mesmo inexistentes em Portugal. Contudo, a documentação da época garante a sua prolixa existência.

Na documentação portuguesa, as referências documentais a frontais de altar, designados “frontalem”, datam do século X. É bem conhecido o testamento de Mumadona Dias que, entre os vários bens que doa ao mosteiro de Guimarães, em 959, oferece “frontales”. Neste caso, tratam-se provavelmente de frontais em tecido, uma vez que estão referidos juntamente com a paramentaria e não com os objetos de ourivesaria ou de outros metais.

No documento que diz respeito às obras e doações que o bispo de Coimbra, D. Miguel de Salomão (episc. 1162-1176), fez em favor da sua catedral, encontramos matéria que permite



Mosteiro de Ermelo (Arcos de Valdevez).
Fachadas ocidental e sul.

distinguir um frontal de altar (“tabula de ante altare”) de uma “tabula de super altare”, ou seja, um retábulo. D. Miguel pagou ainda a pavimentação das absides com boas lajes quadradas, o altar ou o conjunto que o altar integrava, e frontais de altar, um dos quais dourado e fabricado por mestre Ptolomeu. A elevada soma paga por D. Miguel parece indicar que o frontal foi fabricado em material precioso.

O bispo de Coimbra mandou ainda aumentar a “tabulum altaris” de prata e encomendou um retábulo com a representação da Anunciação. São várias as peças de ourivesaria encomendadas por D. Miguel de Salomão. Destacamos a cruz de ouro feita em honra da Santíssima Trindade e da Virgem, em cujo altar devia estar permanentemente. Na base da cruz guardava-se uma partícula do Santo Lenho ladeado pelas imagens de Nossa Senhora e de São João Evangelista, iconografia habitual na representação do Calvário. Outros exemplares demonstram a riqueza e o aparato das alfaías litúrgicas da sé de Coimbra durante o episcopado de D. Miguel. D. Afonso Henriques, além de um cálice de ouro puríssimo, também ofereceu à catedral “tábuas de altar” em prata.

O altar-mor da sé de Coimbra estava ainda realçado e coberto por baldaquino e dossel apoiado em quatro colunas, do qual pendia uma pomba de prata que servia para guardar a reserva eucarística. Com os frontais em prata dourada e o retábulo da Anunciação deveria apresentar um aspeto algo semelhante ao conjunto equivalente da catedral de Santiago de Compostela.

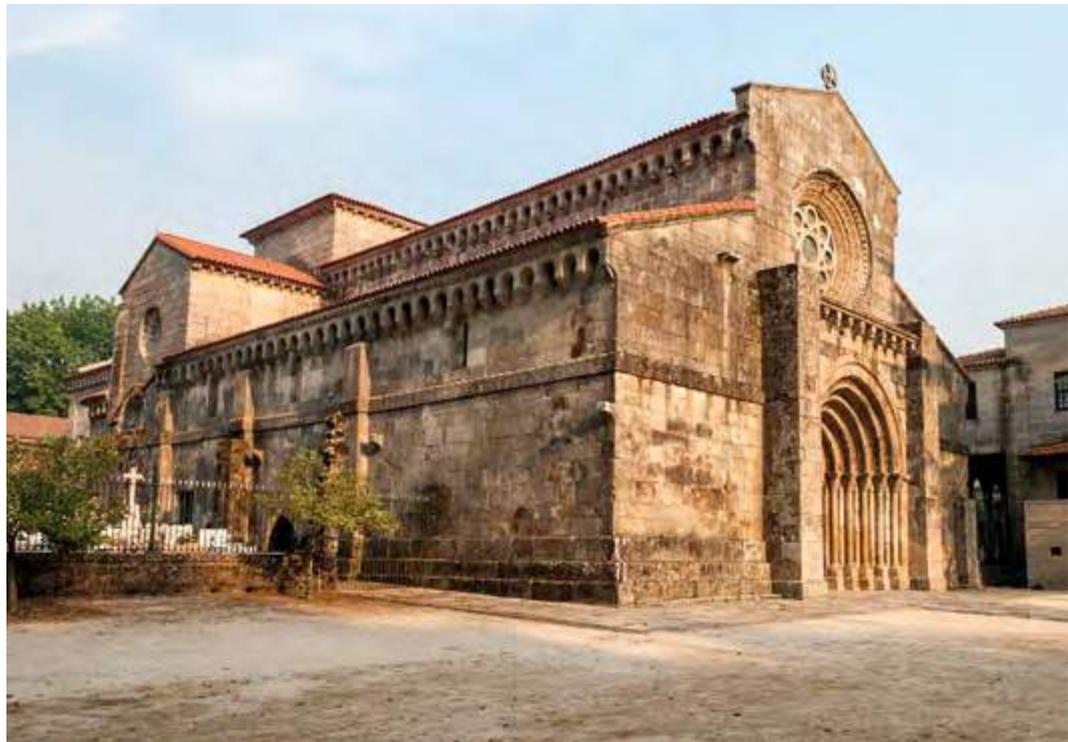
22 Considerando que as obrigações e práticas mais importantes do clero catedralício são os “serviços do altar e do coro”, faz sentido pensar que ambos fossem os lugares com maior destaque na catedral. A descoberta e a reconstituição do coro pétreo da autoria do mestre Mateus, bem conhecido e documentado principalmente pelos trabalhos de Otero Túñez e Yzquierdo Perrín, veio colocar o tema dos coros da época românica no centro da investigação. O cadeiral em pedra ocupava os três primeiros tramos da nave central (contados a partir do transepto), a que se acrescia mais um tramo com os altares, tumulações e ainda o “leedorio” onde se efetuavam as leituras litúrgicas. A escultura do coro, de grande qualidade formal e erudito programa, conserva partes da policromia original.

Depois de consultados os testamentos do clero da sé de Coimbra, lavrados entre 1104 e 1324, o *Liber Anniversariorum Ecclesiae Cathedralis Colimbriensis* (vulgarmente chamado *Livro das Kalendaras*) e parte da documentação do *Livro Preto: cartulário da sé de Coimbra*, cremos ter encontrado alguma informação, ainda que muito parcelar, que nos permite situar o coro românico da sé de Coimbra nos dois tramos, próximos do transepto, da nave central. O aparato do altar, a presença de um coro e de diversa tumulária são exemplos do rico arranjo interno da catedral coimbrã.

A construção do mosteiro de Santa Cruz (1131) e a edificação românica da sé conimbricense testemunham quanto a cidade de Coimbra desempenhou um importante papel no processo de formação e afirmação do reino, aspeto já bem desenvolvido pela historiografia medieval portuguesa. Foi igualmente em Coimbra que o românico português assumiu as suas expressões mais eruditas, sendo também um dos focos onde a arquitetura românica mais cedo se implantou. O dinamismo da cidade, capital do reinado de D. Afonso Henriques, está bem patente na arquitetura do século XII que traduz a riqueza e a estabilidade política de então.

E é, precisamente, na cidade de Coimbra que encontramos uma das fontes que alimentou o românico da bacia do Sousa, que, irradiado a partir da fábrica do Mosteiro do Salvador de

Paço de Sousa (Penafiel) criou aquilo que Manuel Monteiro classificou como “românico nacionalizado”. Esta corrente arquitetónica do românico português caracteriza-se, em linhas muito gerais, pelo seu carácter tardio (cujos edifícios datam, na sua maior parte, do século XIII, aspeto compreensível se tivermos presente que em muito derivam do foco coimbrão já plenamente constituído) e, sobretudo, pela conjugação de diversas influências (algumas das quais de origem estrangeira) que, casadas com as preexistências locais, criaram uma linguagem plástica muito peculiar e muito circunscrita a uma região precisa, aspeto que não invalidou, contudo, que a partir dela se disseminassem os seus elementos definidores para as regiões vizinhas, como as bacias do Tâmega e do Douro. A ela voltaremos mais adiante.



Mosteiro de Paço de Sousa (Penafiel). Vista geral.

ROMÂNICO E TERRITÓRIO: AS BACIAS DO DOURO E DO TÂMEGA

Para a compreensão da arquitetura que a época românica nos legou é por demais significativo o estudo da sua relação com a paisagem, entendida enquanto território. Embora durante muito tempo a historiografia sobre a matéria tendesse a afirmar a paisagem envolvente dos edifícios, caracterizando-a de uma forma geral no seu bucolismo ou num pretenso carácter rural, a verdade é que desde os trabalhos desenvolvidos por Carlos Alberto Ferreira de Almeida se tem antes tentado analisar essa mesma paisagem enquanto território. De facto, referindo-se a noção de “paisagem” a uma porção de “território” que se abrange num lance de olhos, a sua utilização no âmbito da compreensão da arquitetura da época românica torna-se bastante mais restrita que o próprio conceito de “território”, este relativo a uma grande extensão de terra.

24 Ao longo da história da arquitetura, e particularmente durante a época românica, o território tem de ser entendido enquanto agente, nas suas mais amplas vertentes: antropológica, orográfica, geográfica, hídrica, económica, demográfica, religiosa, etc. De facto, é o casamento de todas estas condicionantes que vai ditar a dimensão e a forma dos testemunhos arquitetónicos edificados durante a época românica. Devemos à sua conjugação e à sua evolução cronológica a afirmação, as transformações ou, em último caso, o abandono destas estruturas ao longo dos tempos.

Na bacia do Sousa estes aspetos tornam-se por demais evidentes. Não foi por acaso que os monges beneditinos escolheram uma terra baixa, onde era frutuosa a agricultura de regadio e a abundância de água, para a implantação do Mosteiro de Santa Maria de Pombeiro (Felgueiras). Acrescente-se o facto de que o território envolvente integrava a chamada terra de Sousa e, embora este Mosteiro estivesse mais ligado aos senhores de Barbosa e de Tougues, alguns dos bens fundiários dos Sousa foram dados a Pombeiro. Estes eram ainda bastante consideráveis apesar das partilhas hereditárias realizadas em meados do século XIII. Da prosperidade deste Mosteiro decorreu também, em grande parte, a de toda a região.



Mosteiro de Pombeiro (Felgueiras). Vista geral.

De igual modo, também a implantação do Mosteiro de São Pedro de Ferreira (Paços de Ferreira) tem vindo a ser entendida enquanto um exemplo conseguido daquilo que em tempos foi um típico estabelecimento de raiz agrária, arraigado num vale aberto, enquadrado por campos agrícolas e casais rurais dispersos. Além disso, os seus direitos patronais eram partilhados por algumas das famílias estabelecidas na região, dominada pela velha nobreza condal dos senhores de Sousa e dos de Ribadouro.



Mosteiro de Ferreira (Paços de Ferreira). Fachada sul.

Em tempos, Alexandre Herculano valorizou a importância que os mosteiros tiveram na Idade Média enquanto povoadores de lugares desabitados, sendo que na sua órbita a população e os arroteamentos rapidamente cresciam. Tal como em terras de Sousa, a fundação de alguns mosteiros nas bacias do Tâmega e do Douro tem de ser entendida com a mesma lógica. Tanto o Mosteiro de Vila Boa do Bispo como o de Vila Boa de Quires, ambos no Marco de Canaveses, integram-se no grupo de mosteiros que foram edificados ao longo do século XI, naquela que foi a *civitas* de Anegia. É difícil delimitar com precisão a extensão deste território que se estendia, a norte do Douro, por quase todo o concelho de Baião, por todo o concelho do Marco e grande parte dos concelhos de Penafiel, Paredes e Gondomar e que, a sul deste rio, ocupava a área do concelho de Castelo de Paiva e ainda uma grande parte (lado norte) dos concelhos de Arouca e Cinfães. Não podemos esquecer-nos do seu carácter estratégico enquanto lugar de passagem desta via fluvial, na sua confluência com a foz do Tâmega. Para José Mattoso, a terra de Anegia, cuja sede se situava num promontório em Entre-os-Rios (Eja, Penafiel), apresentava todavia, nos séculos imediatos, um conjunto de condições favoráveis à vida monástica: acidentada, pouco frequentada pelos viajantes, habitada por uma população bem enraizada, recentemente arroteada ou repovoada.

No concelho de Amarante, Freixo de Baixo, Mancelos e Travanca são mosteiros cuja fortuna pode ser entendida na sua íntima relação com o incremento da atividade agrícola do território envolvente. Em torno do primeiro, implantado num vale onde circulava grande parte do trânsito entre o Minho e Trás-os-Montes, ainda se vive um ambiente rural: vinhas de enforcado, retalhos de cultivo, manchas de arvoredo. Mancelos ergue-se na orla da veiga do ribeiro da Cruz e afirmou-se como testemunho do interesse dos poderes senhoriais e eclesiásticos em administrar a região. Já Travanca transpira, na sua própria fábrica arquitetónica, a sólida capacidade financeira da agricultura da região que envolveu o Mosteiro e as sucessivas pretensões dos homens a ele ligados ao longo da história. O que deste Mosteiro medieval remanesce espelha a crescente influência que a instituição monástica teve no controlo económico, político e religioso da região. A Igreja do Salvador de Lufrei (Amarante) situa-se num fértil vale junto à confluência de dois pequenos cursos de água, embora a maior parte das paroquiais surja edificada em outeiros ou cumes mais ou menos elevados.

Em Resende, edificada a meia encosta, a Igreja de São Martinho de Mouros, que em tempos medievos foi do padroado real, testemunha ainda hoje a organização da paróquia medieval: “ager” (destinado ao cultivo), “saltus” ou “souto” (carvalhos e castanheiros, ou seja, as folhosas) e “monte” (para o pastoreio). Segundo Carlos Alberto Ferreira de Almeida, tal repartição, afirmada como um “micro-agro-silvo-sistema”, satisfazia um equilíbrio entre a produção de cereais, no inverno, e, no verão, as ervas e os pastos para o gado, juntamente com as madeiras e o vergasto para a casa, as bolotas e as castanhas para a engorda dos porcos e os matos para a corte, lenha para a fogueira e para o forno. Este sistema foi atingido pelos fins do século XI e chegou ao clímax antes dos meados do século XIII.

Voltando aos mosteiros, não podemos esquecer o de Santa Maria de Cárquere (Resende), edificado na margem esquerda do rio Douro, também a meia encosta, num esporão sobre o vale do Corvo, em localização não muito exposta. Tal implantação poderá estar associada à preexistência de um antigo assentamento eremítico, sucedido por uma ermida e depois por um santuário. A narrativa assume-se como indício de sacralização. As lendas urdidas pelos cónegos regrantes de Santo Agostinho (cura de D. Afonso Henriques pela Senhora de Cárquere ou a da Senhora Branca enquanto intercessora dos recém-nascidos), que aqui governaram no espiritual e no temporal até ao século XVI, faziam parte de uma estratégia de consolidação e promoção que notabilizasse um património naturalmente apoiado por um extenso conjunto de bens fundiários e contributivos, numa vasta região a sul do Douro.

Erguida nas proximidades da estrada Porto-Penafiel, em local que em 1758 ainda se considera como “ermo”, isolado ou periférico ao burgo, a Capela da Senhora da Piedade da Quintá (Baltar, Paredes) assume-se como espaço de devoção comunitária ou patronal, enquanto elemento protetor e aglutinador do termo comunal. A sua implantação é muito expressiva: edificada segundo a orientação canónica, aproveitou parte da área agrícola para abertura dos seus alicerces. É, pois, natural que a sua origem fosse uma edícula destinada à veneração de entidade cristã propiciatória.

Valadares (Baião) é, como o topónimo recorda, vale fértil e de bons ares. A Igreja de São Tiago, além de constituir um excelente exemplo historiográfico da procura de ligação do românico à pai-



Mosteiro de Freixo de Baixo (Amarante).
Vista aérea.



Mosteiro de Cárquere (Resende). Vista geral.

sagem, ostenta em si própria aquilo que pode ser entendido como símbolo de um desejo comunal de fertilidade: o coelho relevado na fachada principal, no lado norte, no arranque da empena.

Implantada a cerca de 500 metros de altitude, afastada dos canais de circulação paralelos aos cursos de água, a Capela da Senhora da Livração de Fandinhães (Paços de Gaiolo, Marco de Canaveses) foi edificada seguindo a orientação canónica, não se abrindo, por isso, ao espaço humano e agrícola que supostamente deveria proteger. O seu percurso foi, pois, definitivamente marcado por esta distância e pelo avanço da humanização em direção ao vale e que culminou na transferência da sede paroquial para Paços de Gaiolo, extinguindo-se assim a de São Martinho de Fandinhães. A deslocação da população para locais de menor altitude poderá ter justificado a possível inconclusão da fábrica românica.

Edificada na margem esquerda do rio Tâmega, junto à ponte medieval que existiu em Canaveses, a implantação da Igreja de São Nicolau (Marco de Canaveses) não pode ser entendida sem a referência a este elemento viário e ao templo que, junto do mesmo, foi erguido na margem oposta e no cimo de um outeiro, a Igreja de Santa Maria de Sobretâmega (Marco de Canaveses). Apenas separadas pelo rio, a passagem da antiga via (hipotético percurso romano e, posteriormente, estrada medieval) explica, em parte, a localização de ambas as Igrejas, edificadas cronológica e geograficamente próximas.

A paroquial de Escamarão (Souselo, Cinfães) testemunha em si própria a importância alcançada por uma povoação situada sobre um outeiro, na confluência dos rios Paiva e Douro. Atrativa área de passagem, esta encontra-se no domínio temporal do mosteiro de Alpendorada (Marco de Canaveses), à sua vista, comunicando rapidamente, quer com o Porto, quer com o Douro interior. Parecia mais cómodo aos abades deste mosteiro beneditino atravessar o Douro



Igreja de São Nicolau (Marco de Canaveses). Fachadas ocidental e sul. Ao fundo, a Igreja de Sobretâmega (Marco de Canaveses).

para administrar, do que vencer os contrafortes montanhosos onde o próprio mosteiro se fixou.

Seria interessante confrontar a tipologia de origem da igreja (fundação eremítica, monástica, senhorial) com o lugar de implantação, nomeadamente a situação em relação a núcleos humanos, proximidade ou afastamento a linhas de água, cumes e outros elementos orográficos referenciais. Este trabalho exigiria um cruzamento de dados entre disciplinas não compatível com a presente investigação. Todavia, não podemos deixar de apresentar alguns elementos de conjunto no que respeita à posição das igrejas no território.

Desde logo, o cumprimento da orientação canónica, em que a cabeceira alinha a nascente e a porta axial a poente. Cerca de 80% das Igrejas estudadas respeitam em absoluto a orientação este-oeste, 16% distanciam-se um pouco daquela posição tendo sido edificadas no sentido sudoeste-noroeste e uma apenas (Veade, Celorico de Basto) sofreu, já no período moderno, a inversão do posicionamento da cabeceira, orientada a oeste ou, para sermos mais precisos, a sudoeste.

A implantação segundo a cota remete-nos para um tipo de fundação situado, em média, a 261 metros de altitude. A distribuição dos templos por altitude oscila entre os 540 metros (Valadares) e os 50 (Escamarão) e indica uma construção geralmente assente a meia encosta, ao longo dos vales. Uma parte considerável das Igrejas (10) foi edificada entre os 201 e os 300 metros de altitude.

Embora as Igrejas de Santa Maria de Sobretâmega e de São Nicolau de Canaveses expressem, na sua localização, uma íntima relação com o caminho para o qual abrem os seus pórticos, nem

sempre é fácil aferir de preexistências, capazes de relacionar a edificação dos templos e a presença de importantes canais de circulação. As profundas alterações do território, a demografia e as necessidades humanas que moldaram a paisagem segundo necessidades específicas, ou conjunturas económicas, impossibilitam que relacionemos os edifícios e até certos oragos (como São Tiago Maior) com estradas ou caminhos mais importantes. Todavia, não deixaremos de assinalar que subjacente à ideia de alguns dos fundadores de igrejas, primitivos eremitérios, que buscavam Deus na solidão dos vales, estava a distância à mundanidade e, portanto, aos caminhos, por onde circulavam perigos e desejos. De resto, ao contrário de uma certa ideia de mobilidade, estimulada pelo conceito atual de turismo, sobretudo na Idade Média as viagens eram realizadas pelos grandes: reis, bispos e senhores. No mundo rural viajava-se a medo e quase sempre dentro do espaço protetor dos termos comunais das aldeias e paróquias.

Nesse sentido, as pontes constituíam estruturas ao mesmo tempo grandiosas e ameaçadoras, sendo talvez por isso um dos edifícios mais cumulados com narrativas legendárias. Relacionando a sua construção com o diabo, com santos, reis e rainhas, o camponês, tantas vezes forçado a contribuir com fintas para a construção das pontes, construía a sua imagem das travessias pétreas, destinadas a transpor as fronteiras seguras da sua comunidade: locais perigosos. As pontes aproximavam margens desavindas, possibilitavam que agentes do rei efetuassem de forma célere e segura a coleta fiscal, abriam caminho para as tropas em marcha para a guerra e permitiam a chegada da fome e da peste.

No caso das cinco Pontes incluídas nesta fase e no novo território afeto à Rota do Românico, ou seja, o das bacias do Douro e do Tâmega, o seu estudo revelou infraestruturas de carácter local e regional, de construção moderna, sendo porém admissível que algumas substituam construções anteriores, de fábrica medieval. Excetuando a Ponte de Fundo de Rua (Aboardela, Amarante), que pode ser enquadrada no conjunto de travessias de importância suprarregional (assegurando a passagem entre o litoral e o interior transmontano através do Marão), as travessias da Veiga (Torno, Lousada), Arco (Folhada, Marco de Canaveses), Esmoriz (Ancede, Baião) e Panchorra (Resende) constituem exemplares de pontes pétreas, de um ou dois arcos, unindo as margens de cursos de água onde o caudal é ainda pouco expressivo. Serviriam, assim, interesses comunais, paroquiais ou municipais, devendo imputar-se às instituições e comunidades locais a sua edificação.

Os seus obreiros, procurando reproduzir os modelos antigos, criaram estruturas pouco complexas, com tabuleiro em cavalete (Arco e Esmoriz) ou horizontal (Panchorra), que possibilitassem o escoamento de pessoas e permitisse o trânsito de bestas e carros. Nesse sentido, expressiva na sua linguagem vernacular, a Ponte da Panchorra traduz uma necessidade de assegurar a passagem de veículos e gado ao termo comunal, numa área especialmente propícia ao pastoreio.

Caminhos, barcas ou pontes significam, pois, o resultado da ação régia na organização territorial, à medida que a sua máquina burocrática vai crescendo. Os legados para pontes, comuns na Idade Média, transformam-se, no período moderno, em obras institucionais ou particulares. Devemos assinalar, aliás, embora sem elementos documentais de monta, a relação entre certos mosteiros e as pontes edificadas nos seus territórios. De resto, não deixa de ser notável que D. Afonso Henriques tenha deixado nas mãos dos cistercienses de Tarouca um legado monetário



Ponte da Veiga (Lousada).
Vista de montante.

para prossecução da obra na ponte do Douro (entre Barrô, em Resende, e Barqueiros, em Mesão Frio), ou que as travessias de Fundo de Rua, Veiga e Cavez (Cabeceiras de Basto) se encontrem no percurso dos bens fundiários do Mosteiro de Pombeiro.

Santos ou veneráveis construtores, ligados a ordens religiosas, como Gonçalo de Amarante ou Lourenço Mendes, sugerem a mão dos monges na disseminação de passagens, com interesses económicos e espirituais. Procissões e peregrinações marcaram a Idade Média, embora devamos contrariar o axioma antigo de que todos os caminhos vão dar a Roma (Itália). Ou a Compostela (Espanha). Os santuários locais regionais foram, com certeza, os catalisadores de grande parte do trânsito medieval e moderno. À Igreja do Mosteiro de Ancede (Baião) buscavam os pegureiros a cura para a raiva que o toque na “caveira santa” de um pretense monge operava; também em Ribas (Celorico de Basto) os vestígios orgânicos de um obscuro frei ou eremita operavam semelhante prodígio, e em São Cristóvão de Nogueira (Cinfães) o patrono providenciava contra o fastio. Embora as ermidas, pela sua localização por vezes isolada e propiciatória a epifanias (ou excessos), constituíssem santuários mais procurados, também algumas igrejas constituíam término de percursos de peregrinação. Mas se os caminhos eram espaço para buscar a salvação da vida, o sagrado, também eram locais de exclusão e morte.

Datáveis da primeira metade e dos meados do século XIII, os memoriais foram erguidos, em terrenos aparentemente isolados, embora com frequência junto a caminhos importantes, contrariando a tendência da época de localizar as necrópoles em espaço sagrado, na área de igrejas e ermidas. Além disso, correspondem geralmente ao enterramento dos “féis de Deus” que, de certa forma, tiveram morte acidental ou em duelo, estando assim eclesiasticamente proibidos de se sepultarem em locais sacralizados. Disso é seguramente testemunho o Memorial de Alpendorada (Marco de Canaveses).

O domínio senhorial de uma propriedade agrícola sente-se em Lordelo (Paredes), não só pela verticalidade evidente da Torre dos Alcoforados (edificada sobre um afloramento granítico), como também pelo controlo e vigilância proporcionado pelo balcão rasgado a nordeste. Na época românica era comum o aproveitamento de afloramentos graníticos enquanto fundamentos para edificação. Além deste exemplo, atente-se ao caso de São Martinho de Mouros e, mais flagrante ainda, ao do Castelo de Arnoia (Celorico de Basto). Edificado no cimo de um cabeço, para melhor exercer o controlo territorial daquela que em tempos se designou por terra de Basto, este Castelo românico aproveitou para os seus fundamentos batólitos e afloramentos rochosos, aspeto que também testemunha a sua origem roqueira.

Como demonstram os exemplos aqui referidos, a escolha do lugar para a edificação de uma igreja (ou mesmo de uma estrutura funerária, habitacional ou militar) respondeu na época românica às possibilidades e às potencialidades que o território imediato oferecia. Estas refletem-se de forma evidente na própria estrutura, na dimensão, na ornamentação, enfim, no carácter dos testemunhos remanescentes e que os exemplares que integram a Rota do Românico bem ilustram.

Devoções

Quando atrás nos referimos à qualidade de santuário de algumas igrejas, fizemo-lo assinalando alguns casos de relíquias, nomeadamente a caveira santa de Ancede ou o corpo de um obscuro monge ou eremita venerado em Ribas. Também em Vila Boa do Bispo tentou-se a elevação do antístite D. Sisnando aos altares. A semelhança com outro venerável homónimo, ibérico, do século X, parece ter influído nesta santificação local. Porém, à semelhança dos exemplos anteriores, não passava de uma frustrada e tardia estratégia de atração de fiéis peregrinos. As relíquias, que tamanha importância tiveram na Idade Média, incluso ao nível da planimetria eclesial, eram, nesta região, inexpressivas do ponto de vista cultural. Mas assumiram, como é evidente, o seu papel na dedicação dos templos, ainda que os oragos das igrejas manifestem uma preferência pelas figuras de Cristo e de Sua Mãe.



Mosteiro de Ancede (Baião). Igreja. Sacristia. Relicário. Cabeça Santa.

Efetivamente, sete Igrejas foram consagradas ao Salvador e 10 à Virgem, todas representativas da tradição dedicatória alti-mediéfica. No caso do Salvador, ainda que não possamos aferir da identidade da personagem venerada, que Pierre David chegou a considerar em alguns casos um obscuro mártir e não a personificação de Cristo, a própria igreja-instituição e o vulgo aceitaram a subversão e o culto prestado, que o transformou em apenas mais uma venerável entidade, juntamente com os restantes santos e santas, não obstante a divindade do Nazareno. Assim, surgiu a designação São Salvador, que passou pelas transformações de Santíssimo Salvador, Divino Salvador e hoje apenas o Salvador, de forma a acentuar a especificidade da substância divina de Cristo.

No caso das Igrejas analisadas, apenas a de Tarouquela (Cinfães) aparece titulada com o orago Santa Maria Maior, que salienta a primazia da Mãe de Cristo. O marianismo desempenhou um papel fulcral como expressão de várias necessidades, individuais e coletivas, a que se acorria segundo o seu papel maternal e protetor e as funções que lhe eram endossadas pelos fiéis – da Saúde, dos Remédios, etc.



Igreja de Tarouquela (Cinfães). Capela-mor. Retábulo-mor do lado do Evangelho. Escultura. Virgem do Leite.



Igreja paroquial de Gondar (Amarante). Capela-mor. Retábulo do lado do Evangelho. Escultura. Santa Maria.

Na hierarquia das escolhas, encimada pelas invocações cristológica e mariana, seguiam-se os apóstolos. Um deles, Santo André, foi escolhido para o orago de três Igrejas (Ancede, Telões (Amarante) e Vila Boa de Quires), seguindo-se São Tiago (Valadares). É, contudo, São Martinho que rege o maior número de Igrejas na região (Fandinhães, Mancelos, São Martinho de Mouros e Soalhães (Marco de Canaveses)). Quer se trate do bispo de Tours (316-397) ou do seu homónimo, prelado de Dume (século VI), a presença de ambos, como titulares de igrejas, deixa entrever o avanço da cristianização da ruralidade e a consolidação do movimento da Reconquista.

Excêntricos no contexto deste território são, de certa forma, os oragos de São Nicolau (de Canaveses), Santo Isidoro (de Canaveses), São Cristóvão (de Nogueira) e São João Baptista (de Gátão (Amarante)). Cada um deles pode corresponder a necessidades específicas, ditadas pelas comunidades que os tomaram por patronos. De facto, quer no caso de São Cristóvão (que sucede a “São” Salvador), quer no de São Nicolau, remetem-nos para dedicações tardias, sendo as suas Igrejas incluídas na categoria de “românico de resistência” ou “gótico rural”, expressões materiais desta temporalidade que anuncia a fixação dos limites paroquiais num reino em consolidação.

Foi, contudo, a devoção mariana que parece ter sobressaído, ainda durante a Idade Média, entre as demais. Expressão desta homenagem filial que lhe foi rendida pelos devotos paroquianos e, em alguns casos, peregrinos mais afastados, são as esculturas, na sua maioria góticas, que sinalizam um período particularmente fecundo na realização de imaginária devocional pública. Estando a Virgem do Leite, sentada, de Gondar (Amarante), no topo desta expressão do marianismo, misto de formalismo rígido da majestade românica e da compassividade gótica, destacamos ainda as Virgens goticizantes de Sobretâmega e de Jazente (Amarante), a Virgem Branca de Cárquere e a própria invocação patronal deste primitivo convento de cónegos regrantes que ao longo da sua história atraiu inúmeros peregrinos. Cada uma destas imagens constituiu, de certa forma, uma alternativa à escassez de relíquias, sendo frequentemente procuradas para que, através do toque, contacto ou da extração de elementos materiais, pudessem assegurar maior eficácia na intervenção divina.

Nobreza senhorial do Tâmega e Douro

O *Livro velho de linhagens* adverte, no prólogo, sobre a necessidade de se conhecer a ascendência dos homens fidalgos, de forma a evitar maus casamentos e desvios ao estatuto, mas também a assegurar o conhecimento e, de certa forma, o respeito sobre os vínculos da nobreza a “coutos, honras, mosteiros e igrejas”.

Não podemos esquecer a atração que, na Idade Média, se fazia sentir, por parte da nobreza senhorial, relativamente à fundação e dotação de mosteiros, tornando-os igrejas próprias e panteões linhagísticos. É, aliás, bem conhecida a relação entre as famílias nobres e as ordens religiosas. Para José Mattoso, uma qualquer ordem era tanto mais bem sucedida quanto os seus interesses coincidissem com os da classe dominante ou, mesmo, do clero. Além disso, a ligação de uma família a uma comunidade religiosa constituía um importante sustentáculo do seu prestígio, sobretudo aos olhos da população local de condição inferior.

Embora, como temos vindo a frisar, a heterogeneidade geográfica e paisagística do território em abordagem nos não permita uma leitura histórica de conjunto, é, contudo, possível fazer uma breve caracterização dos movimentos linhagísticos neste espaço particularmente apetecível para um conjunto restrito das elites “terra-tenentes” do Portugal em construção. De facto, um conjunto notável destas movimentava-se ao longo dos vales do Tâmega e do Douro.

Se, por um lado, o Douro foi sempre uma notável linha divisória, que separava realidades sociais e demográficas em alguns troços e margens particularmente distintos, por outro, neste território, delimitado *grosso modo* pelos contrafortes do Marão e do Montemuro e ao longo do vale do Tâmega, confrontaram-se e uniram-se famílias em busca de controlo administrativo, tributário e fundiário. Instrumentos desta estratégia foram os mosteiros, fundados e dotados por certos indivíduos pertencentes a clãs da pequena, média ou alta nobreza local ou regional.

O mesmo *Livro velho de linhagens* encontra-se repleto de alusões a cavaleiros e outros leigos que fizeram mosteiros ou neles se mandaram enterrar ou neles fizeram ingressar os seus filhos e filhas: os Gascos e os senhores de Ribadouro em Vila Boa do Bispo, Tuíás (Marco de Canaveses), Alpendorada e Cárquere; os Portocarreiros e FONSECAS em Mancelos e Ermida do Douro (Cinfães). E, mais a norte, os Guedões, e a partir deles Aguiares e Alcoforados, ou Moreiras ligavam-se a igrejas e ao próprio Castelo de Arnoia. Linhagens menores ou menos expressivas no contexto regional não deixaram de participar na fundação de igrejas próprias ou familiares e mosteiros, como nos casos paradigmáticos de Tarouquela e Fandinhães. Mas dentro deste complexo sistema de famílias, que nos séculos XII a XIV concorriam entre si para obter o prestígio regional e junto da corte de um país em construção, é por vezes difícil compreender o avanço ou recuo das estratégias linhagísticas.

De uma forma esquemática e segundo o traço de A. Almeida Fernandes e José Augusto Sottomayor-Pizarro, este território congregava, desde o século X, os interesses de três estirpes fundamentais: os Sousões juntamente com Guedões, entre o Ave e o Tua, controlando o curso do Tâmega a norte; os Gascos no curso terminal do Sousa, ao longo do Douro sul até ao Távora, e os Baiões, num pequeno enclave apertado entre o Tâmega e o Douro. Destas áreas de influência



Mosteiro de Mancelos (Amarante).
Cruzeiro e fachada ocidental.

fracionaram-se as famílias que, nos séculos XII a XIV, deterão ainda vários direitos nas igrejas e mosteiros da região, alguns da sua fundação ou dentro da sua esfera de domínio e dotação.

Arrogando-se a direitos de pousada ou comedoria, recolhendo os tributos e colocando à frente dos cenóbios elementos do seu clã ou indivíduos da sua confiança, a Igreja foi confrontada com casos de abusos por parte da nobreza – abusos que se multiplicavam pelo número de descendentes do casal fundador ou do instituidor, como nos exemplos já citados de Mancelos ou no caso de Tarouquela, cujas abadessas lutaram para terminar certos excessos de pretensos familiares ou defender uma das partes, mormente os direitos da sua linhagem. Efetivamente, os mosteiros eram amiúde o reflexo da luta pelo poder que se fazia no território, entre casamentos e extinções de linhas sucessórias que podiam reforçar estatutos ou levá-los à ruína. Os exemplos para um e outro caso são inúmeros, mas a situação dos Resendes, cujo panteão se situava em Cárquere, parece paradigmático. A sua ascensão e queda reproduz o percurso de muitas famílias da Idade Média, enredadas em contendas, integrando por vezes o partido errado nas lutas de corte, ou a par com uma extinção das suas linhas agnáticas que arredava o apelido e a representação masculina – tão importantes símbolos na sociedade de então. Esta nobreza, belicosa, fazia das casas-torre, como a dos Alcoforados, o seu bastião, arremedando entre si e mesmo afrontando o poder régio, então em ascensão e consolidação.

A caminho da Época Moderna, as três principais estirpes fracionaram-se em linhagens e a multiplicidade de apelidos, grande parte deles gizado a partir da toponímia, revelam os lugares e os solares de onde as “novas” famílias dominarão o seu património: os já referidos Resendes, os Baiões, os de Ribadouro, etc. E embora os direitos nas igrejas e mosteiros venham a ser coarçados pela igreja-instituição, o direito de padroado e outras regalias continuaram a opor a Igreja

34



Igreja de Tarouquela (Cinfães). Fachadas sul e oriental.

à nobreza. Por exemplo, contra o Mosteiro de Ancede foram várias vezes os senhores de Baião, requerendo padroados e direitos, como o de portagem na feira de Ermelo (Baião).

Francisco Craesbeeck, memorialista do século XVIII, lançando mão da epigrafia tumular, vai encontrar muitos descendentes das velhas linhagens medievais sepultando-se nas igrejas, manifestando nelas o seu estatuto e a sua posição através de capelas, pedras de armas e do já referido direito de padroado. Embora o padroado laico fosse, em setecentos, inexpressivo, verificava-se em Valadares, onde entravam os senhores de Baião, e em Tabuado (Marco de Canaveses), os Barros. No século XVI, a Igreja de São Martinho de Mouros permanecia sob o domínio dos condes de Marialva, sendo mais tarde integrada no património da Universidade de Coimbra. Mais comum era o padroado institucional, como o das comendas, onde a nobreza não deixava de intervir. Assim, os poderosos Pintos da Fonseca superentendiam em Veade (aqui através da ordem de Malta) e a ordem de Cristo em Gondar, Ribas, Vila Boa de Quires e Lufrei.

Embora o direito de padroado exigisse a contribuição para a fábrica e objetos litúrgicos afeitos à capela maior, algo que a nobreza nem sempre cumpria, como na queixa que faz o abade de São Cristóvão de Nogueira na sua memória de 1758, poder indicar o pároco, comer alguns dos seus réditos e, através de campanhas artísticas, deixar a sua marca, conferia prestígio e poderes ao senhor de tal benefício. Daí que as grandes reformas modernas das velhas igrejas medievais tenham, por vezes, o cunho dos seus padroeiros, que dirigiam ao espaço eclesial artistas e artífices da sua confiança e dos principais centros culturais que, pelo seu estatuto, conheciam e admiravam. Particularmente expressivo deste movimento é a campanha de frescos nas igrejas da região do Marão, associadas a figuras da família dos senhores de Baião, como no caso de Valadares, onde um abade quatrocentista, João Camelo de Sousa, mandou revestir a sua capela-mor com uma extraordinária profusão de temas hagiográficos.

35



Mosteiro de Ancede (Baião). Vista aérea.

TESTEMUNHOS ROMÂNICOS NO TÂMEGA E DOURO

Cronologias

Muito embora o estudo da arquitetura da época românica esteja condicionado pelo facto de praticamente não existirem fontes documentais que atestem a fundação ou a edificação de mosteiros, igrejas ou edifícios civis (de que o já referido documento do *Livro Preto: cartulário da sé de Coimbra* é uma notável exceção), a verdade é que existem outras fontes que, de forma indireta, nos permitem balizar os testemunhos em estudo num possível intervalo cronológico.

Em primeiro lugar, refiram-se as Inquirições, inquéritos de grande escala ao estado dos direitos reais, ordenados pelo poder central e efetuados nos séculos XIII e XIV, cadastro, embora muito imperfeito, da propriedade, da distribuição demográfica e dos rendimentos gerais do Reino. Se as *Inquirições de 1220*, ordenadas por D. Afonso II (r. 1211-1223), incidiram sobre a diocese de Braga, já as ordenadas por D. Afonso III (r. 1248-1279), em 1253, abarcaram um território mais amplo (Entre-Douro-e-Minho, Trás-os-Montes e Beira Alta), além de terem sido seguidas, durante todo o reinado, por inquirições particulares a vários reguengos, termos, concelhos e julgados. Tendo em conta a escassez de documentação que temos para a Idade Média portuguesa e, mais especificamente, no que toca à história dos edifícios que ela nos legou, as Inquirições são, pois, uma das fontes mais significativas para o seu estudo.



Igreja de Ribas (Celorico de Basto). Fachada ocidental.

Apesar de a tradição atribuir uma origem monástica à Igreja do Salvador de Ribas (Celorico de Basto), a verdade é que em nenhuma destas Inquirições se refere o carácter cenobítico do espaço, nem se alude a quaisquer interferências dos cónegos regrantes de Santo Agostinho. Para a próxima Igreja de Santa Maria de Veade (Celorico de Basto), nas *Inquirições de 1258* é referido o nome de D. Dórdia Peres de Aguiar, mais conhecida por ser mãe do mestre de Santiago, D. Peres Paio Correia, o que nos indicia, desde logo, a ligação da linhagem dos Guedões a esta Igreja. São também estas últimas Inquirições que nos informam que o monarca era então o patrono e o apresentador da Igreja de São Martinho de Mouros (Resende).

A listagem de 1320-1321 sobre o pagamento das décimas eclesiásticas a favor das Cruzadas, pedidas por D. Dinis (r. 1279-1325) ao papa João XXII (p. 1316-1334), é um bom indicador da importância económica das Igrejas em estudo. Embora não nos permita aferir da dimensão física das Igrejas e complexos monásticos, a percentagem paga sobre os bens eclesiásticos permite avaliar do seu estatuto financeiro e, portanto, a capacidade para levar a cabo um maior ou menor investimento artístico e arquitetónico. Embora não existam estudos que confrontem as quantias tributárias pagas com o seu estatuto (abadia, capelania, etc.) e a sua distribuição no território nacional, parece confirmar-se que uma percentagem menor de imposto tributado equivale a uma pequena igreja, em alguns casos curato, capelania ou filial, e que as grandes quantias são pagas pelos mosteiros e abadias mais proeminentes de que a robusta estrutura românica é prova.

Existe, no entanto, outro elemento que, tendo subsistido, surge como uma importante fonte para a datação dos testemunhos remanescentes. Falamos das epígrafes. Umhas apenas contendo a data inscrita, outras fornecendo mais dados, a verdade é que estas são um dos mais preciosos elementos de datação da arquitetura românica portuguesa. Além disso, embora por vezes ostentem apenas a data, a sua localização pode ser um bom indicador da conclusão de um edifício ou de uma das suas fases construtivas. A alusão ao ano de 1385 (Era de 1423) numa inscrição, já com caracteres góticos, colocada ao lado do portal principal da Igreja de Nossa Senhora da Natividade de Escamarão (Cinfães) é um fiável indicador da cronologia tardia da sua edificação, que, ao que pensamos, poderá ter sido concluída já no terceiro quartel do século XIV. A existência de datações mais precisas permite ainda, por comparação, datar edifícios que, nas proximidades, apresentem características idênticas. Mais precisa é a inscrição que em Ribas, usando a expressão “iste fecit”, nos indica o ano de 1269. No entanto, por estar hoje descontextualizada, não podemos precisar se alude à conclusão de uma parte da Igreja ou da sua totalidade, embora sejamos da opinião de que esta última hipótese é a mais provável, tendo em conta toda uma série de argumentos estilísticos e estruturais. De facto, no conjunto dos edifícios estudados, esta Igreja de Celorico de Basto destaca-se pela homogeneidade que a sua fábrica arquitetónica denuncia, particularmente visível ao nível do exterior (já que o interior se encontra mascarado por elementos de outras épocas). Todavia, neste caso, homogeneidade não significa atavismo. Muito pelo contrário. A Igreja de Ribas, edificada à roda de meados do século XIII, é um excelente exemplo de que, resistindo as formas românicas, há, no entanto, uma evidente recetividade às novas formas góticas, como testemunha a grafia desta inscrição.

Em Tarouquela (Cinfães) há vestígios de uma inscrição na cabeceira, que se truncoou e que em parte foi reaproveitada no cunhal sudeste da torre sineira. Indica-nos o ano de 1214 (Era

de 1252). A sua colocação original pode querer memorar a sagração da Igreja (pois estando já edificada a cabeceira podia-se nela praticar os mais variados atos litúrgicos) ou a conclusão de alguma das suas fases construtivas e, nesse caso, precisamente a da cabeceira. Em São Martinho de Mouros encontramos uma situação idêntica: na parede exterior da capela-mor, do lado norte, vê-se ainda gravado o ano de 1217 (Era de 1255).

Além de nos fornecerem datações precisas, estes exemplos epigráficos confirmam o caráter tardio dos testemunhos românicos remanescentes nas bacias do Tâmega e do Douro, aspeto aliás comum ao românico do Vale do Sousa. A sua cronologia centra-se particularmente no século XIII, embora tenhamos identificado testemunhos que chegam mesmo ao século seguinte. É, pois, neste contexto que devemos compreender o reaproveitamento de uma inscrição (inédita) no interior da capela-mor de São Tiago de Valadares (Baião), no lado do Evangelho. Lendo-se nela o ano de 1188 (Era 1126), apesar da sua posição invertida, confirmamos que esta arquitetura românica tardia que agora estudamos veio em parte substituir edifícios preexistentes.

A inscrição que, em Veade, alude à morte de D. Dórdia Gomes, em 1159, não se encontra seguramente no seu local primitivo. A sua permanência numa fábrica construtiva muito transformada durante o século XVIII, mas que reaproveitou parte dos paramentos laterais românicos, pode ser entendida enquanto vontade de afirmar um determinado valor histórico da edificação (ou até da pessoa a quem tem vindo a ser atribuída a fundação da primitiva instituição monástica que esteve na origem desta paroquial).

Embora hoje não se conheça o seu paradeiro (o que não nos permite aferir da sua veracidade histórica), a verdade é que, em finais do século XIX, se fez referência à existência de uma inscrição com a data de 1180, em Vila Boa de Quires (Marco de Canaveses). Conquanto a fábrica atual desta Igreja nos remeta para o segundo quartel do século XIII, em 1118 já há referências documentais ao “monasterium que dicent Villa Bona de Queiriz”.

Em Mancelos (Amarante), num silhar avulso colocado num espaço anexo à Igreja, lê-se o ano de 1166 (Era de 1204). Apesar desta inscrição nada nos indicar sobre a natureza do evento comemorado, além de que se encontra descontextualizada, a verdade é que a sua qualidade epigráfica leva a crer que reporte a um qualquer momento importante da história do Mosteiro, talvez a sagração ou a dedicação da fábrica românica da Igreja. Todavia, os vestígios românicos remanescentes levam-nos para uma cronologia posterior, datável já do século seguinte.

Devemos destacar um outro aspeto que corrobora esta cronologia tardia do românico das bacias do Tâmega e do Douro. Em muitos dos edifícios em estudo encontramos pedras sigladas que, por si só, constituem um elemento temporal mais próximo da arquitetura classificada como de gótica por adotarem formas alfabéticas. Além disso, são estas marcas de pedreiro que nos informam dos reaproveitamentos de silhares românicos em algumas transformações de épocas posteriores. Disso é exemplo a parede fundeira da abside de Tarouquela. No interior da sua capela-mor e na abóbada de Barrô (Resende), as siglas são facilmente identificáveis, tal como acontece nas aduelas das arquivoltas do portal sul de Vila Boa de Quires.

Por fim, não podemos deixar de fazer uma breve referência ao Mosteiro de Vila Boa do Bispo (Marco de Canaveses), edifício rico em inscrições de cariz funerário. Embora realizado *a posteriori*, o letreiro que coloca o passamento do bispo D. Monio Viegas, o Gasco, em 1022, procura

memorar o nome daquele a quem tem vindo a ser imputada a fundação deste Mosteiro, assim como a sua antiguidade. Só em meados do século XII se documenta a presença dos cónegos agostinhos no Mosteiro de Vila Boa, a quem se deverá a edificação (ou reformulação) da Igreja, cujos testemunhos românicos ainda visíveis nos falam da transição para o século seguinte.



Mosteiro de Vila Boa do Bispo (Marco de Canaveses), Fachada ocidental.

Como se tem vindo a ver, o estudo dos dados documentais, associado aos dados que a epigrafia nos fornece, permite atribuir uma datação mais precisa aos edifícios que estudámos, podendo, a partir daí, tentar construir a sua história. Tal facto não invalida que a muitos deles se associem lendas e tradições que ainda hoje constituem elementos dinamizadores e atrativos sobre os mesmos. Como indica o próprio topónimo, a história de Vila Boa do Bispo não pode ser apartada da tradição que afirma o martírio do bispo D. Sisnando, cuja tumulação estará na origem do Mosteiro. A Vila Boa juntou-se, mais tarde, o epíteto de “do Bispo”. Devemos aos cónegos crúzios a divulgação desta lenda durante a Época Moderna, assim como a de Cárquere (Resende) alusiva à cura de D. Afonso Henriques. Também em Ribas, e possivelmente pelas mãos de cónegos da mesma ordem, a tradição e certas crónicas associaram à fundação desta Igreja certa narrativa com tópicos comuns a outras fundações: o bispo que busca o local miraculoso, o eremita escolhido para mostrar os sinais, etc.

Por mais incrível que pareça, conta-se que a Igreja de São Martinho foi construída numa só noite pelos “Mouros”. Também estes últimos se ligam à história de São Cristóvão de Nogueira (Cinfães) por terem mudado de lugar a primitiva igreja, também numa só noite.

Mas não se pense que tal se passa só com a arquitetura religiosa. Tal como acontece com uma série de outros castelos, a lenda da tomada do Castelo de Arnoia (Celorico de Basto) ainda hoje apresenta vigor entre as gentes do local, assim como o feito lendário de Martim Vasques da Cunha, cujas consequências durante muito tempo explicaram o estado de abandono a que foi votado esta estrutura militar.

Este *corpus* de narrativas, ainda que exageradamente utilizado pelos monógrafos locais, ajuda, por vezes, a justificar a escolha da implantação do edifício, a sua importância em contextos local e regional e a explicar ligações com determinadas linhagens ou famílias.

Arquitetura religiosa

A par destes dados, uns mais verosímeis, outros mais fantasistas, devemos realçar o mais importante documento: o edifício em si próprio. Claro que poucas foram as igrejas românicas que chegaram aos nossos dias tal como foram concebidas. Quer porque demonstrassem um certo estado de degradação, quer por simples vontade/necessidade de atualização de gosto ou da liturgia, a verdade é que a maioria sofreu profundas alterações, ao longo dos séculos, na sua estrutura e na sua ornamentação. A transformação da arquitetura é uma realidade que tem de ser entendida de forma contextualizada.

Em Cárquere identificamos dois momentos significativos de transformação da fábrica arquitetónica: durante a época gótica substituiu-se a cabeceira primitiva (conforme atesta a composição da sua abóbada e a janela mainelada) e, pouco mais tarde, já sob o gosto que se disseminou durante o reinado de D. Manuel I (r. 1495-1521), foi realizada uma profunda intervenção no corpo da Igreja que, estilisticamente identificada pelos portais norte e principal, mascarou a fábrica românica, reaproveitando-a.

Assim, no estudo da arquitetura da época românica há que ter constantemente presente este aspeto. Ao longo dos séculos reconheceu-se o valor, a robustez e o carácter/qualidade dos seus paramentos, o que permitiu a sua perduração. Na área geográfica das bacias do Tâmega e do Douro encontramos vários exemplos em que se sente, digamos assim, um respeito pela estrutura preexistente o que não invalidou que fosse aquela mascarada das mais diversas formas. Além de Cárquere, devemos referir a possibilidade de, em Fervença (Celorico de Basto), o mesmo ter ocorrido, em parte, já na década de 1970. As proporções da nave relativamente à cabeceira o poderão indiciar. Mas, se tal não ocorreu, pelo menos houve um evidente reaproveitamento de materiais prévios conforme atesta a natureza dos paramentos exteriores. Vila Boa do Bispo, confirma-se, é um caso flagrante do aproveitamento que a Época Moderna fez das fábricas medievais. É mais fácil e económico adaptar do que demolir e construir de novo. Nesta Igreja de origem monástica, os testemunhos românicos que hoje apreciamos veem-se através de janelas que as mais recentes intervenções de restauro rasgaram, contrastando assim com o reboco que intervenções já deste milénio acrescentaram a esta Igreja. Estes destacam-se quer na fachada principal, quer na fachada sul da capela-mor ou mesmo ao nível do interior.

Também a nave de Gatão (Amarante) denuncia a estrutura medieval, com as frestas que a iluminam. No alçado sul, o portal, o lacrimal e os modilhões assim o atestam. Em Telões (Amarante) também os vãos, de claro sabor românico, confirmam o mesmo reaproveitamento/adaptação da fábrica medieval. Caso curioso, porém, é o da Igreja de Veade. A transformação da época barroca conservou grandes parcelas de paramentos românicos nos alçados laterais da nave, quer porque assim se poderia memorar a antiguidade do edifício a cuidado da comenda de Malta (aspeto corroborado pela inscrição atrás referida), quer porque a sua manutenção minimizava o investimento financeiro a realizar durante a intervenção de 1732.

Mas este respeito que a Época Moderna, e particularmente o período barroco, teve em parte pela fábrica das igrejas românicas ocorre doutra forma: manutenção do corpo da igreja, mas a



Igreja de Veade (Celorico de Basto).
Fachada norte.



Capela de Fandinhães (Marco de Canaveses).
Fachada sul.

partir de agora dotado com nova cabeceira. Na Igreja do Salvador de Real (Amarante) a grande transformação de 1750-1760 apenas manteve parte da fachada principal e no Mosteiro de Freixo de Baixo (Amarante), numa cronologia próxima, a modificação da nave românica foi acompanhada pela edificação de uma nova cabeceira.

Como se sabe, a Época Moderna foi fecunda na substituição ou ampliação das primitivas cabeceiras românicas por outras de grandes dimensões, para poderem, dando resposta a uma nova encenação da liturgia, vir a albergar os retábulos-mores de grande aparato que o barroco tão carinhosamente concebeu. Como também acontecera em São Vicente de Sousa (Felgueiras), no Vale do Sousa, as primitivas cabeceiras de Tarouquela ou de Barrô foram então ampliadas para poderem acolher um novo e aparatoso retábulo-mor. Em ambas foi mantido o abobadamento original, a que se procurou dar uma continuidade formal, até porque na maior parte dos casos se vê que houve um claro reaproveitamento dos silhares que a época românica talhou, conforme também ocorreu em São Cristóvão de Nogueira. O mesmo não aconteceu em Travanca (Amarante) onde, a partir do exterior, se vê claramente que a construção da profunda cabeceira românica não só substituiu a primitiva (ornada internamente com dois níveis de colunas, possivelmente mostrando um esquema idêntico ao da abside de São Pedro de Ferreira (Paços de Ferreira)), como também truncou em parte o absidiolo sul.

Em terras de Basto, a profunda transformação na década de trinta de setecentos procurou dotar a Igreja românica de Veade com um aparatoso e cenográfico retábulo barroco. Todavia, por razões várias, tal opção obrigou a uma reorientação da Igreja: a fachada passou a estar voltada a oriente, confrontando-se assim num espaço público com as casas da Comenda. A cabeceira foi edificada a ocidente, pois se o fosse no local primitivo teria de ter seguramente dimensões menores. Nos antípodas destes exemplos encontra-se a Igreja do Salvador de Fervença que, tal como na de Abragão (Penafiel), apenas se conservou a capela-mor primitiva, o “sacro sanctum”.

Não podemos deixar de mencionar aqui o caso particularizado de Fandinhães (Marco de Canaveses) de que apenas hoje resta a capela-mor e o arranque dos muros laterais da nave. Aquilo que foi concebido como arco triunfal foi convertido em portal principal. As fontes documentais são omissas. Só a arqueologia nos poderá esclarecer se a nave jamais foi construída ou se, como se tem vindo a defender de uma forma mais generalizada, foi esta demolida para que os seus silhares fossem reaproveitados na edificação da nova paroquial, hoje em Paços de Gaiolo.

Freixo de Baixo destaca-se por conservar significativos vestígios do conjunto monástico que em tempos o envolveu. Tal como em São Pedro de Ferreira, conservam-se junto a esta igreja amarantina os alicerces da primitiva galilé (que hoje correspondem ao adro que antecede a Igreja). Além disso, a sul da Igreja, vemos ainda vestígios do primitivo claustro que, ao que sabemos, ainda se conservava no século XVIII.

Embora muito transformado ao longo dos séculos, o “conventinho” do Mosteiro de Cárquere poderá ser encarado enquanto uma das poucas estruturas monásticas de sabor medieval (ou de caráter vernacular) que ainda persiste associada a uma fábrica religiosa românica.

Até agora, apenas referimos exemplos estruturais. Contudo, no conjunto dos edifícios em estudo, fica bem patente como a arquitetura da época românica, pela aparente simplicidade da sua fâcies, se mostrou um espaço facilmente adequável às novas devoções, recorrendo-se para o efeito às mais variadas técnicas.

No conjunto em estudo conhecem-se testemunhos de pintura mural em 15 Igrejas. Em tempos ocultas por retábulos que o século XX removeu nas suas intervenções, para assim revelar estas pinturas aos fiéis e ao público (Gatão, Telões, São Nicolau, Tabuado e Santo Isidoro (estas três no Marco de Canaveses)), ou então ainda por eles escondidas (Valadares, Ribas, Telões e Lufrei (Amarante)), estamos diante de um significativo conjunto de pinturas murais cuja cronologia geral se situa entre os finais do século XV e a vigência do século XVI. De algumas apenas temos notícias historiográficas ou débeis testemunhos iconográficos: Real, Travanca, Gondar (Amarante), Jazente (Amarante) e Escamarão. Embora apenas restem painéis *in loco* ou até destacados (como a *Epifania* de Freixo de Baixo), a verdade é que a historiografia tem considerado que, pelo menos algumas destas Igrejas, foram em parte ou quase totalmente revestidas com pintura mural. É o que parece indiciar a descoberta realizada na Igreja amarantina de Lufrei. A capela-mor de Vila Boa de Quires permite-nos ter uma noção de como esta festa da cor, acima referida, revestia o espaço sagrado românico, salvaguardando-se o caráter *naïf* e recente da policromia da abóbada e do arco triunfal.

De um modo geral, identificamos ainda exemplos de representações do orago, muitas das vezes ladeado por outras figuras hagiográficas. Em Valadares, por detrás do retábulo-mor, *São Tiago Maior* surge acompanhado por *Santa Catarina de Alexandria*, pela cena da *lamentação sobre o Corpo de Cristo* ou *Piedade*, por *Santa Bárbara* e por *São Paulo*. Em Santo Isidoro de Canaveses, o bispo de Sevilha era assistido pela *Virgem com o Menino*, por *Santa Catarina de Alexandria*, mas também por *São Miguel pesando as almas e derrotando o dragão* e ainda por *São Tiago Maior*, representado como peregrino. Atente-se à linguagem classicista e à qualidade fora do comum, face ao restante panorama pictórico da época, deste conjunto que um pintor, Moraes, assinou e datou de 1536. Seguramente uma encomenda de um grande mecenas conhecedor das mais recentes linguagens artísticas, introduzidas entre nós pelas mãos mecénáticas do “renascentista” D. Miguel da Silva (1480-1556). O *Cristo* entronizado de Tabuado faz-se rodear por *São João Baptista* e por *São Tiago Maior*. A par destas representações colocadas no lugar mais nobre da Igreja, na parede fundeira da abside e na parte das laterais que imediatamente a antecedem, há ainda testemunhos de figurações no corpo da Igreja: de um modo geral trata-se de cenas alusivas à vida de Cristo e de Sua Mãe enquadradas por elementos decorativos e que, por analogia, têm permitido aos investigadores da especialidade identificar a área geográfica de ação alcançada por determinadas oficinas, de que destacamos a atribuída ao “Mestre de Valadares”, cujo período de atividade se situa entre os anos de 1480 e 1500. Dela encontramos testemunhos em Valadares, evidentemente, em Gatão ou em São Nicolau de Canaveses, para só referir alguns exemplos.

De facto, não podemos esquecer que os inícios do século XVI, num contexto comum a várias áreas do País, marcam a existência de uma série de encomendas de retábulos em escultura ou conjugando pintura e escultura. Daí que a pintura mural deva ser entendida como uma forma menos onerosa de atender à mesma motivação litúrgica, devocional e iconográfica. Como veremos mais adiante, outras técnicas e suportes cumprem um objetivo semelhante num contexto já contrarreformista: a pintura sobre silhares de azulejo, tábua ou tela e a escultura sob a forma de talha ou de imaginária. Soalhães (Marco de Canaveses) e São Cristóvão de Nogueira

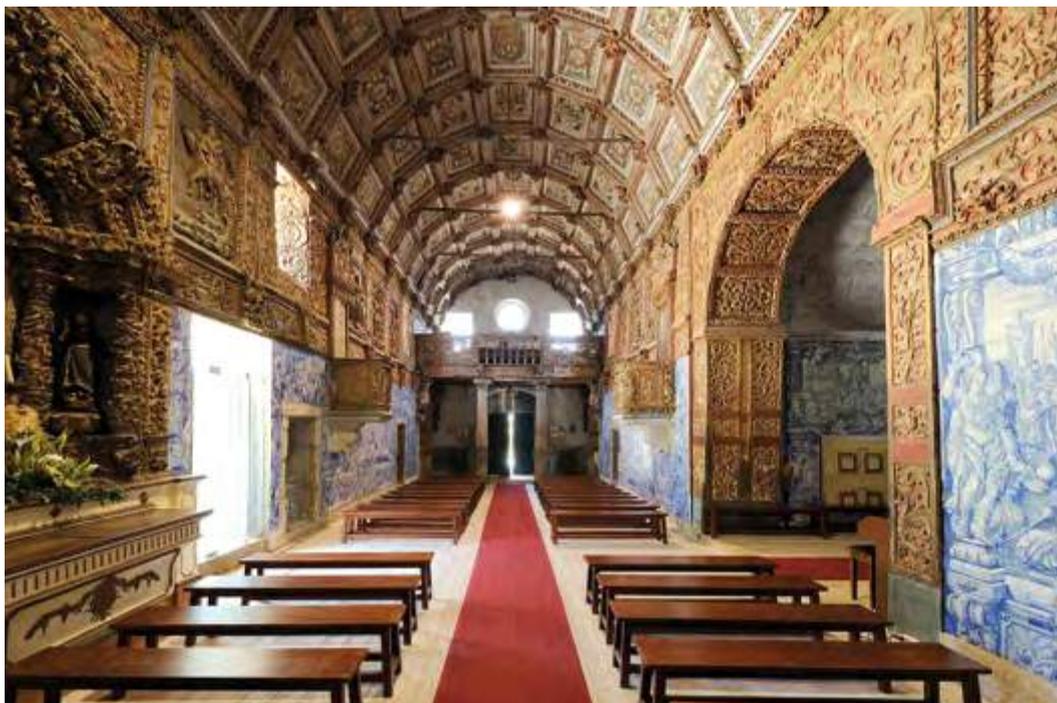


Igreja de Valadares (Baião). Capela-mor. Parede fundeira (atrás do retábulo-mor). Anjo.

são excelentes testemunhos de como a fábrica românica tão bem se adequa ao acolhimento destas artes que a passam a ocultar e lhe conferem, naturalmente, uma outra legibilidade.

O período moderno conheceu pelo menos duas fases de transformação do espaço eclesial, que passamos a resumir: às campanhas de pintura a fresco sucederam-se os retábulos chãos com pintura que abriram caminho às grandes e complexas intervenções barrocas. E se dos revestimentos fresquistas sobram poucos exemplos, são também escassos os exemplares dos programas maneiristas, substituídos pela volumetria da talha e da escultura barroca. Um dos exemplos mais expressivos daquela retablística, que convive ainda com o revestimento a frescos, é o caso da Igreja de Lufrei que preserva o retábulo maior, já referido por Francisco Craesbeeck no primeiro quartel do século XVIII.

Mas é, efetivamente, a expressão barroca, na sua vertente nacional, a principal responsável pela modificação dos espaços da capela-mor e da nave, a primeira a cargo do padroeiro e a segunda entregue à administração dos fregueses, representados por um juiz. Sem querermos simplificar uma questão que merece abordagens individuais, é possível admitir-se que o padroeiro, instituição, leigo ou eclesiástico, porque dotado de capacidade financeira e do acesso a círculos de produção artística, pudesse significar um maior investimento artístico no espaço que lhe competia fabricar. Porém, nem sempre tal constituiu axioma, sendo o caso da Igreja de São Martinho de Soalhães particularmente expressivo: o investimento na nave é manifestamente superior ao da capela-mor, numa extravagante aliança entre técnicas e materiais que dão materialidade à expressão “horror ao vazio”. Outrossim, na Igreja de São Cristóvão de Nogueira foi à custa dos fregueses e do próprio abade que se produziu uma obra de arte total, em que talha, escultura e o trabalho de artesão do teto criaram a cenografia que mascarou o velho espaço medieval.



A arquitetura românica não chegou, pois, no seu estado original aos nossos dias. Além dos aspetos acima referidos, não poderemos deixar de alertar aqui para a fundura de algumas intervenções de restauro realizadas durante o século XIX e XX e que, procurando afirmar aquilo que consideravam ser o seu carácter prístino, em muito contribuíram para a imagem que hoje temos destes mesmos edifícios. A este assunto voltaremos mais adiante. De qualquer das formas, independentemente das transformações sofridas, no âmbito do conjunto de edifícios religiosos em estudo é-nos possível identificar quer aspetos diferenciadores, quer aspetos comuns entre eles, além, claro está, do carácter tardio da sua edificação, conforme pudemos já verificar em parte.

De um modo geral, estamos diante de um conjunto de Igrejas edificadas apenas com uma nave, de maior ou menores dimensões, embora o caso particular de Fandinhães não nos permita ainda afirmar se esta chegou a existir ou não. Apenas em Travanca encontramos uma outra espacialidade, esta criada por três naves.

Como vimos já, só uma Igreja com a dimensão da que foi edificada em Travanca poderia projetar a importância económica, política e social que o Mosteiro beneditino alcançou na região. Considerada por Manuel Real como um dos melhores testemunhos do “plano beneditino de igrejas de três naves” é, ainda, um dos mais ritmados espaços do românico português, não obstante as irregularidades que apresenta. A par do espaço sacro, uma pujante torre sineira isenta lembra que o abade de um mosteiro é um homem nobre. Muito embora tenha desempenhado as funções de sineira, esta torre apresenta-se hoje imbuída de um espírito militar (criado pelo coroamento ameado), que sempre foi mais retórico do que propriamente real, aspeto aqui acentuado durante as intervenções de restauro dos anos de 1930. É dentro desta linha de ideias que devemos entender outras torres que se juntam a Igrejas como Cárquere, Freixo de Baixo ou

Mancelos (Amarante). Em São Martinho de Mouros (Resende), o arranjo do primeiro terço da Igreja, criando um maciço turriforme, tem levado a historiografia a enquadrá-la no conceito de “igreja-fortaleza”, acentuando um pretense carácter militarizado que os restauros do século XX também aqui glosaram.

Na época românica, as torres sineiras podiam surgir à maneira de campanário autónomo, lateral ou fronteiro à igreja, a ladear uma ou ambas as fachadas ou, ainda, sobre a fachada principal. No conjunto em estudo, de um modo geral, as sineiras surgem sobre a fachada principal (Valadares, Lufrei ou São Nicolau de Canaveses), sobre a nave (Gondar) ou alçadas sobre maciços pétreos que se colocam de forma perpendicular à fachada (Tabuado) ou, mais recuadas, à capela-mor (Real) ou, então, erguem-se isentas (Jazente e Sobretâmega (Marco de Canaveses)).

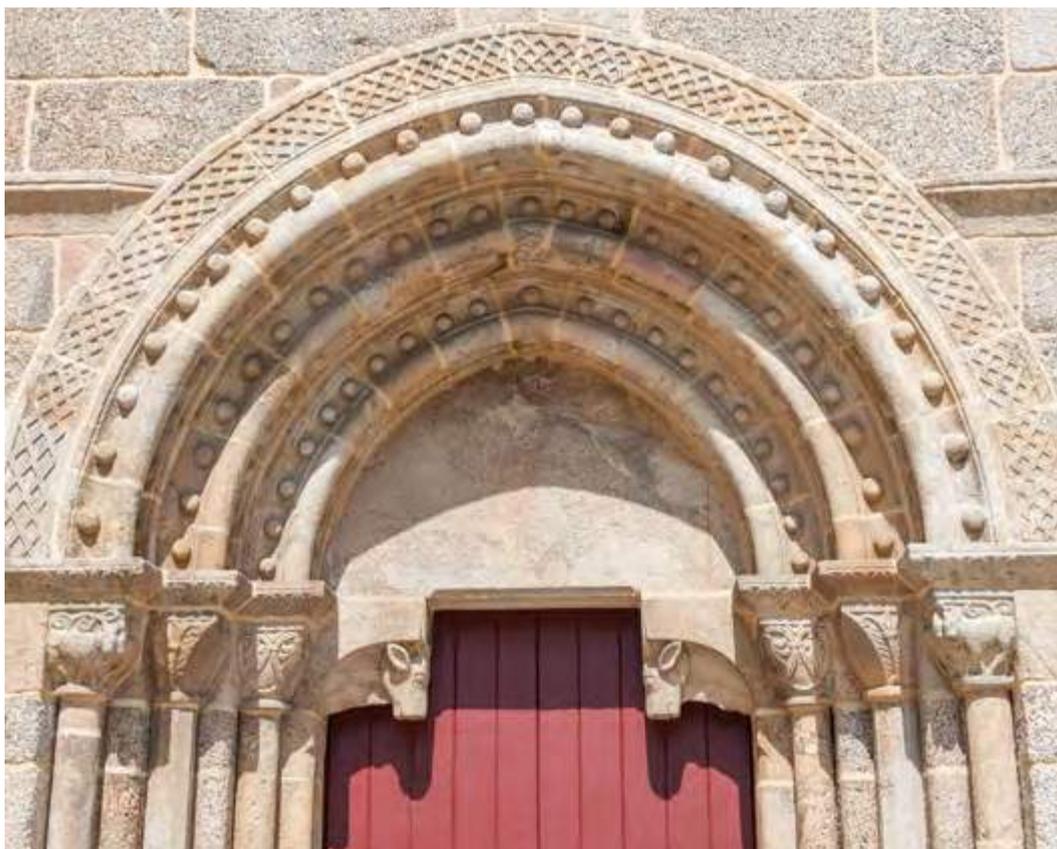
A torre sineira de Vila Boa de Quires foi edificada em 1881, aquando da ampliação da Igreja para ocidente. Nesta ocasião prevaleceu o valor de antiguidade ante a necessidade de reforma, pelo que houve o cuidado em respeitar a traça da primitiva fachada, apesar das “pequenas diferenças” introduzidas. A organização desta fachada e a de Barrô mostram algumas semelhanças pela sobreposição de um janelão mainelado, na primeira, e de uma rosácea enquadrada por janelão, na segunda, sobre o portal. Em última análise, este esquema encontra a sua origem na sé de Coimbra, repetido posteriormente na fachada principal da catedral portuense, geograficamente mais próxima do núcleo regional em estudo.

E no que a fachadas se refere, não podemos deixar de assinalar o óculo protogótico de Tabuado que, assim o cremos, poderá ter servido de modelo àquele que a Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais concebeu em Paço de Sousa (Penafiel) durante os restauros que se seguiram ao incêndio do Mosteiro na madrugada de 9 de março de 1927. Em várias intervenções levadas a cabo por esta instituição foi alegado que os elementos reintegrados tiveram como fonte vestígios encontrados *in loco* ou, então, outros conservados em edifícios congêneres, geográfica e cronologicamente próximos. São evidentes os paralelismos entre a composição da fachada deste Mosteiro penafidense e a do Mosteiro amarantino de Travanca. A par da diferenciação de volumes, que em ambas as igrejas monásticas denuncia as três naves que corporizam o interior, em Travanca podemos ver uma apropriação do chamado “românico nacionalizado” e que se irradiou a partir do Mosteiro onde jaz sepultado Egas Moniz, dito “o Aio”.

Um dos aspetos mais caracterizadores deste românico, que se desenvolveu em torno da bacia do Sousa e que se estendeu à bacia do Tâmega, prende-se precisamente com o arranjo peculiar que se dá aos portais principais. Enquadrados por corpo saliente, o que permite criar uma maior profundidade ao conjunto das arquivoltas, o tímpano é sustentado por mísulas com forma de cabeça de bovídeo. Estas também surgem em Tabuado. Um outro aspeto que caracteriza muitos dos portais da região é, partindo do modelo do portal sul da igreja de São Tiago de Coimbra, a alternância de fustes cilíndricos e prismáticos nas colunas que sustentam as arquivoltas. Na bacia do Tâmega esta fórmula surge em dois portais principais, no de Santo Isidoro de Canaveses e no de Tabuado, repetindo o esquema que foi já identificado em Paço de Sousa, São Pedro de Ferreira, São Vicente de Sousa ou Santa Maria de Airães (Felgueiras).

Mas há outros elementos que, caracterizadores do “românico nacionalizado”, são identificáveis em terras do Tâmega e Douro. A forma de esculpir a temática tendencialmente vegetalista,

recorrendo à técnica a bisel, própria do trabalho decorativo da madeira, denuncia o recurso a técnicas tradicionais de esculpir e revela a força das preexistências autóctones. Em Coimbra, este tipo de relevo, denunciando uma influência moçárabe, chegou a conceber formas estilizadas, apesar da simetria e do entrecruzamento dos temas. Identificamos esta plasticidade, mais gravada que modelada, em capitéis de Barrô (nos capitéis do arco toral da cabeceira), de Vila Boa de Quires e de Tabuado (nos portais principal e sul) e em Travanca (no portal principal).



Igreja de Tabuado (Marco de Canaveses). Fachada ocidental. Portal.

Este modo de relevar está precisamente nos antípodas do tratamento plástico da escultura dos capitéis do arco triunfal de Fervença que, mais frondosos e túrgidos, denunciam a influência do românico erguido ao longo da margem esquerda do rio Minho, cuja fonte primeira se encontra na catedral galega de Tui (Espanha). Compostos por motivos vegetalistas e fitomórficos, o caráter túrgido da sua escultura volumosa assim o indica. Os motivos escultóricos de Tarouquela denunciam uma interpretação dos temas de origem beneditina disseminados a partir do eixo Braga-Rates feita pelos artistas autóctones, assumindo assim a sua escultura um evidente sabor regional. A sua cabeceira, profusamente decorada, mostra como também na época românica se fazia sentir um certo “horror ao vazio”, refletindo ainda o poder económico e político de quem detinha o seu padroado. E em Freixo de Baixo, num capitel do portal principal, vemos repetida a temática do encanastrado que se encontrara já em São Pedro de Ferreira, no portal principal, apesar da evidente diferença ao nível da qualidade/conservação do talhe.

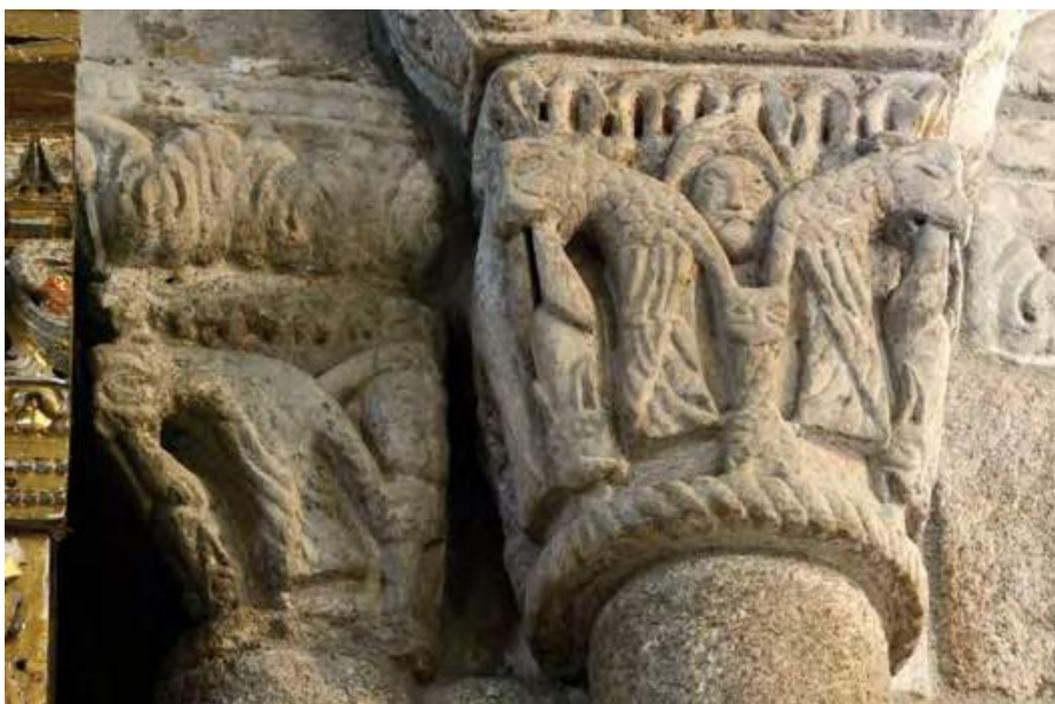
Por fim, nesta tentativa de ligação dos monumentos românicos das bacias do Tâmega e do Douro à do Sousa, cabe aqui referir a identificação da cornija sobre arquinhos em duas Igrejas e uma Capela: Gatão (alçados laterais da capela-mor), São Martinho de Mouros (alçados principal e laterais) e Capela da Senhora da Livração de Fandinhães (peças avulsas no adro). Elemento familiarizado na bacia do Sousa (Paço de Sousa, Ferreira, Sousa e Airães), foi a partir da sé de Coimbra que a cornija sobre arquinhos, modelo importado, se disseminou por amplas manchas do românico português.

Como se vê, é possível integrar cronológica e estilisticamente alguns elementos das Igrejas em estudo no chamado “românico nacionalizado”. Os casos mais flagrantes são o de Travanca, à cabeça, e em parte Vila Boa de Quires e Tabuado. Não se pense, contudo, que as influências sentidas na região em estudo se ficam por aqui. Em alguns edifícios, a influência do românico português é por demais evidente pelo emprego de toros diédricos como elemento ornamental das arquivoltas. Através de Travanca, este elemento de origem limosina (França) terá chegado a Salvador de Real, cuja Igreja era do seu padroado. Além destas Igrejas, adotaram os toros diédricos, os templos de Vila Boa do Bispo (no interior das frestas da nave), Fandinhães (nas frestas), Freixo de Baixo e Mancelos (nos respetivos portais principais). Caracteriza-se, pois, a arquitetura românica das bacias do Tâmega e do Douro pela falta de homogeneidade estética que, em parte, deriva das várias influências que aí se fazem sentir, como teremos oportunidade de ver.

A fachada românica de Vila Boa do Bispo seria um *unicum* na arquitetura portuguesa da época, cujo modo de ornar com arcaturas cegas apenas encontra paralelos fora das nossas fronteiras, os mais próximos dos quais na Galiza (Espanha). Se, em Freixo de Baixo, a fachada principal é um dos poucos elementos românicos que ainda hoje persiste, a de Fandinhães seguramente nunca foi pensada como tal, resultando esta da adequação do arco triunfal às novas funções pela colocação de uma porta.

Os chamados “cães de Tarouquela” são um motivo controverso, tendo em conta a sua originalidade na região. Colocados sobre as impostas, de cada lado do portal, podem ser descritos como dois quadrúpedes de cujas mandíbulas pendem corpos humanos nus, presos pelas pernas. De evidente caráter apotropaico, testemunham uma vontade de afastar as forças malignas. Formalmente, encontramos neles um paralelismo com as figuras guardiãs dos portais da igreja de São Pedro de Rates (Póvoa de Varzim), colocadas ao nível das bases do portal sul. Mas, ao nível compositivo (e até iconográfico), podemos encontrar neles uma ligação com um tema, de origem bracarense, que conheceu um grande acolhimento nas igrejas que a época românica ergueu no território em torno das bacias do Tâmega e do Douro. Trata-se da composição onde aparecem monstros em ato de tragar figuras nuas penduradas pelas pernas que lhes pendem das bocas. Encontramos este motivo em São Martinho de Mouros (portal principal e capitel do arco formeiro do primeiro tramo da Igreja), em Veade (em capitéis avulsos conservados nas dependências da Igreja), em Travanca (portal principal, capiteis exteriores do absidiolo norte, capitel junto à abside no arco formeiro do último tramo do lado da Epístola) e Tarouquela (fresta da capela-mor abrigada pela Capela de São João Baptista). Para o estudioso António Coelho de Sousa Oliveira estamos diante de uma variante do tema de *Daniel na cova dos leões*, cuja fonte primeira se encontra na Mesopotâmia (atualmente integrada no Iraque), tendo depois sofrido

uma evolução formal até chegar ao Ocidente. A sua análise culmina na identificação da inversão do tema no pórtico do Mosteiro de Santa Maria de Pombeiro (Felgueiras), assumindo aqui um significado oposto: se na sua forma tradicional representa o combate da alma virtuosa contra a tentação demoníaca, simbolicamente figurada pelas feras, já no seu oposto procura lembrar ao cristão, à sua entrada no templo, a necessidade de praticar a virtude, de combater o pecado, de não se deixar prender pelas tentações.



Igreja de São Martinho de Mouros (Resende). Arco triunfal. Capitéis. À direita, *Daniel na cova dos leões*.

É bem conhecido o facto de que a escultura românica tem uma mensagem intencional, particularmente naquela que se faz representar no exterior dos templos. A interpretação do simbolismo de temas historiados é bastante recente entre nós. Mas, de um modo geral, não nos podemos esquecer que na época românica era inevitável a conotação da igreja com a Casa de Deus. Daí o cuidado posto na sua ornamentação que, de um modo geral, surge ao nível dos vãos de acesso, nobilitando-os.

No românico do Vale do Sousa destaca-se o capitel do arco toral da capela-mor de Santa Maria de Airães, do lado do Evangelho, e que constitui um dos raros exemplares figurados da região. Nele vemos representados dois anjos ajoelhados e que seguram na mão um candelabro, apesar da cronologia avançada do tema. Em Santa Maria de Barrô, no arco triunfal do lado do Epístola, uma cena de caça cuja figura central é um homem que além de tocar um corno de caça, segura com a mão direita uma lança. Do seu lado direito, um quadrúpede (talvez um bovídeo) e, do outro lado, uma personagem que parece munida de uma espécie de escudo na mão direita e com uma moca na outra. O tema da “caçada”, enquanto alegoria de luta contra o mal, está também representado no capitel confrontante, onde um javali é agarrado por uma pata e por uma orelha por



Igreja de Tarouquela (Cinfães).
Capela de São João Baptista. Cachorro.
Exibicionista.

dois quadrúpedes, talvez dois cães. Em Travanca destaca-se, no arco formeiro do lado da Epístola junto da capela-mor, um capitel onde se esculpíram três figuras humanas, a do centro feminina e a da direita segurando o que pode ser uma espada na mão. Digno de nota é o capitel do arco triunfal do lado do Evangelho de Tabuado onde se releve um homem preso ao cesto do capitel por uma corda, conotado pela historiografia como se de uma representação da detenção ou da fortuna de um malfeitor se tratasse, intimando assim o pecador. Acontece, porém, descobriu-se agora, que este capitel foi concebido em inícios do século XX, dentro daquilo que poderia ser classificado de “neorromânico” não fosse o suporte ser em cimento.

Apesar de não proliferarem no românico português, os capitéis figurativos têm alguma relevância nesta região. Além dos temas iconográficos já referidos, cabe aqui mencionar figuras hercúleas que, ao modo de atlantes, surgem com o rosto na esquina dos capitéis como que sustentando a imposta sobre as suas costas. Vemo-las nos portais principais de Travanca e de Fandinhães, repetindo um modelo que se estudou já em Abragão, na bacia do Sousa. No portal de Mancelos, as mísulas têm relevadas duas figuras humanas, uma feminina e outra masculina. Em Tarouquela e Fandinhães, dois cachorros onde se mostra uma temática de foro sexual, o *exibicionista*. Trata-se de uma representação de um homem que coloca uma das mãos sobre os órgãos genitais. Ainda dentro desta temática, refira-se a mísula de Santo Isidoro de Canaveses, no lado sul da Igreja, onde se pensa estar representado um motivo fálico.

A par destas figurações antropomórficas, devemos ainda aludir às representações de seres híbridos nos capitéis, como as sereias, também presentes no arco triunfal de Vila Boa de Quires. De entre as entidades místicas, a sereia-peixe foi uma das mais representadas no nosso românico. Segundo Carlos Alberto Ferreira de Almeida, o tema da luxuriosa sereia, rosto feminino, de cabelos compridos e cauda de peixe, é um dos mais populares. Esta iconografia da sereia, que terá tido uma origem pós-carolíngia e que se terá difundido pelo Centro da Europa, como que fez esquecer entre nós a forma clássica da sereia, a que se representa com cabeça de mulher e corpo de ave, também dita harpia. Em Vila Boa do Bispo vemos um dos exemplares mais bem conservados que, num modelo idêntico ao que surge no portal norte de Travanca, representa a sereia de dupla cauda. O seu bom estado de conservação deixa antever as escamas, finamente relevadas. Este capitel encontra-se elevado, no alçado sul da cabeceira. Também em Tarouquela, no portal principal, dois capitéis mostram esta representação da sereia de dupla cauda. Em Veade, este tema assume uma forma muito peculiar naquele que é hoje o portal sul: as sereias de dupla cauda que ornaram as primeiras aduelas de cada uma das duas arquivoltas que lhe dão corpo.

Aludindo ao “pecado original”, a serpente surge também em vários exemplares da arquitetura românica das bacias do Tâmega e Douro. Tanto no portal sul de Tarouquela como nos portais principal e norte de Travanca vemos uma representação de duas serpentes enlaçadas. Já em Fandinhães, num dos capitéis do portal principal, duas serpentes tornam-se uma só, na esquina do capitel. Além destas figurações animalistas refiram-se novamente as mísulas em forma de cabeça de bovídeo dos portais de Vila Boa de Quires, Travanca e Tabuado. Em alguns cachorros retratam-se cabeças de bovinos, embora haja nestas regiões uma clara tendência para o uso de cachorros lisos e de perfil quadrangular (por si só denunciadores de uma cronologia tardia) ou para uma preferência pela decoração geométrica.



Igreja de Vila Boa de Quires (Marco
de Canaveses). Arco triunfal. Capitel.

A forma como as representações animalistas se adequam ao quadro do capitel românico obriga a que estas assumam formas muito peculiares. E esta adequação torna-se tanto mais peculiar quando se estende às próprias aduelas. O controverso portal da torre de Travanca testemunha dois modos diferentes de adequação dos motivos animalistas às aduelas das arquivoltas, ambos comprovando a força da influência que exerceu o românico que se desenvolveu em torno do eixo Braga-Rates.

Tanto na catedral bracarense como naquela que foi uma das mais precoces casas monásticas beneditinas em Portugal, desenvolveu-se uma linguagem plástica e compositiva muito característica, e mesmo definidora, deste foco regional do românico português que se irradiou para toda uma periferia. Um dos seus aspetos peculiares encontra-se precisamente na forma como se compõem as figurações animalistas, esculpindo aves e quadrúpedes no perímetro das aduelas, cuja superfície foi cavada para relevar a figuração dos seus corpos, ficando um bordo contínuo sobre a esquina. Assim, nas duas faces das aduelas vemos composições simétricas e antitéticas, com os animais a unirem a cabeça sobre a esquina da arcada. Trata-se de um esquema ornamental mais adequado ao cesto dos capitéis e que foi transposto para as aduelas das arquivoltas. Da fortuna conhecida por esta fórmula temos reflexos não só na já referida arquivolta exterior do portal da torre de Travanca, como também é este esquema que vemos nas arcadas cegas românicas que a fachada de Vila Boa do Bispo ainda mostra. Também no Mosteiro de Pombeiro, no portal principal, encontráramos já este mesmo esquema.

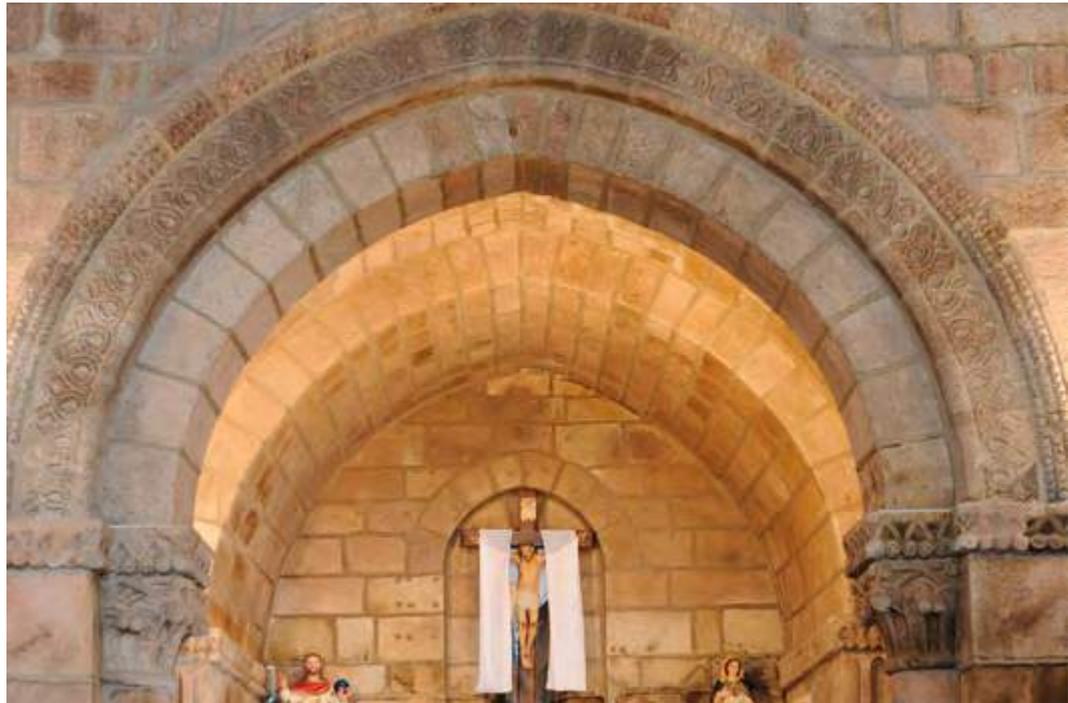
É na mesma zona que encontramos a origem do tema das *beak-heads*. Motivo de importação anglo-saxónica, foi a partir de São Pedro de Rates que este se disseminou amplamente pelo território português. Trata-se da figuração de cabeças de animais que mordem o toro das aduelas. Além da arquivolta interna do portal da torre de Travanca, surge este motivo nas aduelas do exterior da fresta fundeira do panteão dos Resendes (Mosteiro de Cárquere), no arco envolvente da fresta sul da capela-mor de Fandinhães e, caso único em Portugal, no arco triunfal de Tarouquela. Todavia, neste último exemplo, em vez das tradicionais cabeças de pássaro, encontramos figuradas cabeças de tigres ou de lobos. No claustro do Mosteiro de Paço de Sousa conserva-se ainda hoje uma aduela avulsa com este tema.

Por referirmos influências provindas da região de Braga, não podemos deixar de fazer uma breve referência à presença das palmetas bracarenses na bacia do Tâmega, nomeadamente em Fervença (impostas do arco triunfal e seu prolongamento sob a forma de friso pelas paredes colaterais), em Santo Isidoro de Canaveses (nas impostas do portal principal e prolongando-se ao modo de friso na fachada principal) ou em São Cristóvão de Nogueira (no alçado norte, junto à torre sineira). Este motivo resulta da simplificação da palmeta de tipo clássico, resumindo-se apenas ao seu contorno externo, assumindo uma forma que se aproxima da do coração invertido.

Refira-se, desde já, que nos foi possível identificar nos monumentos em estudo a presença de motivos relevados que, fazendo parte do repertório geral do românico português (e internacional), se identificam um pouco por todo o lado. Estes foram catalogados por Joaquim de Vasconcelos na monumental obra que as Edições Ilustradas Marques Abreu deram ao prelo em 1918, sob o título *Arte românica em Portugal*, e lográmos identificar alguns deles (n.ºs 2, 3, 5, 6, 14, 15, 16, 22, 23, 25, 42 e 45) nas Igrejas de Barrô, Freixo de Baixo, Vila Boa de Quires, Ri-



Mosteiro de Travanca (Amarante). Torre. Portal. Aduelas.

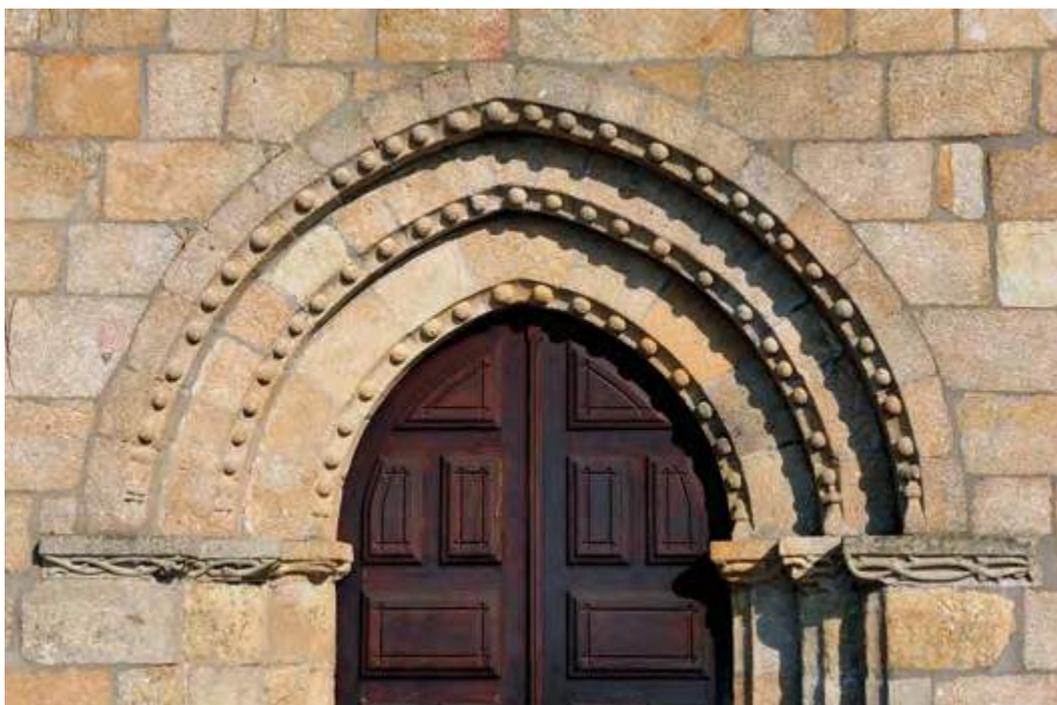


Igreja de Fervença (Celorico de Basto). Arco triunfal.

bas, Tabuado, Tarouquela e Travanca, assim como na Capela da Quintá (Baltar, Paredes). Com isto, podemos desde já concluir que os fazedores do românico nas bacias do Sousa, Tâmega e Douro eram conhecedores de um repertório decorativo que, vindo de outras paragens, aqui chegou devido à circulação de artistas ou, mesmo quiçá, à circulação de modelos e de desenhos.

Devemos, todavia, chamar a atenção para o motivo a que Vasconcelos atribuiu o “n.º 12 – esferas, soltas; alto relevo”, devido ao especial acolhimento que este conheceu na região em estudo. O motivo a que mais comumente designamos por “pérolas” ou “meias-esferas” encontra-se inventariado em, pelo menos, nove dos 37 edifícios em estudo (Barrô, Escamarão, São Cristóvão de Nogueira, Vila Boa de Quires, Soalhães, Sobretâmega, Tabuado, Valadares e Veade). Surge tanto ao nível das aduelas dos arcos, como a ornar mísulas e cachorros. No entanto, é na Igreja do Salvador de Ribas que sentimos o uso e abuso deste motivo decorativo, estendendo-se às cornijas, frisos e impostas, conferindo a este edifício uma homogeneidade decorativa (que acompanha uma evidente unidade arquitetónica) única no conjunto dos edifícios em estudo. Em Ribas, edifício de cronologia avançada, o motivo das pérolas tem de ser entendido enquanto resistência de um vocabulário românico que nas regiões periféricas se estendeu além das suas balizas temporais.

Como se sabe, o estudo do românico português tem de ser entendido, mais do que na sua distribuição geográfica, na sua própria diacronia. Mais do que as diferenças geográficas, persistem as variantes cronológicas. É por esta razão que não nos estranha a falta de homogeneidade e coerência entre os testemunhos românicos das bacias do Tâmega e do Douro. Afastadas que estavam dos principais centros artísticos da época, afirmando-se de um modo geral como pe-



riferias artísticas, é perfeitamente natural que uma grande parte dos edifícios religiosos que a partir do século XIII aqui se edificou mostre um aspeto muito peculiar e que podemos entender como uma marca do românico aqui edificado.

É significativo o número de Igrejas onde se manifesta uma persistência das fórmulas românicas numa cronologia que é já coeva de uma nova estética. Não se pense, contudo, que numa época em que o gótico se afirmava já noutros centros artísticos do País, não tenha aqui chegado o conhecimento das novas fórmulas construtivas. As janelas maineladas da parede fundeira da abside de Escamarão e a capela-mor de Cárquere bem o atestam. Todavia, o gótico de matriz francesa, que nasce em meados do século XII na região da Île-de-France e que largamente se expande nos dois séculos seguintes, poucas vezes se consubstanciou na arquitetura religiosa portuguesa através da abertura de grandes vãos de iluminação ou da criação de amplos espaços, diáfanos e comunicantes.

Além disso, estando o gótico português mais ligado a soluções do gótico meridional, que privilegiam as massas murais, é pois pelo aspeto maciço dos muros que este se impõe. Conforme nos lembra Lúcia Rosas, um estilo não é só caracterizável pelas formas, mas também pela relação entre as partes do edifício, pelo uso que se faz do espaço construído, pela maneira de embelezar e simbolizar e pelas várias formas de responder às solicitações da sua época.

A permanência de um determinado *modus aedificandi*, a não atualização de um determinado reportório decorativo (por parte do artífice e do próprio encomendador) ou, pura e simplesmente, constrangimentos económicos, poderão estar na origem de uma tipologia arquitetónica que a historiografia mais tradicionalista classificou de “rural”. Só porque a maior parte dos

testemunhos assim classificados se encontra hoje em ambientes agrícolas, não quer isto dizer que determinada fórmula arquitetónica deva ser classificada como tal, tanto mais que a própria época românica se distingue, em grande parte, pela sua economia e sociedade caracteristicamente rurais, sobretudo se comparada com a urbanidade que define o período gótico. Além disso, a perduração das formas ao longo dos tempos testemunha ela própria uma popularização deste modo arquitetónico, o que justificou que alguns autores optassem antes por utilizar a designação de “popular”. Ambos periféricos (os determinativos “rural” ou “popular”), devem ser entendidos pelo facto de a ambos estar subjacente a “resistência” de um estilo arquitetónico, nas suas vertentes espacial, estrutural, decorativa e, acima de tudo, concetual. É sobretudo nas comarcas do Norte e da Beira que se conserva a maior parte dos testemunhos deste “românico de resistência”.

Só dentro desta linha de ideias podemos compreender porque é que, aos olhos da historiografia contemporânea, Igrejas como as de Gondar, Lufrei, Jazente, Real, Valadares ou São Mamede de Vila Verde (Felgueiras), em terras de Sousa, têm justaposta uma etiqueta estilística, no seu modo genérico, idêntica à das Igrejas de São Martinho de Mouros, Travanca, Tarouquela ou Veade. Nas primeiras, além de se fecharem sobre si próprias, o que as distingue é precisamente o arranjo dos portais, de um modo geral inscritos na espessura dos próprios muros, sem tímpano ou colunas a sustentar as arquivoltas, tendencialmente quebradas. Primam pela ausência de motivos escultóricos decorativos e os seus cachorros são, por isso, lisos e quadrangulares. No entanto, tal não invalida o aparecimento de elementos mais elaborados e avançados: na abside da Capela da Quintã, mas também na capela de São João Baptista da Igreja de Tarouquela, vemos já modilhões de proa, caracteristicamente góticos, e com um perfil semelhante aos da cabeceira do Mosteiro de Cête (Paredes). E porque a capela funerária de Tarouquela está datada (1481-1495), temos aqui um bom indicador daquilo a que a historiografia mais preciosista tem classificado dentro de uma corrente de construções góticas, mas de sabor arcaizante e que muito se afirmou nas comarcas do Entre-Douro-e-Minho, de Trás-os-Montes e da Beira.

Em Real e Mancelos, as impostas dos portais formam-se da sobreposição de elementos boleados, indício de cronologia avançada. Em Gondar, o óculo da fachada é protogótico. Dentro desta família particular de edifícios devemos mencionar o caso curioso das Igrejas, confrontantes nas margens do Tâmega, de São Nicolau de Canaveses e de Sobretâmega. Dissemos já que, tendo em conta a sua implantação, uma não pode ser entendida sem a outra, nem sem o conhecimento da íntima relação de ambas com a desaparecida ponte medieval de Canaveses e a via que por ela passava. São estas estruturalmente idênticas e ambas posteriores a 1320.



Capela da Quintã (Paredes). Fachada sul.
Capela-mor.

Elementos funerários

É no século XI que devemos encontrar as raízes da personalização do sepulcro medieval no Entre-Douro-e-Minho. A par do desenvolvimento que o trabalho da pedra conheceu durante a época românica, para este fenómeno em muito contribuíram as novas atitudes mentais perante o Além. Afirma-se nesta época a crença no julgamento particular de cada alma, logo após a morte. Os principais membros das linhagens começam a reservar, junto do mosteiro que patrocinavam, ao modo de panteão, um local de enterramento com um serviço duradouro de sufrágios. Disso é exemplo o panteão da linhagem dos Resendes, em Santa Maria de Cárquere. Como vimos já, embora seja neste espaço que se encontra um dos mais significativos vestígios românicos deste monumento (a fresta da parede fundeira onde se figuram as *beak-heads*), as quatro sepulturas que se encontram no seu interior são do período gótico. As suas tampas ostentam a pedra de armas dos Resendes (de ouro, duas cabras passantes de negro, uma sobre a outra, revestidas com gotas do mesmo metal) e três inscrições identificam os sepultados: Vasco Martins de Resende (I), neto de Martim Afonso; o seu filho Gil Vaz de Resende; e o descendente de ambos, Vasco Martins de Resende (II).

54

Ao longo do tempo sentimos uma paulatina monumentalização da sepultura que se quer cada vez mais individualizada, recorrendo-se para o efeito a inscrições, insígnias, paramentos e pedras de armas. Reflexo desta vontade são as arcas tumulares de Vila Boa do Bispo onde figuras jacentes se fazem acompanhar das suas insígnias identificativas (D. Nicolau Martins e D. Jurio Geraldés), como também de inscrições que aludem ao nome e à data do passamento do sepultado. A memória de quem neles dorme para a eternidade é ainda reforçada, como no túmulo do prior D. Salvado Pires, pela presença de pedras de armas que confirmam as suas nobres origens.

Em Soalhães, na absíde, conserva-se uma arca tumular que, pela sua localização (e conservação, apesar das transformações sofridas pela Igreja), só poderá ser associada a um dos padroeiros da Igreja. Datando já da época gótica, conforme denunciam as microarquitecturas, é-nos hoje difícil identificar quem aqui se recolheu, pois as pedras de armas estavam pintadas nos pequenos escudos.

A espada gravada na tampa do túmulo abrigado por arcossólio no alçado sul de Real, colocado ao nível da nave, apenas nos permite confirmar que estamos diante do enterramento de um cavaleiro. Algo semelhante podemos afirmar sobre uma das tampas sepulcrais no adro da antiga paroquial de Fandinhães, ou de uma das tampas de arca tumular que se guardam no tardoz da Igreja de Tarouquela. Além da espada, vemos numa arca gravado um báculo de abadessa e noutra pés-de-milho (o que nos reporta para a família dos Milhaços). Até à década de 1980 estavam estas sepulturas abrigadas na capela funerária gótica, consagrada a São João Baptista, que entre 1481 e 1495 foi instituída por Vasco Lourenço e erguida a sul da capela-mor da Igreja monástica.

Os túmulos abrigados por arcossólios no alçado sul de Vila Boa de Quires não nos mostram qualquer elemento identificativo, enquanto no de Mancelos, o medalhão decorativo, a cruz e os dois ginetes relevados pouco nos permitem saber sobre quem nele se fez sepultar. Na envolvente



Mosteiro de Cárquere (Resende). Panteão dos Resendes.

de Lufrei persistem ainda três túmulos com respetivas tampas. Segundo as *Memórias Paroquiais de 1758* deveriam ser o repouso de indivíduos insignes daquela freguesia.

Por fim, cabe fazer uma menção especial ao Memorial de Alpendorada (Marco de Canaveses), cuja caixa sepulcral mostra dupla cavidade, exemplo máximo da ideia de memória associada a local de sepultura de um cavaleiro (conforme denuncia a espada gravada nas pedras superiores do plinto que serve de base ao arco) morto acidentalmente ou em duelo. Juntamente com o Memorial da Ermida (Irivo, Penafiel) e o de Sobrado (Castelo de Paiva), o de Alpendorada integra o reduzido conjunto remanescente desta tipologia funerária que hoje identificamos em território português.



Memorial de Alpendorada (Marco de Canaveses).



Marmoiral de Sobrado (Castelo de Paiva).

Arquitetura civil

Para a época românica, a arquitetura civil está, na área geográfica em estudo, representada por duas tipologias distintas: o castelo e a torre.

Estrutura vigilante da terra de Basto, a origem do Castelo de Arnoia (Celorico de Basto) deve ser enquadrada no processo de encastelamento que se verificou um pouco por toda a Europa entre os séculos X e XII. Quatro elementos concorrem para enquadrar este Castelo na arquitetura militar da época românica: a torre de menagem (trazida pela ordem do Templo para o nosso território em meados do século XII); o torreão quadrangular (erguido no ângulo criado pelos panos da muralha norte e oeste); a existência de uma única porta (a multiplicação de aberturas tornava a defesa do castelo mais vulnerável); e, por fim, a cisterna subterrânea no pátio amuralhado (conservar as águas pluviais era elemento fundamental para a guerra de cerco). O largo adarve, que define uma planta triangular, completa o conjunto.

Seguramente posterior a 1258, a Torre dos Alcoforados (Lordelo, Paredes) testemunha bem como o modelo da torre senhorial românica deriva do modelo importado das torres de menagem dos castelos da mesma época, introduzido entre nós pelos templários, sobrepondo-se a componente civil à militar. É por isso que a porta de acesso à Torre está rasgada ao nível térreo, evidente reflexo da sua função já residencial, entenda-se senhorial. Representativa, pois, de uma tipologia de habitação senhorial que marcou a sociedade nobre da Idade Média portuguesa, pelo menos até encontrar a resistência do poder régio. Embora no topo da Torre faltem algumas fiadas de silhares, pensa-se que esta terá sido ameaçada. As janelas maineladas góticas permitem colocar a edificação desta Torre durante a primeira metade do século XIV.

Ao contrário das torres senhoriais – as *domus fortis* – de que podemos destacar, como exemplos, além da Torre dos Alcoforados, a Torre de Vilar (Lousada), o paço nobre associa-se já às classes mais elevadas da nobreza. Estes edifícios, com desenvolvimento retangular, podiam surgir adossados à torre ou, ainda, ser construídos autonomamente.



Torre dos Alcoforados (Paredes) antes das intervenções da Rota do Românico (2014). Fachada ocidental.



Castelo de Arnoia (Celorico de Basto). Vista de ocidente.

TERRITÓRIO E PAISAGEM NO TÂMEGA E DOURO NOS SÉCULOS XIX A XXI

Evolução administrativa do território

Embora, como temos vindo a sublinhar, a grelha administrativa contemporânea em pouco reproduza a organização territorial na época românica, constitui-se desta herdeira. E os próprios rios formaram, ontem como hoje, fronteira e via de comunicação ao longo da qual se estabeleceram as comunidades.

Como epicentro da vida religiosa e social da sociedade medieval, a igreja assumiu e assume ainda hoje um dos principais eixos do ordenamento do território. Ainda que por vezes fundada segundo interesses particulares, em propriedade de senhores desejosos de atrair rendeiros e réditos ou segundo necessidades das comunidades monásticas ou eremíticas, a igreja depressa se tornou catalisadora do povoamento. A formação da paróquia, com todos os seus marcos, limites e sinais de comunalidade como a descreveu Carlos Alberto Ferreira de Almeida, ao som do sino matricial ou dentro de um território definido por uma paisagem bem demarcada, constituiu um dos elementos essenciais para garantir a fixação das populações e estabelecer unidades administrativas maiores: honras, beatrias, coutos e concelhos. Algumas terras, como a de São Salvador (depois transformada nos municípios de Cinfães e São Cristóvão de Nogueira), estabeleceram-se em redor de uma invocação, no rescaldo da Reconquista.

As fontes coevas, quer as Inquirições do século XIII, quer as décimas pagas para sustento das Cruzadas, em 1320, falam-nos de terras e bispados. A norte do Douro, as terras de Basto, Gestaçô, Penafiel, Sousa, Gouveia, Benviver e Baião. A sul do Douro, a fonte apenas menciona a diocese de Lamego, sem especificar as terras, embora saibamos, pelo cotejamento das Inquirições de D. Afonso III (r. 1248-1279), que sob os limites dos atuais municípios de Cinfães e Resende existissem as terras ou julgados de Sanfins, Salvador de Nogueira, Cinfães, Tendais, Ferreiros, Castelo de Aregos e São Martinho de Mouros.

No século XVI, segundo o recenseamento ordenado por D. João III em 1527, a organização administrativa mostra um território mais fracionado, fundado certamente sobre a grelha medieval de terras e julgados, constituído por vários tipos de unidades administrativas: concelhos, beatrias, honras e coutos. No Entre-Douro-e-Minho, os concelhos de Celorico de Basto (com o seu Castelo de Arnoia), Santa Cruz de Ribatâmega e Portocarreiro e ainda a beatria de Amaranthe. A sul do Douro, na Beira, os concelhos de Sanfins, Tarouquela, São Cristóvão de Nogueira, Cinfães (e no seu âmagô a velha honra de Cidadelhe), Tendais, Ferreiros, Aregos, Resende (e honra de Beba) e São Martinho de Mouros. Infelizmente, a inexistência de recenseamento para Trás-os-Montes não nos permite conhecer a realidade administrativa na margem esquerda do Tâmega em 1527.

Sabemo-lo, contudo, pelos vários trabalhos de memorialistas no século XVIII, quando o quadro administrativo estava já consolidado. Um destes memorialistas foi Francisco Craesbeeck que se dedicou, no primeiro quartel de setecentos, à compilação de dados monográficos sobre a

história religiosa, epigrafia e heráldica nos concelhos e freguesias do Entre-Douro-e-Minho. Centrando-se na correição de Guimarães visitou as vilas de Amarante, Basto e Canaveses, os concelhos de Gestaço, Gouveia, Tuías e Santa Cruz de Ribatâmega, os coutos de Mancelos, Tabuado e Travanca e a honra de Ovelha do Marão.

Mais completas são as listagens fornecidas pelos inquéritos de 1758 e pela obra *Portugal sacro-profano...*, de 1767-1768, que nos permitem obter um quadro mais exato das várias jurisdições, civis e eclesiásticas, desta região de fronteira.

Efetivamente, quer o Tâmega quer o Douro foram, ao longo da história regional e nacional, linhas de divisão: o Tâmega, encostado ao Marão, assumiu-se como a barreira natural entre o Minho, verde e fértil, e Trás-os-Montes, mais agreste e seco. O Douro constituiu sempre um obstáculo de difícil transposição no avanço de conquista e reconquista da Península Ibérica.

Neste ângulo decorrente da interseção de ambos os rios extremaram-se pois limites, como os das dioceses. Desde o século XII que a diocese do Porto fixou nos contrafortes do Marão a sua limitação a este. A norte corria a jurisdição da arquidiocese de Braga e a sul, bem sublinhada pelas margens do Douro, a diocese de Lamego estendia-se até ao rio Arda, hoje no concelho de Castelo de Paiva. Outrossim três províncias tocavam-se neste território, como já vimos: a norte e oeste, o Minho, a este, Trás-os-Montes, e a sul do Douro, a Beira. Esta heterogeneidade devia-se em grande parte à diferença geomorfológica que caracterizava o território, como ao de leve já aludimos.

Em termos judiciais, o panorama não é menos complexo. A este do Tâmega entravam as correições de Penafiel e Guimarães e a oeste as de Vila Real. A sul do Douro, a comarca de Lamego encontrava-se praticamente delimitada sobre os limites da diocese, exceto nos casos de Ferreiros e Tendais, hoje do concelho de Cinfães e que, no século XVIII, se submetiam às justiças da ouvidoria de Barcelos, por serem património da casa de Bragança.



Vale do Douro.

Mas se entre estas divisões regionais, que podemos considerar de tipo intermédio, podia existir alguma concordância em termos de fronteiras, no caso dos termos de municípios, honras, coutos e os extravagantes exemplares de beatrias que existiram nesta região, as disparidades em termos de extensão e demografia eram flagrantes. A complexidade deste panorama irá influir para que, no século XIX e sob a égide dos pensadores e políticos do liberalismo, se conceba um território planeado a esquadro e teodolito.

Dependentes das vias de comunicações, os velhos núcleos medievais, no percurso de rotas comerciais – algumas, mas não tantas como se pensa –, persistentes desde a romanização, foram sendo esvaziados de população ao longo da Época Moderna. A mudança de itinerários e as novas necessidades económicas criaram novos canais de circulação, como o próprio Douro que no período moderno atraiu a si o escoamento das produções de vinho e outros produtos extraídos daquela região. As três únicas vilas, já citadas, de Celorico, Amarante e Canaveses formaram-se à margem de três estradas principais que ligavam o litoral atlântico ao interior transmontano e duriense. Apenas Amarante viu confirmada e dilatada a sua importância de povoado unilinear. Celorico, à sombra do “decadente” Castelo de Arnoia, e Canaveses viram os velhos burgos medievais transferidos a novos centros de poder.

O primeiro caso, de Celorico, é particularmente interessante por constituir um dos poucos exemplos de mudança da cabeça de município para um lugar mais central e próximo às novas vias de comunicação. Aconteceu ainda no século XVIII, quando já se sentia urgência na racionalização do território, tendo em conta a extensão e a demografia. A justificação da mudança, pedida ao monarca, fundava-se, porém, na criação de uma nova localidade, mais airosa e central e digna das casas dos magistrados municipais e juizes de fora.

Invocações semelhantes vão ser utilizadas no século XIX quando os teóricos liberais pedem a extinção de centenas de municípios, cuja antiguidade não chegava para garantir a sua manutenção à luz do racionalismo moderno: poucos eleitores, velhas estruturas nepotistas, que condicionavam o sentido democrático pedido pelos novos paladinos da liberdade, eram motivos mais que suficientes para redesenhar o mapa do poder local. As resistências foram muitas, mas venceu o empenho liberal.

No nosso território operaram-se mudanças substanciais. Uma análise caso a caso não se justificaria, mas devemos assinalar as alterações ao longo do curso médio e terminal do Tâmega. As pequenas unidades administrativas que não haviam sido tragadas por termos próximos ou extintas ao longo das Idades Média e Moderna, como certas honras e beatrias (o caso de Ovelha do Marão), fundiram-se em municípios maiores. Amarante, que até ao século XIX era apenas importante por ser um local de passagem com uma ponte e um santuário, passou a centralizar o poder local, em detrimento dos velhos concelhos de Gestaçô e Gouveia, entre outros.

Canaveses, o notável burgo que se repartia entre duas paróquias (Ribatâmega e São Nicolau), viu transferido o seu núcleo de decisão para um inexpressivo lugarejo, cruzamento de caminho num pequeno planalto a menos de uma légua. Tomou sob si uma porção substancial de território roubado aos concelhos e coutos de Portocarreiro, Vila Boa do Bispo e Santa Cruz, entre outras unidades menores.



Igreja de Sobretâmega (Marco de Canaveses). Vista aérea.

Baião, herdeiro da terra e julgado medieval, absorveu o couto de Ancede e a honra da Lage, centralizando-se no lugar de Campelo, na serra, longe do Douro, por onde ainda passava grande parte do trânsito comercial. Mas já o topónimo era expressivo – regionalmente e por ser terra de grandes senhores, cujo apelido soava importante na história nacional.

Na margem oposta, quer Cinfães, quer Resende, resultaram da absorção de um conjunto notável de velhos termos medievais. No caso de Cinfães, a mudança operou-se em três fases (entre 1828 e 1855): numa primeira, a anexação de Tendais e São Cristóvão, tendo a sede ficado localizada neste antigo município; numa segunda fase, a escolha do lugarejo de Cinfães para cabeça de concelho, sendo-lhe entregue a área dos medievos termos de Sanfins e Nespereira e, finalmente, a terceira e última fase com a anexação de Ferreiros de Tendais.

Resende, cuja cabeça ficou sendo no lugar de São Gens, constituiu-se com o acrescento dos velhos municípios e honras em redor. Como no caso de Cinfães, houve claramente uma preocupação em criar uma nova centralidade e submeter os velhos polos à sua vontade. A isto não foi alheia a política de construção de estradas, levada a cabo pelo Fontismo, através dos distritos.

Mas a Igreja, enquanto instituição, e as igrejas, que sempre desempenharam um importante papel de marco territorial, não foram alheias a estas transformações. É certo que a nacionalização dos bens monásticos e a extinção e encerramento imediato dos mosteiros masculinos criou “buracos negros” num território profundamente dependente destas instituições, mas quer as velhas abadias ou vigararias da medievalidade, quer os curatos desempenharam um papel na reorganização territorial. Afinal de contas, estes edifícios sinalizavam comunidades, espaços de circulação e pontos de afluência que importava aproveitar na nova cartografia do País. Nesse sentido, as freguesias mantiveram o seu papel de unidade demográfica menor, símbolo de ligação a um passado que, no centro de uma traumática remodelação municipalista operada pelos homens liberais, permitiu às comunidades manter uma certa coesão e estabilidade.

As intervenções contemporâneas (séculos XIX-XXI)

O estudo do património artístico religioso durante a época contemporânea não pode ser feito sem a avaliação das consequências que dois momentos distintos tiveram sobre os mesmos: 1834 e 1910. A ambos associou-se a alienação pública dos bens das corporações religiosas e laicas, cuja propriedade então liberta passou a estar sujeita à mobilidade do mercado. Com a vitória definitiva do liberalismo, e na sequência da expulsão dos jesuítas, por alvará de 3 de setembro de 1759, cujos bens foram então incorporados na Fazenda Nacional, de uma assentada, através do decreto de 30 de maio de 1834, foram extintas todas as casas das ordens religiosas masculinas, fossem elas conventos, mosteiros, colégios, hospícios ou de outra natureza. Os seus bens foram nacionalizados pelo Estado e o seu destino dependeu da respetiva categoria: os bens móveis comuns e semoventes foram mandados vender; as livrarias e obras de arte foram mais tarde encaminhadas para estabelecimentos de ensino e culturais; os utensílios e espaços de público foram distribuídos às autoridades eclesiásticas, quando indispensáveis para o serviço religioso e os objetos preciosos foram direcionados para a Casa da Moeda ou para os museus. Mas a base fundamental da riqueza encontrava-se nos bens imóveis, entretanto vendidos em hasta pública. É por essa razão que vemos hoje as dependências monásticas remanescentes de Ancede (Baião), Mancelos (Amarante) ou de Vila Boa do Bispo (Marco de Canaveses) em mãos privadas.

61

Não se pense, contudo, que tal alienação de bens não correspondeu, no século XIX, à não salvaguarda do património artístico religioso. Muito pelo contrário. Apesar da rara cultura arquitetónica que por então ainda se fazia sentir entre nós, colmatada pela literatura de viagens que autores estrangeiros dedicaram ao nosso património medieval, a verdade é que, até quase finais de oitocentos, os primeiros cuidados de salvaguarda centraram-se sobretudo naqueles edifícios que,



Mosteiro de Vila Boa do Bispo (Marco de Canaveses). Claustro.

além de patentarem um valor histórico que respondesse aos sentimentos saudosistas e patrióticos que o romantismo tanto afirmara, eram detentores de uma monumentalidade e de valores plásticos que preenchiam os preceitos estéticos da época. Não se esqueça aqui a profunda intervenção que neste século se realizou no mosteiro de Santa Maria da Vitória (Batalha), na senda da atenção que o arquiteto irlandês James Cavanah Murphy lhe dera e divulgara dentro e fora das nossas fronteiras.

A par da intervenção que Luís da Silva Mousinho de Albuquerque dirigiu neste mosteiro a partir de 1840, começou progressivamente a ser realizada toda uma série de intervenções que elegeram primeiramente as igrejas góticas. Além da manifesta preferência que por então se sentia pelo património desta época, foi muito tardio entre nós o estudo da arquitetura da época românica, cuja cronologia se inicia apenas em 1870 com a publicação que Augusto Filipe Simões consagrou à arquitetura românica de Coimbra.

Assim, é neste contexto de (procura de) salvaguarda do património artístico religioso que devemos enquadrar a portaria emitida pelo então Ministro das Obras Públicas que incumbia o general de engenharia, Luís Victor Le Cocq, de confeccionar um mapa do estado de conservação de todos os edifícios, respetiva reparação e despesas autorizadas que estariam a cargo daquele Ministério. Desses edifícios faziam parte, entre outros, os que eram considerados monumentos, as igrejas paroquiais e capelas públicas.

62 No que à diocese do Porto concerne, persiste ainda hoje um fundo (no arquivo do IHRU – Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana), em parte inédito. Realizado durante o ano de 1864, e muito embora não tenhamos encontrado o Inquérito que por então foi enviado aos párocos, cujas respostas estudámos, a verdade é que sejam elas mais omissas, ou mais elaboradas, pudemos identificar algumas linhas de força do mesmo. Assim, procurou-se por então apurar a quem se consagrava a igreja ou capela, aferir a sua data de fundação, identificar o estilo em que foi construída e aclarar sobre o seu estado geral de conservação. A estes aspetos relativos à igreja matriz de cada uma das paróquias inquiridas, acrescentou-se um outro relativo à existência de outras capelas na freguesia e sua invocação.

Com exceção do pároco de Travanca (Amarante), que não respondeu mais rapidamente por ter estado a “banhos”, e daí ter dado prioridade aos “afazeres” da paróquia, nas restantes freguesias dos concelhos de Amarante, Marco de Canaveses e Paredes, de um modo geral, as respostas não são muito elaboradas. Aos olhos dos párocos, as igrejas apresentavam-se em bom estado de conservação. Todavia, em Vila Boa de Quires (Marco de Canaveses), o pároco reclama a ruína da Igreja, o que poderá estar na origem da intervenção que, em 1881, ampliou a nave para ocidente e lhe acrescentou nova torre sineira. Será que o mau estado de conservação que se identificou em Fandinhães (Marco de Canaveses) estava relacionado com o aspeto com que ficaram rematados os arranques daquela que seria (ou poderia ter sido) a nave da igreja? Se a Igreja de Telões (Amarante) mostrava a decência necessária, já a de Mancelos estava em estado deplorável, o que não invalidou que o seu pároco desse uma atenção especial à qualidade do seu portal principal.

No que ao estilo concerne, não deixa de ser significativo que as Igrejas em estudo sejam atribuídas ao tempo dos godos (Lufrei, Amarante) ou definidas como gótico-romanas (Santo Isidoro de Canaveses, Marco de Canaveses) ou simplesmente góticas (Quintá, Paredes, e Gatóo, Amarante), apesar de se acentuar a sua antiguidade, por vezes anterior à própria fundação

de Portugal (Mancelos). Não nos estranha tal situação se tivermos presente que ao longo do século XIX, de forma muito generalizada e simplista, o termo gótico é sinónimo de medieval e que a nomenclatura varia de forma evidente consoante os autores e a sua cultura artística. Em 1870, no primeiro estudo que se editou sobre a arquitetura românica portuguesa, Augusto Filipe Simões classifica-a de “romano-byzantina”.



Igreja de Gatão (Amarante). Vista geral.

Apesar das informações fornecidas, não conseguimos apurar dos efeitos produzidos pelas respostas dos párocos. A documentação é omissa nesse campo. Contudo, Vila Boa do Bispo constitui uma notável exceção, pois o mesmo fundo documental conserva fontes relativas ao apeamento e posterior reconstrução da torre sineira em finais da década de 1880.

Com a República e, nomeadamente, com a Lei da Separação, de 20 de abril de 1911, o novo regime considerou a Igreja Católica uma simples agremiação particular, suprimiu as despesas do Estado com o culto e espoliou aquela instituição de todos os seus bens móveis, imóveis e matéria contributiva (foros, censos, pensões, etc.) – artifício já usado em 1834 para angariar os fundos necessários à prossecução de fins políticos e reformas sociais dos novos próceres do regime.

O artigo 62.º da Lei da Separação indica que todos os bens imobiliários e mobiliários, incluindo benfeitorias e excluindo apenas “(...) a propriedade bem determinada de uma pessoa particular ou de uma corporação com individualidade jurídica”, deviam ser arrolados e inventariados. E porque a ação mereceria celeridade, o mesmo artigo indica que a inventariação devia ser efetuada “(...) sem necessidade de avaliação, nem de imposição de selos, entregando-se os mobiliários de valor, cujo extravio se recar, provisoriamente à guarda das juntas de freguesia ou remetendo-se para os depósitos públicos ou para os museus”. Para o efeito devia ser constituída uma Comissão concelhia de inventário, a que presidia o administrador do município e assessorada pelo escrivão da Fazenda – já que este era, muito mais que um problema ideológico, uma questão de Finanças. Todavia, podia ficar em mãos das corporações e eclesiásticos à frente das catedrais, igrejas e capelas “(...) que têm servido ao exercício público do culto católico”, os objetos estritamente necessários à liturgia.

O primeiro recuo à severidade imposta por esta legislação ocorreu em 1917. Sidónio Pais ordena, por Decreto de 9 de dezembro daquele ano, que os castigos impostos pela desobediência à Lei de 1911 fossem revogados, assim como a proibição do exercício de culto em edifícios do Estado. Em 1918 foi extinta a Central de Execução da Lei da Separação que, como braço da República Portuguesa, controlava sem vigilância, nem controlo externo ou superior, o processo de nacionalização dos bens eclesiásticos, iniciado em 1911. A 22 de fevereiro de 1918 surgiu uma nova lei da Separação, corrigindo alguns ataques notoriamente anticlericais que Afonso Costa e a ala radical do republicanismo gizaram na primeira versão.

Com o movimento de 28 de maio, apoiado por uma parte considerável dos católicos, a questão religiosa tomou outro rumo, menos agressivo e mais vantajoso para a Igreja. Pelo Decreto n.º 11887, de 6 de julho de 1926, da autoria de Manuel Rodrigues, foi devolvida a personalidade jurídica à Igreja, foi feita a regularização dos bens afetados pela espoliação republicana e restituída a liberdade do culto, associação e ensino religiosos. O artigo 10.º da Lei referida indicava a entrega dos bens mobiliários e imobiliários “(...) destinados ao culto católico”, mas só o seu usufruto, acrescentando, porém, à Lei produzida durante o consulado de Sidónio Pais, que os objetos entretanto afetos a museus pudessem ser requisitados para utilização na liturgia. Deviam manter-se nas mãos da República Portuguesa os que não haviam sido aplicados a serviços de utilidade pública. Só em 1940, segundo o artigo 6.º da Concordata entre Portugal e a Santa Sé, foi reconhecida “(...) à Igreja católica a propriedade dos bens que anteriormente lhe pertenciam” e que àquela data estavam na posse do Estado, desde que, estipula o legislador, “(...) o acto de transferência fosse celebrado dentro do prazo de seis meses a contar da troca das ratificações daquela Concordata.”

Ainda no seguimento da implantação da República procedeu-se à publicação da lista dos monumentos nacionais, que incluía edifícios cuja cronologia ia desde a Pré-história até ao século XVIII. Dos monumentos em estudo, apenas o Memorial de Alpendorada (Marco de Canaveses) e o Mosteiro de Santa Maria de Cárquere (Resende) foram classificados nesse ano. cremos que o primeiro pela sua raridade, o segundo pela sua inegável tradição histórico-lendária e que se associa ao milagre que terá curado D. Afonso Henriques de uma deficiência nas pernas com que terá nascido.

Entre esse ano de 1910 e 1955 apenas foram classificados 11 edifícios: Travanca (1916), Barrô e São Martinho de Mouros (1922) (ambos em Resende), Vila Boa de Quires (1927), Mancelos (1934), Freixo de Baixo (1935) (Amarante), Gatão (1940), Tabuado (1944) (Marco de Canaveses), Tarouquela (1945) (Cinfães), Arnoia (1946) e Escamarão (1950) (Cinfães). Numa primeira análise, podemos desde já asseverar que os critérios que regeram a sua classificação foram simultaneamente artísticos e históricos. Todavia, o facto de se encontrarem afastados dos principais centros de decisão poderá justificar a sua não inclusão na listagem de 1910. O crescendo de uma sensibilidade histórica, acompanhado de uma real cultura artística, está na base destas classificações, conforme se pode aferir dos respetivos processos estudados. Além disso, atente-se a uma paulatina atenção das populações locais relativamente ao património histórico, artístico e religioso do território em que habitavam.

Só na década de 1970 voltamos a ter edifícios classificados: o conjunto formado pelas Igrejas de Santa Maria de Sobretâmega e São Nicolau de Canaveses (a que se juntou a Capela de São

Lázaro e o Cruzeiro da Boa Passagem) (Marco de Canaveses), as Igrejas amarantinas de Lufrei, Telões, Jazente e Gondar, as marcoenses de Vila Boa do Bispo e Soalhães. O primeiro exemplo torna-se paradigmático pelo facto de à época se ter compreendido a íntima relação existente entre estas igrejas românicas, aspeto que não invalidou que anos mais tarde se demolisse, reconstruísse e submergisse a ponte de Canaveses, elemento viário que ocupava um lugar central no entendimento da história deste conjunto. Lufrei foi classificada numa tentativa de travar uma certa vontade do pároco da época de ampliar a Igreja com dois corpos laterais e Telões deve a sua classificação, mais do que aos próprios vestígios românicos, ao significativo conjunto de pintura mural que nela existe. O processo de classificação de Soalhães é por si só curioso: primeiramente, apenas se classificou o conjunto dos seus elementos românicos (1977) e, logo depois, num curto período de tempo, foi esta classificação retificada, passando a abranger todo o espólio patrimonial da Igreja.

Na década de 1980 classificou-se a Ponte do Arco (Marco de Canaveses) e na seguinte a Torre dos Alcoforados (Paredes). Valadares e Fandinhães foram classificadas como Monumentos de Interesse Público em 2012. A Ponte da Panchorra (Resende) e o Mosteiro de Ancede foram classificados, em 2013, como Monumentos de Interesse Público e a Igreja de Santo Isidoro como Monumento Nacional. Atualmente, nove imóveis encontram-se em vias de classificação: a Capela da Quintã, as Igrejas celoricenses de Fervença, Ribas e Veade, a amarantina de Real e a cinfanense de São Cristóvão de Nogueira, bem como as Pontes de Esmoriz (Baião), Fundo de Rua (Amarante) e Veiga (Lousada). Consoante o seu valor relativo, e segundo a Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro (Artigo 15), os bens imóveis (leia-se monumentos) podem ser classificados como de “Interesse Nacional”, de “Interesse Público” ou de “Interesse Municipal”. A instrução de um processo de classificação e a sua posterior conclusão determinam que o imóvel, conjunto ou sítio classificados, ou em vias de classificação, disponham, automaticamente, de uma zona de proteção ou de uma zona especial de proteção, que lhe está agregada, podendo incluir-se nestas últimas zonas *non aedificandi*, nos termos previstos pela Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro (Artigo 43.º). A partir do momento em que se dá início a um qualquer processo de classificação, conforme se regulamentou através do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro, o monumento está desde logo protegido e a sua zona de proteção definida. Trata-se de um processo complexo e moroso, composto por uma série de passos administrativos que têm de ser rigorosamente seguidos.

Para muitos dos edifícios em estudo, o facto de não se encontrarem classificados, além da ausência de proteção legal, coloca-nos um outro problema: o da ausência de documentação institucional relativa às intervenções que ao longo do século XX neles se foram realizando. Disso é exemplo a Igreja de São Cristóvão de Nogueira, cujas obras executadas já em 2005 estiveram a cargo da Comissão Fabriqueira da freguesia.

A partir de 1929 foi à hoje extinta Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) que, sob a tutela do Ministério das Obras Públicas, coube a responsabilidade de intervenção no património histórico e artístico do País. De um modo geral, e aproximadamente até meados do século XX, caracterizou-se a sua ação por um modo muito peculiar de entendimento do património artístico medieval. Dando uma particular preferência aos monumentos considerados detentores de uma significância histórica específica, o Mosteiro de Paço de Sousa (Penafiel), profundamente intervencionado na década de 1930, assume-se como um dos mais

paradigmáticos casos dos critérios então seguidos. Alvo de uma muito publicitada intervenção na imprensa periódica da época, a Igreja monástica serviu nessa ocasião de palco à exaltação de valores rurais e pitorescos, ao mesmo tempo que constituiu um laboratório de ensaio das ideias e conceitos de restauro que viriam a ser postos em prática, numa larga escala. Aqui, só para citar dois flagrantes exemplos, foi o grande janelão da fachada principal substituído por um óculo concebido dentro daquilo que se entendia ser a sua forma primitiva, e que em muito se aproxima à da rosácea protogótica de Tabuado, como se demoliu a torre sineira que se adossava à fachada principal, a sul, alçando-se uma nova, isenta, no adro, a norte da Igreja.

É dentro desta grande corrente intervencionista que devemos entender a intervenção realizada, na década de 1940, em São Martinho de Mouros, que procurou afirmar o carácter turriforme da fachada, desobstruindo a envolvente. Tal como aqui, também em Travanca se libertou a torre do campanário que, de certa forma, se sobrepunha à retórica função militar que o restauro da década de 1930 procurou acentuar no conjunto monástico amarantino. Dentro da mesma linha de ideias, na década de 1960 foi reposto o coroamento ameaçado na torre de menagem do Castelo de Arnoia.

Embora a maior parte das intervenções realizadas no conjunto dos edifícios em estudo seja datável da segunda metade de novecentos, identificámos, contudo, numa época em que se defendia já a conservação dos vários elementos que explicam as vivências dos edifícios ao longo dos séculos, uma grande aptidão para a remoção dos rebocos interiores e exteriores dos edifícios: São Martinho de Mouros, Cárquere, Vila Boa de Quires, Travanca, Tarouquela, Jazente... À roda do ano mil, Raoul Glaber refere-se ao manto branco de igrejas que então povoou a Europa. Naturalmente que os rebocos agora removidos não são os originais, todavia estes conferiam aos edifícios em estudo uma legibilidade bem diferente da que temos hoje. Não deixa de ser curioso, contudo, que numa intervenção feita, em 2012, em Vila Boa do Bispo se tenha optado, já em pleno século XXI, por repor o revestimento caiado do exterior, o que, numa Igreja profundamente transformada durante a Época Moderna, realça os elementos românicos remanescentes. Será que esta opção respondeu a este mesmo objetivo?

Da remoção generalizada dos rebocos resultou não só a acentuação do carácter pétreo destes edifícios, hoje despidos numa leitura antitética daquilo que a época românica viveu, como vimos atrás, como também, em alguns casos, originou a descoberta de significativos conjuntos de pintura mural: Santo Isidoro, São Nicolau de Canaveses ou Gatão. Mas o contrário também aconteceu: na Igreja de Escamarão, conforme mostram fotografias anteriores à intervenção levada a cabo, na década de 1960, pela Comissão Fabriqueira, existiam vestígios de pintura mural que desapareceram. Como consequência das descobertas pictóricas, ou como simples opção estética, foram os retábulos e demais elementos entalhados removidos numa tentativa de acentuar uma leitura dos elementos arquitetónicos românicos. Em Mancelos apeou-se a grande sanefa em talha que encimava o arco triunfal, cujos capitéis se mostram, agora, picados.

A remoção dos coros altos foi uma outra constante. Em Telões foram apeados dois, montados em épocas diferentes, considerados impróprios. Em Cárquere e em Tabuado foram removidas as escadas de acesso exteriores que, nos alçados norte, permitiam o acesso aos respetivos coros. Em Travanca demoliu-se o passadiço que ligava a parte superior da torre à parte alta da nave, permitindo um acesso direto ao coro alto que, por ser de grandes dimensões, foi também ele apeado. A



Mosteiro de Paço de Sousa (Penafiel)
antes das intervenções da DGEMN.
Fonte: arquivo IHRU.



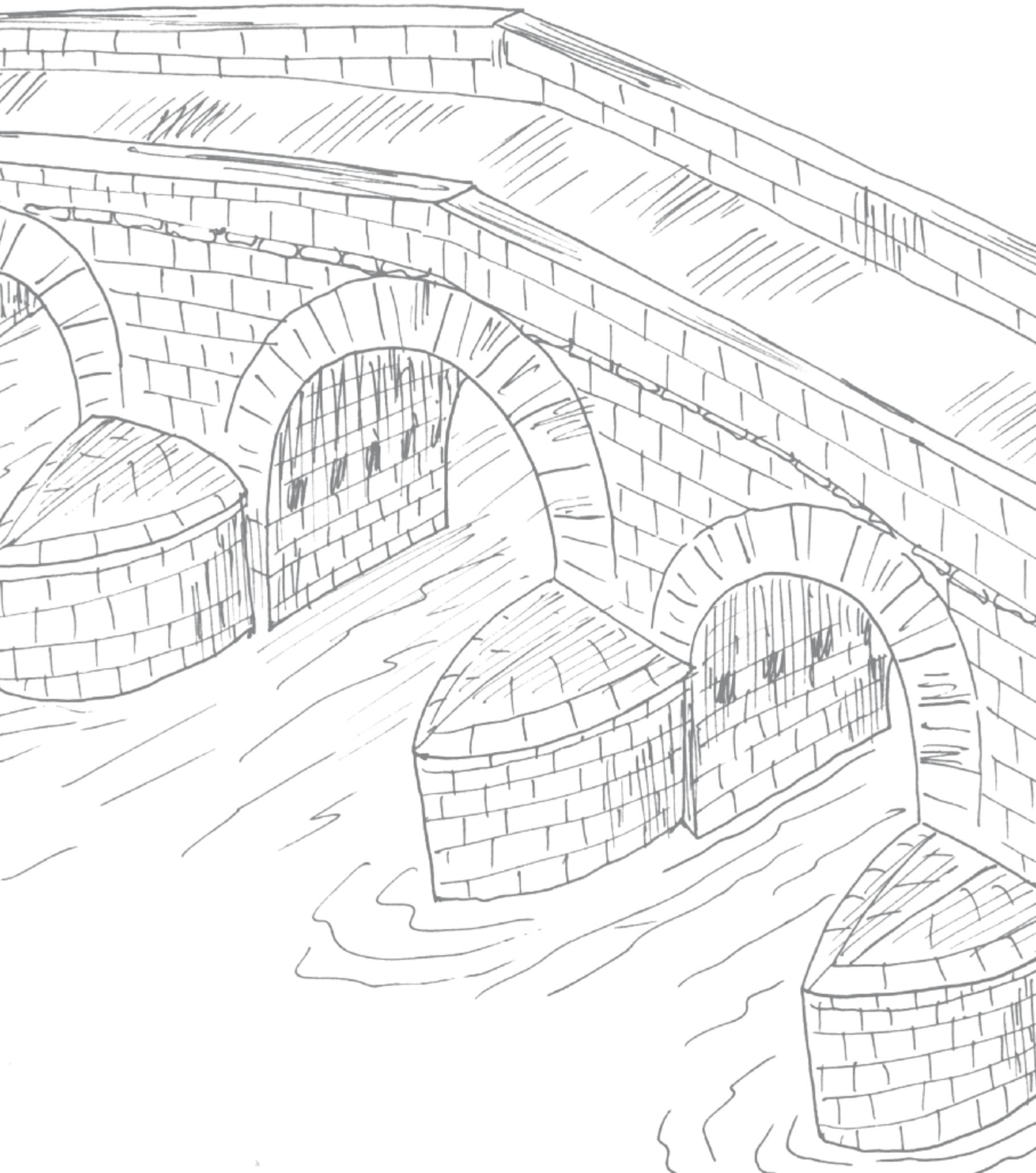
Mosteiro de Travanca (Amarante) durante as intervenções da Rota do Românico (2013). Vista aérea.

demolição dos coros fez-se geralmente acompanhar pelo apeamento dos púlpitos. Primou-se, pois, por aquilo que a historiografia da especialidade tem tentado designar por “desbarroquização”.

Certamente porque se considerou que as intervenções realizadas terão sido exemplares, foram alguns dos monumentos em estudo brindados pela DGEMN com um *Boletim*, que não só divulga a ação realizada (apesar do tom apologético que lhe está associado), como também nos ajuda hoje a perceber, em parte, o antes, o durante e o depois das intervenções. Travanca (1939), Freixo de Baixo (1958), Gatão (1961) e Tabuado (1972) foram os edifícios agraciados. Em Gatão, Igreja considerada híbrida, sendo impossível recuperar uma unidade arquitetónica, optou-se antes pela recuperação da sua unidade construtiva. Esta mensagem, veiculada através do *Boletim* de Gatão, é não só elucidativa das opções tomadas, como assume contornos de grande importância no contexto da história da conservação e do restauro do património edificado a nível nacional.

Há, também, algumas intervenções que denunciam um espírito de conservação, como a que, na década de 1980, se fez em Gondar com o objetivo de reabilitar a ruína, dando a esta Igreja uma nova legibilidade e integridade. No entanto, alguns dos edifícios em estudo, por acusarem determinado grau de abandono ou por necessitarem de ações de conservação particularizadas, como o é a da pintura mural, foram, estão ou serão alvo de intervenções de conservação e salvaguarda ao abrigo da Rota do Românico. Sempre que necessário, como aconteceu já em Travanca, estas serão acompanhadas por sondagens arqueológicas que ajudarão a melhor compreender as vivências dos edifícios ao longo dos tempos.

CAPÍTULO II



PONTE
DE FUNDO
DE RUA
AMARANTE



PONTE
DE FUNDO
DE RUA
AMARANTE

Fundo de Rua, topónimo que antecede ou sucede (conforme o visitante se desloque de este ou oeste) a travessia sobre o rio Ovelha, em Aboadela¹, é suficiente para aquilatar do tipo unilinear deste povoado e da importância da sua posição na grelha vial do território amarantino². Se, porém, não conhecêssemos a localização da Ponte de Fundo de Rua, bastaria observar a sua vetusta estrutura para supor da sua preeminência. Desde quando, porém, podemos tomar esta passagem como uma das principais na transição do Entre-Douro-e-Minho para Trás-os-Montes?



Vista aérea.



Vista de montante.

1 O nome da freguesia substituiu o da antiga honra e concelho de Ovelha do Marão. Também designada Bobadela (Costa, 1706-1712). Com a Lei n.º 11-A/2013, Aboadela foi agregada às freguesias de Sanche e Várzea.

2 Amarantino, no duplo sentido de proximidade a Amarante e ao Marão.

A cartografia disponível para o reino de Portugal desde o mapa de Álvaro Seco, de 1561, sobretudo a que representa, ainda que de modo esquemático, a estrutura viária principal, mostra três pontos de passagem para o interior transmontano e beira duriense que, ainda hoje, nos parecem evidentes e seriam na Idade Média particularmente importantes: Canaveses (Marco de Canaveses), Amarante e Cavês (Cabeceiras de Basto)³. O trânsito proveniente do litoral converge para estes três locais, onde foi edificada uma travessia justamente necessária para vencer o curso de água, arrebatado e caudaloso, que soía constituir o Tâmega antes do seu represamento. A partir destas travessias, cuja complexidade construtiva aumenta de norte para sul (isto é, consoante o crescimento do caudal e largura do leito), prosseguiam itinerários no sentido poente-nascente.

De Canaveses, a estrada seguia pela serra da Aboboreira por Venda da Giesta, Fonte do Mel e Carrasqueira, indo unir-se à estrada de Amarante por alturas dos Padrões da Teixeira. Em Amarante, povoação de traçado unilinear⁴, o viandante proveniente quer do Porto, quer de Braga ou de Guimarães, atravessava a ponte de São Gonçalo e seguia por Ovelha, Carneiro, Padrões da Teixeira, Mesão Frio e Moledo.

A montante, a ponte de Cavês e, mais tarde, a de Mondim, asseguravam a passagem de homens, animais e veículos entre a província do Minho e a sua capital, Braga, e Trás-os-Montes, nomeadamente a vila de Chaves.



Ponte de Canaveses (inexistente) (Marco de Canaveses). Fonte: arquivo IHRU.

74



Ponte de São Gonçalo (Amarante). Vista de jusante.

³ Não incluímos a passagem de Chaves, não obstante a sua notável origem romana, por considerarmos que, do ponto de vista medieval, as principais passagens entre o Minho e Trás-os-Montes seriam as que indicamos, a sul da velha *Aquae Flaviae*, cuja importância declinou em detrimento de Vila Real ou mesmo Canaveses. Chaves, importante pela sua localização entre *Bracara Augusta* e *Asturica*, no trajeto de um itinerário bem conhecido, ligado à exploração mineira, deixou de assumir o papel que assumira quando em 104 d.C. Trajano ordenou a conclusão da vetusta travessia. De resto, está por fazer a evolução das vias de comunicação a norte do Douro. Como refere Humberto Baquero Moreno (1982: 193): "resta averiguar até que ponto esta rede [viária romana] alcançou em perfeitas condições de funcionamento o termo da Idade Média portuguesa".

⁴ É particularmente expressiva a descrição do *Numeramento de 1527*: "Esta vylla he huua rua comprida sem çerqua omde esta Sam Gonçallo e tem huua ponte no rio Tamega per omde parte com Guouvea e Covello..." (Freire, 1905: 241-273).

Contudo, ainda que o homem medieval tenha empreendido a construção de várias pontes, este tipo de obras não deixava de ser dispendioso, de trabalhosa manutenção e, sobretudo, um poderoso auxílio à difusão de perigos e inimigos, entre os quais se contavam a peste e os estranhos à comunidade. Neste difícil equilíbrio entre a necessidade e a profilaxia, prosseguiu uma política já praticada pelos romanos: de que o melhor seria evitar os caudais mais volumosos, a transpô-los. Persistiram assim, em muitos locais, as barcas de passagem, pagas ou “pro deo”. As pontes eram obras que ficavam para os grandes, como reis, rainhas ou santos.

Chegada a modernidade, ainda na véspera das primeiras teorias económicas, as pontes vão constituir um elemento essencial ao desenvolvimento e já não um mero instrumento da piedade individual para acudir a quem era obrigado a percorrer os caminhos e estradas, entre vivos – como peregrinos e comerciantes – e mortos – como as “almas” que penavam a quem se dirigiam orações nas encruzilhadas. Ainda que por conhecer com a profundidade devida, estima-se que o processo regulador e construtivo de certas instituições locais e regionais (e mesmo privadas), como a Igreja e as Câmaras Municipais, se intensifique ao longo da Época Moderna, promovendo o conserto e a melhoria de vias de comunicação e correspondentes travessias.

Creemos que se enquadra nesta esfera de competências e sensibilidades a obra da Ponte de Fundo de Rua, sobre o rio Ovelha. Embora designada por Ponte românica, esta travessia apenas pode considerar-se herdeira dos modelos medievais que os construtores podiam ter ido buscar, por exemplo na de Canaveses, salvaguardada a devida distância e a diferença entre os cursos de água e respeitantes caudais a vencer. Efetivamente, o pequeno rio Ovelha não exigia a complexidade técnica e a monumentalidade da desaparecida passagem sobre o Tâmega. Não obstante, a Ponte de Fundo de Rua reveste-se de um significado que as suas dimensões evidenciam, como já referimos.

A data de 1630 associada à Ponte de Aboadela, ou Ovelha do Marão, epigrafada na base do cruzeiro construído à entrada da Ponte, na margem esquerda, parece indicar reconstrução ou, pelo menos, edificação de raiz em local de travessia anterior, provavelmente a vau.

Temos, assim, um exemplar de passagem pétrea, sustida por quatro arcos de volta perfeita com dimensões desiguais, sobre os quais corre um tabuleiro ligeiramente levantado acima do arco maior. Os pilares são protegidos a montante por talha-mares aguçados e a jusante por contrafortes.

Possuímos alguns exemplares semelhantes na região centro e norte de Portugal, nomeadamente a ponte de Meimoa, no atual concelho de Penamacor, fruto do esforço coletivo de vários povos das Beiras. Foi mandada construir, em 1607, por D. Filipe II, sendo portanto do mesmo período da de Aboadela⁵. De facto, estamos perante estruturas similares, embora de dimensões diferentes (a ponte de Meimoa possui nove arcos): tabuleiro em rampa, aparelho pseudo-isódomo e arcos de volta perfeita cujos vãos são de tamanhos diversos.



Cruzeiro.

⁵ José Cornide, um nobre do iluminismo espanhol que percorreu a Península na segunda metade do século XVIII, deixou-nos uma anotação sobre a ponte de Meimoa (Penamacor) e do problema do assoreamento dos rios, causa para a destruição e abandono de certas pontes: “Después de haber comido mal en una pésima estalagem sali de Fundaom [Fundão]; valle arriba, a una legua, passé por un buen puente de piedra un río llamado Meymoa [Ribeira de Meimoa], que viene de la Sierra de la Garduña [Serra da Gardunha] y que povo más abajo se junta al Cecere [Zêzere], el que pasé a otra legua por otro buen puente de piedra de 9 arcos; pero este y ele anterior no tardarán en ser entupidos con las muchas arenas que conducen estos rios, que en el tiempo en que yo los pasé se podían vadear muy bien a pie” (Manuel Abascal e Cebrián: 2009: 705).





Ponte da ribeira de Meimoa (Penamacor). Vista de montante. Fonte: arquivo IHRU.

Se a construção da ponte de Meimoa pode ser compreendida à luz de uma política de centralismo político do território por parte da monarquia dual, também a velha travessia de Ovelha poderá ter beneficiado de uma mesma necessidade política, na esfera do seu senhorio. Não esqueçamos o papel da velha beetria, depois honra e concelho de Ovelha do Marão, que por tantas vicissitudes passou ao longo dos séculos XIV, XV e XVI. A história destas vicissitudes foi narrada pelos autores do verbete na *Grande enciclopédia portuguesa e brasileira*, que passamos a resumir.

Sendo Ovelha do Marão, no século XIV, beetria – “espécie de senhorio em que os vassalos elegiam por senhor a pessoa do seu agrado” (Correia et al., 1963a: 417-418)⁶ – de Martim Afonso de Sousa, este vendeu-a a Martim Lourenço Corvo, ultrajando assim os vassalos que já se queixavam dos maus tratos infligidos pelo primeiro senhor. Procurando o agasalho régio, e recusando o domínio forçado pela venda, foram os moradores convidar para seu senhor o príncipe D. Afonso, filho bastardo de D. João I e primeiro duque de Bragança. A proteção alcançada com o duque levou a que os moradores de Ovelha se colocassem sob a proteção perpétua da casa de Bragança. O senhorio parecia revestir-se da estabilidade necessária não fosse a decapitação de D. Fernando às mãos de D. João II. Não obstante este trágico desenlace na prossecução da jovem casa ducal, os moradores da ciosa beetria de Ovelha foram buscar no filho do executor, D. Afonso, a proteção contra, talvez, mavisos desejos nobiliárquicos. Novamente, a má sorte rondou o senhor de Ovelha, que tendo falecido precocemente em 1491 deixou vago o senhorio nas faldas do Marão.

Foi, finalmente, entregue o domínio a D. Jorge, meio-irmão de D. Afonso e até certo tempo a única e última esperança para ocupar o lugar do seu pai no trono. Tendo D. Jorge de Lencastre falecido em 1550 e o senhorio da beetria disputado por D. Teodósio, como duque brigantino, o monarca D. João III manda sequestrar a mesma, unindo-a à coroa (Correia et al., 1963b: 834-835).

Em 1630 era, portanto, senhor de Ovelha do Marão, o rei Filipe III de Portugal (r. 1621-1640), um dos monarcas que mais favoreceu a edificação de pontes e estradas, numa época particu-

⁶ Sobre este assunto ver Igrejas de Santa Maria de Sobretâmega e de São Nicolau, Marco de Canaveses.

larmente conflituosa e, portanto, ávida de comunicações (Uriol Salcedo, 2001: 189). Dada a privilegiada posição de Aboadela no contexto viário peninsular, ligando a costa ocidental ao interior da Península, é provável que esta obra constituísse um desígnio não só local e regional, mas até nacional.

Por outro lado, sendo Amarante o epicentro de várias vias por ser centro espiritual particularmente afamado na Época Moderna, não podemos ignorar a necessidade de providenciar acessos seguros e céleres a peregrinos e fiéis. Por força da “mitologia” criada recentemente à volta dos caminhos a Compostela (Espanha), esqueceram-se os itinerários religiosos de âmbito local ou regional, como os que se dirigiam a São Gonçalo de Amarante, a Santa Senhorinha de Basto (Cabeceiras de Basto) ou, além Douro, à Senhora da Lapa (Sernancelhe), um dos mais importantes santuários marianos em Portugal.

Particularmente expressiva é a descrição que do santuário amarantino faz o padre Luiz Cardoso no seu *Diccionario geografico...*:

“He um dos Santuarios mais frequentados de romagens, que tem este Reyno; porque em todos os dias do anno he visitado. No dia dez de Janeiro, que he o de S. Gonçalo, concorre innumeravel povo: vespera do Espirito Santo vem muita gente de Guimarães: na primeira Oitava o Marquezado de Villa-Real, cada freguesia separada com seus clamores, e todos os homens e mulheress trazem vellas de cera, que deixão de esmola, e no meyo das procissoens trazem huns castanheiros de cera, que tambem deixão no mesmo dia: vem em procissão o Concelho de Mondim de Basto: na mesma forma vem na primeira segunda feira de Junho o Concelho de Santa Cruz, o de Tuyas, e o de Canavezes; em onze do mesmo mez o de Felgueiras, e em treze o de Unhão; a dous de Julho vem a freguesia de Soalhães: no mesmo mez a do Grillo, Vila-Marim, Teixeira, Sediolos, e Modroens: em Agosto vem o concelho de Monte-Longo, e as Freguesias de Santa Marinha do Zezere, Tizouras, Pena-joya, Fontes, Rezende, Viaris, e Gestaço: em Setembro vem a Freguesia de Barro, São Martinho de Mouros, São Pedro de Paos, e São João de Ouvil; em Outubro vem a freguesia de Lobrigos: nos sabbados deste mez, e Novembro vem a gente da terra da Feira, e concelhos da maya, que distão desta terra dez, doze, e quinze léguas” (Cardoso, 1747-1751: 423).

Um período particularmente atreito a deslocações, por razões comerciais ou espirituais, estimulou o destino de sisas, sobras e fintas extraordinárias à construção e conservação de caminhos e, certamente, de pontes⁷. Infelizmente são escassos os testemunhos escritos dos trâmites atinentes a estas obras⁸.

Como tal, só a documentação, que não lográmos identificar, poderia solucionar a razão ou razões para tão dispendiosa estrutura. O facto de se erguer num percurso particularmente sensível em termos de circulação regional pode justificar-se por ter sido uma obra coletiva, como a citada ponte de Meimoa e outras travessias similares, que obrigaram a consideráveis esforços braçais ou

7 Em 1605, o monarca mandou passar uma provisão para por termo às “grandes desordens” ocorridas em torno da recolha da sisa que se destinava às obras das pontes (Silva, 1854: 132-133).

8 A este respeito ver o ponto que lhe dedica Serrão (2000: 358-361).

monetários das populações. A utilização de sisas e sobejos ou fintas extraordinárias, assim como do empenho comunitário, processo de resto comum ao mundo ibérico, possibilitou o levantamento de estruturas de grandes dimensões, como pode ser o caso da Ponte de Fundo de Rua.

No século XVIII, a velha honra de Ovelha foi deposta nas mãos dos morgados de Mateus, certamente para recompensar os feitos militares e políticos de Luís António de Sousa Botelho Mourão (1722-1798). No espiritual, era então a reitoria de Aboadela sujeita ao Mosteiro de Pombeiro (Felgueiras), que apresentava o pároco e recolhia os dízimos. É em 1758, aliás, que conhecemos um pouco mais sobre a freguesia de Aboadela, a sua economia, dependente do rio Ovelha e da sua travessia.

Segundo o reitor Alexandre da Silva, a freguesia estava situada “entre a Serra do maram e outra chamada o Ladayro, em huma Ribeira muito fértil (...)” por onde passava o “rio de Ovelha, quieto no seu curso que começava no lugar de Covelo e fenecia no Tamega”. Tinha uma légua de comprimento e nele se criavam peixes, nomeadamente trutas. Em toda a veiga que o Ovelha nutria cultivava-se cereal, vinho, castanha e algum azeite, estando as suas margens debruadas por uveiras e castanheiros. Sobre o seu curso alçava-se, então, a Ponte situada na Rua de Ovelha “de cantaria muito boa” (Silva, 1758).

No século XIX, a economia de Ovelha do Marão dependia ainda da terra, sendo a pastorícia ocupação complementar e relevante numa economia profundamente marcada pelo sistema tripartido do micro-agro-silvo, como o designou Carlos Alberto Ferreira de Almeida (1978). Sendo grande parte do seu termo território montanhoso, daqui se extraíam as matérias necessárias a suprir o aproveitamento intensivo das zonas chãs e irrigadas, como pasto para o gado ou as raízes destinadas à produção de carvão vegetal. Num estudo demográfico sobre a Aboadela, no primeiro vinténio do século XIX, António Barros Cardoso (1986: 75-100) fala de “uma sociedade profundamente rural cuja vida [era] ditada pelo pulsar da natureza”. Esta estabilidade deve ter sido apenas abalada pelas tropas francesas, em 1809. Sendo local de passagem, quer Ovelha, quer Ovelhinha (Gondar), foram depredadas pelos homens de Soult (1769-1851) que acabaram por tomar Amarante no dia 3 de maio daquele ano. Assim o narram, por exemplo, frei Tomás de Santa Teresa (2009) ou o autor do folhetim “João de Deos: história de um engeitado”, publicado na revista *Arquivo Rural*⁹. De resto, Camilo Castelo Branco (2002) verteu em alguns dos seus romances quer as memórias dos acontecimentos do início do século XIX, quer o relato da sua própria experiência como viajante ao longo da estrada de Vila Real.

Regressado o tempo de paz e prosperidade, o antigo corredor de circulação permaneceu como o único itinerário entre o litoral e Trás-os-Montes, de certa forma utilizado até aos dias de hoje, embora a engenharia (ainda que fundamentada na experiência) ouse atravessar o que outrora apenas podia ser contornado. [NR]

9 [S.a.] – João de Deos: história de um engeitado. *Arquivo Rural*. N.º 6 (1863) e anos seguintes. O romance, publicado em fascículos, descreve o clima político e social do norte ocupado durante a primeira invasão francesa, referindo-se aos itinerários percorridos pelas tropas ao longo do Marão, quer por Ovelha, quer pelos Padrões da Teixeira.

CRONOLOGIA

1258: o padroado da igreja de Santa Maria de Aboadela pertencia ao Mosteiro de Pombeiro;

Século XIV: Ovelha do Marão, em cujo termo se incluíam as freguesias de Aboadela e Canadelo, constituía uma beetria;

1550: por morte de D. Jorge de Lencastre, a beetria passa a património da Coroa, por ordem de D. João III;

1630: data de construção do cruzeiro à entrada nascente da Ponte;

Século XVII: período de (re)construção da Ponte de Fundo de Rua;

Século XVIII: o termo de Ovelha do Marão passa para a jurisdição dos donatários senhores e morgados de Mateus;

2010: a Ponte de Fundo de Rua passa a integrar a Rota do Românico.

BIBLIOGRAFIA E FONTES

[S.a.] – João de Deos: história de um engeitado. *Archivo Rural*. N.º 6 (1863).

_____ – *Ponte medieval da ribeira de Meimoa e nicho do Senhor dos Aflitos: vista lateral (montante)* [Material fotográfico]. Penamacor: [s.n., 1994]. Arquivo do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (ex-DGEMN). N.º Inventário IPA.00002449, FOTO.00001264.

_____ – *Ponte sobre o Tâmega: obras* [Material fotográfico]. Marco de Canaveses: [s.n., s.d.]. Arquivo do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (ex-DGEMN). N.º Inventário IPA.00004930, FOTO.00055530.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de – *Arquitectura românica de Entre Douro e Minho*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1978. Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

CARDOSO, António Barros – Aboadela, 1800-1820. *Boletim do Arquivo Distrital do Porto*. Vol. 3 (1986) 75-100.

CARDOSO, Luiz, padre – *Diccionario geografico...* Lisboa: na Regia Officina Sylviana, e da Academia Real, 1747-1751.

CASTELO BRANCO, Camilo – *Vinte horas de liteira*. Porto: Edições Caixotim, 2002.

CORREIA, António Mendes [et al.] – Beetria. In *Grande enciclopédia portuguesa e brasileira*. Lisboa/Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, 1963a.

_____ – Ovelha do Marão. In *Grande enciclopédia portuguesa e brasileira*. Lisboa/Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, 1963b.

COSTA, A. Carvalho da – *Corografia portugueza e descripçam topografica do famoso reyno de Portugal...* Lisboa: Off. de Valentim da Costa Deslandes, 1706-1712.

FREIRE, A. Braamcamp – Povoação de Entre Doiro e Minho no XVI: seculo. *Archivo Historico Portuquez*. Vol. 3, n.º 7/8 (1905) 241-273.

MANUEL ABASCAL, Juan; CEBRIÁN, Rosario – *Los viajes de José Cornide por España y Portugal de 1754 a 1801*. Real Academia de la Historia, 2009.

MORENO, Humberto Baquero – Linhas de comunicação em Trás-os-Montes no século XV. *Boletim do Arquivo Distrital do Porto*. Vol. 1 (1982) 191-202.

SANTA TERESA, Tomás de, frei – *Viagem sentimental à província do Minho*. Amarante: Grupo de Amigos da Biblioteca/Museu Municipal, 2009.

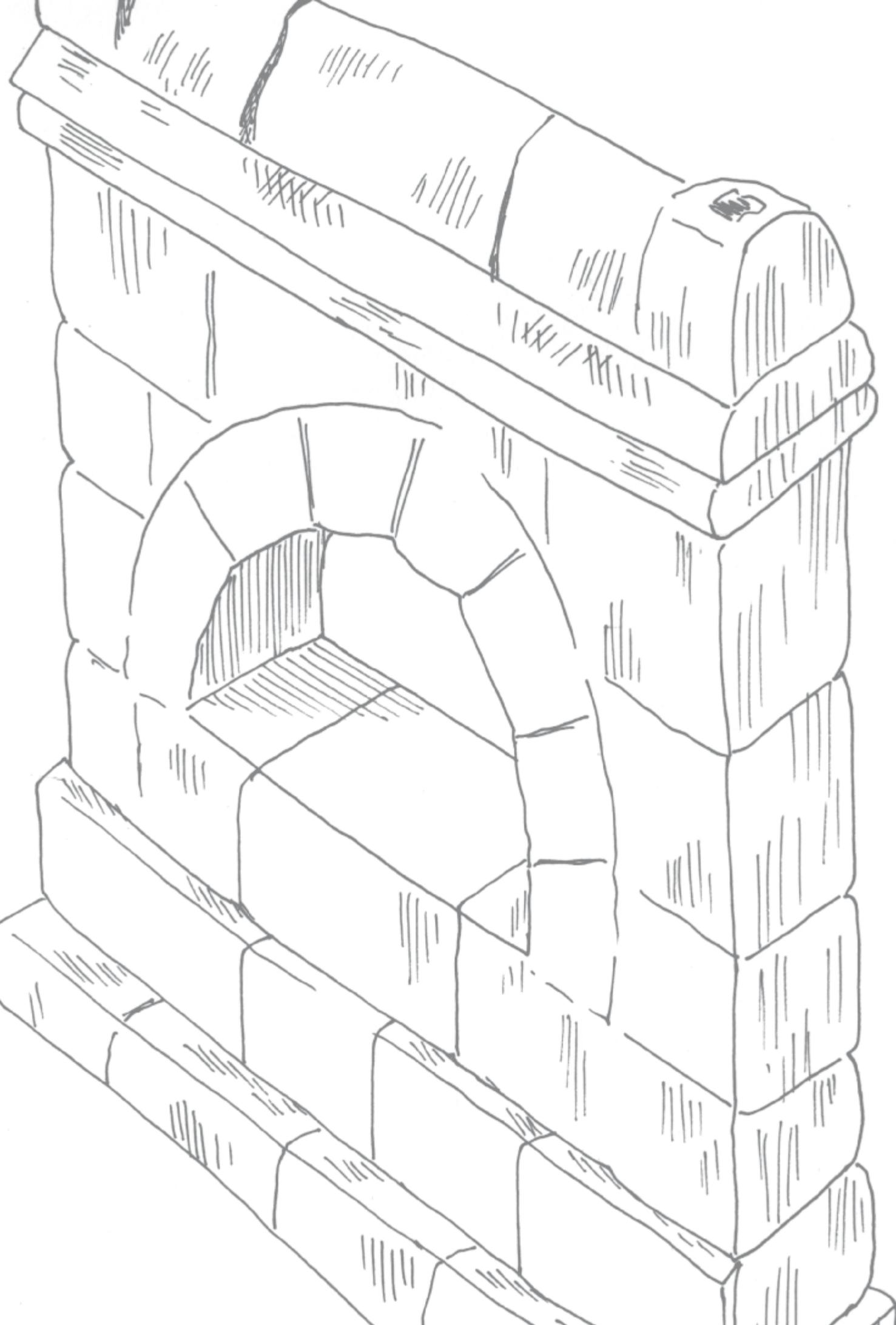
SECO, Fernando Álvares – [*Portugalliae que olim Lusitania, novissima & exactissima descriptio*] [Material cartográfico]. Escala [1:1300000]. 1561. Roma.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal [1580-1640]*. Lisboa: Editorial Verbo, 2000.

SILVA, Alexandre Pinto da – [Memória paroquial de] Ovelha do Marão [Manuscrito]. 1758. Acessível em ANTT, Lisboa. PT/TT/MPRQ/26/46ª.

SILVA, José Justino de Andrade e – *Collecção chronologica da legislação portugueza...: 1603-1612*. Lisboa: Imprensa de J. J. A. Silva, 1854.

URIOL SALCEDO, José I. – *História de los caminos de España*. Madrid: Colegio de Ingenieros de Caminos, Canales y Puertos, 2001.



MEMORIAL
DE ALPENDORADA
MARCO DE CANAVESES

MEMORIAL

DE ALPENDORADA

MARCO DE CANAVESES

OS MARMOIRAIS

“**H**á em Portugal, especialmente no Norte, uns pequenos monumentos isolados, junto dos lugares de passagem, cujas notícias, fiéis ou fantasistas, a tradição mantém. Dá-lhes o povo o nome de *marmoirais* (corrupção de *memoriais*) ou apenas de arcos, em vista da forma que quási todos apresentam” (Vitorino, 1942). É com estas palavras que Pedro Vitorino procura definir este tipo de monumentos funerários, ao que se sabe, exclusivamente portugueses e popularmente designados como “arcos, arquinhos, memoriais e marmoirais” (Correia et al., 1936-1960: 857). A toponímia conservou, na área noroeste do país, até ao Vouga, a tradição destes locais de sepultura. Também a documentação medieva atesta a grande popularidade que esta tipologia de monumentos alcançou nesta região. Tanto o termo “Memorial” como “Marmoiral” são de nítido contexto funerário. O primeiro, de raiz erudita e pouco frequente na documentação, radica do latim *memorāle* (“que ajuda a memória”), no sentido de *monumentum, sepulcrum*, enquanto que o segundo corresponde certamente à evolução, por via popular, do primeiro. Ambos os termos conjugam as ideias de sepulcro e de monumento memorativo, ajustando-se assim aos exemplares conservados e às dificuldades na sua interpretação funcional (Silva, 1998: 21-22).

85



Vista aérea.

Tratando-se de monumentos funerários independentes, de um modo geral, os *marmoirais* são estruturas pétreas que, comportando a cavidade de inumação no supedâneo, são dignificadas por um arco, normalmente decorado (Barroca, 1987). Neste panorama, o Marmoiral de Sobrado (Castelo de Paiva) constitui uma exceção pelo facto de, do ponto de vista tipológico, ser o único “marmoiral” conhecido que não apresenta qualquer arco. Situado à entrada da Quinta da Boavista, este monumento é formado por duas cabeceiras verticais de terminação discoide, com cruces latinas gravadas em cada face, onde se apoiam duas lajes horizontais, a superior é retangular e a inferior, correspondente a uma tampa sepulcral, apresentando um formato convexo na superfície.

Já os Memoriais da Ermida (Irivo, Penafiel) (Rosas e Barros, 2008: 223-233) e de Santo António (Santa Eulália, Arouca) são os que apresentam uma estrutura mais aproximada ao que existe em Alpendorada e Matos, embora este último, que agora estudamos, se diferencie pelo facto de não possuir laje sepulcral no vão do arco (Silva, 1986: 8). Além disso, é evidente a sua semelhança estrutural (e talvez funcional) com os arcosólios rasgados nos muros exteriores das igrejas românicas (Silva, 1986: 19), de que devemos destacar o exemplo geograficamente próximo da Igreja de Vila Boa de Quires (Marco de Canaveses), testemunho desta vontade de edificação de um monumento memorativo sobre os túmulos, numa cada vez mais evidente “personalização da morte”.

Segundo Mário Barroca (1987: 387), é no século XI que devemos procurar as raízes da personalização do sepulcro medieval do Entre-Douro-e-Minho. Devemos aos membros da nobreza e do alto clero esta vontade de perpetuação da memória *post mortem*, tornando-se por então os mosteiros o palco privilegiado para as primeiras manifestações da personalização do sepulcro. Recorreu-se, para o efeito, a várias fórmulas que passam pela elevação do sepulcro a um lugar de notoriedade, através da inclusão de epígrafes e brasões, formas diretas e eficazes de individualização, ou, ainda, pela ostentação de decorações que concorrem para melhor identificação do tumulado. Conforme nos especifica o mesmo autor, os temas iconografados são tendencialmente de sabor cristão e apotropaico ou, quando muito, numa época mais avançada, aludem a temas religiosos historiados (sarcófago de Dume) ou alegóricos (Barroca, 1987: 390). Daí que o sarcófago de Egas Moniz, que podemos apreciar na Igreja do Mosteiro de Paço de Sousa (Penafiel), concebido nos meados do século XIII, onde se procurou registar a gesta do Aio com a sua mítica deslocação à corte de Toledo (Espanha), constitua o primeiro testemunho de um tema retrospectivo na escultura funerária do Entre-Douro-e-Minho (Barroca, 1987: 390). Por fim, os jacentes constituem um dos momentos altos de todo este percurso de personalização da morte, manifestação essencialmente aristocrática e masculina, fruto da importação de uma moda estrangeira (Barroca, 1987: 401). Recordem-se os exemplares existentes em Vila Boa do Bispo (Marco de Canaveses).

Crê-se que os nossos “marmoirais” encontram a sua origem prístina na tradição romana, dos primeiros séculos da cristandade, de colocar as sepulturas – “monimenta” ou “memoriae” (Silva, 1998: 23) – à margem dos caminhos, de que persistem diversos exemplos em terras de Marco de Canaveses e de Penafiel (Correia et al., 1936-1960: 857). Foi só ao tempo do papa Gregório, Magno (p. 590-604), que surgiram os primeiros cemitérios, geralmente nos



Marmoiral de Sobrado (Castelo de Paiva).



Memorial da Ermida (Penafiel).



Memorial de Alpendorada. Pormenor do vão do arco.



Igreja de Vila Boa de Quires (Marco de Canaveses).
Fachada sul. Nave. Arcossólios.



Mosteiro de Paço de Sousa (Penafiel). Igreja. Nave.
Arca tumular de Egas Moniz.



Mosteiro de Vila Boa do Bispo (Marco de Canaveses). Igreja.
Nave. Parede norte. Arca tumular de D. Júrio Geraldês.

adros das igrejas por estas estarem vedadas aos enterramentos (Vitorino, 1942: 5), e entre nós surgem, pelo menos, desde o Concílio de Braga de 561. O uso de sarcófagos de pedra a partir de finais do século XII, muito possivelmente, coincide um pouco com o momento em que os enterramentos voltam a franquear o portal da igreja (Silva, 1998: 16). É da permissão de sepultura junto dos muros das igrejas que surge o costume de “cavar aberturas nas paredes exteriores delas, ou suas dependências, à semelhança dos *arcosolia* alinhados nos corredores das catacumbas cristãs” (Vitorino, 1942: 5). Recorde-se, novamente, o exemplo de Vila Boa de Quires. Começam também a surgir outros arcos nos adros (numa aceção genérica de espaço envolvente do edifício religioso), isolados dos templos, de que o túmulo do conde D. Sesnando Davides (m. 1093) tem vindo a ser um dos mais referenciados exemplos¹. Simultaneamente, começam a aparecer “em outros lugares, afastados dos adros das igrejas, pelo que se vê perante as sobrevivências que se nos deparam, também foram erguidos *arcos* ou *marmoirais* destinados a sepulturas” (Ribeiro, 1810-1836: 6). Disso pode ser exemplo a sepultura do bispo do Porto D. Sesnando, martirizado em 1074 e possível fundador do Mosteiro de Vila Boa do Bispo. Segundo o autor do *Agiologio lusitano...*, na geograficamente próxima Ermida de São Salvador, “o lugar próprio em que estava o seu monimento, & nelle a pedra, que o cubria, & do meio do monte hum padrão erigido em memoria de que alli esteve muitos annos o ditto sepulchro, depois de suas relíquias serem trasladadas para o dito mosteiro” (Cardoso, 1652: 297).

A *Primeyra Partida* do rei Afonso X de Castela e Leão (r. 1252-1284) e imperador do Sacro-Império Romano-Germânico (1257-1273) esclarece que existiam quer sepulturas baixas, as “campam”, quer as construídas de forma volumétrica, designadas de “moimento” (Beirante, 1982: 380). No entanto, o rei Sábio não deixa de criticar aqueles “que fazê as sopulturas muyto altas ou as pintã tâto que ssemelhã mays altares que moimētos”. Mais, esclarece que estas “se fazê mays a prazer e a uontade dos uiuos, que nõ he a bê nê a prol dos mortos” (Ferreira, 1980: 167), confirmando assim a ideia de memória que está subjacente a estes monumentos.

Apesar dos debates e dúvidas historiográficas que foram surgindo relativamente à função primeira dos “marmoirais”, a verdade é que é neste contexto de personalização da morte que devemos entender o seu aparecimento, tipologia de monumentos que se tem vindo a confirmar como exclusiva ao território português (Ferreira, 1980: 6; Barroca, 1987: 400). A cronologia dos testemunhos remanescentes deve ser colocada, de um modo geral, na primeira metade ou em meados do século XIII (Barroca, 1987: 401), embora se creia que tenham sido comuns entre o século XI e o século XIV².

Mas, como o próprio nome indica, os monumentos subsistentes³, mais do que sepulcrais, são padrões memorativos, certamente ligados a atos fúnebres (Vitorino, 1942: 6) e erguidos

1 João Pedro Ribeiro (1860: 199) esclarece-nos que “Pedr’Alavres Nogueira no Cathalogo Mscr. Dos Bispos de Coimbra diz em hum lugar, que o Conde Sesnando estava sepultado em hum Moimento, que tinha hum Arco, cujo lugar se ignorava, e em outra parte diz haver memoria de que a sepultura era no Adro”.

2 Se os memoriais surgem na documentação a partir do século X, parece que por volta dos séculos XV e XVI já se teria perdido há muito o hábito da sua construção, aspeto que coincide com o facto de, a partir de inícios do século XIII, se começarem a praticar enterramentos de prestígio dentro das igrejas (Silva, 1998: 22, 31, nota 24).

3 Além dos já referidos ao longo do texto, acrescente-se o arco de Paradela (Tarouca), o memorial de Odivelas e o arco de Lordelo (Ancede, Baião). Erguido à margem da estrada que ligava o Mosteiro de Ancede (Baião) à Pala, este memorial foi demolido no século XIX. Sobre este assunto veja-se o capítulo da Ponte de Esmoriz, Baião, nota 9.

fora da área benzida dos templos (Silva, 1986: 17). A tradição popular considera estes pequenos monumentos como obras feitas para memorar as “pousas”, ou paragens, nos respetivos locais, dos cortejos fúnebres de grandes personalidades, erguidos à imagem das sete memórias (“Montjoies”) edificadas em 1270 entre Paris e Saint-Denis (França), marcos do percurso do cortejo fúnebre de Saint-Louis (Correia et al., 1936-1960: 857).

Neste contexto, os Memoriais de Alpendorada, da Ermida, de Sobrado e de Santo António têm vindo a ser apontados como locais de *pousa* do cortejo fúnebre da rainha santa Mafalda (c. 1200-1256)⁴, filha de D. Sancho I (r. 1185-1211), conforme intuíu (porque não os identificou explicitamente), entre outros cronistas, frei Fortunato de São Boaventura nas suas *Memorias para a vida da beata Mafalda...*⁵. Segundo alguns autores, se os memoriais de Arouca e Ermida poderão estar diretamente relacionados com o seu funeral realizado entre Rio Tinto (Gondomar) (onde terá falecido no regresso de uma das suas visitas à Senhora da Silva da sé do Porto, de quem era devota) e o mosteiro de Arouca, onde jaz sepultada, o mesmo não se poderá dizer dos exemplares de Lordelo (Baião) e de Alpendorada (Silva, 1998: 22). Pela colocação topográfica, o Memorial em estudo não permite aceitar a paragem pelo facto de “ficar muito à desamão no percurso Porto-Arouca” (Correia et al., 1936-1960: 858).

Não obedecendo à necessidade de sinalizar locais de “pousa” em determinados funerais, mas antes respondendo primeiramente a uma função tumular, estes monumentos tiveram uma presença real, embora talvez extravagante tendo em conta a sua excecionalidade, na geografia religiosa da época, ritmando e sacralizando o território, articulando-se com uma apertada rede de igrejas paroquiais e mosteiros, sinónimos de pertença ao lugar (ou lugares), marcos evidentes da paisagem da nossa época românica e caracterizadores de uma tão específica antropologia do território⁶. A verdade é que estas sepulturas foram erguidas, aparentemente isoladas, em terrenos ermos, embora com frequência junto a caminhos importantes, contrariando a tendência da época de localizar as necrópoles em espaço sagrado, na área de igrejas e capelas (Silva, 1998: 23). É neste contexto que devemos entender a indignação de João de Barros quando refere a existência [1549] “na comarca dantre Douro e Minho de umas sepulturas antigas que não são dos Romanos e estão no monte feitas hã maneira de moimento, com arco por sima, e estas não tem nenhuas letras, nem me sabem dar razão de quem serão, ou porque se fazião ali, fóra das Igrejas...” (Barros, 1919: 109).

4 A tradição popular tem vindo a confundir esta figura com a de sua avó, mulher de D. Afonso Henriques (r. 1143-1185), D. Mafalda de Saboia (1125-1157). Na realidade, uma e outra foram figuras que marcaram profundamente as regiões do Douro, atribuindo-se-lhes, nas crónicas e na tradição, a fundação de albergarias, a edificação de pontes, a construção de capelas e outros atos pios. Do ponto de vista antropológico, deve ser realçado que, através destas duas Mafaldas, o imaginário popular tecia um vínculo com a realeza (Silva, 1986: 22).

5 Conforme nos descreve frei Fortunato de São Boaventura (2008: 104), no seu texto de 1814: “e saindo a mula de Rio Tinto tomou a direção de Arouca; depois de fazer três paragens, e memória das quais ainda hoje se conservam três arcos ou moimentos daquela idade, chegou finalmente à igreja de Arouca (...)”.

6 Sobre o assunto veja-se Botelho (2010: 367 e ss).



O MARMOIRAL DE ALPENDORADA

Anepígrafo⁷, o Memorial de Alpendorada, erguido em granito, é constituído por uma base com duas fiadas bem aparelhadas, a que se sobrepõe um arco de volta perfeita, composto por dez aduelas lisas. O conjunto é encimado por uma cornija com dupla moldura horizontal saliente, a todo o comprimento, que suporta por sua vez uma cumeeira de duas águas de acentuado pendente, enquadrada num e noutro lado como que por duas caixas de secção hexagonal. Este arco apoia-se sobre uma base paralelepípedica maciça, com sapata, onde se abria uma dupla cavidade mortuária.

Foi Pedro Vitorino quem, em 1942, informou que o seu amigo e investigador penafidense, Abílio Miranda, examinara a parte superior do “Arco de Alpendorada” após suficiente deslocação das pedras. Ficou assim esclarecida a “existência de duas cavidades distintas, de diferente tamanho, abertas nas pedras, que pelas reduzidas dimensões serviram, decerto, para recolher ossadas” (Vitorino, 1943: 10). Deste modo, o próprio médico portuense refuta a tese que defendera anteriormente e que aludia à existência de uma “sepultura dupla”, abrigada uma pela tampa e a outra posicionada sob o arco (Vitorino, 1943: 8-9)⁸.

Há um pormenor que merece destaque, quer porque nos dá uma vaga pista sobre a natureza deste monumento em particular, como também pode ser um elemento passível de datação, mesmo que relativa. Trata-se, pois, da longa espada com punho rematado por um pomo circular e dotado de guarda reta, que está gravada nas pedras superiores do plinto que serve de base ao arco. O desenho da lâmina está de acordo com a tipologia comum aos séculos XI e XII, mostrando gumes paralelos e uma ponta pouco pronunciada, denunciando assim uma função essencialmente cortante. Conforme nos explica Mário Barroca (2003: 136-137), esta tipologia de lâmina destinava-se a ser utilizada à maneira de montante, para golpear e cortar, se possível em movimento lançado, puxado de trás, de forma a atingir as proteções de malha metálica com força suficiente para as cortar. No decurso do século XI, esta foi-se tornando cada vez mais longa acompanhando a afirmação dos combates montados. A partir da segunda metade do século XII imperam os pomos com forma discoidal, forma idêntica à aqui gravada. Esta peça terminal cumpria uma função fulcral na estrutura da espada, recuando o seu centro de gravidade, aproximando-o mais do punho devido ao seu peso, contribuindo assim para equilibrar a espada. Por fim, a espada representada em Alpendorada tem 120 centímetros de comprimento e as espadas medievais mediam, na realidade, entre 100 e 115 centímetros no total.

91

⁷ Pedro Vitorino (1998: 9, nota 1) procura explicar a inexistência de epitáfio em determinados monumentos pelo facto destes pertencerem “geralmente a pessoas de elevada estirpe, pois ao entender dos antigos isso era dispensável”.

⁸ De facto, num texto muito pouco divulgado, datado de 1937, o próprio Abílio Miranda (1937, 12-13) enquadra o Memorial de Alpendorada na tipologia que classifica de “duplo sarcófago: um sob o arco sólio e outro por cima – de Lordelo e Alpendorada – naturalmente de marido e esposa”. Lamentamos o facto de Pedro Vitorino não ser mais preciso quanto ao contexto da descoberta feita por este penafidense, seguramente entre 1937 e 1943.

Este atributo da nobreza encontrava-se igualmente no monumento de Lordelo, demolido no século XIX, e ainda se encontra no de Sobrado (Costa, 2005: 83). Também na chamada “cam- pa dos templários”, campa medieval em granito existente em Alpendorada e Matos, perto do convento de Alpendorada (Marco de Canaveses), existem relevos nos topos laterais que, apesar da sua difícil perceção, poderiam corresponder a uma espada, de cada lado (Costa, 2005: 75).



Pormenor da base com cavidade mortuária.



Marmoiral de Sobrado (Castelo de Paiva). Pormenor da tampa.



Campa dos Templários (Marco de Canaveses).

Deste modo, a presença deste ícone caracterizador de uma classe social permite-nos, desde logo, aferir que estamos diante de um monumento funerário e memorativo de um membro da nobreza, muito provavelmente de um cavaleiro. Para esta ideia concorre ainda a especificidade deste tipo de monumentos no que toca à sua localização. Não é por acaso que estes surgem fora das áreas ditas sagradas. Na Idade Média, as sepulturas afastadas dos templos correspondem geralmente aos “fiéis de Deus” que, de certa forma, tiveram morte acidental, assinalando-se a sua tumulação por via de montículos de pedras ou cruzeiros de madeira ou de pedra a indicar o local do passamento (Silva, 1986: 17). Os marmoirais têm, pois, de ser entendidos neste contexto e enquanto manifestações funerárias de indivíduos de certa importância social. Além disso, os homens mortos em duelo estavam eclesiasticamente proibidos de se sepultarem em locais sacralizados, exemplo para a restante sociedade que a *Primeyra Partida* de Afonso, o Sábio, regista explicitamente (Ferreira, 1980: 525)⁹.

Estamos, assim, diante de uma hipótese operatória proposta por António Manuel Pinto da Silva (1986: 16-18) e que atribui estes monumentos a cavaleiros mortos em duelo ou, até, em combates militares. Só o aparecimento de novos dados documentais poderá esclarecer esta questão, embora seja certa a existência de uma relação entre estes monumentos e pessoas ligadas à atividade guerreira, o que poderá explicar a grande quantidade de marmoirais documentados em território português para a Idade Média (Silva, 1998: 23).

Embora não tenha qualquer fundamento, compreende-se melhor a tentativa popular de associar o Memorial de Alpendorada ao cavaleiro D. Sousino Alvares, figura essa que anda igualmente ligada ao monumento de Iribo (Barroca, 1987: 448). Segundo um documento de 1114, citado por frei António da Soledade no século XVIII, este último seria o seu jazigo (Rosas e Barros, 2008: 232). No entanto, tendo em conta o estilo deste monumento, estamos diante de um memorial levantado depois da sua morte, erguido para o lembrar. A verdade é que, embora em 1549 João de Barros já desconhecesse a função primeira desta tipologia de monumentos, afirma que, segundo a tradição, estes túmulos correspondiam a “homens que morreram em desafio, e que por serem nobres lhes fizeram aquella memoria seus parentes, porque não podião por direito auer Ecclesiastica Sepultura (...)” (Barros, 1919: 109-110).

⁹ Tit. XVI, Lei X “como nõ deve soterrar enos cimiterios os que Morrẽ enos torneos lidando, com<o> os rroubadores”.

O MEMORIAL NA ATUALIDADE

Declarado Monumento Nacional em 1910, pouco tempo antes da implantação da República, pelo Decreto publicado no Diário do Governo n.º 136, de 23 de junho, o Memorial de Alpendorada foi quase ignorado até 1939, ano em que o proprietário de uma “propriedade rustica, pequena, na freg.^a de Alpendurada” alude à existência, num dos seus extremos, de “1 arco de pedra, (a que, no local, chama “memória”)”. Nessa ocasião, o proprietário não deixa de transparecer a sua indignação pelo facto de que “aquelas pedras negras de musgo e lixo que o tempo montou e que eu [ele, Mário Lobo], como os antepassados, não ligavam importancia, seria um Monumento Nacional”¹⁰. Não deixa de ser curioso, ainda, o facto de em outubro de 1946, Armando de Mattos, ignorando o facto deste testemunho se encontrar entre o longo rol de monumentos classificados como Nacionais pela I República, propor, tal como já fizera para alguns edifícios românicos da região envolvente, a classificação deste testemunho funerário da Idade Média que identifica como “Marmoiral ou Memorial funerário da alta idade-Média” e que classifica como “românico”¹¹.

94 Ao que podemos apurar, a documentação existente no arquivo da extinta Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) revela que a partir de então as preocupações em torno deste “Marmoiral” se centram sobre a sua valorização e sobre a sua maior legibilidade. É neste sentido que devemos entender o pedido de autorização para demolição feito em 1951 pelo proprietário do terreno, Mário Lobo, para obter autorização para demolição de “um pequeno esteio que segura a extrema de um bardo (...) finda que fosse a colheita proxima das uvas”¹², ao que as entidades competentes responderam o seu acordo por considerarem ser “vantajoso para o Monumento que assim beneficia de mais desafogo, o que permite melhor observação do aspecto do seu conjunto”¹³. Como se vê, houve da parte do proprietário do terreno onde se ergue o imóvel classificado a preocupação de contactar as entidades competentes no sentido de obter aprovação relativamente à demolição do esteio que se encontrava junto do monumento como há, ainda, da parte da DGEMN o cuidado de acentuar a valorização da imagem que se tem do Memorial que passará a ficar mais “desafogado”, logo, com maior legibilidade.

Em 1962, considerou-se que a localização deste Memorial “é péssima”, pois embora esteja “situado junto à E.N.108, quasi não é visível da mesma estrada por se encontrar num plano bastante superior a esta”, pelo que “há imensas pessoas que ali passam e desconhecem a sua existência”¹⁴. É tendo em conta estes aspetos que a Câmara Municipal do Marco de Canaveses propõe, em colaboração com a Comissão Regional de Turismo da Serra do Marão, “transferir esse Monumento para um local nas imediações que fosse mais apropriado”, implantando-o as-

10 Ofício da Câmara Municipal de Marco de Canaveses, 4 de julho de 1939 [SIPA.TXT.01492743]. PT DGEMN: DSARH-010/139-008 [Em linha]. Disponível em [www: <URL: http://www.monumentos.pt>](http://www.monumentos.pt) [N.º IPA PT011307010004].

11 Cópia, 1 de outubro de 1947 [SIPA.TXT.00626540]. DGEMN:DSID-001/013-1832/3 [Em linha]. Disponível em [www: <URL: http://www.monumentos.pt>](http://www.monumentos.pt) [N.º IPA PT011307010004].

12 Lobo, Mário – Missiva, 15 de junho de 1951 [SIPA.TXT.01492727 e SIPA.TXT.01492728]. DGEMN:DSARH-010/139-007.

13 Ofício n.º 3166, de 27 de julho de 1951 [SIPA.TXT.01492730].

14 Ofício da Câmara Municipal do Marco de Canaveses, 30 de outubro de 1962 [SIPA.TXT.01492735].

sim “no triângulo formado pela concordância das E.N. 108 e 210”¹⁵. Consideraram os técnicos da DGEMN que, além do local escolhido não oferecer “as garantias necessárias para assegurar a sua defesa, que seria de considerar a sua implantação original”. Recomendação: “promover no sentido de ser retirada a pedra amontoada junto ao Monumento, de forma a melhorar o aspecto do local que está prejudicando o seu ambiente, oferecendo esta Direcção geral toda a colaboração técnica, para o estudo de valorização do local”¹⁶.

Em inícios da década de 1970 vem de novo ao de cima o debate em torno da trasladação do Memorial de Alpendorada, desta vez “para a Avenida contígua ao Campo dos Mouros, à margem do acesso ao Cemitério Paroquial de Alpendurada”¹⁷, onde existia já “um outro túmulo medieval, mais modesto e ainda por classificar”, a “campa dos templários” acima referida e que também ela própria “beneficiaria com a sugestão agora feita”. Segundo nota da Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes, o Memorial de Alpendorada já não se encontrava no seu local inicial pois foi “deslocado aquando da abertura da estrada (...)”¹⁸. Não conseguimos, no entanto, apurar a data e a efetividade de tal deslocação, assim como não temos qualquer conhecimento se, se efetivada, esta mudança foi acompanhada da realização de sondagens ou de escavações arqueológicas.

Tendo-se proposto “a elaboração dum estudo de enquadramento paisagístico”¹⁹, a verdade é que quando em meados de 1975 se pretendeu dar início aos trabalhos, verificou-se no local “grande ajuntamento da população do lugar que ordeiramente se opôs à mudança do MEMORIAL afirmando que não concordava com tal violação dos seus direitos, pois o MEMORIAL devia ser mantido no local onde foi construído e assente, o que motivou a designação do Lugar do Memorial”²⁰. Assim, no ano seguinte, procurando-se dar resposta à “defesa imediata do Memorial”, procedeu-se, após a realização de concurso, à “consolidação da base, limpeza, arranjo envolvente e novos degraus de acesso”, trabalhos que importaram a quantia total de 40.000\$00 (quarenta mil escudos).

Em 2010, o Memorial de Alpendorada passa a integrar a Rota do Românico pelo que foi já projetada uma intervenção de conservação, salvaguarda e valorização geral do imóvel. Os trabalhos propostos têm como objetivo “garantir a manutenção e valorização do imóvel e reforçar as condições possíveis de visibilidade do Memorial” (Costa, 2012: 4). Não sendo possível assegurar a sua visita universal, ter-se-á a preocupação de reforçar a sua visibilidade e divulgação. [MLB]

15 Idem.

16 Ofício n.º 1558 de 18 de dezembro de 1962. [SIPA.TXT.01492738].

17 Ofício n.º 956 de 26 de setembro de 1972 [SIPA.TXT.00626558]. DGEMN:DSID-001/013-1832/3. Disponível [www: <URL: http://www.monumentos.pt>](http://www.monumentos.pt) [N.º IPA PT011307010004].

18 Ofício da Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes, 13 de dezembro de 1970. [SIPA.TXT.00626556 e SIPA.TXT.00626557].

19 Ofício da Direcção-Geral dos Assuntos Culturais, 23 de novembro de 1972 [SIPA.TXT.00626564].

20 Ofício n.º 585, 27 de agosto de 1975 [SIPA.TXT.00626576 e SIPA.TXT.00626577].

CRONOLOGIA

Século XII: possível datação do Memorial de Alpendorada;

1910: classificação do Memorial de Alpendorada como Monumento Nacional;

1976: consolidação da base, limpeza, arranjo envolvente e novos degraus de acesso ao Memorial de Alpendorada a cargo da DGEMN;

2010: o Memorial de Alpendorada passa a integrar a Rota do Românico.

BIBLIOGRAFIA E FONTES

96

BARROCA, Mário – Armamento medieval. In BARATA, Manuel Themudo; TEIXEIRA, Nuno Severiano – *Nova história militar de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2003. Vol. 1.

_____ – *Necrópoles e sepulturas medievais de Entre-Douro-e-Minho: séculos V a XV*. Porto: Universidade do Porto, 1987.

BARROS, João de – *Colecção de manuscritos inéditos agora dados à estampa V: geographia d'entre Douro e Minho e Trás-os-Montes*. Porto: Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1919.

BEIRANTE, Ângela – Para a história da morte em Portugal. In *Estudos de História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1982.

BOTELHO, Maria Leonor – *A historiografia da arquitectura da época românica em Portugal*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2010. Dissertação de doutoramento em história da arte portuguesa apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Texto policopiado.

CARDOSO, Jorge – *Agiologio lusitano...* Lisboa: na Officina Craesbeckiana, 1652.

CORREIA, António Mendes [et al.] – Gatão. In *Grande enciclopédia portuguesa e brasileira*. Lisboa/Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, [1936-1960].

COSTA, João Pinto Vieira da – *Alpendorada e Matos - Península de História*. Alpendorada e Matos: Junta de Freguesia de Alpendorada e Matos, 2005.

COSTA, Jorge – *Memorial de Alpendorada: conservação, salvaguarda e valorização geral do imóvel: memória descritiva*. Porto: Direção Regional de Cultura do Norte – Direção de Serviços dos Bens Culturais, 2012. Texto policopiado.

DECRETO. D.G. 136 (1910-06-23) 2166.

FERREIRA, José de – *Alphonse X: primeyra partida: édition et étude*. Braga: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1980.

MIRANDA, Abílio – *Sepulturas medievais*. Penafiel: [edição de autor], 1937. Separata de *O Penafidelense*.

PORTUGAL. Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território – IRHU/Arquivo ex-DGEMN – *Processos vários*. N.º IPA PTO11307010004 [Em linha]. Disponível em [www: <URL: http://www.monumentos.pt>](http://www.monumentos.pt).

RIBEIRO, João Pedro – *Dissertações chronologicas e criticas sobre a historia e jurisprudencia ecclesitastica e civil de Portugal*. Lisboa: Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1810-1836.

ROSAS, Lúcia Maria Cardoso; BARROS, Márcia Santos – Memoriais. In ROSAS, Lúcia Maria Cardoso, coord. cient. – *Românico do Vale do Sousa*. [Lousada]: Valsousa - Rota do Românico, 2008.

SÃO BOAVENTURA, Fortunato de, frei; BRITO, Bernardo de, frei; BRANDÃO, Domingos de, dom – *Memorias para a vida da beata Mafalda, rainha de Castella e reformadora do mosteiro de Arouca*. Arouca: Irmandade da Rainha Santa Mafalda, 2008.

SILVA, António Manuel dos Santos Pinto da – «Marmoiral» de Alpendurada, Marco de Canaveses: um tipo raro na tumulária medieval. In *Marco histórico e cultural: actas de eventos marcoenses*. Marco de Canaveses: Câmara Municipal do Marco de Canaveses, 1998.

_____ – O memorial de Santo António, Sta. Eulália, Arouca e os "marmoirais" medievais: revisão da sua problemática e propostas para uma análise globalizante. In *JORNADAS DE HISTÓRIA E ARQUEOLOGIA DO CONCELHO DE AROUCA*, 1, Arouca, 1986 – *Actas*. Arouca: [s.n], 1986. Jornadas realizadas a 28 e 29 de setembro de 1986.

VITORINO, Pedro – Acerca de "Os marmoirais". *Douro-Litoral*. N.º 6 (1943).

_____ – Os "marmoirais". *Douro-Litoral*. N.º 5 (1942) 3-19.

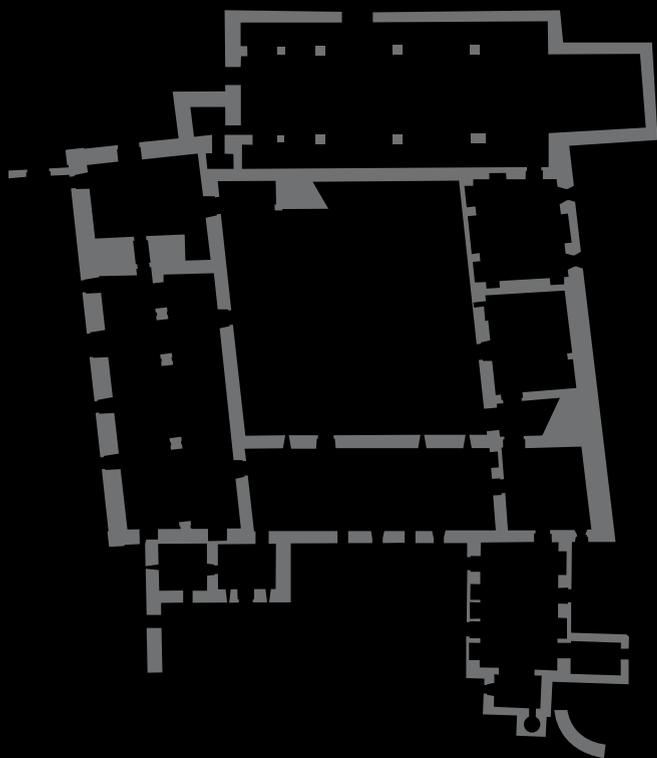


MOSTEIRO
DE SANTO
ANDRÉ
DE ANCEDE

BAIÃO



MOSTEIRO
DE SANTO
ANDRÉ
DE ANCEDE
BAIÃO



Planta.

INTRODUÇÃO HISTÓRICA

A lenda, cujo teor assinala a transferência do primeiro assento de monges do lugar de Ermelo para o de Ancede, sugere a falta de água e os ares nocivos do Douro como razões para a inusitada deslocação. De norte a sul de Portugal são inúmeras as narrativas sugerindo deslocações, mudanças abruptas, abandono de comunidades ou santos relutantes que providencialmente escolhem o lugar onde desejam ser venerados. Estes tópicos narrativos assinalam explicações fantasiosas para uma realidade menos extraordinária. É certo que o esgotamento de recursos ou os desequilíbrios demográficos motivados, por exemplo, pelas vagas de peste, podem estar na origem da desertificação humana. No caso dos santos relutantes, muitos exemplos evidenciam tensões entre comunidades e instituições quanto à posse de determinado lugar de culto – o que obviamente pressupunha o controlo religioso e económico do território. Porém, no caso de Ermelo e Ancede, seria ingénuo dar credibilidade à ideia da ausência de recursos hídricos numa região que os dispõe ou, caso assim não fosse, estaria pelo menos ao alcance dos cónegos (que detinham o conhecimento para tal) assegurar o abastecimento necessário à sua sobrevivência.



Vista aérea.

Contudo, as causas para a formação da comunidade religiosa de Ancede podem enquadrar-se, efetivamente, dentro de um conjunto de estratégias para aproveitamento dos recursos disponíveis numa vasta parcela territorial a norte do Douro. E se a origem de Ermelo, como o próprio topónimo indica, esteja num velho eremitério, Ancede, enquanto comunidade monástica, resulta da conjugação de elementos e do esforço das linhagens que, nos séculos XI e XII, propugnam para manter o território que haviam recebido na sequência da Reconquista¹.

A carta de couto do Mosteiro de Ancede, lavrada em 1141, fornece-nos um quadro mais ou menos completo da dimensão e importância deste território irrigado por três cursos de água: o ribeiro da Roupeira, o rio Ovil e o ribeiro de Figueiras. O documento, trasladado e vertido para português no século XVII, inicia com um escatocolo que em nada alude à sede dos monges, nem a qualquer necessidade especial destes². Afonso Henriques, titulando-se já monarca, dirige-se ao prior D. Anaúfo, chefe de uma comunidade estabelecida nesta região, dizendo-lhe que por piedade, pela lembrança dele e de seus pais e ainda para quitação de 150 maravedis que o prior lhe havia entregue, coutava a honra de Santo André de Ancede, entregando-lha. O documento demonstra que: a) em 1141 existia já uma comunidade de monges em Ancede, estabelecida em local que a carta de couto não refere; b) esta comunidade era dirigida por Anaúfo, prior, credor do rei; c) o couto de Santo André fora antes uma honra.

A área de coutamento estendia-se ao longo de seis quilómetros na margem norte do rio Douro, entre a foz do ribeiro da Roupeira (que o documento chama rio de Galinhas) e o ribeiro de Trancoso (no século XII denominado de Figueiras). A descrição dos limites era feita no sentido contrário aos ponteiros do relógio, começando na foz do rio de Galinhas, indo pelos termos da Pala com Cedofeita, até às confrontações com Balde (e com a honra da Laje), Paços e Esmoriz. A partir daqui a toponímia nem sempre é clara. Fala-se em “Venobria” e “Tueraz”, aludindo talvez aos termos de Santa Maria de Gôve, descendo depois na direção do ribeiro de Figueiras ou de Trancoso, topónimo duplamente referido para designar uma fonte e um souto, por onde passava a estrada para as Caldas.

A demarcação medieval, constituída maioritariamente por elementos orográficos, foi substituída no século XVII, já sob administração dominicana, por marcos de pedra epigrafados. A recente descoberta de um pilar profusamente decorado com motivos geométricos veio sugerir tratar-se de um dos marcos originais do coutamento do século XII. Contudo, a circunstância da singularidade pode remeter para um reaproveitamento de um objeto deslocado da posição original que poderia ter servido vários usos, nomeadamente para assinalar os limites de uma das honras medievais, a de Ancede ou a da Laje, junto à qual foi descoberta.

Pelo acima exposto vemos que são muito ténues os dados relativos à vida medieval deste Mosteiro de cónegos regantes, edificado em terras de Baião e consagrado a Santo André. A

¹ Em 1706, o padre António Carvalho da Costa (1706: 406) aventa a possibilidade de serem os Baiões os fundadores deste Mosteiro, para o que assinala a sua presença, ali, num túmulo com o brasão dos Sousa. E sublinha: “na verdade não só por isto, mas por muitas razões, me parece que estes senhores o devião fundar, por ser em huma terra, que he sua ha tantos anos”. E em 1747, no seu *Dicionário geográfico*, não deixa o padre Luiz Cardoso (1747-1751: 492) de assinalar que o topónimo Ansede podia dever-se não ao chistoso trocadilho atribuído a Afonso Henriques (“Suposto que os Conegos hão sede, mudem o Mosteiro que eu os ajudarey”), mas ao nome de algum senhor.

² Utilizámos a versão publicada em 1943 na revista *Douro Litoral* (Coutinho, 1943: 49-52).



Marco de coutamento de Ancede.
Pormenor do topo. Fonte: Egídio Santos
(arquivo Câmara Municipal de Baião).

presença dos monges crúzios na bacia duriense não constitui aqui um caso único. Recorde-se o caso da Igreja de São Martinho de Mouros, sita no concelho de Resende.

Afigura-se-nos como muito provável a hipótese de os cónegos crúzios terem vindo instalar-se num cenóbio preexistente, seguidor de uma outra regra. A fundação de um mosteiro *ex novo* ficaria certamente registada nos anais da ordem, tanto mais que ao tempo das Inquirições ordenadas por D. Afonso III (r. 1248-1279) já pouco se sabia sobre a fundação do Mosteiro, como acima referimos. Temos, pois, um grande intervalo, de quase um século ([1120]/1131 a 1258), para enquadrarmos a instalação dos crúzios em Ancede, vindos de Ermelo.

Em 1258, e não obstante o período de pouco mais de 100 anos os separar do coutamento, os inquiridores dão com testemunhas pouco informadas sobre a origem do Mosteiro. O próprio prior, D. Diogo, questionado sobre “onde uvera esse monasterio disse que non sabia”. Mostrou, porém, a carta de couto e informou que dava ao rei 20 morabitanos da quarta da colheita, mas que o monarca não tinha ali mais direitos. Todos os interrogados concordaram quanto ao coutamento, tendo Paio Viegas de Lordelo acrescentado que a terça da colheita de Ancede era dada com o Mosteiro de Vila Boa do Bispo (Herculano, 1867: 1186-1187), no Marco de Canaveses.

É insuficiente, este quadro, para aquilatarmos da importância do Mosteiro de Ancede no século XIII. Porém, pouco menos de um século mais tarde, em 1320, o facto de ser taxado em 550 libras indica que, num contexto regional, aquela casa constituía já um importante polo religioso e económico (Almeida e Peres, 1971). Ao coutamento seguiu-se a irradiação da influência e poder dos priores e da comunidade monástica, nomeadamente através da fundação de igrejas, sua aquisição e do direito de padroado: em 1144, a doação da igreja de Gôve (e, em 1770, o seu coutamento) e, em 1294, a posse da igreja de Oliveira, que apenas ficaria completa com a tomada do padroado em 1391³. Cabia aos monges de Ancede proceder também ao povoamento e humanização do território, o que implicava o seu arroteamento e a sua feitorização. Neste particular foram os eclesiásticos especialmente laboriosos, de tal forma que, em meados do século XIII, estariam já preparados para colocar em marcha um ambicioso plano de crescimento económico que não se ficaria pelos limites do couto. Dispondo da grande via comercial do norte do reino, o rio Douro, os monges de Ancede rentabilizaram a propriedade e as culturas de que dispunham através da sua exportação e venda. Todavia, num tempo em que a multiplicidade de senhores, privilégios e deveres constituía um entrave à livre circulação e sendo a cidade do Porto o grande entreposto comercial para onde e por onde se orientava toda a ocupação comercial, a aproximação a este burgo era, por um lado, inevitável (dada a posição de Ancede em relação ao Douro) e, por outro, absolutamente necessária por razões comerciais estratégicas.

Se as doações régias e o próprio amparo pontifício permitiram que, ao longo dos séculos XII, XIII e XIV, Ancede se tornasse um poderoso centro religioso, económico e político, foi certamente através de alguns dos seus priores, ligados ao patriciado urbano do Porto, que o Mosteiro pôde tornar-se uma quase extensão do termo portuense. Com todos os privilégios que tal estatuto providenciava.

³ Por doação de Gil Vasques, datada de 26 de agosto desse ano. Houve contenda com o bispo de Lamego por causa desta igreja e da sua posse (ANTT – *Convento de S. Domingos de Lisboa*. Livro 17).



Vista do rio Douro junto a Porto Manso (Baião) e a Porto Antigo (Cinfães). Limites do antigo couto de Ancede.

104

Dos séculos XV e XVI conhece-se o nome de, pelo menos, três priores portuenses ou a esta cidade ligados: Fernando Afonso (documentado em 1428 e 1429), João Fernandes (referido em 1490) e João Parente (referido entre 1490 e 1525). Sendo difícil estabelecer qualquer ligação consanguínea ou afinitiva entre eles (numa época em que o nepotismo marcava a atribuição dos cargos eclesiásticos), sabemos que João Parente se aparentava aos Baiões, família que marcou a vida senatorial da cidade do Porto nos séculos XV e XVI. Pedro de Brito considera-os um dos principais clãs da oligarquia urbana portuense, ligando-os aos Rebelos, Magalhães e Madureiras (1997: 194-195). O autor nota a relação aos cónegos regrantes de Santo Agostinho e acrescenta: “Todo este enredamento genealógico, que não é realmente muito claro, parece no entanto indício cabal de como três famílias utilizavam a seu bel prazer os bens de dois mosteiros de” crúzios [Ancede e Cárquere, em Resende]. Fernando Álvares Baião, a quem se imputa ser pai do prior João Parente, assistiu como vereador a várias sessões da câmara entre 1488 e 1495. Mas esta ligação não pode ser tomada de ânimo leve. O genealogista Alão de Morais (1943-1948) refere na sua obra *Pedatura lusitana*, na introdução que faz ao título de “Baiões”, que estes deviam proceder de Vasco Martins de Baião, sobrinho do prior mor de Santa Cruz, António Pires, mas inicia um novo parágrafo em Fernão Álvares Baião dizendo “que se entende ser parente deste prior”. A hipótese é de resto proposta tão vagamente como no elenco de dois dos quatro filhos de Fernão: João Parente, o prior, e João Baião. Como poderiam, no mesmo casamento, ter sido batizados dois homónimos, sendo um deles apelidado de Parente, sobrenome estranho à restante família? Porém, quer Felgueiras Gaio, quer Pedro Brito dão como certa esta filiação.

Sobre o prior João Fernandes, antecessor de João Parente, os nobiliários são unânimes em atribuir-lhe como irmão Diogo Fernandes que casou com Brites Lopes de Madureira. Foram ambos senhores da quinta de Vale da Cunha, em Ancede, foreira ao Mosteiro e cujos descendentes nunca deixaram de se vincular ao espaço monástico. Como refere Pedro Brito, “João Dias de Madureira, filho de Diogo Fernandes e de Brites Lopes de Madureira casou-se com Maria Fernandes Baioa, filha de Fernão Álvares Baião e irmã de D. João Parente, que sucedera a D. João Fernandes, por volta

de 1490, como Prior de Ancede” (Brito, 1997: 106). Ainda que o encadeamento genealógico não seja efetivamente claro, nem descortinemos sinais de nepotismo, notamos uma tendência clientelar para a distribuição dos recursos enfitêuticos do Mosteiro a indivíduos da família ou do círculo pessoal dos priores. Se quer as relações consanguíneas, quer as ligações sociais entre os elementos apontados não constituem prova suficiente desse clientelismo, a proximidade ao Porto é evidente.

O século XV parece ter marcado a deslocação do eixo de interesses da administração monástica entre a região de cima Douro e a cidade do Porto. Esta deslocação deve-se não somente à proveniência geográfica dos priores, mas à ocupação e ambições dos seus familiares, a maioria ligada à burguesia urbana. Ora, sendo Ancede já no século XIV um dos primeiros entrepostos de produção de vinho, a montante seria de esperar que a cobiça dos homens do Porto recaísse sobre este território e sobre a instituição que o administrava.

Como refere Amândio Barros, o estatuto de vizinho da cidade, conferido apenas a alguns, era, no dealbar da modernidade, direito há longo tempo adquirido pelos priores de Ancede, “e não consta que tivessem tido problemas para obter esse estatuto. Vão tê-los, isso sim, para o manter” (Barros, 1998: 54)⁴. Com tal estatuto vinham privilégios, nomeadamente respeitantes ao comércio vinícola, como bem demonstrou aquele autor ao analisar os conflitos entre o senado do Porto e os priores de Ancede. Os vizinhos podiam exportar o vinho, os restantes não; os primeiros pagavam mais impostos que os segundos.

Ora os homens à frente do Mosteiro de Ancede geriam os negócios do vinho e do rio desde, pelo menos, o século XIV. Mas não só: ao seu dispor, para garantir a exportação dos produtos produzidos ou taxados nas propriedades do Mosteiro, o prior dispunha de uma nau, estacionada junto à cidade do Porto⁵. Por isso, à medida que a conjuntura política e económica favoreceu a exploração e o negócio vinícola, intensificaram-se os conflitos entre a cidade e o Mosteiro.

Mas os rendimentos que vinham a Ancede não eram exclusivamente retirados aos negócios do vinho ou do comércio. À parte a administração fundiária e enfitêutica, e a carga fiscal que daí provinha, os monges de Ancede administravam uma máquina creditícia de que vamos encontrar registos no século XVIII, a propósito de alguns empréstimos sobre o capital da Capela do Senhor do Bom Despacho⁶. Possuíam, ainda, várias pesqueiras e o produto da portagem do sal, cuja recolha arrendavam a cada dois anos.

Nem o período de administração comendatária⁷, nem a reforma de Santa Cruz⁸, nem ainda a anexação ao mosteiro de São Domingos de Lisboa, em 1559 (dentro da política de amparo régio a

4 Sobre o estatuto de vizinho ver Ventura (2001).

5 “Temos conhecimento desta nau desde meados do século XV como sendo propriedade do mosteiro de Ancede. O seu mestre, Pedro Gonçalves era membro da confraria de S. Pedro de Miragaia” (Barros, 1998: nota 14).

6 Nas notas dos livros do Cartório Notarial de Baião (1.º ofício) encontramos referências a este tipo de documentação de crédito a partir de 1777 (ADP – Notariais. *Baião*, 1.º ofício, livro 9, fls. 160-163 v.º).

7 Entres os titulares da comenda contam-se os nomes de D. Manuel de Noronha e D. Sancho de Noronha, respetivamente o bispo de Faro e o bispo de Lamego. A importância de Ancede mede-se também pela atribuição dos seus réditos a estes dois importantes clérigos do século XVI (Silva e Aranha, 1862: 197).

8 Em 1557 foi entregue unido à Congregação de Santa Cruz de Coimbra e “pera esta reformation, & pera tomar posse do Mosteiro, nomeou o dito Prior Geral a quatro Conegos do Mosteiro de Santa Cruz Religiosos Graves & Letrados, que se chamávão Dom salvador, Dom Manoel, Dom Braz e Dom Valerio que entráero no Mosteiro de Ansede em 2 de fevereiro do mesmo anno de 1557” (Santa Maria, 1668: 327). Neste ano habitavam o complexo monástico apenas o prior Castreiro, Gonçalo Monteiro e quatro cónegos (um deles, Gaspar Fernandes, servia o lugar de cura na igreja dos fregueses).

esta instituição), irá desacelerar o crescimento económico de Ancede. Ao longo dos séculos XVII e XVIII, a organização de novos tombos e do velho cartório medieval demonstram a necessidade de manter oleada a engrenagem deste instituto. E a notável campanha de obras que marca o século de setecentos e que introduz o gosto barroco no complexo monástico, testemunha a pujança e a intervenção dos seus homens, ainda que representantes da casa-mãe, em Lisboa.

É natural que, quer a perda de prestígio como sede do opulento couto, quer a intervenção de estranhos às elites locais – as quais como vimos, vinham tomando conta do lugar de prior desde a Idade Média –, tenha ocasionado a ainda assim extravagante resistência à nomeação do pároco, Manuel Guedes, nos primeiros anos do século XVIII. À frente do conflito estavam Cristóvão de Madureira, sargento-mor do couto, e Amador de Madureira, padre, do lugar da Porta, acompanhados de alguns indivíduos cujos apelidos denunciam a sua ligação às velhas famílias locais, como os Azeredos de Esmoriz. O acontecimento, vividamente descrito pelo prior de São Domingos de Lisboa, frei Veríssimo de Lima, ao Tribunal do Santo Ofício, inicia com tétrica descrição do impedimento do enterro de uma criança e do encaminhamento do seu cadáver para o Porto, procissão assistida por mais de 300 “homens do povo” que os cabecilhas haviam “amotinado”. A denúncia fala de outras e mais graves ocorrências, como o impedimento dos officios litúrgicos, desacatos, insultos e a aplicação de violência física contra os celebrantes e alguns fiéis que insistiam em receber o Santíssimo Sacramento, contra a vontade dos revoltosos⁹.

Ao longo dos séculos XVII e XVIII não cessa o investimento no espaço monástico (cerca e igrejas) e a aquisição de obras de arte e devoção. Em 1623 rendia com Gôve um conto e trezentos mil réis (Cunha, 1623: 430)¹⁰ e, em 1707, assim o descrevia o padre António Carvalho da Costa este instituto: “O Mosteiro novo [distinguindo-o do velho, em Ermelo] ficou em lugar mais sobido na recosta de hum monte que se precipita no Douro, & fica desviado de suas continuas, & nocivas nevoas; são duas igrejas huma dos Frades, outra dos fregueses, & ambas divididas com uma costa, porque ha porta para se comunicarem” (Costa, 1706-1712: 406). Esta é a única descrição das igrejas reconvertidas numa só entre finais do século XVII e inícios do século XVIII.

Ainda neste ano se descrevem as jurisdições e oficiais da governança do couto: uma câmara com juiz de cível e órfãos, eleito pelo povo e confirmado pelo prior do mosteiro de São Domingos e uma companhia de ordenanças chefiada pelo mesmo. No tocante ao crime submetia-se às justiças do termo de Baião¹¹.

9 ANTT – *Tribunal do Santo Ofício, Documentação dispersa*. Processo 14769. As ocorrências relatadas ocorreram durante o período quaresmal de 1709 entre 21 de março e 14 de abril. Este extravagante caso enquadra-se no crescente número de conflitos entre grupos e entre instituições que marcam a sociedade dos séculos XVII e XVIII, fenómeno, de resto, comum a outros países europeus. Aos revoltosos foram aplicadas severas penas, entre as quais o degredo para África de alguns dos seus elementos (ADP – Monásticos. Convento de Santo André de Ancede. *Epitome da Fazenda*, k/17/2/4-37, fls. 41 v.º).

10 Em 1706, o padre A. Carvalho da Costa (1706: 407) é mais conciso na destrição dos réditos: “Tem de renda com annexas, & sabidos quatro mil & quinhentos cruzado, em que entrão os dizimos do Mosteiro, & das Igrejas de Gôve, Campello, Santo André de Medim, S. Miguel de Oliveira, & S. Ciprião; estas ambas além do Douro”.

11 O padre A. Carvalho da Costa (1706: 406) diz que, em tempo de guerra, pertencia a jurisdição das ordenanças ao prior e, em tempo de paz, aos senhores de Baião.

A IGREJA DO MOSTEIRO DE SANTO ANDRÉ DE ANCEDE

Tomando a descrição do padre António Carvalho da Costa sobre as igrejas de Ancede (a única de que dispomos antes da edificação atual), constatamos que o espaço eclesial sofreu profundas transformações ao longo dos séculos XVII e XVIII. Efetivamente, a documentação do próprio Mosteiro alude às intervenções seiscentistas, justificando-as com o mau estado em que se encontravam ambos os templos. Não deixa de ser curioso, porém, que apesar das obras do templo comum se dizerem concluídas em 1689, ainda em 1706 o autor da *Corografia portuguesa...* indicasse ambas as igrejas, as de monges e as dos fregueses.

A sua breve exposição é, porém, insuficiente para avaliar da posição de ambas no território. Que eram contíguas, parece lógico, pois havia porta para se comunicarem. Mas seriam paralelas uma à outra? Ou perpendiculares? Até que ponto a igreja medieval fora modificada na sua estrutura e mesmo na sua posição para originar o templo atual, de vastas dimensões?

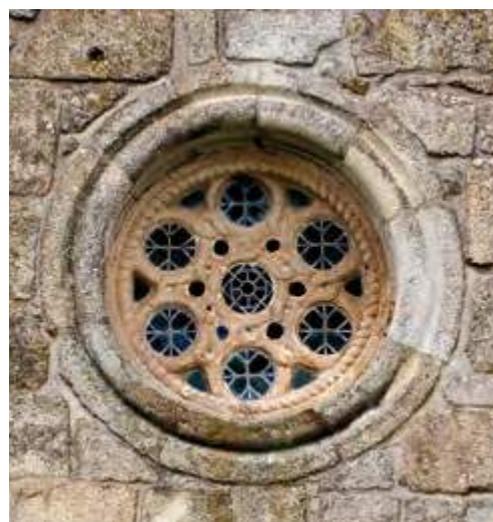
O elemento medieval remanescente mais significativo é a rosácea românica, tardia, que ainda hoje se conserva na parede fundeira da capela-mor da Igreja monástica. O modo como a sua grelha de pedraria se articula em círculos e a modenatura, que lembra um encordoado que se entrecruza, têm vindo a ser comparados com a rosácea que encima o arco cruzeiro na igreja paroquial de Águas Santas (Maia) ou da fachada principal da igreja de São Tiago de Antas (Vila Nova de Famalicão) (Almeida, 1978: 182). Além deste elemento conserva-se um trecho de paramento medieval no alçado norte da cabeceira e no alçado sul, em área correspondente aos primeiros tramos da Igreja.

Partindo destes dados e de uma análise dos ínfimos vestígios que da Idade Média ainda persistem na Igreja de Ancede, pelo menos visíveis, só podemos dizer que estes resultam de uma campanha já realizada nos finais do século XIII.

107



Fachada oriental.



Fachada oriental. Rosácea.



Vista geral do interior a partir da nave central.

Assim sendo, pouco ou nada sabemos sobre a estrutura da Igreja românica. A grande escala da atual cabeceira, certamente pensada para albergar o retábulo-mor na sua monumentalidade e pujança aquando da grande campanha seiscentista, pouco nos permite aferir sobre como seria a Igreja românica. No entanto, tendo em conta os exemplos conhecidos de igrejas monásticas para esta época, podemos alvitrar que a primitiva cabeceira seria seguramente de menores dimensões ou, quanto muito, não tão elevada. Coloca-se aqui uma outra questão. Encontra-se a rosácea na sua localização primitiva, ou seja, ainda inserida no paramento original, apesar das modificações que este acusa ao nível dos seus silhares? Ou terá sido esta rosácea aproveitada na grande transformação da Igreja dos cónegos regrantes, durante a Época Moderna, enquanto elemento de prestígio? É por demais evidente a sua qualidade plástica, que se pronuncia enquanto elemento que indiscutivelmente anima os muros arquitetónicos. Além disso, a sua conservação pode ser também enquadrada como memória de uma ancestralidade que se pretendia valorizar, tanto mais que a estrutura do próprio retábulo-mor a respeitou e pretende enfatizar. cremos que esta última hipótese parece ser a mais viável, tendo em conta a persistência de um trecho de paramento medieval no alçado norte da cabeceira¹².

Assim sendo, estamos hoje diante de uma Igreja de três naves e cuja fábrica e elementos decorativos predominantes se coadunam com a época em que foi construída. No entanto, surgem algumas dúvidas quanto à organização presente do espaço sagrado. Várias fontes documentais fornecem dados que nos levantam uma série de questões, não tanto quanto ao aspeto que o templo tinha aquando da sua transformação, mas mais quanto à sua localização. A análise das

¹² Ainda dentro da cronologia da medievalidade, deve ser referido o incêndio que teve lugar no ano de 1355. Na "Era" de 1393 "se alevantara fogo no dito mosteiro [de Ancede] e que ardera o Dormitorio e todas as outras casas d'arredor delle, e peça do refeitório, e do cabidos (sic), e da crasta". Ao que parece, tal catástrofe apenas atingiu a zona conventual, nada se fazendo sentir na igreja monástica (ADP – *Inventário do fundo do convento de Ancede*. Tombo 1178-1748, livro 1 do n.º 3400, fl. 41 - transcrição e cotas de arquivo fornecidas por Carla Stockler, do Museu Municipal de Baião, a quem agradecemos).

referidas fontes documentais só se tornará completa quando se realizarem sondagens arqueológicas (principalmente) no interior da Igreja e quando se proceder a um levantamento gráfico rigoroso do atual edifício, quer ao nível planimétrico, quer analisando rigorosamente cada um dos seus alçados, ensaiando aquilo a que se tem vindo a designar de arqueologia da arquitetura, salvaguardada a devida análise crítica.

Uma sentença de 1696 impôs aos dominicanos que construíssem “huma Igreja nova por estarem damnificadas as duas que havia ambas do Convento nas quais havia so hum Sacrario comum para os Relligiozos e freguezes e com efeito fabricarão huma fermoza Igreja de tres naves e tres cappellas”¹³. Somos ainda informados que a fábrica da nova igreja foi acabada no ano de 1689 e “na festa do Natal benzida e dedicada com a solemnidade conveniente”.

A Igreja de três naves é a que atualmente encontramos em Ancede. Caracteristicamente maneirista, contida e chã, no exterior vemos os elementos ornamentais, de matiz clacissizante, centrados em torno do portal lateral da Igreja que se abre ao adro. No interior, as finas pilastras que sustentam os arcos torais apresentam apenas uma imposta, lisa, de corte classicizante. De facto, a rosácea românica contrasta com este cenário algo despojado do ponto de vista arquitetónico. No entanto, este despojamento foi compensado pela grande dimensão da Igreja que, apesar das três naves, não deixa de ostentar um comprimento excessivo, quase desproporcionado.

A fonte documental acima citada fala-nos de um pormenor muito significativo quando alude à existência de duas igrejas, uma monástica destinada aos cónegos, outra paroquial cultuada pelos fregueses. E estas duas igrejas seriam, pois, a determinada altura, substituídas pela atual, de três naves e extremamente longa.

109



Fachada sul.

13 ADP – Monásticos. Convento de Santo André de Ancede. Livro n.º 3432, fls. 375-421.

Como vimos, é Carvalho da Costa o autor que nos fornece a pista principal. Explica-nos ele que as duas igrejas estavam “divididas com uma costa” (Costa, 1706-1712: 406). Ou seja, a cabeceira de uma das igrejas, com certeza a dos fregueses, tocava na estrutura da outra. Podemos excluir, portanto, a hipótese de edificação paralela.

Aliás, a implantação da atual Igreja e a sua articulação com o espaço monástico (bastante posterior), como se pode ver em fotografias aéreas, fazem-nos refutar esta hipótese a não ser que as dimensões de ambas fossem bastante contidas, sendo que as duas igrejas juntas não ultrapassariam a largura das atuais três naves. Delas pouco mais sabemos, mas cremos que a rosácea que prevalece na parede fundeira da abside pertenceria seguramente à cabeceira da igreja monástica. A sua escala e qualidade plástica falam-nos de um edifício medieval já com alguma monumentalidade.

Continuemos a debater as hipóteses, olhando agora para o edifício em si e para o que ele nos tem para contar, claro está, sem recorreremos aos dados inexistentes que deviam provir de rigorosos levantamentos planimétricos e estratigráficos dos paramentos, assim como de elementos fornecidos por escavações arqueológicas no interior do edifício.

Aludimos já ao grande comprimento das naves. Uma análise mais atenta do alçado norte, voltado ao adro, mostra-nos diversas cicatrizes ao nível do paramento, acentuadas pela utilização de silhares de diferentes matizes, particularmente centradas em torno do portal que nele se rasga. Além disso, as janelas que se veem de um e do outro lado deste vão de acesso ao interior são bastante diferentes. Ou tal facto se deve a duas campanhas distintas ou então poderá decorrer, por exemplo, da existência de dois edifícios que se uniram num determinado ponto? Simultaneamente, uma análise do alçado sul permite-nos identificar a persistência de trechos de paramento de origem medieval e que em parte foram aproveitados. As incongruências construtivas são muitas nesta área do atual edifício.

Circulando ainda pelo exterior, centremo-nos sobre a fachada principal da Igreja. Foi esta fachada em parte ocultada quando lhe adossaram a torre sineira, que pelo menos em 1745 ainda não apresentava a configuração atual¹⁴. Se a fachada da igreja de três naves sagrada em 1689 fosse muito monumental, não lhe teriam certamente encostado uma torre sineira tão volumosa. Poderá tal contenção ser explicada associando-a àquilo que foi a igreja dos fregueses? Atente-se ao aspeto minimalista do portal que nela se rasga.

Analisemos agora os dados do interior da Igreja, apesar de muito limitados tendo em conta o revestimento a estuque dos paramentos, o que não nos permite ajuizar do reaproveitamento de estruturas pétreas anteriores. Apenas algumas incongruências poderão dar-nos algumas pistas, ou melhor, levantar ainda mais questões. Na parede da fachada ocidental, sobre o coro, rasgam-se duas janelas retangulares, sendo que a do lado sul da Igreja está entaipada pelo corpo da torre. Ora, podemos desde já concluir que esta fachada principal foi concebida como um todo que a edificação da torre depois de 1745 veio desvirtuar. Atente-se agora ao posicionamento do portal. Cremos que este não se encontra rasgado no seu lugar primitivo, tendo sido deslocado aquando da edificação da torre. Embora os revestimentos desta parede não nos permitam iden-

14 É então descrita como “obra antiquíssima Se acha amaior parte della demulida por amearar reuina, hé telhada de telha vam com seu sobrado, tem douz sinos hum maior, outro menor no meio da Torre sobre travez por se acharem os seus campanarios demulidos” (ADP – Monásticos. Convento de Santo André de Ancede. *Auto de medição da igreja e convento e cerqua*, [1745], fls. 33 v.º. Transcrição de Carla Stockler, do Museu Municipal de Baião).

tificar qualquer cicatriz, custa-nos a crer que se tivesse programado a abertura de dois portais neste local. Nesta zona da Igreja há ainda que atentar ao vão entaipado, confrontante com a janela acima referida e que se diferencia das restantes do mesmo alçado.

Como se pode perceber, há um claro desfasamento dos elementos arquitetónicos desta Igreja ao nível do tramo onde se instala o coro alto, aspeto coincidente com aquilo que tínhamos visto para o exterior da Igreja. É, pois, por esta razão que cremos que esta área da Igreja monástica foi ligada ao restante corpo. Tendo em conta a homogeneidade estrutural dos restantes tramos, particularmente no que toca à tipologia e organização dos vãos, não podemos atribuir este primeiro tramo à mesma campanha. Além do mais, a implantação do coro alto, de grandes dimensões, ajudou seguramente a mascarar as incongruências arquitetónicas acima referidas, tanto mais que no interior de um edifício desta natureza o olhar do fiel dirige-se obrigatoriamente para a capela-mor. Coloca-se pois a questão fulcral: corresponderia esta parte do atual edifício àquela que foi em tempos a igreja dos fregueses? Nenhuma das referências documentais alude a demolição. A expressão “reduzindoas a melhor forma das ditas duas igrejas e devizas formou hua so igreja de 3 naves” torna por demais evidente o aproveitamento de uma estrutura preexistente, prática aliás bastante comum ao longo da história da arquitetura. Será que nesta obra de “redução” não se terão aproveitado parte das paredes de um edifício anterior (conforme indiciam os trechos de paramento medieval no exterior do alçado sul), apenas adaptando o seu espaço interno (leia-se arcos torais e teto de caixotões) à unidade que as pretendidas “formuzura e grandeza” obrigavam? Será que é aqui que podemos encontrar a justificação para o excessivo comprimento do corpo da atual Igreja?

Embora, como veremos, ao longo do século XVIII as modificações, quer no espaço eclesial, com a construção da torre, quer no monástico, com o levantamento de novos dormitórios, tenham contribuído para mascarar a organização do espaço pré-1689, podemos concluir com alguma certeza que: a) a igreja medieval dos frades, de que sobra, pelo menos, a cabeceira, corresponderia ao eixo do atual templo; b) em cronologia que desconhecemos foi-lhe acrescentada a igreja dos fregueses encostada à fachada, com porta principal aberta ao adro, como convinha a um templo público; c) da união de ambos os edifícios resultou a construção de um corpo de três naves, com largura sensivelmente correspondente ao comprimento da igreja dos fregueses.

Uma observação atenta do paramento exterior da fachada principal permite identificar perfeitamente duas tipologias de aparelho, sendo que o que se encontra na parte inferior, aproximadamente até à altura de dois terços do portal, se nos afigura ser anterior. Continuamos, no entanto, a afirmar que as questões aqui levantadas não passam de uma hipótese de trabalho, de uma interrogação feita à própria Igreja do Mosteiro de Ancede, que só a realização de um profundo estudo multidisciplinar e concertado poderá esclarecer.

Em 1746 já se indica a nova distribuição jurisdicional no novo espaço eclesial, estruturalmente uno e em termos de jurisdição perfeitamente dividido, utilizando para tal a estruturação em três naves. Estavam, então, as duas igrejas “ambas juntas repartidas e devizas entre si com duas naves e hua pertencente aos conegos para os seus ofícios Divinos sem sacrario, e a outra da freguesia para administração dos seus sacramentos”¹⁵.



Igreja. Sacristia.

112

Há mais um aspeto extremamente original nesta Igreja, ou melhor, na sua sacristia e que se prende com o facto de esta nos mostrar enterramentos, conforme denunciam as tampas do pavimento. Os três nichos da parede oriental sugerem que este espaço teve em tempos outra função que não a atual. Tratar-se-ia de um espaço de grande importância na vida monástica para que aí se desejasse ter sepultura. Seria, seguramente, uma dependência ligada a um claustro anterior ao atual. Talvez a sala do Capítulo?

Ao longo do século XVIII e mesmo nos anos imediatamente anteriores à sua extinção, em 1834, prossegue o investimento, quer no espaço eclesial, quer no contexto espacial da cerca e dormitórios. As obras distinguem-se segundo os interesses temporais ou espirituais dos monges, mas em alguns casos evidenciam a intervenção de fregueses, que patrocinam alguns dos empreendimentos¹⁶.

Em 1717 adossa-se uma sacristia à ermida que serviria como calvário de Ancede, titulada de Nossa Senhora do Pé da Cruz. Estava dentro da “tapada ou serqua de cima” e cabia aos mordomos da confraria do Senhor dos Passos a sua fábrica¹⁷. Entre 1722 e 1727, os monges mandam edificar ou remodelar os celeiros e a adega¹⁸ e, em 1731, levanta-se no adro a Capela do Senhor do Bom Despacho. Quatro anos depois, em 1735, alça-se o portal norte. De 1745 a 1834 são várias as transformações, nomeadamente a construção de um novo dormitório e a edificação da atual torre campanário, inusitadamente adossada à discreta fachada principal da Igreja. Dentre todas as obras referidas destaca-se a exuberante Capela do Senhor do Bom Despacho.



Ermida de Nossa Senhora do Pé da Cruz (Baião).

¹⁶ Aos atos de fé e de piedade pode juntar-se uma forma de firmar a sua posição ante a força dos monges. Sucodem-se, ao longo dos séculos XVII e XVIII, manifestações de conflito e tensão, nomeadamente a que, em 1692, opôs as partes a propósito da posse e uso do monte pelos moradores, junto à cerca que os monges haviam tapado (ADP – Monásticos. Convento de Santo André de Ancede. Livro n.º 3529, fls. 45).

¹⁷ ADP – Notariais, Baião, 1.º ofício, livro 9.

¹⁸ ADP – Notariais, Baião, 1.º ofício, livro 9, fls. 54-54 v.º.

Capela do Senhor do Bom Despacho: um Teatro Sacro



Capela do Senhor do Bom Despacho.

Posicionada sensivelmente no extremo noroeste do vasto adro para o qual se abre hoje a porta lateral da Igreja e para o qual se abriu, até 1689, a porta axial da igreja da freguesia, a capela dedicada ao Senhor do Bom Despacho é um projeto perfeitamente enquadrado no gosto e na espiritualidade barrocas.

De planta octogonal levanta a sua fachada ante o vale duriense. O intento dos seus mentores foi o de implantar o edifício em lugar destacado para tirar partido da orografia, ou seja, do declive da encosta. Este tipo de ermida-santuário, tipologia comum no século XVIII, pretendia assumir-se como destino de romagem, ponto de chegada de um percurso sacrificial que imitava o tópicos da penosa ascensão de Cristo ao monte Gólgota.

Devoções marianas e cristológicas, acompanhadas de vocativos relacionados com momentos cruciais da vida humana, como o nascimento, a morte, a viagem ou mesmo os negócios, definiram ao longo da Época Moderna a popularidade de certas ermidas, reabilitadas ou construídas de raiz, cujas invocações substituíram, por vezes, velhos e obscurecidos cultos medievais. Invocações como do Bom Sucesso ou do Bom Despacho, da Boa Morte ou da Boa Sorte, da Boa Passagem, da Fortuna, dos Desamparados ou dos Aflitos, etc., alcançaram fama na hora de apelar para um parto seguro, uma viagem sem sobressaltos ou o êxito nos negócios. A polissemia de certos títulos, como o do Bom Despacho, que podia aludir à boa morte, ou à favorável concretização de uma sentença ou ainda à conclusão de um negócio, estimulava a devoção, excitada por algum milagre ou acontecimento extraordinário.

Desconhecemos, se, no caso de Ancede, deveu-se a voto individual ou coletivo, como no caso dos moradores da freguesia de Recarei, em Paredes, que escolheram como patrona a Senhora do Bom Despacho depois de verem despachado o pedido para a criação da sua freguesia (Reis, 1967: 107). Devemos ressaltar, porém, que no tocante à Capela de Ancede a sua edificação deu-se poucos anos após os excêntricos acontecimentos de 1709, que opuseram o povo a alguns padres do Mosteiro.

O projeto é claramente devido aos monges dominicanos¹⁹. No exterior não é perceptível a forma octogonal da capela, pois foi-lhe adossado um corpo de dois andares (sacristia e deambulatório) que estabelece a ligação entre a capela-mor e o muro, a leste. O templo assim parece irromper da longa parede que divide as diferentes cotas entre as quais assentou a capela-mor da igreja medieval.

Exteriormente despojada de ornamentação, assenta sobre um embasamento constituído por aparelho mal faceado, rematado por uma cornija sobre a qual pousam pequenos pilares monolíticos retangulares muito afastados entre si e que serviriam como balaústres para uma divisória ou balcão com corrimão em metal. Acede-se a este primeiro nível ou registo por uma escadaria de

¹⁹ O auto de medição de 1745, ao descrever o interior da Capela do Senhor do Bom Despacho, refere que tudo fora "feito com esmolla". Seria, contudo, esmolla dos fregueses ou com os sobejos das esmolhas recolhidas pelos monges de Ancede? (ADP – Monásticos. Convento de Santo André de Ancede. *Auto de medição da igreja e convento e cerqua*, [1745], fl. 35 v.º).

seis degraus. O corpo da Capela é, como já referimos, austero e chão, sendo cada face da capela rebocada e separada nos ângulos por falsas colunas rematadas por friso, liso, e cornija em que pousam oito pináculos em forma de pirâmide. Em cada face abre-se um vão: dois retangulares sobre as portas laterais, que dão acesso à sacristia, e quatro janelões quadrangulares nas restantes fachadas, exceto na principal, onde foi rasgado um óculo circular envolvido por moldura heptagonal. A porta principal, de corte reto e sem labores, exhibe apenas no lintel um dístico em latim: HUC CIRCUM INNUMERO GENTI POPULI QUE VOLABUNT ENAUDIAS DOMINE QUANDO ROGATUS ERIS, que pode ser traduzido no seguinte aviso: “Às inúmeras pessoas e povos que passam por aqui atendei-os, Senhor, sempre que a vós recorrerem”²⁰.

O interior é surpreendente, quer pela organização do espaço, quer pela articulação da ornamentação e das figuras em relação ao observador. Imediatamente depois de transpormos a porta principal sentimo-nos parte de um cenário de teatro de animação. Nada foi deixado ao acaso e cada retábulo, fabricado ao modo de um palco, narra um ato nesta história que os olhos tentam abarcar de uma só vez.



Capela do Senhor do Bom Despacho. Nave. Parede norte.



Capela do Senhor do Bom Despacho. Nave. Parede sul.

A leitura deve ser feita no sentido dos ponteiros do relógio. De frente para o retábulo maior, que é a cena final deste teatro sagrado, o fiel devia iniciar o seu percurso visual do seu lado direito, na representação da Anunciação do anjo Gabriel a Maria (Lc 1, 26-38). Na cena, habitualmente apresentada como um silencioso encontro entre Gabriel e a Escolhida, intervém José que, ajoelhado um pouco atrás da sua esposa, aceita e recebe a mensagem do anjo.

Segue-se a Visitação, momento em que Maria, novamente acompanhada por José, encontra a sua parenta Isabel e o esposo Zacarias e ambas se cumprimentam (Lc 1, 39-45).

No retábulo seguinte, a cena da Natividade ou Nascimento de Jesus (Lc 2, 1-7; 15-20). À semelhança dos anteriores, este pequeno cenário, constituído por esculturas de vulto ou relevo, em madeira, utiliza várias técnicas para criar ilusão: um cenário de perspetiva, colocado atrás

²⁰ Uma versão mais livre poderia expressar o seguinte: "Senhor, atendei os rogos [ou preces] de todas as pessoas e povos que circularem por aqui". Agradecemos ao monsenhor Cândido Azevedo, de Sernancelhe, ambas as leituras.



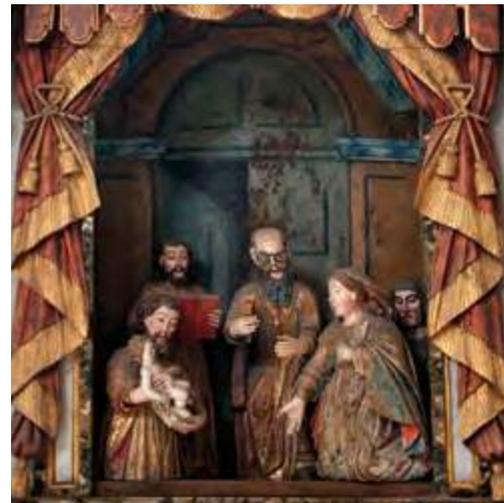
Capela do Senhor do Bom Despacho. Nave. Retábulo: Anunciação.



Capela do Senhor do Bom Despacho. Nave. Retábulo: Visitação.



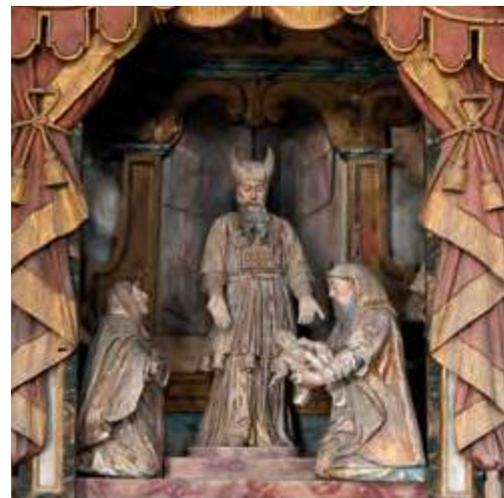
Capela do Senhor do Bom Despacho. Nave. Retábulo: Natividade.



Capela do Senhor do Bom Despacho. Nave. Retábulo: Circuncisão.



Capela do Senhor do Bom Despacho. Nave. Retábulo: Adoração dos Magos.



Capela do Senhor do Bom Despacho. Nave. Retábulo: Apresentação no Templo.

das figuras, reentrâncias laterais para permitir a entrada ou saída de personagens menores ou assistentes e elementos que pendem do teto, imitando figuras celestes, como os anjos envoltos em nuvens que assistem aos primeiros momentos do pequeno Jesus. Este, envolto em tiras de pano, deitado sobre o que aparente ser uma camilha revestida a tecido adamascado, é atentamente observado por Maria e José e, em segundo plano, por três figuras masculinas, os pastores, e uma feminina que transporta uma cesta com víveres. Assistem ainda ao acontecimento os animais que tradicionalmente compõem o presépio tal qual o conhecemos: uma vaca e um burro, deitados imediatamente atrás do Divino Infante.

A Circuncisão de Jesus (Lc 2, 21) apresenta José e Maria ajoelhados. José segura o Menino com as mãos e de certa forma é Maria quem o apresenta ao sacerdote que irá levar a cabo a circuncisão. Este chama a atenção pelo uso de óculos, sendo este certamente um sinal de saber que nos transporta para o próprio mundo monástico onde tais instrumentos seriam amiúde usados. Acompanham a cena duas figuras masculinas, uma que lê e outra que ora, e uma figura feminina que espreita por detrás de Maria.

A Adoração dos Magos (Mt 2, 1-12), assinalada pela estrela que indicava o local do nascimento do Salvador, é composta por Maria que segura o Menino Jesus e o apresenta a uma figura masculina (provavelmente José) e uma feminina, ajoelhada, sob a assistência, em segundo plano, dos três Magos, reconhecidos pelo uso de turbantes e coroa e pelas vestes exóticas, assinalando a sua proveniência oriental ou estrangeira.

Segue-se, finalmente, a Apresentação no Templo (Lc 2, 22-32), cena a que preside, hierático, o velho Simeão que estende os braços para receber de José o Salvador. Acompanham-nos Maria e a profetisa Ana, que discretamente, apoiada numa bengala, observa a ação atrás de José.

Feito este percurso circular, a visão do observador prende-se novamente no retábulo da capela maior a que se acede subindo um degrau. A composição deste espaço é mais complexa do que o da nave. É natural que no seguimento da visita e veneração dedicada a cada um dos quadros sobre a história do nascimento e infância de Jesus seguisse uma deambulação pelo corredor atrás do retábulo maior. Neste itinerário o devoto seria confrontado com pequenos painéis em argila policromada narrando o percurso sacrificial de Cristo até ao Gólgota. Estes quadros desapareceram, corrompidos pela humidade e pelas más condições de conservação, tendo restado apenas o último, representando o Calvário. Terminado o circuito que, juntamente com o percurso na nave, teria a forma do número “8”, o fiel colocar-se-ia ante o retábulo observando a profusão de figurinhas e cenas narradas ao modo dos cenários da nave.

Retábulo encastrado, linear, composto por três registos horizontais. No primeiro, ao nível do solo, equivalente ao frontal, três caixas: duas menores dos lados e uma maior ao centro. Esta disposição repete-se no segundo registo. As cenas devem ser *lidas* da caixa do lado direito do segundo registo, correspondente ao nível da banquetta, onde se reproduz a Oração e Agonia no Horto (Mt 26, 36-46; Mc 14, 32-42; Lc 22, 39-46; Jo 18, 1), seguindo-se no registo térreo, na caixa do lado direito, a Prisão de Jesus (Mt 26, 50-56; Jo 18, 10-11; Mc 14, 46-52; Lc 22, 49-53), depois na caixa correspondente um nível acima, o Senhor Atado à coluna, primeira das humilhações e suplícios infligidos ao Salvador. Na caixa do nível inferior, do lado direito do observador, o *Ecce Homo*, designação atribuída a partir de João, capítulo 19, versículos 4





Capela do Senhor do Bom Despacho. Nave. Teto.

a 7. Neste ponto, a narrativa prossegue na caixa maior, central, da banquetta, com o percurso para o Calvário, mimetizado no momento em que Verónica assiste ao sofrimento de Cristo, limpando-lhe a face suja e ensanguentada. E, finalmente, na caixa inferior, central, do primeiro registo, uma interessante composição escultórica em argila da deposição e lamentação sobre o Corpo de Cristo (Jo 19, 38-42). Esta representação assume uma dupla importância: do ponto de vista plástico, trata-se de uma excelente obra de oficina ou artífice barrista com exemplar domínio sobre o tratamento anatómico, tendo em conta a dimensão da peça e, claro, das figuras nela representadas. Por outro lado, dada a disposição das personagens (oito) que assistem à cena e se posicionam ante o cadáver de Cristo como os apóstolos durante a Última Ceia, permite-nos uma leitura polissémica do momento em que o Corpo é, ao mesmo tempo, mesa e alimento sacrificial, em volta do qual e no qual comungam os seus seguidores.

No terceiro registo, Cristo expira na cruz assistido por dois anjos e nas paredes laterais da capela-mor, ao nível do terceiro registo, dois painéis completam a narrativa: do lado esquerdo, a Ressurreição (Mt 27, 62-66; Mc 16, 1-8) e, no oposto, a Ascensão ao Céu (Mc 16, 14-20; Lc 24, 50-53; Mt 1, 1-11). Sobre o primeiro, um escudo com a inscrição PETIT ET ACCIPIETIS (Pedi e recebereis); sobre o segundo, cartela idêntica com a frase QUAERITE ET INVENIETIS (Procurai e encontrareis).

A sobrepujar toda esta composição, a Assunção da Virgem amparada por anjos é elevada aos céus para ser coroada pelo Filho, por Deus Pai e pelo Espírito Santo. Assim se encerram os Mistérios Dolorosos e Gloriosos da Vida de Cristo.



Capela do Senhor do Bom Despacho. Capela-mor. Teto.

De salientar, atrás do crucifixo patronal (o Senhor do Bom Despacho a quem, afinal, se dedica este templo), uma pintura que mostra a *Virgem e São Domingos de Gusmão*, cada um a entregar rosários às almas sofredoras penitentes do purgatório. Entre ambos, e dividindo a composição, a Cruz, de onde irradiam raios de luz.

O teto da capela-mor, trabalho de artesoadado, mostra painéis com as *arma christi*, os objetos utilizados para o suplício e martírio de Cristo, envoltos em cartelas de formas conheadas e ornamentação vegetalista.

Na nave, o teto apresenta caixotões maiores dispostos segundo as faces do octógono, onde se exibem alguns símbolos marianos e cristológicos: elementos naturais, como a palmeira ou o cipreste que apelam à morte e à vitória sobre ela; a lua e o sol, associados à morte e nascimento de Cristo e ao Antigo e Novo Testamento ou o emblema heráldico da ordem dos Pregadores, entre outros.

O chão da nave, lajeado, evidencia reaproveitamentos de sepulturas, talvez provenientes das obras de ampliação da nova igreja, surgida da fusão dos templos existentes, um monástico e outro dos fregueses.

Como vimos, é frequente a associação ao número “8”, não apenas na forma octogonal da planta, mas no próprio percurso deambulatório e na disposição dos elementos e programas relativos aos Mistérios Dolorosos e Gloriosos de Cristo no retábulo maior. O “8” é o número ligado à Ressureição, pois foi ao oitavo dia depois da entrada em Jerusalém que Cristo ressuscitou. O desenho octangular é, também, muito próximo da ideia do círculo e, portanto, da imagem da perfeição associada ao divino. Devemos recordar que, não muito longe da Capela do Senhor do Bom Despacho, os pregadores haviam edificado também uma ermida de planta circular dedicada a São Domingos (Ancede, Baião).



Ermida de São Domingos (Baião).

O MONUMENTO NA ÉPOCA MODERNA

Como atrás referimos, até finais do século XVII a paróquia de Ancede estava sedeadada numa igreja encostada ao templo monástico. Será um exercício difícil, se não mesmo impossível, reconstituir o espólio disperso por cada um dos edifícios. Se é certo que, quer a imaginária, quer o acervo pictórico remanescente apontem maioritariamente para os séculos XVI e XVII como cronologia de fabricação, a centúria seguinte constituiu um período particularmente marcante na remodelação do património móvel e integrado. Esta remodelação ou, antes, esta reforma expressa novos gostos e sensibilidades espirituais e devocionais, mas sobretudo a execução das diretivas de Trento que se dirigiram incisivamente sobre os instrumentos do catecismo popular: esculturas e pinturas que deveriam ser expurgadas de subversões teológicas ou idiosincrasias da religiosidade local. Talvez por isso tenham resistido tão poucos exemplares do período anterior ao concílio tridentino (1545-1563), destacando-se neste pequeno acervo a cruz processional do século XIV, a Santa Luzia quinhentista e o tríptico de *São Bartolomeu* tradicionalmente associado a Ancede, também dos primeiros anos de 1500.

A cruz processional, em prata cinzelada, relevada e puncionada, encontra-se perfeitamente datada pela inscrição incisa que alude ao seu doador: DOM VASCO MARTIN DE BAIOM PRIOL DANSEDE. A atividade do prior Vasco Martins está documentada em Ancede no ano de 1374, quando a 26 de agosto desse ano, juntamente com o prior castreiro, Afonso Martins, ambos corroboram o arrendamento de umas casas em Gaia destinadas a uso do Mosteiro.

120



Igreja. Sacristia. Cruz processional. Vista de frente.



Igreja. Sacristia. Cruz processional. Vista do averso.



Igreja. Sacristia. Peanha. Escultura.
Santa Luzia.

Assinando-se “de Baião”, o prior trecentista parece querer ligar-se às velhas linhagens locais, mas sem que o possamos entroncar, quer nos Baiões descendentes de Afonso Hermiges (Sottomayor-Pizarro, 1997), quer nos Baiões do patriciado portuense (Gaio, 1938-1941: §4). O emblema heráldico na base da cruz – duas cabras sobrepostas – assinala essa ligação. De resto, a posição social e linhagística deste Vasco Martins não seria de menor importância, pois já em 1375 assistia ao tio D. Afonso Pires, prior de Santa Cruz de Coimbra, a quem veio a suceder no cargo.

A cruz, que pode ter chegado a Ancede através de Coimbra e, portanto, na esfera da casa-mãe agostinha, constitui uma interessante peça de ourivesaria sacra. De forma latina, enquadra-se na categoria de cruces góticas, denunciada por características comuns a peças semelhantes do mesmo período, como as extremidades em flor-de-lis e a pera, bem conservada e ricamente decorada com motivos fitomórficos, tipologia ornamentativa que se repete ao longo dos braços. No anverso, preserva a figura de Cristo crucificado, de recorte realista, anunciando já o humanismo renascentista que libertou a representação românica, hierática e tensa. A cena da crucifixão completa-se com a assistência, nas extremidades laterais do braço da cruz, da Virgem (lado esquerdo) e de João Evangelista (lado direito). No reverso, Cristo ressuscitado preside ao centro de um universo onde os quatro cantos são, ao mesmo tempo, uma referência aos pontos cardeais de onde parte a Esperança e a Salvação nas palavras dos seus arautos: o tetramorfo. Nas extremidades da cruz listam-se os evangelistas na sua iconografia habitual: o leão alado de São Marcos (lado direito), o anjo de São Mateus (esquerdo); a águia de São João (superior) e o touro alado de São Lucas (inferior). Na interseção dos braços da cruz, uma cartela com a figura incisa apresenta o Salvador, sentado em majestade, que enverga uma túnica e exhibe as cinco chagas, assinala o centro desta geografia cristã.

Quase do mesmo período e de proveniências próximas são o tríptico dedicado ao apóstolo Bartolomeu e a escultura de Santa Luzia. Peças importadas, que entraram certamente pela barra do Douro e que documentam a proximidade dos priores de Ancede com as famílias urbanas portuenses e a posição destas no contexto de relações comerciais com o Norte da Europa.

A escultura de Santa Luzia inclui-se no conjunto de peças importadas da região da Flandres, podendo filiar-se numa oficina flamenga²¹. Da mesma região e sensivelmente do mesmo período é o tríptico de *São Bartolomeu*, durante algum tempo associado a Ancede por aqui estar depositado. A circunstância de não se conhecer nesta Igreja qualquer altar ou capela dedicados àquele apóstolo, sugere que a pintura tenha sido encomendada para ermida ou igreja filial deste Mosteiro. Muito próxima, a igreja de Campelo (Baião), cujo patrono é São Bartolomeu parece esclarecer este enigma.

São Bartolomeu de Campelo foi o centro de grandes litígios com os senhores locais. A igreja fora doada, no século XII, por D. Afonso Henriques a um nobre da sua confiança, Egas Ramires. O padroado deve, pois, ter seguido na linha genealógica dos seus descendentes até que, no início do século XV, estes o doaram ao Mosteiro, que logo dispôs dos privilégios naquela igreja, nomeadamente o da apresentação do pároco. Contrariando a posse de Ancede, D. Afonso V dispôs do padroado das igrejas de Gôve (Baião) e de Campelo em favor de Luís Álvares de Sou-

21 Registada no inventário da Diocese do Porto com o n.º PS00.0029 (Costa, 2006).

sa, senhor de Baião. Estalou a contenda. Os monges opuseram-se e continuaram a apresentar párocos oponentes aos da apresentação dos senhores de Baião. Em 1497, era Rui Pires, e, em 1522, Gonçalo de Madureira, certamente familiar dos Madureiras que mantinham vínculos de parentesco com alguns dos priores de Ancede ou ligações com enfiteutas do Mosteiro. É, pois, natural que se deva a estes Madureiras, uma das famílias do patriciado urbano do Porto de quinhentos, a encomenda do tríptico para a igreja de Campelo.

Trata-se de uma pintura a óleo sobre madeira de carvalho, sem autoria atribuída, produzida no primeiro quartel do século XVI, de importação, proveniente talvez da região da Flandres.

No reverso dos volantes, a representação da *Anunciação* e, aberto, uma tríade de santos: no primeiro painel, *Santo André* representado com o instrumento do seu martírio (a cruz em aspa), no painel central, *São Bartolomeu* segurando na mão esquerda um livro, na direita uma faca (utilizada no seu escalpelado) e a corrente com que encadeia o demónio (figura grotesca, espécie de ave, que assoma atrás do taumaturgo); e, no terceiro painel, *Santo António* na sua iconografia habitual: com a mão segura uma cruz e com a direita um livro fechado sobre o qual pousa o Menino Jesus (Azevedo, 1996: 95). O taumaturgo lisboeta é, ainda hoje, rememorado no retábulo maior da igreja de Campelo e o facto de Santo André acompanhar a figura patronal de São Bartolomeu recorda, evidentemente, a ligação do Mosteiro à igreja de Campelo – ligação que importava reforçar numa época em que a contenda com os senhores de Baião ainda decorria.



Igreja. Sacristia. Pintura. Tríptico de São Bartolomeu (reverso dos volantes).

122



Igreja. Sacristia. Pintura. Tríptico de São Bartolomeu.

Do conjunto de peças móveis ainda hoje expostas ao culto cabe destacar o acervo pictórico distribuído pelo corpo da Igreja, cuja cronologia de execução se baliza entre os séculos XVI a XVIII. São pequenas tábuas, emolduradas, representando alguns dos Passos e Paixão de Cristo: a *Flagelação ou humilhação de Cristo*, o *Ecce Homo*; o *Descimento da Cruz* e a *Deposição no tú-*





Igreja. Nave. Parede norte. Pintura. Pormenor do *Ecce Homo*.



Igreja. Nave. Parede norte. Pintura. Pormenor da *Deposição no Túmulo*.

*mulo*²². Trabalho e autor desconhecido, da segunda metade do século XVI, pode tratar-se do reaproveitamento de uma estrutura retabular de uma das igrejas demolidas.

Devemos assinalar ainda a presença de outras duas pinturas a óleo sobre madeira, uma na nave, do lado da epístola, com a representação de *São Tiago Maior* como romeiro, trabalho do século XVI, e outra da *Virgem com o Menino*, exposta na sacristia, obra do século seguinte.

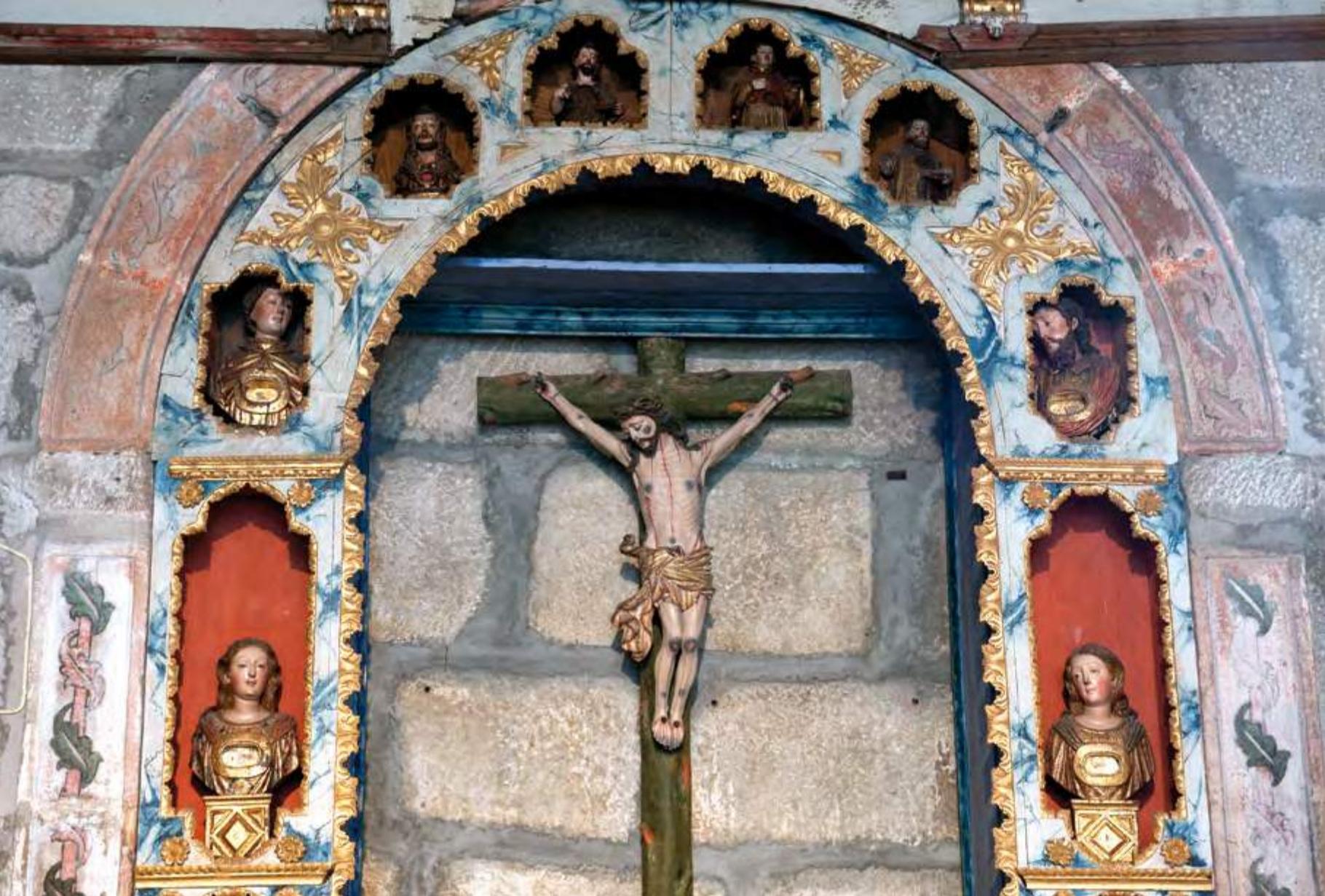
Relativamente ao espólio de imaginária cabe destacar as esculturas de vulto, dispersas pelos retábulos maior e colaterais e por algumas mísulas da nave, nomeadamente a imagem do patrono, Santo André, de São Domingos de Gusmão (retábulo maior), da Virgem do Rosário (nave) e das Santas Mães (nave), todas de matriz barroca, a maioria referida no inventário de 1722, juntamente com as de Santa Luzia, São Sebastião, São João Baptista (executadas em 1738) e São Gonçalo (mandada fazer em 1716).

A nova Igreja, edificada como referimos no final do século XVII, é ampla, mas sóbria na decoração. Ao longo das três naves, divididas por esguias colunas, não encontramos retábulos, nem nos arcos colaterais, onde hoje se expõem algumas esculturas assentes em mísulas, apesar das descrições setecentistas que lhe indicam os retábulos maiores, o do Santíssimo Sacramento (evangelho) e o da Virgem do Rosário (epístola)²³. Apenas o arco cruzeiro e a capela maior apresentam ornamentação de talha dourada, que mistura elementos estruturais do barroco nacional com a profunda remodelação que terá sido executada em finais do século XVIII, de sabor neoclássico, de que sobressai o trono eucarístico de seis degraus, cujo topo se conjuga com a abertura do óculo medieval. No teto, trabalho de artesado com decoração em relevo de motivos florais pintados e dourados, à semelhança dos elementos retabulares.

²² Registados no inventário da Diocese do Porto com os n.ºs PS00.0069, PS00.0070, PS00.0071 e PS00.0072 (Costa, 2006).

²³ Um inventário particularmente minucioso, de meados do século XVIII, faz referência aos três retábulos, aos dois sacrários e às duas confrarias (do Senhor e da Virgem do Rosário) (ADP – Monásticos. Convento de Santo André de Ancede. *Epítome da Fazenda*, k/17/2/4-37, fls. 34).





Igreja. Sacristia. Retábulo-relicário.

Na sacristia existem outros testemunhos das campanhas setecentistas, nomeadamente o móvel destinado a albergar parte do conjunto de nove bustos-relicários dos mártires e santos Bernardo, Vicência, Paderno, Pio V, João Baptista, Paterno, Valéria, Carlos Borromeu e André²⁴. Mas a relíquia mais preciosa do Mosteiro, que em meados do século XVIII se encontrava exposta no altar colateral da Virgem do Rosário, é a *Cabeça Santa*, hoje recolhida na sacristia. Trata-se de uma “caixa de prata, de forma ovalar, com tampa abobadada, em cujo acume existe um orifício ovalar também, onde assomam as 3 suturas fronto-parietais [...] do crânio subjacente”. Assim a descreveu, em 1944, o médico Armando Leão, que acrescentou algumas notas sobre a veneranda caveira, ou parte dela, porquanto “os ossos [...] estão serrados com serra arguta e bem dirigida, separando a mandíbula inferior ao nível da articulação têmporo-maxilar” (Leão, 1944: 114-115). A razão de tal operação, que o médico chama de “intervenção sacrílega” é desconhecida, mas parece claro que tal relíquia foi amiúde manuseada ao longo da sua história.

A origem, obscura, desta caveira vem narrada no *Agiologio lusitano...*, no primeiro de maio, data em que supostamente se pretendia venerar a figura de um D. Giraldo, cónego regular que vivera no mosteiro de Ermelo, “onde floreceo com religiosas virtudes”. Embora se desconheça



Igreja. Sacristia. Relicário. Cabeça Santa.

²⁴ Registados no inventário da Diocese do Porto com os n.ºs PS00.0036, PS00.0037, PS00.0038, PS00.0039, PS00.0040, PS00.0041, PS00.0042 e PS00.0043 (Costa, 2006).

a biografia deste venerando frei, o autor do *Agiologio...*, contrariando outros hagiógrafos que o denominaram Mamede, indica a localização da sua sepultura na velha igreja de Ermelo,

“embebida na parede da Capella mór pela parte de fóra, levantada da terra mais de palmo, com seu Gothico Epitaíio, tam gastado, & confundido da antiguidade, que se não pode ler, mais do que a segunda regra, a qual conservou o Ceo a pezar do tempo, para constar de seu nome” (Cardoso, 1666: 19).

Uma figueira, que brotara do seu túmulo, possuía propriedades milagrosas, servindo como auxílio a partos difíceis. Outrossim, as dores de costas passavam em contacto com a pedra da sepultura, mas era a própria cabeça que, presumivelmente exumada de Ermelo e conduzida a Ancede, providenciava o amparo contra a hidrofobia ou raiva. Corria a lenda que, quer em vida, quer após a morte, Gerardo, Giraldo ou Geraldo ou ainda Mamede “miraculava os hidrófobos, sarando-os” (Leão, 1944: 115). Por esta razão acorriam, no primeiro de maio, à Igreja de Ancede homens e mulheres e, particularmente, pastores e criadores de gado, para entregar nas mãos do obscuro monge a cura do seu corpo e dos seus animais.

Trata-se, como é natural, de um culto local, acalentado e manipulado pelos monges que incorpora tópicos de santos conhecidos. Efetivamente, a confusão com Mamede revela a necessidade de se criar um ponto em comum com um mártir conhecido, particularmente afamado por assegurar leite para as mulheres que não dispunham dele para amamentar os seus filhos (notar a semelhança entre o nome do santo e mama) e ainda por se tratar de um dos principais patronos dos gados, com notáveis santuários em várias regiões da Europa (Réau, 2001: 313). Culto eminentemente terapêutico e pastoril, tinha no primeiro de maio, particularmente sensível no calendário rural, o dia da sua celebração, ainda que fosse devoção marginal e desconhecida dos santorais católicos. Vinham à caveira “muitos povos circumvezinhos com gados e outros animaes mordidos de caes danados com muita fee com a experiencia de todos que a beirão e comem pão bento tocados com esta santa reliquia se não danão”²⁵.

No século XVIII, já designado como Berardo, é dito que a sua cabeça era venerada no altar colateral esquerdo, “metida em hua urna de prata coberta com um veo de tenilha vermelha com franja de retroz e suas cortinas com ramos de ouro e outros animais”²⁶.

Ainda na sacristia, três esculturas barrocas, de proveniência desconhecida, representam Cristo humilhado ou *Ecce Homo*, peças do primeiro quartel do século XVIII, que assinalam a fervorosa devoção cristológica e a importância das procissões e de toda a cenografia a que obrigavam²⁷.

Na categoria da ourivesaria devemos destacar a custódia seiscentista em prata cinzelada, recortada, relevada e lavrada, com tintinábulo²⁸.

25 ADP – Monásticos. Convento de Santo André de Ancede. *Epítome da Fazenda*, k/17/2/4-37, fls. 35.

26 Idem.

27 Existe um trabalho científico sobre os materiais e técnicas da sua execução (Barata, 2010: 19-26).

28 Registrada no inventário da Diocese do Porto com o n.º PS00.0057 (Costa, 2006).

Voltando ao corpo da Igreja, no lugar onde outrora devia estar situada a igreja dos fregueses, existe hoje um amplo coro com balaustrada neoclássica e, por debaixo dele, no lado direito de quem entra, o batistério. Daqui é possível uma visão mais abrangente sobre as três naves, dentre as quais, na central, destacamos o púlpito em madeira entalhada e dourada, com dossel do mesmo material sobre o qual pousa uma figura alegórica. As três faces viradas ao auditório são ornamentadas com motivos florais, conchas e religiosos, como o coração alado e flamejante. É obra de finais do século XVII e, de certa forma, simboliza a importância do sermão e da palavra entre os Pregadores.



Igreja. Nave central. Púlpito.



AS INTERVENÇÕES CONTEMPORÂNEAS

O auto do abandono do Mosteiro, na sequência da extinção das ordens religiosas e da imediata cessação da vida monástica masculina, foi assinado a 19 de abril de 1834. Nesta data encontravam-se em Ancede oito monges.

Foram realizados os inventários sobre as dívidas ativas, os bens móveis e imóveis e rendimentos. Do património construído fica a ideia de um edifício de grandes dimensões, que compreendia: umas “moradas” de casas, dormitórios com sala de visitas, câmara e antecâmara, salão das celas, cartório, varanda, casa de barbas (barbearia), refeitório, cozinha, dispensa e duas adegas. Dentro da cerca havia, ainda, lugar para uma hospedaria com três alcovas e um quarto, cavaliariça, casa de palheiro, celeiro, adega e lagares, alambique e uma casa da eira²⁹.

Esta é sensivelmente a área edificada que podemos encontrar ainda hoje. Entre as descrições setecentistas a que aludimos no ponto anterior, profundas alterações foram executadas no espaço monástico. O campanário, que por volta de 1746 ameaçava ruína, foi demolido e um novo construído no seu lugar, espaço exíguo entre a igreja nova e a entrada do Mosteiro novo, cuja fachada ainda persiste.

As dependências monásticas foram adquiridas em hasta pública, em 1835, por José Henriques Soares, negociante liberal do Porto, onde prestou grandes serviços ao partido de D. Pedro (r. 1828-1834), durante o Cerco do Porto³⁰. Em Ancede, de onde tirou o título atribuído por D. Maria II (r. 1826-1853) durante o cabralismo (carta de 12-12-1842), instalou uma escola e prosseguiu na exploração vinícola deixada pelos monges.

No que toca ao Inquérito que na diocese do Porto se fez no ano de 1864 pouco podemos dizer sobre esta Igreja. Sabemos que, tal como a “Capella do Senhor do Bom Despacho, sita no adro da Igreja, estava bem conservada, precisando tão somente de sêr dealbada”³¹. Todavia, o padre José Alves Pinto lamenta o facto de que “por mais que buscasse não pude [ele, o pároco] saber as datas da fundação da Igreja e Capellas”. O século XX é institucionalmente omissivo relativamente a este conjunto monástico (Basto, 2007), classificado como Monumento de Interesse Público, em 2013³². [MLB / NR]

Entre 2001 e 2003 foram realizadas obras, a cargo da Câmara Municipal de Baião, com vista à conservação e restauro do celeiro, adega e lagares e criação de infraestruturas sanitárias. A recuperação do beiral, da eira e da casa dos moços, então denominada casa do caseiro, foi efetuada entre 2004 e 2005. Em 2007 abriu ao público o Centro Interpretativo da Vinha e do Vinho.

Entre 2010 e 2011, a autarquia procedeu à consolidação e manutenção das alas principais do Mosteiro, bem como à conservação e restauro da capela do Senhor do Bom Despacho,

29 ANTT – Arquivo Histórico do Ministério das Finanças. *Convento de Santo André de Ancede*. Cx. 2195, n.º 25.

30 ADP – Fundo do Governo Civil. N.º 126 – *Registo de alvarás de posse conferidos a diversos arrematantes de bens nacionais*, 1836-1844, n.º 72. Na mesma data, José Henriques Soares adquiriu ainda o convento de São Gonçalo, em Amarante.

31 Missiva, 13 de outubro de 1864. IRHU/Arquivo ex-DGEMN/DREM N.º 3216/2 (Correspondência igrejas do concelho de Baião. 1864 a 1890).

32 PORTARIA n.º 225. *D.R. Série II*. 72 (2013-04-12) 12097.

incluindo parte do seu recheio artístico. Estas intervenções foram precedidas por um estudo de diagnóstico de patologias, realizado, em 2003, pelo Departamento de Engenharia Civil da Universidade do Minho, e por um estudo de consolidação e conservação das alas principais do Mosteiro, realizado, em 2008, pelo mesmo Departamento. Todas estas intervenções foram acompanhadas de trabalhos arqueológicos realizados, em 2002 e 2005, em contexto de obra.

Tendo já integrado a Rota do Românico, em 2013, o Mosteiro de Ancede volta a ser alvo de uma nova intervenção arqueológica, desta feita nos antigos edifícios da hospedaria e casa dos moços, fornecendo, assim, novos elementos para o desenvolvimento do projeto de arquitetura, da autoria de Álvaro Siza Vieira, previsto para o espaço monástico remanescente, hoje sob a forma de ruína.

No entanto, está prevista a execução de novos trabalhos arqueológicos, que deverão arrancar em finais de 2014, no interior do espaço religioso, na zona envolvente das principais alas do Mosteiro, bem como na área da quinta. [RR]

CRONOLOGIA

1141: atribuição, por D. Afonso Henriques, da carta de couto à honra de Ancede;

1144: a igreja de Gôve (Baião) é anexada ao património do Mosteiro;

1258: era prior do Mosteiro um D. Diogo, que desconhecia a origem do Mosteiro;

1294: a igreja de São Miguel de Oliveira do Douro (Cinfães) foi anexada ao património do Mosteiro;

1320: a Igreja de Ancede foi taxada em 550 libras para auxílio das Cruzadas;

1366: ocorreu um incêndio na Igreja de Santo André;

1391: à anterior doação, junta-se o padroado sobre a igreja de São Miguel de Oliveira do Douro;

1559: o Mosteiro de Ancede e todos os seus bens, privilégios e rendimentos são integrados no património do convento de São Domingos de Lisboa;

Séculos XVII-XVIII: grandes investimentos no espaço monástico (cerca e igrejas);

1689: a nova Igreja é benzida e dedicada na festa de natal;

1745: a atual torre sineira ainda não tinha sido edificada;

1864: a Igreja de Ancede encontrava-se em bom estado de conservação, apenas necessitando de pintura;

2001-2003: conservação e restauro do celeiro, adega e lagares e criação de infraestruturas sanitárias;

2002: sondagens arqueológicas no âmbito dos trabalhos de criação de infraestruturas sanitárias;

2004-2005: recuperação do beiral, da eira e da casa dos moços, então denominada casa do caseiro;

2005: sondagens arqueológicas no âmbito do projeto de remodelação e reconstrução da casa do caseiro e do beiral;

2007: abertura do Centro Interpretativo da Vinha e do Vinho;

2010: o Mosteiro de Ancede passa a integrar a Rota do Românico;

2010-2011: consolidação e manutenção das alas principais do Mosteiro e conservação e restauro da capela do Senhor do Bom Despacho, incluindo parte do seu recheio artístico;

2013: sondagens arqueológicas nos antigos edifícios da hospedaria e casa dos moços;

2013: o Mosteiro de Ancede é classificado como Monumento de Interesse Público;

2014-2015: sondagens arqueológicas no interior do espaço religioso, na zona envolvente das principais alas do Mosteiro e na área da quinta.

BIBLIOGRAFIA E FONTES

A BÍBLIA sagrada. Lisboa: Paulus Editora, 2009. 1880.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de – *Arquitectura românica de Entre Douro e Minho*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1978. Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

ALMEIDA, Fortunato; PERES, Damião, dir. – *História da Igreja em Portugal*. Porto: Livaria Civilização, 1971.

ARQUIVO DISTRITAL DO PORTO (ADP) – Fundo do Governo Civil. N.º 126 – *Registo de alvarás de posse conferidos a diversos arrematantes de bens nacionais, 1836-1844, n.º 72*.

_____ – *Inventário do fundo do convento de Ancede*. Tombo 1178-1748, livro 1 do n.º 3400, fl. 41.

_____ – Monásticos. Convento de Santo André de Ancede. *Auto de medição da igreja e convento e cerqua*, [1745], fls. 33 v.º, 35 v.º.

_____ – Monásticos. Convento de Santo André de Ancede. *Epítome da fazenda*, k/17/2/4-37, fls. 34, 35, 41 v.º.

_____ – Monásticos. Convento de Santo André de Ancede. Livro n.º 3432, fls. 375-421.

_____ – Monásticos. Convento de Santo André de Ancede. Livro n.º 3529, fls. 43 v.º, 45.

_____ – *Notariais. Baião*, 1.º ofício, livro 9, fls. 54-54 v.º, 160-163 v.º.

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO (ANTT) – Arquivo Histórico do Ministério das Finanças. *Convento de Santo André de Ancede*. Cx. 2195, n.º 25.

_____ – *Convento de S. Domingos de Lisboa*. Livro 17.

_____ – *Tribunal do Santo Ofício, Documentação dispersa*. Processo 14769.

AZEVEDO, Carlos Moreira de, coord. – *Roteiro do culto antoniano na diocese do Porto*. Porto: Fundação Manuel Leão, 1996.

BARATA, Carolina [et al.] – The materials and techniques of polychrome baroque wooden sculpture: three works from Baião, Portugal. *International Journal of Conservation Science*. Vol. 1, n.º 1 (2010) 19-26.

BARROS, Amândio Morais – Por ser de sua lavra e cutelo: questões entre o Porto e o Mosteiro de Ancede relativas à venda de vinhos na Idade Média. *Douro – Estudos & Documentos*. Vol. 3, n.º 5 (1998) 49-87.

BASTO, Sónia – *Mosteiro de Santo André de Ancede/Igreja paroquial de Ancede/Igreja de Santo André* PT011302010009. [Em linha]. Lisboa: IHRU, 2007. [Consult. 16 de setembro de 2012]. Disponível em www: <URL: <http://www.monumentos.pt>>.

BRITO, Pedro – *Patriciado urbano quinhentista: as famílias dominantes do Porto: 1500-1580*. Porto: Arquivo Histórico/Câmara Municipal do Porto, 1997.

CARDOSO, Jorge – *Agiologio lusitano*. Lisboa: [na oficina de Craesbeeck], 1666.

CARDOSO, Luiz, padre – *Diccionario geografico...* Lisboa: na Regia Officina Sylviana e da Academia Real, 1747-1751.

COSTA, A. Carvalho da – *Corografia portugueza e descripçam topografica do famoso reyno de Portugal...* Lisboa: Off. de Valentim da Costa Deslandes, 1706-1712.

COSTA, José Augusto Coelho Abreu – *Deposição no túmulo* PS00.0072 [Em linha]. Porto: Diocese do Porto, 2006. [Consult. 06 de setembro de 2012]. Disponível em www: <URL: <http://inweb.bcdp.org/default.aspx>>.

_____ – *Descimento da cruz* PS00.0071 [Em linha]. Porto: Diocese do Porto, 2006. [Consult. 06 de setembro de 2012]. Disponível em www: <URL: <http://inweb.bcdp.org/default.aspx>>.

_____ – *Ecce Homo* PS00.0070 [Em linha]. Porto: Diocese do Porto, 2006. [Consult. 06 de setembro de 2012]. Disponível em www: <URL: <http://inweb.bcdp.org/default.aspx>>.

_____ – *Flagelação de Cristo* PS00.0069 [Em linha]. Porto: Diocese do Porto, 2006. [Consult. 06 de setembro de 2012]. Disponível em www: <URL: <http://inweb.bcdp.org/default.aspx>>.

_____ – *Ostensório* PS00.0057 [Em linha]. Porto: Diocese do Porto, 2006. [Consult. 06 de setembro de 2012]. Disponível em www: <URL: <http://inweb.bcdp.org/default.aspx>>.

_____ – *S. João Baptista* PS00.0039 [Em linha]. Porto: Diocese do Porto, 2006. [Consult. 06 de setembro de 2012]. Disponível em www: <URL: <http://inweb.bcdp.org/default.aspx>>.

_____ – *St.ª desconhecida* PS00.0036 [Em linha]. Porto: Diocese do Porto, 2006. [Consult. 06 de setembro de 2012]. Disponível em www: <URL: <http://inweb.bcdp.org/default.aspx>>.

_____ – *St.ª desconhecida* PS00.0043 [Em linha]. Porto: Diocese do Porto, 2006. [Consult. 06 de setembro de 2012]. Disponível em www: <URL: <http://inweb.bcdp.org/default.aspx>>.

_____ – *St.º desconhecido* PS00.0037 [Em linha]. Porto: Diocese do Porto, 2006. [Consult. 06 de setembro de 2012]. Disponível em www: <URL: <http://inweb.bcdp.org/default.aspx>>.

_____ – *St.º desconhecido* PS00.0038 [Em linha]. Porto: Diocese do Porto, 2006. [Consult. 06 de setembro de 2012]. Disponível em www: <URL: <http://inweb.bcdp.org/default.aspx>>.

_____ – *St.º desconhecido* PS00.0040 [Em linha]. Porto: Diocese do Porto, 2006. [Consult. 06 de setembro de 2012]. Disponível em www: <URL: <http://inweb.bcdp.org/default.aspx>>.

_____ – *St.º desconhecido* PS00.0041 [Em linha]. Porto: Diocese do Porto, 2006. [Consult. 06 de setembro de 2012]. Disponível em www: <URL: <http://inweb.bcdp.org/default.aspx>>.

_____ – *St.º desconhecido* PS00.0042 [em linha]. Porto: Diocese do Porto, 2006. [Consult. 06 de setembro de 2012]. Disponível em www: <URL: <http://inweb.bcdp.org/default.aspx>>.

_____ – *St.ª Luzia* PS00.0029 [Em linha]. Porto: Diocese do Porto, 2006. [Consult. 06 de setembro de 2012]. Disponível em www: <URL: <http://inweb.bcdp.org/default.aspx>>.

COUTINHO, C. da Cunha – Baião: carta de couto do mosteiro de Ansêde, de 1141. *Douro-Litoral*. N.º 7 (1943) 49-52.

CUNHA, Rodrigo da – *Catalogo e historia dos bispos do Porto*. Porto: João Rodriguez, 1623.

GAIO, Felgueiras Manuel José da Costa – *Nobiliário de famílias de Portugal*. [Braga]: Agostinho de Azevedo Meirelles/Domingos de Araújo Affonso, 1938-1941.

HERCULANO, Alexandre, dir. – *Portugalliae monumenta historica: o saeculo octavo post christum usque ad quintumdecimum: inquisitiones*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1867. Vol. 1, fasc. 8.

LEÃO, Armando – A cabeça santa de Ansede. *Jornal do Médico*. N.º 99 (1944) 114-115.

MORAIS, Cristóvão Alão de – *Pedatura lusitana: nobiliário de famílias de Portugal*. Porto: Livr. Fernando Machado, 1943-1948.

PORTARIA n.º 225. *D.R. Série II*. 72 (2013-04-12) 12097.

PORTUGAL. Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território – IRHU/Arquivo ex-DGEMN/DREM – *Correspondência igrejas do concelho de Baião, 1864 a 1890*. Missiva, 13 de outubro de 1864. Cx. 3216/2.

RÉAU, Louis – *Iconografia del arte cristiano: iconografia de los santos: G-O*. 2.ª edição. Barcelona: Ediciones del Serbal, 2001.

REIS, Jacinto dos, padre – *Invocações de Nossa Senhora em Portugal de aquém e de além-mar e seu padroado*. Lisboa: [edição do autor], 1967.

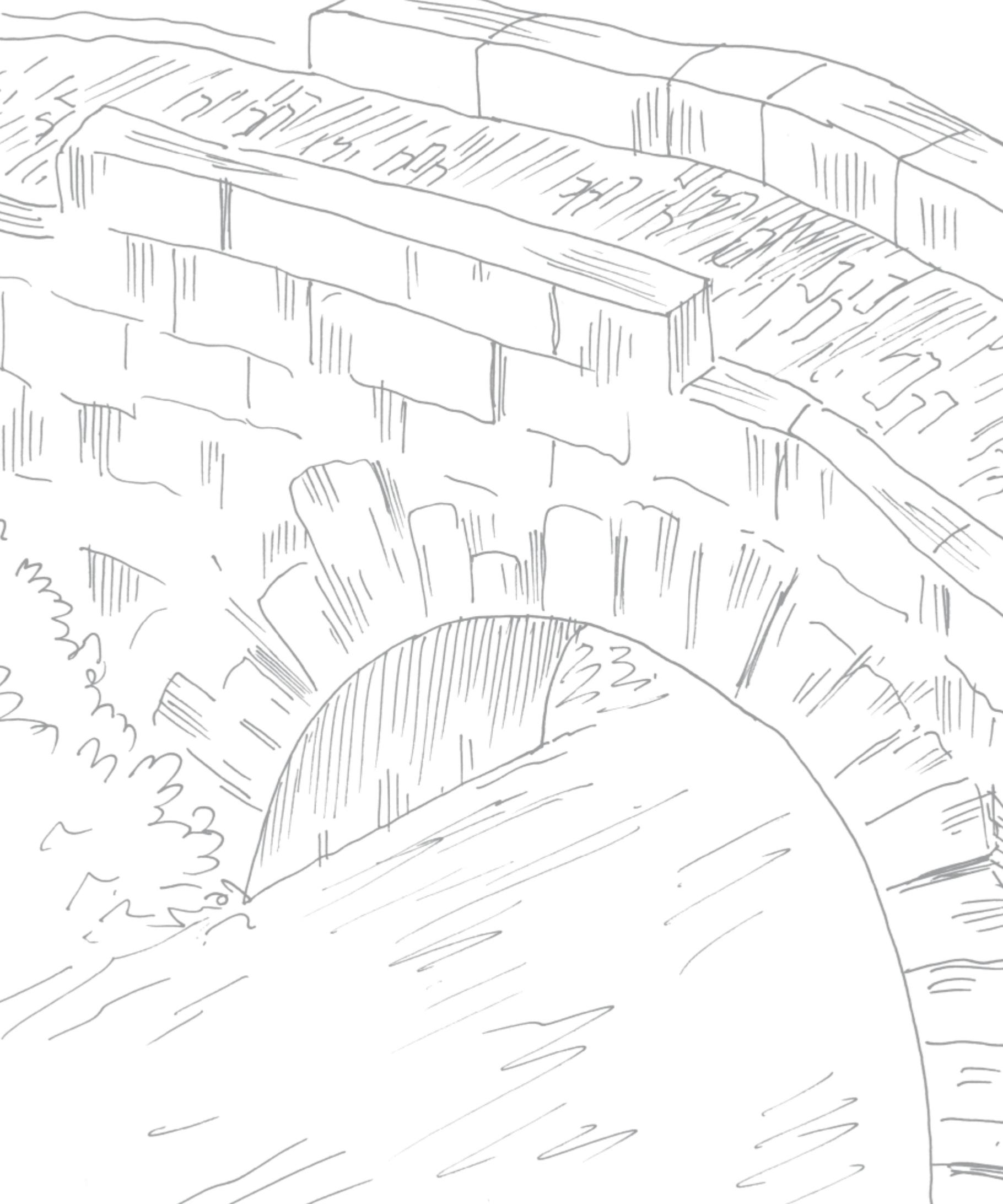
SANTA MARIA, Nicolau de – *Chronica da ordem dos conegos regrantes do patriarcha S. Agostinho*. Lisboa: na Officina de loam da Costa, 1668.

SANTOS, Egídio – [Casa de Balde: marco de pedra epigrafado] [Material fotográfico]. Baião: Egídio Santos, [s.d.]. Arquivo Câmara Municipal de Baião.

SILVA, I. F.; ARANHA, P. W. B. – *Diccionario bibliographico portuguez*. Imprensa Nacional, 1862.

SOTTOMAYOR-PIZARRO, J. A. de – *Linhagens medievais portuguesas: genealogias e estratégias: 1279-1325*. Porto: Universidade do Porto, 1997. Dissertação de doutoramento em História da Idade Média na Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

VENTURA, Margarida Garcez – Vinho e o estatuto de vizinhança de alguns abades do bispado do Porto, ou de como do facto económico se passa à história política. In LOUREIRO, Virgílio; MOREIRA, Manuel Belo - *O vinho, a história e a cultura popular: actas de congresso*. Lisboa: ADISA, 2001.



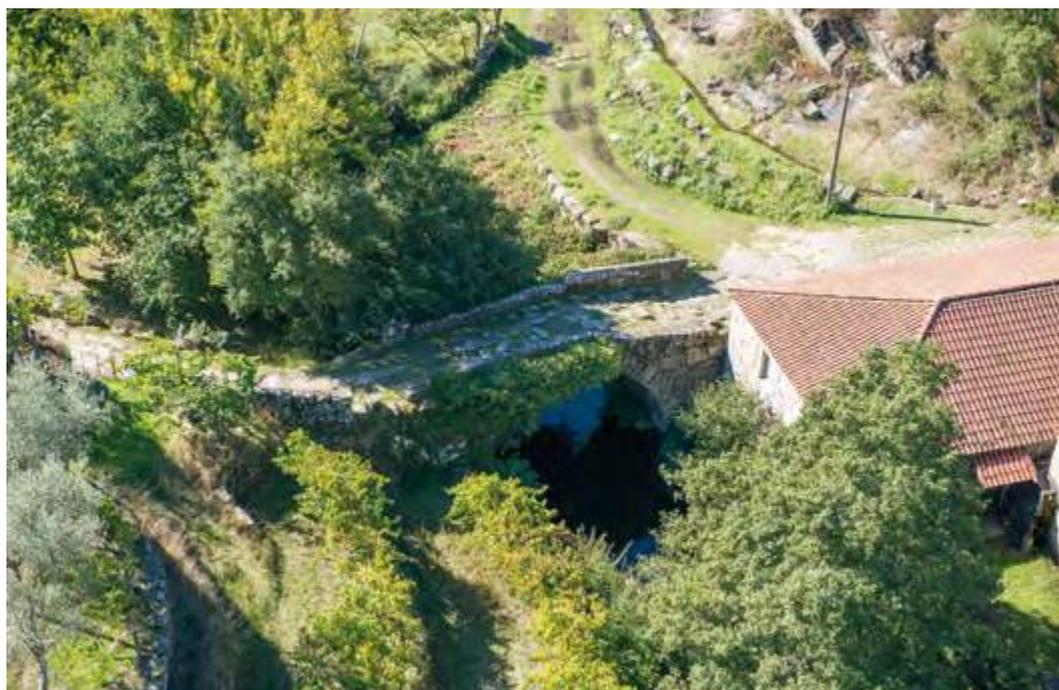


PONTE
DE ESMORIZ

BAIÃO

PONTE
DE ESMORIZ
BAIÃO

Em 1758, na memória de Ancede (Baião), o cura João Pinto de Almeida, ou outro por ele (dado que este apenas se limita a assinar um breve texto escatocolar em que atesta a veracidade das informações nelas contidas) (Almeida, 1758), enumera seis pontes na sua paróquia. Três em madeira e três em pedra. Sobre as de pedra diz existir uma entre os lugares de Esmoriz e Penalva, outra na estrada que vai do Mosteiro de Ancede para a Pala (Ri-badouro, Baião) e uma terceira junto a uns moinhos chamados “das Machoças”.



Vista aérea.

Esta referência e a própria facticidade da Ponte de Esmoriz, de um só arco de volta perfeita, acusam a existência de uma travessia que devia ser importante, caso contrário não inspiraria o investimento, sendo perfeitamente assegurada por uma simples passagem de madeira, como nos outros três casos referidos pelo cura de Ancede. Contudo, se é certo que existia uma ponte de pedra em 1758, não podemos garantir, sem que os documentos ou a arqueologia o atestem, que a ponte referida naquele ano seja a passagem de hoje. Tal, deve-se, como no caso da Ponte da Panchorra (Resende), à utilização tardia de modelos construtivos cronologicamente remotos.

Depois, devemos relativizar a importância das travessias com base na sua tipologia de “ponte pétrea”. Neste caso, o cura João Pinto de Almeida não distingue (como muitos dos seus congêneres) entre “pedra” e “cantaria”, o que poderia indiciar, na segunda denominação, a contratação de mão de obra especializada, logo projeto mais dispendioso. Este podia exigir escritura de fábrica e deixar um valioso registo da sua execução, reparação ou reconstrução.

Para o estudo das travessias, assim como do revestimento dos caminhos e estradas, não basta a própria materialidade das mesmas. O desconhecimento sobre técnicas e materiais de construção fora do período romano deixa-nos inúmeras questões. Outrossim, a confusão entre as designações



Vista de jusante.

de vias consoante a sua capacidade de aguentarem a deslocação de veículos (estradas) ou serem, apenas, trilhos de passagem (caminhos, carreiros, etc.) de pé ou pata, incapacitam-nos de olhar esta problemática com a atenção que lhe é devida. Desta situação advém a frequência com que as pontes seiscentistas, setecentistas ou mesmo posteriores são tidas como romanas ou românicas, face à reprodução intemporal de modelos antigos, como cremos ser o caso da Ponte de Esmoriz¹.

Aliás, regressando à questão da importância da travessia, esta não pode ser analisada do ponto de vista contemporâneo. Deve sempre procurar buscar a utilidade da passagem no trajeto histórico das comunidades que dela se servem, já que as vias medievais e modernas (ao contrário das romanas) sempre tiveram um carácter local e regional só ultrapassado na contemporaneidade. A ponte deve, então, ser enquadrada num âmbito mais vasto de humanização e de circulação. Neste caso concreto, devemos olhar com atenção para o vale do rio ou ribeiro de Ovil que nasce próximo a Loivos do Monte (Baião) e desagua no rio Douro, junto à Pala. O seu sentido nordeste-sudeste obrigou a vários atravessamentos na direção do litoral para o interior. Sabendo que, na margem sul do Douro, existia uma via (ou, pelo menos, uma colagem de várias vias) ao longo da margem, podemos supor que, dada a ligação de Ancede ao Porto, sede episcopal e centro nevrálgico da economia, existisse também, na margem oposta, um percurso construído através da junção de vários ramais, e que pudesse conduzir àquela urbe por Alpendorada (Marco de Canaveses) e Entre-os-Rios (Penafiel). Porém, a cartografia antiga não assinala qualquer via importante seguindo este trajeto.



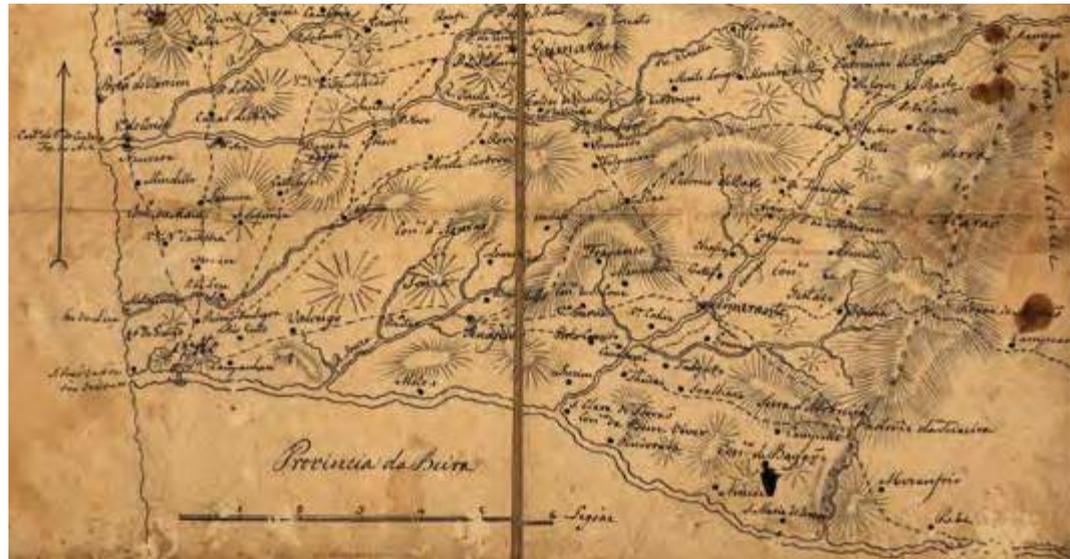
Calçada de acesso à Ponte.



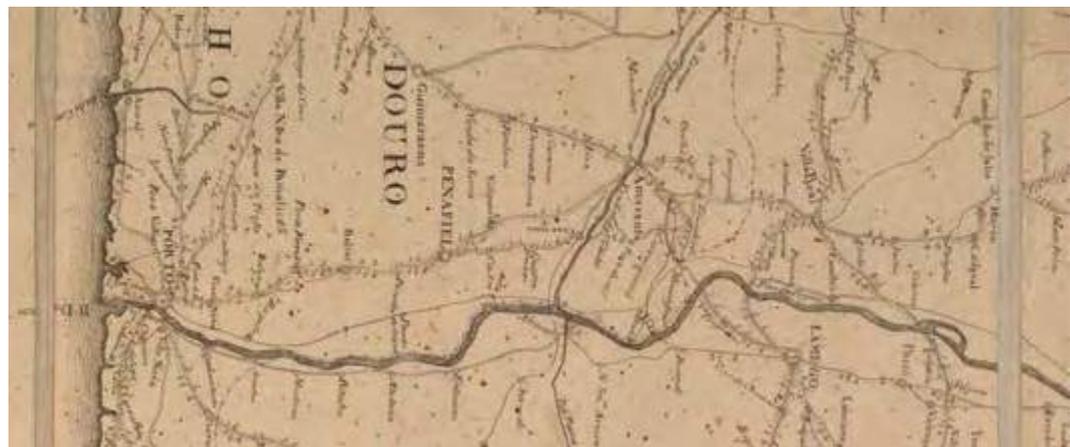
Vista de montante.

¹ Ou o caso da ponte de Covelas, no vizinho concelho de Cinfães, entre as freguesias de Ferreiros e Tendais, durante vários anos tratada como romana e românica. Em 1758 nem existia, alçando-se sobre o Bestança apenas uma travessia de pau, no mesmo lugar. O medalhão barroco levantado no remate das guardas, a meio da ponte, faz o elogio do mentor da obra, um padre fidalgo da aldeia próxima que custeou a obra, concluída em 1762.

O corredor de circulação que constituía, desde a Idade Média, o principal eixo entre o Douro litoral e o Douro interior ligava o Porto a Baltar (Paredes), Penafiel, Canaveses (Marco de Canaveses), Padrão da Teixeira (Baião) e Mesão Frio. Desta estrada, aproveitada desde o século XVIII até aos dias de hoje, como trajeto mais curto entre a Régua e o Porto, partiam várias ramificações.



Carta da província do Minho (adaptada de Norton, 1807). Fonte: Biblioteca Nacional Digital.



Carta militar das principais estradas de Portugal (adaptada de Eça, 1808). Fonte: Biblioteca Nacional Digital.



Mapa das principais vias de comunicação a partir do Porto (adaptado de Depósito dos Trabalhos Geodésicos, 1861). Fonte: Biblioteca Nacional Digital.

Uma delas saía de Canaveses, logo a seguir à velha e grandiosa ponte medieval, quase em linha reta até em frente ao cais de Mourilhe (em Cinfães, desaparecido aquando da construção da barragem de Carrapatelo). Passava pelas povoações de Rio de Galinhas, Paredes de Viadores e Paços de Gaiolo, todas do Marco de Canaveses. De um conjunto de mapas antigos do território português apenas dois, um de 1720² e um de 1797³, assinalam uma via paralela ao Douro (na margem norte) ligando Mesão Frio a Entre-os-Rios. Provavelmente passaria em Ancede, através do couto ou próximo dele, mas dada a escala do mapa é impossível garantir que a estrada passasse sobre o rio Ovil, em Esmoriz. De resto, os afluentes do Douro constituíam canais de circulação já aproveitados no período da romanização. É assim mais fácil aceitar na região de Baião, vias estruturantes no sentido norte-sul, do que marginais ao Douro, ideia já partilhada, em 1985, por Mário Barroca⁴ e, em 1991, por Arlindo de Magalhães e Maria Manuela Alves, que tentaram traçar os caminhos de peregrinação jacobea na área do concelho de Baião (Magalhães e Alves, 1991: 53-61).

² [Regnorum Hispaniae et Portugalliae] [Material cartográfico]. Escala [1:2470000]. [ca.1720]. Nuremberga.

³ [Chorographical map of the kingdom of Portugal divided into its grand provinces] [Material cartográfico]. Escala [1:900000]. 1797. Londres (Faden, 1797).

⁴ O autor noticia a descoberta do marco miliário entre Mesquinhata e Gôve (Baião), relacionado com a "passagem da via romana que ligaria Braga a Viseu, e que Antonino ignora no seu itinerário" (Barroca, 1985: 3). Esta via seguiria ao longo da extensa fratura geológica que atravessa o Douro, entre Porto Manso (Baião) e Porto Antigo (Cinfães), seguindo por entre as dobras do Montemuro. Não admitimos que uma via romana atravessasse aqui o Douro para vencer os fortes desníveis daquela serra, mas aceitamos a hipótese de se tratar de uma ligação à via paralela ao Douro ou ao próprio rio, o que, de resto, alinha com o dito itinerário antoniano. De resto, na sua análise sobre a viação medieval em Baião, Mário Barroca (1985: 10-11) é perentório em traçar percursos que não incluem o trânsito sobre a Ponte de Esmoriz. Transcrevemos as palavras de Luís Miguel Duarte e Amândio Barros (1997: 77-118), quando descrevem o Douro como catalisador da economia regional: "inúmeros caminhos e estradas, desembocando ou partindo de diversos pontos ribeirinhos, eram frequentados por mercadores, almocreves ou careteiros, os principais abastecedores das terras do interior".

Devemos agora focar-nos no principal interessado na existência e conservação das vias de comunicação de pequeno e longo curso, dado o seu carácter ao mesmo tempo religioso (serviam procissões, visitas, etc.)⁵ e económico: o Mosteiro de Santo André de Ancede. O cura João Pinto de Almeida, em 1758, refere-o quando indica uma das pontes de pedra, dizendo-a especificamente no trajeto da estrada que ligava o Mosteiro à Pala, percurso certamente antigo e importante, porquanto à sua margem se erguia um dos seis marmoirais conhecidos em Portugal: o de Lordelo (Baião)⁶.

O lugarejo da Pala na margem direita do Douro, hoje quase totalmente submerso na sequência do enchimento da barragem de Carrapatelo a jusante, constituiu um dos mais ativos locais de acostagem ao longo do Douro no período anterior ao empresamento. De tal forma que aparece frequentemente indicado na cartografia dos séculos XVI-XVIII: “A Pala” ou “A Pelo”⁷. O que conviria, pois, aos monges de Ancede: vencer léguas de encostas, por caminhos escalavrados e pouco seguros para chegar ao Porto? Ou utilizar o meio de transporte mais rápido pelo trajeto mais curto que era o rio Douro? Não obstante o risco da viagem fluvial, cremos que o Douro pareceria a escolha mais acertada. Daí que se refira a “estrada para a Pala”, por onde certamente circulava grande parte dos negócios do Mosteiro – negócios espirituais e económicos, já se vê. Este interesse na navegação não é de todo uma conjectura, dado que o Mosteiro tinha direitos especiais no curso do Douro de que usufruía para escoamento do seu vinho (Barros, 1998:49-87).

É, aliás, num importante documento produzido no Mosteiro de Ancede que obtemos a primeira pista para a datação da Ponte de Esmoriz. Trata-se de um tombo cuja composição se iniciou em 1400 e se destinava a registar e gerir um “conjunto fundiário constituído ao longo da centúria de Trezentos, fruto de doações, compras e escambos” (Barros, 2003: 217-308). Neste documento registam-se pouquíssimas referências à estrutura viária local, mas entre estas nenhuma que nos indique que a Ponte de Esmoriz estivesse já construída. Há notícia de um casal da Ponte, pela freguesia de São Tomé de Covelas e à ponte da Teixeira. Na margem esquerda do Douro, em frente ao couto, onde os monges de Ancede tinham vários haveres, são constantes as referências a carreiras, estradas e caminhos que se dirigiam a Anreade, Miomães (Resende) ou Cinfães. Porém, quando a fonte descreve ou indica as propriedades na esfera de Esmoriz e Penalva, não refere qualquer atravessamento. Todavia devemos registar uma interessante nota: quando se procede à delimitação e às confrontações da leira de vinhas e ramadas com a casa que Fernão Gomes possuía, diz-se que partia de um lado “com o carril do gado que sai de Esmoriz” (Barros, 2003: 293). Informação relevante que parece indicar a existência de uma “canada” ou canal de circulação do gado que, desde as cortes, se dirigia aos pastos. Se tal “carril” determinou a construção de uma ponte depois de 1400 não o sabemos. Conjeturamos, porém, que, no limiar do século XV, a Ponte de Esmoriz não estivesse ainda construída.



Reprodução de uma gravura do Memorial de Lordelo (Baião) (adaptado de Sotto Mayor, 1857). Fonte: *Archivo pittoresco*.

⁵ Sobre a relação das visitas com os caminhos veja-se o artigo de Osswald (1999: 157-173).

⁶ Encontram-se integral ou parcialmente intactos os Memoriais de Alpendorada (Marco de Canaveses), Sobrado (Castelo de Paiva), Santo António (Arouca), Ermida (Penafiel), Mondim da Beira (Tarouca) e Odivelas. O de Lordelo (Baião), não obstante a sua classificação (DECRETO n.º 163. D.G. 136 (1910-06-23)) foi destruído e recentemente foi promulgada a sua desclassificação (DECLARAÇÃO n.º 100. D.R. II Série. 105 (2012-05-30) 19436).

⁷ Designação dada pela carta de Albernaz (1662).



Vista do rio Douro junto à Pala e Porto Manso (Baião), que integravam o antigo couto de Ancede.

142 Por outro lado, podemos colocar uma hipótese: que esta travessia, enquadrada entre duas casas senhoriais (Esmoriz e Penalva) tenha sido edificada na esfera de vicinidade e da influência da nobreza local. Dada a sua localização, podemos até admitir a intervenção de algum dos seus senhores na construção e manutenção da Ponte e caminho, para acesso proveitoso e célere aos seus haveres.

A primeira referência que encontramos na documentação data de 1666 e relaciona, aliás, a passagem com os domínios de Penalva. A 15 de setembro desse ano, o Mosteiro de Ancede fez prazo a António de Azeredo, daquele lugar, em que constam os “Eidos por baixo do pumar, que parte do nasente com o mesmo pumar e com o oleval de Manuel Fernandes E Gonçalo Rodrigues do mesmo lugar e pelo fundo com a estrada que vaj do minhozo E ponte da pedra pera o mosteiro (...)”.



Lugar de “A Pelo” na cartografia do século XVII (adaptado de Teixeira, 1662). Fonte: Biblioteca Digital de la Real Academia de la Historia, Espanha.



Creemos que se trata da Ponte de Esmoriz⁸. Temos assim, para já, definido o arco cronológico pelo qual podemos balizar o período de edificação da Ponte de Esmoriz: c. 1400 - c. 1666.

São vários os exemplos conhecidos, na vizinha região de Montemuro, a sul do Douro, de construção ou reconstrução de pontes custeadas por indivíduos da nobreza local, por vezes ligados às governanças municipais ou instituições religiosas. Aliando a obra pia a conveniências pessoais e familiares, a ponte readquiriu, depois da Romanização e da Idade Média, o sentido político e económico que afinal tivera, mas a uma escala menor, numa ótica do espaço paroquial ou municipal. [NR]

Integrando hoje a Rota do Românico, teve início em setembro de 2014 uma intervenção destinada à conservação, salvaguarda e valorização da Ponte de Esmoriz. Nos trabalhos incluem-se o reforço estrutural, a beneficiação dos paramentos, pavimentos e guardas, bem como a valorização dos acessos à Ponte e limpeza das margens do rio Ovil (Monte, 2012). [RR]

143



Casa de Penalva (Baião).



Casa de Esmoriz (Baião).

⁸ ADP – Notariais, Baião, 1.º ofício, Livro 1, fl. 129. Mais adiante refere-se o “Camo da ponte de pedra”, que partia pelo fundo com o ribeiro de Ovil (Idem, fl. 129 v.º).

CRONOLOGIA

1258: refere-se um Lourenço Ermiges de Esmoriz que testemunha na inquirição a propósito do couto de Ancede;

Cerca de 1400: no tombo do Mosteiro de Ancede não há qualquer referência à Ponte de Esmoriz;

1666: encontra-se uma referência a uma ponte de pedra, sobre o rio Ovil, no caminho de Minhoso e do Mosteiro;

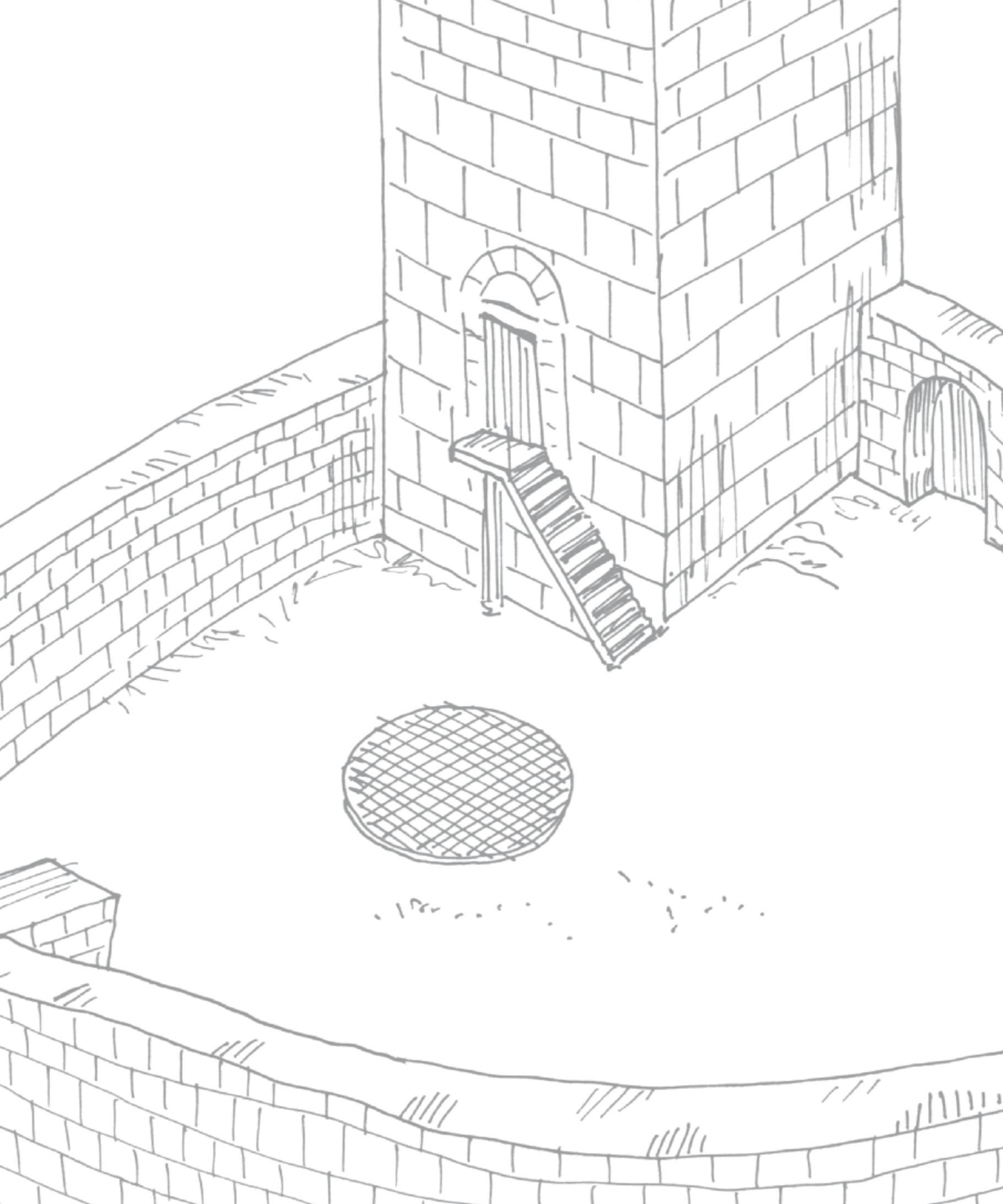
1758: assinalam-se três pontes de pedra em Ancede, sendo uma delas a de Esmoriz;

2010: a Ponte de Esmoriz passa a integrar a Rota do Românico;

2014-2015: trabalhos de conservação e salvaguarda da Ponte de Esmoriz, no âmbito da Rota do Românico.

BIBLIOGRAFIA E FONTES

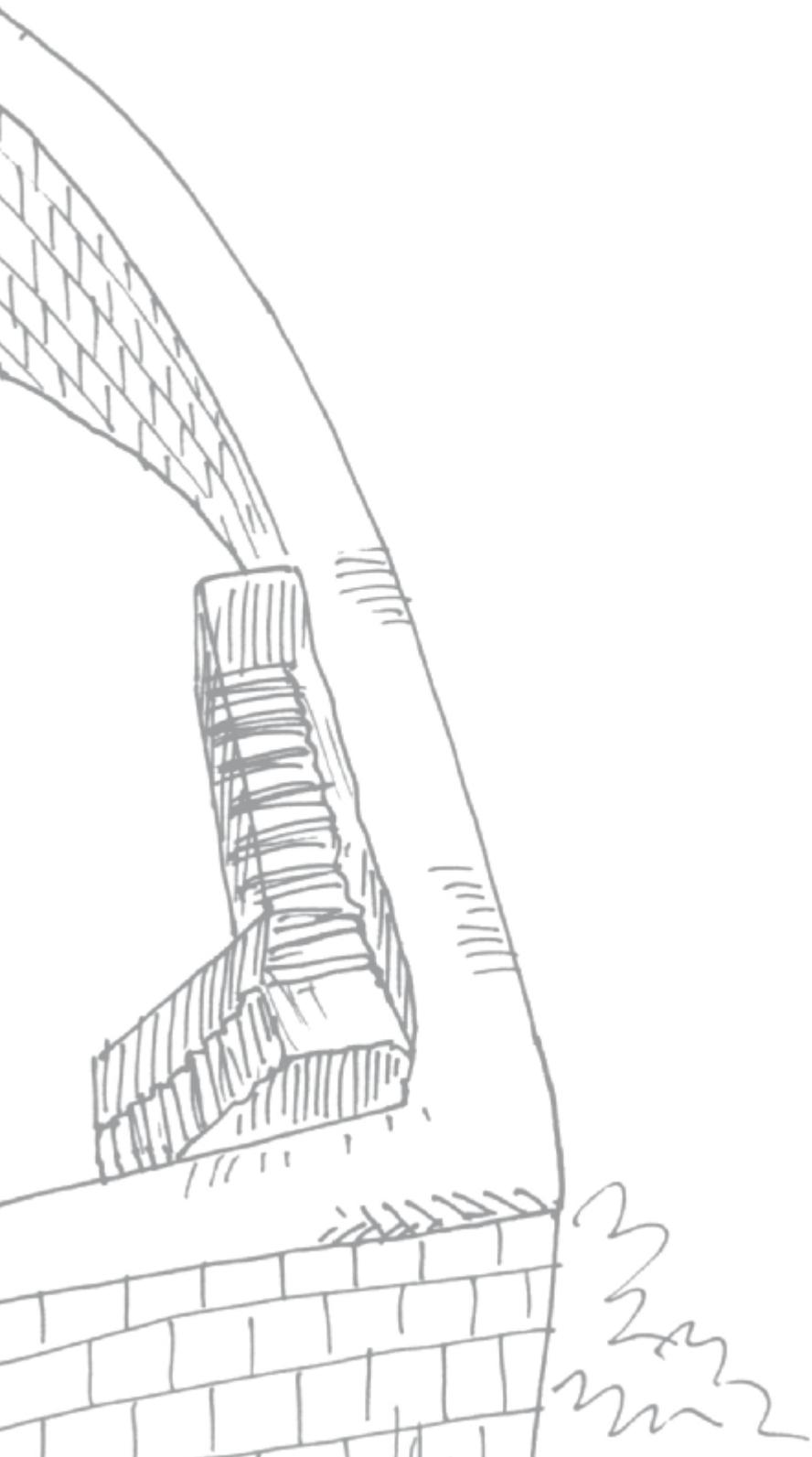
- [*Regnorum Hispaniae et Portugalliae*] [Material cartográfico]. Escala [1:2470000]. [ca.1720]. Nuremberga.
- ALMEIDA, João Pinto de – [Memória paroquial de] Ancede [Manuscrito]. 1758. Acessível em ANTT, Lisboa. Vol. 4, nº 22.
- ARQUIVO DISTRITAL DO PORTO (ADP) – Notariais, Baião, 1.º Ofício, Livro 1, fl. 129, 129 v.º.
- BARROCA, Mário – Notas sobre a ocupação medieval em Baião. *Arqueologia*. N.º 10 (1985).
- BARROS, Amândio Jorge Morais – Por ser de sua lavra e cutelo: questões entre o Porto e o mosteiro de Ancede relativas à venda de vinhos na Idade Média. *Douro - Estudos & Documentos*. Vol. 3, n.º 5 (1998) 49-87.
- _____ – Tombo do mosteiro de Ancede [séc. XIV]. *Douro – Estudos & Documentos*. N.º 16 (2003) 217-308.
- DECLARAÇÃO n.º 100. *D.R. II Série*. 105 (2012-05-30) 19436.
- DECRETO n.º 163. *D.G.* 136 (1910-06-23).
- DUARTE, Luís Miguel; BARROS, Amândio Jorge Morais – Corações aflitos: navegação e travessia do Douro na Idade Média e no início da Idade Moderna. *Douro – Estudos & Documentos*. Vol. 2, n.º 4 (1997) 77-118.
- EÇA, Lourenço Homem da Cunha de – [*Carta militar das principaes estradas de Portugal*] [Material cartográfico]. Escala [1:470000]. 1808. Lisboa. Disponível em [www: <URL: http://purl.pt/6302/3/>](http://purl.pt/6302/3/).
- FADEN, William – [*Chorographical map of the kingdom of Portugal divided into its grand provinces*] [Material cartográfico]. Escala [1:900000]. 1797. Londres.
- MAGALHÃES, Arlindo de; ALVES, Maria Manuela Neves – De peregrinação a Compostela por terras de Baião. *Bayam*. N.º 2 (1991) 53-61.
- MONTE, Hugo – *Ponte de Esmoriz, Porto, Baião, Ancede: projecto de arquitetura*. Vila do Conde: Hugo Monte, 2012. Texto policopiado.
- NORTON, Thomas – [*Carta da provincia do Minho para intelligencia das operações da defeza projectadas em 1807*] [Material cartográfico]. 1807. Disponível em [www: <URL: http://purl.pt/13950/3/>](http://purl.pt/13950/3/).
- OSSWALD, Helena – Os caminhos das visitas pastorais na comarca da Maia na Época Moderna. In BARROCA, Mário – *Carlos Alberto Ferreira de Almeida: in memoriam*. Porto: FLUP, 1999. Vol. 2.
- PORTUGAL. Depósito dos Trabalhos Geodésicos. *Mappa do distrito entre os rios Douro e Minho* [Material cartográfico]. Escala [ca 1:193000]. Lisboa: Depósito dos Trabalhos Geodésicos, 1861. Disponível em [www: <URL: http://purl.pt/22844/2/>](http://purl.pt/22844/2/).
- SOTTO MAYOR, Miguel – [*Memorial de Lordelo*] [Material fotográfico]. In *Archivo pittoresco: semanario ilustrado*. Vol. I., p. 168. Lisboa: Typographia de Castro & Irmão, 1857-1868.
- TEIXEIRA, Pedro de – *Descripción del Reyno de Portugal y de los Reynos de Castilla Que Parten con su Frontera* [Material cartográfico]. Escala [ca. 1:600.000]. Matriti: Casa de Santiago de Am[brona], 1662. Disponível em [www: <URL: http://bibliotecadigital.rah.es/dgbrah/i18n/consulta/registro.cmd?id=15924>](http://bibliotecadigital.rah.es/dgbrah/i18n/consulta/registro.cmd?id=15924).



CASTELO

DE ARNOIA

CELORICO DE BASTO



CASTELO
DE ARNOIA
CELORICO DE BASTO



Planta.

O CASTELO DE ARNOIA E O TERRITÓRIO

O aparecimento do castelo românico está intimamente relacionado com o processo de reorganização administrativa e militar do território em “terras”, em paralelo com a evolução, aos mais diversos níveis, das táticas de guerra e do armamento¹. É neste contexto que devemos entender a construção do Castelo de Arnoia no cimo de um cabeço que domina a chamada terra de Basto. Em 1726, Francisco Craesbeeck explica-nos que “antiguamente estava unida toda esta terra de Basto, que hoje [em 1726, portanto] está devida em dous concelhos”, o de Cabeceiras de Basto e o de Celorico (Craesbeeck, 1992: 324). Na atualidade acrescentaríamos os de Mondim de Basto e Ribeira de Pena, todos eles dominados pela altiva e única Senhora da Graça², “imagem de marca” deste território, integrado numa faixa de transição entre o noroeste atlântico e o noroeste transmontano, ainda em tempos não muito recuados guardado pelo vigilante castelo edificado na freguesia de Arnoia e que deste adotou o nome.



Vista aérea.

¹ Sobre a evolução do armamento medieval português ver Barroca (2000: 37-110).

² É assim que se designa na região o “Monte Farinha”, que, a uma altitude de 1000 metros, ostenta no topo a ermida da Senhora da Graça. Situado no concelho de Mondim de Basto, o Monte Farinha, com a sua forma cónica, não é mais do que a proa de uma curiosa cordilheira granítica (cordilheira do Alvão), que, de oriente para ocidente, vem em linha reta desde o vizinho Campo de Seixo (Mondim de Basto) (numa extensão aproximada de 5 km) (Casal Pelayo, 1988).

Conforme nos esclarece a *Carta do património arquitectónico do concelho de Celorico de Basto*, centra-se esta terra de Basto sobre o vale médio do rio Tâmega (CMCB, 2011), encaixado entre as serras do Marão e do Alvão (a nascente) e as serras da Cabreira e da Lameira (a norte e poente), apresenta características de área montanhosa, com densas florestas e inúmeros vales que enquadram uma extensa rede de cursos de água, aspeto muito favorável à prática da agricultura tradicional de subsistência.

Falar de “terras” é falar da reestruturação da administração na Reconquista pré-Condado Portucalense e da organização de territórios ocupados, estruturando a defesa em áreas restritas, cujo governo era mais personalizado, uma vez que era entregue a um conde. Coube a Fernando Magno (rei de Castela, 1035-1065, e rei de Leão, 1037-1065) um importante incremento no avanço da Reconquista Cristã da Península Ibérica³, o que obrigou a importantes mudanças ao nível das estruturas administrativas e locais (Barroca, 1990-1991: 115), caracterizadas por uma maior partilha do poder e uma organização mais feudalizante do território ocupado, desenvolvendo-se na parte ocidental da Península as chamadas “castelánias”. As famílias nobres rurais mais poderosas, apoiadas nos castelos e nos mosteiros, iniciam uma ascensão social e tornam-se “milites” (Almeida, 1987: 47-48). Ligadas às tenências de certos castelos, as “terras” são definidas por limites territoriais bastante pequenos que os dos “territoria das civitates” anteriores (Almeida e Lopes, 1981-1982: 133)⁴. A organização condal (regional) dá lugar à senhorial (local).

As “terras” estruturam-se, certamente, ao longo de toda a segunda metade do século XI (Barroca, 1990-1991: 115), altura em que a documentação medieval começa a referir a sua existência precisando a localização geográfica das propriedades e povoações. Estando à frente das “terras” um tenente e sendo estas identificadas na paisagem por um castelo (que adota também ele o nome da “terra” a que preside), estas unidades territoriais correspondem ao crescimento, e afirmação, de uma nobreza de raiz local, a dos “infanções”, afirmando-se como um modelo essencialmente senhorial.

Assim, este movimento da constituição de terras está intimamente associado ao processo de “encastelamento” dos séculos X, XI e XII, através do qual toda a Europa Ocidental se cobriu de uma densa rede de castelos. As populações, sentindo o seu território ameaçado pelo inimigo (na maioria das vezes, o muçulmano), começaram a organizar-se para poderem providenciar defesa para si e suas famílias e aos seus bens, construindo castelos e recintos defensivos para o efeito (Almeida, 1992: 375). Possivelmente, o Castelo de Arnoia, juntamente com o de Guimarães e talvez o de Vila Real, constituísse uma das linhas de defesa do Porto, pois, em linha reta, dista desta cidade uns 56 quilómetros (North, 2002: 37). Assumia-se, portanto, como elemento ativo num vasto plano estratégico de defesa regional.

É neste contexto que devemos entender o aparecimento da lenda da tomada do Castelo de Arnoia, que narra o feito de um reduzido número de cristãos cansados do domínio muçulma-

3 Como se sabe, devemos a este monarca grandes avanços ao nível da Reconquista e da ocupação territorial, de que é exemplo a conquista definitiva de Coimbra, em 1064, após seis meses de cerco – data fundamental para a cronologia medieval portuguesa, quer ao nível político, quer ao nível artístico.

4 As “civitates” foram criadas para efeitos de administração civil e militar, no âmbito da estratégia de gestão territorial do tempo de D. Afonso III das Astúrias (866-909).



no que os obrigava a carregar pedras para o Castelo. Um dia reuniram o gado disponível nas imediações que, com badalos nos pescoços e archotes acesos nos chifres das cabras e dos bois, foi encaminhado durante a noite em direção ao Castelo. Iludidos, os mouros, crendo estar na presença de um grande exército, partiram em debandada fugindo ao confronto. Conta-nos Pedro Vitorino que, em inícios do século XX, a lenda do castelo “mouro” ainda estava muito presente entre as gentes do lugar pois, “por horas mortas o campónio lá vae monte acima até ás solitarias ruinas, na ideia de algum rico thesouro escondido há esquecidos anos...” (Vitorino, 1909: 314-317). Segundo a lenda, antes da fuga, os mouros teriam deixado muitos tesouros enterrados⁵.

Destas estruturas castelares, algumas delas vingaram enquanto outras entraram em decadência evidente. Certos castelos preservaram e ampliaram a sua importância ao ascenderem a cabeças da “terra”, criando assim, ao longo deste período, uma importante rede que apoiou a estrutura militar do País nos tempos da Reconquista. Foi, pois, durante o reinado de D. Afonso Henriques (1143-1185) que se registou uma multiplicação do número de terras, abrangendo novas áreas geográficas (Barroca, 1990-1991: 120). E, durante este período, os castelos que ascenderam a cabeça-de-terra passaram a constituir o modelo do castelo românico.

As mais antigas referências documentais conhecidas para o Castelo de Arnoia datam do ano da conquista definitiva de Coimbra, aludindo ao “Castellum Celorici et oppido ibi” (Coutinho, 1942: 40)⁶. Esta referência é de suma importância, não só pelo facto de que alude a Celorico enquanto lugar central, passível de ser mencionado num itinerário, como refere a existência de uma povoação protegida por um castelo a ela sobranceiro (Perennia Monumenta, 2002: 3). Um documento um pouco posterior, datado de 1092, cita as propriedades “sub urbis Cellorico et território Basto” (ACL, 1868: 450).

Situado sobre a antiga povoação da “Villa de Basto” – durante longo tempo sede deste território e posteriormente julgado e concelho –, o Castelo de Arnoia foi erguido, pois, no alto de um cabeço, assumindo uma presença particular na paisagem e no território que em tempos controlou e defendeu. Conforme se pode verificar pela existência de visíveis afloramentos rochosos, a sua localização enquadra-se perfeitamente na categoria a que se tem vindo a definir como “roqueira”.

De facto, na passagem do século X para o seguinte, a rede de castelos do Entre-Douro-e-Minho, bastante densa por sinal, resultava em grande parte do esforço das populações locais, enquanto resposta encontrada face às razias muçulmanas e incursões normandas (Barroca, 1990-1991: 91). Embora a maioria dos castelos resultantes deste primeiro “encastelamento” se encontre hoje reduzido a ténues vestígios, facultando poucos elementos sobre a sua estrutura física original, sabemos que, entre muitos outros aspetos, havia a preocupação de os construir em locais elevados, privilegiando o campo de visão e aproveitando, sempre que possível, as facilidades concedidas pela morfologia do terreno. Além disso, tornava-se fundamental a presença de bató-



Muralha. Batólitos graníticos.

⁵ Esta narrativa é comum a muitos castelos que louvam os feitos da sua defesa, atribuindo-os a certas figuras e acontecimentos extraordinários, como este que reproduz nos tópicos das cabras e das luminárias, várias batalhas célebres da história, como o combate de Gedeão com os medianitas, Sansão contra os filisteus ou Aníbal contra os romanos.

⁶ Segundo o autor, trata-se de um traslado ou apógrafo parcial de algum ignorado ou desaparecido cronicão, em que se trata das circunscrições administrativas do Portugal de 1064.



Mosteiro de Arnoia (Celorico de Basto).
Sacristia. Placa. São Miguel.

litos graníticos para apoio das muralhas e, naturalmente, para fornecimento de matéria-prima. O seu espaço teria de ser reduzido, facilitando assim a defesa desse reduto.

Na verdade, a tradição tem vindo a colocar a cronologia de edificação do Castelo de Arnoia no tempo de Arnaldo Baião⁷ (cerca de 960-985) ou Moninho Viegas (972-1002), que certos cronicões ligam ao mosteiro de São João do Ermo (Celorico de Basto)⁸. De facto, segundo Carlos Alberto Ferreira de Almeida, a localização e importância deste Castelo de Arnoia deve ser entendida na sua relação com o muito próximo mosteiro beneditino, atualmente designado por São João de Arnoia, de que restam poucos vestígios românicos. Embora a sua igreja seja um edifício construído entre os séculos XVII e XVIII, está ainda profundamente presa ao antigo edifício românico ao nível da sua planimetria. Conservam-se diversos elementos da primitiva estrutura românica: potentes contrafortes e parcelas de frisos enxaquetados ainda pontuam os paramentos exteriores, particularmente visíveis no lado norte. Além disso merece ser aqui referido um tímpano românico esculpido com *Agnus Dei*, da escola de Rates, e uma placa com a figura de São Miguel, armado de escudo, atacando a serpente, calcando-a e cravando-a com lança. Além destes elementos, subsiste neste mosteiro a tampa epigrafada do sarcófago onde Moninho Moniz foi deitado. Colocado no claustro do mosteiro, esta tampa repousa sobre um túmulo que não lhe pertence originariamente⁹.

Talvez Moninho ou Múnio Muniz, falecido na “Era de 1290” (ou seja, em 1252) e seguramente um elemento ligado à família patronal do mosteiro de Arnoia, seja o mesmo Moninho “Dolo” [De Olo]¹⁰, em cuja descendência transitará a alcaidaria do Castelo de Celorico.

153



Mosteiro de Arnoia (Celorico de Basto).



Mosteiro de Arnoia (Celorico de Basto). Igreja. Nave. Tímpano.
Agnus Dei.

⁷ Arnaldo de Baião, assim designado por ter seu assento naquela terra, ou Arnaldo Eris, é, segundo A. de Almeida Fernandes (1946: 30 e ss), o fundador da linhagem dos Baiões, de quem descende Egas Moniz, o aio. A relação de D. Arnaldo com a terra nasceu pela semelhança de “Arnaldo” com “Arnoia”, embora é possível que houvesse relação por vida do mosteiro de São João do Ermo (Celorico de Basto). Pela referência que dele faz Felgueiras Gaio (1938-1941: 32), dizendo-o do mesmo período dos reis leoneses Sancho, o Gordo, e Ramiro, conjecturamos que vivesse no período de 960-985, cronologia que o citado A. de Almeida Fernandes estende até finais do século X.

⁸ Não concordamos com a opinião de C. da Cunha Coutinho (1942: 44) que afirmou, em 1940, que as ruínas remanescentes do Castelo de Arnoia correspondiam ao castelo assinalado no documento de 1064.

⁹ Na sua epígrafe leu Mário Barroca (2000: 862-867): D(omnus) MUNIUS MUNIS H(ic) • IN S(uo) • ASSISTER(io) • / FINI : IN : Era : M^a : CC^a : 2^a XXXX^a.

¹⁰ Assim o assevera A. de Almeida Fernandes. A filha de Múnio Dolo, Teresa, apelidava-se Moniz e é, como veremos, na sua descendência que, no século XIV, vamos encontrar a alcaidaria do Castelo (Correia et al., 1936-1960: 405).

O MONUMENTO NA ÉPOCA MEDIEVAL

Atendendo aos elementos remanescentes neste testemunho da arquitetura militar medieval em “terras de Basto”, estamos seguramente diante de uma construção posterior àquela que Arnaldo Baião ou Moninho Viegas hipoteticamente poderiam ter edificado na transição do século X para o século XI e que aproveitou, no entanto, as fundações desse castelo roqueiro, conforme comprova o aparelho da base da torre e da muralha, de talhe mais irregular. Sondagens arqueológicas¹¹ identificaram que o período de ocupação mais antigo do recinto amuralhado de Arnoia corresponde a um momento de transição entre a Alta e a Plena Idade Média, em momentos anteriores à edificação da torre de menagem, ou seja, num período anterior ao século XII (Perennia Monumenta, 2002: 23, 27). A abertura de áreas de sondagem no espaço interior do Castelo permitiu detetar estruturas não visíveis à superfície, mormente alicerces de muros que documentam dois momentos construtivos na muralha¹² e da ocupação do espaço interior, bem como pavimentos. Atestou-se ainda a existência de algumas perturbações estratigráficas posteriores ao abandono do Castelo¹³.

De facto, conforme esclarece Mário Barroca, “os castelos roqueiros desconheciam a Torre de Menagem, uma inovação que apenas seria introduzida com o castelo românico a partir dos meados do século XII, e deviam ignorar igualmente os cubelos¹⁴, fruto de uma engenharia militar mais desenvolvida e especializada” (Barroca, 1990-1991: 91).

154



Pormenor do aparelho da base da torre e da muralha contígua.

11 Realizadas pelo IGESPAR no inverno de 2002. A equipa foi liderada por Francisco Manuel Velda Reimão Queiroga.

12 Com base na análise estratigráfica foram identificados dois grandes momentos construtivos: o primeiro correspondendo ao muro orientado no sentido este-oeste e o segundo relativo ao torreão norte (Perennia Monumenta, 2002: 16-17).

13 IGESPAR – Castelo de Arnoia/Castelo dos Mouros/Castelo de Moreira [Em linha]. *Portal do Arqueólogo*. Lisboa: IGESPAR, [s.d.]. [Consult. 19 de maio de 2012]. Disponível em [www: <URL: http://arqueologia.igespar.pt>](http://arqueologia.igespar.pt).

14 Entende-se por cubelo um torreão em forma de cubo ou torre medieval inserida na primeira cintura de muralhas (Silva e Calado, 2005: 119).





Vista de norte.

De acordo com os dados recolhidos na escavação arqueológica realizada em 2002, o segundo momento de ocupação do Castelo de Arnoia reporta-se aos séculos XII-XIII. Há, pois, uma concordância cronológica entre os dados exarados destas escavações arqueológicas e os elementos arquitetónicos remanescentes.

Uma primeira observação desta estrutura militar evidencia-nos logo a existência de dois elementos, a que se acrescentam uns quantos mais, que a caracterizam: a muralha e a torre de menagem. No alto do cabeço montanhoso, a muralha desenha uma planta em forma de escudo triangular. A aparência poligonal que muitos autores lhe atribuem deve-se à implantação do cubelo no ângulo criado pelos panos das muralhas norte e este. Atente-se à significativa largura do adarve. Não nos podemos esquecer que o castelo românico tem associado a si o conceito de defesa passiva e uma filosofia: evitar que o inimigo chegue à base dos seus muros. Não confiando nas suas capacidades, apoia-se na sua espessura e na sua altura, uma vez que a sua estrutura não possuía muitas soluções que permitissem um ataque eficiente em caso de cerco. Daí a importância dada às condições de defesa do local, de preferência dotado de encostas íngremes, muitas vezes acentuadas por desaterros artificiais feitos para evitar que o inimigo colocasse engenhos na sua envolvência, e de que Arnoia constitui um notável exemplo. Em 1758 valorizou-se a localização deste Castelo, “no cume de hum monte que quanto tem de breve o tem de impinado. Por todos os lados tudo é penedia o fundamento desta fábrica” (Ribeiro, 1758 *apud* Lopes, 2005).

É, pois, nos castelos-cabeças-de-terra que se vão concentrar os principais esforços da arquitetura militar da região. A presença de uma torre de menagem e de um torreão em Arnoia são



Porta.

disso um testemunho elucidativo. Conforme nos explica Mário Barroca, os torreões permitiam a prática do tiro flanqueado – isto é, tiro que corria paralelo à linha de muralha, fundamental para uma defesa eficaz da base dos muros (Barroca, 2003: 109). Adossados às muralhas pelo lado exterior, tinham a vantagem de servir de contrafortes nas zonas onde os panos de muralha eram demasiado extensos, contribuindo para a sua estabilidade e, simultaneamente, para quebrar os panos de muralha contínuos, facilitando uma maior vigilância. Se a tendência foi para irem aumentando de número ao longo dos séculos XII e XIII, nos primeiros tempos surgem em pequeno número, sendo que, como no caso de Arnoia, poderiam restringir-se a um só.

Acede-se ao interior por uma porta com lintel, formado por aduelas e rasgada no pano sul, junto da torre de menagem. A multiplicação de aberturas vulnerabilizava o castelo românico. A ela alude Francisco Craesbeeck, embora acrescente que em 1726 era também possível aceder ao recinto amuralhado pelo lado norte, “por huma barbacam já baixa e arruinada” (Craesbeeck, 1992: 324). Cremos que existe aqui uma confusão terminológica no discurso deste autor setecentista que, ao invés de se querer referir a uma barbacã propriamente dita¹⁵, estaria seguramente a falar do torreão quadrangular, não atentando ao facto de que este elemento tem, geralmente, a altura do adarve.

Confrontante com este, no lado sul, a torre de menagem adossa-se ao pano de muralha. Enquanto último reduto de defesa, é mais comum vê-la isenta no terreiro do castelo, no entanto, existem outros exemplos que, tal como em Arnoia, edificaram a sua torre de menagem junto dos panos de muralha: Lindoso (Ponte da Barca), Montalegre, Lanhoso (Póvoa de Lanhoso), Vilar Maior (Sabugal), Sabugal ou Amieira (Nisa) são alguns deles (Barroca, 2003: 119).

157



Torre de menagem. Vista aérea.

¹⁵ Atente-se à definição de “barbacã” proposta por Jorge Henrique Pais da Silva e Margarida Calado (2005: 54): “1. núcleo de defesa avançado, estabelecido fora das fortificações, mais baixo, para proteger um ponto importante (por ex.: para cobrir uma porta de cidade, uma cabeça de ponte). 2. Muro que se construía por fora das muralhas e mais baixo que elas”.

Devemos à ordem do Templo a introdução no nosso território deste elemento definidor do castelo românico, cujo exemplar mais antigo entre nós se encontra no castelo de Tomar (ed. 1160). É a grande novidade que o castelo românico vai introduzir entre nós. Documentada no primeiro quartel do século XII, foi, no entanto, na segunda metade deste século e ao longo do seguinte que esta ordem militar, mas também a dos Hospitalários, a de Avis ou a de Santiago de Espada, foram contempladas com amplas doações régias, testemunho indireto do facto de elas serem, na sua época, as organizações detentoras dos mais avançados conhecimentos militares, quer na arte de fazer a guerra, quer na arte de erguer fortificações (Barroca, 1996-1997: 171). É, pois, ao longo das décadas de sessenta e setenta do século XII que se regista a maior e principal atividade construtiva dos Cavaleiros do Templo.

Sabendo nós que as torres de menagem mais antigas estão associadas aos Templários, edificadas ao longo da segunda metade do século XII¹⁶, talvez só em finais desse século, se não já no seguinte, seria viável a sua edificação noutras fortificações, entretanto em remodelação. A assimilação do seu *modus aedificandi* e a circulação de mestres-pedreiros aptos à sua construção levariam a técnica construtiva deste elemento da arquitetura militar a localidades mais distantes do raio de ação dos Templários que, como se sabe, tinham na linha do Mondego um dos seus principais baluartes.

Assim sendo, a torre de menagem de Arnoia surge hoje altaneira e ameadada¹⁷, aspeto que lhe advém das intervenções do século XX, como veremos. Fechada sobre si própria, é rasgada, de espaço a espaço, por estreitas frestas, ao modo de seteiras. A entrada abre-se a norte, em posição elevada, coincidindo a sua soleira com a altura do adarve. O acesso às torres de menagem era sempre feito por intermédio de uma escada móvel de madeira que, em caso de perigo, podia ser retirada a partir do interior da construção, isolando-a. A sua presença indicia-nos que, mais do que ter como principal função a defesa da população local, destinou-se este Castelo a acolher uma pequena guarnição. Dele se conhecem diversos alcaides.

Ao que pudemos apurar, o Castelo de Arnoia, enquanto cabeça-de-terra, teve um papel marcante na vivência do território, conforme o demonstram as várias Inquirições. Em 1220 referem-se os encargos de certos casais de Caçarilhe e Carvalho (Celorico de Basto) que deviam contribuir para a fábrica do Castelo com trabalhos de carpintaria e abastecimento de lenhas (Lopes, 2008). Em 1258 acrescenta-se a obrigação imputada a dois casais que a Igreja de Fervença (Celorico de Basto) detinha em Agilde (Celorico de Basto): a de ir ao Castelo de Arnoia levar cal (Lopes, 2008: 126 e ss). A maior parte destas obrigações ainda se cumpria no reinado de D. Afonso IV.

As referências diretas à estrutura fortificada e ao burgo abrigado no sopé são, porém, muito escassas e passam por tributos e obrigações dos casais no compasso de Arnoia. Nas *Inquirições de 1251* é referida a existência de quatro casais reguengos na vila do Castelo; os moradores de

16 Além de Tomar (1160), refiram-se os exemplos de Pombal (1171), Almourol (1171, Vila Nova da Barquinha), Penas Roias (1172, Mogadouro) ou Longroiva (1174, Meda), obras documentadas por epígrafes.

17 Conforme elucida o relatório arqueológico feito em 2002, esta torre é formada por silhares aparelhados, de secção longitudinal tendencialmente retangular. Os silhares assentam a seco e a parede norte apoia-se sobre um alicerce de calhaus graníticos de forma paralelepípedica, ainda que irregulares, de grandes dimensões, formando esse alicerce dois ressaltos, cada um deles correspondente a uma fiada. Os espaços livres entre as pedras do alicerce são preenchidos por terra, não se evidenciando vestígios de argamassas de ligação (Perennia Monumenta, 2002: 19).

alguns casais dos lugares de Carcavelos e Ferreirós iam ao Castelo (decerto participar na sua manutenção)¹⁸; três casais de Cerqueda e um de Felorca, Pedro Chelo e Sequeiros deveriam guardar os presos, outros, os casais de Mendo Mendes e Mendo Nunes, estavam obrigados a ir ao Castelo, à introviscada (imposto sobre o pescado) e à cal (Lopes, 2008: 116 e ss).

O *Livro velho de linhagens* de D. Pedro conta-nos o feito lendário de Martim Vasques da Cunha e que está ligado a este Castelo de Arnoia (Herculano, 1861: 358 e ss). Ao que se sabe, teria este alcaide tomado o partido de D. Brites (n. 1242-1303), que queria auxiliar seu pai, Afonso X de Leão e Castela (r. 1252-1284), e a quem seu marido, D. Afonso III (r. 1248-1279) tinha dado, como arras, entre outras, as terras de Basto (Azeredo, 1978). No sentido de se libertar da “preitezia e menagem que devia ao rei”, foi aconselhado a guarnecer o Castelo com tudo o que fosse necessário para a sua defesa: armas, pedras, mantimentos, animais, etc. Tendo mandado sair toda a guarnição, ficara sozinho no interior do Castelo, tendo pegado fogo a uma das suas casas para que este se visse bem a partir de locais distantes. Saindo do Castelo por meio de uma corda, terá percorrido a cavalo as freguesias próximas apelando ao socorro do Castelo que assim se perderia. Ainda em pleno século XX se acreditava que era neste incêndio que tinha origem o carácter abandonado e arruinado do Castelo de Arnoia (Brito, 1931).

Libertado assim, o rei D. Dinis terá arrendado por 210 morabitinos a “Matino Iohanis” as terras de “Celorico de Basto tam prestimonium de ipso Castelo (...)”, a 9 de setembro de 1282 (Brito, 1931). Dois anos depois, o mesmo monarca outorgou aos habitantes de Celorico os benefícios régios pertencentes ao Castelo.

Embora sem querermos elaborar uma lista rigorosa dos alcaides, estão documentados vários nomes entre os reinados de D. Afonso III e D. Manuel I (r. 1495-1521). Já referimos Martim Vasques da Cunha (século XIII), o da boa façanha, Gonçalo Gomes da Mota e Vasco Mendes da Mota (século XIV) e Gil Vasques da Cunha (Coutinho, 1942: 48) e Pedro de Andrade Caminha (n. 1520), poeta (Vitorino, 1909: 317). Durante a Idade Média, a alcaidaria andou pela mão dos Baiões e Motas de Gundar, dando assim expressão à tradição que afirma ter sido fundador ou “primeiro” alcaide o já referido Arnaldo Eris¹⁹.

Deve ser ainda assinalada a existência de uma cisterna no pátio amuralhado, elemento fundamental para a guerra de cerco, pois destina-se à conservação de águas pluviais ao nível subterrâneo. Entre nós, um dos mais antigos exemplos conhecidos encontra-se no castelo de São Martinho de Mouros (Resende), estrutura reconquistada em 1058.



Cisterna.

¹⁸ Outros casais de freguesias vizinhas são obrigados a este trabalho e outros como o “apelido” ou “chamado” (Lopes, 2008: 42).

¹⁹ Martim Vasques da Cunha era descendente, por via materna, dos Portocarreiros, cujo antepassado era Arnaldo de Baião.

O MONUMENTO NA ÉPOCA MODERNA

A terceira fase de ocupação do Castelo de Arnoia terá decorrido durante o período moderno, muito embora seja logo no início desta época que começa o seu progressivo abandono. Crê-se que corresponderão a esta época os dados arqueológicos datáveis dos séculos XIV a XVI e que apontam para a existência de um edifício de habitação e de uma oficina no interior do espaço muralhado²⁰.

Ao que sabemos, embora, em 1726, Francisco Craesbeeck aluda ao estado arruinado do torreão, o certo é que este autor nos informa que tem este Castelo “huma torre levantada, coroada de ameias” (Craesbeeck, 1992: 324). Volvidos 32 anos, o panorama parece ser já um pouco diferente. Inquirido sobre os danos causados pelo terramoto de 1755 na freguesia de Arnoia, o vigário João Alves Ribeiro deu uma atenção particular ao Castelo de Arnoia, atestando a sua importância para a freguesia (Ribeiro, 1758 *apud* Lopes, 2005: 84-85). Considerando-o anterior à “fundação de Hespanha”, o vigário oferece-nos uma pormenorizada descrição do Castelo, contando que lhe disseram que “na ocasião do Terremoto de 1755 se movia a torre como se fosse huma mimosa varinha do campo”. Não encontrando qualquer efeito “ruinoso” causado pelo “impertinente Terremoto” na referida torre, João Alves Ribeiro assinala-lhe alguns vestígios de ruína: além de lhe faltarem algumas ameias, identifica-se uma abertura sobre a porta, “muito subtil”, cuja causa foi “hum raio que nella cahio”. A cisterna estava entulhada com pedras e a muralha, que apenas se conservava no lado norte e ocidental, apresentava então vários níveis de conservação: nalguns trechos estava arruinada até aos alicerces, noutros a ameaçar ruína e noutros já em mau estado. Pelo que se pode depreender, aquilo que o vigário encontrou, em 1758, em Arnoia é mais o resultado de um paulatino abandono que se foi operando ao longo da Época Moderna, do que propriamente uma consequência do Grande Sismo.

²⁰ Encontrou-se aqui uma quantidade significativa de escória de fundição de ferro, o que poderá confirmar a presença da referida oficina de fundição. Além disso, descobriu-se no mesmo espaço um conjunto de moedas datado de períodos que variam entre 1433 e 1557, comprovando assim uma intensa atividade humana (Perennia Monumenta, 2002: 24).

A Vila do Castelo

As vulgares monografias municipais, amiúde redigidas por investigadores locais, são em parte herdeiras do pensamento etnocêntrico e laudatório que marcaram os memorialismos humanistas e iluministas. Os primeiros, de que é exemplo João de Barros, buscavam afincadamente nos vestígios romanos um glorioso passado clássico, sugerindo para pequenas e por vezes inexpressivas povoações a origem romana a partir do seu topónimo. Os memorialistas de seiscentos e setecentos, conquanto nem sempre fundamentassem a origem de grande parte dos topónimos e ruínas no período romano, não deixavam de oferecer os exemplos das narrativas populares como prova de um passado marcado por vagas de povos “superiores”: os mouros, os godos ou, menos frequentemente, os próprios gregos, a quem se imputou a fundação de várias localidades.

Muitas vezes o monógrafo ou memorialista estabelecia ligações diretas e de continuidade entre o período da Romanização, saltando sobre milénios de avanços e recuos da humanização e, sobretudo, sobre profundas transformações da paisagem derivada da mudança de necessidades e da capacidade de intervenção dos habitantes nela implantados. Frequentemente fazia nascer *ex-nihilo* uma povoação com base em escassos vestígios arqueológicos ou através da grafia/fonética que pudesse sugerir a sua origem romana, como já referimos, formatando o território atual para caber no modelo de administração da civilização do Lácio. Mais: associando frequentemente vestígios pré e proto-históricos ou romanos a espaços hoje ocupados por templos cristãos, formularam teorias sobre o sincretismo cultural, esquecendo-se que a permanência de espaços sagrados não tem, na maioria dos casos, relação com uma potencial sobrevivência e transmutação dos deuses aí venerados, mas com a necessidade de (qualquer que seja a entidade) assegurar, através dela, a devida proteção às comunidades que a veneram. Por outro lado, se as populações permaneceram ou regressaram à proximidade dos espaços sacralizados, é natural que prosseguisse o seu uso, independentemente da capacidade intercessora das divindades antes cultuadas²¹.

161



Castelo e aldeia. Vista aérea.

²¹ Até por uma questão de reaproveitamento de materiais, situação que os teóricos da continuidade consideraram sinal de sincretismo, mas que expressava afinal a necessidade de lançar mão daquele acervo arqueológico disperso, constituído frequentemente por silhares, colunas ou arcos perfeitamente aproveitáveis na nova construção. Sobre estes aspetos veja-se Resende (2011).

A propósito das origens de Celorico, a sua relação com o Castelo de Arnoia, as terras de Basto e a “classicização” das suas origens, não podemos deixar de referir a discussão em torno da localização de “Celiobriga” e da representação do próprio Basto, comum a outras figuras mitológicas catalisadoras²². Por um lado, realçar que em torno das fortificações e de heróis (soldados ou santos) criou a História eixos de permanência e unidade que são, como nestes casos, símbolos poderosíssimos; e, por outro, assinalar que esta necessidade de encontrar um passado glorioso e ideal muitas vezes deturpou – através de anacronismos e outras falácias – a fiel evolução do espaço. Nem sempre esta imagem ou passado ideal correspondia à realidade.

Aos pés do Castelo de Arnoia foi surgindo uma povoação cuja origem encontramos num ramal de ligação entre as estradas da Lixa (Felgueiras) e Amarante ao Arco de Baúlhe (Cabeceiras de Basto)²³. Esta posição, afastada dos principais canais de circulação situados quer ao longo da linha do Tâmega, quer contornando a serra da Cabreira, pode confirmar o significado meramente estratégico da fortificação de Arnoia, vigilante numa fronteira imaginária e efémera. Pacificado o território, o Castelo revestiu-se do papel de marco numa geografia em reorganização.

No sopé do outeiro fortificado formou-se, portanto, um pequeno burgo, disposto unilinearmente ao longo do caminho. De um lado e de outro da artéria criou-se, ao longo da Idade Média, o tecido urbano que complementou a humanização entre o cerro fortificado e o vale de passagem e fixação. Povoação pequena, contudo, como testemunha a descrição do arrolamento de 1527:

“Esta terra de Celoryquo de Basto he muy fragossa e de montanhas he senhor della Pero da Cunha Coutinho e tem ssobre hum monte allto o castello que chama de Çeloryquo e vyvem nelle o allcaide pequeno e o pe dois moradores (...)” (Freire, 1905).

Os dois moradores ou fogos corresponderiam a cerca de 10 habitantes distribuídos entre o lugar da Corredoura e o sítio da Feira. Aqui esteve a cabeça do concelho até à transição de 1716 para 1717, como especifica frei Manuel da Conceição, vigário de Arnoia, que acrescenta: “ainda hoje [1758] se estão vendo desta singular idade is vistijios como he hua cadea velha, bastante-mente arruinada e ameassando ruina em suas paredes, e em madeiramentos”. O símbolo maior da autonomia municipal, o pelourinho, encontrava-se praticamente destruído, “e as pedras por terra quebradas”. Fora, porém, erguido no meio da rua, como convinha a instrumento de castigo e escárnio. Não obstante o abandono do local pelos poderes, continuava a realizar-se aqui uma feira, franca, ao dia 25 de cada mês (Ribeiro, 1758 *apud* Lopes, 2005: 85).



Aldeia do Castelo (Celorico de Basto).
Pelourinho.

22 Jerónimo Contador de Argote (1732: 317-318) é um dos primeiros memorialistas a associar “Celiobriga” a Celorico.

23 Esta estrada é já referida em 1251, nas inquirições mandadas tirar por D. Afonso III (Lopes, 2005: 129).



Aldeia do Castelo (Celorico de Basto). Antiga casa da botica.

Regressando ao século XVI, sabemos que, entre 1571 e 1576, aqui se faziam as audiências, cuja casa voltava para a rua Direita (eixo principal da povoação). Pelos tombos mandados executar pela Coroa²⁴, conhecemos a dimensão e aspetos de algumas das casas que existiam ao longo desta artéria, a maioria constituída pelo edifício habitacional e anexos agrícolas. Entre eles, exidos, quinteiros e hortas que complementavam a subsistência dos seus moradores. Tomemos como exemplo o casal ao pé do Castelo, que fora de Álvaro Anes. Compunha-se este de:

“hua casa que serve de cozinha mea sobradada e mea colmaça terea tem sete varas de comprido e quatro de larguo com hum quimteiro diamte da porta açima destas casas outra tem oyto varas de comprido e cimquo de larguo e hum quimteyro e casa de gado aho lomguo da estrada e hua eyra com hua orta”.

Mais adiante refere-se:

“Hua casa na Rua dereyta defromte da casa daundiemçia e serve de cozinha colmaça terrea tem nove varas de comprido e quatro de larguo e tres que servem de gado e hum pardyeiro jumto deste que serve de gado com seu quinteyro e hua orta jumto a estas casas e dita casa do çelleyro”.

24 ANTT – *Feitos da Coroa*. Núcleo Antigo, n.º 247, fls. 618-638.

A leitura deste tipo de fonte permite-nos colher, ainda que esparsas e sumárias, informações relevantes sobre indivíduos e atividades. As referências sugerem a existência de um pequeno aglomerado cujos habitantes se dedicavam a ofícios mecânicos ligados ao comércio: Cristóvão Macedo, “vendeiro”; Francisco Gonçalves, “barraqueiro”; Pero Gonçalves, “sapateiro” e mais adiante o campo do “peliteiro” – o que indica lugar de tratamento e talvez venda de peles e curtumes. A indicação de estábulos e estrebarias completa a descrição sobre as atividades dos habitantes da vila do Castelo que, por ser local de passagem, propiciava uma pausa no percurso e a venda. De resto, os documentos falam na rua pública que seria a rua Direita, continuação, certamente, das estradas que vinham de Amarante e da Cabreira. Aqui se concentrava e cruzava o trânsito humano e comercial entre o Minho e o Tâmega, sobretudo em dias de feira²⁵.

A descrição mais elaborada que possuímos sobre a vila do Castelo é, porém, a que deixou em forma de letra Francisco Craesbeeck cerca de 10 anos depois da transferência das governanças locais para o incaracterístico lugar do Freixieiro. Efetivamente, a alteração reveste-se de razões semelhantes às que ocasionaram o nascimento do burgo medieval situado aos pés do Castelo. A importância da via paralela ao rio Tâmega (proveniente de Amarante) e o facto de Freixieiro se encontrar quase no cruzamento com a estrada para Mondim selaram o destino da antiga e abriram o da nova povoação: esta singrou e é hoje a sede do município.

Francisco Craesbeeck, como qualquer memorialista do século XVIII, procurava as riquezas e honras da terra: ruínas antigas e homens ilustres. Encontrou-os no lugarejo do Castelo, mas com pouca glória: “não consta que foce grande a povoação desta villa, por estarem en seo ditrito muito espalhados os seus habitantes” (Craesbeeck, 1992: 323). Todavia, salientou conservar-se o pelourinho, a casa da câmara e a cadeia que foi “feita no anno de 1586, sendo corregedor desta comarca o Doutor João Gil de Abreu Castelo-Branco”²⁶. Depois, o memorialista disserta sobre a origem e senhorio da terra, voltando às questões político-administrativas de que a vila do Castelo fora centro até ao século XVIII.

Segundo o autor, D. Manuel I concedera foral ao burgo e termo a 29 de março de 1520. E aquando da visita de Francisco Craesbeeck o município tinha então dois juízes, “hum da parte de sima do castello e outro da parte de baixo”. A figura do juiz de fora só viria a ser criada mais tarde (1713), talvez para resolver as incongruências entre os poderes do Castelo e os do município, como noutros casos. Tinha a câmara três vereadores e um procurador, tudo por eleição, e ainda um escrivão da câmara, um juiz dos órfãos com dois escrivães, um escrivão das sisas, sete tabeliães e escrivães do público e judicial, um inquiridor, contador e distribuidor e, finalmente, o alcaide que servia de carcereiro. Todos os ofícios pertenciam ao senhor da terra, exceto o das sisas que punha a Coroa. Nota curiosa a que oferece, ainda, Francisco Craesbeeck sobre outro povoado unilinear: “em o lugar da Lixa, que he o mais povoado, que tem esta villa, e a metade lhe pertence e a outra metade ao concelho de Felgueiras, por estar feito em huma rua muito comprida, com 400 moradores (...)” (Craesbeeck, 1992: 326-327).

25 Idem, *ibid.*

26 A crermos na descrição do memorialista terá, então, sido entre 1726 e 1758 que se derrubou o pelourinho (Craesbeeck, 1992: 323).

O cronista (despindo já o papel de historiador, pois presenciou este acontecimento) descreve e analisa as razões da mudança da cabeça de concelho. Diz que a casa da câmara se foi arruinando e que os juizes de fora (figura existente desde 1713) não tinham casa com as devidas comodidades para residirem no burgo do Castelo. E acrescenta: “e depois de varias deligencias e das vidas, que se moverão entre os moradores da parte de cima do castello e os da parte de baixo, se assentou ficar quase no meio do concelho o lugar do Freixieiro, na freguesia de São Pedro de Britello, por ser tambem o citio ameno e o valle aprasivel” (Craesbeeck, 1992: 328). Francisco Craesbeeck descreve ainda o ritmo da urbanização, referindo a construção dos novos paços do concelho e as casas para os juizes de fora assistirem²⁷. Esta transferência é um caso cronologicamente extemporâneo, porque anterior às profundas alterações administrativas dos governos liberais do século XIX, que tentaram, a esquadro e teodolito, a criação de municípios, aglomerando velhas sedes de concelho e criando novos locais decisórios onde outrora praticamente não existiam grandes aglomerados²⁸.

Não obstante esta alteração, que ocasionou a morte lenta do lugarejo do Castelo, permaneceu sempre o lugar como símbolo de antigas e importantes liberdades autonómicas e prerrogativas locais, de que a fortaleza constituía notável perfil.



Vista parcial da vila de Celorico de Basto, no lugar do Freixieiro, Britelo.

²⁷ A lista dos juizes até 1725 é elencada por Francisco Craesbeeck (1992: 329).

²⁸ No caso da vila do Castelo, contribuiu para a sua extinção, enquanto lugar axial, o facto de não albergar nos seus termos a igreja paroquial, que se localizava em sítio remoto, no Ermo.

AS INTERVENÇÕES CONTEMPORÂNEAS

Em 1909, o Castelo de Arnoia tinha evidentes sinais de “demolição recente”, apontados por Pedro Vitorino: a cisterna estava obstruída e, esparsas, as aduelas da cobertura encontravam-se no seu interior. Na silharia identificavam-se rombos e múltiplas deslocções. A torre de menagem reduzia-se às suas paredes. Das suas ameias, “de contorno arredondado com uma perfuração”, apenas restava um par (Vitorino, 1909: 316).

Ao que se sabe, no ano seguinte, por sugestão do então governador civil de Braga, que visitara o Castelo de Arnoia, foi este dotado com uma nova porta. Até à década de 30 “foi o único melhoramento que recebeu” (Brito, 1931).

Humberto Beça denuncia, precisamente no ano em que viria a morrer, o estado de quase abandono em que se encontrava então o Castelo de Arnoia: a torre de menagem apresentava uma fenda resultante de uma descarga eléctrica, o pano norte da muralha tinha um buraco “por onde cabe um homem, [e se] uma das pedras que aguenta a silharia superior, cair, a muralha vem toda a baixo” (Beça, 1923: 21). Num discurso ainda imbuído dos valores românticos de nacionalismo, lamenta o facto de não haver “um gesto de decidida boa-vontade, de lídimo patriotismo, de santo amor pela sua terra, pela sua história, de orgulho pelo seu passado, lhe lance a escora misericordiosa que o aguenta mais algum tempo no tópo do seu altaneiro cabeçaço” (Beça, 1923: 21).

Foi, pois, na década de 1930, “a bem do património artístico da Nação”, que começaram as devidas diligências com vista à classificação deste monumento da arquitetura militar medieval portuguesa²⁹.

Todavia, foi só na década em que se comemoraram os Duplos Centenários (da Nacionalidade e da Restauração da Independência) que tal classificação se efetivou. Nesse ano de 1940 era o Castelo um acervo de ruínas e a sua torre de menagem, além da já referida cicatriz, fruto de um raio, mostrava-se altaneira e “já só com três ameias!” (Coutinho, 1942: 43).

No que à conservação concerne, a informação relativa à destruição de vários rochedos para brita nas proximidades do Castelo de Arnoia acelerou o processo³⁰ por se considerar que iria “alterar o aspecto rude do morro e conseqüentemente todo o conjunto e o ambiente do Castelo”. Confirmando-se que a classificação deste monumento ainda não estava decretada, verificou-se que a zona de proteção apenas estaria protegida após a sua concretização, conforme as disposições do Decreto n.º 20.985, de 7 de março de 1932.

Correndo o ano de 1944, nota-se uma real preocupação em apurar do estado de conservação do Castelo e da sua envolvente, alegando que a sua classificação como Monumento Nacional se baseia nas mesmas considerações que originaram a classificação dos castelos de Lindoso, Montalegre ou da Póvoa de Lanhoso. É neste sentido que devemos entender porque é que, a páginas tantas, se questiona se o Castelo de Arnoia deveria ser alvo de uma classificação autónoma, mas como Imóvel de Interesse Público, ou se faria mais sentido considerá-lo abrangido “pelo

29 Offício n.º 1942 de 4 de maio de 1933 [SIPA.TXT.01026974] PT DGEMN:DSARH-010/075-0004. Idem.

30 Veja-se a documentação relativa ao processo de classificação do Castelo de Arnoia em PT DGEMN:DSARH-010/075-0002. Idem. Por uma questão de economia de espaço, optámos, neste caso, por referenciar o processo e não cada documento, como temos vindo a fazer, dada a extensão do processo em causa.



Vista parcial da muralha antes das intervenções da DGEMN.
Fonte: arquivo IHRU.



Obras de consolidação e restauro da torre (1963). Fonte: arquivo IHRU.

despacho de S. Ex^a. o Sub-Secretário de Estado da Educação Nacional, de 22 de Dezembro de 1943, em que se determina que todos os Castelos, Tòrres, Muralhas, Portas, Fortalezas e Trechos dos mesmos que constituem ao longo das fronteiras e no interior do País e das Ilhas a mais impressionante rede de Memoriais de vida heroica e histórica, não classificados, o sejam por uma só vez”. Valorizando-se a sua muralha de silharia, a torre em parte ameaçada e o seu domínio sobre extensos horizontes, considerou-se a inclusão do Castelo de Arnoia no despacho de 1943. Dando resposta a esta decisão, em 1946, foi finalmente publicada a sua classificação³¹.

Começa então uma nova odisseia: o apelo à realização de obras por parte das entidades locais e, em particular, da Comissão Regional de Turismo da Serra do Marão³². É por demais sublinhado o seu estado de ruína e de abandono, o facto de este Castelo (ou o que dele resta) servir já de pedreira para construções particulares, além de existir um eminente perigo de desmoronamento. Embora a partir de 1947 os serviços competentes considerem urgente a realização de obras de reintegração dentro da sua feição primitiva – a título de exemplo, a intervenção na torre incluiria o “restauro do adarve com o parapeito e o ameado respectivo” –, a verdade é que só em inícios da década de 1960 se tornou possível a sua concretização, em parte, pois só então se obteve a necessária dotação, não obstante as sucessivas inclusões nos Planos de Obras anuais da Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN). Na primeira metade desta década, a continuação dos trabalhos em Arnoia só acabou por ser possível por se ter desviado uma parte da verba do mosteiro dos Jerónimos (Lisboa) para a rubrica “Castelos e Monumentos Nacionais”. Em 1963 prosseguiram as obras de consolidação e restauro da torre.

Assim, seguindo a filosofia acima referida, a da reintegração no seu estado primitivo, vemos a torre de menagem de Arnoia ser totalmente reconstruída ao nível do seu último piso, o que inclui o já mencionado coroaamento ameaçado e que ainda persistia em parte. Já ao nível da muralha não se optou por uma reintegração desta natureza. Não nos podemos esquecer que por esta época os serviços da DGEMN implementavam uma nova filosofia de intervenção, mais ligada à conservação do que propriamente ao restauro³³. Além disso, estaria ainda certamente muito presente a forte crítica encetada no final dos anos quarenta e que ajuizava esta instituição, comparando a colocação das ameias nos panos de muralha dos castelos “com a dentadura a pivot” (Mendes, 1949)³⁴. Retirou-se a vegetação que residia no interior do Castelo, desobstruiu-se a cisterna e colocou-se uma porta de madeira na sua entrada³⁵.



Pátio antes das intervenções da DGEMN.
Fonte: arquivo IHRU.

31 DECRETO n.º 35 532. *D.G. I Série*. 55 (46-03-15) 160.

32 Veja-se a nota 30.

33 Sobre o assunto veja-se Botelho (2006: 183 e ss).

34 Esta comparação, feita por um membro da comissão central dos serviços da Candidatura da Oposição, num comício, no Porto, de apoio ao general Norton de Matos, pretendia responder ao intuito propagandista do regime, materializado nas Exposições dos *15 anos de Obras Públicas*, realizadas em Lisboa, em 1948, e no Porto, no ano seguinte. Às censuras do Ministro das Obras Públicas retorquiu, de novo, a oposição com um extenso artigo no *República*, onde se acusa o Estado de despender largas somas num projeto “improvisado e por isso mesmo discutível”. Sobre esta questão das “críticas aos preceitos praticados e à situação do património artístico nacional” ver Neto (2001: 258-270).

35 Uma fotografia, datada de 1973, mostra-nos que fora construída uma escada de acesso à porta da torre de menagem, em cantaria e adossada ao seu paramento, assim como uma guarda em torno da cisterna, também em cantaria. Não conseguimos apurar nem quando tal intervenção foi feita, nem quando foi desfeita. As memórias descritivas não são elucidativas quanto a este aspeto.

Na década seguinte encontramos, pois, uma continuidade desta filosofia de conservação. Sentiu-se por então ser necessário dotar a torre de menagem com um para-raios³⁶. Em 1974, fruto de uma descarga elétrica, chegaram mesmo a deslocar-se “alguns elementos, como uma ameia e as ferragens da porta e do alçapão de acesso ao andar superior” da torre de menagem. Todavia, a necessária obra de consolidação da torre (e substituição de peças danificadas) apenas foi contratada três anos mais tarde³⁷. É, também, por esta altura que começam a sentir-se os cuidados na envolvente do Castelo. A identificação precisa da sua Zona de Proteção afigurou-se fundamental à Câmara Municipal de Celorico de Basto³⁸ por pretender, por então, construir um acesso pedestre ao Castelo³⁹. Prestando a DGEMN o devido apoio técnico, aconselhou-se o aproveitamento do “acesso já estabelecido pelo povo que utiliza o castelo, o qual todavia carece de um arranjo adequado dentro das características rústicas locais”⁴⁰.

Além da afetação do monumento ao recém-criado Instituto Português do Património Cultural (IPPC), que a partir de 1985⁴¹ ficou responsabilizado pela sua salvaguarda e valorização⁴², pouco mais podemos acrescentar. Em 1992 a sua tutela transitou para o Instituto Português do Património Arquitetónico (IPPAR), em 2005 para o Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico (IGESPAR) e, mais recentemente, integrou a Rota do Românico (2010).

Assim sendo, vemos que a partir da viragem do milénio as intervenções no Castelo de Arnoia resultam de parcerias entre as entidades estatais acima nomeadas e a Câmara Municipal de Celorico de Basto. Além da realização de diversas obras de conservação, que incluíram a concretização das já mencionadas sondagens arqueológicas (2002), da melhoria dos acessos pedestres, começou-se a trabalhar, ainda em 2004, na criação de um posto informativo e núcleo cultural sobre o património local⁴³. Primeiramente destinado a ser instalado na casa da botica, optou-se antes pela recuperação de uma antiga escola primária, que assim acolheu o Centro Interpretativo do Castelo de Arnoia. Com vista à melhor integração do Castelo na Rota do Românico, foi realizado um projeto que, numa primeira fase, em 2014, teve como objetivo a requalificação urbana da envolvente do Castelo (CMCB, 2010), voltando a dar uma nova vida àquela que já foi a “Villa de Basto”. [MLB / NR]

Está ainda previsto, numa segunda fase, um projeto de conservação, salvaguarda e valorização geral do imóvel. Os trabalhos incidirão, fundamentalmente, no interior do Castelo, nas muralhas e na torre, bem como no tratamento e pavimentação dos percursos de acesso ao monumento (Costa, 2014). [RR]



Aldeia do Castelo (Celorico de Basto).
Centro Interpretativo do Castelo
de Arnoia – Centro de Informação
da Rota do Românico.

36 Ofício da Direção-Geral dos Assuntos Culturais, 21 de março de 1974 [SIPA.TXT.01026743]. PT DGEMN: DSARH-010/075-0003 [Em linha]. Disponível em [www: <URL: http://www.monumentos.pt>](http://www.monumentos.pt) [Nº IPA PT010305020003].

37 Memória, 9 de maio de 1977 [SIPA.TXT.01027020]. DGEMN:DSARH-010/075-0006. Idem.

38 Ofício n.º 359 da C.M.C.B., 5 de março de 1975 [SIPA.TXT.01026986]. Idem.

39 Ofício n.º 556 da DGEMN de 25 de agosto de 1975 [SIPA.TXT.01026992]. Idem.

40 Idem.

41 Ofício do IPPC de 2 de setembro de 1986 [SIPA.TXT.01027036]. Idem.

42 O IPPC foi criado pelo Decreto-Lei n.º 59/80, de 3 de abril, “como serviço destinado a promover a salvaguarda e a valorização que, pelo seu valor histórico, artístico, arqueológico, bibliográfico, documental, etnográfico ou paisagístico, integrassem o património cultural do País”.

43 Documentação disponível em DGEMN:DREM 2315. Castelo de Arnoia/dos Mouros/de Moreira. IRHU/ Arquivo ex-DGEMN/DREM.

CRONOLOGIA

Século X (2.ª metade): uma tradição assinala a edificação do Castelo de Arnoia;

1064: primeira referência documental relativa à fortificação;

1092: um documento alude às propriedades de Celorico e da terra de Basto;

Séculos XII-XIII: segundo momento de ocupação do Castelo e período de edificação da estrutura românica do Castelo de Arnoia;

1717: a sede de freguesia é transferida da “Villa de Basto” para a freguesia de Britelo;

1726: a Terra de Basto estava então dividida em dois concelhos, o de Celorico e o de Cabeceiras de Basto; a torre de menagem do Castelo de Arnoia ainda se mostrava coroada de ameias;

1758: o Castelo de Arnoia apresentava já alguns vestígios de ruína;

1946: é classificado como Monumento Nacional pelo Decreto n.º 35532;

1960-1963: período de obras de restauro do Castelo de Arnoia a cargo da DGEMN;

1985: o Castelo de Arnoia passa a estar afeto ao IPPC;

1992: a tutela do Castelo de Arnoia transita para o IPPAR;

2002: foram realizadas sondagens arqueológicas no interior da fortificação;

2004: instalação do Centro Interpretativo do Castelo de Arnoia, numa antiga escola primária;

2005: a afetação do Castelo de Arnoia passa para o IGESPAR;

2010: o Castelo de Arnoia passa a integrar a Rota do Românico;

2014: requalificação da envolvente do Castelo de Arnoia, no âmbito da Rota do Românico.

BIBLIOGRAFIA E FONTES

[S.a.] – *Castelo de Arnóia / Castelo dos Mouros / Castelo de Moreira: vista parcial da muralha* [Material fotográfico]. Celorico de Basto: [s.n., s.d.]. Arquivo do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (ex-DGEMN). N.º Inventário IPA.00001899, FOTO.00047299.

_____ – *Castelo de Arnóia / Castelo dos Mouros / Castelo de Moreira: recinto no interior das muralhas* [Material fotográfico]. Celorico de Basto: [s.n., s.d.]. Arquivo do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (ex-DGEMN). N.º Inventário IPA.00001899, FOTO.00047301.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de – *Castelos e cercas medievais: séculos X a XIII*. In MOREIRA, Rafael – *História das fortificações portuguesas no mundo*. Lisboa: Publicações Alfa, 1987.

_____ – *Castelos medievais do noroeste de Portugal*. In ACUÑA CASTROVIEJO, Fernando – *Finis Terrae: estudos em lembrança do Prof. Alberto Balil*. Santiago de Compostela: Universidade, 1992.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de; LOPES, Carlos Alberto Almeida – *Eja, Entre-os-Rios: a civitas e a igreja de S. Miguel*. *Portugália*. Vol. 2/3 (1981-1982).

ARGOTE, Jerónimo Contador de – *Memorias para a historia ecclesiastica do arcebispado de Braga...* [S.l.: na Officina de Joseph Antoni da Sylva], 1732.

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO (ANTT) – *Feitos da Coroa*. Núcleo Antigo, n.º 247.

BARROCA, Mário – *A ordem do Templo e a arquitectura militar portuguesa do século XII*. *Portugália*. Vol. 17-18 (1996/1997).

_____ – *Armamento medieval português: notas sobre a evolução do equipamento militar das forças cristãs*. In BARROCA, Mário Jorge; MONTEIRO, João Gouveia – *Catálogo da exposição "Pera guerrejar": armamento medieval no espaço português*. Palmela: Câmara Municipal, 2000.

_____ – *Arquitectura militar*. In BARATA, Manuel Themudo; TEIXEIRA, Nuno Severiano – *Nova história militar de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2003.

_____ – *Do castelo da reconquista ao castelo românico: séc. IX a XII*. *Portugália*. Vol. 11-12 (1990/1991).

_____ – *Epigrafia medieval portuguesa: 862-1422*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.

BEÇA, Humberto – *Os castelos de Entre-Douro e Minho: tese a apresentar ao congresso minhoto, em Braga*. [S.l.]: Tipografia "Minerva", 1923.

BOTELHO, Maria Leonor – *As transformações sofridas pela sé do Porto no século XX*. Lisboa: Livros Horizonte, 2006.

CÂMARA MUNICIPAL DE CELORICO DE BASTO (CMCB) – *Arranjo da envolvente do castelo de Arnoia: 1.ª fase*. Celorico de Basto: Câmara Municipal de Celorico de Basto, 2010.

_____ – Departamento de Planeamento e Serviços Socioculturais – *Plano director municipal: processo de revisão*. Celorico de Basto: Câmara Municipal de Celorico de Basto, 2011. Volume III – *Carta do património arquitectónico do concelho de Celorico de Basto*. Versão preliminar, s.p. [O concelho de Celorico de Basto – génese e evolução].

CASAL PELAYO, Primo – *A ermida do monte Farinha*. Lisboa: [edição de autor], 1988.

CORREIA, António Mendes [et al.] – *Arnóia*. In *Grande enciclopédia portuguesa e brasileira*. Lisboa/Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, [1936-1960]. Vol. 5.

CORREIA, António Mendes [et al.] – *Múnio Dolo*. In *Grande enciclopédia portuguesa e brasileira*. Lisboa/Rio de Janeiro: 1936-1960. Vol. 35.

COSTA, Jorge – *Castelo de Arnóia. Arnóia, Celorico de Basto: conservação, salvaguarda e valorização geral do imó-*

vel: condições técnicas (caderno de encargos). Porto: Direção Regional de Cultura do Norte – Direção de Serviços dos Bens Culturais, 2014. Texto policopiado.

COUTINHO, C. da Cunha – O castelo da terra de Basto mais velho que a nacionalidade. *Trabalhos da Associação dos Arqueólogos Portugueses*. Vol. 5 (1942). Separata.

CRAESBEECK, Francisco Xavier da Serra – *Memórias ressuscitadas da província de Entre-Douro-e-Minho no ano de 1726*. Ponte de Lima: Carvalhos de Basto, 1992.

DECRETO n.º 35 532. *D.G. I Série*. 55 (46-03-15) 160.

DECRETO-LEI n.º 59. *D.R. Série I*. 79 (1980-04-03) 638-642.

FERNANDES, A. de Almeida – *Dom Egas Moniz de Ribadouro: «o honrado e o bem-aventurado»*. Lisboa: Editorial Enciclopédia, 1946.

FREIRE, A. Braamcamp – Povoação de Entre Doiro e Minho no XVI. *Archivo Historico Portuguez*. Vol. 3, n.º 7/8 (1905) 241-273.

GAIO, Felgueiras Manuel José da Costa – *Nobiliário de famílias de Portugal*. [Braga]: Agostinho de Azevedo Meirelles/Domingos de Araújo Affonso, 1938-1941.

HERCULANO, Alexandre, dir. – *Portvgaliae monvmenta historica....: scriptores*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1861. Vol. 1, fasc. 3.

LOPES, Eduardo Teixeira – *A terra de Celorico de Basto na Idade Média: inquirições régias*. [S.l.: edição de autor], 2008.

_____ – *O século XVIII nas freguesias do concelho de Celorico de Basto: memórias paroquiais*. Celorico de Basto: [edição do autor], 2005.

M., J. V. – *Castelo de Arnóia / Castelo dos Mouros / Castelo de Moreira* [Material fotográfico]. Celorico de Basto: [s.n.,1963]. Arquivo do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (ex-DGEMN). N.º Inventário IPA.00001899, FOTO.00047299.

MENDES, Manuel – Explicações necessárias em resposta ao senhor ministro das obras públicas. *República*. Lisboa. (jan. 1949) 1.ª p.

NETO, Maria João Baptista – *Memória, propaganda e poder: o restauro dos monumentos nacionais*. Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 2001.

NORTH, C. T. – *Guia dos castelos antigos de Portugal*. Lisboa: Bertrand Editora, 2002.

PERENNIA MONUMENTA – *Castelo de Arnoia, Celorico de Basto: relatório de trabalhos arqueológicos*. Famalicão: Perennia Monumenta, 2002.

PORTUGAL. Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território – IRHU/Arquivo ex-DGEMN – *Processos vários*. N.º IPA PT010305020003 [Em linha]. Disponível em [www: <URL: http://www.monumentos.pt>](http://www.monumentos.pt).

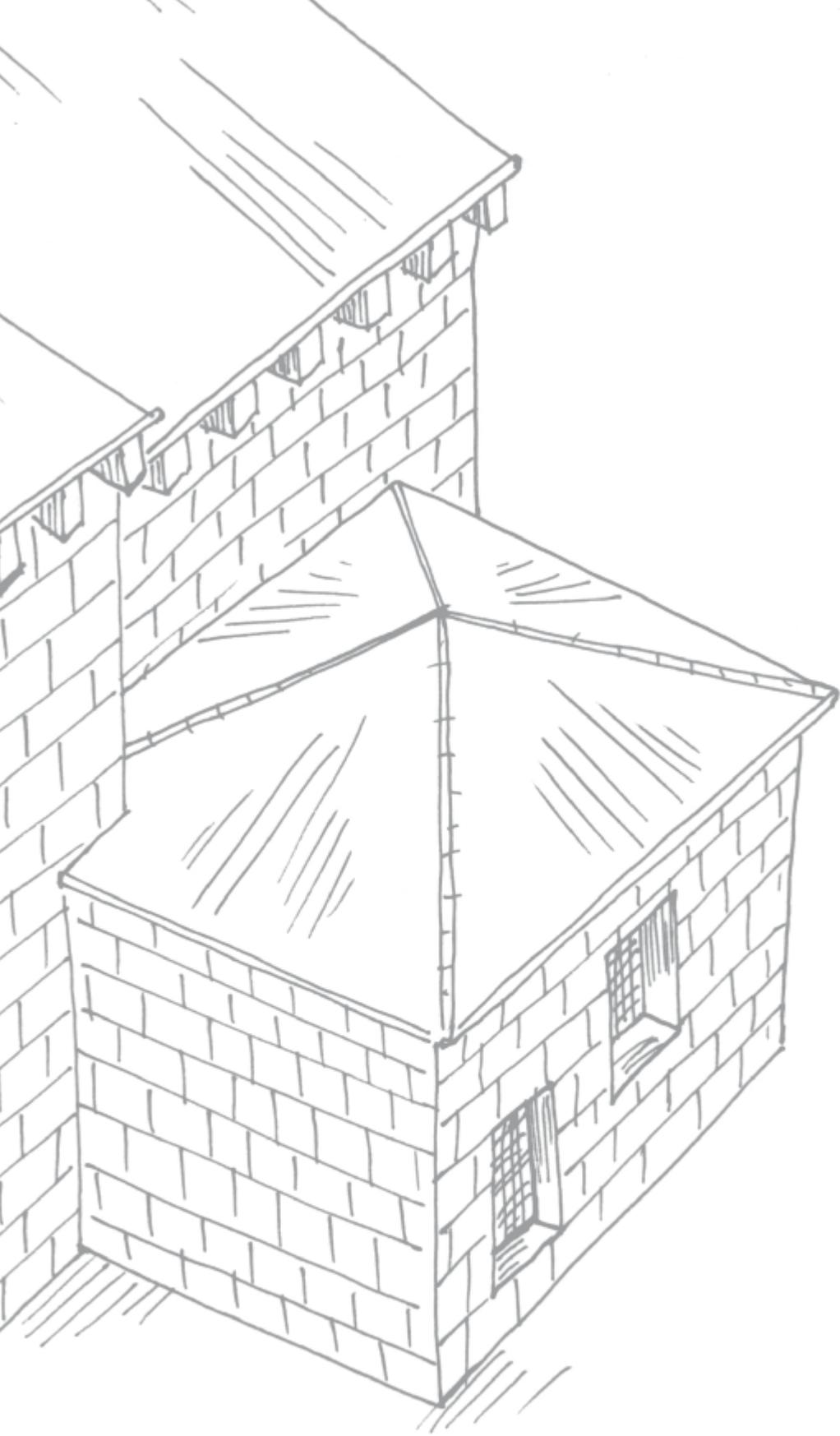
PORTUGAL. Secretaria de Estado da Cultura – IGESPAR – Castelo de Arnoia/Castelo dos Mouros/Castelo de Moreira [Em linha]. *Portal do Arqueólogo*. Lisboa: IGESPAR, [s.d.]. [Consult. 19 de maio de 2012]. Disponível em [www: <URL: http://arqueologia.igespar.pt>](http://arqueologia.igespar.pt).

RESENDE, Nuno – *Fervor & devoção: património, culto e espiritualidade nas ermidas de Montemuro: séculos XVI a XVIII*. Porto: Universidade do Porto, 2011.

SILVA, Jorge Henriques Pais da; CALADO, Margarida – *Dicionário de termos de arte e arquitectura*. Lisboa: Editorial Presença, 2005.

VITORINO, Pedro – O castello de Celorico de Basto. *O Arqueólogo Português*. N.º 14 (1909).





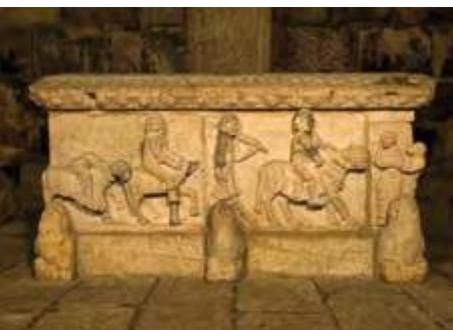
IGREJA
DE SANTA
MARIA
DE BARRÔ
RESENDE

IGREJA
DE SANTA
MARIA
DE BARRÔ
RESENDE



Planta.

O MONUMENTO NA ÉPOCA MEDIEVAL



Mosteiro de Paço de Sousa (Penafiel).
Igreja. Nave. Arca tumular de Egas Moniz.

De um modo geral, as informações históricas relativas à arquitetura da época românica em Portugal são muito escassas. À margem das grandes construções românicas internacionais dos séculos XI e XII, um dos maiores problemas com que se depara o investigador, na altura de abordar uma igreja românica inserida no meio rural, é a carência de notícias documentais sobre a sua construção (Huerta Huerta, 2004: 29). Para o caso português, com exceção da tão citada notícia do chamado *Livro Preto* da sé de Coimbra, relativa às obras desta catedral ao tempo de D. Miguel Salomão (1162-1176), pouco ou nada mais existe que nos possa facultar documentalmente informações sobre a construção de um qualquer edifício do românico português.

Embora saibamos que remonta ao século XII a fundação da Igreja de Barrô como igreja particular de D. Egas Moniz, o Aio (c. 1080-1146), que lhe veio às mãos por doação real, desconhecemos o que então se edificou/transformou ou se houve continuidade de um culto praticado num templo já existente. Como se sabe, D. Egas Moniz foi “tenente” de São Martinho de Mouros (Resende) entre 1106 e 1111 (pelo menos) e governador da região de Lamego entre 1113 e 1117 e talvez até mais tarde (Serrão, 1984: 334-335). Tendo conseguido afirmar-se politicamente no reino em construção, Egas Moniz de Ribadouro fez copiosas dádivas a institutos religiosos, sendo de destacar o Mosteiro de Paço de Sousa, em Penafiel, onde se fez sepultar.

É, pois, neste contexto que devemos entender a doação do padroado da Igreja de Barrô feita por D. Sancha Vermudes, nora de D. Egas Moniz, à ordem dos hospitalários, em 1208, conforme nos informam as Inquirições Gerais de D. Afonso III (r. 1248-1279) feitas ao concelho e julgado de São Martinho de Mouros em 1258: quando questionado, Egas Mouro esclareceu os inquiridores que a Igreja de Santa Maria de Barriolo era dos frades hospitalários que apresentavam na dita Igreja. E perguntado sobre a obtenção de tal padroado, respondeu que fora da parte de D. Sancha Vermudes. E muitos outros disseram algo semelhante (Herculano, 1936: 1000).

Por outro lado, segundo outro testemunho, o de Pedro Gonçalves, a “villa de Barriolo” era toda do Mosteiro de Paço de Sousa. Cruzavam-se aqui, portanto, vários interesses (Igreja e território), embora entre todos houvesse uma ligação comum ao património da linhagem dos Gascos, de onde provinha Egas Moniz, dito o Aio.

As Inquirições (do latim *inquisitiones*) consistiam em inquéritos de grande escala ao estado dos direitos reais, ordenados pelo poder central e efetuados nos séculos XIII e XIV. Integradas no movimento de fortalecimento do poder real e de centralização administrativa que caracterizaram os últimos séculos da Idade Média, acabavam, ainda, por ser um cadastro, embora muito imperfeito, da propriedade, da distribuição demográfica e dos rendimentos gerais do Reino. Se as *Inquirições de 1220*, ordenadas por D. Afonso II (1211-1223), incidiram sobre a diocese de Braga, já as ordenadas por D. Afonso III abarcaram um território mais amplo (Entre-Douro-e-Minho, Trás-os-Montes e Beira Alta), além de terem sido seguidas durante todo o reinado por inquirições particulares a vários reguengos, termos, concelhos e julgados (Herculano, 1936: 329). Tendo em conta a falta de documentação que temos para a Idade Média portuguesa e,



Mosteiro de Paço de Sousa (Penafiel).
Fachada ocidental.

mais especificamente, no que toca à história dos edifícios que ela nos legou, as Inquirições são pois uma das fontes mais significativas para o seu estudo e para o conhecimento da sua condição. Assim, com base nesta fonte, a mais antiga que conhecemos relativa à Igreja de Barrô, sabemos que esta foi primeiramente padroado da linhagem de D. Egas Moniz, e por isso ligada a Paço de Sousa, passando depois para a ordem do Hospital, que a apresentava e que se converteu numa das suas mais ricas comendas (Costa, 1979: 339)¹.

A ordem de São João do Hospital, fundada em Jerusalém (Israel), em 1048, por mercadores italianos, enquanto hospital para a recolha de peregrinos, acrescentou às suas funções caritativas, no início do século XII, as militares (Fonseca, 2000: 334-338). Estabelecida em território português entre 1122 e 1128, a ordem do Hospital sediou-se primeiramente no castelo de Belver (Gavião). Detentora de um vasto património situado a norte do Douro, em territórios junto ao Tejo e ao longo das margens do Guadiana, tal como as restantes ordens militares, os hospitalários organizavam-se através de pequenas unidades – as “comendas” –, à frente das quais estavam os comendadores, nomeados pelo mestre, a dignidade que encabeça a hierarquia destes *miles Christi*.

As paróquias, mas também os mosteiros ou simples capelas, podiam ser fundados e dotados por padroeiros particulares. Estes padroeiros ou protetores – do latim *patronariū*, de *patrōnu* –, ficavam a ter direito a um conjunto de privilégios, associados a determinadas obrigações, concedidas pela Igreja. Entre os seus direitos estava o da apresentação ao bispo dos clérigos que haviam de cuidar do serviço divino (embora houvesse uma tendência para transformar este direito de apresentação em direito de nomeação, daí ocorrendo naturais abusos de poder). Também gozavam de certos privilégios honoríficos, além de reservarem parte das rendas do benefício para seu próprio uso. Os padroados eram transmitidos por herança como qualquer outra propriedade, entre particulares, eclesiásticos ou leigos, mas também entre outras entidades.

Do período medieval, à parte a passagem do estatuto de igreja própria para o de padroado da comenda da ordem do Hospital (que a partir de 1530 se passou a chamar “de Malta”), pouco nos é dado a conhecer pela documentação, uma vez que o arquivo geral dos hospitalários, que se encontrava no convento da Flor da Rosa (Crato), foi totalmente destruído pelos espanhóis em 1662 (Serrão, 1984: 225-226). No Arquivo Distrital de Viseu, embora sob a designação de convento de Barrô, está depositado um fundo considerável de documentação de teor enfitéutico que apenas permite perscrutar o espaço económico desta comenda para um período relativamente tardio².

Embora estes poucos dados históricos nos deem conta da existência de uma igreja em Barrô ainda durante o século XII, certo é que os vestígios medievais remanescentes apontam-nos para uma cronologia bem mais tardia e que poderemos colocar já provavelmente na primeira metade do século XIII. Tal facto leva-nos a supor da existência de um templo anterior. Não nos podemos esquecer da longa cronologia associada ao românico português. Embora os primeiros testemunhos remontem ao século XI, a verdade é que este estilo, ou *modus aedificandi*, conheceu entre nós, uma longa perduração, particularmente no Norte e na Beira Alta.



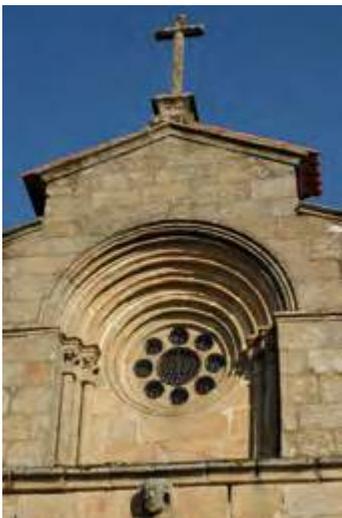
Fachada ocidental.

¹ Ainda hoje persiste na memória local da instituição que aqui superintendeu o topónimo “Quinta da Comenda”, lugar onde pousavam os comendadores, encarregados de receber os dízimos da freguesia e os rendimentos da comenda, assim como visitá-la em nome da ordem do Hospital.

² ADV – Monásticos. *Convento* [sic] *de Barrô*. As datas extremas da documentação são 1555 e 1825.



Vista aérea.



Fachada ocidental. Janelão. Rosácea.

A Igreja, composta por nave única e capela-mor retangular, encontra-se implantada num terreno voltado ao rio Douro, de acentuado pendente, pelo que a fachada principal se encontra a uma cota mais baixa do que a capela-mor, aspeto compensado internamente pelos dois degraus que permitem o acesso da nave à abside. É no exterior que conseguimos identificar de forma mais assertiva os elementos que nos permitem afirmar que esta Igreja foi edificada num momento tardio do românico português, tendo-se nela introduzido já algumas componentes que irão caracterizar aquilo a que se tem vindo a designar por “primeiro gótico rural”. Assim, cremos que estamos diante de um eloquente exemplo de “transição” entre o românico pleno e um gótico erudito, apesar dos problemas que esta designação meramente operativa possa acarretar. Não nos podemos esquecer que esta Igreja esteve primeiramente ligada à estirpe do Aio e depois aos hospitalários, o que justifica plenamente a edificação de um edifício com algum aparato e devedor de significativas influências, quer ao nível das proporções, quer no que toca à composição dos seus elementos decorativos.

Desde logo se impõe a fachada principal, organizada em quatro registos delimitados por três molduras, colocadas na continuidade da imposta do portal principal e da imposta do janelão superior, e, uma outra, na base deste. Adotando uma estrutura muito pouco comum à região, a fachada é composta, ainda, por dois vãos que se sobrepõem – o portal e a rosácea já protogótica, formada por círculos – numa composição que desde logo nos remete para uma proximidade formal com a sé velha de Coimbra. Vários autores têm chamado a atenção para esta familiaridade que, até à data, apenas podemos explicar com base na circulação de artistas que sabemos ter existido durante a época românica em Portugal, e de que mestre Soeiro (Anes) é um ótimo



Fachada ocidental. Portal. Tímpano.

exemplo³. No entanto, cremos antes que tal aproximação tem de ser explicada via Porto, tendo presente a ligação formal que existiu entre a fachada românica da sé desta cidade e a sua congénere coimbrã. Não nos podemos esquecer do exemplo tão geograficamente próximo de Cabeça Santa (Penafiel) e que tem vindo a ser considerado pela historiografia como uma reprodução da igreja de São Martinho de Cedofeita, no Porto⁴.

De facto, as semelhanças entre Coimbra e Porto surgem ao nível do tipo de talhe e da decoração vegetalista dos capitéis da nave da sé portuense e ao nível do arranjo geral da fachada, onde em ambas se sobrepõem dois grandes vãos, enquadrados por corpo avançado. No entanto, se na sé velha o portal principal é encimado por amplo janelão, cuja estrutura se assemelha muito a um portal, já na sé do Porto este mesmo janelão enquadra uma rosácea, já protogótica, reflexo da perduração da sua fábrica no tempo⁵. Em Barrô, ao invés da existência de um corpo avançado no centro da fachada, temos uma empena que, posicionada ao centro, não só acentua a verticalidade criada pelo portal e pela rosácea enquadrada por janelão, como também nos cria a falsa impressão de estarmos diante de uma igreja de três naves. Se, no registo superior, as arquivoltas são de volta perfeita, no inferior são já quebradas. Tanto no janelão como no portal, as arquivoltas são compostas por uma modenatura onde se alternam toros e escócias.

A escultura adotada nos capitéis do portal, de temática vegetalista e floral, anuncia já uma nova estética, a gótica, pois os seus motivos, já bem naturalistas, colam-se muito ao cesto. Também as esbeltas colunas que os sustentam nos aproximam deste novo momento da histó-

3 Referido no *Livro Preto* da sé de Coimbra como um dos arquitetos que terá trabalhado na sua fábrica ao tempo do bispo D. Miguel Salomão, vemos o seu nome surgir novamente anos mais tarde, por ter sido recompensado no testamento do bispo portuense D. Fernando Martins (1174-1185) em 1184. Sobre o assunto veja-se Botelho (2010: 405-431).

4 Sobre o assunto veja-se Botelho (2010: 457).

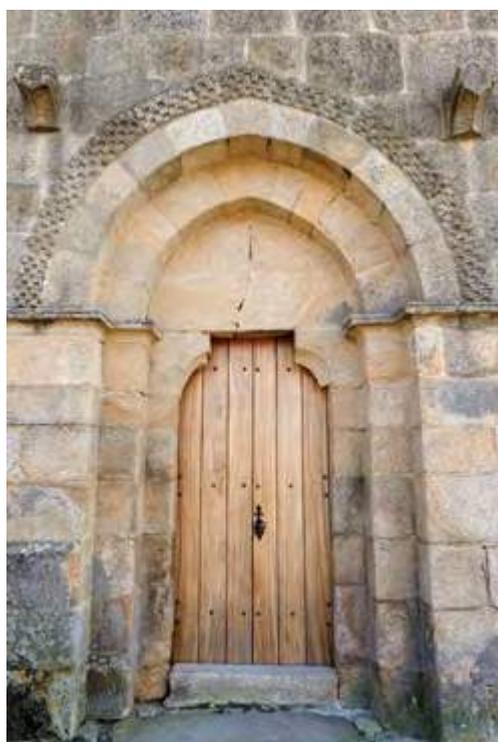
5 Sobre as problemáticas em torno do arranjo da fachada primitiva da sé do Porto veja-se Botelho (2006: 90-95).

ria da arte da Idade Média. Se a organização da fachada nos fala da persistência das fórmulas românicas, já alguns dos seus elementos compositivos são claros testemunhos da introdução de novos modelos estéticos.

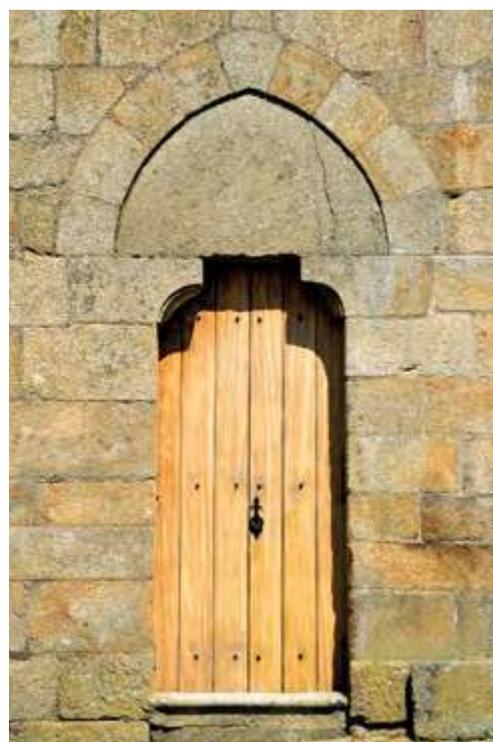
O tímpano do portal principal, considerado por Vergílio Correia como “o melhor exemplar no género, entre as igrejas coevas, do norte” (Correia, 1924: 68), ostenta uma elaborada cruz vazada multimoda, muito ornamentada e de notável elaboração. Atente-se, ainda, às três curiosas mísulas que enquadram o portal onde se esculpiram rostos humanos de difícil datação.

Os portais laterais, norte e sul, confirmam-nos a presença da estética do primeiro gótico rural. Ambos inscrevem-se na espessura dos muros onde foram rasgados e ambos os portais apresentam tímpano liso assente sobre mísulas. Mais elaborado, o portal norte é composto por duas arquivoltas envolvidas por um arco exterior enxaquetado, o que justifica ainda o facto de ter sido abrigado por uma estrutura alpendrada, conforme denunciam as mísulas que ainda hoje persistem a meio da fachada. Em ambos os alçados rasgam-se estreitas frestas que, mais largas no interior, caracterizam este tipo de construções.

É grande a variedade de cachorros que encontramos nesta Igreja de Barrô. Do lado norte, citando Vergílio Correia, “entre os cachorros da capela-mor divisam-se uma cabeça de homem e um focinho tósco de javardo: entre os do corpo da igreja, passaros, um gnomo acorçado trincando qualquer cousa informe, e desenhos vários” (Correia, 1924: 70). Do lado oposto, além dos cachorros tendencialmente lisos ou ornados com simples molduras geométricas, vemos um mocho. Para Lúcia Rosas (2008: 361), o modo de colocar a escultura nos cachorros e a forma geométrica que estes apresentam, constituem importantes indicadores na datação das



Fachada norte. Nave. Portal.



Fachada sul. Nave. Portal.



Fachada norte. Capela-mor. Cachorros.



Fachada sul. Nave. Cachorro.



Fachada norte. Nave. Cachorro.



Vista geral do interior a partir da nave.

igrejas românicas. Segundo esta autora, os exemplares mais antigos costumam ser retangulares, estando a escultura muito bem adaptada a esta forma. No entanto, à medida que o românico vai evoluindo no tempo, a reiterada repetição dos modelos afasta-se, tendencialmente, deste esquema inicial, mais erudito e mais conforme ao estilo românico, tal como ele nasceu e se expandiu. Daí que nas igrejas românicas mais tardias e nos exemplares datados da época gótica onde, no entanto, permanecem soluções próprias da época românica, os cachorros são habitualmente quadrangulares, mostrando uma muito menor variedade de temas e uma menos conseguida adaptação da escultura.

No interior da Igreja impera o granito e as dimensões da nave e da capela-mor, particularmente ao nível da sua altura, anunciam-nos já o gótico. Tal facto é-nos confirmado pela ampla abertura do arco triunfal que, apesar da estética ainda muito românica dos seus capitéis, nos fala já de uma outra liturgia. Às cabeceiras românicas, intimistas, mais baixas e estreitas que a nave, criadoras de espaços de recolhimento, sucedem-se as amplas e iluminadas cabeceiras góticas, abertas aos fiéis.

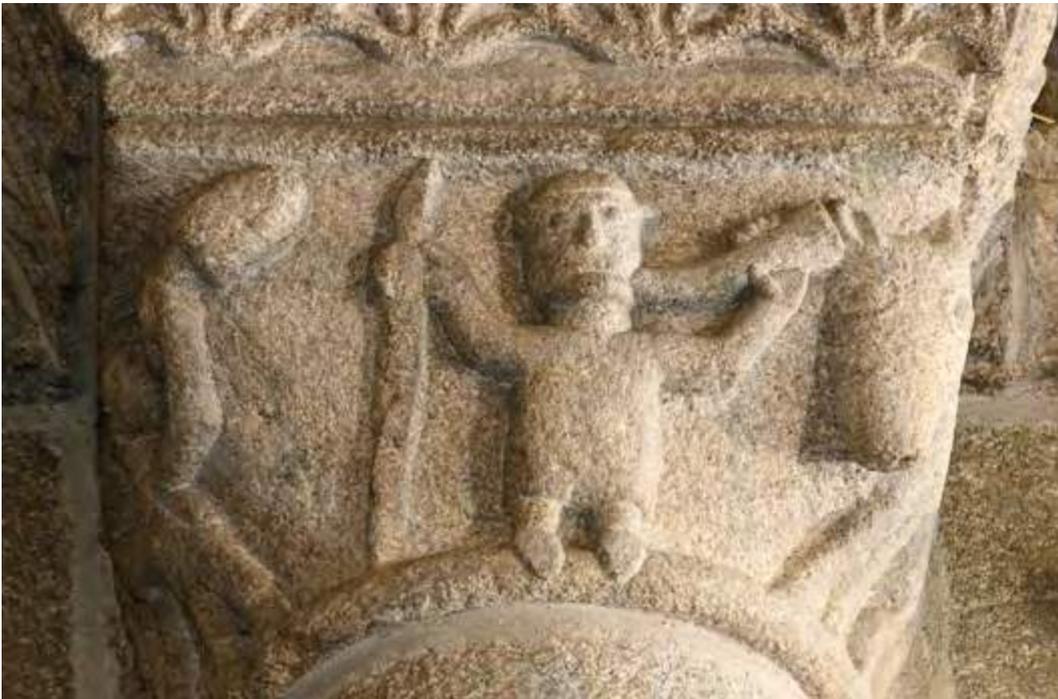
Ligeiramente quebrado, o arco triunfal é composto por duas arquivoltas e é exteriormente envolvido por um arco onde se conjugam três motivos relevados. No exterior, um toro, ao centro os entrelaçados catalogados por Joaquim de Vasconcelos com o n.º 5, no seu catálogo dos motivos decorativos mais comuns ao românico português⁶, e, por fim, no registo interior, uma escócia pontuada por pérolas.

⁶ O autor defende este motivo como "Elypses secantes em movimento duplo, centrista; corda" (Vasconcelos e Abreu, 1918: 70).



182

Arco triunfal. Capitel do lado do Evangelho.

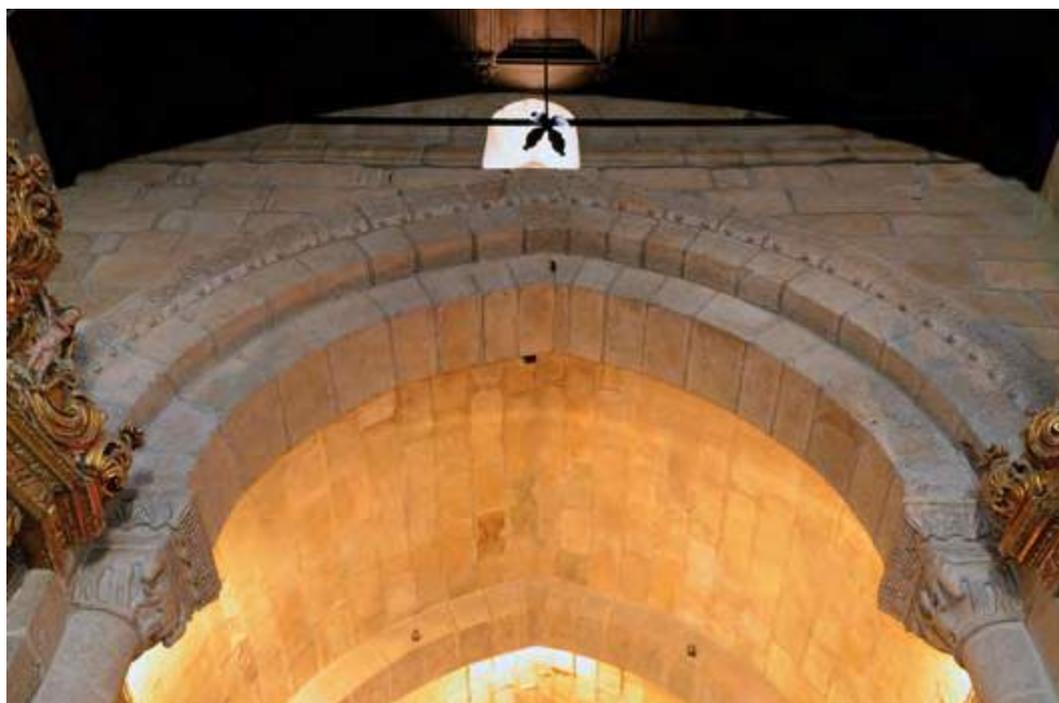


Arco triunfal. Capitel do lado da Epístola.

Historiado, o capitel do lado da Epístola mostra-nos uma cena de caça, cuja figura central é um homem que além de tocar um corno de caça, segura com a mão direita uma lança. O corno de caça era habitualmente usado para transmitir sinais em momentos de perigo (Sousa, 2005). Do lado direito, um quadrúpede (talvez um bóvido) e, do outro lado, uma personagem que parece munida de uma espécie de escudo na mão direita e de uma moça na mão esquerda. O tema da caça, enquanto alegoria de luta contra o mal, está também representado no capitel do outro lado, onde um javali é agarrado por uma pata e por uma orelha por dois quadrúpedes, talvez dois cães.

A capela-mor é composta por três tramos abobadados, definidos por dois arcos torais assentes sobre colunas adossadas à parede. No entanto, só os capitéis do arco central é que são ornamentados, enquanto os do último arco são lisos, o que pode ser certamente explicado devido ao facto de este último tramo nos parecer fruto de uma ampliação da abside para abrigar, de forma mais equilibrada, o aparatoso e espaçoso retábulo-mor barroco. Atente-se à diferente dimensão e coloração dos silhares deste último tramo. Assim, é nestes dois capitéis da cabeceira, ornados com motivos vegetalistas feitos a bisel que encontramos uma grande aproximação com a estética escultórica da época românica do grupo que se desenvolveu a partir do Mosteiro de Paço de Sousa. Citando Reinaldo dos Santos (1970: 70), os capitéis de Barrô “parecem talhados à goiva, à maneira de Paço de Sousa, como se o espírito decorativo, vencendo a corrente do Douro, alcançasse a margem oposta...”. Também ligada a Coimbra, trata-se de uma técnica tradicional de esculpir, própria do trabalho decorativo de madeira, e que cria finos baixos-relevos planificados. Recordem-se as ligações existentes entre o Mosteiro e esta Igreja de Barrô, por nós referidas anteriormente.

183



Arco triunfal.

Por fim, não podemos deixar de referir aqui a presença de inúmeras siglas ao longo dos silhares que dão corpo à Igreja de Barrô. Um olhar atento encontrará um bom número e uma boa variedade no interior da abóbada da capela-mor. Na construção românica, as siglas ou marcas de pedreiro, como habitualmente são mais conhecidas, são elementos fundamentais para o estudo da arqueologia da sua arquitetura. Tratam-se de pequenos sinais incisos, habitualmente geométricos, que aparecem na face exterior do silhar e que foram interpretados como marcas de tarefeiros, ou seja, como uma chave para diferenciar o trabalho do canteiro ou de grupos de canteiros (Nuño González, 2005: 95). Cruzes simples ou mais complexas e iniciais são as siglas que aqui identificamos. Além de serem indicativos da progressão do trabalho, podem também ser elementos identificadores, por exemplo, do número (muito relativo) de pedreiros que poderão ter trabalhado num dado edifício. Sendo pagos à jornada de trabalho, os pedreiros procediam à identificação dos silhares que tinham cortado e montado com marcas que podiam ir desde sinais gráficos a letras do alfabeto. Embora não falem alguns sinais mais elaborados, que adotaram formas figuradas, de um modo geral estamos diante de sinais incisos de fácil feitura (Huerta Huerta, 2004: 121-149). No entanto, na maior parte dos casos, estas marcas ficaram voltadas para o intradorso do paramento construído, embora ocasionalmente as possamos ver voltadas para o exterior.



Capela-mor. Capitel.



Capela-mor. Siglas.

O MONUMENTO NA ÉPOCA MODERNA

Pode dizer-se que, a seguir à fábrica românica, foi durante o período barroco que a Igreja de Barrô sofreu as maiores transformações. À decoração, essencialmente pétreia, seguiu-se um longo período em que o “horror ao vazio” transformou as paredes caiadas ou nuas em cenários de madeira dourada e pintada ao gosto de uma época em que os homens pretenderam coreografar o divino.

Na capela maior de Barrô, o retábulo, gizado dentro do gosto joanino do barroco, ocupou toda a parede da cabeceira, modelando-se na sua gramática cenográfica ao arco quebrado, para formar uma composição entre dois estilos, ainda que separados por quatro séculos. Interessante simbiose, nem sempre compreendida, como sabemos.

A Santa Maria medieval, sucedeu, já no período moderno, a Virgem da Assunção que ocupa o lugar da titular no retábulo maior e respira o mesmo estilo da linguagem da talha (Azevedo, 1758). O mesmo se aplica à representação da Virgem com o Menino aposta na mísula secundária, do lado da Epístola. As medidas de ambas e o seu tratamento plástico e ornamental levam-nos a considerar terem sido elaboradas durante a realização deste retábulo, destinando-se especificamente aos locais onde ainda são veneradas.

185



Capela-mor. Parede do lado do Evangelho. Plintos. Conjunto escultórico. Calvário.



Ainda na capela maior sobressai o conjunto escultórico do Calvário, de excêntricas dimensões, constituído por Cristo crucificado, a Virgem e São João Evangelista⁷. Embora tenha sido transferido para aqui, de local que desconhecemos, este conjunto alinha com o espírito barroco e a linguagem decorativa plasmada no retábulo maior, sendo provavelmente encomenda da mesma época.

Na nave, embora de consideráveis dimensões, existem apenas dois retábulos laterais: um dedicado à Virgem da Piedade e outro, simétrico, hoje dedicado à Virgem com o Menino e onde, em 1758, se venerava o Menino Jesus e o mártir São Sebastião⁸. Na memória redigida pelo vigário José Mendes Azevedo (1758) podemos colher apenas informações esquemáticas sobre o interior da Igreja: três altares e uma só nave, sem que tal património tenha sofrido com o Grande Terramoto, à exceção da cruz do campanário da Igreja que “ficou inclinada alguma couza para o Poente”. Era então padroeiro Fernando Luís de Azevedo, certamente o comendador da ordem de Malta a quem cabia a apresentação do vigário.



Nave. Retábulo colateral do lado do Evangelho.



Nave. Retábulo colateral do lado da Epístola.

⁷ Parte deste conjunto (imagens da Virgem e de São João Evangelista) integrou a *Exposição de arte sacra do arceprelado de Resende*, realizada em 1976, na sequência das Comemorações Centenárias da Diocese de Lamego. De Barrô seguiram para a mesma mostra as imagens da Virgem da Piedade e uma custódia, em prata dourada, datada do século XVII ([S.a.] – *Exposição de arte sacra do arceprelado de Resende*. Lamego: [Gráfica de Lamego], 1976. Peças n.º 9, 28, 29 e 47).

⁸ Na fotografia publicada na monografia de Resende, de 1982, o altar do Evangelho parece manter ainda a imagem de Santa Ana e o da Epístola, entre outras esculturas menores, a imagem do Sagrado Coração de Jesus (Pinto, 1982: 341).

Embora do cartório paroquial da comenda nada persista, foi através dos seus arquivos centrais, em Malta, que pudemos aceder ao interior da Igreja no terceiro quartel de setecentos. No mês de novembro de 1771, dirigiu-se a Barrô o visitador frei Manuel Guedes de Magalhães, acompanhado de mais oficiais, para avaliar do espiritual e temporal da comenda de Barrô. Principiou pelo habitual inquérito aos habitantes, que logo denunciaram vários casos de mancebia, solicitação e concubinato. Admoestados os envolvidos, passou o visitador aos assuntos terrenos, nomeadamente a Igreja, de que o escrivão fez ampla descrição.

Correndo do nascente ao poente, a Igreja de Barrô “toda de pedra de cantaria” tinha no seu corpo o comprimento de treze varas e de largo seis. Segundo o descritor, a porta principal era de “Architetura gótica”, sobre a qual existia um óculo da mesma arquitetura. O frontispício era rematado por um campanário com dois sinos. No interior deste templo com pouca luz, “por cauza da gravura das paredes” (por gravura entenda-se gravidade), havia logo à entrada e à mão esquerda a pia batismal e à mão direita a pia da água benta “de madeira com suas grades torniadas”. Era “forrada de castanho e mal ladrilhada”, desacertos para os quais os visitantes chamaram a atenção nas admoestações ao pároco e demais oficiais do povo.

Ao longo da nave existiam três altares com os respetivos retábulos: o primeiro, na parede sul, albergava o monumental crucifixo, hoje deslocado para a capela-mor. Fora mandado executar pela confraria das Almas. O segundo e o terceiro estavam encostados ao arco cruzeiro, com “os seus retabulos de talha dourados e pintados”. O do lado do Evangelho, titulado de Santa Ana, exhibia duas imagens desta matrona, uma de vulto e outra de vestidos; o do lado oposto, da Epístola, era da invocação de São Sebastião e possuía, para além desta imagem, a do Menino Deus, ambas de vulto. De cada um tratava a respetiva confraria, mantendo as lâmpadas de latão sempre guarnecidas. O papel das confrarias era essencial para a manutenção do espaço eclesial. Em 1771 referem-se cinco, para além das acima citadas, laboravam as do Senhor, de Nossa Senhora do Rosário e do Menino Deus.

A capela-mor “toda de abobeda” fora mandada aumentar pelo povo, “para o que comtribuiu tambem a Commenda”. Estava mal ladrilhada de cantaria e possuía apenas duas frestas com vidraças. Porém, no tocante ao retábulo, não passava despercebida a sua dimensão e, como já referimos, o aproveitamento da parede fundeira: “o seu retabolo enche o fundo todo da Capella com tribuna, Trono e sacrario tudo dourado e pintado com seu frontal de madeira tambem dourado”. No retábulo veneravam-se duas imagens da Virgem, uma de vulto, da padroeira, e outra vestida.

A sacristia, adossada à parede sul da capela-mor, era grande, com lavatório, porta de serventia para o adro e acesso a uma casa que a confraria das Almas mandou edificar e que podia empregar-se, segundo o visitador, como casa da Fábrica.

Sobre os ornamentos é extensa a lista, que se repartia entre os objetos de uso corrente na Igreja e os que serviam nos altares a cargo das respetivas confrarias.

A visitação não podia terminar sem uma cuidada análise sobre outros aspetos da gestão corrente do património da comenda, como o passal, as casas da residência e da comenda, tulhas e adegas, preceitos ou direitos respeitantes a águas, rendimentos e, finalmente, às capelas ou ermidas dispersas pela paróquia⁹. O visitador enfatizou especialmente o estado do cartório, a

9 BIBLIOTECA NACIONAL DE MALTA – *Arquivos da ordem de São João, secção XVI, parte 18, Priorado de Portugal, visita geral da comenda de Sernacelhe e comenda de Barro, 1771, fls. 230 v.º – 232. As descrições do restante património e direitos da comenda estendem-se até ao fólio 269 v.º.*



Panorâmica do vale do Douro em Barrô.

que dedicou algumas páginas, descrevendo os livros de visitas anteriores, tombo de registo de propriedades, direitos e demandas. Efetivamente, como qualquer instituição do Antigo Regime, a comenda de Barrô geria vários pleitos respeitantes ao vasto património que possuía. Os livros do cartório encontravam-se, em termos gerais, num estado pouco aconselhável à sua conservação, sendo por isso o pároco admoestado a renovar o espaço onde se encontrava o acervo documental e a fazer todos os possíveis para preservar tão delicado e valioso património.

Joaquim de Azevedo, na sua obra *Historia ecclesiastica da cidade e bispado de Lamego*, redigida nos primeiros anos do século XIX e aumentada em 1877, refere que na Igreja se veneravam “reliquias, a que se atribuem milagres, sem saber de que santos são; principalmente se valem d’ellas contra as mordeduras dos cães damnados” (Azevedo, 1877: 330). Acrescenta que estavam aqui sediadas seis irmandades: do Santíssimo Rosário, do Menino Deus, de São Sebastião, de Santa Ana, das Almas e de Clérigos Pobres, muito embora a tantas agremiações não correspondam os altares ou capelas devidas à veneração das invocações que as titulavam.

Freguesia com uma área menor – se comparada com a vizinha São Martinho de Mouros (onde se situava a sede do município a que pertencia) –, albergava, em 1758, uma população de 1327 habitantes que se distribuía por 429 fogos, dispersos entre lugares e quintas, numa zona de montanha e de ribeira. Aqui, nas margens do Douro, acreditava-se existirem vestígios de uma ponte mandada executar por uma das régias Mafaldas. Desta tradição (fundamentada, como sabemos) faz eco o vigário José Mendes de Azevedo, referindo os vestígios de pilares em ambas as margens, nomeadamente na oposta freguesia de Barqueiros (Mesão Frio)¹⁰.

A Igreja paroquial não constituía o único polo religioso de Barrô, porquanto no século XVII (em 1693) aqui se instalou um grupo de religiosas que tomou o hábito franciscano e, depois de extinto (em 1780) e incorporadas as freiras resistentes no convento das Chagas em Lamego, constituiu um importante núcleo de ensino nos séculos XIX e XX. Era o convento de Jesus Maria José, referido em 1758 como de “Claras urbanas”¹¹.

¹⁰ E, já antes dele, na viragem de 1512 para 1513, o cronista lamecense Rui Fernandes o fizera, com larga notícia sobre a projetada ponte (Fernandes, 1926: 546-613). Sobre esta travessia veja-se o que escrevemos em Ponte da Veiga, Lousada.

¹¹ Aqui faleceu, com fama de santidade, Mariana da Madre de Deus. A este respeito ver Nossa Senhora (1930).

AS INTERVENÇÕES CONTEMPORÂNEAS

Foi ainda em finais do século XIX, mais precisamente em 1890, que a torre sineira que se adossa à fachada principal pelo lado sul foi reconstruída, a expensas de um emigrado no Brasil e natural da freguesia, ligado à família da Casa do Torgal, em substituição de um campanário anterior referido em 1758 a propósito da cruz do topo, que se movera com o Grande Terramoto (Duarte, 1994: 113-114). Com planta quadrangular, estrutura-se em três registos. Rematada nos ângulos por pináculos e, ao centro da cobertura, com coruchéu de bola, que serve de apoio ao cata-vento, encontra-se rasgada no registo superior e em todos os seus lados por ventanas de volta perfeita que abrigam sinos de bronze.

Em 1922, a Igreja de Barrô foi classificada como Monumento Nacional¹². Embora tenhamos notícia de que, em inícios do século XX, se procedeu à reconstrução de parte do campanário da torre por se encontrar derrubado (Antunes, 2006), as mais significativas intervenções de conservação ocorreram a partir de meados do mesmo século. De facto, data de finais de 1949 o apelo do padre António Pinto Cardoso Júnior para que se procedesse a obras de reparação em Barrô¹³. O telhado encontrava-se num estado “ruinoso”, sendo que chovia “bastante” no interior da Igreja, “com grave prejuízo para os seus altares ricamente entalhados, conservação das alfaias e até para a realização dos actos religiosos”. Foi então despendida uma verba para a realização das reparações mais urgentes¹⁴.

Na década de 1960 sentimos uma maior sensibilização das entidades competentes relativamente a este edifício. Numa memória datada de 16 de março de 1965¹⁵, relativa à “Reconstrução dos telhados e consolidação do tecto de caixotões da nave”, explica-se que por estar “longe dos centros urbanos, a Igreja de Barrô não tem sentido o benéfico bafejo de quaisquer obras de reparação”.

Numa das memórias destas intervenções explica-se que se encontra este edifício muito “exposto à acção do tempo” por estar situado na margem esquerda do rio Douro, pelo que a cobertura da Igreja “sofre os consequentes efeitos, o que motiva o revolvimento das telhas”¹⁶.

Assim, além das características reparações dos tetos e dos telhados, por diversas vezes identificadas ao longo da segunda metade de novecentos, e das mais diversas reparações ao nível dos madeiramentos ou dos beirais, é digna de destaque, pelo impacto na legibilidade que teve, a demolição do corpo, composto por dois pisos, que se adossava à fachada sul, no ângulo criado entre esta e a sacristia. A documentação identifica-o como “Sala das Almas”¹⁷. Sentia-se já em 1955 ser urgente a sua demolição: “por ali entra chuva para toda a Igreja em tal abundância que fica completamente inundada, com enorme prejuízo para altares, paramentos e até algumas imagens”, conforme esclarece o padre António Pinto Cardoso Júnior. Tratando-se de uma



Fachada sul. Torre sineira.

12 DECRETO n.º 8 175. D.G. I Série. 110 (22-06-02).

13 PAZ, Henrique – Cópia da missiva do pároco de Barrô [dirigida ao Governo Civil do Distrito de Viseu], 26 de novembro de 1949. SIPA.TXT.01667358. PT DGEMN:DSARH-010/220-0001 [Em linha]. Disponível em [www: <URL: http://www.monumentos.pt>](http://www.monumentos.pt) [Nº IPA PT011813020003].

14 Ofício n.º 5178 de 14 de dezembro de 1949 [SIPA.TXT.01667360]. Idem.

15 Memória de 16 de março de 1965 [SIPA.TXT.01667408 e SIPA.TXT.01667407]. Idem.

16 Memória de 1 de maio de 1959 [SIPA.TXT.01667376]. Idem.

17 CARDOSO JÚNIOR, António Pinto – Missiva de 2 de janeiro de 1955 [SIPA.TXT.01667371]. Idem.

construção “de época relativamente recente”, que “prejudicava” o conjunto e em parte obstruía a porta lateral da fachada, considerou-se proceder à sua demolição¹⁸. No entanto, ao que pudemos apurar, tal intervenção apenas foi realizada em 1966, certamente com a deliberada intenção de libertar o corpo da Igreja de raiz medieval de um elemento que obstruía a sua legibilidade.

Dentro deste contexto de conservação da imagem de Santa Maria de Barrô deve ser destacada, ainda, a intervenção realizada em 1993 em torno da sua envolvente imediata, ligando de forma mais coerente e unificada a Igreja ao cemitério. Por então, e por iniciativa do pároco da freguesia, foi construído o coreto. Em 2010, a Igreja de Barrô passou a integrar a Rota do Românico. [MLB / NR]



Fachada sul. “Sala das Almas” em 1955. Fonte: arquivo IHRU.



Fachada sul. “Sala das Almas” em 1966. Fonte: arquivo IHRU.

¹⁸ Ofício n.º 3690 de 28 de junho de 1954 [SIPA.TXT.01667793 e SIPA.TXT.01667794]. In PT DGEMN:DSARH-010/220-0004. Disponível em [www: <URL: http://www.monumentos.pt>](http://www.monumentos.pt) [Nº IPA PT011813020003].

CRONOLOGIA

1208: D. Sancha Vermudes doa o padroado da Igreja de Barrô aos Hospitalários;

1258: Pedro Gonçalves refere que a "villa" de Barrô fora doada por Egas Moniz ao Mosteiro de Paço de Sousa;

Século XIII (1.ª metade): edificação da Igreja de Barrô;

1771, novembro: visitação à Comenda de Barrô pelo visitador frei Manuel Guedes de Magalhães;

1890: construção da torre sineira de Barrô;

1922: classificação da Igreja de Barrô como Monumento Nacional;

Século XX (2.ª metade): principais intervenções de restauro da Igreja e sua envolvente;

2010: a Igreja de Barrô passa a integrar a Rota do Românico.

BIBLIOGRAFIA E FONTES

[S.a.] – *Exposição de arte sacra do arcepresbiterado de Resende*. Lamego: [Gráfica de Lamego], 1976.

_____ – *Igreja matriz de Barrô / Igreja de Nossa Senhora da Assunção* [Material fotográfico]. Resende: [s.n., 1955]. Arquivo do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (ex-DGEMN). N.º Inventário IPA.00004279, FOTO.0081689.

_____ – *Igreja matriz de Barrô / Igreja de Nossa Senhora da Assunção* [Material fotográfico]. Resende: [s.n., 1966]. Arquivo do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (ex-DGEMN). N.º Inventário IPA.00004279, FOTO.0081711.

ANTUNES, Rute – *Igreja matriz de Barrô/Igreja de Nossa Senhora da Assunção* PT011813020003 [Em linha]. Lisboa: IHRU, 2006. [Consult. 30 de setembro de 2011]. Disponível em [www: <URL: http://www.monumentos.pt>](http://www.monumentos.pt).

ARQUIVO DISTRITAL DE VISEU (ADV) – Monásticos. *Convento [sic] de Barrô*, 1555-1825.

AZEVEDO, Joaquim de – *Historia ecclesiastica da cidade e bispado de Lamego*. Porto: [Typographia do Jornal do Porto], 1877.

AZEVEDO, José Mendes – [Memória Paroquial de] Barrô [Manuscrito]. 1758. Acessível em ANTT, Lisboa. PT-TT-MPRQ-6-52.

BIBLIOTECA NACIONAL DE MALTA – *Arquivos da ordem de São João, secção XVI, parte 18, Priorado de Portugal, visita geral da comenda de Sernacelhe e comenda de Barro*, 1771.

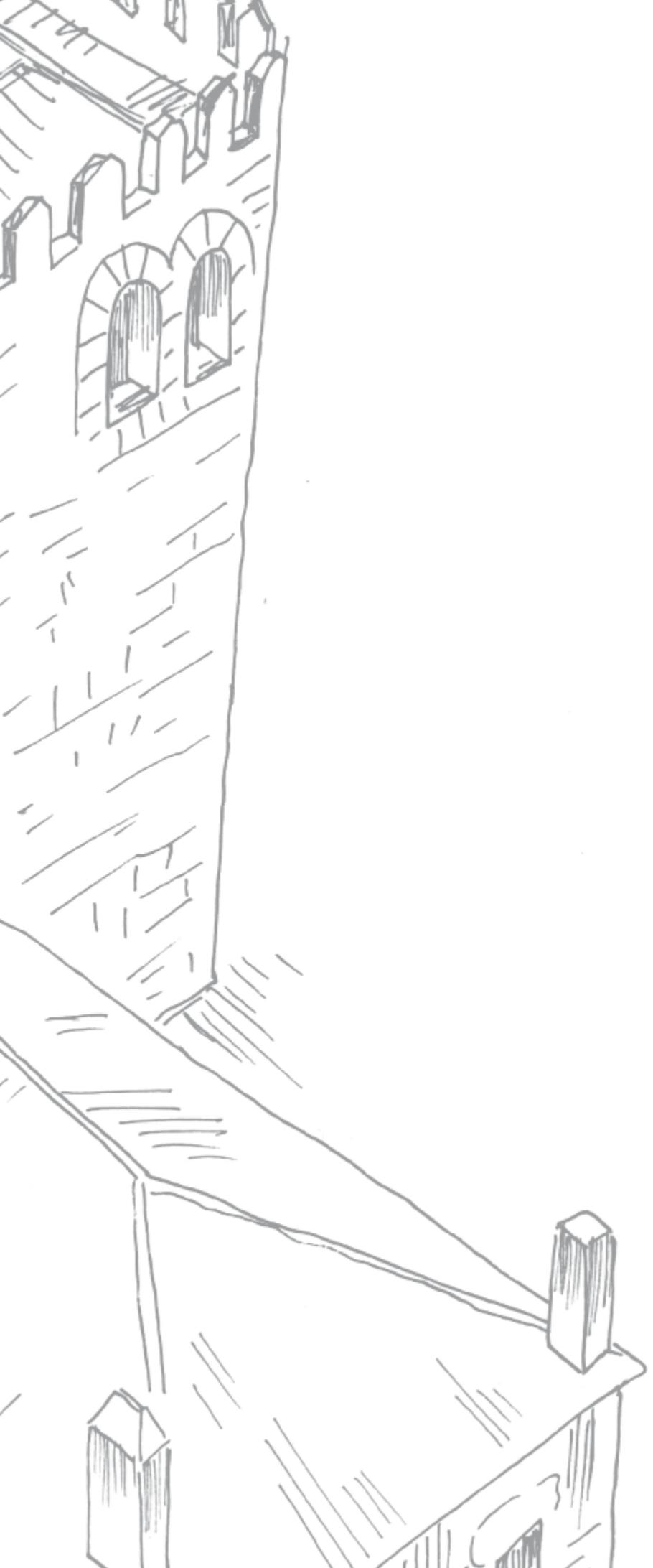
BOTELHO, Maria Leonor – *A historiografia da arquitectura da época românica em Portugal*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2010. Dissertação de doutoramento em história da arte portuguesa apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Texto policopiado.

_____ – *As transformações sofridas pela sé do Porto no século XX*. Lisboa: Livros Horizonte, 2006.

CORREIA, Vergílio – *Monumentos e esculturas: séculos III-XVI*. Lisboa: Livraria Ferin, 1924.

- COSTA, M. Gonçalves da – *História do bispado e cidade de Lamego*. Braga: [edição de autor], 1979.
- DECRETO n.º 8 175. *D.G. Série I*. 110 (22-06-02).
- DUARTE, Joaquim Correia – *Resende e a sua história: as freguesias*. Resende: Câmara Municipal de Resende, 1994.
- FERNANDES, Rui – Descrição do terreno em roda da cidade de Lamego duas leguas... In *Collecção de ineditos de historia portugueza*. Lisboa: Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1926.
- FONSECA, Luís Adão da – Ordens militares. In AZEVEDO, Carlos Moreira de - *Dicionário de história religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000.
- HERCULANO, Alexandre, dir. – *Portugalliae monumenta historica : o saeculo octavo post christum usque ad quintumdecimum: inquisitiones*. Lisboa: Tipografia Nacional, 1936.
- HUERTA HUERTA, Pedro Luís – Los artífices materiales de la construcción románica: oficios y funciones. In *Protagonistas de la obra románica*. Aguilar de Campoo: Fundación Santa María la Real – C.E.R, 2004.
- NOSSA SENHORA, Francisco – *Vida da serva do Senhor Soror Marianna da Madre de Deos: abadessa e fundadora do mosteiro de Barrô da ordem de Santa Clara...* Porto: [Tipo-Lito de Gonçalves & Nogueira, limitada], 1930.
- NUÑO GONZÁLEZ, Jaime – Aportación de la história, de la arqueología y de las ciências auxiliares al conocimiento del estilo románico. In *Iniciación al arte románico*. Aguilar de Campoo: Fundación Santa María la Real – C.E.R, 2005.
- PINTO, Joaquim Caetano – *Resende: monografia do seu concelho*. Braga: [edição de autor], 1982.
- PORTUGAL. Ministério da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território – IRHU/Arquivo ex-DGEMN – *Processos vários*. N.º IPA PT011813020003 [Em linha]. Disponível em www: <URL: <http://www.monumentos.pt>>.
- ROSAS, Lúcia Maria Cardoso – Igreja de São Mamede de Vila Verde: 1. A Igreja na Época Medieval. In ROSAS, Lúcia Maria Cardoso, coord. cient. – *Românico do Vale do Sousa*. [Lousada]: Valsousa - Rota do Românico, 2008.
- SANTOS, Reinaldo dos – *Oito séculos de arte portuguesa: história e espírito*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, [s.d.].
- SERRÃO, Joel, dir. – Hospitalários. In *Dicionário de história de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas, 1984.
- _____ – Moniz, Egas. In *Dicionário de história de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas, 1984.
- SOUSA, Luís Correia de – Iconografia musical na iconografia românica em Portugal. *Medievalista*. N.º 1 (2005). [Consult. 26.10.2011]. Disponível em www: <URL: <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA8\ferreira8005.html>>.
- VASCONCELOS, Joaquim de; ABREU, Marques – *A arte românica em Portugal: texto de Joaquim de Vasconcellos com reproduções seleccionadas e executas por Marques Abreu*. Porto: Edições Illustradas Marques Abreu, 1918.



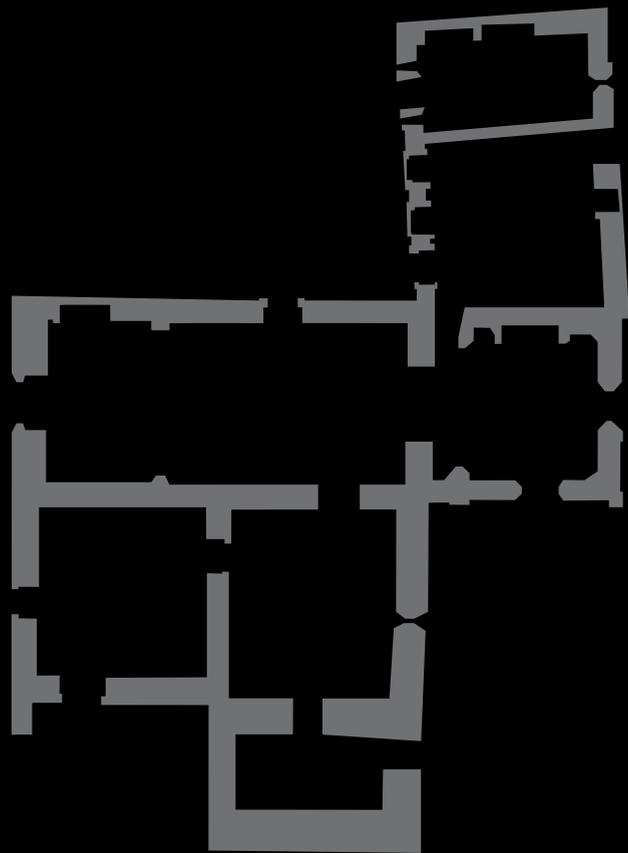


MOSTEIRO
DE SANTA
MARIA DE
CÁRQUERE
RESENDE

MOSTEIRO

**DE SANTA
MARIA DE
CÁRQUERE**

RESENDE



Planta.

O MONUMENTO NA ÉPOCA MEDIEVAL

Na margem esquerda do rio Douro, a meia encosta, o Mosteiro de Santa Maria de Cárquere marca de forma significativa o território em que se insere. Em 1919, quando Vergílio Correia visitou este conjunto monástico ficou impressionado com a paisagem que o envolvia, aludindo às “íngremes ladeiras, ao docel de ramadas”, aos “montes anegrados que trepam para as alturas cobertos de arvoredo” (Correia, 1919: 47-58).

Na historiografia portuguesa da arquitetura da época românica acentuou-se, durante muito tempo, a funda relação existente entre este momento da história da arquitetura e o território, por vezes apenas entendido como paisagem, sublinhando a sua impressão anímica e o seu encanto¹.

Esta relação não era, nem é, de todo, casual. O estudo da implantação dos edifícios religiosos permite-nos conhecer melhor as razões subjacentes à sua fundação. Como sabemos, o eremitismo marcou profundamente a paisagem medieval, dando origem a muitos locais de culto que derivaram em instituições monásticas ou igrejas paroquiais. As ordens religiosas, como São Bento ou Cister, seguiram uma criteriosa escolha do lugar ideal para instalação dos seus mosteiros: “Benedictus montes, Bernardus valles amabat, Franciscus vicos, magnas Ignatius urbes” – São Bernardo (ordem de Cister) amava os vales, São Bento os montes, São Francisco as aldeias e Santo Inácio as grandes cidades. Mas antes da chegada das grandes reformas monásticas, os eremitérios (e paradoxalmente ao que o próprio termo deixa entrever) estavam à vista dos povoados, nem sempre em brenhas inacessíveis, outrossim próximas de caminhos (Mattoso, 1997: 103-145).

197



Vista aérea.

¹ Sobre o assunto veja-se Botelho (2010: 367 e ss).



Vista geral.

A implantação de Cárquere, num esporão sobre o vale do Corvo, mas não particularmente exposto, pode significar antigo assentamento eremítico, depois ermida e mais tarde santuário, condição muitas vezes inerente a tais lugares que, pela proximidade telúrica e pelo exemplo sacrificial dos seus habitantes, deixaram marcas devocionais no território. O alfobre de lendas ligado a Cárquere, nomeadamente a que relaciona o achado de relíquias e imagens junto a uma árvore ou brenhas, indicia essa sacralização anterior que frequentemente nada tem a ver com sincronismos culturais ou continuidades religiosas, tratando-se apenas de um sinal daquele movimento eremítico².

Tais edifícios, de manifesta origem medieval, foram chamando a atenção da historiografia da especialidade pelo encanto das tradições que a eles se associam (ou se procurou associar) e que tentam justificar uma origem lendária. Entre eles encontra-se, naturalmente, o Mosteiro de Santa Maria de Cárquere.

² Sobre esta questão ver Resende (2011).

A lenda e o milagre de Cárquere

É sobejamente conhecida a lenda que associa a origem deste Mosteiro à história de um milagre que terá curado D. Afonso Henriques (n. 1108/9?-1185) de uma deficiência que teria nos seus membros inferiores. Para a construção de tal narrativa contribuiu, seguramente, uma tradição anterior, associada à imagem de Nossa Senhora de Cárquere.

A invocação de Santa Maria de Cárquere é já bem antiga e como nos informa o padre Luís Cardoso, em 1751, no seu *Diccionario geográfico...*, “que por tradição consta, que no tempo del Rey D. Rodrigo, na perda das Hespanhas, fora enterrada em hum cabeça, que está contíguo à mesma Paroquia, com hum cofre de preciosas reliquias, huns finos, e huma Cruz”, juntamente com a imagem de Santa Maria (Cardoso, 1751: 451-452). Uma outra versão tradicional, quiçá alusiva à mesma imagem de Nossa Senhora, refere que esta terá sido descoberta dentro de um castanheiro muito velho, juntamente com um sino, uma caixa de relíquias e uma cruz de prata (Correia et al., 1936-1960: 994-995).

Embora se tenda a atribuir uma cronologia bastante recuada à pequena imagem da Senhora de Cárquere (Correia et al., 1936-1960: 57-58), remontando ao tempo do último e lendário rei dos visigodos (710-711), a verdade é que estamos diante de um exemplar cuja cronologia é bem mais tardia do que a do “milagre” que lhe tem vindo a ser atribuído, como veremos mais adiante.

Assim, segundo nos narra a *Crónica* de D. Afonso Henriques, de Duarte Galvão, publicada em Lisboa, em 1726 (Galvão, 1954), o Mosteiro de Cárquere, consagrado a Santa Maria, teria sido mandado edificar por D. Henrique depois de um sonho de D. Egas Moniz, o Aio (1080-1146), em que este recebia instruções da Virgem para a reconstrução de um templo em sua honra que se arruinara e obscurecera na região do Douro. Obedecendo ao chamamento, Egas Moniz resgatou das ruínas a imagem de Santa Maria, depondo diante delas o enfermo infante que imediatamente se curou. Ao que se conta, D. Afonso Henriques teria nascido “com as pernas tão encolheito que, a parecer de Mestres e de todos, julgavam que nunca poderia ser são delas” e, conforme se diz mais adiante, “que todos tinham que nunca guareceria, nem seria homem”.

“E jazendo D. Egas uma noite dormindo, sendo já o Menino de cinco anos, lhe apareceu nossa Senhora, e disse (...):

– “Eu sou a Virgem Maria, que te mando que vás a um tal lugar,” dando-lhe logo os sinaes dele, “e faze aí cavar, e acharás aí uma Igreja que em outro tempo foi começada em meu nome, e uma Imagem minha; faze correger a Igreja e Imagem feita á minha honra e isto feito, farás aí vigilia, poendo o Menino que crias sobre o altar; e sabe que guarecerá, e será são de todo (...). Vendo D. Egas este prazer e milagre, deu muitos louvores a Deus e á Senhora sua Madre, criando e guardando d’á avante com muito maior cuidado o Menino, cujo aio foi sempre (...). E por causa deste milagre foi depois feito em esta Igreja com muita devação o Mosteiro de Cárquere...” (Galvão, 1954: 21-25).

A narrativa reproduz, nos tópicos da clarividência e da descoberta, um modelo de invenções de relíquias e imagens que caracterizou o clima religioso e político da Idade Média. Casos de reabilitação espiritual e económica de mosteiros ou igrejas – justificações ante furtos ou comércio de relíquias – resultaram numa disseminação de narrativas com tramas e personagens comuns (Christian Jr., 1990). Para Cárquere convergiram interesses vários que alimentaram e engrandeceram esta lenda. Aos cónegos regrantes, guardiões da memória régia e, por conseguinte, da ideia de nacionalidade, sucederam os jesuítas, zelosos administradores de um património físico e espiritual que convinha promover. Transversalmente a todas as congregações perpassou o poder linhagístico: primeiro a autoridade régia, interessada em ungir-se do auxílio divino, e depois a descendência de Egas Moniz, empenhada em permanecer ligada à construção do reino.

Os cónegos regrantes de Santo Agostinho, muito particularmente os que estavam instalados em Santa Cruz de Coimbra, desempenharam, como se sabe, um importante papel ao nível do poder laico, porque associados à cúria régia, à alta nobreza e aristocracia coimbrã (Gomes, 2000: 429). Não nos podemos esquecer de que a igreja, sua casa-mãe, acolhe o panteão dos primeiros reis de Portugal. É neste sentido que não nos podemos esquecer do importante papel que desempenharam ao nível cultural, através da estruturação de uma identidade política portuguesa, compulsando a memória historiográfica do reino em crónicas, anais, “res gestae...” (Gomes, 2000: 430). E encontrando-se Santa Maria de Cárquere entre as fundações crúzias diretamente patrocinadas ou acolhidas pela casa-mãe, Santa Cruz de Coimbra, entende-se bem a *criação* desta lenda associada à figura de D. Afonso Henriques.

200



Escultura. Nossa Senhora de Cárquere. Fonte: coleção particular de José Vicente.

A imagem de Nossa Senhora de Cárquere

Independente das cronologias atribuídas à minúscula imagem de Nossa Senhora de Cárquere, não deixam de ser profundamente sentimentais (e nacionalistas) as palavras redigidas por Vergílio Correia, em 1919, a propósito da observação que fez desta escultura de vulto em marfim, com apenas 2,9 centímetros de altura³.

Naturalmente que, observando esta imagem, teremos de colocar a sua cronologia num momento mais tardio da Idade Média portuguesa. Já datável do século XII ou mesmo do XIII, tendo em conta o tipo de pregueados predominantemente alongados ou quebrados das vestes da Virgem que, com coroa e véu curto na cabeça, está entronizada e tem o Menino, também coroado, sobre o seu joelho esquerdo. Este lembrou a Vergílio Correia, no gesto, “os Cristos dos evangeliários e dos esmaltes” (Correia, 1919: 56). A figura de Cristo em Majestade surge, nesta época, tanto ao nível da pintura como da escultura. Neste caso particular, representado ainda Menino, senta-se sobre o colo de sua Mãe, tal como era comum no esquema iconográfico da época, segura um livro com a mão esquerda e abençoa com a direita. As suas vestes são, no entanto, menos naturalistas que as de sua Mãe.

Estas representações da *Maiestas Domini* (aqui ainda Menino) e da *Maiestas Mariae* são muito comuns na época românica. Nas igrejas dedicadas a Maria, a visão do Cristo apocalíptico foi substituída pela da Virgem como trono do Salvador e mediadora entre Deus e os homens. A representação de Maria enquanto trono do Menino Jesus teve grande aceitação no românico e, mais tarde, no gótico. Assim, iconograficamente, esta escultura pertence ao tipo *hodegetria*, no qual a *Theotokos*, a Virgem Mãe, apresenta ao mundo o seu Filho, o Salvador.

É fundamentalmente a partir da época românica, e com maior expressividade durante o gótico, que a devoção à Virgem Maria e sua figura ganha uma nova importância, aspeto que deve ser entendido no âmbito das grandes mudanças então sentidas ao nível da evolução do sentimento religioso (Almeida, 1983: 5).

A Virgem de Cárquere é um dos raros exemplos de marfins portugueses que chegaram aos nossos dias, tanto mais que nela ainda sobrevivem vestígios de douramento e de vermelho (SEC, 1992: 133). É, porém, nas suas reduzidas dimensões que reside a sua maior originalidade.

³ “Como nos sentimos impressionados sob as arcadas de uma igreja primitiva, perante uma imagem vista e adorada por reis, ricomens e povo de séculos remotos, que foi talvez levada como talisman, no seu minuscuro relicario de prata, para o meio das refregas contra os mouros, que correu decerto as sete partidas do mundo, de um mundo, que nós não conhecemos, nem conheceremos nunca!” (Correia, 1919: 58).



Da edificação do Mosteiro de Santa Maria de Cárquere

Em Resende, na margem esquerda do rio Douro, o Mosteiro de Santa Maria de Cárquere forma um conjunto monumental extremamente interessante e de grande significado regional, apesar do caráter muito reduzido dos vestígios prevaletentes da época românica. Rodeado de ciprestes, ocupa um local alto, a partir do qual se desfruta de uma paisagem grandiosa. Do lado sul da Igreja, os vestígios daquilo que poderá ter sido o pequeno mosteiro de cónegos regrantes de Santo Agostinho – a que a historiografia tende a denominar de “conventinho” – e a torre ameada, marcam de forma invulgar o espaço. Do lado norte, ocupando a área do atual cemitério, situar-se-ia o claustro.

A fundação do Mosteiro de Cárquere datará, pois, do segundo quartel do século XII, após a instalação dos cónegos regrantes de Santo Agostinho no mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, a 28 de junho de 1131, diretamente patrocinado por D. Afonso Henriques (r. 1143-1185). Seguindo a orientação gregoriana internacional, observante de uma vida apostólica rigorosa, dedicada à preparação intelectual e litúrgica, os cónegos regrantes estavam aptos para a pregação e assistência, sobretudo hospitalar (Sousa, 2005: 171).

Ao que se sabe, em 1146, D. Egas Moniz terá deixado em testamento vários legados a este Mosteiro. No entanto, esta escassez de elementos cronológicos, associada ao reduzido caráter dos trechos românicos remanescentes, não nos permite afirmar com grande segurança quando é que efetivamente foi construído o Mosteiro românico de Cárquere. Mas, sabendo que este foi inicialmente ocupado pelos crúzios, tudo leva a crer que a sua cronologia efetiva apenas terá começado por volta de 1131. Esta hipótese aproxima-se da data de 1125 que foi lida por frei Teodoro de Melo, um religioso da ordem de Cristo que, em 1732, elaborou um tratado histórico sobre Resende, de onde era natural⁴.

De facto, estamos diante de um conjunto monástico que testemunha a passagem de várias épocas construtivas, o que explica a escassez de testemunhos românicos visíveis. Bastante transformado pela estética e pelos gostos do tempo, cremos, no entanto, que é ao nível da organização espacial do conjunto monástico que ainda prevalece uma topografia de sabor românico. Assim, tomando como elemento central a Igreja de planta longitudinal, composta por nave única e capela-mor quadrangular, mais estreita e mais baixa do que esta, curiosamente vemos que o primitivo espaço claustral se posicionou no seu lado esquerdo, ou seja, a norte, e que corresponderá, em certa medida, ao atual cemitério. Tal facto justifica também o posicionamento do panteão dos Resendes, senhores da terra, enquanto capela independente. A ela voltaremos atentamente mais adiante. Do lado oposto, ou seja, no lado sul, encontramos as estruturas daquilo que se tem vindo a designar de “conventinho” e que contribui para acentuar

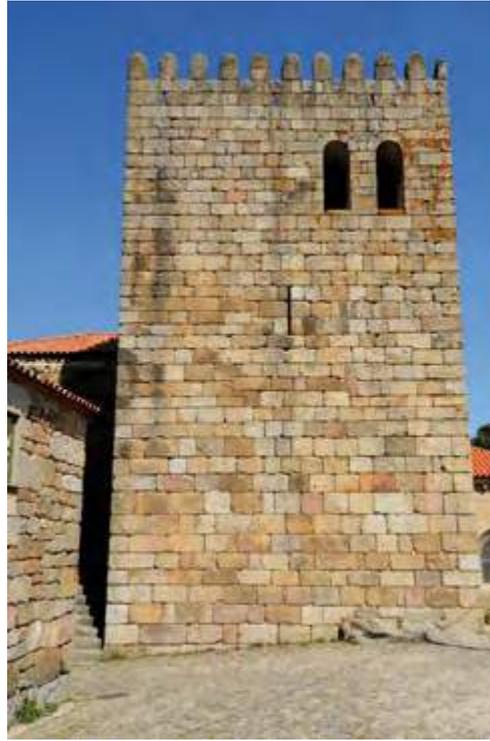


Vista da torre nos inícios do século XX. Fonte: coleção particular de Nuno Resende.

⁴“(…) descobrimos que neste presente ano de 1732 que apesar de tantos, e de várias mudanças, que por eles passaram, foi achada, ou dizendo-o melhor, advertida, uma pedra que se conserva naquele Mosteiro metida nas paredes das Casa da Residência dele, que corre do cruzeiro da Senhora para o pátio, que se chama coberto junto ao primeiro arco deste, na qual se declara em um letreiro antigo, que se lê com dificuldade, ser o dito Mosteiro fundado no ano de 1125 que é o ano de Cristo de 1087, contando-se pelo ano de César, como parece deve contar-se” (Duarte, 2004).



"Conventinho".



Torre.

os múltiplos significados da rica articulação do espaço deste conjunto edificado. Composto por dois pisos, a que se acede por uma porta de verga reta ao nível térreo, esta estrutura é de difícil datação, tendo em conta o carácter vernacular do seu aparelho, algo incerto. A existência de várias cicatrizes mostra que foi sendo alvo de diversas transformações. No entanto, os cachorros quadrangulares e retangulares colocam a sua cronologia algures na Idade Média, embora não permitam estabelecer uma cronologia específica, pelo que acreditamos que esta estrutura seja posterior à edificação românica da Igreja.

Não nos podemos esquecer que na Idade Média portuguesa, e particularmente durante a época românica, a maior parte das dependências conventuais eram edificadas em materiais perecíveis, pelo que não chegaram aos nossos dias. Destas apenas temos conhecimento ou através de referências documentais ou através da comparação com exemplares estrangeiros ou com testemunhos já da época gótica, de que destacamos, entre nós, o exemplo de Santa Maria de Alcobaça. O facto de em Cárquere ainda persistir um conjunto de edificações anexas à Igreja, que poderá ter cumprido funções conventuais durante a época românica, torna este exemplar ainda mais ilustrativo daquilo que pode ter constituído, naquela época, a organização espacial de um pequeno mosteiro rural.

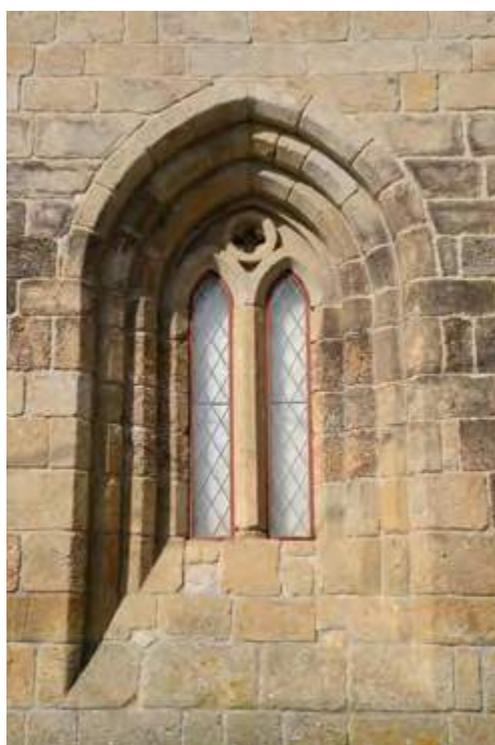
Este corpo está ligado através de um arco àquela que tem vindo a ser designada como “casa do caseiro”. Repare-se, no entanto, na persistência de cicatrizes no seu registo superior, o que acusa um prolongamento para sul daquilo que foi o “conventinho” ou, então, a existência de um passadiço que permitia a ligação entre a estrutura monástica e a dita “casa do caseiro” (Duarte, 1994b: 162).

Todo o conjunto é rematado, no seu ângulo sudeste, pela robusta torre ameada fundada sobre afloramento granítico, de implantação claramente românica. Esta estrutura, de natureza defensiva e senhorial, poderá ter sido edificada na mesma ocasião do conjunto monástico e que alguns autores colocam no último quartel do século XII (Graf, 1986: 86) ou já no XIII (Pinto, 1982: 327). Não nos esqueçamos, no entanto, segundo nos informa Carlos Alberto Ferreira de Almeida, que estas torres isoladas, edificadas junto a edifícios religiosos, são geralmente mais tardias que as igrejas que acompanham. Além disso, mais do que destinadas a alçar sinos, tais estruturas – tal como acontece em Manhente (Barcelos), Travanca ou Freixo de Baixo (Amarante) – assumiram uma clara motivação defensiva, entenda-se, senhorial (Almeida, 1971: 69).

Isolada relativamente ao corpo da Igreja, tal como em Salvador de Travanca, esta torre paralelepípedica foi alvo de uma profunda intervenção no século XX, pelo que a ela voltaremos mais adiante.

A cabeceira desta Igreja poderá ter sido edificada na passagem do século XIII para o século XIV, ainda dentro do estilo gótico, conforme atesta a janela mainelada com pequeno óculo trilobado da parede testeira, apenas visível no exterior, porque interiormente oculta pelo retábulo-mor. Também a estrutura adotada ao nível da abóbada remete-nos para a estética do gótico, cujas nervuras assentam em colunas nos ângulos, sendo fechadas por um florão. Atente-se, ainda, ao amplo vão que, composto por arco quebrado pontuado por pérolas, permite o acesso entre a capela-mor e a atual sacristia. A ele voltaremos mais adiante. Ao nível exterior, os cachorros acusam a mesma cronologia: retangulares, com ornamentação de tendência geométrica, alguns deles são pontuados por pérolas. No entanto, do lado norte, curiosamente, identificamos um

205



Igreja. Fachada oriental. Janela mainelada.



Igreja. Capela-mor.



Igreja. Capela-mor. Arco triunfal e abóbada.

cachorro onde foi esculpida uma figura humana, que se assemelha a um homem barbado sentado com as pernas cruzadas. Mais quadrangular do que os restantes, questionamos se este cachorro não poderá constituir um reaproveitamento de um exemplar da fábrica românica.

O que é mais provável é que esta cabeceira tenha substituído uma outra, anterior e românica. Desta época, apenas resta um trecho, ao nível da atual nave, no paramento do lado da Epístola, conforme acusam três frestas entaipadas, bem visíveis no interior. Assim, o que podemos concluir é que houve um claro reaproveitamento da fábrica românica durante a transformação manuelina do corpo da nave. Refira-se, aliás, que é bastante comum este facto, quer na reutilização de paramentos inteiros, parte deles ou apenas de silhares, e fundações da edificação. As siglas de canteiro na parede sul da Igreja certificam a cronologia da mesma enquanto obra românica, além de que confirmam a boa qualidade da sua fábrica, o que terá justificado que os construtores da época manuelina mantivessem esta estrutura aquando da reedificação ou simples adaptação da nave.

No entanto, ao nível da Igreja, e além da parede do lado da Epístola, ainda prevalecem outros testemunhos, ou reminiscências, da época românica. Falamos do óculo que na fachada principal encima o portal manuelino. Além disso, confirmando um aspeto comum à maior parte das edificações românicas, sobre o arco triunfal uma fresta românica, cujas impostas ostentam um motivo enxaquetado. A arquivolta está inscrita na espessura do próprio muro. Esteticamente, o arco triunfal é claramente gótico, não só devido ao grande diâmetro do seu vão, mas também devido ao facto de as suas três arquivoltas, ainda em volta redonda, mostrarem uma fina linguagem esculpida ao nível dos capitéis onde prevalecem motivos florais e fitomórficos.

É, porém, ao nível da capela tumulária dos Resendes que encontramos os mais significativos trechos românicos deste conjunto.



Igreja. Fachada sul. Nave.



Panteão dos Resendes

De planta retangular e abrindo para o espaço onde em tempos figurou o claustro, a capela funerária dos Resendes guarda no seu interior quatro arcos tumulares em granito, cujas tampas monolíticas configuram coberturas de duas águas. Medindo, cada uma, aproximadamente, dois metros de comprimento, as que se encontram do lado esquerdo da capela estão enquadradas por arcosólio. As tampas ostentam a pedra de armas dos Resendes⁵ e três inscrições identificam os sepultados: Vasco Martins de Resende (I), neto de Martim Afonso; o seu filho Gil Vaz de Resende; e o descendente de ambos, Vasco Martins de Resende (II).



Panteão dos Resendes.

O primeiro Vasco, documentado na primeira metade do século XIV, foi um conhecido trovador, amigo e apoiante do partido de Afonso Sanches, bastardo de D. Dinis. O segundo com o mesmo nome, provavelmente neto do trovador, exerceu o cargo de regedor na província de Entre-Douro-e-Minho, durante o reinado de D. Afonso V (1438-1481). Com este terminou a linhagem dos Resendes que desde Egas Moniz (c. 1080-1146) governou a honra ou beetria, cuja cabeça espiritual estava em São Salvador⁶. A mulher de Vasco Martins de Resende (II), D. Maria de Castro, levou consigo (depois de enviuar) a tutela da referida honra, que transmitiu, pelo segundo matrimónio, aos Castros. Estes, a partir do século XVIII, conservaram-se como senhores de Resende, depois assim titulados como memória da jurisdição que haviam tomado por via indireta.

⁵ De ouro, duas cabras passantes de negro, uma sobre a outra, revestidas com gotas do mesmo metal.

⁶ A igreja de São Salvador de Resende (a designação São Salvador ainda é utilizada), cuja fábrica românica foi profundamente adulterada, constituiu, na Idade Moderna, panteão para os Castros, sucessores dos Resendes.

Durante o período de maior influência dos Resendes, ao longo dos séculos XIII e XIV, esta linhagem exerceu a sua preponderância numa extensa região entre Lamego e o Paiva, onde os seus elementos tinham interesses materiais e religiosos, nomeadamente a partir de Cárquere e Tarouquela (Cinfães), onde Aldonça Martins de Resende, filha de Martim Afonso de Resende e Constança Rodrigues de Meira, governou no espiritual e temporal durante cerca de sessenta anos (Sottomayor-Pizarro, 1997: 303-304)⁷. O afastamento da corte e a diluição do apelido por via feminina enfraqueceu o prestígio da linhagem cuja memória acabou por resistir, apenas, em linhas secundárias.

A Cárquere e nomeadamente ao espaço enquanto panteão linhagístico se refere Eça de Queiroz no seu romance *A ilustre casa de Ramires*. Descrevendo, ainda que em traços largos e adulterados, o espaço monástico, o escritor oitocentista traduziu em algumas palavras o cenário que bem pode ter encontrado quando viajou pelo Douro ou colheu na documentação familiar da sua mulher, legítima descendente e administradora do património herdado por D. Maria de Castro:

“E então também o tomou a curiosidade de visitar esse claustro, onde não entrara desde pequeno – quando ainda a Torre conservava as suas carruagens montadas e a romântica miss Rhodes escolhia sempre o passeio de Craquede, para as tardes pensativas de outono. Puxou a égua, transpôs o portal, atravessou o espaço descoberto que fora a nave – atulhado de caliça, de cacos, de pedras despegadas da abóboda e afogadas nas ervas bravas. E pela brecha dum muro a que ainda se amparava um pedaço de altar – penetrou na silenciosa crasta afonsina. Só dela restam duas arcadas em ângulo, atarracadas sobre rudes pilares, lajeadas de poderosas lajes puídas, que nessa manhã o sacristão cuidadosamente varrerá. E contra o muro, onde rijas nervuras desenhavam outros arcos, avultam os sete imensos túmulos dos antiquíssimos Ramires, denegridos, lisos, sem um lavor, como toscas arcas de granito, alguns pesadamente encravados no lajedo, outros pousando sobre bolas que os séculos lascaram” (Queiroz, 1900: 229-230).

Aparentemente, a estrutura desta capela é bem simples. No entanto, é nela que encontramos o mais significativo testemunho arquitetónico que a época românica legou em Cárquere: a fresta da parede testeira. Formada por duas arquivoltas de volta perfeita, esta fresta surge ornamentada tanto interior como exteriormente.

No interior prevalece uma linguagem geométrica, relevada em ambas as arquivoltas, o motivo do ziguezague na arquivolta interior, enquanto na exterior identificamos um motivo cordiforme encadeado. No entanto, diante de uma atenta observação, é possível verificar que as aduelas desta arquivolta não encontram uma plena ligação entre si ao nível dos motivos representados o que nos leva a crer que, por alguma razão, esta fresta poderá ter sido reaproveitada, provindo de um outro local do edifício. Tal facto poderá fazer sentido se tivermos presente a cronologia atribuída às arcas tumulares que o panteão encerra e ao facto de se pensar que a capela poderá ter sido construída, já no século XV, por Vasco Martins de Resende, conforme informação contida no seu testamento datado de 1433 (Duarte, 1994a: 178).

⁷ A este respeito ver Igreja de Tarouquela, Cinfães.



Panteão dos Resendes. Fachada oriental.
Vista interior da fresta.



Panteão dos Resendes. Fachada oriental.
Vista exterior da fresta.

No seu exterior afirmam-se os motivos de sabor geométrico na arquivolta externa da fresta, enquanto na interior se destacam, em cada uma das suas aduelas, animais uniafrontados, feitos com pouca modelação e carregados de grafismos. Estamos diante do tema das chamadas *beak-heads*, de importação anglo-saxónica e que, segundo Manuel Real, alcançou uma larga difusão entre nós, fruto da ação beneditina disseminada através de São Pedro de Rates (Póvoa de Varzim) (Real, 1982: 59-60). Apresentando uma clara familiaridade com as figuras representadas no arco triunfal de Tarouquela, no portal da torre de Travanca e numa aduela avulsa no claustro de Paço de Sousa (Penafiel), Gerhard N. Graf diz que, no concernente a Cárquere, estamos diante “des sortes de chats munis, en dessous de leur tête, d’une protubérance indéfinissable, semblable à une barbe” (Graf, 1986: 86).

Estas arquivoltas apoiam-se sobre os capitéis onde estão esculpidas, num lado, aves com seus pescoços contorcidos, e, no outro, uma ave de asas abertas e cuja cabeça se encontra na esquina do capitel. Sob esta fresta corre um excerto de friso onde sobressaem motivos entrelaçados. Se tivermos em conta a qualidade deste conjunto podemos suspeitar da magnitude e da qualidade artística que terá tido a Igreja românica deste Mosteiro. Tal opinião é partilhada também pelo autor acima referido, na medida em que afirma que esta fresta é um bom testemunho de como foi possível em Portugal executar obras de arte que ultrapassam as normas habituais em termos estilísticos e técnicos, apesar do clima de instabilidade vivido devido ao ambiente de Reconquista e de reorganização do território (Graf, 1986: 86).



Virgem “a Branca”

Dentro do período gótico, que assinala o canto de cisne da presença dos cónegos regentes em Cárquere, encontra-se a Virgem com o menino, dita “a Branca”. Trata-se de um dos melhores exemplares saído do trabalho da oficina de mestre Pêro de Coimbra ou de hábil artífice na sua órbita. Este belíssimo trabalho escultórico destaca-se pela acentuada verticalidade das suas formas, manifestada na alva túnica da Virgem (que lhe deu o nome popular) e, sobretudo, no tratamento das mãos, que exibem dedos esguios e compridos.

A Virgem encontra-se em pé, segurando com a mão direita um nó da sua túnica e com a esquerda o Menino Jesus sentado. O seu olhar quase a direito reveste a sua postura de um formalismo ainda arrancado à alta medievalidade, que contrasta com o naturalismo presente no tratamento da sua face e na do seu filho. Enverga uma coroa aberta e uma mantilha. Sobre a túnica, usa uma capa atada ao peito por uma pregadeira, cujo desenho é semelhante aos adornos de outras virgens saídas da oficina de mestre Pêro⁸.

Apoiado no braço e na mão de sua Mãe, o Menino brinca com a fita que afivela a túnica pouco abaixo do busto da Virgem. Parece olhar o céu, sendo representado envergando uma túnica também alva, onde sobressai o pregueado e o abotoado das mangas – notável trabalho de pormenor.

Embora a escultura apresente alguma policromia e douramento, assim como bom tratamento da carnação, é a alvura das vestes, quer da Virgem quer do seu filho, que chama a atenção do observador e dos fiéis. Estes, sobretudo as mulheres, não tardaram em apelidá-la de Virgem Branca, invocando-a a favor do bom aleitamento, que procuravam com recurso ao pó extraído de raspagens na imagem⁹. Esta utilização terapêutica de materiais extraídos das esculturas foi algo comum e prende-se com a qualidade de sagrado que as comunidades imputavam a certas imagens, tomadas como portadoras de capacidades benéficas, iguais ou superiores às relíquias.

A Igreja de Cárquere é, por excelência, um santuário mariano, que recebeu influências espirituais de agostinianos e jesuítas, ambos profundamente ligados à Virgem e ambos proselitistas na veiculação dos seus cultos, antes e depois da contrarreforma. É na esfera de influência dos primeiros, cuja casa-mãe se situava em Coimbra, que devemos compreender a presença da escultura gótica da alva Virgem em Cárquere.



Nave. Altar colateral do lado do Evangelho. Escultura. Virgem a Branca.

⁸ Ver MUSEU NACIONAL DE ARTE ANTIGA – *Virgem com o Menino*. Inventário 1087, atribuída a mestre Pêro, 2.º quartel do século XIV.

⁹ Esta tradição é relatada, em 1758, pelo pároco de Cárquere (BORGES, Georges Botelho - [Memória Paroquial de] Cárquere [Manuscrito]. 1758. Acessível em ANTT, Lisboa. PT/TT/MPRQ/9/142). Outras tradições relacionadas com o parto e a criação (que se entrelaçam com a tradição maior da cura do infante) remetem-nos para a ideia de santuário hagio e hieroterapêutico.

TRANSFORMAÇÕES MANUELINAS

A Igreja do Mosteiro de Santa Maria de Cárquere recebeu profundas transformações na senda da estética manuelina que, a partir de inícios do século XVI, conheceu um grande acolhimento entre nós. Sendo o manuelino um estilo decorativo, cuja origem se encontra na evolução do gótico flamejante e nas particulares condições económicas, sociais e culturais do Portugal da época, é bem compreensível a aceitação e disseminação que este alcançou entre nós. A adoção da linguagem dita manuelina num qualquer edifício surge também enquanto elemento prestigiante.

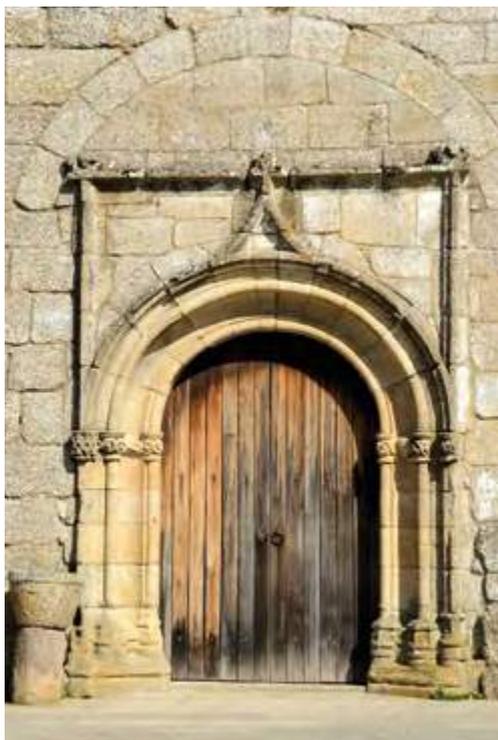
É neste sentido que devemos entender a atualização de gosto que se fez sentir na Igreja crúzia de Santa Maria de Cárquere, tanto mais que sabemos que, no século XIV, este Mosteiro constituía a única casa dos cónegos regrantes de Santo Agostinho no bispado de Lamego. Tal facto não deve ser estranhado se tivermos presente a profunda transformação a que foi sujeita entre 1507-1515 a casa-mãe dos crúzios na cidade do Mondego. É, pois, natural que uma casa monástica, e as dela diretamente dependentes, também seguisse o mesmo princípio de atualização estética do seu edifício, adotando um novo gosto e uma nova moda. Naturalmente que, na apreciação da introdução da estética manuelina em Cárquere, temos de ter presente o seu carácter eremítico e periférico, pelo que as soluções aqui adotadas são já bem mais regionalizadas.

Assim, no trajeto da arte praticada ao tempo de D. Manuel I (r. 1495-1521) nos grandes centros artísticos, próximos da afirmação do poder régio, vamos ver ser criada uma série de artistas que se espalharão um pouco por todo o país, levando consigo a nova linguagem e o novo *modus fazendi*, numa época de grande fulgor arquitetónico.

Em Cárquere, o novo portal principal enquadra-se perfeitamente dentro da nova estética, como confirma o alfiz de bandeiras lisas que envolve o arco conopial, rematado por cruz. Dentro deste, três elegantes arquivoltas de volta perfeita ostentam capitéis, cujo fino talhe mostra motivos encordoados, tema muito comum à arte manuelina. Atente-se, no entanto, na cicatriz que ainda permanece sobre este portal manuelino e que nos mostra qual terá sido a dimensão do primitivo portal românico.

Também o portal da fachada norte foi arranjado nesta época, mais certamente em inícios do século XVI. Aqui, um arco polilobado e infletido anima o conjunto. Mísulas com elegantes folhagens relevadas dizem-nos ter existido nesta fachada uma estrutura alpendrada, a meia altura das amplas frestas que iluminam o interior da nave, além de uma pequena estrutura que abrigaria apenas o portal. Repare-se que a fresta do centro está encimada por uma esfera armilar. A cornija está decorada com motivos vegetalistas relevados.

Embora seja certa, e evidente, a transformação dos portais desta Igreja duriense, o mesmo não poderemos dizer relativamente à nave. Conforme poderão atestar os vãos de iluminação do lado norte, o que é certo é que até que apareça qualquer prova documental que o ateste, não podemos dizer com certeza se esta foi simplesmente reedificada ou apenas transformada neste século XVI, aproveitando uma grande parte da fábrica românica como já referimos. O facto de se ter mantido na estrutura da Igreja as frestas românicas do lado sul, embora entaipadas, porque a esta parede se adossa a estrutura do “conventinho”, pode em parte justificar esta nossa tese.



Igreja. Fachada ocidental. Portal.



Igreja. Fachada norte. Nave. Portal.



Igreja. Fachada norte.



Igreja. Paredes do arco triunfal e da nave (atrás dos altares colaterais). Pintura mural. Santo António e Santa Luzia.

Desta época data também a campanha de pintura mural, cujos testemunhos da parede tes-teira da nave, do lado do Evangelho e da Epístola, hoje ocultos pelos retábulos colaterais, foram estudados por Luís Urbano Afonso (2009: 180-184), cuja leitura seguiremos.

Do lado da Epístola, um retábulo de correr, oculta uma representação de *Santo António* (identificado por uma cruz de madeira de haste longa e pelo livro fechado sobre o qual está o Menino miniatural) e de *Santa Luzia*, representada ao modo de cortesã (acompanhada da palma do martírio e do prato com um par de olhos). Partilhando um mesmo espaço, estas figuras têm como fundo um esboço paisagístico pouco definido.

Apesar de fragmentadas, Luís Urbano Afonso identificou, no lado do Evangelho, um conjunto de quatro (?) *anjos* esvoaçantes em torno de um pano de armar, negro ou azul-escuro. Segundo este autor, e tendo em conta a disposição dos elementos remanescentes, é possível que este conjunto envolvesse a presença de uma imagem do orago do altar que aqui existiria ou sob a forma de estátua ou mesmo de pintura de cavalete, criando-se assim, através da composição de pintura mural, um cenário ativo para a mesma, tanto mais que este autor é da opinião de que os anjos parecem sustentar (ou depositar) um baldaquino dourado. Embora não se saiba qual a figura do orago, esta não pertenceria à Sagrada Família, pois os anjos seguram nas mãos palmas de martírio.

Também na parede norte da nave, junto à parede do arco triunfal, existem ainda alguns vestígios de pintura decorativa, onde se identificam diversos ornatos vegetalistas pintados de branco e a representação de um homem selvagem, tema que Luís Urbano Afonso considera ser pouco comum na pintura portuguesa.

Sabendo que, em 1541, este Mosteiro de Santa Maria de Cárquere foi entregue por D. João III (1521-1557) à Companhia de Jesus, na opinião do mesmo autor, é bem possível que esta campanha de pintura mural tenha sido realizada já sob o patrocínio da nova ordem, pelo que a sua cronologia estará posicionada algures entre 1545 e 1560.



Igreja. Arco triunfal. Pintura mural e altares colaterais.

O MONUMENTO NA ÉPOCA MODERNA

No final da Idade Média, Cárquere constituía um importante polo cultural e económico na região de Montemuro. É notável a atividade enfitética do Mosteiro ao longo do século XV, com aquisições e renovações de prazos, coleta de impostos e demandas que lembram a importância estratégica de certos bens mobiliários ou direitos adquiridos durante a medievalidade. Embora o património de Cárquere se aglutinasse nas proximidades da casa, repartindo-se entre lugares, casais, quintas, póvoas, vinhas, pesqueiras e quebradas nas freguesias vizinhas de Resende e Cinfães, São Martinho de Mouros, São Romão, Freigil, Felgueiras, Feirão, Panchorra, Ramires, Ferreiros de Tendais, Oliveira do Douro e Cinfães, os seus priores administravam propriedades e outros direitos (como o do padroado) numa vasta região entre o Douro e as Beiras. Tinham interesses em Alvarenga, Mões, Caria, Quintela da Lapa, Vila da Rua, Beselga, Penela da Beira, entre outros. É, pois, natural que tão abastado pecúlio, a que se deve juntar o papel de santuário ligado à monarquia, suscitasse a cobiça de homens e instituições, como se pode inferir pela disputa que o envolveu nos primeiros decénios do século XVI.

216

A independência de Cárquere, conseguida pela bula de Nicolau III (p. 1277-1280), de 1279 (que submetia os seus eclesiásticos a Roma, Itália), foi perdida em 1511 com a morte do prior Diogo Coelho, que originou a entrega do Mosteiro ao comendatário Francisco Suzarte. Já no século XIII, o estatuto de Cárquere sobressaía entre o das igrejas taxadas para sustentar a Cruzada de D. Dinis, pagando então a elevada soma de 900 libras (Almeida e Peres, 1971).

É, contudo, a partir de 1541, que se inaugura um novo período de submissão e conseqüente morte do espaço monástico. Neste ano, D. João III entrega a administração de Cárquere ao introdutor da Companhia de Jesus em Portugal, o padre e mestre Simão Rodrigues (1510-1579). À nova ordem, marcadamente urbana, não interessava o solitário e longínquo lugarejo de Cárquere, tendo mestre Simão trocado este pelo mosteiro de Santo Antão o Velho, junto ao castelo de São Jorge, em Lisboa, de que era comendatário o bispo de Ressonã, D. Ambrósio Pereira. Parece que a casa de Santo Antão seria “de pouco proveito” para D. Ambrósio, ao passo que para os jesuítas seria “de grande comodidade por ter Igreja feita, & casas bastantes”, como narra a crónica da Companhia de Jesus em Portugal (Teles, 1645: 80). O bispo tratou de mudar-se para o Mosteiro de Cárquere, reformando-o no espiritual e temporal, juntamente com D. António Nogueira, cónego de Santa Cruz de Coimbra. Contudo, por morte deste último, os jesuítas, a quem não interessava o bucolismo do local, mas importava assegurar os réditos de Cárquere, enviadaram esforços junto do cardeal D. Henrique no sentido de se apossarem da sua administração. No ano de 1554, abate-se sobre o Mosteiro e os seus inquilinos uma severa e oportuna devassa que apressou a queda do espaço enquanto reduto espiritual.

Naquele ano, chega a Cárquere o franciscano Francisco Quaresma. Na qualidade de visitante, enceta uma verdadeira perseguição aos priores e cónegos do Mosteiro. As denúncias não partem apenas de testemunhas externas, populares e oficiais da região, mas também dos próprios eclesiásticos, o que denota fortes dissensões e talvez sinais de avidez e cobiça. A devassa

revelou então um panorama confrangedor para uma Igreja em plena reforma: mancebia, nepotismo, abuso de poder e má gestão. O principal visado era Melchior Sequeira, prior castreiro, mas praticamente todos os clérigos foram envolvidos na acusação. Um dos testemunhos, o de João Gonçalves, freguês, revela-se particularmente expressivo:

“(…) E notorio que todos os conegos deste moesteiro des o maior atee o mais moço são amancebados E tem filhos e filhas E andam de noite E são muito dissolutos e desonestos e seu viver E parecem mais rapases que frades E que são muito poderosos, E por serem taes e parentes, huns dos outros são muito ousados e fazem muitas disensoes e insultos de que ha autos e devasas E desonrrão muitas molheres filhas domens/ honrrados que estão pera honrra e casamento o que fazem cada dia E sem embargo disso he forçado os pais dellas calarse e sofrer seu improperio e desonrra com medo de lhe fazerem outra peor por que os ditos cone/gos são todos Irmãos tios sobrinhos huns dos outros E toda a terra he sua assi no spiritual como no temporal principal mente Melchior de Sequeira priol crasteiro depois que se faleceo uma manceba que tinha a muitos annos a qual avera oito ou nove meses que se faleceo desonrrou duas moças de muito boa fama freiguesas deste moesteiro filhas domens pobres e duma dellas tem ja hua minina sem que por isso aja quem lho contradiga (...)”¹⁰

217

Esta visitação não foi conclusiva. Determinou, porém, o afastamento de D. Ambrósio, que ingressou no mosteiro de Grijó (Vila Nova de Gaia) e foi substituído pelo crúzio António Nogueira, o qual, pouco antes de falecer, em 1560, procedeu a nova investigação e respetivo inquérito. Os acusados, Melchior de Sequeira, António de Almeida e Francisco Marques, recusaram comparecer ante o tribunal, tendo fugido à justiça eclesiástica. Não escaparam, contudo, às condenações que à revelia lhes foram impostas: suspensão de ordens e canonicatos (Assumpção, 1983: 200-2001).

Em 1562, Cárquere passa definitivamente para as mãos da Companhia de Jesus, deixando de ser espaço monástico – facto confirmado pela bula de Gregório XIII (1572-1585), em 1578, com a dissolução das obrigações claustrais e a confirmação da transferência das rendas das mesas prioral e conventual para o Colégio jesuíta de Coimbra (Dias, 1976). Os colegiais criaram uma vigararia e proveram nela um secular, Baltasar Botelho, o qual tendo morrido em 1600, deu origem a um litígio¹¹.

Sobre esta tumultuosa época são poucas as descrições ou testemunhos documentados de obras na estrutura eclesial e monástica. Se é possível que as campanhas pictóricas na nave sejam do mesmo período da agitada época de mudança do domínio, certo é que a fábrica manuelina corresponde, ainda, à administração crúzia e mesmo ao período de D. Ambrósio (1554-1559)¹². É entre 1561 e 1576 que se inicia a lenta agonia do complexo, a partir de então entregue a dois clérigos, simples administradores e representantes do Colégio conimbricense. Adaptado a funções de hospício, o “conventinho” torna-se habitação para os cónegos que de Coimbra vinham

¹⁰ AUC – *Secção Universitária, Renda de Cárquere*. Estante 17, tabela 4, n.º 27, fl. 8. Ainda que com os preconceitos do autor e da época, esta visitação foi exposta por Assumpção (1893).

¹¹ Como tudo consta de uma exposição do século XVII. AUC – Estante 17, tabela 2, n.º 36, fólhos avulsos.

¹² Dias (1976: 63) atribuiu ao priorado de D. Ambrósio “grandes obras de restauro”, que não especifica, porém.

administrar a Igreja e os seus domínios; o claustro arruína-se e com ele o panteão dos Resendes, que os Castros deviam menosprezar em função da memória da sua linhagem.

Os jesuítas, cientes da importância económica do velho cenóbio, não só reabilitaram em termos devocionais o espaço, agora adaptado a novas funções, como promoveram uma administração do património fundiário que lhe estava associado, acrescentando-lhe mais-valias, nomeadamente os dízimos das igrejas de Alvarenga (Arouca) e Lumiares (Armamar). De Cárquere, os padres jesuítas construíram o projeto espiritual e económico da Lapa (Sernancelhe), considerado, até ao século XX, como um dos mais importantes santuários marianos de Portugal¹³.

Os séculos XVII e XVIII são mais expressivos em termos de obras, nomeadamente ao nível das estruturas retabulares. A sua execução prolonga-se ao longo do século XVIII, como atestam os documentos e os estilos, com predominância para a linguagem nacional¹⁴. Segundo um relatório posterior à expulsão dos jesuítas (1759), estes dispunham da quantia anual de 14 mil réis para a fábrica da capela maior e do corpo da Igreja¹⁵, cera para o sepulcro da Semana Santa, sermões, côngrua dos párocos, ordenados do coadjutor e sacristão, entre outras ofertas destinadas a missas, lâmpada do Santíssimo Sacramento e altar de Nossa Senhora¹⁶. Embora permaneça e prevaleça entre todas as devoções o culto mariano, representado pelas invocações de Cárquere e da Branca, a Companhia de Jesus não tardou em substituir as devoções crúzias pelas imagens dos grandes da sua ordem: Santo Inácio e São Francisco Xavier, apostos em mísulas no retábulo maior.



Santuário de Nossa Senhora da Lapa (Sernancelhe). Fonte: arquivo IHRU.



Vista geral do interior a partir da nave.

13 A este respeito ver Costa (2000).

14 São nacionais os altares-maior, da epístola e o de São Sebastião, atualmente exposto na sacristia. Em 1705, o mestre Luís Vieira da Cruz contratou com o procurador-geral da Companhia de Jesus a obra dos retábulos colaterais da Igreja de Cárquere (Queirós, 2006: 144, 305).

15 Estava excluído da dotação o altar "lado esquerdo dentro da Capella mor [...] pois pertence a Jacinto de Magalhaens da Cidade de Braga (...)". Sobre a questão da fábrica havia escritura entre o Colégio e o bispo de Lamego, datada de 16 de setembro de 1675 (AUC – Estante 17, tabela 2, n.º 36, fólios avulsos).

16 O documento não está datado, mas encontra-se entre outros, avulsos, de cerca de 1800 (AUC, idem, ibid.).

Mas a obra maior da Companhia de Jesus foi reabilitar Cárquere como um importante santuário. Marca da sua intervenção terá sido a promoção dos cultos marianos e cristológicos, efetivada a partir da missionação que certamente partiria daquela casa, o mais importante núcleo jesuíta na região do Douro. No primeiro caso, não podemos deixar de supor que se lhes deva um aproveitamento do milagre afonsino, ligado aos mitos fundacionais, no período posterior a 1640. Por outro lado, pode imputar-se-lhes a reabilitação das grandiosas festividades de maio, ligadas à Semana Santa – celebrações que ainda nos séculos XIX e XX se destacavam na região. A Cárquere afluía um número considerável de procissões provenientes de várias freguesias de Montemuro e de outras excêntricas à região. Ao longo de oitocentos ainda os fiéis encomendavam o corpo e a alma à Virgem de Cárquere, como testemunham algumas pinturas votivas preservadas num museu de Lisboa (Chaves, 1970: 73-98)¹⁷.

Com o sequestro dos bens (19 de janeiro) e a extinção da Companhia de Jesus em Portugal (3 de setembro de 1759), por decreto político do Marquês de Pombal, a Igreja e o património que soçobrara do complexo monástico transitaram para a Universidade de Coimbra que assim passou a prover à sua administração. Fê-lo criteriosamente como consta do extenso conjunto de documentação subsistente. Na órbita da burocracia universitária, salienta-se a preocupação com a gestão do património móvel e imóvel, como se infere do pedido que a Real Junta da Universidade levou à presença do pároco de Cárquere, em 1798. Na resposta que este redigiu consta um minucioso inventário do mobiliário, alfaias e paramentos, assim como dos rendimentos, despesas e alguns elementos estatísticos referentes à freguesia, que o reitor Manuel Botelho Guedes dizia ser terra de “remediados, pobres e miseráveis”¹⁸. Deste inventário podemos colher algumas notas sobre o valor artístico do recheio da Igreja em finais do século XVIII, mormente o estado de conservação do património, na sua maioria gasto e a precisar de paliativos.

Destacava-se, então, o conjunto de paramentos brancos, roxos, vermelhos e pretos guardados nos caixões da sacristia. Tinham estado a uso desde os jesuítas e encontravam-se, em 1798, velhos e rotos. Juntavam-se-lhes, em estado semelhante, os panos de púlpito “incapazes de aparecerem em publico”, cortinas para os altares destinados à ornamentação no Sábado da Paixão¹⁹, algumas salvas, amitos e bolsas de corporais e toalhas. Dentro da categoria dos têxteis existia, ainda, um “sodairo” (representação de Sudário) comprado por 12 mil réis à custa da fábrica.

A nível de mobiliário, o reitor assinala o já referido caixão para os paramentos, um armário para castiçais e galhetas, banquetas, seis tocheiros, doze bancos (oito pertencentes ao corpo da Igreja e três ao coro, estes despedaçados), duas estantes, doze varas de pálio e duas cadeiras.

À parte um cálice “muito antigo”, o conjunto das alfaias parecia constar de peças recentes, algumas delas compradas ou remendadas já à custa da Real Fazenda da Universidade. O reitor inventaria duas píxides de prata, uma custódia do mesmo material, um turíbulo, quatro cálices, uma caldeirinha de estanho (com o respetivo hissope), um vaso de lavatório e dois pares de galhetas (velhas, em estanho). Acrescentava a este espólio uma cruz processional de prata “chamada do Povo”. A Virgem de Cárquere possuía uma “coroa de prata com suas pedras pre-



Igreja. Capela-mor. Retábulo-mor.

17 Conservam-se três pinturas alusivas a milagres da Virgem de Cárquere.

18 A freguesia tinha, então, 248 fogos, 755 pessoas de maior idade e 79 menores (AUC, idem, ibid.).

19 AUC, idem, ibid.

fumada de ouro antiquíssima” e a do Menino Jesus outra, também em prata, mais pequena. Sobre as esculturas de Santo Inácio e de São Francisco Xavier rebrilhavam dois resplendores, provavelmente (o reitor não o refere) do mesmo material.

Do tesouro constava um conjunto de relíquias com o Santo Lenho “autentico, em hum quaixão coberto de velludo, e nos quatro Cantos suas chapas de pratta”. Tratava-se de obra mandada reformar e ofertar pelo desembargador João Ferreira²⁰.

Em termos de imaginária, destacam-se, para além das já referidas esculturas de São Francisco Xavier e de Santo Inácio de Loiola, os dois Santos Cristos – um no altar colateral (de muita veneração) e outro na sacristia, “indecente”. O estado deste devia-se, em parte, ao local onde estava exposto: a sacristia, lugar que por “estar por baixo de huma Salla de D. Joanna Theodora de onde estão cahindo immundicies de continuo sobre os Saçerdotes e paramentos”, sofria as agruras da incúria. Esta situação decorria do estatuto em que a Igreja e as casas anexas haviam caído após o confisco dos bens jesuíticos²¹.

Efetivamente, depois da expulsão de 1759, a Igreja de Cárquere permaneceu como paróquia, mas as estruturas do antigo convento, residência dos padres e demais anexos foram vendidos a um particular, o abade de Lazarim, que, segundo o relato dos visitantes, tratara de apossar-se do monumento, tratando a Igreja como sua (chegara a reivindicar o padroado) e executando nela atos menos dignos devidos a um local sagrado. As visitas que se sucedem ao longo da segunda metade do século XVIII invetivam contra o abade, que prosseguia nos abusos e, depois dele, a sua filha, Joana Teodora da Costa, a que alude o inventário de 1798. Devem remontar a esta época algumas obras de entaipamento, como a da porta que permitia aceder diretamente da antiga residência dos padres ao corpo da Igreja²².

De resto, e como já referimos, mesmo antes do esvaziamento do complexo pelos frades cruzios, já as zonas residenciais e o claustro ameaçavam ruína, estado que piorou ao longo dos séculos seguintes. Entre 1775 e 1797 são várias as queixas e admoestações dos visitantes, inclusive dos bispos de Lamego, D. Manuel de Vasconcelos Pereira e D. João Binet Pincio, que pessoalmente acorreram a Cárquere. Cremos que nem todas as advertências foram cumpridas, porém devemos registar alguns reparos.

20 Embora o reitor o não esclareça, deve tratar-se do desembargador João Ferreira Ribeiro de Lemos, irmão do bispo de Lamego, D. Manuel de Vasconcelos Pereira. Aquele era casado com D. Joaquina Doroteia de Melo Malheiro, representante do morgadio de Velude e proprietária da casa do Enxertado, à vista de Cárquere. Velude é uma pequena povoação da freguesia de Cinfães onde, no século XIV, o instituidor do morgadio (Vasco Esteves de Matos) tinha o seu solar.

21 Este inventário surge na sequência do pedido exarado pelo Doutor José Monteiro da Rocha, vice-reitor da Universidade de Coimbra e presidente da Junta da Fazenda da mesma instituição, datado de 31 de janeiro de 1798 (AUC, idem, ibid.).

22 Já em 1783 se informava: “ficou a dita Parrochial Igreja sujeita a triste cuituação de se julgar Como cappela de huma Caza particular, e alem deste e outros muitos incomodos, bem como demandas tal foi a que travou o supra ditto Abbade [de Lazarim] com sua Excelencia Bispo de Lamego sobre a tapage do aleçapam que das mesmas Cazas descia para o Coro da Igreja rodando por quaze todos os lados, com as suas Cazas a Igreja e Sua Torre, nam havendo em seu circuito mais que fazendas do passal opremindo deste modo a Rezidência dos Parochos querendo enfim the arrogar a si o direito do Padroado intentando, como na verdade intentou excluir delle por huma demanda a mesma Universidade ficando sobre tudo a Igreja sem a Caza da fabrica denominada de Lamoza de que, o Comprador se apesouu, e a Sacristia pella Cuituação das Cazas de baixo de huma Salla exposta a muitas indecencias pellos muitos Arroidos que ali se fazem vertendo agoas, transportando outros moveis, cantando quando ali assistem a Compradores, ou seus herdeiros Chegando algumas vezes a mandar fazer a Cosinha na mesma Salla superior a Sacristia (...)”, requerimento de 10-5-1786 (AUC, idem, ibid.).



Igreja. Fachada ocidental antes das intervenções da DGEMN (1949).
Fonte: arquivo IHRU.

Em 1775, D. Manuel de Vasconcelos Pereira alerta, através do seu escrivão, para a necessidade de consertar a abóbada da capela-mor, o pavimento da Igreja, coro e claustros. Faltavam vidraças e insistia-se na mudança da sacristia, sujeita à falta de civilidade dos proprietários da câmara sobre o espaço. Eram ainda necessárias três alvas, remendar paramentos, comprar galhetas e uma campainha²³.

Em 1782 dá-se relação do que foi gasto na reparação do chão da Igreja, onde foram assentadas 34 sepulturas de maiores e 12 de menores. Puseram-se os degraus para a capela-mor, lajeou-se a mesma e despendeu-se certa quantia nos degraus dos altares colaterais. Colocaram-se grades nas três frestas da capela maior e corpo da Igreja (e vidros nas mesmas). Foram arranjadas as portas do claustro e da torre da Igreja com fechaduras novas e armados os telhados com madeira e telha. A tudo juntou-se a ferragem do sino. Quatro anos depois, em 1786, pedia-se a reforma da píxide, um véu de seda e a reparação do turíbulo, da naveta e da cruz do povo. Faltavam paramentos pretos para as funções da Semana Santa, duas alvas e uma cadeira paroquial²⁴.

A 21 de abril de 1788, o juiz do povo, António Loureiro Dias, mandou comprar “hua nova banquetta de castiçais de estanho para o altar mor” e, apenas dois anos depois, o bispo de Lamego, em nova visitação, ordenava a substituição de uma píxide (ainda a de 1786?) cujo estado era “mais indecente do que podia dizerçe”²⁵.

Em 1794, D. João Binet pedia uma custódia nova e mandava aumentar a cômputa do pároco em 20 alqueires de trigo, 40 de milho e 20 almudes de vinho.

Porém, apenas em 1797 se levaram a cabo obras de fundo na estrutura do edifício eclesial e anexos. Nesse ano, a 4 de setembro, foram arrematadas obras no valor de 200 mil réis para consertar a porta travessa da Igreja; telhar, armar, travejar, soalhar e reedificar a escada da torre; caiar a Igreja por dentro e rebocar o claustro; armar a galilé e “lançar-lhe huma linha”; soalhar as casas da residência e fazer, numa delas, dois novos quartos, abrindo uma porta na “loge”. A tudo comprometeram-se os artistas Joaquim José, do Enxertado, e José Pinto de Figueiredo, de Paços²⁶.

Por volta de 1805 caiu “huma parte dos claustros aonde se chama a Caza do Cabido que foi dos Conigos Regrantes, e os Prelados deste Bispado tem Capitullado”. Para este local mudou-se, finalmente, a sacristia, transferido o património móvel em risco do espaço ameaçado pela família do abade de Lazarim, como consta de um requerimento do reitor Manuel Botelho Guedes, que reclamava, ainda, o auxílio financeiro necessário a assegurar os ofícios e a reparação do sino, ou a compra de novo, para substituição do que se quebrara.

23 AUC, idem, ibid.

24 AUC, idem, ibid.

25 AUC, idem, ibid.

26 AUC, idem, ibid.

AS INTERVENÇÕES NO MONUMENTO (SÉCULOS XIX E XX)

O século XIX, século romântico por excelência, vai caracterizar-se pela paulatina afirmação de toda uma cultura em torno dos monumentos, dos quais se exalta o seu valor histórico, valor esse que se torna premente salvaguardar para justificar a origem da Nação para as gerações vindouras. Como espelho do ambiente internacional que se ia desenvolvendo, também no Portugal de oitocentos, embora mais tardiamente, vimos despertar não só um interesse pelos “documentos” da Nação, mas também um sentimento de responsabilidade pela sua salvaguarda, mediante apelos que nos surgem tanto através da literatura, como através da imprensa²⁷.

Apoiando-se no estádio particular que foi o da formação das nacionalidades, o século XIX, ao identificar os monumentos seus coetâneos, enquanto criação humana que são, vai simultaneamente atribuir-lhes um valor de memoração, enquanto “documentos” que testemunham esse mesmo passado. Recorde-se aqui a origem etimológica da palavra monumento, originária do latim *monumentum*, que por sua vez deriva de *monere* (advertir, recordar), interpelando à memória (Choay, 2000: 16).

222

Citando Lúcia Rosas (1995: 90), “o prestígio da arquitetura “antiga” é um fenómeno de sempre”. É, pois, neste sentido que devemos compreender as poucas intervenções que entre 1806 e 1832 foram realizadas nesta Igreja que a historiografia tem vindo a associar voluntariamente à infância de D. Afonso Henriques. É, pois, bem natural que numa época em que o valor histórico impera, reflexo de uma constante nostalgia por um determinado momento do passado, se tenha procurado “fazer de “novo””, nas palavras da mesma autora, partes do monumento que se encontravam arruinadas.

Tendo-se adotado a solução do “desmanchar para tornar a repor”, estas intervenções não devem ainda ser entendidas como obras de restauro, indicando neste caso concreto que as intervenções nem sempre constituem uma alteração marcada pelo gosto da época em que são feitas (Rosas, 1995: 90). Assim, dando resposta aos danos relatados em 1805, logo no ano seguinte um “pedasso do claustro que está cahindo sera Lançado abaixo e tornado a armar e tilhado par dar á altura á fronteira da mesma sacristia e toda esta madeira será de castanho” (Rosas, 1995: 90). Embora nesta primeira intervenção se tenha dado uma altura mais elevada ao novo telhado, para corresponder ao pé-direito da sacristia, o mesmo já não acontece com a intervenção que terá sido realizada entre 1829 e 1832, a qual foi efetuada conforme o estado anterior do edifício. Nessa ocasião, a Junta da Fazenda Real da Universidade de Coimbra realizou pagamentos a mestres pedreiros por reparações realizadas na Igreja, na sacristia e na residência de Cárquere (Rosas, 1995: 90). É provável que esta residência fosse o espaço a que a historiografia tem vindo a designar vulgarmente de “conventinho”.

²⁷ Sobre a evolução dos factos, conceitos, meios e personalidades que presidiram a toda uma tomada de consciência patrimonial e de salvaguarda do património edificado no Portugal de oitocentos, veja-se Rosas (1995).



Vista do Mosteiro antes das intervenções da DGEMN.
Fonte: coleção particular de Nuno Resende.



Igreja. Interior antes das intervenções da DGEMN.
Fonte: arquivo IHRU.

Só passado mais de um século é que voltamos a ter notícias de intervenções na Igreja e Mosteiro em estudo. Ao que pudemos apurar, foi só em 1949 que a Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) realizou um profundo levantamento fotográfico de Santa Maria de Cárquere com vista ao apuramento das suas necessidades. Este levantamento (Carvalho e Costa, 2001), da autoria de Alberto da Silva Bessa, arquiteto chefe da 2.^a Secção da DGEMN, mostra bem o relativo abandono em que se encontrava o conjunto edificado.

Aferidas as necessidades, foram realizadas diversas obras de beneficiação na década de 1950. Ao que pudemos apurar, os trabalhos realizados visaram não só a conservação geral do edificado, como também procuraram acentuar uma medievalidade efetiva, mas aqui acentuada retoricamente através da reedificação da torre. A face voltada a sul, “fugindo da vertical e ameaçando ruína” (Pinto, 1982: 327), foi primeiramente escorada, sendo depois totalmente reconstruída. Assim sendo, as obras da torre já decorriam em 1951 e ocuparam a maior parte desta década, pois só em 1957 é que se estava a trabalhar ao nível dos vãos superiores do paramento sul.

A pequena galilé edificada no século XIX existiu até pelo menos 1952. Cinco anos depois já tinha sido demolida, assim como a parede que separava o cemitério do adro, mas permanecia o fundo caiado que, entretanto, foi removido, numa apologia do granito. Refira-se, aliás, que nos restauros realizados pela DGEMN era política comum a exaltação da pureza do granito, quer ao nível do exterior – removendo o caiado branco que vestia tantas das nossas igrejas –, quer interiormente, através da eliminação do revestimento a estuque de alguns espaços (como aconteceu nas naves da sé do Porto, por exemplo) ou da remoção do caiado. Cárquere também se enquadra nesta última opção, pois o seu interior era totalmente caiado. Hoje, vemos nesta Igreja duriense uma afirmação do granito, talvez aqui entendido como sinal de antiguidade.



Passadiço existente sobre o arco que ligava a "Casa do Caseiro" ao "Conventinho" antes das intervenções da DGEMN (1955). Fonte: arquivo IHRU.



Passadiço existente sobre o arco que ligava a "Casa do Caseiro" ao "Conventinho", na atualidade.

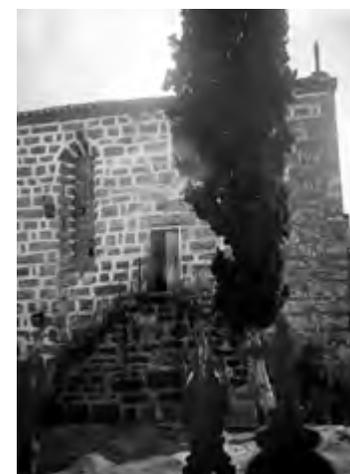
224

Mais, uma análise atenta das fotografias que documentam o momento, imediatamente anteriores a esta intervenção, permite-nos verificar que as próprias juntas dos silhares do alçado norte da nave e do posterior da capela-mor estavam também caiadas de branco, contrastando com o granito e com ele criando um jogo de claro-escuro. Cremos que terá sido durante o processo de limpeza desta última que se libertou a janela mainelada gótica e que até então se encontrava emparedada.

Foi ainda durante esta grande intervenção que se demoliu a escada de dois lanços que permitia o acesso, a partir do exterior e do alçado norte, ao coro alto, conforme comprova uma notória cicatriz, aqui visível no lado do Evangelho. A existência desta escada de acesso é ainda hoje denunciada exteriormente por uma cicatriz no paramento, mais ou menos por baixo do janelão que está mais próximo da fachada ocidental, o qual foi rasgado apenas em 1994, como que para dar alguma coerência estética e formal ao primeiro terço deste alçado.

Na década seguinte foram realizados trabalhos de beneficiação na chamada "casa do caseiro" (1962-1964) e que incluíram a demolição do passadiço que existia sobre o arco que liga esta casa ao "conventinho", entretanto convertido em palheiro. Este corpo superior, transformado em "ruína", permanece hoje ao modo de memória de um espaço edificado que se quis maior.

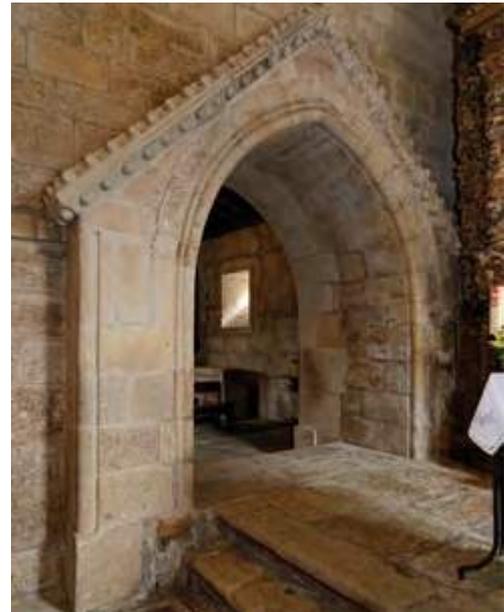
Nos anos de 1970, além de se ter arranjado o telhado da Igreja, procedeu-se também à abertura do arco que liga, do lado do Evangelho, a capela-mor à atual sacristia. Tal intervenção implicou a deslocação para esta última da arca tumular de D. Ambrósio Pereira e da transferência do altar das Almas ou de São João para a sala dita da Lamosa, assim convertida em "recolhido e piedoso santuário com uma linda imagem de Nossa Senhora de Cárquere, em contacto com a nave da igreja" (Pinto, 1982: 329). O facto de este túmulo ter servido de base para o referido altar justifica porque é que este se encontra mutilado, pois é de crer que terá tido jacente.



Igreja. Fachada norte antes das intervenções da DGEMN. Fonte: arquivo IHRU.



Igreja. Capela-mor. Arco que liga a capela-mor à sacristia antes das intervenções da DGEMN. Fonte: arquivo IHRU.



Igreja. Capela-mor. Arco que liga a capela-mor à sacristia, na atualidade.

Atente-se, aliás, que a planta publicada por Vergílio Correia em 1924 mostra o piso inferior do “conventinho” como se fosse um espaço unificado, enquanto hoje se encontra dividido em dois, acolhendo também o salão paroquial (Correia, 1924: 57). Tal intervenção deve-se ao padre Abel de Sousa, cuja inauguração teve lugar anos antes, a 23 de maio de 1965 (Pinto, 1982: 329). Foi também nessa ocasião que o piso superior deste corpo foi convertido em salão de espetáculos, com o respetivo palco (Correia, 1924).

Além de se ter realizado uma escavação arqueológica na envolvente do edifício (1997), os anos subsequentes primaram pela realização de diversas obras de conservação do imóvel, particularmente centradas nas coberturas (2004) (Carvalho e Costa, 2001). O Mosteiro de Cárquere integrou a Rota do Românico em 2010. [MLB / NR]

225



Igreja. Sacristia. Arca tumular de D. Ambrósio Pereira.

CRONOLOGIA

1125: frei Teodoro de Melo leu (em 1732) uma inscrição integrada nas paredes da Casa da Residência, que considerou alusiva à fundação do Mosteiro de Santa Maria de Cárquere;

Século XII (2.º quartel): fundação do Mosteiro de Santa Maria de Cárquere;

1146: Egas Moniz terá deixado em testamento vários legados ao Mosteiro de Santa Maria de Cárquere;

Séculos XII-XIII: edificação do conjunto monástico de Santa Maria de Cárquere, incluindo a torre;

1279: uma bula de Nicolau III (1277-1280) confirma a autonomia e as prerrogativas do Mosteiro de Cárquere;

Século XIII/XIV: construção da capela-mor gótica da Igreja;

1320: o Mosteiro de Santa Maria de Cárquere era o único mosteiro de cónegos regrantes de Santo Agostinho na diocese de Lamego;

Século XV (1.ª metade): possível edificação do panteão dos Resendes;

Século XVI: transformação manuelina da Igreja de Santa Maria de Cárquere;

1511: o Mosteiro de Cárquere foi entregue ao comendatário Francisco Suzarte;

1541: por ordem de D. João III (1521-1557) Cárquere passa a integrar os bens da Companhia de Jesus;

1545-1560: campanha de pintura mural no corpo da Igreja;

1554: devassa ao Mosteiro e seus cónegos;

1562: Cárquere passa definitivamente para as mãos da Companhia de Jesus;

1578: uma bula de Gregório XIII (1572-1585) dissolve as obrigações claustrais de Cárquere e confirma a transferência das rendas das mesas prioral e conventual para o colégio jesuíta de Coimbra;

1600: com a morte do vigário Baltasar Botelho tem início um litígio entre os jesuítas e o bispo de Lamego sobre a posse e apresentação da Igreja de Cárquere;

Séculos XVII e XVIII: conceção das estruturas retabulares de Cárquere;

1759: com a expulsão dos jesuítas e com o sequestro dos seus bens, o complexo monástico de Cárquere transita para a administração da Universidade de Coimbra;

1775-1797: os visitantes fazem várias queixas e admoestações relativas ao estado de ruína do complexo de Cárquere e do seu equipamento litúrgico;

1797: Joaquim José, do Enxertado, e José Pinto de Figueiredo, de Paços, foram contratados para realizar obras de fundo na estrutura do edifício eclesial e anexos;

1798: a pedido da Real Junta da Universidade de Coimbra, o pároco de Cárquere elaborou um exaustivo inventário do mobiliário, alfaias e paramentos, assim como dos rendimentos, despesas e alguns elementos estatísticos referentes à freguesia;

Século XVIII (2.ª metade): entaipamento da porta que ligava a casa dos padres ao corpo da Igreja;

1806: obras de reparação ao nível do claustro, de que uma parede caíra no ano anterior;

1829-1832: foram feitos vários trabalhos de pedraria na Igreja, na sacristia e na residência de Cárquere;

Década de 1950 até à atualidade: o conjunto remanescente do Mosteiro de Cárquere tem sido alvo de diversas intervenções de conservação;

2010: o Mosteiro de Cárquere passa a integrar a Rota do Românico.

BIBLIOGRAFIA E FONTES

[S.a.] – *Mosteiro de Cárquere: vista da igreja e do “conventinho” nos inícios do século XX* [Material fotográfico]. Resende: [s.n., s.d.]. Coleção particular de Nuno Resende.

_____ – *Mosteiro de Cárquere: vista do mosteiro nos inícios do século XX* [Material fotográfico]. Resende: [s.n., s.d.]. Coleção particular de Nuno Resende.

_____ – *Igreja matriz de Cárquere / Igreja de Santa Maria de Cárquere / Santuário de Nossa Senhora de Cárquere. Interior: capela-mor e altar-lateral* [Material fotográfico]. Resende: [s.n., s.d.]. Arquivo do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (ex-DGEMN). N.º Inventário IPA.00003783, FOTO.0081213.

_____ – *Igreja matriz de Cárquere / Igreja de Santa Maria de Cárquere / Santuário de Nossa Senhora de Cárquere: escadaria e janela* [Material fotográfico]. Resende: [s.n., s.d.]. Arquivo do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (ex-DGEMN). N.º Inventário IPA.00003783, FOTO.0081216.

_____ – *Igreja matriz de Cárquere / Igreja de Santa Maria de Cárquere / Santuário de Nossa Senhora de Cárquere* [Material fotográfico]. Resende: [s.n., 1955]. Arquivo do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (ex-DGEMN). N.º Inventário IPA.00003783, FOTO.0081282.

_____ – *Igreja matriz de Cárquere / Igreja de Santa Maria de Cárquere / Santuário de Nossa Senhora de Cárquere. Interior: capela-mor* [Material fotográfico]. Resende: [s.n., s.d.]. Arquivo do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (ex-DGEMN). N.º Inventário IPA.00003783, FOTO.0081214.

_____ – *Residência da Companhia de Jesus / Santuário de Nossa Senhora da Lapa: fachada principal* [Material fotográfico]. Sernancelhe: [s.n., 1996]. Arquivo do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (ex-DGEMN). N.º Inventário IPA.00003799, FOTO.00016359.

AFONSO, Luís Urbano – *A pintura mural portuguesa entre o gótico internacional e o fim do renascimento: formas, significados, funções*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2009.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de – *A Anunciação na arte medieval em Portugal: estudo iconográfico: iconografia I*. Porto: Instituto de História de Arte – Faculdade de Letras do Porto, 1983.

_____ – Primeiras impressões sobre a arquitectura românica portuguesa. *Revista da Faculdade de Letras*. Vol. 2 (1971).

ALMEIDA, Fortunato; PERES, Damião, dir. – *História da Igreja em Portugal*. Porto: Livaria Civilização, 1971.

ASSUMPÇÃO, T. Lino d' – *Frades e freiras: chroniquetas monásticas*. Lisboa: [Typ da Companhia Nacional Editora], 1893.

BESSA, Alberto da Silva – *Igreja matriz de Cárquere / Igreja de Santa Maria de Cárquere / Santuário de Nossa Senhora de Cárquere: fachada principal* [Material fotográfico]. Resende: [s.n., 1949]. Arquivo do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (ex-DGEMN). N.º Inventário IPA.00003783, FOTO.0081235.

BORGES, Georges Botelho – [Memória Paroquial de] Cárquere [Manuscrito]. 1758. Acessível em ANTT, Lisboa. PT/TT/MPRQ/9/142.

BOTELHO, Maria Leonor – *A historiografia da arquitectura da época românica em Portugal*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2010. Dissertação de doutoramento em história da arte portuguesa apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Texto policopiado.

CARDOSO, Luiz – Carquere. In *Diccionario geografico, ou noticia historica de todas as cidades, villas, lugares, e aldeas, rios, ribeiras, e serras dos reynos de Portugal e Algarve, com todas as cousas raras, que nelles se encontrão, assim antigas, como modernas*. Lisboa: Regia Offic. Silviana, 1751.

CARVALHO, João; COSTA, Marisa – *Igreja matriz de Cárquere/Igreja de Santa Maria de Cárquere* PT011813030001 [Em linha]. Lisboa: IHRU, 2001. [Consult. 30 de setembro de 2011]. Disponível em www: <URL: <http://www.monumentos.pt>>.

CHAVES, Luís – A arte popular dos ex-votos. *Revista de Guimarães*. Vol. 80, n.º 1-2 (1970) 73-98.

CHOAY, Françoise – *A alegoria do património*. Lisboa: Edições 70, 2000.

CHRISTIAN JR., William A. – *Apariciones en Castilla y Cataluña: siglos XIV-XVI*. Madrid: Nerea, 1990.

CORREIA, António Mendes [et al.] – Cárquere. In *Grande enciclopédia portuguesa e brasileira*. Lisboa/Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, [1936-1960].

CORREIA, Vergílio – *Monumentos e esculturas: séculos III-XVI*. Lisboa: Livraria Ferin, 1924.

_____ – Santa Maria de Cárquere. In *Monumentos e esculturas: séculos III-XVI*. Lisboa: Imprensa Líbano da Silva, 1919.

COSTA, M. Gonçalves da – *História do santuário da Lapa*. 3.ª ed. Lamego: [edição do autor], 2000.

DIAS, Augusto – *Santa Maria de Cárquere*. [Porto]: Edições Beira e Douro, 1976.

DUARTE, Joaquim Correia – *Resende e a sua história: as freguesias*. [Resende]: Câmara Municipal de Resende, 1994a.

_____ – *Resende e a sua história: o concelho*. [Resende]: Câmara Municipal de Resende, 1994b.

_____ – *Resende no século XVIII*. [Resende]: Câmara Municipal de Resende, 2004.

GALVÃO, Duarte – *Crónica de D. Afonso Henriques, segundo o manuscrito da Torre do Tombo: com notas e glossário de José de Bragança*. Lisboa: Portugália Editora, [1954].

GOMES, Saúl António – Cónegos regantes de Santo Agostinho. In AZEVEDO, Carlos Moreira de – *Dicionário de história religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000.

GRAF, Gerhard N. – *Portugal roman: le sud du Portugal, la nuit des temps*. Paris: Zodiaque, 1986.

MATTOSO, José – Eremitas portugueses no século XIII. In MATTOSO, José – *Religião e cultura na Idade Média portuguesa*. 2.ª edição. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1997.

MUSEU NACIONAL DE ARTE ANTIGA – *Virgem com o Menino*. Inventário 1087.

PINTO, Joaquim Caetano – *Resende: monografia do seu concelho*. Braga: [edição de autor], 1982.

QUEIRÓS, Carla Sofia Ferreira – *A importância da sede do bispado de Lamego na difusão da estética retabular: tipologias e gramática decorativa nos séculos XVII-XVIII*. Porto: Universidade do Porto, 2006.

QUEIROZ, José Maria Eça de – *A ilustre casa de Ramires*. Lisboa: Edição Livros do Brasil, [s.d.].

REAL, Manuel Luís – O românico condal em S. Pedro de Rates e as transformações beneditinas do séc. XII. *Boletim Cultural - Póvoa de Varzim*. Vol. 21, n.º 1 (1982).

RESENDE, Nuno – *Fervor & devoção: património, culto e espiritualidade nas ermidas de Montemuro: séculos XVI a XVIII*. Porto: Universidade do Porto, 2011.

ROSAS, Lúcia Maria Cardoso – *Monumentos pátrios: a arquitetura religiosa medieval – património e restauro: 1835-1928*. Porto: Universidade do Porto, 1995. Dissertação de doutoramento em história da arte em Portugal apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. 2 vols. Texto policopiado.

SECRETARIADO DE ESTADO DA CULTURA(SEC) – *Nos confins da Idade Média: arte portuguesa: séculos XII-XV*. Porto: IPM - Museu Nacional Soares dos Reis, 1992. Catálogo da Exposição realizada no Museu Nacional Soares dos Reis (13 de março a 26 de abril de 1992).

SOTTOMAYOR-PIZARRO, J. A. – *Linhagens medievais portuguesas: genealogias e estratégias: 1279-1325*. Porto: Universidade do Porto, 1997. Dissertação de doutoramento em história da Idade Média na Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

SOUSA, Bernardo Vasconcelos e – *Ordens religiosas em Portugal: das origens a Trento: guia histórico*. Lisboa: Livros Horizonte, 2005.

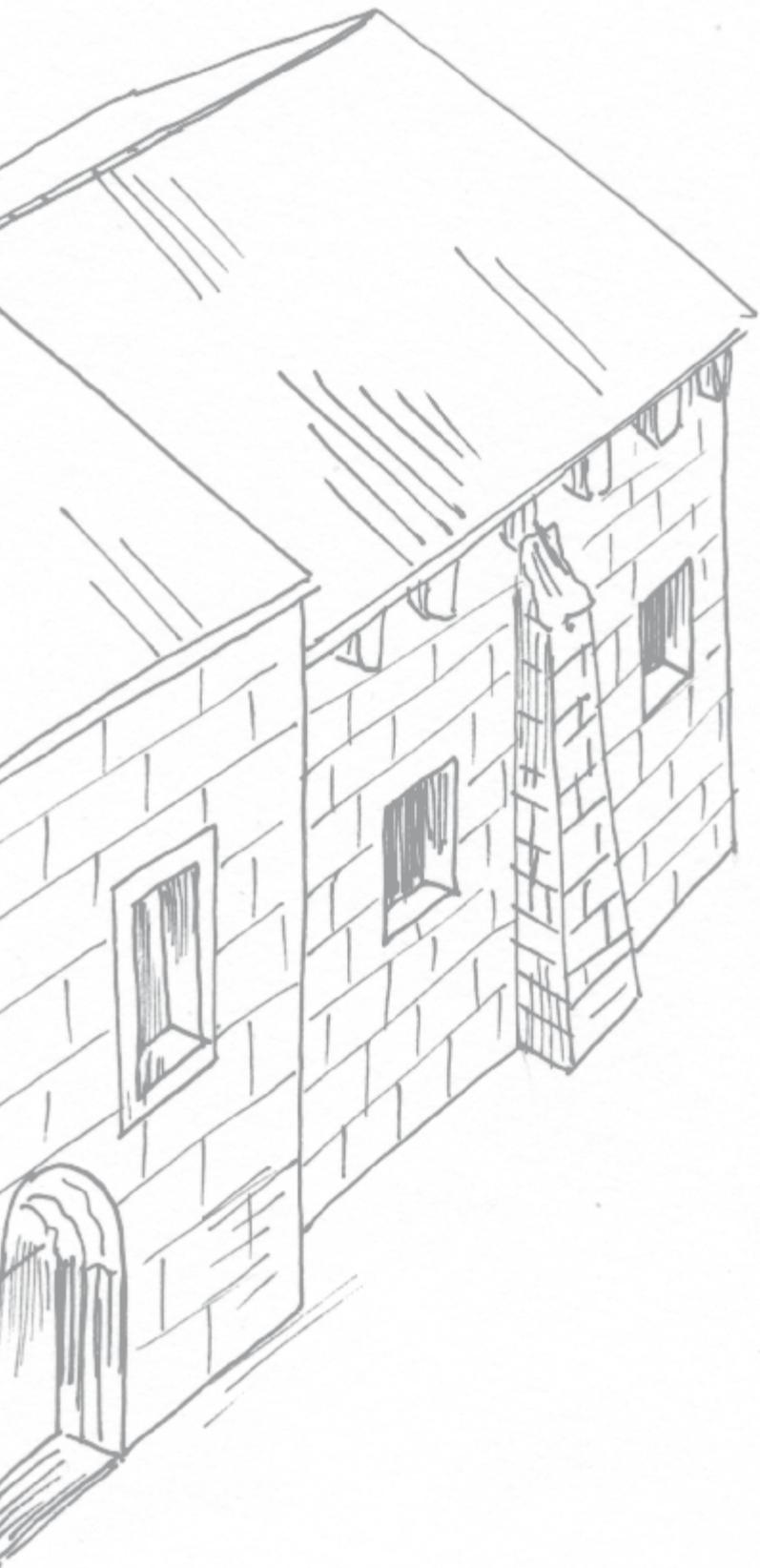
TELES, Baltasar, S. J. – *Chronica da Companhia de Iesu, na prouincia de Portugal*. Lisboa: [por Paulo Craesbeeck], 1645.

UNIVERSIDADE DE COIMBRA – Arquivo (AUC) – Estante 17, tabela 2, n.º 36, fólios avulsos.

_____ – Arquivo (AUC). *Secção Universitária, Renda de Cárquere*. Estante 17, tabela 4, n.º 27, fl. 8.

VICENTE, José – *[Nossa Senhora de Cárquere]* [Material fotográfico]. Resende: José Vicente, [s.d.]. Coleção particular.





IGREJA
DO SALVADOR
DE FERVENÇA
CELORICO DE BASTO

IGREJA
DO SALVADOR
DE FERVENÇA
CELORICO DE BASTO



Planta.

SUMÁRIO HISTÓRICO

Situada ao longo do vale do ribeiro de Esporão, a paróquia de Fervença era, nos reinados de Afonso II (r. 1211-1223) e Afonso III (r. 1248-1279), um território marcado pela instabilidade e pelo conflito. Fosse este conflito espoletado por questões intra e inter linhagísticas, derivasse de causas entre indivíduos e instituições, qualquer que fosse a razão para demandar ou exercer violência, quase sempre a posse de bens ou a busca pelo poder e prestígio marcaram um período que, até pelas circunstâncias políticas, demográficas e económicas, favorecia as contendas. No centro do litígio que opôs, no século XIII, certo clérigo e Gil Vasques, rico-homem de Fervença, estava a posse da Igreja que o primeiro requeria, talvez por se considerar familiar da mesma. Tendo o segundo recusado largar o domínio sem o pagamento de certos foros, “o clérigo demandou a igreja e destruiu-a”¹. A estratégia do sacerdote, que poderíamos pensar pouco condicente com o seu ofício e estatuto, inseria-se numa política de mantimento e aquisição de património, só possível num Estado em construção, de que as primeiras inquirições foram um dos mais importantes instrumentos. A mão régia pôde, através delas tomar medidas severas contra situações, em alguns casos caóticas, que a coberto do isolamento ou dos fortes vínculos familiares, grassavam no novo reino.

233



Vista aérea.

¹ A tradução é de Eduardo Teixeira Lopes (2008: 173), cuja edição utilizamos nas citações posteriores.

As *Inquirições de 1220* de Afonso II falam de uma Igreja cujo padroado, embora incerto, não pertencia ao rei. À parte alguns campos reguengos, casais, leiras e foros, o mais era de senhores locais ou da região (Lopes, 2008: 173). Em 1258, fora a situação já descrita que opusera um herdeador a um cavaleiro local sobre a posse do padroado e direitos associados da Igreja (que resultou a favor do primeiro), os casais indicados em Fervença estavam sujeitos a vários senhorios, entre eles os mosteiros de Arnoia (Celorico de Basto), de Refojos (Cabeceiras de Basto) e de Telões (Amarante), um certo “cavaleiro de Maravilhas” e a igreja de Borba de Godim (Felgueiras). Os inquiridores recolhem igualmente o nome de vários proprietários locais, assim como o conjunto de bens afetos à Igreja de Fervença, património de extensão considerável que poderia justificar as referidas contendas, não obstante esta instituição pagar, em 1320, uma modesta quantia de 80 libras para auxílio das Cruzadas (Lopes, 2008: 173). Neste ano já é referida como anexa do mosteiro de Santa Clara de Vila do Conde (Almeida e Peres, 1971: 107).

A doação do padroado e respetivos benefícios de Fervença às clarissas de Vila do Conde pode explicar-se pela necessidade de auxiliar as obras do mosteiro, então em construção, como refere o padre António Carvalho da Costa, em 1706: “foy [a Igreja de Fervença] do Padroado Real, & o deu El Rey Dom Diniz a seu filho bastardo Dom Affonso Sanches, senhor de Albuquerque, aos tres de Mayo de 30, o qual no de 1318 o dotou ao Mosteiro de Freiras de Villa de Conde, que então edificava” (Costa, 1706-1712: 147)². Certo é que a Igreja permanecerá na esfera do domínio das monjas até finais do século XVIII, quando as religiosas apresentavam o reitor e recolhiam os frutos e a renda que orçava pelos 200 mil réis (Niza, 1767: 238).

234



Fachadas oriental e norte.

² Poucos anos depois da publicação desta obra, Francisco Craesbeeck (1992: 358) pouco acrescenta à *Corografia portuguesa*... Inventaria, apenas, as quatro sepulturas disseminadas pela capela maior e corpo da Igreja.

O MONUMENTO ENTRE ÉPOCAS



Fachada sul. Nave. Portal.

Consagrada ao Salvador, da época românica a paróquia de Fervença apenas conserva hoje a cabeceira. A julgar pelo remanescente da medievalidade, podemos asseverar que a fábrica românica primitiva ostentaria uma qualidade plástica fora do comum para a região em que se insere. Dos dados fornecidos por Francisco Craesbeeck, particularmente voltados para a leitura epigráfica de sepulturas, podemos aferir que a nave tinha pelo menos uma “porta traveça” (Craesbeeck, 1992: 358). Será que esta se encontrava no mesmo local daquela que hoje se rasga no muro sul da nave (por sinal de volta perfeita), podendo ter havido um aproveitamento da fábrica românica aquando da remodelação realizada na nave nos anos setenta do século XX (Sampaio, 2005: 117)? Tanto o revestimento a estuque do interior da nave, como o avivamento das juntas dos silhares no exterior, feito com cimento, não nos permite ir mais além desta suposição. Note-se que também os paramentos exteriores da cabeceira românica foram alvo deste mesmo avivamento das juntas, certamente com o intuito de conferir uma pretensa unidade ao exterior do edifício, já que a não possui no interior. O estreitamento da nave na área mais próxima do arco triunfal e a presença de granito no intradorso dos vãos retangulares poderão indicar que, pelo menos nesta parte do templo, se aproveitou uma estrutura anterior. Uma análise do paramento exterior do lado norte da nave mostra-nos a presença de silhares de diferente talhe, cuja transição parece ser denunciada por uma cicatriz que se forma junto ao grande janelão retangular (quicá fruto da remodelação da Igreja feita no século XVIII (Gonçalves, 2007) e cuja estrutura é idêntica aos dois janelões que foram rasgados na parede do lado da Epístola da capela-mor).

235



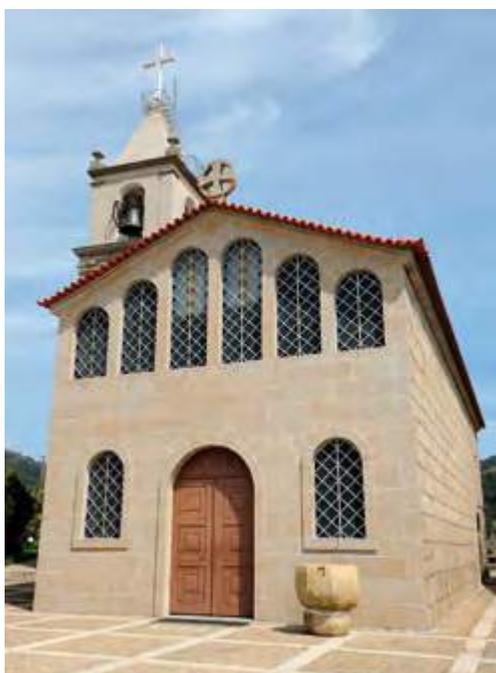
Vista geral do interior a partir da nave.

E no que concerne aos dados coligidos em 1758, além de confirmarem que esta Igreja tinha apenas uma nave, aludem sobretudo aos “altares” que nela existiam à data e que seriam quatro: “três altares em que se celebra e hum das Almas em que senão diz missa. Os mais hum hé do orago, outro de Nossa Senhora do Rozario, outro de Santo Antonio” (Pereira, 1758 *apud* Lopes, 2005: 166). São poucos, pois, os dados que temos relativamente à nave românica de Fervença e às posteriores adaptações que recebeu ao longo da sua história.

Na atual nave impera uma linguagem contemporânea que, na fachada principal, embora recorrendo ao granito, dá uma particular preponderância aos vãos de iluminação. No interior destaca-se o uso de painéis de azulejos enquanto elemento decorativo: nas paredes da nave um alto rodapé policromo, composto por motivos geométricos que seguem, na contemporaneidade, o esquema das composições tipo “tapete” seiscentistas; sobre o arco triunfal uma grande composição figurativa, em azul-cobalto, alusiva ao orago, aqui retratado no momento da *Transfiguração* e, por fim, junto da pia batismal, um painel policromo que retrata a cena em que o Senhor é batizado por seu primo João, nas margens do rio Jordão.



Fachada sul. Mísula.



Fachada ocidental.



Nave. Paredes laterais. Azulejos do rodapé.

Com esta nave contrasta de forma significativa a cabeceira românica, retangular e composta por dois tramos. Conforme denunciam os contrafortes exteriores, de cada um dos seus lados, a capela-mor foi dotada de abóbada de berço, já quebrada. Tal como acontece em São Pedro de Ferreira (Paços de Ferreira), após o primeiro tramo existe aqui um ressalto com caneluras e que corresponde a um acentuado desnível no pavimento. Também os capitéis do arco triunfal, compostos por motivos vegetalistas e fitomórficos, se aproximam dos seus congéneres de Ferrei-



Arco triunfal. Topo da parede. Painel de azulejos. *Transfiguração de Cristo*.

ra. Carlos Alberto Ferreira de Almeida (1978: 218) viu neles uma influência da escola românica que se desenvolveu na margem esquerda do rio Minho e que encontra a sua origem no estaleiro da sé de Tui (Espanha)³. O caráter túrgido da sua escultura volumosa assim o indica.

Confirmando a confluência de influxos diversos que têm caracterizado a arquitetura românica erguida ao largo da bacia do Tâmega, também aqui se identificam claros elementos cuja origem é encontrada no românico edificado na região a que temos vindo a designar como do eixo Braga-Rates (Botelho, 2010: 432 e ss). Trata-se do motivo das chamadas palmetas bracaraenses que, colocado ao nível das impostas do arco triunfal, se prolonga quer pela parede testeira da nave, como também ao modo de friso pelo interior da abside. Também da mesma proveniência são os motivos relevados que ornaram a arquivolta, quebrada, que envolve o arco triunfal: no interior, motivos lanceolados, e, no exterior, um conjunto de três toros pontuados por ovas incisadas.

Além dos contrafortes que já referimos e do tratamento contemporâneo dado às juntas dos silhares que, apesar das diferentes dimensões, formam fiadas bastante regulares, a parede fundeira da abside apenas nos mostra, exteriormente, uma estreita fresta, bem ao gosto românico. Nos alçados laterais, as cornijas são sustentadas por cachorros esculpturados, cuja decoração tem uma acentuada tónica geométrica, e entre os quais destacamos um pipo, o motivo dos rolos ou uma composição feita com volutas.

Tendo em conta os motivos ornamentais desta cabeceira e a afirmada quebra da sua abóbada, tem-se vindo a colocar a sua cronologia no segundo quartel do século XIII (Almeida, 1986: 102).

Da época românica devem ainda ser referidas as cruces terminais das empenas da parede fundeira da abside e da fachada principal. Esta, mais simples que a outra, é patada. A da abside é mais elaborada. Vazada, conjuga a cruz patada com motivos circulares. No exterior, junto da entrada da Igreja, a pia batismal românica, cuja taça tem um desenho poligonal.



Adro. Pia batismal.

³ Para um maior desenvolvimento deste assunto veja-se Rosas (1987).

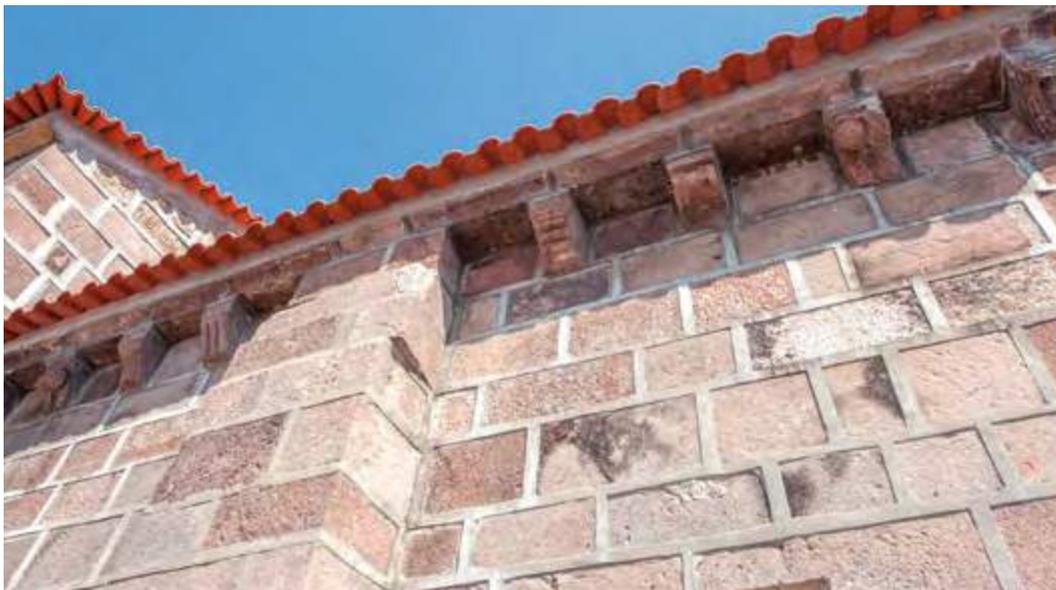


238

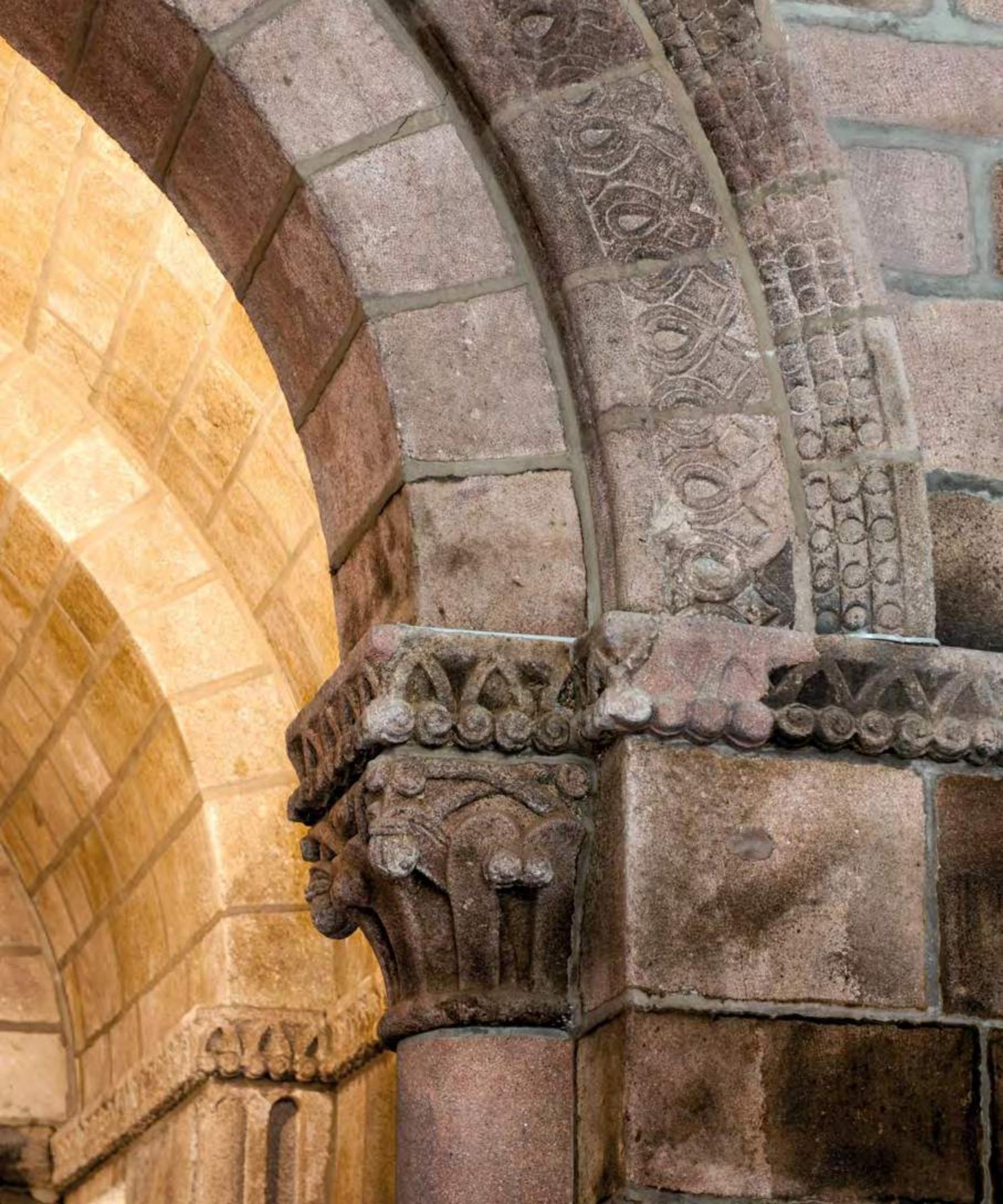
Capela-mor.

No lado norte, adossada à fachada principal, a torre sineira, cujo último registo resulta seguramente da intervenção novecentista, tendo em conta o betão armado do seu coroamento. Já os dois inferiores, formados por aparelho granítico irregular, poderão ser coevos da campanha que rasgou os janelões na nave, algures no século XVIII, tendo em conta as molduras classicizantes que rematam as pilastras dos seus cunhais.

Em 2010, esta Igreja paroquial de Fervença passou a integrar a Rota do Românico. [MLB / NR]



Fachada sul. Capela-mor. Cachorros.



CRONOLOGIA

1220: o abade Mendo Dias e outras testemunhas afirmaram perante os inquiridores que a Igreja de Fervença não era do padroado régio;

1258: Fernando Pais testemunhou perante os inquiridores régios que sabia de certas irregularidades sobre a posse da Igreja;

1320: o catálogo das igrejas taxadas para auxiliar na Cruzada refere Fervença como do padroado de Santa Clara de Vila do Conde, tendo contribuído com 80 libras;

Século XVI: é referida como "Sam Sallvador dAbadesa de Fervença", com 70 moradores;

1706: é referida como vigararia que rendia 120 mil réis;

1758: a paróquia de Fervença tinha 338 fogos e 995 pessoas;

1970: reconstrução da nave da Igreja;

2010: a Igreja de Fervença passa a integrar a Rota do Românico.

BIBLIOGRAFIA E FONTES

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de – *Arquitectura românica de Entre Douro e Minho*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1978. Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

_____ – *História da arte em Portugal: o românico*. Lisboa: Publicações Alfa, 1986.

ALMEIDA, Fortunato; PERES, Damião, dir. – *História da Igreja em Portugal*. Porto: Livaria Civilização, 1971.

BOTELHO, Maria Leonor – *A historiografia da arquitectura da época românica em Portugal*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2010. Dissertação de doutoramento em história da arte portuguesa apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Texto policopiado.

COSTA, A. Carvalho da – *Corografia portugueza e descripçam topografica do famoso reyno de Portugal...* Lisboa: Off. de Valentim da Costa Deslandes, 1706-1712.

CRAESBEECK, Francisco Xavier da Serra – *Memórias ressuscitadas da província de Entre-Douro-e-Minho no ano de 1726*. Ponte de Lima: Carvalhos de Basto, 1992.

GONÇALVES, Joaquim – *Igreja paroquial de Fervença/Igreja de São Salvador* PT010305100163 [Em linha]. Lisboa: IRHU, 2007. [Consult. 26 de maio de 2012]. Disponível em www: <URL: <http://www.monumentos.pt>>.

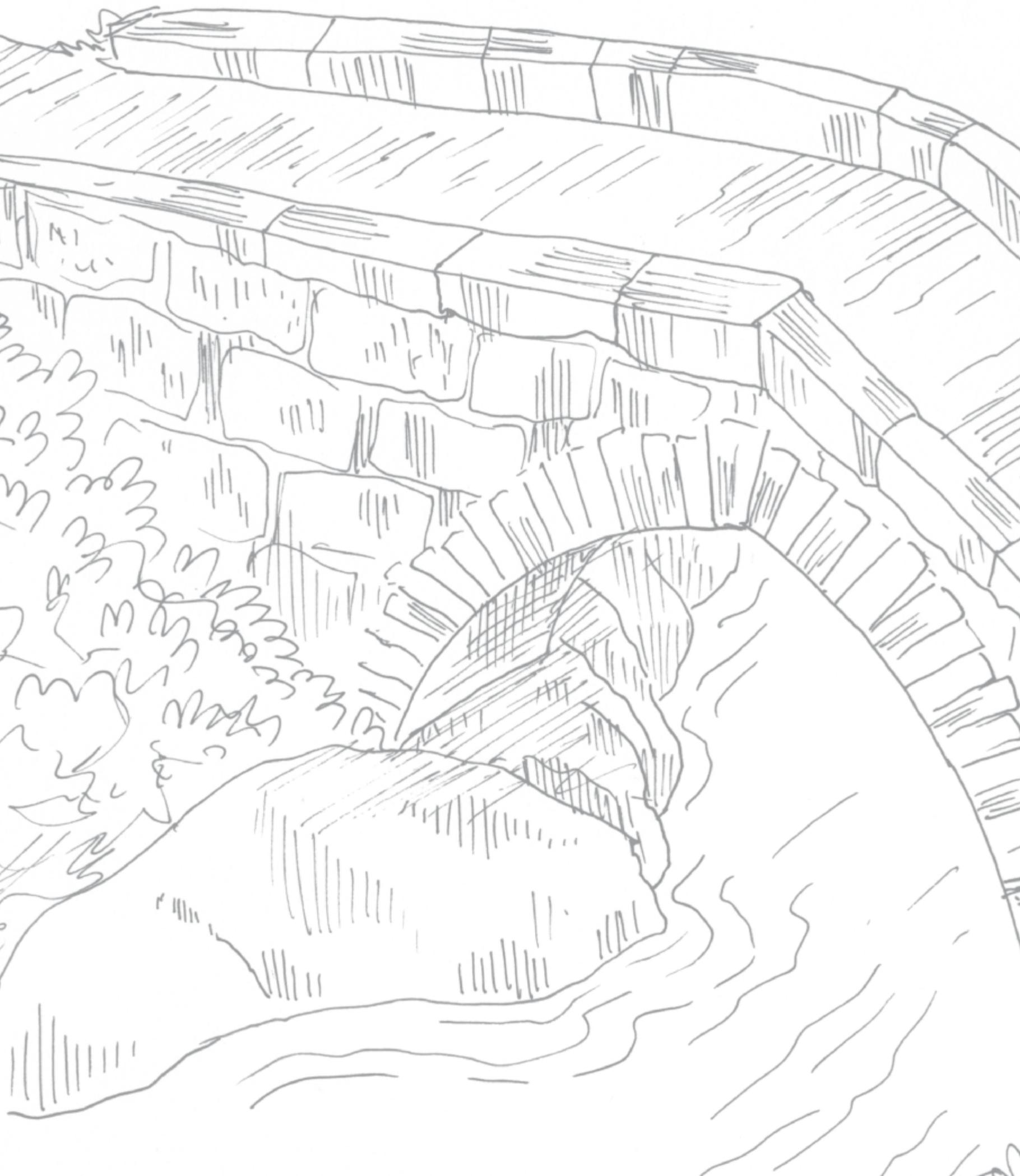
LOPES, Eduardo Teixeira – *A terra de Celorico de Basto na Idade Média: inquirições régias*. [S.l.: edição de autor], 2008.

_____ – *O século XVIII nas freguesias do concelho de Celorico de Basto: memórias paroquiais*. Celorico de Basto: [edição do autor], 2005.

NIZA, Paulo Dias de – *Portugal sacro-profano...* Lisboa: na Oficina de Miguel Manescal da Costa, 1767.

ROSAS, Lúcia Maria Cardoso – *A escultura românica das igrejas da margem esquerda do rio Minho*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1987.

SAMPAIO, Jorge D., coord. – *Carta arqueológica do concelho de Celorico de Basto: inventário: volume I*. Celorico de Basto: Câmara Municipal de Celorico de Basto, 2005.





PONTE
DO ARCO

MARCO DE CANAVESES

PONTE

DO ARCO

MARCO DE CANAVESES

“Deixo já nos trabalhos imensos dos caminhos, os gastos excessivos, as inclemências do ar, e os perigos da vida, que acompanham estas peregrinações...”

In FARIA, Manuel Severim – *Notícias de Portugal*.

DA VIAGEM E DA TRANSITORIEDADE

Possuímos hoje em dia uma perceção sobre a mobilidade que o homem medieval ou moderno, sobretudo o camponês, não possuía. Mercê dos avanços tecnológicos e da melhoria das condições de vida que precederam a Revolução Industrial, vulgarizou-se, ao longo dos séculos XIX e XX, a noção de viagem de recreio, possibilitada por avanços tecnológicos ao nível dos transportes e das vias. A ideia do “Grand tour”, nascida primeiro entre a aristocracia, depois conquistada pela burguesia e hoje praticamente democratizada, em nada reflete o mundo mental que regia as comunidades de há 500 ou 800 anos. Viajar era perigoso e dispendioso. Mesmo a ideia difundida pela promoção turística recente, que veicula uma Idade Média de peregrinações a Santiago de Compostela (Espanha), a Roma (Itália) ou a Jerusalém (Israel), é profundamente falaciosa. O homem medieval não se lançava em jornadas que implicassem a rutura com os laços familiares ou com a segurança da sua casa e da sua comunidade. Partir implicava redigir testamento, assumir que podia ser uma viagem só de ida: “O essencial da mobilidade efectuava-se, assim, no interior da paróquia ou dentro do campo sonoro do sino da igreja, coração da aldeia, que poderia ouvir-se, sendo um bom sino, a umas duas léguas de distância, o que já implicava a travessia dos limites da comunidade local, mas poucas vezes os do concelho” (Oliveira, 1995: 263).

245



Vista de jusante.

Neste quadro mental e simbólico, interessava ao camponês, em primeiro lugar, uma rede menor de caminhos que ligasse a aldeia às propriedades do seu termo, e depois os caminhos de média distância que o vinculassem à igreja, a outras povoações da sua paróquia e à sede de concelho. As vias regionais que ultrapassavam o termo municipal, geralmente sujeitas a portagens, à justiça régia ou à circulação dos agentes das instituições (nomeadamente os coletores de impostos) já seriam encaradas como espaços perigosos, funestos e por onde circulavam as más notícias. Quem nelas circulava era, geralmente, excluído ou marginal: leprosos, mendigos, anatemizados, salteadores e ladrões¹.

É natural, pois, que, fora da pequena rede de veios imanentes da aldeia, o homem medieval ou moderno olhasse com desconfiança para tudo o que vinha de longe, auxiliado por esses caminhos. Como refere António de Oliveira, “para lá da fronteira da paróquia da sua pátria ficava, na verdade, a terra do outro, do estranho, de quem não pertencia à comunidade, o que não era vizinho, não era morador” (Oliveira, 1995: 262). A ideia de que as estradas aproximavam pessoas e ideias, tão disseminada pela publicidade atual, podia parecer herética aos olhos e ouvidos de um homem do século XIII². E, não obstante, a Idade Média foi uma época de grande mobilidade, período em que “foram consideradas obras de assistência empedrar caminhos lamacentos, e muito mais, edificar pontes e instituir barcas de passagem gratuita” (Almeida, 1973: 47)³. Era, contudo, uma obra de elites, fosse por amor a Deus, fosse por razões menos piedosas e mais políticas. É que, num reino em construção, o poder passava cada vez mais por chegar rapidamente aos domínios ou fazer executar as ordens com a celeridade pedida a um bom aparelho fiscal e judicial.

Talvez por isso as pontes, que unem margens tantas vezes separadas por ódios coletivos, rivalidades e diferentes jurisdições, surjam no imaginário local como estruturas marcadas por desaires individuais e coletivos, malefícios e imprecações. A ponte nem sempre é um projeto comunitário, mas antes uma obra “imposta” por uma autoridade externa, como uma rainha ou um santo – não seria, então, aos olhos da comunidade que a recebeu, mais do que um benefício, um prejuízo?

1 Citando Luís de Valdellano, autor da *História de las instituciones españolas*, Humberto Baquero Moreno (1979: 9) assinala que “o comércio interno de Leão e Castela na Baixa Idade Média não foi muito intenso devido ao mau estado das estradas, à lentidão dos meios de transporte e aos atos de banditismo praticados sobre os almocreves e condutores de carros de bois”.

2 A este respeito não podemos deixar de meditar sobre as palavras de Manuel Severim de Faria, que no seu discurso oitavo – sobre a peregrinação – admoesta contra os que peregrinam, apontando os males que advêm da viagem: “De tudo o que está dito se colige claramente como na pátria, e com pouco trabalho pode cada um alcançar a reputação de grande, e consumado em qualquer faculdade, ou arte, que professe. E pelo contrário com quantos trabalhos, gastos, e perigos se pode chegar a este grau pelas peregrinações” (Faria e Vaz, 2003: 227).

3 Sem contradizer, não enfatizaríamos o fervor itinerante com que o autor se refere à Idade Média, “época de invasões e de peregrinações, do comércio de viagens e de feiras, de cortes em movimento, de oficiais e juízes que corregendo e administrando itineravam, a humanidade não esquecerá ainda o nomadismo tribal donde em parte viera, como Bloch e outros acentuaram” (Almeida, 1973: 47). Os exemplos de Carlos Alberto Ferreira de Almeida são, a todos os níveis, exemplos extravagantes: viajavam os ricos e poderosos, ou os que faziam da viagem um modo de subsistência, como os mercadores, bufarinheiros ou feirantes. A maioria, presa a vínculos que lhe permitiam sustentar uma família, possuir um teto e ganhar para sobreviver, permanecia a vida inteira sem sair dos limites da sua paróquia.

VIAS E PONTES: REGISTOS E MEMÓRIA

Contrastando com uma ideia comum de que a utilização da pedra na edificação de pontes foi pouco vulgar na história nacional – acentuando assim a importância das travessias romanas e românicas, respeitável símbolo de permanência e durabilidade – o geógrafo Orlando Ribeiro refere: “o uso da pedra como material de construção, em muros de suporte ou de resguardo dos caminhos, no calcetamento de caminhos rurais, em pontes, no forro dos poços, nos currais e abrigos para o gado, em edifícios destinados a guardar os produtos da colheita ou na habitação humana, é um traço comum ao território português” (Ribeiro, 2011: 128). De facto, basta percorrer o País para aquilatar da abundância de estruturas que recorrem à pedra como material construtivo⁴. Ela existe em profusão e permite o seu aproveitamento e reaproveitamento nas mais variadas tipologias, desde muros a calçadas. Pouco conhecidas, porém, as técnicas e tipologias de calcetamento dos caminhos rurais lançam dúvidas sobre o investigador que queira, com segurança, estudar a cronologia e a evolução das vias. E porque muitas delas sulcam cursos de água, cai obscuridade sobre a origem das pontes que as complementam. Tendencialmente focada na romanização, a arqueologia, que poderia, através dos seus métodos, abalizar sobre a construção de tais estruturas, limita-se a análises circunstanciais sobre percursos hipotéticos, cruzando os sóbrios testemunhos escritos disponíveis com a toponímia e o reduzido número de vestígios exumados ou fortuitamente encontrados (como os marcos miliários) – alguns deles deslocados ou reaproveitados.

Um dos primeiros investigadores portugueses que se debruçou com seriedade e método sobre as vias, Carlos Alberto Ferreira de Almeida, alertou para as análises levianas e para o enfoque dos historiadores e arqueólogos no período clássico:

“Terrível obsessão considerarem-se todas as calçadas velhas como romanas como se estas fossem eternas e como se depois dos romanos se não construíssem outras. Obsessão mais comum ainda considerarem-se romanas todas as velhas pontes como se a Idade Média tivesse ignorado a sua construção ou fosse, economicamente, impotente para as fazer” (Almeida, 1968: 16-17).

Efetivamente, se “as estradas são motivos de transformações sociais” (Almeida, 1968: 5), elas devem ser estudadas como parte da sociedade, uma vez que constituem veias e artérias deste corpo, canais por onde se desenrola a dinâmica social de que a História se ocupa. Um caminho, calçada ou trilho de pastores, testemunha, através do seu trajeto, da sua utilidade e dos seus utilizadores, uma expressão de necessidades coletivas. Pelas vias circulava o bem e o mal, a peste

⁴ Sobre os usos da pedra e a forma como este material é visto e usado pelas comunidades, ver Horácio Marçal (1958: 697-755). É interessante ler o que a respeito das pontes pétreas refere o autor do *Elucidário* no verbete “Ponte pedrinha”: “Ha entre nos um grande numero de sitios, que conservam este nome, originado de haver algum dia nelles alguma ponte de pedra, qua inda talvez se conserve; sendo muito commum, e frequente o serem as pontes de pao, principalmente nos rios menos cabedaes. D’aqui se vê como andou avisado João Duraens em fazer por no seu testamento esta verba: «Item mando que às Pontes de Covellas, e de Balsamom trez libras, para quando cortarem a madeira». Doc. de Lamego de 1316” (Viterbo, 1865: 153).

e a fome, mas também as mercadorias, os filhos que haviam partido para a guerra, o comércio e as procissões. Nas encruzilhadas, os homens julgavam ver seres fantásticos, temiam os ladrões e salteadores, mas todo este universo era sacralizado por préstitos, alminhas ou ermidas.

As estradas são espaços eminentemente públicos, os únicos, talvez, que o vulgo possa considerar como livres de tributo, penas ou defesas. Mas são também um local aberto, onde o perigo espreita e os crimes se cometem amiúde. Talvez por isso congreguem tantos medos e desejos, traduzidos em contendas e lembrados num extraordinário conjunto de narrativas.

As pontes, enquanto prolongamento dos caminhos, constituem um dos edifícios mais sancionados pela memória. A existência de uma ponte justifica quase sempre o nascimento de uma lenda, quer seja sobre a sua construção ou sobre a sua ruína. Um dos casos mais expressivamente recordados pelas mitologias locais e nacionais é o da ponte de Amarante. É indissociável da figura de São Gonçalo, taumaturgo exorcizador que o vulgo fez santo e cumpriu como um dos mais afamados evangelizadores da ordem dominicana⁵. A sua efigie, frequentemente acompanhada por uma ponte, é o exemplo do construtor sagrado. Outros, como rainhas, princesas ou mouros, preenchem o imaginário e apelam para poderes exteriores, longínquos. E, não poucas vezes, como na vizinha ponte da Aliviada (Marco de Canaveses), é o demónio que intervém no papel de construtor de pontes⁶.

248



Margem norte. Alminhas.



Igreja de Valadares (Baião). Arco triunfal. Pintura. *São Gonçalo*.

⁵ Gonçalo, que a tradição fez nascer em Arriconha, Tagilde, no atual concelho de Vizela, foi um dos taumaturgos com maior fama durante a Idade Média, em Portugal. Culto marginal à Igreja Católica, que nunca o considerou santo, foi aproveitado pelos dominicanos no "plano de renovação pastoral" dos mesmos, como o designou Arlindo da Cunha (2003: 81-94). De resto, este artigo tenta o inventário hagioponímico sobre a figura de Gonçalo de Amarante na região do Douro Litoral. Sobre a lenda associada à construção da ponte de Amarante, ver Jorge Cardoso (1666: 93 e ss). A outro religioso da ordem dos pregadores, frei Lourenço Mendes, é atribuída a construção da ponte de Cavês (Cabeceiras de Basto).

⁶ Sobre a ponte da Aliviada, o seu tópico comum a outras história de "pontes do Diabo", ver João Silva (1992: 81-86).

A PONTE DO ARCO

A Ponte do Arco, sobre o rio Ovelha, liga as margens de duas paróquias, Folhada e Várzea de Ovelha e Aliviada, e localiza-se no âmago do extinto concelho de Gouveia. De um único arco, ligeiramente apontado, a sua estrutura é simples: alçada em cavalete aproveita afloramentos de uma e outra margem, o que lhe confere a robustez e a verticalidade que ainda hoje demonstra. Para obstar ao embate de destroços trazidos por correntes fortes, foi-lhe acrescentado um talha-mar, encostado à face este da estrutura e junto a este, aberto no alicerce do estribo, um vão de formato sensivelmente retangular que permite o escoamento da água em tempo de caudais mais elevados⁷. Do ponto de vista construtivo deve assinalar-se o desfasamento entre os silhares de arranque do arco cuja posição foi interrompida, no pilar da margem direita, para colocação do cimbreiro. Tal, provocou um desalinhamento e perturbou a conceção de um arco mais esbelto e gracioso, quando observado da margem direita.

O pároco de Folhada refere-se-lhe, em 1758, nos seguintes termos:

“E tem outra grande ponte em o termo desta freguesia chamada a Ponte do Arco, por ter hum muito grande e medonho arco e goardas muito pequenas. E a ponte nao ser recham [rasa ou de tabuleiro plano], posto que he de pedra, muito bem segura e antiga” (Bravo, 1758).

249

O abade José Franco Bravo é minucioso na descrição das pontes sobre o rio Ovelha⁸, enunciando oito passagens, quatro em madeira e quatro em pedra ou cantaria. As de “pau” situavam-se (de montante para jusante) em Ovelhinha, Ruimendes, Locaia e Santo André da Várzea, sendo esta “para servidao para a mesma freguesia de hua parte para a outra”. As pontes pétreas situavam-se em Ovelha (hoje Aboadela, Amarante), Larim (Gondar, Amarante) (de “cantaria”), Arco e Aliviada.

Quando se refere à passagem de Locaia, o abade anota: “serve do uzo deste concelho para hua e outra parte” (Bravo, 1758). Devemos, pois, enquadrar a Ponte do Arco entre as infraestruturas de complemento à rede de caminhos destinados a servir o termo municipal e só deste ponto de vista a poderemos considerar travessia com origem medieval, muito embora nos custe a inscrevê-la no românico da região como tão facilmente têm feito alguns autores, sem apresentar factos que o comprovem.

Dada a persistência deste modelo em cavalete e a franca utilização do arco de volta perfeita ou quebrado como elemento de sustentação é veramente difícil assegurar a fábrica românica fazendo uma simples leitura à estrutura. A ausência de siglas, não sendo determinante, auxiliaria a datação e a sua inclusão numa cronologia marcada pela deslocação regional de oficinas de cantaria que participaram na edificação de várias estruturas, de igrejas a casas nobres e pontes. Não lográmos identificar tais sinais no paramento da Ponte do Arco, não obstante obedecer a

⁷ Como refere o abade de Folhada referindo a ponte da Aliviada: “bem necessaria por cauza das agoas que nas enchentes do Enverno sempre passam muitas por cima dos taes penedos e em nenhum por cima destes se podia passar sem ponte” (Bravo, 1758).

⁸ Sobre este rio, ver o que escrevemos em Ponte de Fundo de Rua, Amarante.

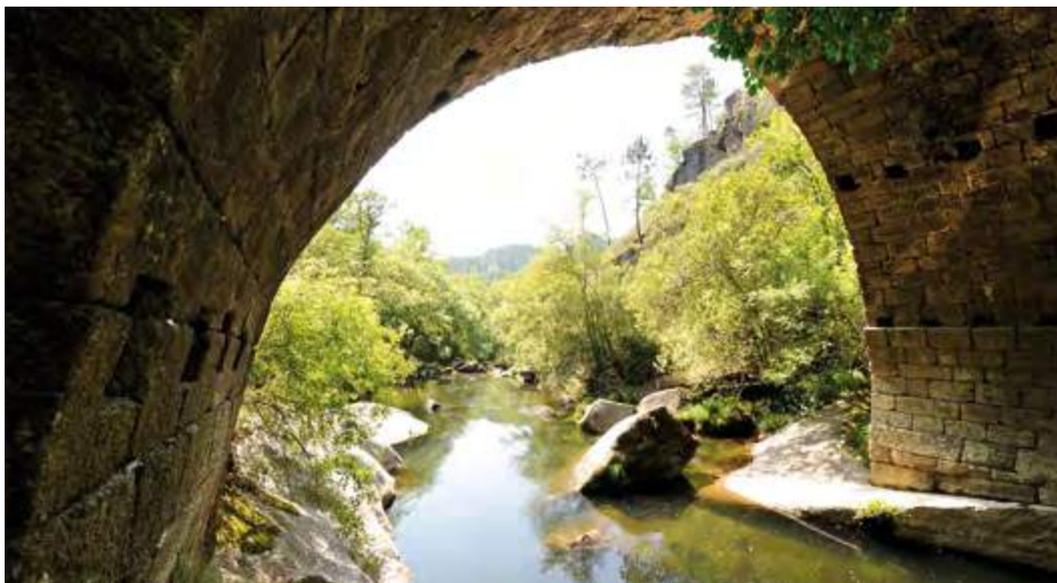
regras de construção comuns às travessias românicas. Repetimo-lo, contudo: o aproveitamento de modelos, assegurado pelos oficiais de pedreiro e cantaria, que os passavam geracionalmente, não permite concluir sobre a datação conclusiva de travessias deste género⁹.

Outrossim, documentalmente são inexistentes as referências à sua construção. Para uma região próxima – o maciço de Montemuro – lográmos descobrir, apenas, duas escrituras de fábrica de pontes, ambas de um período cronológico tardio, o século XVIII, e ambas vinculadas à figura de senhores locais¹⁰. Novamente cumpre afastar a ideia de pontes comunitárias, que a ausência de recursos relegaria para passagens menores, afastadas dos modelos em arco ou arcos, travessias de madeira ou aproveitamento de vaus.

É provável que a Ponte do Arco seja de construção tardia, correspondente ao período de finais da Idade Média, ou mesmo já enquadrada no período moderno, quando a deslocação pendular e as movimentações ocasionais de média distância, como as procissões, ou a obtenção dos sacramentos a igrejas com sacrário, exigiu melhores vias e, conseqüentemente, travessias adequadas a tais empresas.

Devemos sublinhar o facto de a Ponte se encontrar na intersecção de vários ramais. Um que partia de uma das principais estradas medievais – a mesma que, ainda nos séculos XVIII e XIX, canalizava o tráfego pelo couto de Tabuado, Soalhães, pelo lugar da Giesta, até aos Padrões da Teixeira. Esta estrada ligava a ponte de Canaveses (Marco de Canaveses) à estrada de Amarante e Mesão Frio. Dela partia um ramal, no lugar com o sugestivo nome de “Estalagem”, que seguia por Várzea de Ovelha, até à Ponte do Arco. Nas proximidades desta juntava-se-lhe um segundo ramal proveniente da igreja de Folhada (Marco de Canaveses). Feita a travessia, o percurso seguia até à igreja de São Salvador do Monte (Amarante) onde se juntava a outra estrada, proveniente de Canaveses e com destino a Amarante¹¹.

250



Pormenor do desfasamento construtivo.

9 Sobre o processo de criação e edificação de uma ponte no período medieval, ver o que escrevemos em *Ponte da Veiga*, Lousada.

10 Ver o que a este respeito escrevemos nas *Pontes da Panchorra*, Resende, e de *Esmoriz*, Baião.

11 PORTUGAL. Depósito dos Trabalhos Geodésicos. *Mapa do distrito entre os rios Douro e Minho* [Material cartográfico]. Escala [ca 1:193000]. Lisboa: Depósito dos Trabalhos Geodésicos, 1861. Disponível em [www: <URL: http://purl.pt/22844/2/>](http://purl.pt/22844/2/).



A Ponte como registo de memória coletiva

Na esfera do interesse e da preocupação em salvaguardar o património, suscitados pela legislação promulgada no início da III República, foi requerida, em 1977, a classificação da Ponte do Arco como Imóvel de Interesse Público. As razões que o justificavam, segundo a memória anexa ao requerimento, salientavam o local estratégico da estrutura, a sua ligação a possíveis arqueossítios vizinhos (ainda que fora do arco cronológico)¹², as tradições e lendas e o “ponto de vista arquitetónico, que a definia como “um bom exemplar da época românica” – injustificada afirmação, contudo¹³.

O processo foi apresentado, instruído e deferido entre 21 de março de 1977 e 26 de fevereiro de 1982, data em que, pelo Decreto n.º 28, publicado no Diário da República n.º 47, foi a Ponte do Arco considerada Imóvel de Interesse Público. Todavia a proteção legal não foi suficiente para que, em poucos anos, a travessia sofresse alguns atentados à sua estrutura, nomeadamente por assegurar a passagem de veículos motorizados entre as povoações de ambas as margens.

252



Vista de montante (1977). Fonte: arquivo IHRU.



Vista de montante (1977). Fonte: arquivo IHRU.

12 É frequente querer relacionar arqueossítios e património com cronologias diversas, como se uma parte dependesse da outra, ou ambos constituíssem parte de um conjunto patrimonial, geralmente observado segundo conceitos e divisões administrativas claramente anacrónicas.

13 Processo SIPA.TXT.01493297 a SIPA.TXT.01493262. Segundo o autor da memória, o arquiteto Fernando de Azeredo, “era por esta ponte que se fazia a ligação viária de Soalhães e Tabuado com Amarante, na época medieval, pelas estradas que passavam pelos lugares de Burgo, Aldegão e Castelo, na margem esquerda do rio Ovelha, e Arco, Pedra da Léguas, S. Salvador do Monte, na sua margem direita”.

Por ofício de 4 de fevereiro de 1986, ficámos a saber que devido ao tráfego automóvel haviam sido derrubadas algumas pedras da guarda, tendo-se verificado o abatimento de parte do pavimento. Coube à Câmara Municipal do Marco de Canaveses, embora sem a consulta prévia da Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, o projeto de passagem de uma via para trânsito automóvel, tendo a edilidade betonado o pavimento da Ponte, sobre cujo nível levaria outro pavimento “de lajes de granito aproveitado da demolição de casas velhas, do lugar que lhe fica próximo”¹⁴. A edilidade defendeu-se da ilicitude, justificando a obra como medida preventiva e alegando mal-entendido entre divisões municipais. Prometeu acatar as sugestões previstas pelo arquiteto Azeredo, instrutor e acompanhante do processo de classificação da Ponte do Arco.

Não obstante o afã legislativo e oficioso, a Ponte, cujo valor arquitetónico e histórico de âmbito local e regional nos parece indiscutível, permaneceu como local de passagem para veículos. Pela sua implantação, em local afastado das populações, tem a sua estrutura, já sujeita à voraz deterioração pelos elementos, sido violentada por ação humana. [NR]



Vista de jusante.



Pormenor do canal de escoamento.

¹⁴ Ofício de 4 de fevereiro de 1986 e assinado por Fernando de Azeredo. As movimentações parecem ter sido veiculadas por queixa de um partido político local.

CRONOLOGIA

1758: o abade de Folhada indica e descreve a Ponte do Arco;

1982: pelo Decreto n.º 28, de 4 de fevereiro, a Ponte do Arco foi considerada Imóvel de Interesse Público;

1986: por ser passagem de veículos automóveis, a Ponte sofre alguns revezes, ao nível das guardas e pavimento;

2010: a Ponte do Arco passa a integrar a Rota do Românico.

BIBLIOGRAFIA E FONTES

A., F. – *Ponte do Arco: vista geral da ponte* [Material fotográfico]. Marco de Canaveses: [s.n., 1977]. Arquivo do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (ex-DGEMN). N.º Inventário IPA.00003810, FOTO.00067055.

_____ – *Ponte do Arco: vista geral da ponte* [Material fotográfico]. Marco de Canaveses: [s.n., 1977]. Arquivo do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (ex-DGEMN). N.º Inventário IPA.00003810, FOTO.00067058.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de – Os caminhos e a assistência no Norte de Portugal. In JORNADAS LUSO-ESPANHOLAS DE HISTÓRIA MEDIEVAL, 1, Lisboa, 1973 – *A pobreza e a assistência aos pobres na Península Ibérica durante a Idade Média: actas*. Lisboa: Instituto de Alta-Cultura/CEH-FLUL, 1973. Vol. 1.

_____ – *Vias medievais entre Douro e Minho*. Porto: Faculdade de Letras, 1968.

BRAVO, José Franco – [Memória Paroquial de] Folhada [Manuscrito]. 1758. Acessível em ANTT, Lisboa. PT-TT-MPRQ-15-98.

CARDOSO, Jorge – *Agiologio lusitano*. Lisboa: [na oficina de Craesbeeck], 1666.

CUNHA, Arlindo Ribeiro da – Lugares do culto de São Gonçalo no território da actual diocese do Porto. *Revista da Faculdade de Letras – Ciências e Técnicas do Património*. Vol. 2 (2003) 81-94.

DECRETO n.º 28. D.R. Série I. 47 (1982-02-26) 427.

FARIA, Manuel Severim de; VAZ, Francisco A. Lourenço, introd., act. e notas – *Notícias de Portugal*. Lisboa: Edições Colibri, 2003.

MARÇAL, Horácio – A “Pedra” nas suas várias interpretações. *Douro-Litoral*. N.º 7 (1958) 697-755.

MORENO, Humberto Baquero – *A acção dos almocreves no desenvolvimento das comunicações inter-regionais portuguesas nos fins da Idade Média*. Porto: Brasília Editora, 1979.

OLIVEIRA, António de – Migrações internas e de média distância em Portugal de 1500 a 1900. *Arquipélago – História*. Vol. 1, n.º 1 (1995) 259-307.

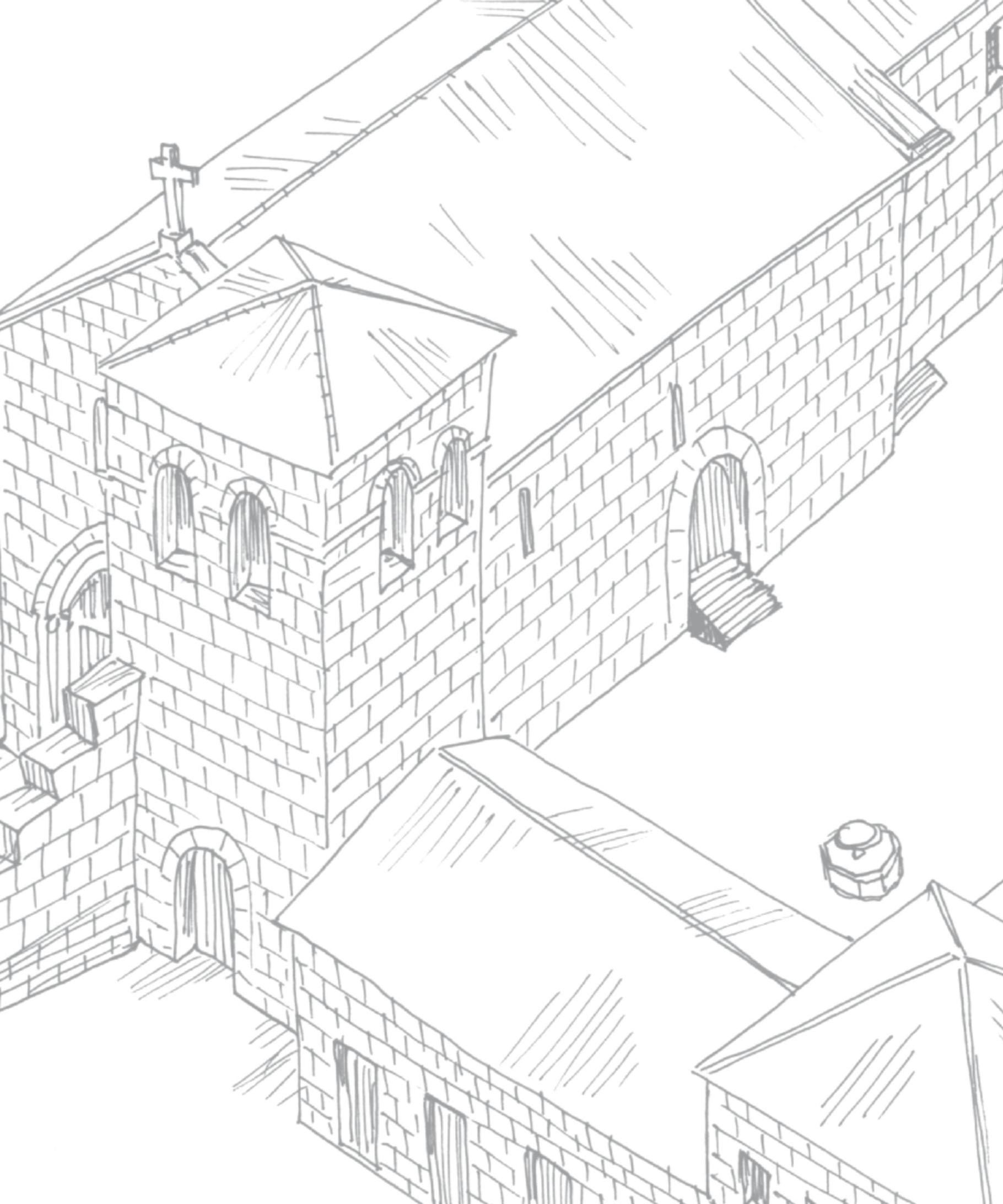
PORTUGAL. Depósito dos Trabalhos Geodésicos. *Mappa do distrito entre os rios Douro e Minho* [Material cartográfico]. Escala [ca 1:193000]. Lisboa: Depósito dos Trabalhos Geodésicos, 1861. Disponível em [www: <URL: http://purl.pt/22844/2/>](http://purl.pt/22844/2/).

PORTUGAL. Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território – IRHU/Arquivo ex-DGEMN – Processo SIPA.TXT.01493297 a SIPA.TXT.01493262.

RIBEIRO, Orlando – *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico: estudo geográfico*. Lisboa: Letra Livre, 2011.

SILVA, João Belmiro Pinto da – S. Martinho de Aliviada e as pontes do Diabo. In *Jornadas de Estudo de Marco de Canaveses*. Marco de Canaveses: Câmara Municipal de Marco de Canaveses, 1992. Vol. 1, p. 81-86.

VITERBO, Joaquim de Santa Rosa de, O.F.M. – *Elucidario das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram*. Lisboa: A. J. Fernandes Lopes, 1865.

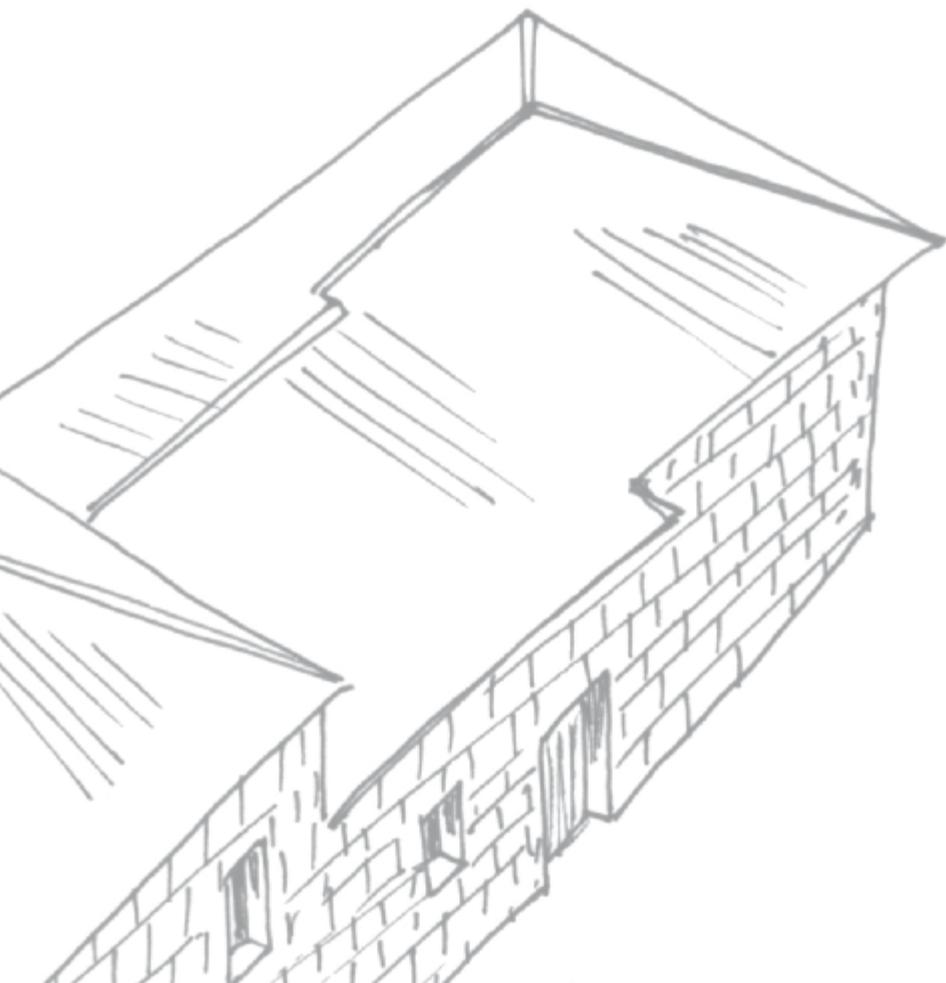




MOSTEIRO

DO SALVADOR
DE FREIXO
DE BAIXO

AMARANTE



MOSTEIRO
DO SALVADOR
DE FREIXO
DE BAIXO
AMARANTE



Planta.

SUMÁRIO HISTÓRICO

Num ambiente rural, o Mosteiro do Salvador de Freixo de Baixo é envolvido por uma paisagem composta por videiras de enforcado, marcada por retalhos de cultivo e cortinas de arvoredo, integrando velhas casas de lavoura com paredes de granito encardido (Dionísio, 1994: 597). Embora profundamente alterado durante a Época Moderna e alvo de uma significativa intervenção de restauro centrada em torno da década de 1940, o conjunto monástico remanescente é, ainda hoje, extremamente significativo no quadro do românico do vale do Tâmega. Deve-se este facto à persistência dos alicerces da primitiva galilé e de vestígios do primitivo claustro que, a par de uma possante torre sineira, dão a este conjunto uma monumentalidade e uma legibilidade pouco comuns no panorama da arquitetura românica portuguesa.

O percurso histórico deste complexo monástico é, em parte, semelhante ao seu vizinho de Mancelos (Amarante). A sua fundação, anterior a 1120, enreda-se nos habituais patrocínios familiares, como assinala o autor da *Corografia portuguesa...* em 1706: “fundado pelos annos de 1110 por Dona Gotinha Godins, mulher de Dom egas Hermigis o Bravo, sogros de Dom Egas Gozendes, que viveo em tempo delrey Dom Afonso o Sexto” (Costa, 1706-1712: 148). Menos certeza demonstram os cronistas dos cónegos regrantes de Santo Agostinho, nomeadamente o padre D. Nicolau de Santa Maria (?-1675), quando, para explicar a origem dos Mosteiros de Mancelos e Freixo de Baixo cita apenas a bula de Calisto II (p. 1119-1124) e acrescenta: “não temos mais notícias” (Santa Maria, 1668: 326).

Implantado num vale onde se dividiam os concelhos de Santa Cruz de Ribatâmega e de Basto e por onde, ainda no século XVIII, circulava uma grande parte do trânsito entre o Minho e Trás-os-Montes¹, Freixo de Baixo soçobrou ante o regime comendatário e as reformas quinhentistas, sendo anexado (juntamente com o seu curato de São Miguel de Freixo), em 1540, ao convento dominicano de Amarante².



Vista geral.

¹ O pároco Manuel Teixeira Barbosa refere, em 1758, que junto à freguesia “da parte do nascente pelo meio do monte vai hua estrada de que os povos se servem para varias partes deste Reino continuamente seguida” (Barbosa, 1758). Tratava-se da estrada que ligava Amarante à Lixa (Felgueiras).

² João de Barros (1919: 77), em 1549, diz que o “Mosteiro do Freixo” tinha “Conigos regrantes, mas poucos”, rendendo para o prior 200 mil réis. Esta indicação deve ter sido colhida nas vésperas da mudança do Mosteiro para a ordem dos pregadores, pois esta ocorreu entre 1540 e 1542, segundo doação régia e confirmação do papa Paulo III.

O MONUMENTO ENTRE ÉPOCAS

A Igreja, com capela-mor quadrangular, mais baixa e mais estreita que a nave única, define-se pelo escalonamento de volumes, aspeto tão comum à arquitetura da época românica, apesar da repetição, um pouco por todo o lado, de um mesmo módulo planimétrico (composto precisamente pela nave única e pela cabeceira quadrangular). Profundamente alterado durante a Época Moderna, devido a obras que lhe modificaram a nave e refizeram a capela-mor, do templo primitivo pouco mais nos resta do que a fachada ocidental e os alicerces da galilé fronteira que define um átrio quadrangular. No lado sul sobrevivem os vestígios daquilo que foi o claustro, tendo-se aí instalado uma torre sineira quadrangular. Vejamos agora, mais detalhadamente, cada um destes elementos.

A torre sineira, considerada por Carlos Alberto Ferreira de Almeida com aspeto arcaizante (Almeida, 1978: 223), mostra, ao nível térreo, três vãos de acesso. Sobre o portal, simples e de volta perfeita, voltado ao átrio da primitiva galilé, vemos modilhões, um lacrimal e cicatrizes quadrangulares que atestam a existência de uma estrutura alpendrada. O mesmo acontece ao nível do portal que se abre para o lado sul da Igreja, ou seja, para o espaço onde em tempos existiu o claustro. Junto a este, do lado direito do observador, vemos dois silhares esculpidos que denunciam um reaproveitamento: com um desenvolvimento horizontal, um silhar que termina na parte inferior com um denticulado e, sobre este, uma mísula (?) reaproveitada, ornada com um motivo floral estilizado. Trata-se de uma torre maciça, imponente de proporções, formada por fiadas de silhares de granito, todas à mesma altura. No nível superior, em todos os lados da torre, rasga-se um par de arcos de volta perfeita que, animando as fachadas, não só abrigam os sinos, como também assumem funções associadas à iluminação e arejamento do espaço interno. No prolongamento das impostas destes arcos desenvolve-se um friso em toda a volta da torre.

260



Vista aérea.



Igreja. Fachada ocidental e torre sineira.



Torre sineira. Fachada este.
Silhar esculpido.



Torre sineira. Fachada este.
Silhar esculpido.

Da primitiva galilé apenas restam os alicerces do lado sul, embora a sua memória ainda hoje permaneça no desenho do pequeno muro que delimita o atual adro da Igreja. É, pois, a fachada ocidental o elemento mais bem conservado do primitivo templo românico. Rematada em empena angular, coroada por pequena e simples cruz terminal em granito, esta fachada, além de ser reforçada por dois cunhais, é animada por um potente portal românico, encimado por uma estreita fresta. Forma-se o portal por três arquivoltas, que são praticamente de volta perfeita (nota-se uma quebra muito tímida, quase impercetível), de arestas levemente chanfradas e animadas por toros diédricos. Foi Manuel Monteiro quem primeiro chamou a nossa atenção para a especificidade dos toros diédricos, cujo “arranjo é familiar no Limousin, escola do Sul e Este do Loire” (Monteiro, 1908: 50). Segundo este autor, para cá dos Pirenéus, foi na sé do Porto que entre nós melhor se manifestou esta forma expressiva tipicamente românica (Monteiro, 1954: 16). Este motivo encontrou um bom acolhimento por parte dos fazedores do românico nos vales do Sousa e do Tâmega: Travanca (Amarante), Fandinhães (Paços de Gaiolo, Marco de Canaveses) ou Cabeça Santa (Penafiel) servem como exemplos. Ao modo de arco envolvente, um friso formado por círculos encadeados repete o mesmo motivo esculpido nas impostas. Trata-se do motivo n.º 3 que Joaquim de Vasconcelos descreve como “círculos secantes em movimento duplo, centrista; fita”, no inventário de motivos decorativos românicos que propôs em 1918. Este mesmo motivo repete-se ao nível das impostas, em ambos os lados do portal, casando-se com outros temas: o n.º 15 (“hera estylisada; movimento ondeado com



Igreja. Fachada ocidental. Portal.

presilhas”), o n.º 16 (“hera estylisada, movimento ondedado, dous a dous, sobre uma corda”) e o n.º 23 (“myosotis quadrifólio, alto relevo, pousado sobre a pedra”) (Vasconcelos e Abreu, 1918: 68-72). Embora denunciem o desgaste provocado pela exposição às condições atmosféricas, os capitéis são finamente esculpidos, ostentando animais afrontados que emergem do relevo, motivos fitomórficos e vegetalistas presos ao cesto, assim como encanastrados que lembram São Pedro de Ferreira (Paços de Ferreira) e Paço de Sousa (Penafiel) (Santos e Novais, 1955: 92).

Ao nível dos alçados laterais impera a simplicidade. No lado norte, apenas um contraforte, que só chega a meia altura do alçado, criando um corte vertical a meio da fachada. Sem lacrimal nem cachorrada, rasgam-se apenas duas estreitas frestas para iluminação do interior. Também a capela-mor apresenta, neste lado, um alçado completamente destituído de qualquer elemento que a possa animar, detetando-se algumas cicatrizes ao nível dos paramentos, fruto da intervenção de que foi alvo durante o restauro do século XX, como veremos. Na fachada posterior, além do escalonamento dos volumes a que já nos referimos, sobressaem as cruzes terminais das empenas da nave e da capela-mor, assim como a janela quadrangular que ilumina o interior da sacristia, a que se acede por portal voltado a sul. Neste mesmo lado, na nave, vemos o vestígio daquilo que em tempos foi um lacrimal de sustentação de uma estrutura alpendrada, junto do cunhal da fachada ocidental, colocado à mesma altura do lacrimal da torre. Um simples portal formado por arco de volta perfeita permite a entrada ao interior da nave, a que se acede a partir de um conjunto de quatro degraus. Duas frestas estreitas, idênticas às do lado norte, iluminam a mesma, enquanto na capela-mor se rasga um grande janelão retangular.



Mosteiro de Ferreira (Paços de Ferreira).
Igreja. Fachada ocidental. Portal. Capitéis.
Pormenor dos motivos encanastrados.



Mosteiro de Paço de Sousa (Penafiel).
Igreja. Fachada ocidental. Portal. Capitel.
Pormenor dos motivos encanastrados.





Igreja. Fachada sul.

É neste alçado sul, num silhar embutido na parede da nave, na terceira fiada acima da sapata, à direita do portal lateral, que encontramos uma inscrição gravada onde se lê (Barroca, 2000: 1869-1870):

264

AQ(u)I | IAZ | O PRIOR |
| DOM | AFONSO |
Q(u)E | SE [passou?] NA
Era | M | CCCC | X | V | II



Igreja. Fachada sul. Nave. Inscrição funerária do prior D. Afonso.



Igreja. Fachada norte. Capela-mor.
Pormenor das cicatrizes.

Trata-se da inscrição funerária do prior D. Afonso, datada de 1379 (Era 1417), que, apesar do seu mau estado de conservação, ainda consegue ser lida. Este silhar encontra-se na área onde existiria o claustro deste Mosteiro durante a Idade Média, pelo que o prior teria sido aí enterrado, como recomendável. Segundo Mário Barroca, é letreiro modesto, que foi gravado com o silhar na posição atual.

Em 1726 conservava-se ainda o claustro desta Igreja que, segundo nos informa Francisco Craesbeeck (1992: 359), tinha “da banda do Sul, cem palmos em quadra e quatorze em largo, no passeio; e da banda do nascente, cinco arcos muito antigos; e do sul casas de residência; e junto à igreja, huma torre de 50 palmos de alto e 24 em quadra; e ao pé, hum arco com huma sepultura dentro delle”. Deste último não temos hoje notícias.

Interiormente, estamos diante de um edifício onde impera a sobriedade. Nos paramentos, lisos e despojados, sobressai o granito em toda a sua pujança. A pia batismal encontra-se à entrada da Igreja, no lado do Evangelho: em granito, lisa, é de feição românica. Tem guarda de madeira. O arco triunfal de volta perfeita mostra uma linguagem classicizante ao nível das impostas, denunciando uma intervenção posterior à época românica. Na nave e na capela-mor, tanto a cobertura, como o pavimento são em madeira. Tem particular interesse a pintura a fresco existente na parede do lado da Epístola, ao lado do púlpito da nave, destacada da parede confrontante para um suporte móvel durante o restauro realizado na década de 1950 pela Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN)³.

265



Vista geral do interior a partir da nave.

³ Este fragmento aparece descrito no inventário da diocese do Porto como painel devocional da *Adoração dos Reis Magos* (Costa, 2008), com a cota PM60.0072.



Tanto Luís Urbano Afonso (2009: 346-350) como Paula Bessa (2008: 180-183) abordaram esta cena da *Epifania*, pelo que seguiremos as suas propostas. Numa composição de formato retangular vemos, à esquerda do observador, a Virgem sentada com o Menino ao colo, atrás da qual se encontra São José, seguido por uma vaca e um burro. Do lado oposto, Melchior, o rei Mago mais idoso, está ajoelhado em adoração ao Menino, enquanto os seus dois companheiros, Gaspar e Baltasar, se encontram em pé, aguardando a sua vez de prestar homenagem ao Rei dos Reis. Como se pode apreciar, os Magos estão representados de acordo com a diferenciação etária (as três idades da vida: juventude, idade madura e velhice) e os três continentes conhecidos na Idade Média (Europa, Ásia e África) (Bessa, 2008: 181). Sobre esta cena desenha-se uma abóbada celeste, onde se destaca a presença da estrela que guiou os Magos até Belém (Afonso, 2009: 347), podendo-se adivinhar uma figuração do arco-íris, símbolo da aliança entre Deus, os Homens e todas as criaturas vivas sobre a Terra (Gn 9, 13-17) (Bessa, 2008: 181). A composição está rodeada por um emolduramento formado por linhas de cor vermelha e negra, do qual se conserva apenas um fragmento (Afonso, 2009: 347). Em termos de fundos existe apenas uma diferenciação entre o tom avermelhado do solo e o tom esbranquiçado do céu. No que toca ao desenho e à modelação dos rostos, particularmente o da Virgem e o do rei de pé, foram alvo de um cuidado maior do que os dos corpos ou do que quaisquer outros motivos (Bessa, 2008: 182).

Refira-se que o processo de destacamento implicou a destruição de algumas zonas desta pintura, obrigando os restauradores a fazerem alguns repintes mais ou menos grosseiros, como sucede de forma mais gravosa nos rostos de São José e de Melchior, ou ainda no caso da cabeça do bovino (Afonso, 2009: 347).

Mais, as fotografias anteriores ao destacamento mostram que a pintura se prolongava a partir do canto inferior esquerdo, identificando-se um motivo decorativo que não foi considerado suficientemente importante para ser destacado juntamente com o resto do fresco (Afonso, 2009: 348). Este motivo decorativo, desenhado à mão livre, consiste na repetição de um quadrifólio de duplo contorno, seguido por um ponteadado aleatório a preencher o espaço vazio entre os vários quadrifólios existentes. É com base neste motivo que se tem atribuído esta pintura à oficina liderada pelo “Mestre de 1510” e que foi também a responsável pela camada sotoposta da nave da Igreja de São Mamede de Vila Verde (Felgueiras) ou da camada sobreposta existente na nave, do lado do direito, da Igreja de São Nicolau (Marco de Canaveses) (Afonso, 2009: 348). Além deste elemento decorativo, esta filiação é reforçada pela existência de outros elementos formais idênticos, entre os quais se destaca, pela sua importância, a forma como os rostos são desenhados e modelados.

O denominativo de “Mestre de 1510” foi adotado por Luís Urbano Afonso (2009: 231) por conveniência reconhecida através de um conjunto de exemplares datados de 1510⁴, de acordo com os padrões decorativos utilizados e as características formais, entre os quais se incluem, além dos exemplos acima referidos, São Salvador de Bravães (Ponte da Barca), São Cristóvão



Igreja. Nave. Parede norte. Pintura mural. *Epifania*. Fonte: arquivo IHRU.

⁴ Identificada a partir das primeiras campanhas de pintura mural da capela-mor e da nave/arco triunfal da igreja de São Salvador de Bravães (Ponte da Barca), segundo proposta de Joaquim Inácio Caetano (2001: 26-35), as únicas obras datadas são as de Bravães (1501 ou 1510) e as dos santos beneditinos de Pombeiro (Felgueiras).

de Lordelo (Felgueiras) e do qual só subsistem registos fotográficos, São Martinho de Penacova (Felgueiras) e Santa Marinha de Vila Marim (Vila Real) (Rosas, 2008: 364).

Diferente é a interpretação de Paula Bessa. Segundo esta autora estamos diante de duas camadas de pinturas sobrepostas, antepondo-se a *Epifania* a uma mais antiga, ao nível do rodapé (Bessa, 2008: 180). Esta última, com o padrão de quadrifólios semelhante ao de Bravães, foi certamente realizada em inícios do século XVI (Bessa, 2008: 181), pelo que esta autora acredita que a *Epifania* datará à roda dos anos trinta de quinhentos (Bessa, 2008: 182).

Além do arco triunfal, acima referido, transformado seguramente durante a Época Moderna, resistem nesta Igreja apenas alguns componentes do mobiliário litúrgico original, característicos de uma prédica e de uma estética pós-tridentinas: o púlpito e o retábulo-mor.

Ao longo do século XVIII e segundo os capítulos de visitas existentes no fundo de Visitas e Devassas do Arquivo Distrital de Braga, foram várias as intervenções efetuadas em Freixo de Baixo a pedido dos eclesiásticos bracarense. Estando a fábrica do edifício a cargo dos religiosos do convento de São Gonçalo de Amarante, eram a estes dirigidos o maior número de admoestações e recomendações sobre o estado e conservação do património eclesial. Mas aos fregueses competia o provimento de algumas obras, como veremos.

Em 1798, o visitador lembrava a obrigação de um novo retábulo, deixada nos capítulos anteriores, pois a capela-mor achava-se com “hum retábulo muito antigo, e sem proporção à grandeza da mesma”⁵. Este retábulo poderia tratar-se do mesmo que refere o pároco Manuel Teixeira Barbosa, na sua memória de 1758, dizendo que a Igreja de Freixo de Baixo tinha três altares (a designação é do documento) “hum na capella maior com a imagem do dito Salvador, padroeiro e mais hum colateral, da parte do evangelho no corpo da igreja com a imagem de Nossa Senhora do Rozario e da parte da Epistola tem outro altar com a imagem de Santo Antonio e o Menino Deos” (Barbosa, 1758).

No ano seguinte, novamente foram chamados à atenção os padroeiros “que tiveram em pouca consideração os Capitulos da Vezita passada, pois apenas mandarão encarnar a Imagem do Santissimo Padroeiro desta Igreja, e promtificarão umas tocheiras, deixando o mais em esquecimento”. Os fregueses, a quem competia zelar pela conservação do corpo da Igreja, não foram esquecidos neste capítulo, sendo intimados, na pessoa do juiz da Igreja, para mandarem igualar e concertar o pavimento da nave cujas pedras se encontravam “deziguais e tiradas do lugar”⁶.

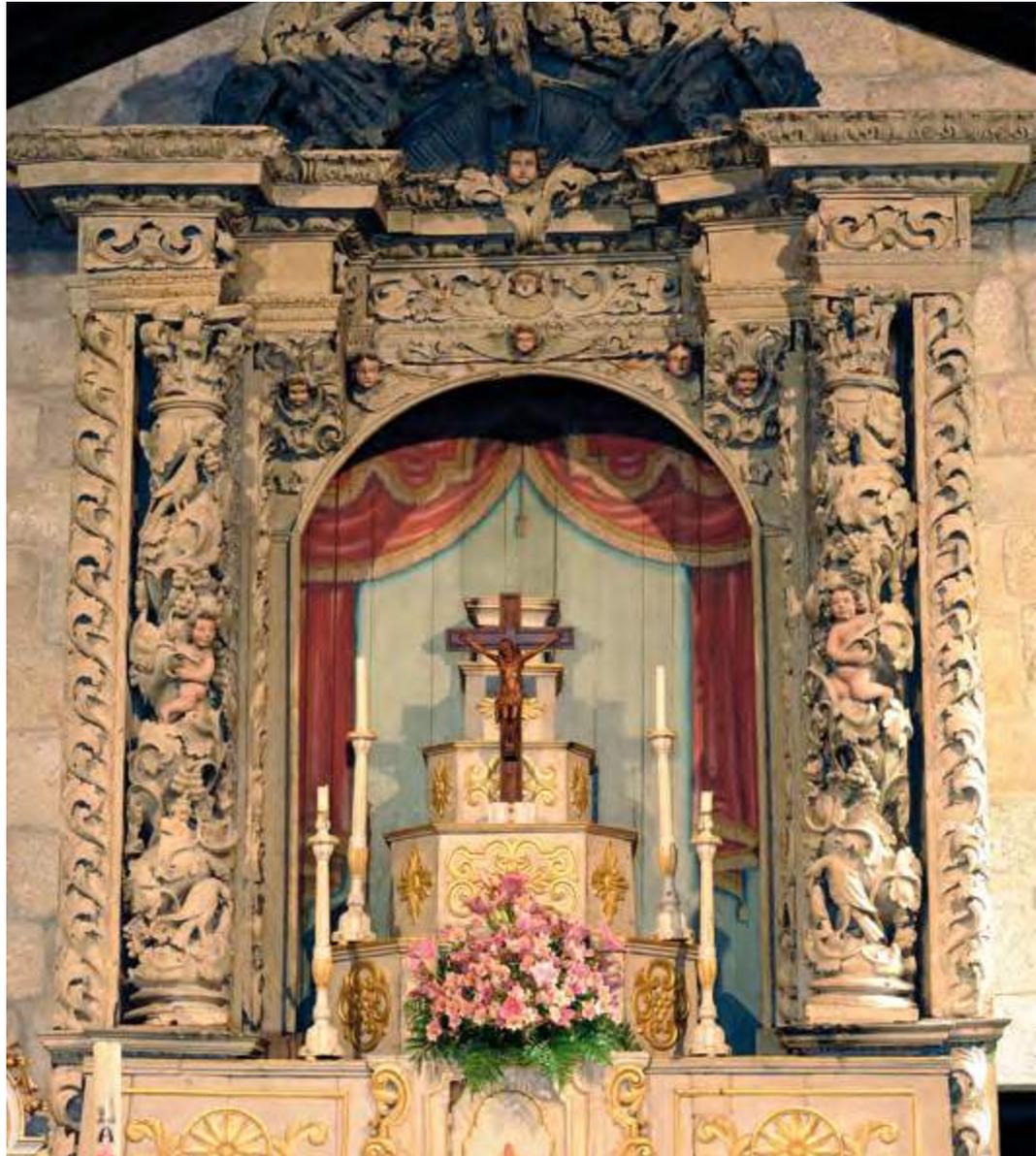
Esta Igreja foi, durante o século XX, expurgada de grande parte do património móvel e integrado, de que resta apenas parte do retábulo maior em talha, de estilo barroco nacional (comutado pela substituição recente do trono, predela e frontal), e algumas esculturas.

Em 1758 expunham-se à devoção as imagens do padroeiro, o Salvador, da Virgem do Rosário, de Santo António e do Menino Deus. Em 1924, na sequência do arrolamento dos bens culturais determinados pela República Portuguesa, eram já seis as esculturas que integravam o acervo patrimonial da Igreja de Freixo de Baixo, uma do Salvador, outra de São Sebastião, outra do Sagrado Coração de Jesus e três representando a Virgem com os seus títulos respetivos: das

5 ADB – Visitas e Devassas. *Sousa & Ferreira* (1.ª parte). Livro 117, fl. 21 v.º. Não obstante a qualificação de grandeza, a Igreja não tinha sacrário em 1726, como informa Francisco Craesbeeck (1992: 359).

6 ADB – Visitas e Devassas. *Sousa & Ferreira* (1.ª parte). Livro 118, fl. 14 v.º.

Dores, do Alívio e do Rosário⁷. Este inventário não refere as imagens de Santo António e do Menino Jesus, embora quanto à primeira é possível que tenha sido recentemente substituída por uma escultura de pequenas dimensões (a. 43 cm) que se expõe numa das mísulas da parede norte da nave⁸.



Igreja. Capela-mor. Retábulo-mor.

⁷ PORTUGAL. Ministério das Finanças – Secretaria-geral – Arquivo. Comissão Jurisdicional dos Bens Culturais. Distrito do Porto. Concelho de Amarante. *Arrolamentos dos bens culturais*. Igreja de Freixo de Baixo. Livro 67, fl. 67 (ACMF/Arquivo/CJBC/PTO/AMA/ARROL/016).

⁸ Foi datada do século XIX e trata-se de uma peça de expressão vernacular (Azevedo, 1996: 75). Peça inventariada pela diocese do Porto com a cota PM60.0004 (Costa, 2008).

AS INTERVENÇÕES CONTEMPORÂNEAS

“A igreja desta freguesia acha-se em bom estado”. É com estas palavras que o pároco, conforme escreve, de “S. Salvador de Freixo de Baixo” se dirige ao Diretor das Obras Públicas do Porto, a 14 de outubro de 1864⁹. O facto de se considerar em meados do século XIX que a Igreja não necessita de obras de maior, ao contrário de outros edifícios sujeitos ao inquérito então enviado às freguesias do bispado do Porto, pode explicar porque é que só nas primeiras décadas do século XX voltamos a ter notícias institucionais sobre a Igreja do Mosteiro de Freixo de Baixo, já considerada por Francisco Craesbeeck “templo (...) antigo” (Craesbeeck, 1992: 359).

Aludimos já ao carácter despojado da Igreja, principalmente ao nível do seu interior. Mas também vimos como, pelo contrário, o interior da Igreja se encontrava bem recheado no século XVIII. Como veremos de imediato, tal decorre da intervenção realizada neste edifício entre 1941 e 1958, sob a responsabilidade da já extinta DGEMN, dentro do modelo integracionista comumente praticado, conforme denuncia a documentação publicada no *Boletim* da DGEMN n.º 92 (1958).

Recorde-se, primeiramente, que foi em 1935 que Freixo de Baixo foi classificado como Monumento Nacional¹⁰. Em maio de 1933 já decorriam as necessárias diligências com vista à sua classificação, “a bem do património artístico da nação”¹¹.

No ano seguinte, o estado de conservação do monumento era considerado como “mau” pelos serviços especializados, pelo que se julga que a curto prazo teria de ser “suspensão o culto”¹². Já chovia no altar-mor e no sacrário¹³. Necessitava, pois, a Igreja de urgentes reparações¹⁴. Mas, ao que pudemos apurar, foi só na década de 1940 que se procedeu a uma profunda intervenção de restauro, particularmente notório.

O próprio autor da notícia do *Boletim* da DGEMN relativa à descrição das principais obras realizadas assume que “bastante profundas tiveram de ser as obras de restauro”¹⁵. Além da preparação do terreno onde assenta o templo, que incluiu a realização de terraplanagens e de trabalhos de drenagem, “atacou-se propriamente a reparação do edifício”. Dentre os trabalhos enunciados destacamos os seguintes:

9 Missiva de 14 de outubro de 1864. IRHU/Arquivo ex-DGEMN/DREM, Cx. 3216/3. Correspondência igrejas do concelho de Amarante. 1864-1867.

10 DECRETO n.º 25513. *D.G. I Série*. 138 (35-06-18) 884.

11 [Cópia de missiva enviada pelo Diretor Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais ao Sr. Secretário do Conselho Superior de Belas Artes], 4 de maio de 1933. [SIPA.TXT.00898958] PT DGEMN:DSID-001/026-0068 [Em linha]. Disponível em [www: <URL: http://www.monumentos.pt>](http://www.monumentos.pt) [Nº IPA PT011301130007].

12 Ordem de Serviço n.º 1376 de 9 de março de 1936 [SIPA.TXT.00623776] PT DGEMN:DSID-001/013-1821 [Em linha]. Disponível em [www: <URL: http://www.monumentos.pt>](http://www.monumentos.pt) [Nº IPA PT011301130007].

13 Missiva do Governo Civil do Porto, Ordem de Serviço n.º 155-A de 6 de março de 1936 [SIPA.TXT.00898964] PT DGEMN:DSID-001/026-0068. Idem. Um abaixo-assinado feito ainda em 1940 pelos fregueses de Freixo de Baixo, dirigido ao Eng.º Duarte Pacheco, alude mesmo ao facto de que “chove no templo como na rua, apodrecem as madeiras dos altares, do pavimento e dos telhados e Deus, no sacrário, está exposto ao rigor das intempéries”. [SIPA.TXT.00899011 e SIPA.TXT.00899012]. Idem.

14 Ordem de Serviço n.º 227 de 10 de março de 1936 [SIPA.TXT.00623777] PT DGEMN:DSID-001/013-1821. Idem.

15 [S.a] – Igreja de Freixo de Baixo. *Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*. N.º 92 (jun. 1958) 32-33.



Obras de apeamento e reconstrução da empena do arco triunfal e de parte da parede norte. Fonte: arquivo IHRU.

“III – Apeamento e reconstrução da empena do arco triunfal e de parte da fachada norte” (o que justifica a diferente coloração do granito criando uma cicatriz).

“IV – Elevação das paredes da torre sineira, segundo os restos encontrados no paramento sul e restauro das sineiras”.

“VI – Demolição da velha sacristia e sua reconstrução”.

“VII – Picagem de rebocos (...)”.

“VIII – Demolição do coro”.

“IX – Idem dos barracões que estavam encostados à Torre”.

“X – Reconstrução das armações dos telhados da igreja e torre, e sua cobertura com telha nacional dupla”.

“XI – Lajeamento com cantaria de granito do pavimento da igreja, adro e rés-do-chão da torre”.

“XVII – Arranjo do púlpito e do altar-mor, incluindo a substituição dos elementos em mau estado”.

“XVIII – Colocação de vitrais armados em chumbo sobre aros de latão”.

“XIX – Reparações de grades de ferro”.

Como se pode depreender do acima exposto, a intervenção realizada nas décadas de 40 e 50 do século XX, em Freixo de Baixo, foi bastante profunda e transformadora da legibilidade do edifício, nomeadamente através da remoção do reboco interior ou do apeamento do coro alto. As opções então tomadas não só alteraram a própria imagem da Igreja, como também tiveram consequências evidentes ao nível da sua vivência¹⁶. Além disso, a prática inerente a esta intervenção decorre daquilo que vinha sendo praticado já, desde 1929, nas igrejas românicas restauradas por então, sob a égide do Estado Novo (1926-1974) e que, de uma maneira geral, procurava restituir-lhes, ou melhor, acentuar-lhes o seu estado primitivo, ou seja, o seu carácter de monumento de origem medieval.

271



Igreja. Obras de remoção do reboco interior. Fonte: arquivo IHRU.



Igreja. Obras de apeamento do coro alto. Fonte: arquivo IHRU.

¹⁶ Sobre o assunto veja-se Botelho (2012: 10-14).

Todavia, cremos que as opções tomadas ao nível da Igreja se coadunam mais com uma prática de restauro instalada, do que propriamente a um sentimento reintegracionista. Uma memória datada de 22 de junho de 1936 procura aferir quais as obras de conservação e de restauro necessárias a realizar na Igreja e na torre de Freixo de Baixo¹⁷. Considerou-se, então, que a Igreja não dispunha de “qualquer elemento que a recomende à admiração dos que se interessam pelo valor artístico dos Monumentos”. Dada a “autêntica lamúria” a que foi sujeita ao longo dos tempos, afirma-se que nesta Igreja “não é possível mesmo fazer reintegração pura quando a maior parte dos elementos minguem e, o que existe, é lástima”.

Para a torre, servindo nos inícios da década de 1930 como “curral de gado”¹⁸, propôs-se então uma urgente reparação do seu coroamento, conforme elucidam as alíneas IX e X do inventário do *Boletim*, atrás citado, com vista à sua “reintegração na sua feição primitiva como se faz mister”¹⁹.

Quatro anos mais tarde, sendo que os trabalhos ainda não tinham sido iniciados, diversos signatários apelaram ao então ministro das Obras Públicas, Duarte Pacheco, para que incluisse no orçamento do ano de 1941 a verba necessária à realização das obras de restauro de que necessitava o conjunto monástico de raiz medieval da freguesia de Freixo de Baixo²⁰. Neste contexto, não deixa de ser digno de registo o elogio que a população da freguesia fez, em 1940, à ação que por então se vinha fazendo em prol dos monumentos nacionais²¹:

“A obra do Governo que, mercê de Deus, vem presidindo, desde o 28 de Maio, aos destinos do Paiz tem sido grande em tudo, e deveras notável no que, particularmente diz respeito à conservação e restauro do magnífico património artístico, arquitectónico e histórico de Portugal.

Centenas de monumentos foram já carinhosamente restaurados e protegidos pela acção patriótica do Ministério de cuja pasta Vossa Excelência é o muito ilustre a actual detentor. Nêste mesmo concelho o grandioso mosteiro de Travanca é um exemplo flagrante da benéfica e criteriosa acção governamental”.

Como se vê, em 1941 foram iniciadas, de facto, as obras que, dezassete anos mais tarde, o *Boletim* n.º 92 da DGEMN memora.



Igreja. Obras de reparação do coroamento da torre. Fonte: arquivo IHRU.

17 Memória de 22 de junho de 1936 [SIPA.TXT.00898984 e SIPA.TXT.00898985] PT DGEMN:DSID-001/026-0068, Disponível em [www: <URL: http://www.monumentos.pt>](http://www.monumentos.pt) [Nº IPA PT011301130007].

18 Ao que pudemos apurar, tal situação continuava em 1942. Um ofício enviado da Repartição do Património da Direção Geral da Fazenda Pública inclui uma cópia de uma carta do então pároco onde se denuncia “vil tristeza” por ainda continuar ativa a corte de bois do lado sul da torre. Desaparecera já a do lado poente. Acrescenta o pároco: “Dizem-me que o Snr. Engenheiro (ainda não consegui estar com êle) afirma que assim ficará muito bem. Respeito a sua opinião, mas por certo êle não está convencido de que fazendo assim serve o património Nacional. Convém ao dono da corte, mas a arte e o património ficam chorando: a primeira com o desprezo imerecido, o segundo com o dinheiro mal aplicado” [sublinhado na fonte]. (Cópia, Repartição do Património da Direção Geral da Fazenda Pública, 8 de julho de 1942 [SIPA.TXT.00899049 e SIPA.TXT.00899050] PT DGEMN:DSID-001/026-0068 [Em linha]. Disponível em [www: <URL: http://www.monumentos.pt>](http://www.monumentos.pt) [Nº IPA PT011301130007]).

19 Memória de 22 de junho de 1936, Idem.

20 [Abaixo assinado], [outubro de 1940] [SIPA.TXT.00899009 a SIPA.TXT.00899012] PT DGEMN:DSID-001/026-0068. Idem.

21 Idem.

Em 1971, foi criada uma Zona Especial de Proteção, através do Diário de Governo n.º 65 (2.ª Série), de 18 de março de 1971, no sentido de ampliar a já existente desde 1935. Ainda no âmbito da intervenção centrada na década de 50, foi rebaixado o caminho que, do lado norte, permitia o acesso à Igreja. Tal opção deveu-se ao facto de este “caminho [que] se encontrava junto da Igreja com um nível bastante superior ao pavimento interior, o que provocava, como é natural, grande infiltração das águas pluviais, com todos os inconvenientes”²².

Recorde-se, por fim, que foi no âmbito desta intervenção que foi destacada a pintura a fresco alusiva à cena da *Epifania* e que se encontrava colocada “aproximadamente no mesmo sítio de onde foi arrancada”²³. No entanto, no ano de 1965 há já notícias que nos informam que “parte da película cromática se encontra solta tendo até já caído um pequeno fragmento”²⁴. Cinco anos mais tarde foi deliberada a sua remoção temporária para o Instituto José de Figueiredo, para ser sujeita a uma intervenção de conservação²⁵.

Em 2010, Freixo de Baixo passa a integrar a Rota do Românico. É, pois, neste contexto que foram previstos diversos trabalhos de “tratamento do imóvel e envolvente e do espaço do adro” (Costa, 2012). [MLB / NR]

Está ainda previsto um projeto de conservação e restauro da pintura mural *Adoração dos Reis Magos* (DRCN, 2014a), bem como do património integrado – talha e acessórios de retábulo, escultura de vulto e mobiliário eclesiástico (DRCN, 2014b) – desta Igreja. [RR]

273

22 Memória, 30 junho 1950. IRHU/Arquivo ex-DGEMN/DREMND/DM – DGEMN:DREMND-2491.

23 Ofício n.º 907 de 27 de agosto de 1965. Idem

24 Idem.

25 Ofício n.º 1007 de 15 de setembro de 1970. Idem.

CRONOLOGIA

Antes de 1120: fundação do Mosteiro de Freixo de Baixo;

1379: data inscrita na epígrafe funerária do prior D. Afonso;

1540: o Mosteiro de Freixo de Baixo é anexado ao convento de São Gonçalo de Amarante;

1758: existiam três altares na Igreja de Freixo de Baixo, o altar-mor e dois colaterais;

1864: o Mosteiro de Freixo de Baixo encontrava-se em bom estado de conservação;

1935: a Igreja de Freixo de Baixo é classificada como Monumento Nacional;

1941: início das obras de restauro;

1958: é editado o *Boletim* n.º 92 da DGEMN relativo à intervenção de Freixo de Baixo;

1971: define-se uma Zona Especial de Proteção da Igreja de Freixo de Baixo;

2010: o Mosteiro de Freixo de Baixo passa a integrar a Rota do Românico.

BIBLIOGRAFIA E FONTES

[S.a.] – *Mosteiro do Divino Salvador / Igreja paroquial de Freixo de Baixo / Igreja do Divino Salvador: pormenor de pintura mural representando "A adoração dos Reis Magos"* [Material fotográfico]. Amarante: [s.n., s.d.]. Arquivo do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (ex-DGEMN). N.º Inventário IPA.00004827, FOTO.00053183.

_____ – *Mosteiro do Divino Salvador / Igreja paroquial de Freixo de Baixo / Igreja do Divino Salvador. Interior: obras* [Material fotográfico]. Amarante: [s.n., s.d.]. Arquivo do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (ex-DGEMN). N.º Inventário IPA.00004827, FOTO.00053182.

_____ – *Mosteiro do Divino Salvador / Igreja paroquial de Freixo de Baixo / Igreja do Divino Salvador. Interior: obras* [Material fotográfico]. Amarante: [s.n., s.d.]. Arquivo do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (ex-DGEMN). N.º Inventário IPA.00004827, FOTO.00053198.

_____ – *Mosteiro do Divino Salvador / Igreja paroquial de Freixo de Baixo / Igreja do Divino Salvador. Interior: obras* [Material fotográfico]. Amarante: [s.n., s.d.]. Arquivo do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (ex-DGEMN). N.º Inventário IPA.00004827, FOTO.00053200.

_____ – *Mosteiro do Divino Salvador / Igreja paroquial de Freixo de Baixo / Igreja do Divino Salvador. Vista parcial: obras* [Material fotográfico]. Amarante: [s.n., s.d.]. Arquivo do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (ex-DGEMN). N.º Inventário IPA.00004827, FOTO.00053198.

_____ – Igreja de Freixo de Baixo. *Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*. N.º 92 (jun. 1958).

AFONSO, Luís Urbano – *A pintura mural portuguesa entre o gótico internacional e o fim do renascimento: formas, significados, funções*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2009.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de – *Arquitectura românica de Entre Douro e Minho*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1978. Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

ARQUIVO DISTRITAL DE BRAGA (ADB) – Visitas e Devassas. *Sousa & Ferreira* (1.ª parte). Livro 117, fl. 21 v.º; livro 118, fl. 14 v.º.

AZEVEDO, Carlos Moreira de, coord. – *Roteiro do culto antoniano na diocese do Porto*. Porto: Fundação Manuel Leão, 1996.

BARBOSA, Manuel Teixeira – [Memória Paroquial de] Freixo de Baixo [Manuscrito]. 1758. Folio n.º 117-1126. Acessível em ANTT, Lisboa. Memória n.º 185.

BARROCA, Mário – *Epigrafia medieval portuguesa: 862-1422*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.

BARROS, João de – *Colecção de manuscritos inéditos agora dados à estampa V: geographia d'entre Douro e Minho e Trás-os-Montes*. Porto: Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1919.

BESSA, Paula – *Pintura mural do fim da Idade Média e do início da Idade Moderna no norte de Portugal*. Braga: Universidade do Minho, 2008.

BOTELHO, Maria Leonor – Laicismo no restauro do património religioso da época românica. *Invenire*. N.º 4 (2012) 10-14.

CAETANO, Joaquim Inácio – *O Marão e as oficinas de pintura mural nos séculos XV e XVI*. Lisboa: Aparição e Autor, 2001.

COSTA, A. Carvalho da – *Corografia portuguesa e descripçam topografica do famoso reyno de Portugal...* Lisboa: Off. de Valentim da Costa Deslandes, 1706-1712.

COSTA, Jorge – *Igreja de Freixo de Baixo. Freixo de Baixo, Amarante*. Porto: Direção Regional de Cultura do Norte – Direção de Serviços dos Bens Culturais, 2012. Texto policopiado.

COSTA, José Augusto Coelho Abreu – *Adoração dos Reis Magos* PM60.0072 [Em linha]. Porto: Diocese do Porto, 2008. [Consult. 06 de setembro de 2012]. Disponível em [www: <URL: http://inweb.bcdp.org>](http://inweb.bcdp.org).

_____ – *St.º António* PM60.0004 [Em linha]. Porto: Diocese do Porto, 2008. [Consult. 06 de setembro de 2012]. Disponível em [www: <URL: http://inweb.bcdp.org>](http://inweb.bcdp.org).

CRAESBEECK, Francisco Xavier da Serra – *Memórias ressuscitadas da província de Entre-Douro-e-Minho no ano de 1726*. Ponte de Lima: Carvalhos de Basto, 1992.

DECRETO n.º 25513. D.G. I Série. 138 (35-06-18) 884.

DIONÍSIO, Sant'Anna – *Guia de Portugal: Entre Douro e Minho: I – Douro Litoral*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994.

MONTEIRO, Manuel – *Igrejas medievais do Porto: obra póstuma*. [S.l.]: Marques de Abreu, 1954.

_____ – *S. Pedro de Rates: com uma introdução à cerca da architectura românica em Portugal*. Porto: Imprensa Nacional, 1908.

PORTARIA. D.G. Série II. 65 (1971-03-18).

PORTUGAL. Ministério da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território – IRHU/Arquivo ex-DGEMN – *Processos vários*, N.º IPA PT011301130007 [Em linha]. Disponível em [www: <URL: http://www.monumentos.pt>](http://www.monumentos.pt).

PORTUGAL. Ministério das Finanças – Secretaria-geral – Arquivo – Comissão Jurisdicional dos Bens Culturais. Distrito do Porto. Concelho de Amarante. *Arrolamentos dos bens culturais*. Igreja de Freixo de Baixo. Livro 67, fl. 67 (ACMF/Arquivo/CJBC/PTO/AMA/ARROL/016).

PORTUGAL. Secretaria de Estado da Cultura. Direção Regional de Cultura do Norte – *Caderno de encargos n.º 20 / GTPI-DRCN / 2014: conservação e restauro da pintura mural da igreja do mosteiro do Divino Salvador de Freixo de Baixo, concelho de Amarante, distrito do Porto*. Vila Real: Direção Regional de Cultura do Norte, 2014a. Texto policopiado.

_____ – *Caderno de encargos n.º 22 / GTPI-DRCN / 2014: conservação e restauro do património integrado (talha e acessórios de retábulo, escultura de vulto e mobiliário eclesiástico): igreja do mosteiro do Divino Salvador / Freixo de Baixo*. Vila Real: Direção Regional de Cultura do Norte, 2014b. Texto policopiado.

ROSAS, Lúcia Maria Cardoso – Igreja de São Mamede de Vila Verde: 1. A Igreja na Época Medieval. In ROSAS, Lúcia Maria Cardoso, coord. cient. – *Românico do Vale do Sousa*. [Lousada]: Valsousa – Rota do Românico, 2008.

SANTA MARIA, Nicolau de – *Chronica da ordem dos conegos regrantes do patriarcha S. Agostinho*. Lisboa: na Officina de Ioam da Costa, 1668.

SANTOS, Reinaldo dos; NOVAIS, Mário, fotografias de – *O românico em Portugal*. Lisboa: Editorial Sul, 1955.

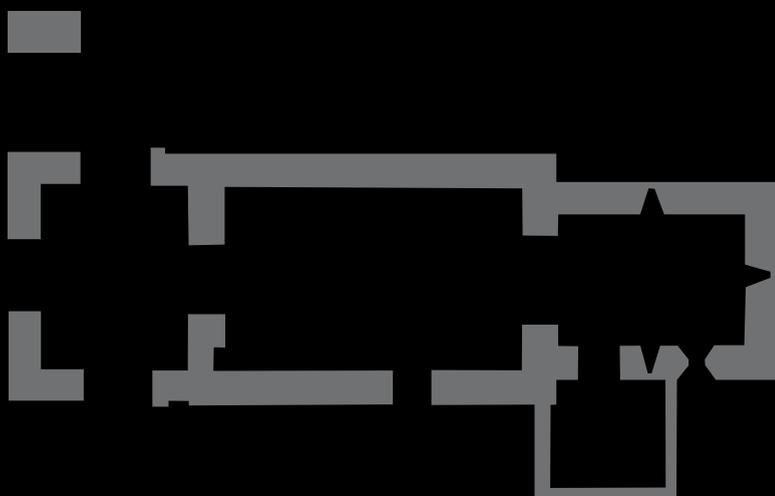
VASCONCELOS, Joaquim de; ABREU, Marques – *A arte românica em Portugal: texto de Joaquim de Vasconcelos com reproduções seleccionadas e executas por Marques Abreu*. Porto: Edições Illustradas Marques Abreu, 1918.





IGREJA
DE SÃO JOÃO
BAPTISTA
DE GATÃO
AMARANTE

IGREJA
DE SÃO JOÃO
BAPTISTA
DE GATÃO
AMARANTE



Planta.

PREÂMBULO HISTÓRICO

A Igreja de Gatão parece ter integrado, na Idade Média, a vasta terra de Sousa, em que o Catálogo das Igrejas de 1320 a inclui, taxando-a em 80 libras – valor francamente diminuto quando comparado com as matrizes vizinhas de Telões (1500 libras) ou Freixo de Baixo (400 libras) (Almeida e Peres, 1971), ambas em Amarante. Na reorganização subsequente que afetou esta região de fronteira (entre bispados) constituiu-se como parte do outrossim vasto termo do concelho de Celorico de Basto.

Não obstante a atenuada importância económica da Igreja de Gatão (reflexo certamente dos seus reduzidos limites), foi abadia e, ao longo da Época Moderna, são referidos alguns dados que supõem um crescimento no seu capital: em 1706, rendia 200 mil réis (Craesbeeck, 1992: 342) e, em 1758, 500 mil, segundo o pároco João de Magalhães (Niza, 1767: 267). No início de setecentos não possuía sacrário, talvez por servir um número relativamente pequeno de contribuintes maiores (150 fogos, em 1706, e 70, em 1767) (Costa, 1706-1712: 149; Niza, 1767: 267).

Ainda em 1758, submetia-se no eclesiástico e no espiritual ao arcebispado de Braga¹, no civil e no judicial à comarca de Guimarães e à vila de Celorico de Basto, de cujo termo era donatário o Marquês de Valença. O padroado da Igreja pertencia ao ordinário, ou seja, ao bispo do Porto, que apresentava o pároco e recebia a renda, cujo valor orçava pelos já referidos 500 mil réis (Magalhães, 1758).

Pela reorganização diocesana de 1882, passou da arquidiocese de Braga para a diocese do Porto (Igreja Católica, 1881).



Vista geral.

¹ Nas *Inquirições de 1258* era da apresentação do arcebispo de Braga.

O MONUMENTO NA ÉPOCA MEDIEVAL: OS VESTÍGIOS ROMÂNICOS

solada relativamente à povoação que dela se serve, a Igreja de São João Baptista de Gatão é, nas palavras de Luís Urbano Afonso, um bom exemplar da hibridez estilística que se manifesta em muitos edifícios do mundo rural português levantados ao longo dos séculos XIII e XIV (Afonso, 2009). Aos elementos ornamentais nitidamente românicos justapõem-se outros definíveis dentro de períodos artísticos posteriores e que acabaram por marcar profundamente a fisionomia e a legibilidade deste exemplar amarantino de arquitetura religiosa.

Estamos diante de uma Igreja cuja planta longitudinal é composta por galilé, nave única e capela-mor quadrangular. Em termos volumétricos, ao nível dos alçados, embora a galilé e a nave apresentem a mesma altura, como que formando um único e só corpo, a capela-mor apresenta-se mais baixa que esta última.

A cabeceira é, pois, o único elemento românico que se conserva com maior integridade. Na parede fundeira destaca-se uma fresta românica, abocinada e delimitada no interior, no seu arco de volta perfeita, por um toro. Do lado da Epístola rasgam-se ainda dois janelões retangulares, visivelmente modernos, e que permitem a iluminação interna deste espaço. É também deste lado que se rasga a porta de acesso à sacristia. No alçado norte, uma estreita fresta idêntica à da nave e à da parede fundeira da abside. Digna de destaque é a cornija que, em ambos os alçados da cabeceira, é sustentada por uma banda lombarda. Ao alçado sul adossa-se a sacristia, construção posterior e iluminada por duas pequenas janelas retangulares, que, no entanto, ainda deixa entrever este tema caracteristicamente românico e que surge em diversos monumentos



Fachadas oriental e norte.



Fachada norte. Capela-mor. Cornija.



Arco triunfal.

desta época edificados ao longo dos vales do Sousa, do Tâmega e do Douro: Paço de Sousa (Penafiel), São Pedro de Ferreira (Paços de Ferreira), São Vicente de Sousa e Santa Maria de Airães (Felgueiras) ou São Martinho de Mouros (Resende) são alguns exemplos. Foi a partir da fachada principal da sé velha de Coimbra que este motivo se disseminou um pouco por todo o românico português, assumindo um lugar peculiar no seio daquilo que Manuel Monteiro denominou como “românico nacionalizado” (Monteiro, 1943): assentando em cachorros lisos, a cornija sobre arquinhos afirma-se no seio desta família do românico português ao nível do remate superior dos alçados laterais.

A abside de Gatão assume-se como um espaço intimista e resguardado, fruto das dimensões e da amplitude do vão do arco triunfal, que a fecha relativamente à nave. E é precisamente ao nível deste arco, de volta perfeita, que encontramos os mais característicos elementos românicos deste edifício. Segundo Aarão de Lacerda (1937: 251) é, ainda, “a nota mais flagrante de anciania” desta Igreja amarantina. Composto por duas arquivoltas, quebradas, mas facetadas e lisas, é envolvido por um friso enxaquetado. A arquivolta interior apoia-se sobre duas colunas, cujo fuste baixo e grosso ostenta dois imponentes capitéis lavrados, numa composição formada por motivos vegetalistas e enrolamentos, embora, porque diferentes, o do lado da Epístola revele um tratamento mais cuidado no talhe da pedra. Estes capitéis são originais, mas muito tardios, embora comparáveis aos do claustro da colegiada de Guimarães (Almeida, 1978: 226). As impostas, toreadas, prolongam-se ao modo de friso pela parede fundeira da nave. Também as bases das colunas, bolbiformes, apresentam plinto ornado com motivos geometrizes.



Fachada sul.

282

Embora visivelmente transformada durante a Época Moderna, a nave ainda denuncia a sua origem medieva. Além das estreitas frestas que permitem, duas de cada lado, a iluminação do espaço interno, no lado sul rasga-se um simples portal com arco ligeiramente quebrado, mas desprovido de qualquer elemento decorativo. A sua estrutura pode ser bem um elemento indicativo de uma cronologia avançada na conceção da fábrica medieva de Gatão. A meia altura desta fachada, um lacrimal e alguns silhares salientes, ao modo de modilhões, deixam entrever a existência de uma estrutura alpendrada que, entretanto, desapareceu. Atente-se, ainda deste lado, às diferenças existentes ao nível do corte dos silhares que dão corpo ao paramento e que atestam ou a existência de várias campanhas construtivas da fábrica ou, ainda, a marca de transformações profundas sofridas por Gatão ao longo dos séculos.

Na extremidade de ambos os alçados da nave foi rasgado um arco, cuja matriz clássica é atestada pelas linhas da imposta. Permitindo um acesso lateral à galilé, no seu fecho exhibe-se um mascarão também ele de raiz clássica e idêntico ao que remata a aduela do fecho da fachada principal.



Galilé.

Citando João de Castro², “um dos maiores títulos da nobreza da Igreja de Gatão é constituído, como se sabe, pela colecção de frescos que adornam, interiormente, algumas das suas paredes” (Castro, 1951: 9). Uma campanha datada de finais do século XV legou-nos seis painéis de pintura mural, cuja descoberta, nos anos trinta do século XX, tem vindo a ser atribuída ao pároco Manuel Couto (Correia et al., 1936-1960: 226). Foi Aarão de Lacerda quem as publicou pela primeira vez em 1937. As pinturas existentes distribuem-se pela parede testeira da nave e na parede fundeira da capela-mor. Pelas suas características plásticas são fruto de uma mesma campanha, denotando uma cronologia relativamente recuada dado o seu vincado arcaísmo (Afonso, 2009: 351).

Na nave, as pinturas murais desenvolvem-se acima do nível que deveriam ter os “altares de fora”, certamente acompanhando-os (Bessa, 2008: 192). No lado do Evangelho surge uma representação alusiva à *Coroação da Virgem*, acompanhada por anjos, com o Menino. Luís Urbano Afonso destaca o modo empírico como se tentam criar os ornatos e a noção de volume no panejamento da Virgem (Afonso, 2009: 352). No lado da Epístola vemos uma representação de um conjunto de santos, formado por *Santa Luzia* (muito danificada, reduzida a quase metade), *São Sebastião* (preso a uma coluna e cravado por flechas) e *Santa Catarina* (acompanhada dos seus atributos, a roda do martírio e uma espada quatrocentista de pomo bulboso) (Bessa, 2008: 192), todos eles apresentados frontalmente, cada um dentro de uma estrutura arquitetónica, definindo uma arcada de colunelos bastante esguios e coberta por uma cúpula com cobertura em escama (Afonso, 2009: 352). A cada santo corresponde uma tipologia de pavimento: as santas surgem sobre um pavimento formado por ladrilhos esbranquiçados, dispostos em lisonja, tendo como fundo um paramento de tons amarelados, enquanto *São Sebastião* está sobre um espaço pavimentado com ladrilhos quadrangulares amarelos.

De um modo geral, nestas representações hagiográficas abdicou-se de criar qualquer noção de profundidade espacial, apresentando-se as figuras contra o fundo sem qualquer espécie de transição (Afonso, 2009: 352). Esquemáticas ao nível do desenho e da modelação, é nelas particularmente notória a presença de um modelo para fazer os elementos constituintes dos rostos (olhos/nariz/boca), sobretudo no caso dos rostos apresentados a três quartos (Afonso, 2009: 352). Tanto Paula Bessa como Luís Urbano Afonso são concordantes em identificar grandes semelhanças entre estas pinturas e as que têm sido atribuídas à oficina ativa em Valadares (Baião) ou em São Nicolau (Marco de Canaveses): o mesmo tipo de desenho, a mesma forma de tratamento das vestes dos anjos, pavimentos em losangos e o motivo do quadrifólio (Bessa, 2008: 193; Afonso, 2009: 353-356).

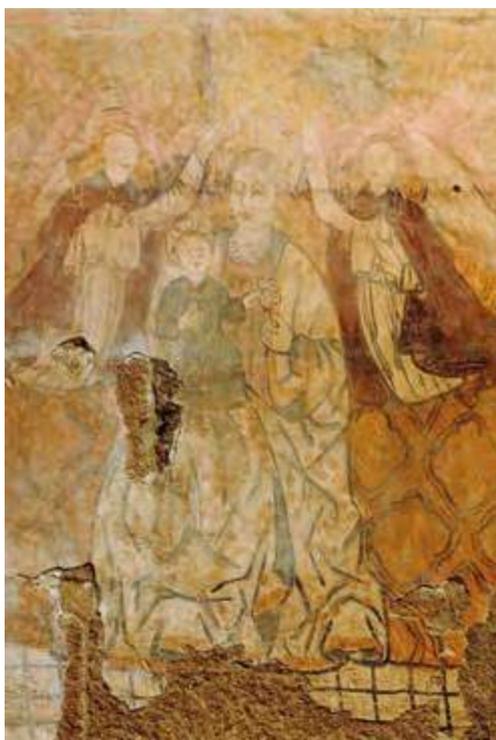
No eixo do arco triunfal existe uma pintura datável da segunda metade do século XVI onde se representa um *Calvário*, embora extremamente repintado (Afonso, 2009: 352). Cristo surge

² As diversas notícias históricas publicadas nos boletins da Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) dados ao prelo até 1955 devem-se certamente a este dramaturgo, facto também comprovado pelos processos administrativos da Direção-Geral (Grilo, 1999: 4).

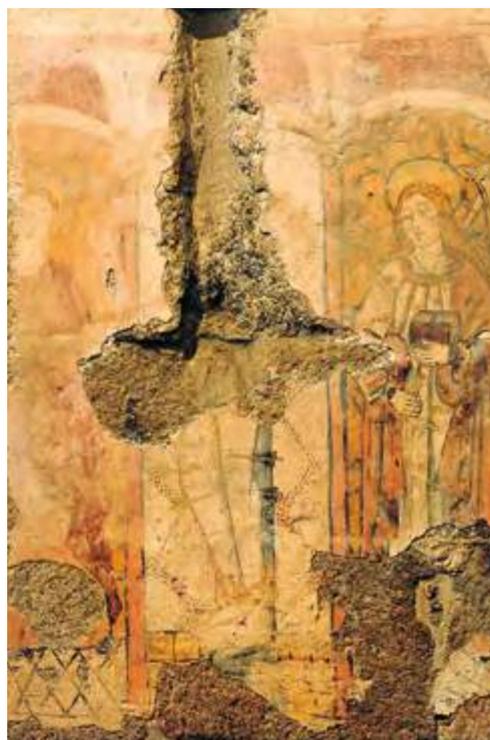


284

Arco triunfal. Parede. Pintura mural.



Parede do lado do Evangelho. Coroação da Virgem.



Parede do lado da Epístola. Santa Luzia, São Sebastião e Santa Catarina de Alexandria.

acompanhado pela Virgem e por São João. Conforme destaca Paula Bessa, esta pintura é um dos poucos casos que sobrevive e que resulta de uma determinação, sucessiva, de que se pinte um *Calvário* com Nossa Senhora e São João no topo do arco triunfal, conforme deliberação das Visitações do século XVI que se conservam no arcebispado de Braga (Bessa, 2008: 194).

De uma campanha anterior, há ainda pinturas murais na parede fundeira da capela-mor. A posição central era ocupada pela representação de *São João Baptista* e que foi destacada durante a intervenção de restauro realizada pela Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) nesta Igreja de Gatão, em resposta à opção por se deixar à vista a fresta axial românica, critério aliás muito seguido durante este tipo de intervenções. Recorde-se o exemplo próximo da Igreja de Santo Isidoro de Canaveses (Marco de Canaveses). Representando o painel central desta composição o orago da Igreja, este era mais alto e mais largo do que as restantes imagens, pintado num nicho definido pelo arco a pleno centro, rasgado na parede fundeira da capela-mor, onde antes se encontrava a fresta axial (Afonso, 2009: 353).

Fotografias anteriores ao destacamento do painel de *São João Baptista* mostram que a composição original se apresentava à maneira de tríptico fingido, emoldurado através de uma banda decorativa formada por folhagens acânticas pintadas em grisalha (Afonso, 2009: 353). Estas formavam como que o retábulo do altar da cabeceira românica. Luís Urbano Afonso alude ao facto de se conservar ainda nesta composição parte de uma legenda, apenas identificativa do tema iconografado, sob o limite inferior das figuras, mas infelizmente não se consegue ler na totalidade, quer por causa do desgaste da pintura, quer devido à sujidade que a pintura apresenta. A sua composição foi assim descrita por Aarão de Lacerda que a observou, *in loco*, em

285



Arco triunfal e capela-mor. Pintura mural antes das intervenções da DGEMN. *Calvário* e *São João Baptista*.
Fonte: arquivo IHRU.



Arco triunfal. Topo da parede. Pintura mural. *Calvário*.



Capela-mor. Parede fundeira. Pintura mural. *Cristo a caminho do Calvário e Santo António*.

286

1937: “é o Santo do deserto, vestido de peles, donde pendem ossos para estas se conservarem verticais – com o cordeirinho sôbre o livro na mão esquerda e que a sua mão direita aponta como símbolo a venerar... À volta, sôbre o toro da moldura e na base, há uma decoração com motivos do renascimento” (Lacerda, 1937: 254-255).

No lado da Epístola, *Santo António* veste hábito franciscano e segura uma flor-de-lis e o Menino sobre um livro. Na parte inferior deste fresco encontra-se assim a seguinte inscrição já incompleta: “ORA...NOBIS...B...ANTONI (...)” (Lacerda, 1937: 257). Na outra extremidade, uma cena que retrata *Cristo a caminho do Calvário*, aqui representado mais na atitude de quem procura levantar a cruz, muito prejudicado no rosto onde, sob a coroa de espinhos, mal se distinguem os seus olhos dolorosos (Lacerda, 1937: 252). Na parte inferior, sob a tarja de azulejos hispano-árabes, fíngidos, lê-se esta inscrição: “HVMILIAVIT SEMETPM VSQUE AD MORTEM” (Bessa, 2008: 190)³. Neste painel existe uma barra de grillhagem (Bessa, 2008: 191).

A fachada ocidental assume-se plasticamente como um elemento fruto de uma campanha realizada na Época Moderna, apesar da evidente contenção plástica. Citando Aarão de Lacerda, “dir-se-ia um templosinho seiscentista, sem pretensões, ao fitá-lo assim, apenas de frente...” (Lacerda, 1937: 250). Nela destaca-se o branco da cal dos paramentos que envolvem as aduelas do arco de volta perfeita e que permite o acesso ao interior da galilé. Também aqui vemos o mesmo mascarão que fecha os arcos dos acessos laterais a que já nos referimos anteriormente. Sobre este arco um óculo. A fachada termina superiormente sob a forma de frontão interrom-

³ A expressão, incompleta, remete para o versículo da Epístola de São Paulo aos Filipenses (Fl 2, 8): “Humiliavit semetipsum, factus obediens usque ad mortem, mortem autem crucis” (“Humilhou-se a si mesmo, feito obediente até a morte, e morte de cruz”).



Fachada ocidental.

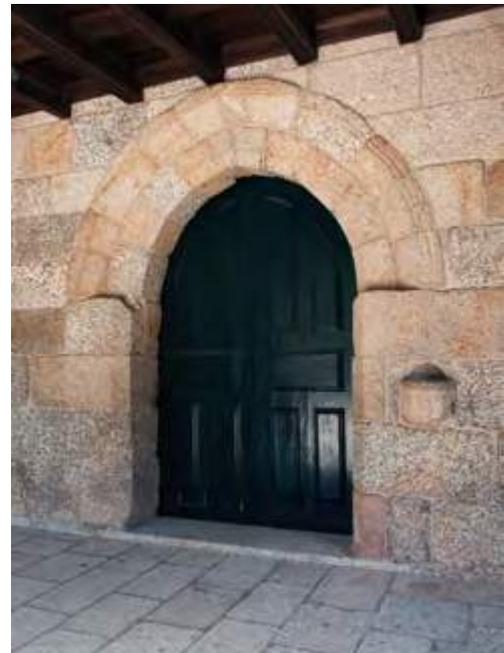
vido, rematado nos ângulos por pináculos barroquizantes e ostentando ao centro uma cruz simples, em granito. Adossado a esta fachada, a norte, ergue-se um duplo campanário, também ostentando cruz e rematado nas extremidades por pináculos. Na parte inferior da sineira rasga-se um arco de volta perfeita e que permite o acesso, pelo adro, à fachada lateral da Igreja.

No interior da galilé, a cobertura é de madeira e esta abriga um simples portal formado por duas arquivoltas ligeiramente quebradas e apoiadas diretamente sobre os pés-direitos do muro. Do lado direito do observador vemos uma simples pia de água benta, suspensa no muro.

Regressando ao interior da Igreja, devemos chamar a atenção para uma escultura titulada da Virgem do Rosário, remanescente do património integrado que preenchia o espaço eclesial. Na sequência da reabilitação dos frescos e das intervenções puristas da DGEMN de meados do século XX, todos os retábulos foram apeados. Apenas as imagens restaram, portanto, da descrição de 1758: “tem a Igreja tres altares o Major e dois Coletrais [sic], no mejo do Major está o tabernaculo do Sanctissimo Sacramento, e da parte do Evangelho está Sam Joam imagem de vulto, no Coletral [sic] da parte do Evangelho está Nossa Senhora do Rosario tambem de vulto e no outro Coletral da parte da Epistola esta o Menino JEZUS”. A escultura de vulto a que se refere o pároco João de Magalhães, quando assinala o altar colateral do lado do Evangelho, pode ser a que ainda se expõe ao culto sobre um plinto na capela-mor. Trata-se de obra em madeira policromada, estofada e encarnada, representando a Virgem, em pé, transportando ao colo o Menino Jesus que, apoiado na mão esquerda da Sua Mãe, parece abençoar os fiéis que se lhes dirigem.



Fachada norte. Galilé e torre sineira.



Fachada ocidental. Galilé e portal.

Tradicionalmente, a Virgem do Rosário é reconhecida por pender da sua mão (geralmente a direita) esse elemento de apoio à oração, tão grato aos dominicanos. Estamos, contudo, perante um modelo da Virgem com o Menino que se afasta da comum iconografia do rosário e reproduz uma tipologia de invocações marcadas por atributos como a rosa ou a romã, símbolos de pureza e fecundidade que acompanharam a dispersão dos cultos marianos ao longo da Idade Média e princípio da modernidade. Como tal, tendo em conta a iconografia e apesar do bom trabalho de ornamentação que pode já anunciar a sumptuosidade barroca dos drapeados adamascados das imagens de vulto estofadas, estamos perante uma obra ainda de finais de seiscentos⁴.

Aquando do arrolamento de 1924, na sequência dos decretos republicanos que definiram as relações Estado-Igreja na I República, o número de bens móveis refletia um acervo reduzido e pobre: uma imagem do Coração de Jesus; uma imagem de Santo António; uma imagem de São João Baptista; uma imagem de Nossa Senhora do Rosário em ponto grande; uma da mesma em ponto pequeno; um missal; dois armários para arrecadação de paramentos; três cruzeiros de metal; seis jarras para flores; um vaso de metal amarelo; um turíbulo de metal amarelo; quatro casulas com os respetivos manípulos e estolas⁵.

A Gatão, à Igreja e ao espaço cemiterial edificado em frente ao templo liga-se a figura de Teixeira de Pascoaes, que aqui repousa. Nasceu em São Gonçalo de Amarante a 2 de novembro de 1877 e faleceu na sua casa do Outeiro, a 12 de dezembro de 1952.

De seu nome completo Joaquim Pereira Teixeira de Vasconcelos, destacou-se na literatura e na discussão filosófica de um País em tribulação, aquele que constituiu Portugal de finais de oitocentos e dos primeiros anos do século XX. Foi ensaísta, poeta e prosador místico, um dos que mais vincadamente marcou o panorama cultural no primeiro período contemporâneo português, que alguns autores fazem terminar com a sua morte. Feliciano Ramos definiu-o como um visionário poético (Ramos, 1958: 853), cuja obra se aproximava em densidade espiritual e metafísica à de António Nobre e Guerra Junqueiro, embora com este último apenas partilhasse a ideia de pátria, conquanto ao regime estavam em lugares opostos. Filho de um fervoroso monárquico, par do Reino, Teixeira de Pascoaes conservou o amor à coroa, conjugando-o com a luta que sempre empreendeu contra o racionalismo e o ateísmo e, cantando o mundo, viveu e morreu à sombra do Marão.

4 Não podemos concordar, portanto, com a datação atribuída pelo verbete do inventário da diocese do Porto (Inventário n.º PM80.0003) que propõe a cronologia 1701-1750 (Costa, 2008). Como exemplo, julgamos que a Virgem do Rosário de Gatão se aproxima em técnicas, materiais e iconografia à imagem da Virgem com o Menino, da paróquia de Resende (Paredes de Coura), justamente datada do século XVII (Tedim, 2002: 10).

5 PORTUGAL. Ministério das Finanças – Secretaria-geral – Arquivo. Comissão Jurisdicional dos Bens Culturais. Distrito do Porto. Concelho de Amarante. *Arrolamentos dos bens culturais*. Igreja de Gatão. 1924-08-4. Liv. 67, fl. 78-80. ACMF/Arquivo/CJBC/PTO/AMA/ARROL/019.



AS INTERVENÇÕES CONTEMPORÂNEAS

Em 1864, o pároco de Gatão, Domingos Alves da Silva, em resposta ao Inquérito realizado na diocese do Porto, alude à antiguidade da “Igreja de São João Baptista de Gatão, ou Hagatão”⁶. São parcas as informações fornecidas pelo pároco, além de aludir ao “gosto gotico” e à boa conservação desta Igreja, de que ignora a sua fundação.

Ano fundamental para a valorização patrimonial da Igreja de Gatão foi o de 1937 quando, como referimos já, na senda da descoberta dos frescos pelo padre Manuel Couto, Aarão de Lacerda publicou uma notícia relativa aos mesmos na revista *Prisma*⁷. Foi precisamente o aparecimento destes frescos que desencadeou a intenção de classificação desta Igreja amarantina como Monumento Nacional. Num ofício dirigido pelo arquiteto Baltazar de Castro ao engenheiro Henrique Gomes da Silva, Diretor-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, intercede-se precisamente a favor da classificação da Igreja de Gatão e respetivos frescos, considerados “preciosos”⁸. No ano seguinte, a proposta de classificação da Igreja de Gatão, “incluindo as pinturas murais a fresco que a decoram”, obtera já parecer favorável da Junta Nacional de Educação⁹. Apesar da “sua cândida simplicidade, e da sua fábrica tão revolvida”, considerou-se que o “merecimento de Gatão advem-lhe de algumas pinturas “a fresco” que a decoraram no século de quinhentos e que a despeito dos azares porque passou ainda encerra, mercê do elevado e amoroso interêsse do abade da freguesia”¹⁰. Foi, pois, pelo Decreto n.º 30762, publicado no Diário de Governo n.º 225, de 26 de setembro de 1940, que a Igreja de Gatão, com os seus frescos, foi classificada como Monumento Nacional. Estavam, pois, criadas as condições necessárias à sua salvaguarda e que passava, precisamente, pela realização de uma profunda intervenção de restauro.

“A ruína da Igreja de Gatão, apesar de profunda e quase generalizada, não se denunciava, exteriormente, por quaisquer lesões aparatosas e sequer bem visíveis, quando a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais iniciou os estudos que precedem sempre os complexos trabalhos exigidos pela restauração das construções históricas de maior antiguidade” (Castro, 1951: 15). No entanto, não era essa a opinião do pároco Manuel da Silva Couto que, aludindo “à dificuldade no culto” e ao perigo visível para os próprios frescos, apela à urgente necessidade de concretização das “já prometidas” reparações internas e externas¹¹. Estávamos a 13 de março

6 Silva, Domingos Alves da – Missiva (sem data) [1864]. IRHU/Arquivo ex-DGEMN/DREM, Cx. 3216/3. *Correspondência igrejas do concelho de Amarante*. 1864-1867.

7 Refira-se, aliás, que quando este autor visitou a Igreja no ano anterior, “ainda as pinturas se encontravam ocultas pelos altares, tanto na nave, como na capela-mór, sendo apenas visível a executada sobre o arco triunfal” (Lacerda, 1937: 252).

8 Ofício n.º 1264 de 11 de julho de 1939 [SIPA.TXT.00898617] PT DGEMN:DSARH-010/026-0061 [Em linha]. Disponível em [www: <URL: http://www.monumentos.pt>](http://www.monumentos.pt) [Nº IPA PT011301160008]. Refira-se aqui o elogio que Aarão de Lacerda fez ao interesse que estes dois homens, um enquanto Diretor-Geral e o outro enquanto Diretor dos Monumentos Nacionais, vinham então demonstrando pelo fresco no âmbito de uma “já longa série de restauros bem digna de se salientar na Arqueologia portuguesa contemporânea, tão prática na sua acção salvadora” (Lacerda, 1937: 259). É neste contexto que os frescos têm vindo a ser decididamente protegidos, a cuja ação se associa o nome incontornável de José de Figueiredo e para cuja existência, no nosso país, chamara a atenção.

9 Ofício n.º 107, livro A-2 da Junta Nacional de Educação de 6 de abril de 1940 [SIPA.TXT.00898619]. Idem.

10 Parecer da Junta Nacional de Educação, 1.ª subsecção – 6.ª Secção de 12 de abril de 1940 [SIPA.TXT.00898621].

11 Couto, Manuel da Silva – Missiva de 13 de março de 1941 [SIPA.TXT.00898625] PT DGEMN:DSARH-010/026-0061 [Em linha]. Disponível em [www: <URL: http://www.monumentos.pt>](http://www.monumentos.pt) [Nº IPA PT011301160008].



Nave antes das intervenções da DGEMN.
Fonte: arquivo IHRU.

de 1941. No mês seguinte, Baltazar de Castro sublinha no seio dos serviços responsáveis a necessidade de realização de “largas obras” dado o mau estado de conservação do monumento¹². E, embora estas se mostrem dispendiosas, “não sendo este dispêndio proporcional ao valor artístico e histórico daquele templo”, o valor dado aos seus frescos “exige as obras (...) para a sua conservação”¹³.

Data de 26 de julho de 1941 a memória relativa à intervenção de *Obras de reconstrução, limpeza, restauro e tratamento dos frêscos da Igreja de Gatão – Amarante*¹⁴. Partindo do precário estado de conservação do edifício, foram, então, discriminadas as obras, prevendo estas a reconstrução da sacristia exterior, um pouco deslocada da atual (embora se tenha antes optado pelo rebaixamento das suas paredes, “para desafogo dos arcos lombardos da cornija da capela-mor” (Castro, 1951: 22)); uma melhoria do acesso ao coro alto, no interior com uma nova escada e, no exterior, através da escada de serviço existente “e metida no topo dianteiro da parede lateral da nave”, a ser beneficiada (mas optou-se antes por demolir uma escada, “já antiga, que dava acesso ao coro, através da parede lateral (sul) da galilé” (Castro, 1951: 22)). A par de uma beneficiação geral do equipamento litúrgico da Igreja, no qual se inclui o púlpito (dotado de uma nova guarda de madeira), ou da conceção de um novo armário de madeira para o coro, decidiu-se simultaneamente por retirar “para fóra da igreja por falta de condições recomendáveis os altares simples de madeira aos lados do arco triunfal”, assim como o da capela-mor, “também de madeira e do mesmo tipo, para libertar o altar primitivo de granito cuja mesa ainda permanece intacta”¹⁵.

Como se pode deprender, foi bastante purista o restauro levado a cabo na Igreja de Gatão. Conforme nos elucida João de Castro, autor do texto do *Boletim* da DGEMN consagrado a esta intervenção, após o restauro foi recuperada uma “unidade construtiva necessária à (...) conservação e ao decoro estético deste edifício que há muito perdera, de forma irrecuperável, a sua unidade arquitectónica” (Castro, 1951: 20). Cremos ser de suma importância o facto de aparecer, no ano de 1951, este discurso numa obra de claro valor divulgativo. Como se sabe, datam de 1949 as fortes críticas encetadas pelo político Manuel Mendes à “obra de pura cenografia”, que considera heresia, que a DGEMN vinha realizando nos castelos, comparando a colocação das ameias nos panos de muralha “com a dentadura a pivot” (Mendes, 1949)¹⁶. Cremos que, embora noutro contexto, não é por acaso que neste *Boletim* datado de 1951 se contrapõem a “unidade construtiva à unidade arquitectónica”, alegando-se ainda que a DGEMN não pretendeu reconstituir a Igreja de Gatão como “devia ter sido na sua origem, porque isso equivaleria a iludir, com a lei da própria fantasia (erudita ou não), a lei da verdade histórica –

12 Ofício n.º 1135, de 23 de abril de 1941 [SIPA.TXT.00898626 e SIPA.TXT.00898627]. Idem.

13 Idem.

14 Memória de 26 de julho de 1941 [SIPA.TXT.00898659 a SIPA.TXT.00898655]. PT DGEMN:DSARH-010/026-0061 [Em linha]. Disponível em [www: <URL: http://www.monumentos.pt>](http://www.monumentos.pt) [Nº IPA PT011301160008].

15 Idem.

16 Esta comparação, feita por um membro da comissão central dos serviços da Candidatura da Oposição, num comício, no Porto, de apoio ao General Norton de Matos, pretendia responder ao intuito propagandista do regime materializado nas Exposições dos *15 anos de Obras Públicas*, realizadas em Lisboa, em 1948, e no Porto, no ano seguinte. Às censuras do Ministro das Obras Públicas retorquiu de novo a oposição com extenso artigo no *República*, onde se acusa o Estado de despender largas somas num projeto “improvisado e por isso mesmo discutível”. Sobre esta questão das “críticas aos preceitos praticados e à situação do património artístico nacional”, veja-se Neto (2001: 258-270).

isto é, a mascarar com um monumento falso o verdadeiro monumento” (Castro, 1951: 20). Confirmando ainda esta mudança de postura no discurso oficial da DGEMN¹⁷, vemos agora ser aceite o monumento “tal como o deixaram as inúmeras gerações de Portugueses que em várias épocas, reconstruindo-o bem ou mal, contribuíram louvavelmente para a sua conservação”. cremos que, por isto, a intervenção de Gatão é digna de constar dos anais da história do restauro e da conservação do património edificado em Portugal.

Refira-se aqui que, durante a execução destes trabalhos, o mesmo pároco de Gatão, Manuel da Silva Couto, dirigiu-se aos serviços responsáveis com uma proposta bastante original para a época¹⁸. Aproveitando o ambiente de obras que vivia por então a Igreja de Gatão, o pároco aproveitava para pedir uma ampliação da Igreja, questionando se “não poderia a portada principal vir à frente e formar uma fachada no estilo da igreja? Ficaria o corpo da igreja demasiado comprido em proporção com a largura e capela-mor. Mas não poderia, por exemplo, ficar uma inscrição a justificar essa anomalia pela necessidade do culto?” Alegava o pároco uma necessidade de mais espaço para os fiéis e que se atendesse “primeiro que tudo ao culto, a que a igreja se destina”. Este pedido não foi, como se compreende, atendido.

Voltemos à intervenção propriamente dita. Foram os frescos de Gatão um elemento de suma importância para que se avançasse com o processo de salvaguarda do imóvel. Na verdade, em 1941 chegou-se mesmo a equacionar a remoção dos frescos para um museu por forma a evitar a intervenção na Igreja (Tomé, 1998: 167). Não foi o que aconteceu. Além de ter sido conservada *in situ* a maioria das pinturas descobertas, optou-se, no entanto, por “arrancar e trasladar, sem nenhuma nova lesão, para outra parede do templo, o fresco retabular de S. João Baptista, e ainda restabelecer, pela reabertura da janela-fresta inutilizada, a primitiva feição da capela-mor” (Castro, 1951: 11). Em primeiro lugar, refira-se que esta opção foi por certo tomada posteriormente na memória datada de 1941, onde se declara que continuará “entaipada por dentro a friesta (sic) frontal da parede da capela-mór por causa do fresco que a encobre interiormente de forma a que, pelo exterior, permita a colocação do vitral”¹⁹. Não conseguimos apurar quando se optou pelo destacamento da imagem central do tríptico pintado na parede fundeira da cabeceira. A verdade é que, segundo informação de 1951, após devida “beneficiação, a imagem do Precursor reapareceu, sem nenhuma mácula deformadora, no seu quadro original, e foi colocada na nave, junto do baptistério” (Castro, 1951: 11). Mas hoje já não se encontra neste local. Em 1953, o seu estado de conservação já se mostrava deteriorado: “uma grande parte da sua superfície estava atacada por manchas que teem o aspecto de bolor e de tal modo que já não era então possível observar com nitidez o aspecto de parte da pintura”²⁰. Admitiu-se mesmo a inconveniência da sua localização junto da água da pia. Um outro documento, datado de inícios de 1969, alude novamente ao seu mau estado de conservação, não permitindo já a identificação de qualquer película cromática, oferecendo então todo o painel o aspeto de uma mancha

17 Para um maior desenvolvimento deste assunto veja-se Botelho (2010: 338 e ss).

18 Couto, Manuel da Silva – Missiva de 27 outubro 1942. IRHU/Arquivo ex-DGEMN/DREMNDM – DGEMN:DREMNDM-2492.

19 Memória de 26 de julho de 1941 [SIPA.TXT.00898659 a SIPA.TXT.00898655]. PT DGEMN:DSARH-010/026-0061 [Em linha]. Disponível em [www: <URL: http://www.monumentos.pt>](http://www.monumentos.pt) [Nº IPA PT011301160008].

20 Ofício [ilegível], 3 de abril de 1953. IRHU/Arquivo ex-DGEMN/DREMNDM – DGEMN:DREMNDM-2492.

escura²¹. Questionou-se nessa ocasião sobre a possibilidade de recuperação deste fresco, embora se tenha optado pela deslocação da brigada móvel do Instituto José de Figueiredo ao local²².

Assim, a “Informação Técnica” do *Relatório* da Brigada que se deslocou a Gatão, datada de 21 de fevereiro de 1969, confirma este diagnóstico: os frescos desta Igreja estavam então “em muito mau estado de conservação”, sendo que o mesmo acontecia com o “fresco já deslocado e fixado num novo suporte de fibro-cimento”²³. Os documentos anexos ao relatório são mais explícitos quando aludem ao seu grau de deterioração: “toda a parte inferior da imagem desapareceu quase completamente”, embora, na parte superior, “tanto a cara como o corpo conservam ainda um pouco do desenho e até vários pormenores da expressão”²⁴. Após a realização dos necessários exames de laboratório, consideraram os técnicos deste Instituto que os frescos de Gatão precisavam de ser limpos e fixados. Após a consolidação de quatro pinturas murais, deu-se notícia de que, a 15 de setembro de 1970, o fresco restaurado, ou seja, o que mostra a imagem de *São João Baptista* e se encontrava na nave, junto da pia batismal, voltara para o Instituto²⁵. A 20 de setembro de 1970, a Direção-Geral do Ensino Superior e Belas-Artes autorizou a ida do fresco para o Instituto José de Figueiredo, bem como o tratamento do mesmo²⁶. Os frescos que permaneceram *in loco* foram então fixados, os da capela-mor com injeções de água e cal e os da parede testeira da nave também com injeções de água e cal e água de cal com um pouco de gesso²⁷. Em 1977, uma outra brigada do Instituto José de Figueiredo voltou a Gatão, comprovando que os frescos necessitavam de novo tratamento (Almeida e Pessoa, 1977).

Finalmente, em 1985, surge a explicação: concluiu-se, no Instituto José de Figueiredo, que o fresco de *São João Baptista* não tinha recuperação possível, dada a irreversibilidade dos materiais usados durante o restauro dos anos de 1940 e tendo em conta o facto de que eram já ínfimas as zonas de original que persistiam²⁸. Não aconselhando assim a sua exposição ao público, nem na própria Igreja, nem num museu, como de costume nestas situações, sugeriu-se que o pároco o guardasse nalgum “sítio não húmido”²⁹. Todavia, o então pároco não se manifestou “interessado em receber o fresco nas condições em que se encontrava”³⁰. Em 2004, o fresco ainda se encontrava nas instalações do Instituto Português de Conservação e Restauro³¹.

21 Ofício n.º 251, Proc.º P. 21 de 3 de fevereiro de 1969 [SIPA.TXT.00900718] PT DGEMN: DSARH-010/026-0104 [Em linha]. Disponível em [www: <URL: http://www.monumentos.pt>](http://www.monumentos.pt) [Nº IPA PT011301160008]. Refira-se, aliás, que, já em 1937, Aarão de Lacerda (1937: 255) aludira ao seu estado “muito deteriorado, desde a paisagem, que sofreu seus maus tratos, à figura do Precursor, de face quasi apagada, mas onde se vislumbram traços de cuidada pintura”.

22 Ofício da Direção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes de 26 de março de 1969 [SIPA.TXT.00900720]. Idem.

23 PORTUGAL. Instituto de Museus e Conservação – Biblioteca Central – Cabral, Teresa – Relatório, 21-2-1969. *Processo de Brigada Móvel de Pintura Mural – Gatão*. Pasta 340. 1969.

24 PORTUGAL. Instituto de Museus e Conservação – Biblioteca Central – [Brigada Móvel do Instituto José de Figueiredo, 2-Junho70].

25 PORTUGAL. Instituto de Museus e Conservação – Biblioteca Central – Cabral, Teresa – Relatório, 21-2-1969. *Processo de Brigada Móvel de Pintura Mural – Gatão*. Pasta 340. 1969.

26 Ofício da Direção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes de 20 de julho de 1970 [SIPA.TXT.00900723]. Idem.

27 [Brigada Móvel do Instituto José de Figueiredo, 2-Junho70, manuscrito, sem assinatura]. Idem.

28 Ofício PMO-5 do Instituto José de Figueiredo de 19 de maio de 1985. IRHU/Arquivo ex-DGEMN/DREMNDM – DGEMN:DREMNDM-2492. Idem.

29 Idem.

30 Ofício PMO-57 do Instituto José de Figueiredo de 16 de janeiro de 1986. Idem.

31 Ofício PMO057 de 4 de outubro de 2004. Idem.

Regressemos à década de 1940. Uma das mais profundas intervenções que foi preciso realizar foi a de substituição total do sistema de cobertura da Igreja. A memória de 1941 alude à inteira reconstrução dos telhados, incluindo-se na intervenção um novo forro em madeira. No entanto, no decorrer desta fase da obra sentiu-se que se tinha de apear e reconstruir, “até meia altura, da parede lateral (sul) da nave”, aproveitando-se então para substituir por “duas frestas devidamente localizadas”, o “janelão ali aberto em modernos tempos” (Castro, 1951: 22). Além da consequente mudança ao nível da legibilidade deste alçado, esta intervenção torna-se tanto mais significativa pelo facto de ter gerado um protesto por parte do pároco de Gatão. A 14 de dezembro de 1942, o padre Manuel da Silva Couto alude ao facto de a obra ter sido suspensa³². Tendo-se apenas feito os alicerces da nova parede, a Igreja encontrava-se, desde outubro, a “atravessar o inverno assim neste estado”, destelhada e com uma capela apeada. Segundo explicação do arquiteto Baltazar de Castro, tal interrupção deveu-se ao facto de a verba das obras de reparação do telhado ter sido canalizada para o apeamento da parede sul da nave, que ameaçava ruína³³. Além disso, a aquisição da madeira para a armação do telhado esgotou a dotação inicial. A concessão de nova dotação permitiu que os trabalhos fossem rapidamente retomados (Tomé, 1998: 167 e ss). Em 1951 publicava-se o *Boletim* que os memorou (Castro, 1951).

Em 1966 é feita a instalação elétrica da Igreja³⁴. A iniciativa de tal intervenção foi tomada pelo novo pároco de Gatão, José Augusto de Sousa Marques, aludindo à “vantagem para os fiéis, nos actos de culto” e ao facto de que assim se realçaria, “aos olhos dos turistas que a visitam certas partes do seu interior que, nem a própria luz do sol consegue iluminar”³⁵. Não deixa, todavia, de ser interessante o comentário que o pároco faz à penumbra que até então enchia o interior da Igreja de Gatão, emprestando-lhe “um ar mais pesado, mais nobre, mais conforme à sua idade secular”.

Na segunda metade da década de 1970 foram realizadas diversas obras de conservação que incluíram a construção de novas portas, a limpeza dos telhados e a reconstrução de argamassas da fachada principal³⁶. Também foram feitos diversos trabalhos na zona de proteção do monumento, nomeadamente na residência paroquial e no cemitério, que foi ampliado³⁷. Na década de 1990, a Igreja de Gatão já necessitava de novo reboco³⁸.

No âmbito da integração da Igreja de Gatão na Rota do Românico, em 2010, vemos ser concebido um novo projeto de intervenção nesta igreja amarantina (Costa, 2012). [MLB / NR]

Estão ainda previstos trabalhos de conservação e restauro da pintura mural existente na capela-mor e no arco triunfal (DRCN, 2014a), bem como do património integrado – escultura de vulto e mobiliário eclesiástico (DRCN, 2014b) – desta Igreja. [RR]



Nave depois das intervenções da DGEMN.
Fonte: arquivo IHRU.

32 Couto, Manuel da Silva – Missiva de 14 de dezembro de 1942 [SIPA.TXT.00898709] PT DGEMN:DSARH-010/026-0061 [Em linha]. Disponível em [www: <URL: http://www.monumentos.pt>](http://www.monumentos.pt) [Nº IPA PTO11301160008].

33 Ofício n.º 13, 2 de janeiro de 1943 [SIPA.TXT.00624459] PT DGEMN:DSID-001/013-1823/3. Idem.

34 Memória descritiva de 30 de junho de 1966 [SIPA.TXT.00900692 e SIPA.TXT.00900691] PT DGEMN:DSARH-010/026-0104 [Em linha]. Disponível em [www: <URL: http://www.monumentos.pt>](http://www.monumentos.pt) [Nº IPA PTO11301160008].

35 Marques, José Augusto de Sousa – Missiva de 25 de janeiro de 1966 [SIPA.TXT.00900694 e SIPA.TXT.00900695]. Idem.

36 Memória de março de 1976 [SIPA.TXT.00900745]. Idem.

37 PT DGEMN:DSARH-010/026-0104 [Em linha]. Disponível em [www: <URL: http://www.monumentos.pt>](http://www.monumentos.pt) [Nº IPA PTO11301160008].

38 Marques, José Augusto de Sousa – Missiva, 18 de janeiro de 1996 [SIPA.TXT.00900784]. Idem.

CRONOLOGIA

Século XIII-XIV: cronologia proposta para a edificação da Igreja paroquial de Gatão;

1320: a Igreja de Gatão foi taxada com 80 libras;

Século XV (finais): campanha de pintura mural da Igreja de Gatão;

1758: existiam em Gatão três retábulos em talha;

1864: o estado de conservação da Igreja de Gatão é considerado "bom";

1882: pela reorganização diocesana, Gatão passou da arquidiocese de Braga para a diocese do Porto;

1937: o padre Manuel da Silva Couto avisa sobre a existência de pinturas murais na Igreja;

1940: classificação da Igreja de Gatão como Monumento Nacional;

1941-1951: grande campanha de restauro;

2010: a Igreja de Gatão passa a integrar a Rota do Românico.

BIBLIOGRAFIA E FONTES

[S.a.] – *Igreja paroquial de Gatão / Igreja de São João Baptista Interior: pintura mural na parede sobre o arco* [Material fotográfico]. Amarante: [s.n., s.d.]. Arquivo do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (ex-DGEMN). N.º Inventário IPA.00001084, FOTO.00050030.

_____ – *Igreja paroquial de Gatão / Igreja de São João Baptista Interior: pintura mural na parede sobre o arco* [Material fotográfico]. Amarante: [s.n., s.d.]. Arquivo do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (ex-DGEMN). N.º Inventário IPA.00001084, FOTO.00050012.

_____ – *Igreja paroquial de Gatão / Igreja de São João Baptista. Interior: nave e capela-mor* [Material fotográfico]. Amarante: [s.n., s.d.]. Arquivo do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (ex-DGEMN). N.º Inventário IPA.00001084, FOTO.00672642.

A BÍBLIA sagrada. Lisboa: Paulus Editora, 2009. 1880.

AFONSO, Luís Urbano – *A pintura mural portuguesa entre o gótico internacional e o fim do renascimento: formas, significados, funções*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian - Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2009.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de – *Arquitectura românica de Entre Douro e Minho*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1978. Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

ALMEIDA, Fortunato; PERES, Damião, dir. – *História da Igreja em Portugal*. Porto: Livaria Civilização, 1971.

BESSA, Paula – *Pintura mural do fim da Idade Média e do início da Idade Moderna no norte de Portugal*. Braga: Universidade do Minho, 2008.

BOTELHO, Maria Leonor – *A historiografia da arquitectura da época românica em Portugal*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2010. Dissertação de doutoramento em história da arte portuguesa apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Texto policopiado.

CASTRO, João de, texto – Igreja de Gatão. *Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*. N.º 63 (mar. 1951) 9.

CORREIA, António Mendes [et al.] – Gatão. In *Grande enciclopédia portuguesa e brasileira*. Lisboa/Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, [1936-1960]. Vol. XII.

COSTA, A. Carvalho da – *Corografia portuguesa e descripçam topografica do famoso reyno de Portugal...* Lisboa: Off. de Valentim da Costa Deslandes, 1706-1712.

COSTA, Jorge – *[Igreja de Gatão: memória descritiva]*. Porto: Direcção Regional de Cultura do Norte – Direcção de Serviços dos Bens Culturais, 2012. Texto policopiado.

COSTA, José Augusto Coelho Abreu – *N. Sr.ª do Rosário* PM80.0003 [Em linha]. Porto: Diocese do Porto, 2008. [Consult. 06 de setembro de 2012]. Disponível em www: <URL: <http://inweb.bcdp.org>>.

CRAESBEECK, Francisco Xavier da Serra – *Memórias ressuscitadas da província de Entre-Douro-e-Minho no ano de 1726*. Ponte de Lima: Carvalhos de Basto, 1992.

DECRETO n.º 30762. *D.G. Série I*. 225 (1940-09-26) 1160.

GRILO, Maria Inácia Teles – *Os boletins da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais: 1935-1990*. Lisboa: DGEMN, 1999. Edição em CD-ROM.

IGREJA CATÓLICA. Papa Leão XIII – *Gravissimum Christi Ecclesiam regendi et gubernandi mundus*. Bula de 30 de setembro de 1881.

LACERDA, Aarão de – Os frescos da Igreja de Gatão: nótula. *Prisma*. N.º 4 (1937).

MAGALHÃES, João de – [Memória Paroquial de] Gatão [Manuscrito]. 1758. Acessível em ANTT, Lisboa. PT-TT-MPRQ/17/22.

MENDES, Manuel – Explicações necessárias em resposta ao senhor ministro das obras públicas. *República*. Lisboa. (jan. 1949) 1.ª p.

MONTEIRO, Manuel – Paço de Sousa: o românico nacionalizado. *Boletim da Academia Nacional de Belas-Artes*. Vol. 12 (1943) 5-21.

NETO, Maria João Baptista – *Memória, propaganda e poder: o restauro dos monumentos nacionais*. Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 2001.

NIZA, Paulo Dias de – *Portugal sacro-profano...* Lisboa: na Officina de Miguel Manescal da Costa, 1767.

PORTUGAL. Instituto de Museus e Conservação – Biblioteca Central – [Brigada Móvel do Instituto José de Figueiredo, 2-junho70].

_____ – *Processo de brigada móvel de pintura mural – Gatão, 1969*. Pasta 340.

PORTUGAL. Ministério da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território – IRHU/Arquivo ex-DGEMN/DREM, Cx. 3216/3. *Correspondência igrejas do concelho de Amarante*. 1864-1867.

_____ – *Processos vários*. N.º IPA PT011301160008 [Em linha]. Disponível em [www: <URL: http://www.monumentos.pt>](http://www.monumentos.pt).

PORTUGAL. Ministério das Finanças – Secretaria-geral – Arquivo – Comissão Jurisdicional dos Bens Culturais. Distrito do Porto. Concelho de Amarante. *Arrolamentos dos bens culturais*. Igreja de Gatão. 1924-08-4. Liv. 67, fl. 78-80. ACMF/Arquivo/CJBC/PTO/AMA/ARROL/019.

PORTUGAL. Secretaria de Estado da Cultura. Direção Regional de Cultura do Norte – *Caderno de encargos n.º 21 / GTPI-DRCN / 2014: conservação e restauro da pintura mural da igreja de São João Baptista de Gatão, concelho de Amarante, distrito do Porto*. Vila Real: Direção Regional de Cultura do Norte, 2014a. Texto policopiado.

_____ – *Caderno de encargos n.º 23 / GTPI-DRCN / 2014: conservação e restauro do património integrado (talha e acessórios de retábulo, escultura de vulto e mobiliário eclesiástico): igreja de São João Batista / Gatão*. Vila Real: Direção Regional de Cultura do Norte, 2014b. Texto policopiado.

RAMOS, Feliciano – *História da literatura portuguesa: desde o século XII aos meados do século XX*. 3.ª edição. Braga: Livraria Cruz, 1958.

TEDIM, José Manuel – *Imaginária religiosa barroca: Paredes de Coura 2002/2003*. Paredes de Coura: Câmara Municipal de Paredes de Coura, 2002.

TOMÉ, Miguel Jorge B. Ferreira – *Património e restauro em Portugal: 1920-1995*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1998.





IGREJA
DE SANTA
MARIA
DE GONDAR
AMARANTE

IGREJA
DE SANTA
MARIA
DE GONDAR
AMARANTE



Planta.

SUMÁRIO HISTÓRICO

Implantada a meia encosta, à vista do rio Ovelha, a pequena Igreja de Gondar¹, dedicada à Virgem Maria, é o símbolo de um longo e complexo percurso histórico a enquadrar a maioria dos templos paroquiais que marcaram a paisagem e o território português. A sua fundação é um feito ao mesmo tempo de piedade e razão política, associada à intervenção de certos indivíduos e famílias na organização do seu poder territorial. Se a instituição Igreja conseguiu paulatinamente apossar-se destas estruturas e de todo o aparelho económico e social construído a partir delas, certo é que no início constituíam o centro de um conjunto patrimonial privado. Embora esta condição de igreja particular seja inerente à fundação da maioria das igrejas matriciais da região, poucas como Gondar encerram a importância e o significado da linhagem e do nome associados à cristianização e controlo de um perímetro geográfico e social. Como narra Francisco Craesbeeck (1992), o apelido Gondar ou “Gundar” ecoou durante séculos como sinal de domínio e poder e aos desta família atribuir-se-ia a fundação da Igreja e correspondente mosteiro, que seria inicialmente, como muitos da sua tipologia, de simples recolhimento. Aqui se acolheram primeiramente as filhas da família do fundador², cujos direitos prevaleceram durante séculos sobre algumas anexas e filiais, como Lufrei e Santa Madalena (ambas no concelho de Amarante), que o cronista de setecentos chama de “mosteirinhos” (Craesbeeck, 1992: 97)³.

Desde o século XIII, quando as Inquirições referem os “milites” (cavaleiros) de Gundar como padroeiros do mosteiro beneditino, até à abadia da apresentação da Mitra e comenda da ordem de Cristo, no século XVII, as mudanças repercutem o nem sempre fácil equilíbrio entre o poder espiritual e o temporal. Citam-se algumas abadessas: Teresa Lourenço, no século XII (Craesbeeck, 1992: 97), Ouroana, no século XIII, e Inês Borges, no século XV, que terá sido a última monja⁴. Em 1455, o bispo D. Fernando da Guerra (episc. 1417-1467), querendo dar expressão a uma reabilitação dos espaços e moralização das igrejas e mosteiros decadentes, extinguiu-o e entregou-o ao secular⁵. O seu primeiro pároco, Pedro Afonso, desejando talvez dotar a Igreja de uma nova expressão devocional, ofertou em 1470 a Virgem sedente que amamenta, escultura que se tornou elemento totémico da comunidade.

O rendimento associado à nova Igreja suscitou a aplicação do seu benefício numa comenda a dispor pelo rei e pela ordem de Cristo. Um dos primeiros tombos, redigido em 1548, durante o

1 Gondar ou Gundar? Embora a grafia contemporânea seja a de Gondar, o padre Domingos Moreira regista “Gundar” como topónimo entre os séculos XIII e XVI (Moreira, 1985-1986: 61-158).

2 Como refere Mário Barroca (1998: 99): “estamos, portanto, perante mais um caso de uma fundação monástica protagonizada por uma família da pequena ou média nobreza que ao novo mosteiro passou a estar estreitamente ligada, porque detinha os direitos patronais, porque a ele confiava alguma das suas filhas que aí professavam, e porque o elegia para panteão familiar, fazendo aí enterrar os seus mortos”.

3 Frei Leão de São Tomás (1651) designa-os por prioratos e o padre Carvalho da Costa (1708: 124) como mosteiros súbditos.

4 “Professa do mosteiro de Rio Tinto, da diocese do Porto, e irmã de Frei Gonçalo Borges, abade comendatário de S. Miguel de Refojos de Basto, investida neste cargo [de abadessa] em 29 de junho de 1452” (Marques, 1981: 37).

5 Juntamente com Lufrei e Fonte Arcada, ambos em Amarante (Marques, 1981: 37).

governo de D. Jaime (filho de D. Jaime, 4.º duque de Bragança), permite conhecer o conjunto e a extensão do património da comenda de Gundar, de resto já dissecado numa dissertação de 2003 (Duarte, 2003). Segundo a autora, Paula Cristina Duarte, os bens fundiários que contribuíam para alimentar a máquina comendatária distribuíam-se numa região concêntrica ao vale do Tâmega, mas com alguma expressão junto ao Douro, como a quintã de Paredes, próxima à igreja de Ermida do Douro, no presente concelho de Cinfães⁶.

Uma das marcas que o comendador D. Jaime teria deixado na Igreja seria a representação do *Calvário*, pintura a que Francisco Craesbeeck chama de cruzeiro e se situaria sob o arco da capela-mor, com respetivo letreiro: ESTE CRUZEIRO MANDOU PINTAR O FILHO DO DUQUE DE BRAGANÇA. Desta lembrança e das demais pinturas murais já não existe se não esta referência e as que se colheram antes da ruína do edifício ao longo do século XX (Mattos, 1953: 24-32).

No século XVIII, embora as dimensões da Igreja fossem com certeza já diminutas para assegurar a presença das 630 pessoas de sacramento que a ela acorriam (Pedrosa, 1758), era rentável reitoria com sacrário. Tinha uma capela filial, ou ermida, em Ovelhinha, dedicada a Santo Amaro (Craesbeeck, 1992: 56).

Em 1882, com a reorganização dos limites das dioceses de Braga e Porto, Gondar transitou do território da primeira para o da segunda, integrando hoje a vigararia de Amarante.

302



Vista geral.

⁶ Fora doada à Igreja ainda na Idade Média por "Donna Tarajia Ermigiz" (Duarte, 2003: 64).

O MONUMENTO NA ÉPOCA MEDIEVAL

A velha Igreja de Santa Maria de Gondar é um templo românico cuja época de construção, tendo em conta os elementos nele presentes, a par das fontes documentais atrás citadas, deve ser colocada seguramente ao longo do século XIII, se não já no século XIV. Originariamente monástica, como se viu, a Igreja denuncia ainda na sua fábrica a presença de estruturas anexas aos seus paramentos exteriores, conforme atestam as mísulas que pontuam a nave de ambos os lados, a meia altura do muro. O mais provável é que as estruturas por elas suportadas fossem simples alpendres destinados ao abrigo de monjas ou fiéis, embora não se possa deixar de colocar a hipótese de terem igualmente servido de apoio a outro tipo de estruturas como as dependências monásticas. De qualquer forma, tendo em conta a escala da Igreja que hoje conhecemos é certo que o complexo monástico de Gondar fosse de reduzidas dimensões. Estamos, pois, diante de uma Igreja composta por nave única e capela-mor retangular. A traça românica conservou-se na sua quase totalidade, apesar das transformações que sofreu durante a Época Moderna e que mais adiante abordaremos.



Fachada sul.

A fachada principal, voltada a ocidente, é extremamente simples. O portal surge rasgado na espessura do muro. Compõe-se de três arquivoltas quebradas isentas de colunas, ou seja, apoiadas diretamente nos pés-direitos do muro. Sendo que o tímpano é liso, o único elemento decorado deste portal é precisamente a arquivolta externa onde se aprecia o motivo do enxaquetado, tema tão caro ao românico português⁷. O portal é encimado por um pequeno óculo com

⁷ Cremos que Xosé Lois García (1997: 91) não compreendeu a cronologia deste portal quando alude à "espoliação de bases, fustes e capitéis" do portal principal. Aludindo à sua pobreza, considerou que este portal ainda mostrava "a sobriedade dum modelo artístico rural e autóctone".

uma grelha composta por cinco círculos colocados segundo os braços de uma cruz. Ambos os elementos falam-nos, pois, de uma cronologia tardia, já mais próxima do gótico que virá, do que do românico na sua plenitude, pelo que devemos entender esta Igreja de Gondar no seio daqueles edifícios que têm vindo a ser identificados pelas designações periféricas de “românico de resistência”, de “gótico rural” ou, mesmo, de “protogótico”. Como se sabe já, esta cronologia algo tardia, que se reflete de forma evidente na traça da arquitetura românica das bacias dos rios Sousa, Tâmega e Douro, é um aspeto característico e, por isso, definidor da mesma.

Em ambas as fachadas laterais, na nave da Igreja “Velha” de Gondar, abrem-se portais que comprovam aquilo que acabamos de dizer. De estrutura idêntica, a norte e a sul, as suas arquivoltas, quebradas, inscrevem-se na espessura do próprio muro. Não apresentam colunas nem qualquer elemento escultórico. As suas arestas são vivas e os seus tímpanos, lisos, são sustentados por mísulas sem qualquer decoração. Como dissemos já, eram, pois, abrigados por estruturas alpendradas.

Também em ambos os alçados, além das duas estreitas frestas que rasgam o paramento, permitindo a iluminação do interior do espaço sacro, vê-se ainda a cachorrada bastante bem conservada a sustentar uma cornija de dois volumes. Os cachorros ou são lisos ou, então, ostentam uma simples ornamentação onde se destacam os rolos e proliferam as esferas⁸. De perfil tendencialmente quadrangular são, também eles, um bom testemunho do caráter tardio da fábrica românica de Gondar. Os cachorros da Igreja de São Mamede de Vila Verde (Felgueiras) apresentam um perfil idêntico.



Fachada norte.



Fachada sul. Nave. Cachorros e torre sineira.

⁸ António Cardoso (1979: 13-14), na monografia que consagrou a este edifício, faz um breve inventário dos temas esculpidos nos 28 modilhões de Gondar, começando pelo lado norte e de oriente para ocidente.



Nave. Pia batismal.



Nave. Pia de água benta.

Para Lúcia Rosas, o modo de colocar a escultura nos cachorros e a forma geométrica que estes apresentam, constituem importantes indicadores na datação das igrejas românicas (Rosas, 2008: 361). Segundo esta autora, os exemplares mais antigos costumam ser retangulares, estando a escultura muito bem adaptada a esta forma. No entanto, à medida que o românico vai evoluindo no tempo, a reiterada repetição dos modelos afasta-se, tendencialmente, deste esquema inicial, mais erudito e mais conforme ao estilo românico tal como ele nasceu e se expandiu. Daí que nas igrejas românicas mais tardias e nos exemplares datados da época gótica onde, no entanto, permanecem soluções próprias da época anterior, os cachorros são habitualmente quadrangulares, mostrando uma muito menor variedade de temas e uma menos conseguida adaptação da escultura.

Por fim, o campanário. Erguido sobre a extremidade do alçado sul, junto à fachada ocidental, segue o modelo das sineiras românicas. Apresentando dois arcos de volta perfeita para abrigo dos sinos, ostenta apenas como elementos decorativos as impostas, compostas por um simples toro, que se prolongam em torno de toda a estrutura. Os pináculos terminais, ao modo de pirâmide, rematam os seus ângulos.

No interior, impera o granito nos paramentos e no pavimento. Nele cheira-se simplicidade. Tal deve-se ao facto de esta Igreja ter ficado isenta de culto após a edificação da nova igreja paroquial, logo em inícios do século XX^o. No seu interior, à esquerda de quem entra na nave pela entrada principal, a pia batismal cuja taça em granito é sustentada por uma base, ambas poligonais. Várias peças em granito estão aqui depositadas: fragmentos de pedras tumulares, uma pia de água benta, com taça ornada em gomos, talvez já da época barroca. Do lado da Epístola, junto do portal, um nicho de arco de volta perfeita rasga o paramento. Deveria albergar um retábulo (Basto, 2003).

305



Vista geral do interior a partir da nave.

9 Em 1904 foi construída a nova igreja paroquial (Costa, 2003).

A escultura gótica de Santa Maria

Assinala a transição entre a extinção do espaço monástico e a passagem a igreja secular, a escultura que definiu visualmente o orago medieval de Santa Maria, a partir da secularização da Igreja, em 1455. Quinze anos depois da extinção do mosteiro pelo arcebispo D. Fernando da Guerra, o seu primeiro pároco ofertou uma imagem da Virgem Maria, sentada, com o filho nos braços que amamenta. Um trabalho de fundo sobre esta imagem foi já realizado por Mário Barroca, que a integrou no “reduzido grupo das imagens quatrocentistas portuguesas que são portadoras de inscrições que identificam o seu doador” (Barroca, 1998). Efetivamente, no lado direito da cadeira onde se senta a Virgem encontra-se gravada uma inscrição que refere “Pero Afonso mandou fazer [na Era de M] CCCC LXX Anos”. A importância da inscrição é dupla; por um lado, permite identificar o doador e, por outro, associa à peça uma cronologia de execução¹⁰.

O tópico iconográfico da Virgem sedente é relativamente comum na pintura gótica e vai prolongar-se como modelo humanista de uma espiritualidade que cruza amores profanos e divinos. Mário Barroca di-la proveniente de oficina influenciada pelo trabalho do mestre João Afonso, que os traços, a técnica e o material denunciam. Como sublinha, e bem, a Santa Maria de Gondar, Virgem do Leite sentada, cruza vários sentidos estéticos, sentimentos e sensibilidades: os das Virgens românicas, sedentes, hieráticas (em posição de majestade), com a Mãe, em pé, que aleita o seu Filho, expressão naturalista do gótico (Barroca, 1998: 107-108). Embora única na manifestação artística do seu autor (embora anónimo), na identificação do seu encomendador ou apenas doador, é possível a comparação com a Nossa Senhora do Leite do acervo do Museu Alberto Sampaio (Guimarães), como salienta Mário Barroca. Outrossim acrescentaríamos, embora um pouco mais tardias e com diversas proveniências, a Virgem dos Meninos, ou da Cadeirinha, venerada numa ermida do Bairro da Ponte, em Lamego, a do Restelo (Lisboa) e a de Santa Maria Maior, em Tarouquela (Cinfães), cujas cronologias se extremam entre finais do século XV e finais do século XVI.



Igreja nova de Gondar. Capela-mor.
Retábulo do lado do Evangelho.
Escultura. Santa Maria (vista de lado).



Igreja nova de Gondar. Capela-mor.
Retábulo do lado do Evangelho.
Escultura. Santa Maria (vista de frente).



Igreja nova de Gondar. Capela-mor.
Retábulo do lado do Evangelho.
Escultura. Santa Maria (vista de lado).

¹⁰ Atualmente, esta imagem, pela sua importância devocional e por se tratar da patrona, encontra-se na igreja nova de Gondar.



Capela-mor. Parede fundeira. Nicho. Intradorso do arco. Pintura mural.

O MONUMENTO NA ÉPOCA MODERNA

Em 1979, António Cardoso aludiu aos frescos que ainda eram visíveis na capela-mor, do lado do Evangelho. Tratava-se de uma imagem de *São João Evangelista*, “de desenho firme, em tons escuros. Numa filacteria a legenda João Evangelista. Molduras e zonas ladrilhadas, com cores comidas pelo tempo, eram ainda visíveis” (Cardoso, 1979).

Foi Armando de Mattos (1953: 25) quem pela primeira vez divulgou as pinturas de Gondar¹¹, apesar do avançado estado de ruína em que o edifício se encontrava já. Corria o ano de 1953 e este autor publicou uma série de fotografias realizadas alguns anos antes dessa data (Afonso, 2009: 363). Durante muito tempo sujeitas às intempéries, delas nada mais sobreviveu até hoje além da pintura do intradorso do nicho da parede fundeira da abside. Foram aqui identificadas duas campanhas distintas, ambas bastante tardias (Pestana, 2010: 10). A segunda, a seco, foi executada diretamente sobre a primeira sem a presença de qualquer reboco. Segundo os técnicos da empresa Mural da História, a primeira camada corresponde a uma campanha barroca, conforme denunciam os enrolamentos e os motivos vegetalistas com grandes flores. A

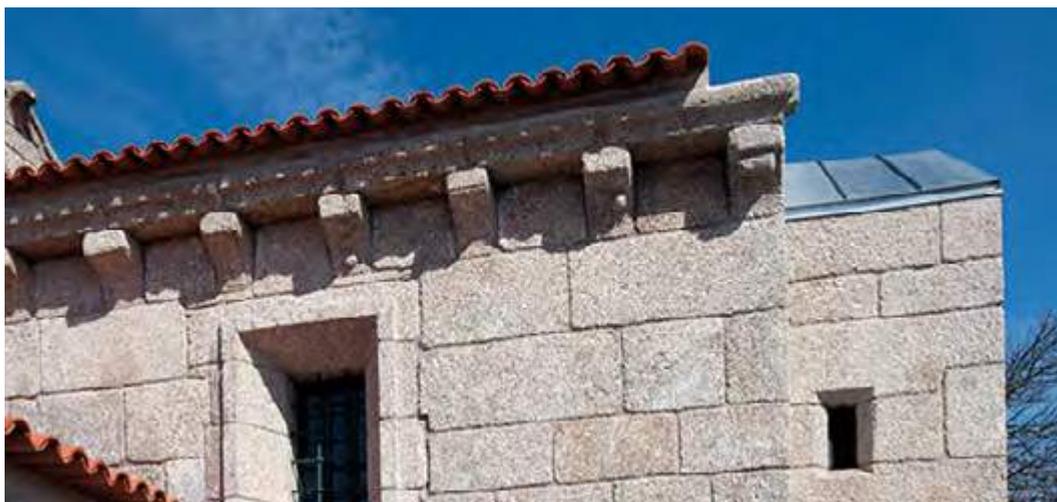
¹¹ O autor alude mesmo ao musgo que, aqui, “se desenvolvia à vontade” (Mattos, 1953).

segunda camada, com uma linguagem mais simples, mostra almofadas envoltas por triplo risco, técnica usada para criar volume (Pestana, 2010: 10).

No entanto, em 1953, Armando de Mattos ainda pôde identificar quatro pinturas. Na parede fundeira da capela-mor, ao lado do altar, do lado do Evangelho, *São Lucas*¹²; na parede testeira da nave este autor identificou *São Cristóvão*, “figura gigantesca”, como convinha, e de elevada qualidade plástica¹³, do lado da Epístola; um *santo bispo*, enquadrado por moldura, “rematada ao alto por vistoso frontão nitidamente renascentista, em cujo tímpano se vê, igualmente pintada, uma desconhecida madona”¹⁴; e, por fim, *Santo Antão*, acompanhado por legenda que o identifica e cujo valor epigráfico permitiu a Armando de Mattos datar esta pintura de finais do século XV ou de inícios do século XVI¹⁵. Além disso, conseguiu ainda este autor reconhecer alguns vestígios de pintura noutros pontos da nave, em camadas sobrepostas, pelo que considera que estas deveriam ocupar a totalidade das suas paredes (Mattos, 1953: 26). Estas pinturas terão sido concebidas ao longo do século XVI¹⁶.

Foi ao nível da capela-mor que mais se fizeram sentir as transformações realizadas durante a Época Moderna. Em primeiro lugar, refira-se o corpo acrescentado na parede fundeira para abrigar um amplo nicho, onde foi colocado o retábulo-mor e que, posteriormente, foi deslocado para a nova igreja paroquial. No intradorso do arco deste nicho ainda podem ser apreciados restos de pinturas onde se identificam grotescos a envolverem cartelas e que já foram acima referidos.

308



Fachada sul. Capela-mor. Pormenor do aumento.

12 Segundo o autor, esta composição dataria do século XVI. Pelo facto de surgir representado com a cabeça de perfil e com auréola, Armando de Mattos (1953: 25) liga esta obra à oficina de Outeiro Seco (Chaves).

13 A ausência do Menino pode, talvez, ser explicada por ter desaparecido parte da pintura (Mattos, 1953: 25).

14 A figura, representando um santo bispo de uma qualquer ordem, surge mitrada e a segurar nas mãos um báculo e um livro. Poderá ser uma representação de *São Bento* ou de *São Gonçalo* ou, ainda, de *Santo Agostinho* (Mattos, 1953: 25).

15 Além do carácter ingénuo do desenho, o autor valoriza o “interesse etnográfico” desta representação de *Santo Antão* por ser aqui “portador do símbolo da sua atitude de “advogado do vivo”. Como diz o povo, constituído por uma coleira com seu chocalho, que lhe pende do braço esquerdo” (Mattos, 1953: 26).

16 Tendo em conta a má qualidade das fotografias editadas por Armando de Mattos e o facto de, para cúmulo, deixarem perceber a possibilidade de ter existido uma sobreposição de camadas, Luís Urbano Afonso (2009: 365-366) considera ser complicado proceder à filiação das pinturas destruídas dentro da produção de uma das oficinas que laborou na região, pelo que, na impossibilidade de dá-las a conhecer através da imagem, também nós optamos por lhes fazer apenas uma breve referência, isenta de qualquer desenvolvimento mais profundo.





Igreja nova de Gondar. Capela-mor. Retábulo-mor.

Outros elementos há que testemunham a marca dos tempos modernos nesta Igreja românica de Gondar. Usando as palavras de António Cardoso, o “arco triunfal sofreu notória alteração e, com ele, o alçado em que se insere” (Cardoso, 1979: 11). As impostas e as bases, compostas por molduras de sabor classicizante, bem o denunciam, desenhando pilastras toscanas. Atente-se à diferença de talhe entre os silhares que dão corpo a este arco de volta perfeita e aos do muro que o envolvem. Acrescente-se ainda a abertura de um janelão, retangular e com grade de ferro, no alçado sul da cabeceira.

Creemos que é, no entanto, ao primitivo arco triunfal, também comumente designado de arco cruzeiro, que Francisco Craesbeeck se refere quando fala “no arco da cappella-mór, que antigamente era muito baixa, e nelle estava huma imagem do Senhor Cruxificado, São João e Nossa Senhora, nas ilhargas” (Craesbeeck, 1992: 56), como já referimos na introdução histórica. O atual arco mostra já uma capela-mor mais aberta aos fiéis.

O facto de este autor ter ainda visto este primitivo arco com a sua pintura, em 1726, permite-nos colocar a sua transformação para o atual estado em data seguramente posterior. Desta campanha, que durante a Época Moderna procurou atualizar a estética e a prática litúrgica da



Parede norte. Nave. Púlpito. Escultura.
São Francisco de Assis.



Parede sul. Nave. Nicho. Escultura.
Santa Maria (cópia em granito).

Igreja de Gondar, seguramente já no segundo quartel ou na segunda metade de setecentos, é o conjunto de degraus de acesso ao púlpito. A consola que sustenta a sua base assim o confirma na sua linguagem classicizante. A estrutura era seguramente completada com uma guarda em madeira de que hoje não temos qualquer notícia descritiva.

Conforme nos esclarece Antonio Coelho Pedroza, em 1758, havia nesta Igreja de Gondar “três altares, o mor donde se conserva o sacrário com o Santíssimo Sacramento e dois colaterais, o da parte Direita do Santo Nome de Jezus e da parte Esquerda da Senhora Sam Sebastiam” (Pedrosa, 1758). No entanto, tendo em conta o estado de abandono a que esta Igreja esteve sujeita ao longo de quase todo o século XX, como veremos, deles não temos hoje qualquer imagem. Mas, recorde-se, foi para a igreja nova de Santa Maria de Gondar que foram transferidos dois dos mais significativos equipamentos litúrgicos da velha paroquial: o retábulo-mor e a imagem de Nossa Senhora do Leite, sedente.

Assim, como se pode apreciar na nova paroquial, o retábulo-mor enquadra-se dentro da linguagem da chamada talha em estilo nacional. Esta vertente da talha portuguesa começou a dar os primeiros passos no final do século XVII e atinge o seu pleno desenvolvimento no primeiro quartel do século XVIII. De um modo geral, a historiografia artística tem conotado esta nova linguagem com a estrutura dos portais românicos do noroeste e com o naturalismo da decoração manuelina. Há quatro elementos fundamentais que definem esta nova linguagem da estrutura retabular: as colunas pseudo-salomónicas (já que o terço inferior não se apresenta estriado e diferenciado), as arquivoltas semicirculares, a tribuna e o trono. Dá-se um particular destaque à zona central, destinando-se a tribuna e o trono à apresentação da custódia do Santíssimo Sacramento ou apenas a uma imagem devocional. Os temas decorativos predominantes são as folhas de videira, cachos de uvas (símbolos Eucarísticos), meninos e pássaros (as Fénix, símbolos da Eternidade).

Por fim, não podemos deixar de citar a referência que Antonio Coelho Pedroza faz aos sinos de Gondar, em 1758. Segundo nos informa, nesta “parochia muito antiga”, há um “campanario com seus sinos de vox muito soave e sonora quando convidam os freguezes à palavra de Deus e a ouvir missa, mas triste e fúnebre quando os chama a sepultura. O mais piqueno conserva ainda hoje o seu [tiple], porque sempre puro e (...); o maior foi bello contralto, mas hoje por quebrado ficou em tenor desentoado, mas nas festas sempre participa de suas glorias quem os repica” (Pedrosa, 1758). Hoje nada podemos ouvir, somente imaginar.

AS INTERVENÇÕES CONTEMPORÂNEAS

Quando, em 1979, António Cardoso se dedicou ao estudo d' *A igreja românica de Gondar*, este autor não deixou de “responsabilizar” a edificação da igreja de “Gondar novo” pelo facto de a velha Igreja ter entrado “em ruínas e de património da freguesia ter passado às mãos de particulares fornecendo pedra e madeiras para as finalidades mais diversas. É hoje [nesse ano de 1979] um excelente galinheiro da gente do lugar!” (Cardoso, 1979: 10) Tal situação opunha-se veemente àquilo que o padre Luiz António Teixeira escrevera quase cem anos antes, em resposta ao Inquérito de 1864, onde afirmou que, apesar da parede desta Igreja “ser já do tempo dos godos” – pois era então “voz publica, e constante, q. he a mais antiga de todo este concelho”, nessa ocasião Gondar apresentava-se “com toda a devida segurança”¹⁷.

Todavia, o estado de abandono denunciado em finais de setenta não invalidou que quatro anos antes se tivesse determinado a classificação da Igreja românica de Gondar como Imóvel de Interesse Público¹⁸. Em 1978 foi, pois, classificado este monumento¹⁹.

Ainda em 1979, numa notícia do periódico *O Primeiro de Janeiro*, referindo-se ao mosteiro de Gondar (Amarante), escrevia-se em letras garrafais: “a maldição do desprezo quer destruir a arte”²⁰. Procuraram de imediato os técnicos da Direção Regional dos Monumentos do Norte aferir da veracidade das informações nela delatadas²¹. Confirmou-se então, *in loco*, que a Igreja, além de se encontrar em estado de abandono há muitos anos, “estava a servir de galinheiro e cheia de entulho e silvado”²². Alienada no tempo de Afonso Costa, a Igreja passou a ser propriedade particular. Informa-se, ainda, que no seguimento de um pedido para que se realizassem obras, feito pelos alunos da escola de Vila Seca, da freguesia de Gondar, a Câmara Municipal de Amarante procedera já “com o auxílio dos vizinhos deste local, à limpeza do interior da igreja, libertando-a dos entulhos que a conspurcavam”.

A visita do arquiteto Francisco Azeredo ao local permitiu ainda confirmar que “se trata[va] de uma igreja, de reduzidas dimensões, da última fase do românico de que ainda restam as paredes nas quais ainda se podem apreciar pequenos fragmentos de pintura a fresco, composta de nave, capela-mór e duas sacristias”. A elas já nos referiremos.

A 25 de junho de 1980 foi, assim, apresentada a memória alusiva a uma intervenção de “Conservação diversa”²³. Conforme se esclarece, “entre os muitos trabalhos necessários, resol-



Vista geral antes das intervenções da DGEMN (1986). Fonte: arquivo IHRU.

17 Teixeira, Luiz António – Missiva de 26 de outubro de 1864. IRHU/ Arquivo ex-DGEMN/DREM, Cx. 3216/3. Correspondência igrejas do concelho de Amarante. 1864-1867.

18 Ofício da Direção-Geral dos Assuntos Culturais, [julho 1975] [SIPA.TXT.00899448] PT DGEMN: DSARH-010/026-0075 [Em linha]. Disponível em [www: <URL: http://www.monumentos.pt>](http://www.monumentos.pt) [Nº IPA PT011301170017].

19 DECRETO n.º 95. *D.R. I Série*. 210 (78-09-12) 1896-1901.

20 Mosteiro de Gondar, Amarante: a maldição do desprezo quer destruir a arte. *O Primeiro de Janeiro*, (15 de dezembro de 1979). [SIPA.TXT.00899453] PT DGEMN:DSARH-010/026-0075 [Em linha]. Disponível em [www: <URL: http://www.monumentos.pt>](http://www.monumentos.pt) [Nº IPA PT011301170017].

21 Ofício n.º 134 da DREM, 27 de dezembro de 1979 [SIPA.TXT.00899454 E SIPA.TXT.00899455]. Idem.

22 Idem.

23 Memória de 25 de junho de 1980 [SIPA.TXT.00899468]. Idem.

veu optar-se pelos que se referem à consolidação das suas paredes e respectivos coroamentos”, pelo que se começou a limpar os paramentos exteriores e interiores, “com a abertura e refechamento de juntas”.

Decorridos seis anos começaram as obras de recuperação em Gondar²⁴. De um modo geral, a intervenção centrou-se na reabilitação do imóvel devoluto: tratamento dos pavimentos e dos paramentos, construção de uma nova cobertura, execução de uma nova instalação elétrica. No fundo, uma nova legibilidade. A dimensão da obra foi tal que, em junho de 1987, foi solicitada a transferência de uma verba destinada à realização de diversas reparações na Igreja de Boelhe (Penafiel) para as obras de Gondar, cuja urgência assim o ditava, tendo em conta o perigo eminente da deterioração progressiva sentida ao nível das coberturas e pavimentos²⁵. Em julho desse mesmo ano trabalhava-se já na demolição do corpo anexo à sacristia, que se lhe adossava a ocidente, ocultando assim parte da fachada sul da nave²⁶. Em abril de 1988²⁷ e em junho do ano seguinte²⁸, foram contratadas já as obras de “conclusão dos trabalhos de recuperação”, agora vocacionados para a execução dos pavimentos da nave e da sacristia, para a conclusão dos rebocos das paredes interiores da sacristia e para a revisão da cobertura. No fundo, com esta intervenção realizada na segunda metade da década de 80 do século XX procurou-se devolver à Igreja românica de Gondar a sua integridade arquitetónica e a sua legibilidade enquanto monumento e enquanto espaço sacro.

Tendo integrado a Rota do Românico em 2010, a Igreja de Gondar foi alvo de uma intervenção de salvaguarda, conservação e valorização. A execução do projeto teve por fim a manutenção e conservação geral do monumento ao nível das suas coberturas e paramentos exteriores, incluindo um reforço estrutural (Costa, 2010). [MLB / NR]

Em 2013 realizaram-se os trabalhos de conservação do conjunto pictórico visível no intradorso do nicho da parede fúndeira da capela-mor. Com esta intervenção pretendeu-se “assegurar uma boa conservação material das pinturas murais, melhorar a sua leitura de conjunto e apresentação estética” (Pestana, 2010: 3).

Concluída a primeira fase de intervenções, a Rota do Românico retomará, ainda, em 2014, os trabalhos de conservação e salvaguarda na Igreja de Gondar. A segunda fase do projeto centrar-se-á nos “paramentos e pavimentos interiores, e respectivos vãos e tectos, incluindo as portas de acesso e porta interior, e a janela e frestas de iluminação e ventilação, e ainda a remodelação das infraestruturas electrotécnicas” (Costa, 2012: 7). [RR]

24 Memória de 10 de setembro de 1986 [SIPA.TXT.00899507 e SIPA.TXT.00899508]. Idem.

25 Proposta n.º 325 da DREMNI, 87/06/22 [SIPA.TXT.00899592]. Idem.

26 Memória de 31 de julho de 1987 [SIPA.TXT.00899598 e SIPA.TXT.00899599]. Idem.

27 Memória de 27 de abril de 1988 [SIPA.TXT.00901304 e SIPA.TXT.00901305] PT DGEMN:DSARH-010/026-0110 [Em linha]. Disponível em [www: <URL: http://www.monumentos.pt>](http://www.monumentos.pt) [Nº IPA PTO11301170017].

28 Memória de 16 de junho de 1989 [SIPA.TXT.00901370]. Idem.

CRONOLOGIA

1202, julho: o rei D. Sancho doa as dízimas de Carvalho de Rei, Pedrinha, Pena Redonda e Santa Maria de Gestaçõ ao mosteiro de Gondar e à abadessa D. Ouroana;

1202: D. Sancho doa ao mosteiro de Gondar o padroado da igreja de São Pedro de Lomba e da igreja de Santa Maria do Castelo;

1258: nas Inquirições de D. Afonso III citam-se os cavaleiros de Gondar como senhores do mosteiro;

1452, julho, 29: é investida como última abadessa de Gondar, D. Inês Borges;

1455, abril, 13: por mandado do arcebispo D. Fernando da Guerra, a Igreja de Gondar é secularizada;

1470: o clérigo Pedro Afonso oferta uma escultura da Virgem à Igreja de Gondar;

1548: manda redigir-se o Tombo da Comenda de Gondar;

1726: Francisco Craesbeeck assinala a Igreja de Gondar como reitoria da Comenda de Cristo, com sacrário, sendo então reitor o padre Domingos Ferreira da Silva;

1758: a Igreja de Gondar tinha três altares, o maior e colaterais, sendo estes últimos dedicados ao Santo Nome de Jesus e a São Sebastião;

1948: segundo Mário Barroca, foi neste ano que pela primeira vez se divulgou a imagem da Virgem sentada, dita Santa Maria de Gondar; seria por mão de Alfredo Guimarães;

1953: Armando de Mattos chama a atenção, em artigo na revista *Douro Litoral*, para o estado da Igreja de Gondar e suas pinturas murais;

1978: a Igreja de Gondar é classificada como Imóvel de Interesse Público;

1979: António Cardoso publica uma monografia sobre a Igreja de Gondar;

1980-1988: são realizadas obras diversas na estrutura que devolvem a integridade ao edifício, que, no entanto, é substituído no culto pela nova igreja de Gondar;

2010: a Igreja de Gondar passa a integrar a Rota do Românico;

2013-2014: conservação geral da Igreja ao nível das coberturas e paramentos exteriores; e conservação e restauro da pintura mural do intradorso do nicho da parede fundeira da capela-mor;

2014-2015: conservação geral da Igreja ao nível dos paramentos interiores, dos madeiramentos dos tetos e das portas e dos vãos de iluminação e ventilação.

BIBLIOGRAFIA E FONTES

[S.a.] – *Igreja paroquial de Gondar / Igreja de Santa Maria / Igreja velha* [Material fotográfico]. Amarante: [s.n., 1986]. Arquivo do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (ex-DGEMN). N.º Inventário IPA.00003874, FOTO.00068732.

AFONSO, Luís Urbano – *A pintura mural portuguesa entre o gótico internacional e o fim do renascimento: formas, significados, funções*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian – Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2009.

BARROCA, Mário Jorge – A Virgem com o Menino da igreja velha de Gondar, Amarante. In AMARANTE CONGRESSO HISTÓRICO, Amarante, 1998 – *Actas: III, volume: património, arte e arqueologia*. Amarante: Câmara Municipal de Amarante, 1998. Vol. 3. p. 97-120.

CARDOSO, António Barros – *A igreja românica de Gondar*. Amarante: Câmara Municipal, 1979.

COSTA, A. Carvalho da – *Corografia portuguesa e descripçam topografica do famoso reyno de Portugal...* Lisboa: na Officina de Valentim da Costa Deslandes, 1706-1712.

COSTA, Lídia – *Conservação, salvaguarda e valorização da Igreja de Gondar. Porto, Amarante, Gondar. 2ª fase: conservação geral do interior do imóvel, e vãos exteriores*. Porto: Fontes e Formas – Arquitectura, 2012. Texto policopiado.

_____ – *Igreja de Gondar / Igreja velha. Porto, Amarante, Gondar. Conservação, salvaguarda e valorização de coberturas e paramentos exteriores: projecto de execução*. Porto: Fontes e Formas – Arquitectura, 2012. Texto policopiado.

CRAESBEECK, Francisco Xavier da Serra – *Memórias ressuscitadas da província de Entre-Douro-e-Minho no ano de 1726*. Ponte de Lima: Carvalhos de Basto, 1992.

DECRETO n.º 95. D.R. / Série. 210 (78-09-12) 1896-1901.

DUARTE, Paula Cristina Nunes Correia – *O mosteiro de Gondar: património e rendas*. Porto: Universidade do Porto, 2003.

LOIS GARCÍA, Xosé – *Simbologia do românico de Amarante*. Amarante: Edições do Tâmega, 1997.

MARQUES, José – O estado dos mosteiros beneditinos da arquidiocese de Braga, no século XV. *Bracara Augusta*. Vol. 35, n.º 92 (1981).

MATTOS, Armando de – *Pinturas murais. Douro-Litoral*. N.º 5-6 (1953) 24-32.

MOREIRA, Domingos A. – Freguesias da diocese do Porto: elementos onomásticos alti-medievais : II parte - inventariação onomástica: fascículo G-O. *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*. Vol. 3/4 (1985-6) 61-158.

PEDROSA, António Coelho – [Memória Paroquial de] Gondar [Manuscrito]. 1758. Acessível em ANTT, Lisboa. PT-TT-MPRQ-18-141.

PESTANA, José Artur – *Conservação e restauro da pintura mural da Igreja de Gondar, Porto, Amarante, Gondar: caderno de encargos, especificidades técnicas*. Lisboa: Mural da História, 2010. Texto policopiado.

PORTUGAL. Ministério da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território – IRHU/Arquivo ex-DGEMN/DREM, Cx. 3216/3. Correspondência Igrejas do Concelho de Amarante. 1864-1867.

_____ – *Processos vários*, N.º IPA PT011301170017 [Em linha]. Disponível em www: <URL: <http://www.monumentos.pt>>.

ROSAS, Lúcia Maria Cardoso – Igreja de São Mamede de Vila Verde: 1. A Igreja na Época Medieval. In ROSAS, Lúcia Maria Cardoso, coord. cient. – *Românico do Vale do Sousa*. [Lousada]: Valsousa – Rota do Românico, 2008.

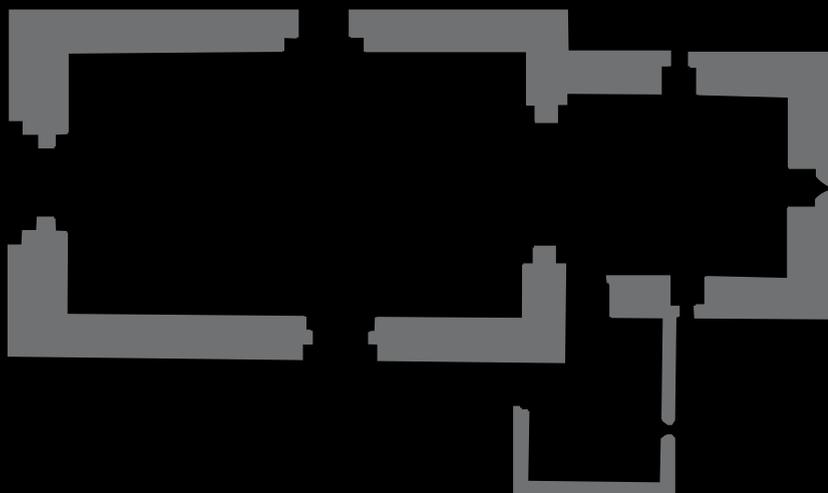
SANTO TOMÁS, Leão, frei – *Benedictina lusitana...* Coimbra: na oficina de Manuel Carvalho 1651.





IGREJA
DE SANTA
MARIA
DE JAZENTE
AMARANTE

IGREJA
DE SANTA
MARIA
DE JAZENTE
AMARANTE



Planta.

PREÂMBULO HISTÓRICO

É reduzida a notícia que, em 1726, o memorialista Francisco Craesbeeck tece sobre Jazente¹. Refere que fora abadia do bispado do Porto, com capelas filiais, mas sem sacrário e nenhuma sepultura epigrafada que oferecesse ao cronista parte do material com que ornava os seus parágrafos. Alude, contudo, à memória que dava por certa ter sido igreja de instituto de religiosas (Craesbeeck, 1992: 57).

Situada historicamente nos limites da diocese do Porto, Jazente integrava o termo do concelho de Gestação, onde se incluíam, entre outras, as paróquias de Santo Isidoro de Sanche, Santo André de Padronelo, Salvador de Lufrei e Santa Maria de Gondar. A freguesia era pequena (talvez por isso, em 1623, não fosse ainda servida de sacrário), contudo, os seus rendimentos são, no século XVIII, consideráveis: 300 mil réis para sustento do abade e do padroeiro (Niza, 1767: 292).



Vista geral.

¹ Sobre a evolução do topónimo e da invocação ver Moreira (1985-1986: 92).

Como grande parte das igrejas medievais da região, pode buscar-se em instituição monástica a razão para Jazente². O orago Santa Maria denuncia a medievalidade, hagiotopónimo que permaneceu como sinal de invocação associada a certas ordens, propugnadoras da invocação mariana – que, em alguns casos, foi substituída, na modernidade, por vocativos mais adequados à condição da Mãe de Deus feito homem. Todavia, tal como nas Igrejas de Telões ou de Gondar, ambas em Amarante, a condição de pequeno e pobre mosteiro resultou na secularização do mesmo, não obstante a referência a religiosas que se lhe ligavam ainda no século XIV³.

Fica, sobretudo, na história desta Igreja a sua ligação a Paulino Cabral, conhecido pelo nome literário de Abade de Jazente. Pertenceu, embora algo distante em corpo e espírito, ao movimento da Arcádia, que fazia da crítica e da sátira os elementos fundamentais da poesia, modelada segundo preceitos clássicos. Paulino nasceu na freguesia de São Pedro de Lomba, próxima a Amarante, no dia 6 de maio de 1719, filho do licenciado João Cabral e de sua mulher Ana Cerqueira, moradores no lugar do Reguengo⁴. Formou-se na Universidade de Coimbra, em Cânones, de onde saiu em 1742 (Machado, 1759)⁵. Seguiu-se a carreira eclesiástica, como coadjutor, primeiro, e depois abade de Jazente, lugares que ocupou entre 1752 e 1784⁶. Durante o exercício do seu múnus, escrevia e vivia mundanamente. Viajava com frequência ao Porto para participar em saraus e tertúlias, como refere Arnaldo Gama no seu romance *Um motim ha cem anos...*, fazendo uma descrição muito particular deste eclesiástico arcadiano:

“O nosso padre era, pois, um padre peralta, um pintalegrete, um verdadeiro janota, como se diz na actualidade. Aqui estou eu vendo os leitores confrangerem os labios em sorriso de escarneo... Não se riam, porém, que diante de si teem nada menos que o célebre poeta Paulino Cabral, um dos mais distinctos poetas portuguezes da época, a flôr e a nata dos bardos do Porto – notavel pela elegancia dos conceitos, pelo colorido brilhante com que os revestia no méτρο, pela mordacidade satyrica, ora fina e delicada, ora aspera e pungente, e notavel tambem pela pureza da linguagem e pela correcção classica do estylo, que fez com que Bocage lhe desse a honra de um jungir comsigo n’aquelle célebre soneto, em que, para flagellar o pobre doutor Quintanilha, poem na boca d’este a critica asselvejada, de que pretence ao nosso poeta o verso: Trascala aos seiscentistas o Paulino (...)” (Gama, 1861: 135-136)⁷.

2 Em 1258, a abadessa Margarida testemunhou ante os inquiridores e referiu a fundação privada do mosteiro por Gomécio Mendes, acrescentando que os descendentes dos instituidores eram então Martinho Rodrigo Lopes “de Borona” e Vasco Mendes (Herculano, 1867: 1150).

3 D. “Constança Martins”, a quem se imputa a qualidade de barregã do mestre da ordem de Cristo, Martim Gonçalves Leitão (Costa, 1706-1712: 142; Craesbeeck, 1992: 57).

4 Foram padrinhos: António Cerqueira Marinho, clérigo *in minoribus*, e Guiomar Cerqueira, solteira, ambos filhos de António Álvares do Reguengo (ADP – Paroquiais. *Baptismos* (1588-11-06/1746-05-08), fl. 93).

5 Diogo Barbosa di-lo nascido em 1720 e acrescenta que antes de frequentar a Universidade foi “instruído nas linguas Latina, Franceza e Italiana” (Machado, 1759). O seu pai era médico.

6 O primeiro assento de batismo que o padre Paulino redige e assina é datado de outubro de 1752 (ADP – Paroquiais. *Baptismos* (1731-05-03/1780-07-26), fl. 32 v.º-33).

7 Nas páginas seguintes acrescentam-se outros dados sobre o Abade de Jazente e a sua personalidade.

No seu tempo, a abadia de Jazente orçava pelo rendimento de 300 mil réis, valor que repartia entre a sua vida espiritual e boémia e um coadjutor que o substituía aquando das incursões literárias e espirituosas dos bardos e abadessados portuenses. De facto, em 1758, cabendo aos párocos de cada freguesia pronunciarem-se sobre as memórias de cada uma, foi o cura Manuel Pereira, e não Paulino Cabral, quem as redigiu, fazendo uma simples descrição (quase relatório) da geografia de Jazente: paróquia de 159 pessoas, 52 fogos distribuídos por sete lugares. Sem beneficiados, ermidas, romagens e sem feiras, em suma, sem “coisa alguma notável digna de memória”, Jazente devia parecer tão ou mais desprovida de interesse ao cura Manuel Pereira como certamente o era ao abade Paulino (Pereira, 1758)⁸. Mas as suas ausências eram transitórias e o gosto pelo remanso da sua abadia rural deixou-o entrever várias vezes na sua poesia⁹. Em 1760 e 1786-1787 foram publicados os seus únicos livros: *Romance hendecassylabo sobre o terramoto fatal da cidade de Lisboa sucedido no primeiro de novembro de 1755* e *Poesias de Paulino Cabral de Vasconcellos, abbade de Jazente*.

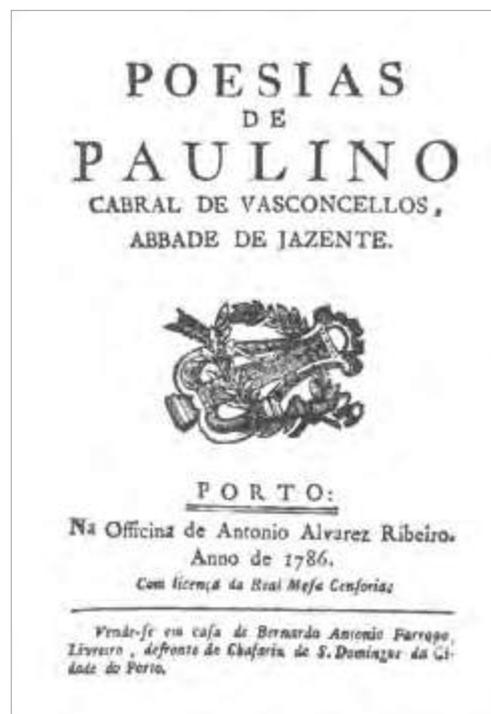
Obrigado a retirar-se para Amarante, onde faleceu em 1789, escreveu aludindo à sua abadia de Jazente:

“Eu, que junto à Cabana, em que vivia,
Tive uma rica Ermida: e afortunado
Ovelhas tantas tive, que o montado
Com elas branquejar alegre via:

Eu, que tive prazer, tive alegria,
Tive nome entre os mais; eu desgraçado,
De quanto tive agora despojado,
Não tenho nada mais, que a noite, e dia:

Eu mesmo deixei tudo: e unicamente,
A saudade nos cofres da memória
Com desvelo guardei, mas imprudente;

Pois lendo nela a minha triste história,
Me fazem ser mais duro o mal presente
Doces lembranças da passada glória”
(Cabral, 1786).



Reprodução do frontispício da obra *Poesias*, de Paulino Cabral de Vasconcellos.

⁸ O cura Manuel Pereira alega que redigiu a memória “por impedimento do Abade” (Pereira, 1758). Que tipo de impedimento fosse, ignoramos.

⁹ “Brutos penhascos, rústicas montanhas, / Medonhos bosques, horrída maleza, / Que me vedes, coberto de tristeza, / Saudoso habitador destas campanhas” (Cabral, 1786).

O MONUMENTO ENTRE ÉPOCAS

“Classificada habitualmente como obra românica, talvez a devemos considerar dentro do nosso gótico rural, tendo em conta a sua datação tardia” (Almeida, 2001: 124). É com estas palavras que Carlos Alberto Ferreira de Almeida localiza a Igreja de Santa Maria de Jazente dentro das variantes estilísticas que a Idade Média nos ofereceu. De facto, os elementos arquitetónicos apreciáveis nesta pequena Igreja amarantina apontam-nos para uma cronologia que deve ser posicionada em finais do século XIII, se não já no século XIV. Tal aspeto não é de estranhar. Não nos podemos esquecer que muitos monumentos românicos localizados ao longo das bacias do Sousa, do Tâmega e do Douro se integram naquela corrente que a historiografia mais recente tem optado antes por designar de “românico de resistência”, se não mesmo de “românico popular”¹⁰.

Composta por nave única e cabeceira retangular, mais baixa e estreita do que esta, criando um evidente jogo de volumes diferenciados, a Igreja de Jazente destaca-se pela homogeneidade da sua fábrica, muito pouco transformada ao longo dos tempos. O seu aparelho é composto por silhares de diferentes dimensões. Mas, conforme notou em 1864 o pároco desta freguesia, os seus silhares criam, no entanto, “fadas de dimensões iguaes ao menos na sua altura”¹¹.

322



Fachadas oriental e sul.

¹⁰ Sobre esta questão veja-se Botelho (2010: 395 e ss).

¹¹ Oliveira, João André de – Missiva de 18 de outubro [?] de 1864. IRHU/Arquivo ex-DGEMN/DREM, Cx. 3216/3. Correspondência igrejas do concelho de Amarante, 1864-1867.



Fachada ocidental.

A fachada principal desta Igreja é dominada pelo portal, um dos elementos que melhor nos denunciam o seu carácter tardio. Composto por duas arquivoltas ligeiramente quebradas e que se apoiam diretamente sobre os pés-direitos do muro em que se inscrevem, o seu tímpano recebeu uma referência de Pedro Vitorino no artigo que consagrou especificamente ao estudo dos *Tímpanos românicos ornamentados* (Vitorino, 1941: 5-17). Segundo este médico estudioso do românico português, este tímpano é perfurado por “uma larga cruz com disco central, acompanhada no lintel de outra cruz, semelhante na forma, simplesmente gravada”. É sustentado por mísulas lisas que repousam sobre pés-direitos, ornados com estrias verticais na sua parte interna. Aqui reside a maior originalidade deste portal. Ainda nesta fachada, criando um verticalismo algo contido ao centro, uma estreita fresta é encimada pela sineira para abrigo de um sino que quebra visivelmente a empena. O sino já lá não está, mas a sua presença perdurará ao longo do tempo pela cicatriz do seu tanger visível no paramento. Sobre a sineira uma pequena cruz.

A composição dos tímpanos é, em Jazente, um sinal de que esta pequena Igreja foi construída já na parte final do românico, altura em que se verifica uma tendência para furar o tímpano, não só com vazamento de cruzes, mas também com outros orifícios (Almeida, 1971: 114). No portal sul vemos, pois, cinco aberturas circulares posicionadas em cruz e envoltas por um duplo círculo inciso no granito. Não nos podemos esquecer que este românico mais tardio é já coevo dos primeiros testemunhos arquitetónicos do gótico, estilo que busca no culto da luz a sua própria essência. Também este portal surge inscrito na espessura do próprio muro pelo que não tem qualquer coluna. As duas arquivoltas que lhe dão corpo, ligeiramente quebradas, assentam diretamente sobre os seus pés-direitos.

323



Fachada ocidental. Portal.



Fachada sul. Nave. Portal.



Fachada sul. Capela-mor. Cornija.



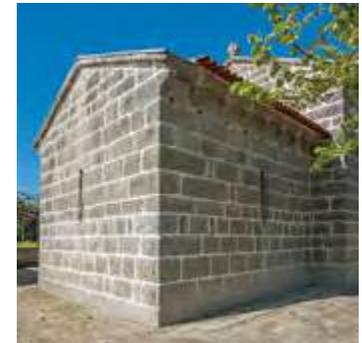
Fachada sul. Capela-mor. Cachorros.

Ainda na fachada sul, sobre o portal, permanece um lacrimal que, associado às mísulas salientes que surgem num nível um pouco inferior, nos confirma a existência de uma estrutura alpendrada que, por ter sido edificada em materiais perecíveis, não chegou aos nossos dias. Imediatamente sobre o lacrimal, duas frestas, estreitas, ao gosto românico. Por fim, uma cornija é sustentada por modilhões, na sua maioria lisos ou, quando muito, ornamentados com formas geométricas simples, de perfil quadrangular. Mais um sintoma do caráter tardio desta Igreja no âmbito da cronologia do românico português.

Também na cabeceira vemos a mesma tipologia de cachorros, em ambos os lados, e o mesmo tipo de frestas, quer nos alçados laterais, como no posterior. Junto aos cachorros veem-se ainda hoje pequenos orifícios que se julga poderem ter servido de suporte para outras construções (Basto, 2006). Aliás, na parede testeira da nave vemos igualmente uma estreita fresta e, sobre a sua empena, uma cruz terminal, patada, bem ao gosto românico. A sacristia adossa-se à capela-mor, a sul, a que se acede através desta por um vão em arco abatido.

De um modo geral, o alçado norte é idêntico ao sul. Atente-se, no entanto, à inexistência de lacrimal. Mas como existem mísulas de sustentação de uma estrutura alpendrada, estamos em crer que esta seria mais simples do que a do lado oposto. Aqui o portal, de verga reta, inscreve-se na espessura do muro e corresponde no interior ao nicho onde se expõe a imagem de Nossa Senhora de Fátima. Os cachorros são lisos.

No interior de Jazente impera a simplicidade. O granito dos paramentos é apenas interrompido pelas estreitas frestas que, dentro do gosto românico, o iluminam tenuemente. A diferenciação de volumes entre a capela-mor e a nave é aqui corroborada pela abertura do arco triunfal. Embora quebrado, mais parece um arco abatido. Atente-se, no entanto, à existência de duas pilastras com capitéis toscanos, uma de cada lado, no intradorso do arco, e que nos levam a crer que, a determinada altura da Época Moderna, algures entre os séculos XVII e XVIII, se teve a intenção de transformar este arco, nobilitando-o e aumentando a abertura do seu vão. A obra foi, no entanto, interrompida. Dessa mesma campanha datará, certamente, o remate superior da dupla sineira isenta que se ergue do lado sul, no adro desta Igreja de Jazente. Sobre a cornija, um frontão triangular é interrompido por um vão ao centro que, pela sua dimensão, poderá até ter abrigado uma imagem. Este é encimado por uma cruz. Duas urnas rematam as extremidades do frontão.



Fachadas oriental e norte. Capela-mor.



Nave. Parede norte. Nicho. Escultura. Nossa Senhora do Rosário de Fátima.



Vista geral do interior a partir da nave.

No interior, os retábulos atuais não correspondem às habituais intervenções seiscentistas e setecentistas que tão profundamente alteraram as igrejas medievais. Tratam-se de experiências contemporâneas para repor parte do património arreado pelas intervenções das décadas de 1930 e 60, porquanto no inventário organizado, em 1912, pela Comissão Cultural ainda se referem três altares¹². É provável que neste inventário os arroladores se referissem aos retábulos originais barrocos. Neles existiam, então, as imagens de Santa Maria, Santa Ana, São Pedro, São Paulo, Senhora das Dores, Senhora do Rosário e Santo Afonso¹³. Presentemente, à veneração encontram-se as imagens de Santa Maria, Santa Ana, Menino Jesus Salvador do Mundo e Sagrado Coração de Jesus. Referimos já que, em 1726, foi parca e desprestigiante a descrição de Francisco Craesbeeck quanto ao património móvel e integrado. Merece, porém, que aludamos à imagem da Virgem com o Menino, trabalho de pedra calcária, policromada, que remonta à segunda metade do século XV.

Escultura produzida segundo os modelos góticos, ainda presa a uma inexpressividade de que as faces de Mãe e Filho são testemunhos, quis o autor (certamente próximo ou influenciado por oficina de calibre com artífices estrangeiros), libertá-la de formalismos medievais, tratando mais livremente o pregueado das vestes e acentuando o movimento do corpo através de *contrapponto*. De resto, o humanismo e, de certa forma, o realismo sentimental é expressado ante o fiel não pela riqueza da ornamentação e pelo fraco naturalismo no tratamento das faces e membros,

12 PORTUGAL. Ministério das Finanças – Secretaria-geral – Arquivo. Comissão Jurisdicional dos Bens Culturais, Porto, Amarante, *Arolamentos dos bens culturais*. Igreja de Jazente. Liv. 67, fl. 87-91v. ACMF/Arquivo/CJBC/PTO/AMA/ARROL/022.

13 Idem.



Arco triunfal.

326

mas pelo ato carinhoso que o Menino tem com sua mão ao tocar-lhe o rosto, demonstrando carinho e amor filial. Com a mão direita, Maria segura uma rosa, símbolo da sua pureza e virgindade que a devoção mariana, crescente a partir do século XIV em toda a Europa, pretendeu acentuar.

Digno de nota é o facto de o padre João André d'Oliveira aludir, em 1864, à existência de “figuras pintadas na parede”, por ele descobertas quando, em 1825, mandara “reparar hum dos altares collateraes”¹⁴. Em 1932 voltamos a ter novas referências a esta pintura, desta feita por informação facultada pelo padre Virgínio Monteiro Alves e Guimarães¹⁵. Por ocasião da intervenção de “restauração” que então decorria e a que voltaremos mais adiante, verificou-se que “o retábulo que estava no arco cruzeiro não tem outra pintura por baixo da que se vê não devendo pois ter valor. Descido êste encontrou-se por traz dêle na caliça uma pintura da qual o retábulo era a imitação; a pintura, a água, muito imperfeita e apagada, que deve ter sido feita na ocasião em que foram feitas as que se encontravam por traz do altar-mór e que o Ex.^{mo} Sr. Dr. Bragança disse não terem valor algum”¹⁶. Nada mais soubemos sobre tais pinturas. O mais provável era datarem do século XVI a julgar pelos exemplos remanescentes na região de Amarante.

Dessa mesma época serão certamente os azulejos da mesa de altar da capela-mor. Embora o esquema compositivo em nada se aproxime dos exemplares da Igreja de Nossa Senhora da Natividade de Escamarão (Cinfães), o mesmo já não podemos dizer da técnica utilizada e da policromia adotada. Tons ocres, azuis e verdes desenhavam um motivo floral estilizado que se

¹⁴ Oliveira, João André de – Missiva de 18 de outubro [?] de 1864. IRHU/Arquivo ex-DGEMN/DREM, Cx. 3216/3. Correspondência igrejas do concelho de Amarante, 1864-1867.

¹⁵ Guimarães, Virgínio Monteiro Alves e – Missiva, 13 de dezembro de 1932. IRHU/Arquivo ex-DGEMN/DREM/DM – DGEMN:DREM-2494, Cx.21/3.

¹⁶ Idem.



Torre sineira.



Capela-mor. Parede fundeira do lado do Evangelho. Peanha. Escultura. Virgem com o Menino.



Nave. Pia batismal.

repete, ao modo de padrão, composto por quatro azulejos (2x2). As flores são envolvidas por molduras adornadas por arabescos.

A pia batismal data certamente da época românica, aqui tardia. Base e taça são ambas poligonais. Encontra-se na nave, junto à entrada principal, do lado do Evangelho.



Capela-mor. Frontal de altar.

AS INTERVENÇÕES CONTEMPORÂNEAS

Em resposta ao inquérito realizado pelo Diretor das Obras Públicas do Porto, em 1864, procurando aferir do estado de conservação das igrejas da diocese do Porto, o pároco de Jazente informou, desde logo, que “o edifício da Igreja parochial de Sancta Maria de Jazente se acha em bom estado, bem conservado e reparado”¹⁷.

Só nos anos trinta do século seguinte é que voltamos a ter notícias desta pequena Igreja de Jazente. Ao que se sabe, entre 1932 e 1933, foram realizadas diversas obras de conservação nesta Igreja, certamente à custa da paróquia. Incluíram estas obras a remoção do reboco dos paramentos exteriores e interiores e a limpeza dos paramentos “na frente da igreja, na capela-mór por dentro e por fora e já em parte do corpo da igreja”¹⁸. Foi esta intervenção realizada sob a responsabilidade do então pároco de Jazente, Virgínio Monteiro Alves e Guimarães, orientada pelo arquiteto Baltazar de Castro (que apelida de “Engenheiro”), que se revelaram “uns buracos na capela-mor por fora ao lado de cada cachorro ou estribo”¹⁹. Além disso, adianta o mesmo pároco, que as duas frestas laterais eram similares [à da parede fundeira da abside], mas foram estragadas sendo contudo fácil a sua restauração”²⁰.

Na obra *A arte românica em Portugal...*, dada ao prelo em 1918, José de Marques Abreu publica um cliché do exterior da Igreja de Jazente, a partir do lado norte, onde se pode ver que as juntas se encontravam caiadas de branco, assim como o exterior da capela-mor e o portal principal (Vasconcelos e Abreu, 1918: 149). A legibilidade deste edifício era, então, bem diferente do atual. Consta ainda que nesta intervenção de inícios da década de trinta se procedeu também ao restauro do tímpano da porta principal e ao levantamento de uma carreira de pedras da espessura de um palmo que encobria uma fila de azulejos, que se encontrava subterrada (Basto, 2006).

Alguns anos mais tarde, o padre Manuel Pinto Coelho dirige-se ao diretor dos Monumentos Nacionais indagando se este monumento se encontra inscrito “nos Monumentos Nacionais”²¹. O pároco de Jazente necessitava de tal informação por se encontrar então a Igreja necessitada de “algumas reparações”²². Não tendo obtido qualquer resposta, em janeiro de 1949, o pároco de Jazente volta a insistir²³. Segundo explica, “o pároco de uma freguesia tem o dever de zelar pelo asseio e conservação da igreja da sua paróquia e no caso de se tratar dum monumento nacional a obrigação de sua conservação e reparação pertence ao Estado. Além disso, esclarece que a Igreja de Jazente deve ter sido edificada em fins do século XIII, mas de estilo e trabalho muito pobres”. Foi, pois, ainda nesse mesmo mês que no seio da Direcção-Geral dos Edifícios

17 Oliveira, João André de – Missiva de 18 de outubro [?] de 1864. IRHU/Arquivo ex-DGEMN/DREM, Cx. 3216/3. Correspondência igrejas do concelho de Amarante, 1864-1867.

18 Guimarães, Virgínio Monteiro Alves e – Missiva, 13 de dezembro de 1932. IRHU/Arquivo ex-DGEMN/DREM/DM – DGEMN:DREM-2494, Cx.21/3.

19 Idem.

20 Idem.

21 Coelho, Manuel Pinto – Missiva de 24 de setembro de 1948 [SIPA.TXT.00900001] PT DGEMN:DSARH-010/026-0091 [Em linha]. Disponível em [www: <URL: http://www.monumentos.pt>](http://www.monumentos.pt) [Nº IPA PT011301180014].

22 Idem.

23 Coelho, Manuel Pinto – Missiva, 6 de janeiro de 1949 [SIPA.TXT.00900003 e SIPA.TXT.00900004]. Idem.

e Monumentos Nacionais se aferiu que esta Igreja não se encontrava classificada, considerando-se ainda que não possuía “condições de merecer tal classificação”²⁴.

Durante uns anos esta questão esmoreceu até que, em 1962, surge um contacto, agora estabelecido pelo padre João Ferreira, no sentido de apurar junto da mesma instituição se a Igreja de Jazente se encontrava ou não classificada²⁵. Não o estando²⁶, cremos, no entanto, que foi esta insistência por parte da paróquia que desencadeou a abertura do processo de classificação desta pequena Igreja edificada num românico tão tardio. Assim sendo, por despacho do então secretário de Estado da Cultura e Educação Permanente²⁷, a Igreja de Jazente foi classificada como Imóvel de Interesse Público a 29 de setembro de 1977²⁸. A partir de então as fontes disponíveis são silenciosas. Chegados a 2010 passa a pequena Igreja de Jazente a integrar a Rota do Românico. [MLB / NR]

Já nesse âmbito, foi alvo de uma intervenção de salvaguarda, conservação e valorização. A execução do projeto teve por fim a manutenção e conservação geral do monumento ao nível das suas coberturas e paramentos exteriores (Costa, 2010). No interior, o revestimento frontal da mesa de altar, constituído por um painel de azulejos hispano-árabes, foi igualmente alvo de uma campanha de conservação. A superfície policroma da estrutura azulejar mostrava sinais de desgaste acentuado, os vidrados apresentavam falhas e fraturas, sendo igualmente visível um uso excessivo de argamassas do tipo Portland (Duarte, 2010: 4-5). A escultura de Santa Maria, que apresentava sujidades, lacunas volumétricas e destacamentos da camada policroma, onde eram visíveis vestígios de policromias anteriores e repintes, foi também tratada e conservada.

Concluída a primeira fase de intervenções, a Rota do Românico retomará, ainda, em 2014, os trabalhos de conservação e salvaguarda na Igreja de Jazente, dignificando agora o seu espaço interior, nomeadamente ao nível dos paramentos, dos madeiramentos dos tetos e das portas e remodelação da zona de celebração (Costa, 2012). [RR]



Vista geral (adaptada de Abreu, 1918). Fonte: Biblioteca Nacional Digital.

24 Ofício n.º 634 da Direção dos Serviços dos Monumentos Nacionais, 28 de fevereiro de 1949 [SIPA.TXT.00900005]. Idem.

25 Ferreira, João – Missiva de 5 de dezembro de 1962 [SIPA.TXT.00899804] PT DGEMN:DSARH-010/026-0083. Idem.

26 Silva, José Pena Pereira da – Missiva, 28 de dezembro de 1962 [SIPA.TXT.00899806]. Idem.

27 Ofício da Direção-Geral dos Assuntos Culturais de 20 de julho de 1975 [SIPA.TXT.00671412] PT DGEMN:DSID-001/013-004-1979/3. Idem.

28 DECRETO n.º 129. D.G. I Série. 226 (77-09-29) 2390-2396.

CRONOLOGIA

950: segundo Domingos Moreira é já referido o topónimo "Jacenti de Tamecha";

1258: é testemunha das Inquirições de D. Afonso III a abadessa Margarida;

1623: a Igreja não possui sacário;

1719, maio, 6: nasce, em São Pedro de Lomba, Paulino Cabral, futuro abade de Jazente e escritor arcadiano;

1726: Francisco Craesbeeck refere que a Igreja não tem sacário e que é então abadia do ordinário do Porto, sendo abade o doutor Bernardo Vieira de Macedo;

1752: entra ao serviço da paróquia de Jazente Paulino António Cabral;

1789: morre, em Amarante, o escritor e abade de Jazente, Paulino António Cabral;

1930-1960: são realizadas obras no interior e na estrutura da Igreja;

2010: a Igreja de Jazente passa a integrar a Rota do Românico;

2013-2014: trabalhos gerais de conservação, salvaguarda e valorização da Igreja de Jazente, no âmbito da Rota do Românico;

2014-2015: conservação geral da Igreja ao nível dos paramentos, dos madeiramentos dos tetos e das portas e remodelação da zona de celebração.

BIBLIOGRAFIA E FONTES

ABREU, Marques – Igreja de Jasente (concelho de Amarante): exterior [Material fotográfico]. In VASCONCELOS, Joaquim de; ABREU, Marques – *A arte românica em Portugal: texto de Joaquim de Vasconcellos com reproduções seleccionadas e executas por Marques Abreu*. Porto: Edições Ilustradas Marques Abreu, 1918. Disponível em [www.<URL: http://purl.pt/978/1/P228.html>](http://purl.pt/978/1/P228.html).

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de – *História da arte em Portugal: o românico*. Lisboa: Editorial Presença, 2001.

_____ – Primeiras impressões sobre a arquitetura românica portuguesa. *Revista da Faculdade de Letras*. Vol. 2 (1971).

ARQUIVO DISTRITAL DO PORTO (ADP) – Paroquiais. *Baptismos* (1588-11-06/1746-05-08), fl. 93.

_____ – Paroquiais. *Baptismos* (1731-05-03/1780-07-26), fl. 32 v.º-33.

BOTELHO, Maria Leonor – *A historiografia da arquitectura da época românica em Portugal*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2010. Dissertação de doutoramento em história da arte portuguesa apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Texto policopiado.

CABRAL, Paulino António – *Poesias de Paulino Cabral de Vasconcellos, abade de Jazente*. Porto: oficina de Antonio Alvarez Ribeiro, 1786.

_____ – *Romance hendecassylabo sobre o terramoto fatal da cidade de Lisboa sucedido no primeiro de novembro de 1755*. [S.l.: s.n.], 1760.

COSTA, A. Carvalho da – *Corografia portugueza e descripçam topografica do famoso reyno de Portugal...* Lisboa: Off. de Valentim da Costa Deslandes, 1706-1712.

COSTA, Lídia – *Conservação, salvaguarda e valorização da Igreja de Jazente. Porto, Amarante, Jazente. 2.ª fase: conservação geral do interior do imóvel e vãos exteriores*. Porto: Fontes e Formas – Arquitectura, 2012. Texto policopiado.

_____ – *Igreja de Jazente, Porto, Amarante, Jazente. Conservação, salvaguarda e valorização de coberturas e paramentos exteriores: projecto de execução*. Porto: Fontes e Formas – Arquitectura, 2010. Texto policopiado.

CRAESBEECK, Francisco Xavier da Serra – *Memórias ressuscitadas da província de Entre-Douro-e-Minho no ano de 1726*. Ponte de Lima: Carvalhos de Basto, 1992.

DUARTE, Artur Jaime – *Igreja de Jazente: conservação e restauro do revestimento azulejar do frontal de altar*. Porto: Artur Jaime Duarte, 2010. Texto policopiado.

DECRETO n.º 129. D.G. I Série. 226 (77-09-29) 2390-2396.

GAMA, Arnaldo – *Um motim ha cem annos: chronica portuense do seculo XVIII*. Porto: Typographia do Commercio, 1861.

HERCULANO, Alexandre, dir. – *Portugalliae monumenta historica : o saeculo octavo post christum usque ad quintumdecimum: inquisitiones*. Lisboa: Academia Scientiarum, 1867.

MACHADO, Diogo Barbosa – *Bibliotheca lusitana*. Lisboa: [Francisco Luiz Ameno], 1759.

MOREIRA, Domingos A. – *Freguesias da diocese do Porto: elementos onomásticos alti-medievais. II parte - inventariação onomástica: fascículo G-O. Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*. Vol. 3/4 (1985-6) 61-158.

NIZA, Paulo Dias de – *Portugal sacro-profano...* Lisboa: na Officina de Miguel Manescal da Costa, 1767.

PEREIRA, Manuel – [Memória Paroquial de] Jazente [Manuscrito]. 1758. Acessível em ANTT, Lisboa. PT-TT-MPRQ-18-147.

PORTUGAL. Ministério da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território – IRHU/Arquivo ex-DGEMN/DREMN, Cx. 3216/3. *Correspondência igrejas do concelho de Amarante*.

_____ – *Processos vários*. N.º IPA PT011301180014 [Em linha]. Disponível em [www: <URL: http://www.monumentos.pt>](http://www.monumentos.pt).

PORTUGAL. Ministério das Finanças – Secretaria-geral – Arquivo – Comissão Jurisdicional dos Bens Culturais, Porto, Amarante, *Arrolamentos dos bens culturais*. Igreja de Jazente. Liv. 67, fl. 87-91v. ACMF/Arquivo/CJBC/PTO/AMA/ARROL/022.

VASCONCELOS, Joaquim de; ABREU, Marques – *A arte românica em Portugal: texto de Joaquim de Vasconcellos com reproduções seleccionadas e executas por Marques Abreu*. Porto: Edições Illustradas Marques Abreu, 1918.

VITORINO, Pedro – *Tímpanos românicos ornamentados. Douro-Litoral*. N.º 3 (1941) 5-17.





IGREJA
DO SALVADOR
DE LUFREI
AMARANTE

IGREJA
DO SALVADOR
DE LUFREI
AMARANTE



Planta.

PREÂMBULO HISTÓRICO



Vista geral.

A velha Igreja de Lufrei situa-se num fértil vale junto à confluência de dois pequenos cursos de água, contrapondo-se assim à implantação de um número considerável de paroquiais edificadas em outeiros ou cumes mais ou menos elevados. A sua origem monástica poderá explicar esta localização, tomada como ideal por Cluny e pelos beneditinos e definitivamente adotada por Cister como local-modelo para a implantação das suas casas. De facto, atribuiu-se a Lufrei o estatuto de cenóbio destinado a monjas beneditinas que, como tantos outros casos na região (nomeadamente Gondar, Amarante), resultou em abandono e subsequente secularização.

Nas *Inquirições de 1258* uma das testemunhas outorga a fundação do mosteiro de Lufrei à família de Gonçalo João da Pedreira. O instituto era, então, cabeça de três ermidas ou igrejas sufragâneas ou filiais: Santa Maria Madalena, em Covelo, São Fausto e São Tiago (Herculano, 1867: 1152).

No entanto, a extinção deste mosteiro não foi, como no caso próximo de Telões (Amarante), precoce, tendo acontecido já o século XV ia a meio. Assim o narra a *Benedicta lusitana...*, que aponta o ano de 1455 como o da redução a igreja paroquial¹.

Uma tradição imputava a D. Mem de Gundar a fundação dos três cenóbios de bentas da região: Gondar, Lufrei e Gestaô. Embora não fundada documentalmente, a memória da ligação a Gondar, testemunho do movimento de criação de comunidades beneditinas femininas a partir do século XII, permaneceu na submissão de Lufrei àquela Igreja por via do padroado. Cabia ao reitor de Gondar a apresentação do vigário de Lufrei, como assinala, em 1768, o autor do *Portugal sacro-profano...* (Niza, 1767: 333)².

A Igreja, de modestas dimensões, passou então a servir, no período moderno, a paróquia de Lufrei, talvez desmembrada da de Gondar.

Eclesiasticamente, a paróquia de Lufrei integrou o termo da arquidiocese de Braga, tendo transitado para a do Porto em 1882³. No século XX, as alterações na geografia diocesana incluíram-na na comarca eclesiástica de Sobretâmega (3.º distrito) e na segunda vigararia de Amarante, a cuja unidade ainda se encontra adstrita.

¹ Em 1344-1345, era aqui monja uma dona da linhagem ou família dos Moreiras (cujos polos de ação e domínio eram Celorico e Tarouquela (Cinfães)): Inês Martins de Moreira (Sottomayor-Pizarro, 1997: 1043). E, em 1431, ainda se refere a abadessa Beatriz Vasques e o capelão frei Gonçalo Anes, monge de Fonte Arcada (Amarante) (Santo Tomás, 1651: 388). Deve entender-se esta secularização de Lufrei no processo reformista do arquiépiscopado de D. Fernando da Guerra (Marques, 1988).

² Embora, em 1692, o padre Torcato Peixoto a refira como vigararia anexa de São Gonçalo de Amarante (Azevedo, 1845: 434).

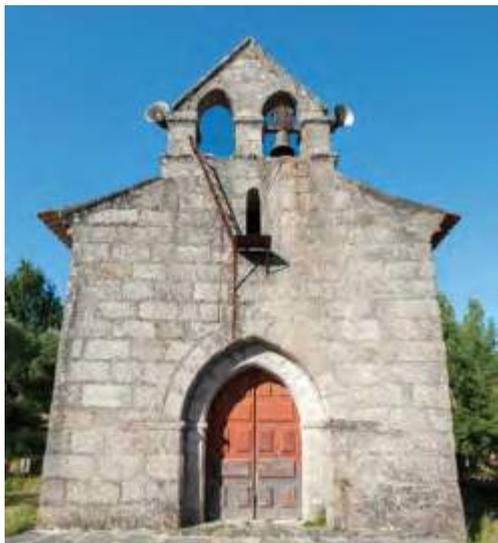
³ Decorrente da bula *Gravissimum Christi ecclesiam regendi et gubernandi munus* (IGREJA CATÓLICA. Papa, Leão XIII – *Gravissimum Christi ecclesiam regendi et gubernandi munus* [Bula de 30 de setembro de 1881]).

O MONUMENTO NA ÉPOCA MEDIEVAL

A sua fábrica atesta-nos uma cronologia mais tardia, inserida naquela corrente que tem vindo a ser designada de “românico de resistência” ou, se não mesmo, de “gótico rural”. Trata-se de uma vertente da arquitetura românica bastante comum na região dos vales do Sousa, do Tâmega e do Douro. Disso são exemplo as Igrejas de São Miguel de Entre-os-Rios (Penafiel), de Nossa Senhora da Natividade de Escamarão (Cinfães) ou de São Mamede de Vila Verde (Felgueiras), só para citar alguns exemplos. Somos da opinião de que, no caso de Lufrei, o caráter simples da sua fábrica, isenta de detalhes decorativos esculpidos se explica, pois, através da sua cronologia tardia pelo que esta Igreja pode ser considerada um bom testemunho da vernaculidade e da popularidade que o *modus aedificandi* românico assumiu entre nós⁴. Daí que a arquitetura da época românica deva ser cada vez mais, entre nós, entendida na sua diacronia.

O caso de Lufrei é um bom testemunho de como as formas românicas persistem no tempo, indo mesmo além da sua própria cronologia, assumindo contornos vernaculares. Atente-se à irregularidade do aparelho que lhe dá forma, pois embora se encontre uma homogeneidade ao nível da altura das fiadas dos silhares, o mesmo já não se pode dizer quanto à sua dimensão. Composta por nave única e cabeceira retangular, mais estreita e mais baixa do que esta, a Igreja de Lufrei é apenas iluminada no seu interior por estreitíssimas frestas, de evidente sabor românico, posicionadas em pontos-chave do edifício: sobre o portal principal e sobre o arco cruzeiro e apenas uma em cada alçado da nave. Os cachorros, de perfil mais quadrangular que retangular, são lisos, testemunho do seu caráter tardio. Como se sabe, é nos exemplos mais precoces do românico português que encontramos as formas esculpidas mais variadas e mais adequadas ao quadro destes elementos tão peculiares da arquitetura desta época.

336



Fachada ocidental.



Fachada oriental.

4 Sobre o assunto veja-se Botelho (2010a: 395 e ss; 2010b: 59 e ss).



Fachada norte.



Fachada sul.

Na nave, em ambos os lados, persistem mísulas a meia altura dos paramentos e que nos falam da existência de estruturas alpendradas anexas à Igreja. Além disso, em 1726, Francisco Craesbeeck alude à existência de uma galilé que abrigava o portal principal e que “tinha duas portas travessas: a da parte da epístola tapouce de pedra e cal, e só existe a da parte do evangelho também” (Craesbeeck, 1992: 59). Questionamos se este autor se referia à existência de uma galilé propriamente dita, de raiz medieval, cumprindo funções idênticas às que ainda persistem nas próximas Igrejas amarantinas de Gatão e de Telões, ou se se queria referir aos alpendres apenas às fachadas laterais de Lufrei. De facto, na fachada principal não persiste qualquer testemunho que nos indique a sua existência, nem mísulas de suportes da estrutura de cobertura, nem qualquer cicatriz marcada no paramento. Pelo contrário, as fachadas laterais ostentam ainda as mísulas de sustentação de uma estrutura alpendrada. E se o portal norte, correspondente no interior ao lado do Evangelho, ainda hoje cumpre as suas funções, já o do lado sul, ou seja, o do lado da Epístola, encontra-se entaipado. Interiormente ainda persiste o nicho que, por mostrar um conjunto formado por dois degraus, tem levado a crer que foi preparado para albergar o púlpito (Basto, 2006).

337



Fachada ocidental. Portal

São precisamente os portais que em Lufrei nos confirmam o carácter tardio da fábrica desta Igreja. O principal, além de ser rasgado na espessura do próprio paramento, é composto por duas arquivoltas quebradas que assentam diretamente sobre os pés-direitos, nobilitados com uma imposta. Não tem tímpano. O portal norte é ainda mais simples, pois é formado apenas por um arco, ligeiramente quebrado, inscrito na espessura do muro, sem qualquer elemento que o nobilite. A empena da fachada principal é interrompida por uma dupla sineira, erguida ao modo românico.

No envolvente sul persistem três túmulos, com respetivas tampas. Tratam-se de sarcófagos monolíticos, de contorno trapezoidal, talvez antropomórficos, com tampas igualmente monolíticas, de secção pentagonal e volume em duas águas (Barroca, 1987: 372). Estas três arcas foram referidas nas *Memórias Paroquiais de 1758*: “(...) três túmulos de pedra inteira, que no adro desta igreja se conservam, levantados da terra, com cobertas de pedra, também inteira, lavradas em forma aguda, por todo seu comprimento. Os quais se não acham por alguma outra desta vizinhanças. Em dous deste túmulos se devizam alguns vestígios de nome que se lhe abriu ao cizel, mais por que o tempo corrompeo as letras, não se pode já averiguar o que era, nem na memoria dos homens há tradição, de quem fossem os sujeitos, que nelles se sepultaram”



Envolvente sul. Túmulos.



Envolvente sul. Túmulo.

(Capela, 2009: 170). O certo é que estas sepulturas medievais são referenciadas nessa ocasião como indício da existência de homens “insignes” na freguesia de Lufrei. Junto a estes túmulos a taça da pia batismal românica, lisa⁵.

No interior são poucos os vestígios românicos visíveis. Apenas sentimos o espírito românico desta Igreja pelas frestas que a iluminam de forma ténue ou pela dimensão do vão do arco triunfal que fecha à intimidade a capela-mor. Ligeiramente quebrado, é composto por aduelas de grandes dimensões. Não ostenta qualquer motivo decorativo. As suas arestas são vivas.

No interior dominam os paramentos rebocados a branco. No entanto, veem-se hoje “janelas” abertas mecanicamente e ampliadas durante a primeira fase da intervenção de conservação e restauro já levada a cabo pela Rota do Românico, em 2013. Sob a caiação existente, é possível identificar a presença de camadas cromáticas fortes, particularmente ao nível dos alçados da capela-mor (Pestana, 2010: 9).



Capela-mor. Parede fundeira (atrás do retábulo-mor). Pintura mural.

⁵ No âmbito das intervenções de conservação e salvaguarda da Igreja de Lufrei, promovidas pela Rota do Românico, em 2013, a pia foi deslocada para o interior da nave, como medida preventiva. Não foi ainda tomada uma decisão quanto à sua localização final.



Arco triunfal. Topo da parede. Pintura mural. *Calvário*.

As intervenções referidas confirmaram a presença de pintura mural na capela-mor e na nave. Na primeira, os fragmentos mais significativos localizam-se atrás do retábulo-mor: “o conjunto deveria apresentar painel central figurativo, parcialmente destruído pela colocação do retábulo, envolto por decoração de enrolamentos vegetalista a vermelho sobre uniforme fundo amarelo” (Pestana, 2010: 6).

Na nave foi na parede testeira e nas áreas imediatamente contíguas que as sondagens e a primeira fase da intervenção de restauro revelaram pintura mural a fresco. Tratam-se de duas campanhas distintas: a primeira, na parede do arco triunfal, usa barras estampilhadas para envolver uma representação do *Calvário*, enquanto a segunda campanha “ocupa a mesma zona com a mesma representação e continua pelas paredes contíguas, pelo menos na parede à esquerda, com o que poderá ser um retábulo fingido rematado por colunas marmoreadas encimadas por enrolamentos e pináculos” (Pestana, 2010: 9-10). Como se pode desde já perceber, o tratamento da pintura mural de Lufrei afigura-se bastante pertinente. Através da remoção das camadas de cal (Pestana, 2010: 14) ficará à vista um conjunto de pinturas inéditas e que se afiguram de grande qualidade plástica, a julgar pelas sondagens já realizadas e de que destacamos o retábulo fingido. Além disso, sendo que as sondagens realizadas nas paredes laterais da nave também revelaram a existência de pintura, estamos pois diante de um conjunto de dimensão considerável.



Nave. Parede norte antes das intervenções da Rota do Românico (2013). Pintura mural. *Retábulo fingido*.

O MONUMENTO NA ÉPOCA MODERNA

Convertida em igreja paroquial no ano de 1455, dirigiram-se-lhe a partir de então as atenções dos padroeiros e dos fregueses, moldando o espaço eclesial segundo as suas conveniências e espiritualidade. O remanescente do património ainda testemunha os primeiros séculos de intervenção coletiva e individual. Tocada sobretudo pelo espírito e pelo gosto maneirista, de que são testemunhos os três retábulos, gizaram-se alterações substanciais na própria estrutura, até ao seu abandono definitivo no século XX.



Capela-mor. Retábulo-mor antes das intervenções da Rota do Românico (2013).

O retábulo maior, embora alterado em períodos subsequentes⁶, evidencia os tópicos do retábulo pré-barroco: a estruturação parietal em linhas sóbrias a que apenas as quatro colunas conferem volumetria e tridimensionalidade. Francisco Craesbeeck chama-lhe “retabulo dourado ao antigo” e descreve-o praticamente como o conhecemos hoje: duas pinturas de corpo inteiro prendem o olhar do fiel, uma, do lado do Evangelho, representando São Pedro, outra, na Epístola, de São Paulo – ambas representadas com a iconografia habitual, voltadas ante si numa composição que complementa a simetria da estrutura retabular⁷. As pinturas, de sofrível traço retocado, compreendem-se à luz do desejo tridentino pela sobriedade e pela catequização

⁶ Em 1707, como refere Francisco Craesbeeck (1992: 59), não possuía sacrário, que lhe deve ter sido colocado bastante mais tarde, como evidenciam os acrescentos à estrutura retabular: tabernáculo e trono, de finais do século XVIII ou princípios do século seguinte.

⁷ O cronista refere, ainda, no remate do retábulo, uma imagem pintada do “Padre Eterno”, que hoje não existe (Craesbeeck, 1992: 59).



Capela-mor. Retábulo-mor do lado do Evangelho. Pintura. *São Pedro*.



Capela-mor. Retábulo-mor do lado da Epístola. Pintura. *São Paulo*.



Sacristia. Escultura. *Salvador*.

através da arte. Ainda que posteriormente se tenha tentado ocultar as imagens bidimensionais de *São Pedro* e *São Paulo* com esculturas de vulto, tiveram certamente em vista os encomendadores do retábulo seiscentista educar pela imagem, acentuando o papel dos dois obreiros da Igreja e, de certa forma, ocultar a imagem do *Salvador*, que o vulgo designava por Santo⁸.

A imagem hoje exposta em frente à pintura do apóstolo *Pedro* é obra do século XVII e não se enquadra no primitivo retábulo, mas pode tratar-se da que se encontrava, em 1726, “sobre uma penha [sic] ao centro da estrutura retabulística” (Calado, 2008). De resto, embora as orientações tridentinas busquem afastar as denominações e representações que afrontavam a teologia, o barroco não tardou em humanizar o Salvador, aproximando-o dos fiéis, juntamente com as restantes entidades – a maioria santos e santas expostos à veneração na Igreja, substituindo a pictórica mural e retabulística.

Transposto o arco cruzeiro é notável a mudança de volumetria entre a capela maior e a nave, mas nem por isso o investimento em património integrado foi aqui coincidente com a verticalidade do espaço. Os dois retábulos colaterais arrumam-se discretamente contra o ângulo das paredes norte, este e sul. São ambos do período maneirista.

O retábulo da parede norte, hoje dedicado ao Sagrado Coração de Jesus, era, em 1726 e 1758, invocativo da Virgem do Rosário⁹. No ático, um painel em baixo-relevo apresenta a cena da *Anunciação*: o anjo Gabriel, ajoelhado sobre uma nuvem, oferece a boa-nova (figurada por um lírio) a Maria, que a recebe enquanto ora, com gestos de maravilha e agrado. Sobre a Virgem uma figura alada, forma que, com as suas asas compondo um pavilhão, protege a Escolhida. Remata a cena o Espírito Santo, de onde emanam alguns raios entre Maria e o Anjo.

No retábulo oposto marca toda a estrutura uma pintura central representando *São João Baptista* e *São João Evangelista*. Entre ambos, um espaço vazio e sob este uma mísula a indicar a presença, outrora, de uma escultura de vulto que rematava a composição. Esta foi removida, mas poderá

⁸ Sobre a denominação São Salvador, Salvador ou Divino Salvador, veja-se o que referimos em Tabuado, Marco de Canaveses.

⁹ Em 1726, a imagem era de vestidos, ou seja, de roca (Craesbeeck, 1992: 59).

tratar-se da imagem de São Sebastião, a que seria dedicado este retábulo na primeira metade do século XVIII. Esta conjectura é reforçada pela pintura no ático: uma coroa aberta cujo interior é trespassado por três flechas cruzadas, símbolos do martírio e poder do Príncipe dos Mártires. A circunstância de encontrarmos associados os dois homónimos, o Baptista e o Evangelista, pode sugerir que certo patrono da obra tenha desejado recordar juntamente com São Sebastião. De resto, quer o orago mariano quer a presença do santo mártir são comuns ao nível do santoral das igrejas paroquiais, como elementos de uma devoção influenciada quer pela pregação, quer pelo desejo coletivo de salvaguarda contra os elementos naturais e patologias (Resende, 2011).

342



Nave. Retábulo colateral do lado do Evangelho antes das intervenções da Rota do Românico (2013).



Nave. Retábulo colateral do lado da Epístola antes das intervenções da Rota do Românico (2013).

AS INTERVENÇÕES CONTEMPORÂNEAS

Correndo o ano de 1864, o pároco de Lufrei, Francisco Feliciano Roiz, informa o Diretor das Obras Públicas do Porto que “a Igreja de Sam Salvador de Lufrei, no concelho de Amarante, é anticuissima a sua fundação foi no tempo dos godos, como mostra a parede do mesmo edifício. Foi em outros tempos Mosteiro de Freiras Bentas”¹⁰. Considerou o referido pároco que esta Igreja se achava então “em perfeita conservação (sic) alem de outros melhoramentos tem um bom semiterio em roda da mesma, feito de pedra de cantaria e com a capacidade necessária para o fim que foi instituído”.

Opinião diferente mostrou, no entanto, outro pároco de Lufrei, corrido quase um século. A 27 de outubro de 1967, o padre António da Silva Ribeiro Peixoto dirigiu-se ao responsável máximo da Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) no sentido de solicitar o apoio daquela instituição para “obter algum espaço interno a ocupar pelos fiéis” na então Igreja paroquial de Lufrei, “uma igreja velhinha e pequena de características ímpares e nitidamente românicas”¹¹. Sugeria, assim, o pároco que se libertasse a Igreja de “acrescentos muito alheios ao estilo”. Tal facto era então justificado pelo aumento considerável da população.

No ano seguinte, os técnicos da DGEMN foram a Lufrei e tomaram conhecimento de que o pároco pretendia efetuar “obras de ampliação na igreja”, construindo “dois corpos laterais ligados à actual capela-mór, pensando recuar esta, para além da sua parede testeira”¹². Para salvaguardar este testemunho “de acentuado interesse arqueológico”, considerou-se ser pertinente propor a sua classificação como Imóvel de Interesse Público, “o que permitirá evitar a sua inutilização com a execução de possíveis planos de obras que, como a pretensão presente, destrói, não só as proporções do seu traçado original, como as suas características arquitectónicas”¹³. Em novembro de 1971, a Igreja do Salvador de Lufrei foi classificada como Imóvel de Interesse Público¹⁴.

Tendo em conta a nova condição da igreja paroquial, enquanto monumento classificado, em 1972 o pároco de Lufrei solicitou à DGEMN o apoio técnico necessário para executar o estudo e assistir às obras que pretendia então realizar¹⁵. Os serviços dos monumentos consideraram oportuno aceder à solicitação feita¹⁶. Se foram realizadas obras, não conseguimos confirmar, e



Igreja nova de Lufrei.

¹⁰ Roiz, Francisco Feliciano – Missiva de 26 de outubro de 1864. IRHU/Arquivo ex-DGEMN/DREM, Cx. 3216/3 – Correspondência igrejas do concelho de Amarante. 1864-1867.

¹¹ Peixoto, António da Silva Ribeiro – Missiva de 27 de outubro de 1967 [SIPA.TXT.00671387] PT DGEMN:DSID-001/013-004-1979/1 [Em linha]. Disponível em [www: <URL: http://www.monumentos.pt>](http://www.monumentos.pt) [Nº IPA PT0011301210010].

¹² Ofício n.º 222 de 9 de março de 1968 [SIPA.TXT.00671388]. Idem.

¹³ Idem.

¹⁴ DECRETO n.º 516. *D.G. Série I*. 274 (71-11-22) 1798-1799.

¹⁵ Peixoto, António da Silva Ribeiro – Missiva de 25 de agosto de 1972 [SIPA.TXT.00901112] PT DGEMN:DSARH-010/026-0108 [Em linha]. Disponível em [www: <URL: http://www.monumentos.pt>](http://www.monumentos.pt) [Nº IPA PT0011301210010].

¹⁶ Ofício n.º 878 de 3 de setembro de 1972 [SIPA.TXT.00671398] PT DGEMN:DSID-001/013-004-1979/1 [Em linha]. Disponível em [www: <URL: http://www.monumentos.pt>](http://www.monumentos.pt) [Nº IPA PT0011301210010].

se o foram procuraram certamente conservar. O que sabemos é que a construção da nova igreja paroquial de Lufrei, entre 1991 e 2001 (Figueiredo, 2012), votou a velha e pequena Igreja românica ao esquecimento. [MLB / NR]

Tendo integrado a Rota do Românico em 2010, a Igreja de Lufrei foi alvo de uma intervenção de salvaguarda, conservação e valorização. A execução do projeto teve por fim a conservação geral das coberturas existentes na Igreja, ao nível dos revestimentos cerâmicos, dos madeiramentos, dos sistemas de impermeabilização e dos rufos e caleiros (Costa, 2010).

Em 2013, tiveram início os trabalhos de conservação e restauro dos retábulos da capela-mor e da nave da Igreja, bem como da estatuária incorporada, designadamente as imagens de São Tiago, que atualmente se encontra na sacristia, e a do Salvador, guardada na nova igreja paroquial de Lufrei.

Após a remoção dos retábulos tornou-se possível avançar com a conservação das pinturas murais da Igreja, tendo sido descoberta, por detrás do retábulo da parede norte da nave, uma imagem onde se representa *Santo André*, conforme a legenda o identifica. Com esta intervenção pretendeu-se “assegurar uma boa conservação material das pinturas murais visíveis e daquelas que irão ser colocadas a descoberto após a remoção de camadas sobrepostas existentes, melhorar a sua leitura de conjunto e apresentação estética” (Pestana, 2010: 3).

344



Nave. Parede norte. Pintura mural. *Santo André*.



Nave e capela-mor durante as intervenções da Rota do Românico (2013).

Concluída a primeira fase de intervenções, a Rota do Românico retomará, ainda, em 2014, os trabalhos de conservação e salvaguarda na Igreja de Lufrei. A segunda fase do projeto centrar-se-á “no invólucro do edifício – paramentos exteriores, portas de acesso e vãos de iluminação e ventilação – incluindo o reforço da sua protecção à humidade através de uma vala de drenagem perimetral, e ainda (aproveitando a actual possibilidade de acesso ao interior das coberturas, em início de obra, e o facto de se propor escavar o seu perímetro), a pré-instalação de infraestruturas básicas” (Costa, 2012: 9). Entretanto, foi também já desenvolvido um projeto de conservação e restauro do teto da capela-mor (Duarte, 2012). [RR]

CRONOLOGIA

1258: as testemunhas da Inquirição indicam familiares de Gonçalo João da Pedreira como fundadores (e padroeiros) do mosteiro de Lufrei;

1455: a igreja monástica é reduzida a secular pelo arcebispo D. Fernando da Guerra;

1726: Francisco Craesbeeck descreve a Igreja com o seu “retabulo a antiga”, tal qual o conhecemos hoje;

1882: a paróquia de Lufrei transita da arquidiocese de Braga para a diocese do Porto;

1971: classificação da Igreja de Lufrei como Imóvel de Interesse Público;

2001: abandono da Igreja de Lufrei, cujo culto foi transferido para um novo templo;

2010: a Igreja de Lufrei passa a integrar a Rota do Românico;

2013: conservação geral das coberturas e conservação e restauro dos retábulos e pinturas murais da Igreja;

2014-2015: conservação geral da Igreja de Lufrei ao nível dos paramentos exteriores, portas de acesso e vãos de iluminação e ventilação.

BIBLIOGRAFIA E FONTES

AZEVEDO, Torcato Peixoto de – *Memórias ressuscitadas da antiga Guimarães...* Porto: [Typographia da Revista], 1845.

BARROCA, Mário – *Necrópoles e sepulturas medievais de Entre-Douro-e-Minho: séculos V a XV*. Porto: Universidade do Porto, 1987.

BASTO, Sónia – *Igreja paroquial de Lufrei/Igreja do Divino Salvador* PT011301210010 [Em linha]. Lisboa: IHRU, 2006. [Consult. 26 de março de 2012]. Disponível em www: <URL: <http://www.monumentos.pt>>.

BOTELHO, Maria Leonor – *A historiografia da arquitectura da época românica em Portugal*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2010a. Dissertação de doutoramento em história da arte portuguesa apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Texto policopiado.

_____ – *São Mamede de Vila Verde: um testemunho tardio do românico do Vale do Sousa*. Felgueiras: Câmara Municipal de Felgueiras, 2010b.

CALADO, Eliana Sofia Almeida – *Divino Salvador* PND1.0001 [em linha]. Porto: Diocese do Porto, 2008. [Consult. 26 de março de 2012]. Disponível em www: <URL: <http://inweb.bcdp.org>>.

CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; BORRALHEIRO, Rogério – *As freguesias do distrito do Porto nas memórias paroquiais de 1758: memória, história e património*. Braga: edição José Viriato Capela, 2009.

COSTA, Lúcia – *Conservação, salvaguarda e valorização da Igreja de Lufrei, Porto, Amarante, Lufrei. 2.ª fase: paramentos e vãos exteriores, e drenagem perimetral*. Porto: Fontes e Formas – Arquitectura, 2012. Texto policopiado.

_____ – *Igreja de Lufrei, Porto, Amarante, Lufrei. Conservação, salvaguarda e valorização das coberturas: projecto de execução*. Porto: Fontes e Formas – Arquitectura, 2010. Texto policopiado.

CRAESBEECK, Francisco Xavier da Serra – *Memórias ressuscitadas da província de Entre-Douro-e-Minho no ano de 1726*. Ponte de Lima: Carvalhos de Basto, 1992.

DECRETO n.º 516. D.G. Série I. 274 (71-11-22) 1798-1799.

DUARTE, Artur Jaime – *Igreja de Lufrei, Amarante: conservação e restauro do tecto da capela-mor*. Porto: Artur Jaime Duarte, 2012. Texto policopiado.

FIGUEIREDO, Paula – *Igreja paroquial de Lufrei/Igreja do Divino Salvador/Igreja nova* PT011301210200 [Em linha]. Lisboa: IRHU, 2012. [Consult. 6 de abril de 2012]. Disponível em www: <URL: <http://www.monumentos.pt>>.

HERCULANO, Alexandre, dir. – *Portugalliae monumenta historica: o saeculo octavo post christum usque ad quintumdecimum: inquisitiones*. Lisboa: Academia Scientiarum, 1867.

IGREJA CATÓLICA. Papa, Leão XIII – *Gravissimum Christi ecclesiam regendi et gubernandi munus* [Bula de 30 de setembro de 1881].

MARQUES, José – *A arquidiocese de Braga no séc. XV*. Lisboa: INCM, 1988.

NIZA, Paulo Dias de – *Portugal sacro-profano...* Lisboa: na Oficina de Miguel Manescal da Costa, 1767.

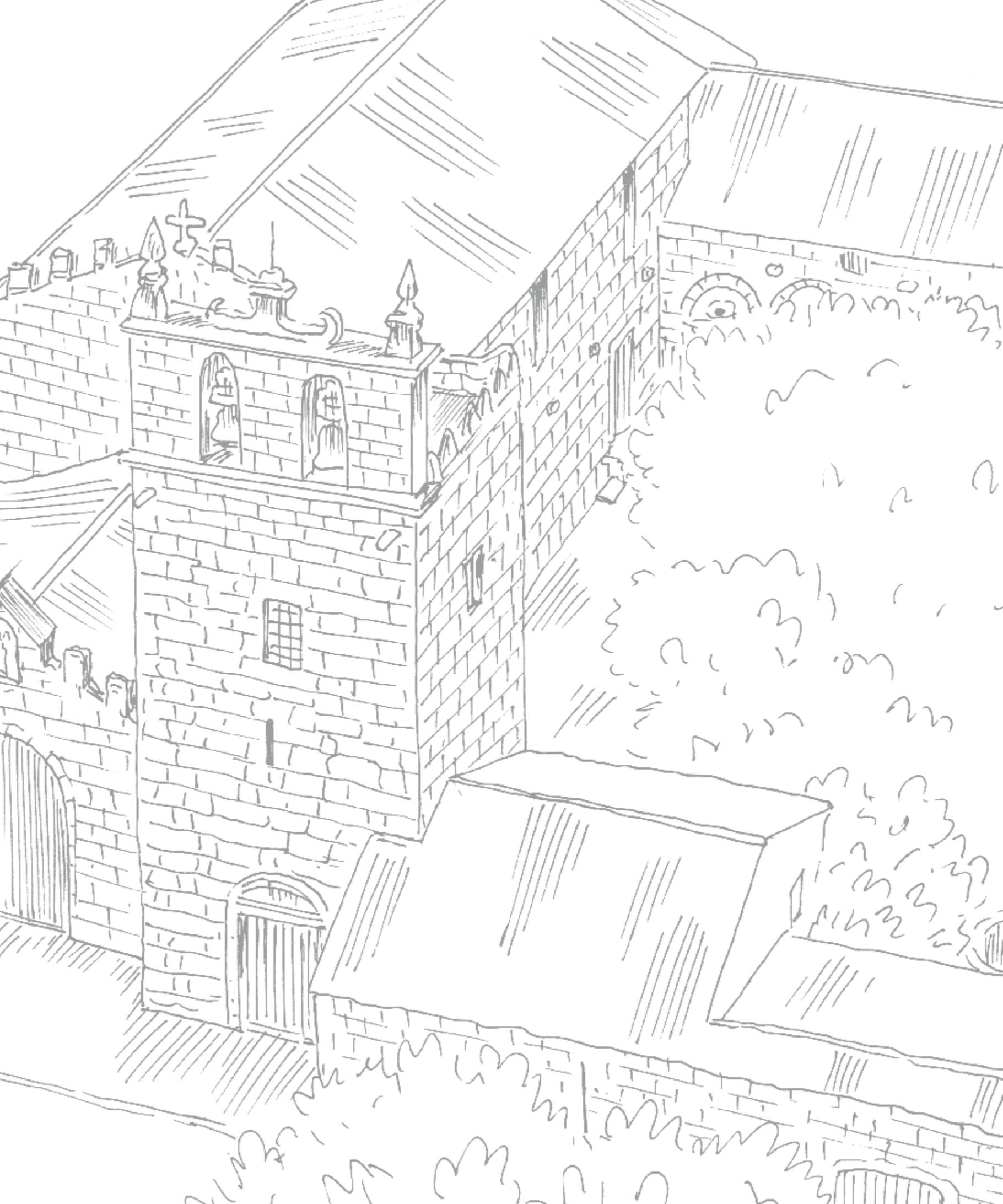
PESTANA, José Artur – *Conservação e restauro das pinturas murais da Igreja de Lufrei, Porto, Amarante, Lufrei: caderno de encargos, especificidades técnicas*. Lisboa: Mural da História, 2010. Texto policopiado.

PORTUGAL. Ministério da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território – IRHU/Arquivo ex-DGEMN – *Processos vários*. N.º IPA PT0011301210010 [Em linha]. Disponível em www: <URL: <http://www.monumentos.pt>>.

RESENDE, Nuno – *Fervor & devoção: património, culto e espiritualidade nas ermidas de Montemuro: séculos XVI a XVIII*. Porto: Universidade do Porto, 2011.

SANTO TOMÁS, Leão, frei – *Benedictina lusitana...* Coimbra: na oficina de Manuel Carvalho 1651.

SOTTOMAYOR-PIZARRO, J. A. de – *Linhagens medievais portuguesas: genealogias e estratégias: 1279-1325*. Porto: Universidade do Porto, 1997. Dissertação de doutoramento em história da Idade Média na Faculdade de Letras da Universidade do Porto.



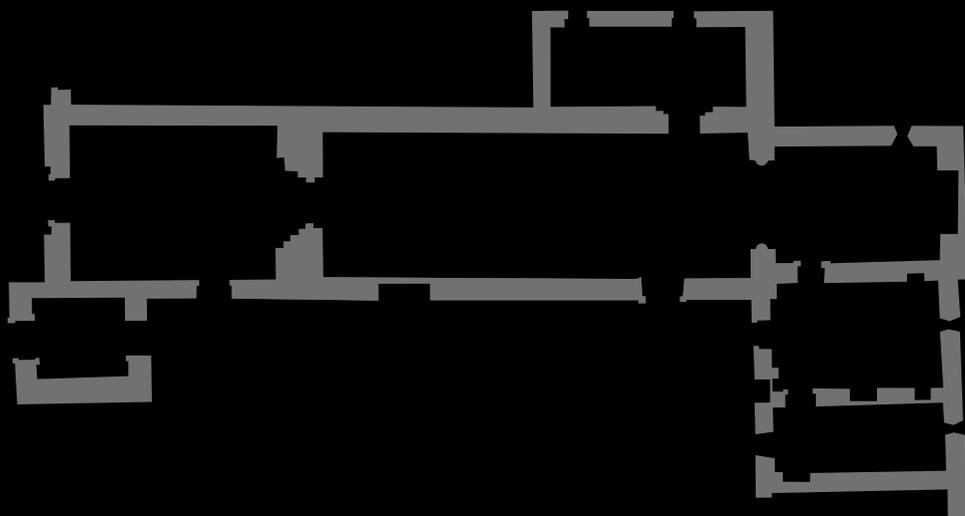


MOSTEIRO

**DE SÃO
MARTINHO
DE MANCELOS**

AMARANTE

MOSTEIRO
DE SÃO
MARTINHO
DE MANCELOS
AMARANTE



Planta.

PREÂMBULO HISTÓRICO

O topónimo Mancelos aparece na “Carta da Província de Entre-Douro-e-Minho”, datada de 1729 e executada para a obra *Mapa de Portugal antigo e moderno*, de João Bautista de Castro (1762). Situado nas proximidades de Amarante, que a carta individualiza e faz sobressair através do desenho de uma estrutura defensiva de forma circular que nunca existiu, Mancelos surge graficamente como a memória de um Mosteiro e um couto, cuja importância e autonomia persistiram na memória regional e nacional, apesar da sua extinção e incorporação noutros estabelecimentos monásticos. A memória, facultada pela tradição, pelas pedras e por documentos, foi assim vertida à primeira cartografia seguindo esta lógica de importância, nem sempre compreendida geograficamente, mas que uma análise da memorialística humanista e do iluminismo ajudariam a explicar.

O facto de se associar a Mancelos, como a tantos outros institutos monásticos do período fundacional da nacionalidade, o nome do monarca Afonso Henriques, revela o interesse em legar para a posteridade a importância da sua criação, ainda que este momento careça por vezes dos necessários documentos. Todavia, a implantação do edifício e a extensão do remanescente são testemunhos concretos da importância e da necessidade da sua fundação: assegurar o controlo social e económico de uma região onde confluíam já no século XII – cronologia atribuída ao seu nascimento – vários interesses políticos.

351



Província de Entre-Douro-e-Minho (adaptada de Castro, 1762).



Vista aérea.

Erguido na orla da veiga do ribeiro da Cruz, Mancelos é assim testemunho do interesse que os poderes senhoriais e eclesiásticos tinham em explorar convenientemente uma região onde se cruzavam limites e jurisdições. Se na Idade Média Mancelos integrava a terra de Sousa, aparece no período moderno como couto sob a influência do concelho de Santa Cruz de Ribatãmega. Próximo a Amarante e dos limites da diocese de Braga, onde se incluiu até ao século XIX, acabou por tremer ante a interferência dos familiares dos padroeiros e cair na sequência da gestão comendatária, sendo em 1540 doado por D. João III (r. 1521-1557) aos dominicanos de Amarante.

Embora se atribua a fundação do Mosteiro de Mancelos ao casal Mem Gonçalves da Fonseca (dos de Ribadouro) e Maria Pais Tavares¹, que viveram durante o reinado de D. Sancho II (r. 1223-1245), é provável que o mesmo estivesse na esfera de influência dos Portocarreiros. As narrativas genealógicas referem D. Raimundo Garcia (segundo elemento conhecido daquela linhagem, documentado entre 1129 e 1152), como “o que deu grand’algo a Mancelos” (Sottomayor-Pizarro, 1997: 912). Pelo menos em 1120 o cenóbio já existia, como especifica a Bula de Calisto II (p. 1119-1124), a propósito dos termos da diocese do Porto (Ribeiro, 1810-1836: 6).

¹ Uma das elegias redigidas sobre a relação deste casal com Mancelos é a que verteu em forma de letra Francisco Craesbeeck (1992: 231). Segundo este memorialista, o topónimo “Mancelos” proviria do nome e apelido do fundador “Mem Gonçellos” (Mem Gonçalves), da honra de Fonseca, que aqui teria edificado o seu solar (não obstante titular-se natural de Fonseca, em São Martinho de Mouros (Resende), o que desde logo causa estranheza).

É, pois, conjecturável que a sua fundação remonte ao primeiro quartel do século XII, durante o período de vida de Garcia Afonso e Elvira Mendes, primeiros da linhagem dos Portocarreiros². Foi aos descendentes destes, nomeadamente aos FONSECAS, que Mancelos passou como padroado e espaço eclesial familiar, verdadeiro paradigma das igrejas próprias³. Efetivamente, no século XIV são em número verdadeiramente impressionante os familiares deste Mosteiro, que nele reclamavam direitos e réditos⁴. Entre o conjunto de bens incluíam-se as capelanias anexas, entre as quais se encontra a da Ermida do Douro (Cinfães), na margem sul do Douro⁵.

Embora se reconheça a autoridade dos cónegos regrantes de Santo Agostinho na posse inicial do Mosteiro, a própria ordem, na sua cronística, revela o desconhecimento quase absoluto da origem do espaço monástico, o que não deixa de ser revelador das estratégias de fundação privada, mais preocupadas com o domínio territorial do que com a criação de polos difusores de evangelização.

No século XV, o Mosteiro foi várias vezes pousado para o arcebispo de Braga, D. Francisco da Guerra (?-1467) e seu séquito. De Mancelos, o arcebispo, ao mesmo tempo comendador do instituto monástico, lidou com a questão da regência, na sequência do falecimento do monarca D. Duarte I (r. 1433-1438). Regista-se a sua presença neste Mosteiro entre as décadas de 1430 a 1460, sendo portanto local privilegiado para os percursos e visitas do ativo antístite e talvez dos seguintes (Marques, 1978: 89-182).

Em 1540, D. João III (r. 1521-1557) doou Mancelos aos religiosos de São Gonçalo de Amarante, ato confirmado pelo papa Paulo III (p. 1534-1549) dois anos depois. Para o convento amarantino passavam os direitos relativos ao couto, onde existia juiz, procurador e ouvidor que atuavam no âmbito do cível, pois, no crime, ia às justiças de Santa Cruz de Ribatãmega.

Francisco Craesbeeck resume e justifica de forma bastante clara a cedência de Mancelos: “foi com obrigação de satisfazer as que tinham os conegos delle e de dar o Provincial frades para a Índia, Brasil e mais conquistas do Reino, e de pregarem e doutrinarem aos moradores e vizinhos do dito couto e freguesia” (Craesbeeck, 1992: 232), ou seja, passando para a esfera dos dominicanos os réditos e direitos do velho instituto, auxiliava o serviço catequético da ordem e, especificamente, o florescimento da sua casa de Amarante.

A partir do século XVI, Mancelos tornar-se-á um polo da ação administrativa e evangelizadora dos Pregadores de São Gonçalo de Amarante, que se torna um dos complexos monásticos mais importantes daquela ordem, em Portugal.

² Sobre este casal pouco se sabe, apenas que terão tido dois filhos, o já referido Raimundo e Monio Garcia (Sottomayor-Pizarro, 1997: 912).

³ Sobre as igrejas próprias ver Oliveira (1950: 126 e ss).

⁴ A este respeito veja-se a obra de Sottomayor-Pizarro (1997) que cita vários indivíduos descendentes das linhagens dos Portocarreiros e dos Ribadouro como familiares de Mancelos. Estes foram compilados por São Paio (1987: 45-71).

⁵ José Marques (1988: 809) di-la na terra de Panoias, mas trata-se da ermida de Dom Pinho, depois igreja de São Pedro, paróquia na margem sul do Douro, termo de Ferreiros de Tendais.



Fachada ocidental.

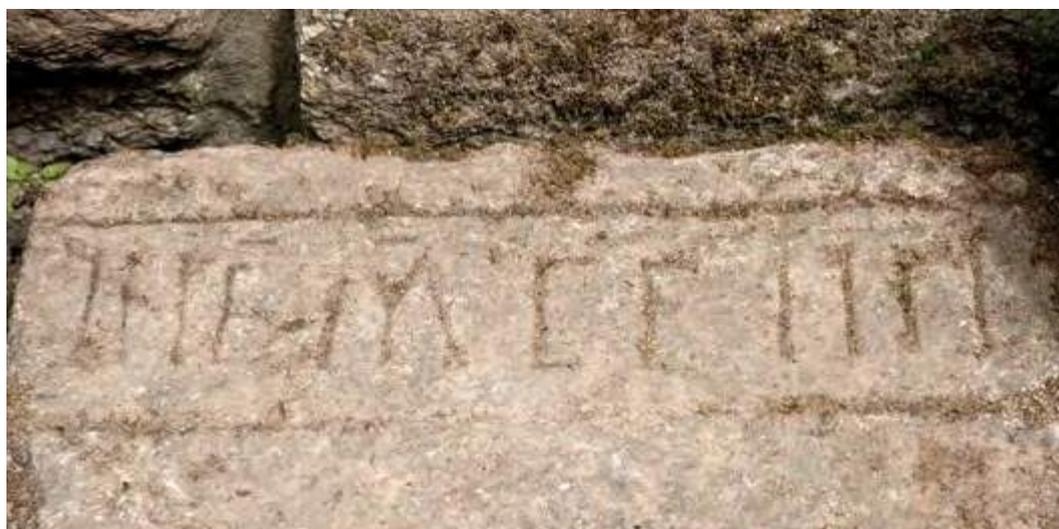
O MONUMENTO NA ÉPOCA MEDIEVAL

A Igreja de Mancelos apresenta um desenvolvimento planimétrico longitudinal, definido por uma considerável diferenciação de volumes, onde se destaca a nave retangular, mais alta que a capela-mor e a galilé, estas últimas com planimetria quadrangular. Quebrando de forma evidente este desenvolvimento longitudinal, a torre sineira que se adossa à galilé, pelo lado sul, assume-se como um elemento vertical, destacando-se assim na paisagem envolvente. Em primeiro lugar, este conjunto monumental diferencia-se pelo facto de integrar esta volumosa torre, mas também e fundamentalmente porque conserva a galilé fronteira à fachada principal, abrigando assim o portal.

O Mosteiro de Mancelos foi construído num lugar onde prevalece, ainda hoje, a atividade agrícola, conforme se comprova pela paisagem envolvente, caracterizada pelo uso rotativo de pequenas parcelas que, a par com a pastorícia, indiciam uma utilização intensiva dos terrenos. Desde sempre, e particularmente na Idade Média, que os mosteiros se mostraram muito atraídos pelos férteis terrenos agrícolas, daí advindo a sua subsistência primeira. E estes, tanto melhores se mostravam se permitiam ainda a prática da pastorícia e se, nas suas proximidades, possuíam bosques para o fornecimento da tão fundamental madeira... Conforme nos explica

João de Barros, à roda de 1549, no vale onde foi erguido o “Mosteiro de Mançelos, de Conigos Regrantes da ordem de Sancto Agostinho, havia muita abundancia de Vinho uerde e muitas aruores que dà cada oito e dez almudes de Vinho” (Barros, 1919: 77).

Embora tenha sofrido diversas transformações ao longo dos séculos, esta Igreja conserva ainda significativas parcelas da época românica. A existência de uma inscrição gravada num silhar avulso, que ainda hoje se conserva em espaço anexo à Igreja, onde outrora se erguia o claustro, junto da sacristia, remete-nos para o ano de 1166 (Barroca, 2000: 314-315). Não nos podemos esquecer que este cenóbio se encontrava já datado desde 1120, pelo menos. Nesta inscrição podemos ler: IN Era M^a CC^a IIII^a.



Claustro. Inscrição.

Todavia, como apenas alude a uma data, “Era de 1204”, esta epígrafe nada nos indica quanto à natureza do evento comemorado, tanto mais que se encontra hoje descontextualizada. Mas, segundo Mário Barroca, há um aspeto que é preciso ter em consideração e que é precisamente o da sua qualidade epigráfica, certamente concedida segundo uma “ordinatio”, ou seja, respondendo a uma paginação e forma específicas, previamente delineadas (Barroca, 2000: 107 e ss). Era recorrendo a pincel e tinta, a carvão, a ponta seca ou mesmo a cinzel que as letras eram marcadas no suporte, respondendo à mancha gráfica pretendida. No caso desta inscrição, há vários aspetos que levam a conjecturar a existência da “ordinatio”: o carácter regular dos caracteres que definem uma letra equilibrada e elegante e que se centram no espaço delimitado pelas duas linhas definidoras da altura da regra. É, pois, por esta razão que se considera que este letreiro poderá memorar algum momento particularmente importante do monumento, talvez a “Sagração” ou a “Dedicação” da obra românica (Barroca, 2000: 315).

Assim sendo, confrontando esta cronologia com os vestígios românicos remanescentes em Mançelos, que nos falam de uma época mais avançada, cremos ser mais seguro afirmar estarmos diante de um edifício que, a determinada altura do século XIII, foi alvo de uma profunda obra de reconstrução. Ou, em alternativa e conjecturando, perante o facto de que este edifício foi alvo

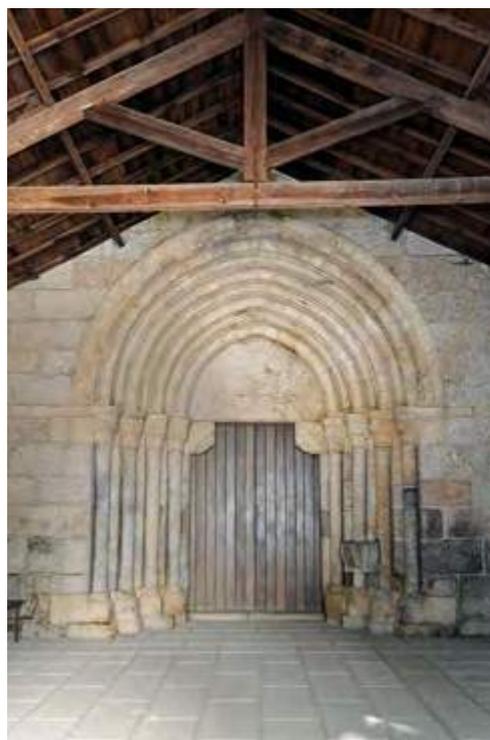
de profundas transformações durante a Época Moderna, poderá esta epígrafe ter pertencido de facto à capela-mor, aceitando assim a ideia de que comemora um ato de sagração ou de dedicação? Se tivermos presente a morosidade da construção românica, não podemos deixar de lançar a hipótese de ter sido este edifício iniciado ainda em meados do século XII, sendo a sua capela-mor aberta ao culto após a sua dedicação e sagração, possivelmente em 1166. Uma interrupção da fábrica construtiva ou uma evolução com um ritmo mais lento, ao nível da edificação da nave, poderá justificar plenamente o carácter tardio do portal que, não nos surpreende, mais de um século depois, apenas, viria a ser finalizado. Colocam-se aqui várias hipóteses que só fontes documentais poderão vir um dia a esclarecer. Mas, na ausência destas, nada melhor do que o próprio monumento, testemunho material de suma importância, para nos facultar inúmeras informações.

A galilé assume-se como um corpo extremamente simples. Rasgada por um arco com ligeira quebra que permite o acesso ao interior, a sua empena é interrompida por um nicho que em tempos terá abrigado uma imagem. Seria do padroeiro, São Martinho? Provavelmente. Tendo em conta a diferença de alturas existente entre a galilé e a fachada da Igreja é possível visualizar bem a empena desta última. Vemos aqui repetido o mesmo jogo de merlões que ornam a galilé (e que recordam o recorte dos modilhões de proa góticos), assim como a existência de uma estreita fresta, que permite a iluminação do interior da nave. No remate angular da empena, uma cruz terminal de recorte barroquizado.

356

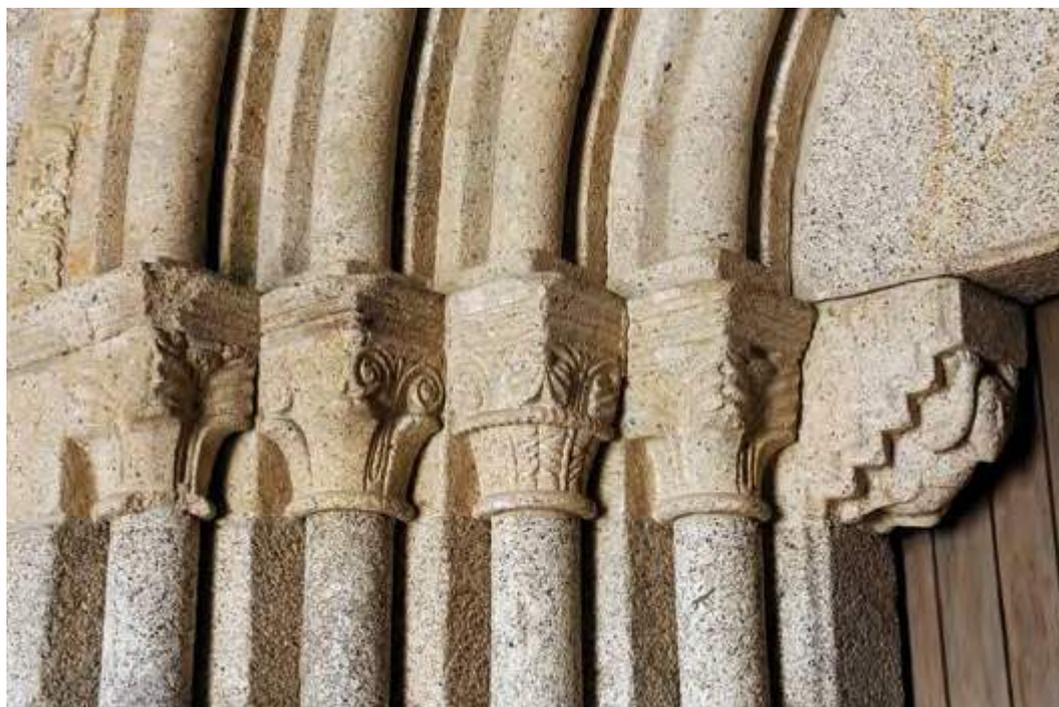


Igreja. Fachada ocidental. Galilé. Vista exterior.



Igreja. Fachada ocidental. Galilé. Vista interior.

É no interior da galilé, com cobertura em madeira, que se encontra abrigado o portal principal da Igreja de Mancelos, um dos elementos que melhor nos permite aferir uma cronologia para a fábrica deste edifício. Ligeiramente quebradas, as suas quatro arquivoltas repousam sobre elegantes capitéis onde a escultura, de fino desenho, se prende já bastante ao cesto, aspeto denunciador do gótico que se aproxima. Partindo do modelo criado pelas volutas dos capitéis coríntios, motivos vegetalistas pouco relevados criam uma certa homogeneidade ao conjunto, apesar das diferenças compositivas existentes entre os vários capitéis. Conjugando-se com motivos fitomórficos que desenham enrolamentos, identificamos aqui várias tipologias de folhas estilizadas e abertas ao modo de flor-de-lis⁶ e que lembram a Carlos Alberto Ferreira de Almeida alguns exemplares da colegiada de Guimarães⁷. Elaboradas impostas, formadas por elementos boleados que se sobrepõem, confirmam o caráter tardio do conjunto, cuja monumentalidade é reforçada pelos toros diédricos das arquivoltas, elemento de clara origem portuense e que encontramos noutros monumentos como Travanca ou Freixo de Baixo, ambos em Amarante. O arco envolvente mostra-nos uma modinatura decorada com motivos geométricos encadeados. O tímpano liso é sustentado por duas mísulas onde foram esculpidas duas figuras, ao modo de atlantes, uma feminina, outra masculina.



Igreja. Fachada ocidental. Portal. Capitéis e mísula.

⁶ Parece-nos um pouco exagerada a leitura iconográfica proposta por Lois García (1997: 18-27) para os capitéis deste portal. Do lado direito do observador, partindo do exterior para o interior, o autor identifica um lírio, amendoeiras, uma videira retorcida e um limoeiro. Do lado oposto e no mesmo sentido, uma oliveira, reinterpretações da amendoeira e da videira e, por fim, uma palmeira.

⁷ De um modo geral, os capitéis do claustro da colegiada de Nossa Senhora da Oliveira de Guimarães são considerados já góticos: algumas das suas folhagens são de um grande naturalismo e outros estão na origem dos capitéis-almofada do gótico final (Almeida, 1978: 228, 233).





Igreja. Fachada sul. Nave. Portal.

É, pois, com base nos elementos que dão corpo a este portal que se tem vindo a propor uma cronologia bastante avançada para a edificação desta Igreja (ou, antes desta parte da Igreja?), colocada algures na transição do século XIII para o século XIV (Almeida, 1978: 233).

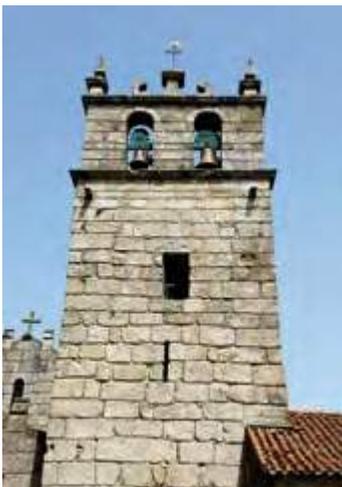
Francisco Craesbeeck (1992: 234) alude a uma inscrição, mas que hoje se encontra desaparecida: MCCC / OBI[it] M / ARTINUS.

Segundo o mesmo autor, este silhar encontrar-se-ia na ombreira da porta de acesso ao claustro, ou seja, do lado sul. Embora atualmente não tenhamos ideia do paradeiro desta inscrição funerária, é possível que Martinho fosse abade do Mosteiro de Mancelos. Quando em 1258, os inquiridores de D. Afonso III (1248-1279) chegam a Mancelos, a principal testemunha que ouvem é um “Martinus Martini” que, apesar de não ser explicitamente tratado como abade, devia sê-lo (Barroca, 2000: 889). Aludindo assim ao óbito de Martinus em 1262, a existência desta inscrição faz-nos ponderar sobre a importância que terá tido por então este abade, que assim terá sido memorado. Cerca de um século depois, o Mosteiro de Mancelos contribuiu com 600 libras para as Cruzadas, quantia elevada quando comparada com a que foi nesse ano de 1320 aplicada a outros mosteiros da região (Sousa, 2005: 190). Pelo exposto, concluímos desde logo da importância regional, se não mesmo nacional, que alcançou o conjunto monástico de Mancelos, pelo que uma intervenção de reconstrução ou de melhoria da fábrica já existente não nos espanta de todo nesta época. Simultaneamente, o seu carácter periférico relativamente aos grandes centros artísticos pode justificar facilmente a contenção que caracteriza a generalidade do conjunto edificado.

Adossada à galilé, a torre ostenta orgulhosamente o seu aparelho de corte medieval composto por silhares de diversas dimensões. Remata-se por uma dupla sineira na fachada principal, assente sobre cornija e que denuncia uma linguagem classicizante, fruto de uma intervenção realizada durante a Época Moderna, no século XVII ou XVIII, conforme delatam os pináculos e as pequenas aletas que a coroam. Nos alçados laterais e no posterior vemos ainda um conjunto de merlões de perfil piramidal, lembrando o carácter militar, retórico, que se quis associar a este tipo de construções. Acede-se ao interior por um portal de volta perfeita, cortado por um lintel, e no seu eixo vemos, de baixo para cima, uma estreita fresta e uma janela retangular.

O aparelho que dá corpo a esta Igreja é irregular, sendo que os seus silhares apresentam diversas dimensões, uns quadrangulares e outros retangulares. Nalguns deles identificam-se siglas, mais um elemento denunciador do carácter tardio da fábrica de Mancelos. Além dos trechos de paramentos românicos ainda visíveis nos alçados laterais, destaca-se desde logo uma cachorrada lisa, cuja forma é característica da dos modilhões cerrados de traves de madeira. Em ambos os alçados foram rasgados, nos paramentos românicos, dois janelões retangulares, caracteristicamente modernos, para melhor iluminação do espaço interior da nave. No lado sul, a meia altura da nave, uma série de modilhões acusa ter existido aí uma estrutura alpendrada. Também aqui uma porta de lintel reto permite o acesso ao interior da nave.

Não nos podemos esquecer que é este lado da Igreja que está voltado ao espaço onde em tempos existiu um claustro. É, pois, por essa razão que devemos entender a localização do arcosólio que guarda uma arca sepulcral e que se rasga ao nível do pavimento. Em 1944, Armando de Mattos referiu-se pela primeira vez a este túmulo, com “representação zoomórfica” (Barroca, 1987: 373). Mário Barroca integrou este sarcófago na família daqueles que têm



Torre sineira.



Igreja. Parede norte. Nave. Sigla.



Igreja. Fachada sul.

360

“motivos singelos” (Barroca, 1987: 373). O autor do artigo do *Guia de Portugal...* alude aos três curiosos símbolos que surgem ao lado de um medalhão figurativo: uma cruz e dois ginetes (Dionísio, 1985: 446).



Igreja. Fachada sul. Nave. Arcossólio.

Também na torre se rasgou um arco de comunicação, de volta perfeita, para permitir o acesso a este espaço, o claustro, elemento fulcral da organização de qualquer mosteiro. Uma análise da fachada da sacristia mostra-nos a presença de três arcos quebrados, hoje entaipados, que nos permitem adivinhar a adaptação de um espaço de época anterior às novas funções. Para tal con-

corre ainda a existência de uma cornija sustentada por cachorrada idêntica à da nave. Um conjunto de modilhões colocados no paramento, sobre o nível imediatamente superior aos arcos, permite-nos confirmar esta tese. Que tipo de dependência seria? Uma anterior sacristia ou até uma sala capitular? Tendo em conta o facto de ser edificada em pedraria seria certamente um dos espaços mais nobres da vida monástica. Qual, não podemos precisar. Mais uma conjectura. A adaptação deste espaço a sacristia terá ocorrido algures durante a Época Moderna conforme indica a forma da vigia, quadrilobada, e do nicho rasgados no arco central. Nos arcos das extremidades foram abertas portas de lintel reto encimadas por óculos circulares. Cremos que esta intervenção é do mesmo período da que concebeu a sineira que remata a torre.

No lado norte da nave destacam-se diversas cicatrizes no exterior do paramento, reflexo das várias transformações por que foi passando o edifício.



Igreja. Sacristia. Fachada ocidental.



Igreja. Fachada norte.



Igreja. Vista geral do interior a partir da nave.

Encerrada por uma abóbada de berço em madeira, a nave da Igreja de Mancelos é extremamente sóbria, com os seus paramentos a ostentarem o granito, totalmente visível, onde coabitam frestas de evidente sabor românico com amplos janelões característicos da Época Moderna. Encimado por uma fresta abocinada, o arco triunfal permanece como elemento remanescente da época românica. Composto por duas arquivoltas, ligeiramente quebradas, sem qualquer elemento ornamental, mostra, no entanto, os seus capitéis picados. Sobre estes, uma imposta idêntica à do portal principal. Na nave, junto ao portal, no lado esquerdo de quem entra, a pia batismal, em granito. Não ostenta qualquer elemento decorativo além do anel que delimita superiormente a base que sustenta a taça, protegida por resguardo de madeira.

Como se pode depreender do que acima foi dito, a Igreja românica do Mosteiro de Mancelos foi alvo de uma marcante intervenção durante a Época Moderna que, não só lhe atualizou a estética arquitetónica, através da abertura de vários vãos, como também lhe modernizou o mobiliário litúrgico, respondendo às novas necessidades litúrgicas e catequéticas.



Igreja. Arco triunfal e capela-mor.

O MONUMENTO NA ÉPOCA MODERNA

O remanescente das intervenções impostas à Igreja de São Martinho de Mancelos é, em grande parte, fruto do espírito e do gosto barroco introduzidos durante o período de administração dominicana. Do tempo dos agostinhos soçobraram apenas algumas alterações arquitetónicas, tais como a abertura de vãos e a construção ou reconversão de novas áreas, nomeadamente a adaptação da antiga sala capitular a sacristia, como atrás referimos.

Por outro lado, as grandes alterações contemporâneas influíram de forma determinante na organização do espaço eclesial, determinando a sonegação de elementos decorativos e mesmo de património móvel e integrado. Este facto leva-nos a redobrar a atenção na hora de analisar e tomar como parte do percurso histórico de qualquer monumento objetos ou mesmo mobiliário que hoje se apresentam ante os nossos olhos. Dois acontecimentos particularmente importantes determinaram as marcadas alterações na organização do património eclesiástico: o Decreto n.º 24, de 30 de maio de 1834, e a Lei da Separação, de 20 de abril de 1911. Subsequentes a ambos estiveram períodos que determinaram a migração e destruição de património móvel e integrado, movimentações e atos nem sempre documentados. Na sequência do Decreto liberal de 1834, algumas alfaias foram retiradas das igrejas monásticas e distribuídas por paróquias mais necessitadas e, ao longo do século XX, as intervenções pensadas pela Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) ocasionaram a destruição ou transferência de retábulos por outros edifícios de culto. As próprias imagens, dentro da qualidade de património mobiliário, estão sujeitas a constantes mudanças, fruto de gostos coletivos e transferências dos afetos devocionais. Na ausência de inventários ou, quando estes existem, da deficiente pormenorização dos objetos, o investigador pode ser tentado a integrar no percurso histórico do edifício elementos que não se enquadram (ou fazem-no tardiamente) no contínuo cronológico da estrutura. Como tal, é com particular prudência que devemos assumir a inclusão do património atualmente afeto ao monumento, privilegiando, acima da sua descrição formal, a explicação factual para a sua presença no acervo considerado.

No interior de Mancelos, as modificações impostas ao longo dos séculos XVIII, XIX e XX determinaram o aspeto sóbrio da sua ornamentação. Da campanha barroca resta apenas o retábulo maior que, dentro do espírito joanino, ocupa toda a parede cabeceira da capela maior. Aqui, uma modesta tribuna de quatro degraus e trono, sobrepujada por sanefa e ladeada por quatro colunas torsas, marca a centralidade da estrutura, para onde se dirige a atenção do fiel, quer durante a liturgia, quando o sacerdote retira do sacrário o alimento sagrado, quer ainda durante a exposição do Santíssimo Sacramento sobre o trono.

Entre as colunas, em quatro mísulas, alçam-se as imagens do padroeiro, São Martinho de Tours, São Francisco de Assis, São Domingos de Gusmão e São Gonçalo de Amarante. São esculturas cujo arco cronológico se reparte entre a segunda metade do século XVII e a segunda metade do século XVIII. A iconografia de cada uma não extravasa os cânones habituais: o seiscentista São Martinho é representado como bispo, com báculo e mitra, e São Francisco apresenta-se numa das suas figurações pós-tridentinas mais comuns, a de um asceta meditativo cujo olhar se perde entre o crucifixo e a caveira, símbolos da perenidade e da fragilidade humana.

Do lado da Epístola, São Domingos de Gusmão e São Gonçalo salientam a presença dominicana. O primeiro, com a sua representação habitual, traja com hábito alvo da ordem dos Pregadores e segura, na mão direita, uma cruz e, com a esquerda, um livro de capa vermelha, tendo aos seus pés um pequeno cão de cor castanha. O beato amarantino, designado popularmente por São Gonçalo, pousa sobre uma ponte de dois arcos, sendo no traje, pose e atributos semelhante ao patriarca da sua ordem.

Ao longo da nave três altares, dois colaterais e um lateral, albergam devoções contemporâneas representadas pelas modernas imagens da Virgem do Rosário de Fátima, Sagrado Coração de Jesus e Virgem das Dores. Este retábulo de título mariano alberga ainda um Cristo jacente, escultura de roca do século XVIII. Todavia, é natural que a modernidade das invocações indique não só mudanças espirituais, mas alterações ao nível do património, como sugere o acervo escultórico e pictórico disperso pela Igreja. As imagens da Virgem do Rosário (século XVIII), Virgem da Lapa (século XVIII) e Santo António, podem ter constituído objetos de devoção entretanto apeados dos altares. Embora não exista memória paroquial de 1758 para esta freguesia (talvez pela sua condição de filial de São Gonçalo), alguns anos antes, em 1726, o cronista Francisco Craesbeck descreveu-a como “templo antigo”, com “sacrario e boa capella-mor”. Mencionou, ainda, o altar de Nossa Senhora do Rosário e respetiva confraria, a que acrescentou outra, dedicada ao Senhor (Craesbeck, 1992: 233).

364



Igreja. Capela-mor. Retábulo-mor.



Igreja. Nave. Parede sul. Pintura. *São Domingos servido à mesa por anjos.*

No respeitante à pintura da Igreja de São Martinho que, para além de monástica constituía a paroquial da freguesia e couto de Mancelos, devemos salientar a existência de um interessante acervo hoje disperso pelo espaço eclesial. Não obstante desconhecermos a posição original dos quadros, que a documentação existente não refere ou omite, devemos supor que sejam o resultado das modificações modernas ou contemporâneas, de que os retábulos da nave são testemunhos.

Ao longo do corpo e da capela-mor encontram-se expostas seis pinturas a óleo, cinco sobre madeira de castanho e uma sobre tela de linho⁸. Esta, a maior de todas (93 centímetros de altura por 168 centímetros de largura), representa uma refeição coletiva, onde participam 12 religiosos, servidos de pão e vinho por dois anjos e vigiados por dois cães que parecem aguardar a sua vez para receber alimento. A cena é tão inusitada como é a presença da tela na parede sul da Igreja. Claramente não foi encomendada para o espaço eclesial, podendo conjecturar-se que fosse destinada ao refeitório ou a outra área assistencial do complexo monástico.

É uma obra do século XVIII e parece retratar o milagre vulgarmente designado como *São Domingos servido à mesa por anjos*⁹. Esta representação adultera, em parte, a narrativa que aparece nas hagiografias de São Domingos, segundo a qual cerca de 40 irmãos, reunidos no convento de São Sisto, em Roma (Itália), não tinham um dia o que comer, salvo um pão que o orante São Domingos fez cortar e distribuir em pequenos pedaços. O consolo do mestre incitou os seus irmãos a sentarem-se e a ouvir em silêncio as leituras sagradas, enquanto se preparavam para consumir os parcus sobejos. Após a bênção de Domingos e a sua oração, “apareceram de repente, no meio do refeitório, dois formosíssimos jovens que carregavam alvíssimos panos cheios de

⁸ Estas pinturas não integram o conjunto de móveis descritos no inventário de bens culturais, datado de 1937 (PORTUGAL. Ministério das Finanças – Secretaria-geral – Arquivo. Comissão Jurisdicional dos Bens Culturais, distrito do Porto, concelho de Amarante, arrolamento dos bens culturais de Mancelos (Arquivo/CJBC/PTO/AMA/ARROL/027), fls. 1-5).

⁹ O verbete do inventário da diocese do Porto designa-o incorretamente *Ceia no Santo Sepulcro em Roma* e indica 11 em vez de 12 clérigos (Costa, 2008).

pão” (Vieira, 1987: 68)¹⁰. Na pintura de Mancelos são 12 os intervenientes, querendo, talvez, o pintor transpor ou sobrepor para esta cena a da Última Ceia e acentuar, assim, o papel de imitador de Cristo que Domingos parece assumir ao longo da sua vida. A presença de certos elementos mundanos, como os cães, ou a visível dissemelhança entre os freires, pode significar a transposição para a cena de elementos e indivíduos do quotidiano, ao gosto da época e dos encomendadores da obra.

Na mesma parede sul, uma pintura a óleo sobre madeira com a tradicional representação do mártir *São Sebastião*, desnudo e sagitado, podia integrar um conjunto retabular, entretanto destruído. A pintura, datável do século XVII, prejudicada por repintes e intervenções posteriores, exhibe um jovem efeminado, cujo deficiente tratamento anatómico assinala trabalho de artífice menor. Na parede oposta uma interessante representação da *Virgem do Rosário* recorda a devoção, frequentíssima nas igrejas paroquiais, mas particularmente relevante para os dominicanos que a tomaram na prédica e evangelização com especial acalento.

Embora a disseminação da devoção ao Rosário seja amiúde atribuída a São Domingos, foi outro pregador, o francês Alain de la Roche (1498) que a estimulou, tendo escrito a obra *De dignitate et utilitate psalterii...*, onde exalta a oração pelos mistérios de Cristo e de Sua Mãe.

Nesta pintura, e ao contrário da habitual inclusão do rosário como acessório que lhe pende geralmente da mão, a Virgem apresenta-se envolta numa orla amendoada formada por rosas. Ao seu colo contorce-se o Menino Jesus que, debruçado sobre o braço direito de sua Mãe, deixa cair algumas flores sobre uma figura masculina, cujo meio corpo assome do canto inferior esquerdo, em jeito de agradecimento pela dádiva e em pose de veneração. Trata-se, com certeza, do encomendador ou patrono desta obra, fidalgo de seiscentos, cujas cores e forma do traje denunciam.

Na capela-mor alçam-se três pinturas: do lado da Epístola, uma de *Santo António* e uma que o inventário da Diocese do Porto designa por “São Tomás de Aquino”; do lado do Evangelho, *São Martinho em cátedra*.

É provável que a representação de *São Martinho* como bispo sedente munido das respetivas insígnias de prelado constitua o sobejo de um retábulo anterior ao período quinhentista, ou seja, do mesmo período da presença agostiniana em Mancelos. Constitui um dos melhores exemplos de pintura ao gosto renascentista, cujos modelos perduraram tardiamente entre oficinas e artistas locais ou regionais.

Quanto ao pretense *São Tomás de Aquino*, não podemos deixar de assinalar a estranheza desta representação: sentado a uma mesa presidida por um crucifixo e onde se distribuem um tinteiro, pena e três livros, encontra-se um frade da ordem dos Pregadores que maneja um dos alfarrábios, apontando no outro certas passagens. As representações mais frequentes de São Tomás, também conhecido por *doctor angelicus*, apresentam-no geralmente mais corpulento e velho, acompanhado da pomba do Espírito Santo, umas vezes com cinto de castidade, guarnecido por uma estrela ou um sol, e, menos frequentemente, transportando uma maqueta de templo, sinal do seu estatuto como Doutor da Igreja (Réau, 2002: 282). A representação de Mancelos mostra-no-lo com uma aparência relativamente jovem e sem qualquer sinal de santidade, nomeadamente o nimbo.

¹⁰ O milagre é narrado pela irmã Cecília Romana, O. P., no conjunto de milagres ocorridos em Roma (Itália). Também frei Constantino Orvieto (1988) integra esta fantástica ocorrência na “legenda” que redigiu sobre a vida de São Domingos, assim como a *Legenda aurea*, de Jacobus de Voragine (1480), embora nenhuma das narrativas se refira especificamente aos anjos.





Igreja. Nave. Parede sul. Pintura. *São Sebastião*.



Igreja. Capela-mor. Parede norte. Pintura. *São Martinho*.

Poderia tratar-se, portanto, de um retrato de qualquer indivíduo ligado à ordem dominicana com especial relevância para a Igreja de Mancelos. Alguém justamente reconhecido pela sua cultura ou intelectualidade. Mas o que nos suscita mais dúvidas quanto à identificação da figura representada é a mitra colocada junto à mesa de leitura. A posição deste adereço simboliza resignação ou recusa em receber a cátedra. Embora quer o dominicano Santo Alberto Magno (outro potencial nome para a identificação), quer Tomás de Aquino estejam ligados a casos de resignação, em cada um deles são evidentes os sinais de santidade que neste caso não existem. De resto, Santo Alberto é invariavelmente paramentado com as insígnias episcopais e sobre São Tomás de Aquino não se conhecem alusões ao estatuto episcopal, que nunca chegou a auferir.

Creemos, portanto, poder tratar-se de uma representação de *frei Bartolomeu dos Mártires* (1514-1590), cuja biografia nos informa ter estado particularmente ligado à edificação do convento de São Gonçalo, para o qual contribuíram os réditos de Mancelos. Como se sabe, frei



Igreja. Nave. Parede sul. Pintura. *Frei Bartolomeu dos Mártires* (?).



Igreja. Capela-mor. Parede sul. Pintura. *Santo António*.

Bartolomeu resignou à mitra de Braga em 1582, na sequência das Cortes de Tomar. Era homem culto, cuja participação no Concílio de Trento deixou marcas reconhecidas na cristandade de então. E como foi apenas considerado venerável no século XIX e só muito recentemente (em 2001) canonizado, tal poderia explicar a ausência de sinais identificativos de venerabilidade.

A representação tardia, pela mão de artífice pouco conhecedor da episcopal figura, elaborada num período em que aumentava o interesse por frei Bartolomeu (século XVII)¹¹, cujas virtudes o coroaram de santidade mesmo antes do seu reconhecimento oficial, justificará assim a presença deste quadro em Mancelos.

¹¹ As biografias laudatórias de escritores da ordem dominicana e o interesse popular na figura de frei Bartolomeu, a quem se atribuíam intervenções miraculosas, coincidem com o período em que esta pintura terá sido elaborada (Santos, 2004: 35-41).

AS INTERVENÇÕES CONTEMPORÂNEAS

Em 1864 vemos o pároco de Mancelos a responder ao inquérito enviado a todas as freguesias do bispado do Porto, no âmbito da incumbência feita a Victor Le Cocq pelo Ministério das Obras Públicas de confeccionar um mapa relativo ao estado de conservação de todos os edifícios, respetiva reparação e despesas autorizadas, que estavam a cargo daquele Ministério (Rosas, 1995: 511 e ss). Desses edifícios faziam parte os que eram considerados monumentos, as igrejas paroquiais e capelas públicas, entre outros.

O pároco de Mancelos, Joaquim Lopes de Carvalho, considerou então que o estado da Igreja paroquial era “deplorável”¹². Comunica o relator existir no arquivo da paróquia “hum manuscrito muito antigo que diz ter sido” a Igreja de Mancelos “fundada antes da aclamação do Santo Rei D. Affonso Henriques”. Além disso, considera ser a torre “obra dos Mouros”, aspeto que acentua a simbologia e a retórica que sempre se colou a este tipo de elementos quando construídos em associação com um edifício de origem religiosa. Esta valorização da antiguidade do monumento, algo lendária até, corresponde bem ao espírito romântico da época. O padre Joaquim relevou ainda o portal principal, que está firmado “em oito colunas e antes desta porta tem hua ante igreja ou Galilé”¹³.

Até à data desconhecemos se, na sequência deste Inquérito, foi realizada alguma obra de conservação da Igreja de Mancelos. Só no século XX é que voltamos a ter notícias institucionais relativas a este monumento. Em primeiro lugar, porque foi apenas no início da década de 1930 que foi classificado como Imóvel de Interesse Público¹⁴. A importância do conjunto monástico remanescente, cuja estrutura conventual se encontra hoje em mãos privadas e adaptada a funções residenciais, justificou que, anos mais tarde, por Portaria, se definisse uma Zona Especial de Proteção (ZEP) (Passos, 1989: 181). Conforme especifica a Lei de Bases de Proteção do Património Cultural, “as zonas de protecção [ZEP] são servidões administrativas, nas quais não podem ser concedidas pelo município, nem por outra entidade, licenças para obras de construção e para quaisquer trabalhos que alterem a topografia, os alinhamentos e as cercas e, em geral, a distribuição dos volumes e coberturas ou o revestimento exterior dos edifícios sem prévio parecer favorável da administração do património cultural competente”¹⁵. As ZEP podem incluir zonas *non aedificandi*¹⁶.

Em 1945, o então pároco de Mancelos, Joaquim Teixeira Soares Moreira, dirige-se à Direção de Monumentos do Norte no sentido de sensibilizar esta instituição para o avançado estado de degradação em que se achava a Igreja de Mancelos, necessitada que estava de “reparações

12 Carvalho, Joaquim Lopes de – Missiva de 19 de outubro de 1864. IRHU/ Arquivo ex-DGEMN/DREM, Cx. 3216/3. Correspondência igrejas do concelho de Amarante. 1864-1867.

13 Idem.

14 DECRETO n.º 24 347. D.G. Série I. 188 (34-08-11) 1513.

15 Art.º 43, alínea 4, LEI n.º 107. D.R. Série I - A. 209 (2001-09-08) 5815.

16 Art.º 43, alínea 3, Idem.

urgentes”¹⁷. A principal causa apontada é precisamente a chuva. No sentido de agilizar o processo, o pároco alude à disponibilidade do povo da freguesia em fornecer madeira e fazer, gratuitamente, os “carretos dos materiais a aplicar”.

No ano imediato foram apuradas as principais obras a realizar¹⁸:

– Total apeamento e nova reconstrução dos telhados que cobrem a Igreja e seus anexos, incluindo a armação apropriada.

– Demolição total do actual côro, que se considera impróprio.

– Consolidação de cantaria, incluindo a substituição de algumas pedras.

– Reconstrução de pavimento, caixilharias, pinturas várias, etc.”

No entanto, por falta de dotação¹⁹, não foram estas obras imediatamente iniciadas, pelo que, em 1949, o pároco de Mancelos volta a interpelar o Diretor dos Monumentos do Norte no sentido de que as obras fossem de facto avante²⁰. Mas foi só na transição da década de 1960 para a seguinte que foram iniciados os trabalhos de restauro em Mancelos (Noé, 1997).

Notamos um cuidado especial posto na compreensão da fachada da sacristia, voltada ao antigo claustro. Foram até feitas sondagens nos seus arcos, tendo-se chegado à conclusão de “ser impossível encontrar-se qualquer solução para restauro desta fachada”²¹. Ponderou-se mesmo abrir os arcos quebrados, hoje ainda entaipados, “apenas agasalhando o aposento interior um alpendre suportado pelos cachorros existentes na fachada e respectivos pilares”²².

Além dos trabalhos discriminados em 1946, a maior parte dos quais apenas concretizados entre os anos de 1979 e 1985, destaquemos a eliminação da grande sanefa em talha que encimava o arco triunfal. Acrescentemos agora que no muro envolvente do mesmo arco ainda são visíveis marcas que testemunham ter estado aí cravado este elemento ornamental em talha. Aludimos já aos capitéis picados do arco triunfal. Embora as fotografias anteriores a esta intervenção não permitam afirmar com clareza, parece-nos, no entanto, que estes mesmos capitéis tinham apenso um elemento em talha dourada que criava ele próprio um capitel. Detetamos um especial cuidado posto pela Comissão Fabriqueira de Mancelos no restauro do interior, onde deitaram “a cal abaixo nas paredes, para de imediato fazerem o rústico das mesmas”²³. Foi demolido o coro. Até então o interior da galilé estava caído a branco.

A obra, financiada pela própria paróquia, foi feita, por administração direta, pela referida Comissão Fabriqueira, devidamente acompanhada pelos técnicos dos Serviços da DGEMN²⁴. Além dos trabalhos já referidos, incluiu ainda o restauro da torre, a beneficiação das cober-

17 Moreira, Joaquim Teixeira Soares – Missiva de 13 de janeiro de 1945. SIPA.TXT.00899774. PT DGEMN:DSARH-010/026-0080 [Em linha]. Disponível em [www: <URL: http://www.monumentos.pt>](http://www.monumentos.pt) [Nº IPA PT011301230006].

18 Ofício n.º 3088 de 20 de setembro de 1946. SIPA.TXT.00899777. Idem.

19 Ofício n.º 84 de 6 de janeiro de 1950. SIPA.TXT.00899788. Idem.

20 Moreira, Joaquim Teixeira Soares – Missiva de 25 de dezembro de 1949. SIPA.TXT.00899787. Idem.

21 Memória de 17 de março de 1964. SIPA.TXT.00623687 e SIPA.TXT.00623688. PT DGEMN:DSID-001/013-1820/3 [Em linha]. Disponível em [www: <URL: http://www.monumentos.pt>](http://www.monumentos.pt) [Nº IPA PT011301230006].

22 Idem.

23 Moreira, António M. C. – Missiva, 9-11-83. IRHU/ Arquivo ex-DGEMN/DREMNDM – DGEMN:DREMNDM-2415.

24 Relatório, 18 de março de 1985. Idem.

turas, a remodelação interior da sacristia, o início da instalação elétrica e a beneficiação dos pavimentos da Igreja²⁵. A conclusão destes trabalhos só ocorreu em 1988, agora com financiamento estatal.

Deu-se ainda uma atenção especial à torre sineira que ostentava “ao nível do adarve um campanário de duas ventanas (...) um barraco para abrigo do sineiro, que além de inestético”, constituía então um perigo eminente tendo em conta o grau de apodrecimento dos madeiramentos que lhe davam corpo²⁶. Decidiu-se, ainda, construir uma escada no interior da torre tendo como base o nível dos pavimentos primitivos, aproveitando assim “os rasgos das paredes onde deviam ter sido embarbados os traveamentos primitivos”²⁷.

Em 2010, o Mosteiro de São Martinho de Mancelos integrou a Rota do Românico. É no seguimento deste novo enquadramento institucional que foi elaborada uma proposta de conservação, salvaguarda e valorização do imóvel (Costa, 2012). [MLB / NR]



Igreja. Nave antes das intervenções da DGEMN (1968).
Fonte: arquivo IHRU.



Igreja. Fachada ocidental. Galilé e portal antes das intervenções da DGEMN (1954). Fonte: arquivo IHRU.

25 Ofício n.º 614 de 28 de junho de 1988. Idem.

26 Memória de 17 de março de 1964. SIPA.TXT.00623687 e SIPA.TXT.00623688. PT DGEMN:DSID-001/013-1820/3 [Em linha]. Disponível em [www: <URL: http://www.monumentos.pt>](http://www.monumentos.pt) [Nº IPA PT011301230006].

27 Idem.

CRONOLOGIA

1120: o Mosteiro de Mancelos já existia como casa de cónegos regantes de Santo Agostinho;

1129-1152: documentado entre estas datas, D. Raimundo Garcia, da linhagem dos Portocarreiros, terá feito uma doação a Mancelos;

Séculos XIII-XIV: cronologia atribuível aos vestígios românicos remanescentes;

Século XIV: Mancelos era comenda do arcebispo de Braga;

1320: a Igreja de Mancelos foi taxada em 600 libras para apoio das Cruzadas;

1540: doação da Igreja de Mancelos, por D. João III, ao convento de Amarante, da ordem dos Pregadores;

1542: o papa Paulo III confirma a doação feita por D. João III;

Séculos XVII-XVIII: registam-se intervenções no património integrado e móvel da Igreja de Mancelos, nomeadamente a conceção do retábulo-mor e respetiva imaginária;

1864: o pároco de Mancelos, Joaquim Lopes de Carvalho, considerou "deplorável" o estado do edifício;

1934: a Igreja de Mancelos é classificada como Imóvel de Interesse Público;

Década de 1960: deu-se início aos trabalhos de restauro;

1979: é definida uma Zona Especial de Proteção em torno do conjunto monástico de Mancelos;

1979-1985: obras de conservação a cargo da Comissão Fabriqueira de Mancelos;

2010: o Mosteiro de Mancelos passa a integrar a Rota do Românico.

BIBLIOGRAFIA E FONTES

[S.a.] – *Mosteiro de Mancelos / Igreja paroquial de Mancelos / Igreja de São Martinho. Interior: nave e capela-mor* [Material fotográfico]. Amarante: [s.n., 1968]. Arquivo do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (ex-DGEMN). N.º Inventário IPA.00001094, FOTO.0059388.

_____ – *Mosteiro de Mancelos / Igreja paroquial de Mancelos / Igreja de São Martinho. Interior: pórtico para a capela-mor* [Material fotográfico]. Amarante: [s.n., 1954]. Arquivo do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (ex-DGEMN). N.º Inventário IPA.00001094, FOTO.0059341.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de – *Arquitectura românica de Entre Douro e Minho*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1978. Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

BARROCA, Mário – *Epigrafia medieval portuguesa: 862-1422*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.

_____ – *Necrópoles e sepulturas medievais de Entre-Douro-e-Minho: séculos V a XV*. Porto: Universidade do Porto, 1987.

BARROS, João de – *Colecção de manuscritos inéditos agora dados à estampa V: geographia d'entre Douro e Minho e Trás-os-Montes*. Porto: Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1919.

CASTRO, João Bautista de, padre – *Mappa de Portugal antigo e moderno*. Lisboa: Off de Francisco Luiz Ameno, 1762.

COSTA, Jorge – *Igreja de Mancelos e Adro, Mancelos, Amarante: conservação, salvaguarda e valorização geral do imóvel: memória descritiva*. Porto: Direção Regional de Cultura do Norte – Direção de Serviços dos Bens Culturais, 2012. Texto policopiado.

COSTA, José Augusto Coelho Abreu – *Ceia no Santo Sepulcro em Roma* PMA0.0116 [Em linha]. Porto: Diocese do Porto, 2008. [Consult. 26 de fevereiro de 2012]. Disponível em [www: <URL: http://inweb.bcdp.org>](http://inweb.bcdp.org).

CRAESBEECK, Francisco Xavier da Serra – *Memórias ressuscitadas da província de Entre-Douro-e-Minho no ano de 1726*. Ponte de Lima: Carvalhos de Basto, 1992.

DECRETO n.º 24 347. *D.G. Série I*. 188 (34-08-11) 1513.

DECRETO n.º 24. *Secretário de Estado Interino dos Negócios de Justiça*. (1832-05-16).

DIONÍSIO, Sant'Ana – *Guia de Portugal: Entre-Douro-e-Minho I: Douro Litoral*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985.

LEI [da Separação do Estado das Igrejas]. *D.G.* 92 (1911-04-21) 1619-1624.

LEI n.º 107. *D.R. Série I - A*. 209 (2001-09-08) 5815.

LOIS GARCÍA, Xosé – *Simbologia do românico de Amarante*. 2.ª edição. Amarante: Edições do Tâmega, 1997.

MARQUES, José – *A arquidiocese de Braga no séc. XV*. Lisboa: INCM, 1988.

_____ – Os itinerários do arcebispo de Braga D. Fernando da Guerra: 1417-1467. *Revista de História*. Vol. 1 (1978) 89-182.

MATTOS, Armando de – *Sepulturas medievais de origem popular*. *Museu*. Vol. 3 (1944).

NOÉ, Paula (atualização) – *Mosteiro de Mancelos/Igreja paroquial de Mancelos/Igreja de São Martinho* PT011301230006 [Em linha]. Lisboa: IHRU, 1997. [Consult. 26-02-2012]. Disponível em www: <URL: <http://www.monumentos.pt>>.

OLIVEIRA, Miguel – *As paróquias rurais portuguesas*. Lisboa: [União Gráfica], 1950.

ORVIETO, Constantino de, frei – *Fontes dominicanas: legenda de São Domingos*. Fátima: Secretariado Provincial, 1988.

PASSOS, José Manuel Silva, comp. – *Zonas especiais de proteção*. Lisboa: Associação dos Arquitetos Portugueses, 1989.

PORTARIA n.º 332. D.R. *Série I*. 156 (79-07-09) 1467-1468.

PORTUGAL. Ministério da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território – IRHU/Arquivo ex-DGEMN – *Processos vários*, N.º IPA PT011301230006 [Em linha]. Disponível em www: <URL: <http://www.monumentos.pt>>.

PORTUGAL. Ministério das Finanças – Secretaria-geral – Arquivo – Comissão Jurisdicional dos Bens Culturais, distrito do Porto, concelho de Amarante, arrolamento dos bens culturais de Mancelos (Arquivo/CJBC/PTO/AMA/ARROL/027), fls. 1-5.

RÉAU, Louis – *Iconografia del arte cristiano: iconografia de los santos: de la P a la Z - Repertorios*. Barcelona: Ediciones del Serbal, 2002.

RIBEIRO, João Pedro – *Dissertações chronologicas e criticas sobre a historia e jurisprudencia ecclesiastica e civil de Portugal*. Lisboa: Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1810-1836.

ROCHE, Alain de la – *De dignitate et utilitate psalterii b. Mariae virginis*. [Marifred monastery near Gripsholm, Sigfridus], 1498.

ROSAS, Lúcia Maria Cardoso – *Monumentos pátrios: a arquitectura religiosa medieval – património e restauro: 1835-1928*. Porto: Universidade do Porto, 1995. Dissertação de doutoramento em história da arte em Portugal apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. 2 vols. Texto policopiado.

SANTOS, Miguel, frei, O. P. – Beatificação de D. frei Bartolomeu dos Mártires e os dominicanos. *Cadernos Vianenses*. N.º 34 (2004) 35-41.

SÃO PAIO, Luiz de Mello Vaz de – Os naturais: séc. XIII e XIV. *Raízes e Memórias*. Lisboa. N.º I (1987) 45-71.

SOTTOMAYOR-PIZARRO, J. A. de – *Linhas medievais portuguesas: genealogias e estratégias: 1279-1325*. Porto: Universidade do Porto, 1997. Dissertação de doutoramento em história da Idade Média na Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

SOUSA, Bernardo de Vasconcelos e, coord. – *Ordens religiosas em Portugal: das origens a Trento: guia histórico*. Lisboa: Livros Horizonte, 2005.

VIEIRA, Alberto Maria – *Processo de canonização de São Domingos de Gusmão fundador da ordem dos Pregadores*. Fátima: Secretariado Provincial, 1987.

VORAGINE, Jacobus de – *Legenda aurea*. Veneza : Antonio de' Strada e Marco Catanello, 1480.





CAPELA

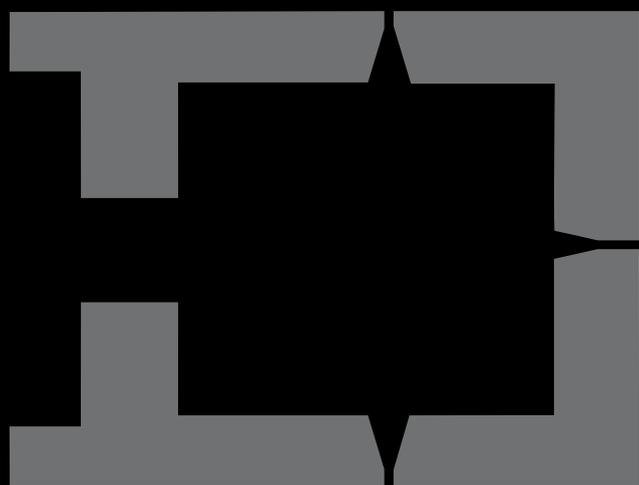
DA SENHORA
DA LIVRAÇÃO
DE FANDINHÃES

MARCO DE CANAVESES

CAPELA

DA SENHORA
DA LIVRAÇÃO
DE FANDINHÃES

MARCO DE CANAVESES



Planta.

PREÂMBULO HISTÓRICO

A igreja de São Martinho de Fandinhães, de que hoje resta, apenas, a memória do orago, é um exemplo paradigmático das vicissitudes que determinaram a formação e evolução das paróquias/freguesias ibéricas, não obstante o molde que lhes foi imposto por uma certa historiografia. Desde a corrente que apoiou a continuidade, o sincretismo cultural e a rigidez da malha paroquial que devia ajustar-se a circunscrições anteriores (ou delas era herdeira), como Alberto Sampaio e os seus seguidores (Sampaio, 1979)¹, até à discussão sobre a permanência ou alteração dos oragos patronais que testemunhavam camadas de ocupação antes e depois da Reconquista (David, 1947; Costa, 1959), várias foram as tentativas de formatar o nascimento da paróquia a um modelo comum. A variabilidade geográfica, a interseção de vários fatores (demográficos, económicos) e a intervenção da nobreza laica e eclesiástica condicionaram a generalização. O fenómeno de formação das paróquias é complexo e exige uma análise cuidada, caso a caso². O de Fandinhães/Paços de Gaiolo é particularmente expressivo e não se confina à medievalidade³.



Vista geral.

¹ Uma boa sùmula e crítica ao livro e à temática da constituição de paróquias, na ótica dos contemporâneos de Alberto Sampaio, pode ser colhida em Martins (1992: 389-409).

² Apenas recentemente a paróquia foi observada na sua totalidade, como espaço onde se cruzam vários interesses. A este respeito ver o texto (que bem pode servir de introdução a esta problemática) de Almeida (1981).

³ Sobre o pendor excessivo da medievalidade na problemática da formação da malha paroquial, ver o que referimos em Resende (2001).

Implantada a cerca de 500 metros de altitude, afastada dos canais de circulação paralelos aos cursos de água, o pequeno templo de Fandinhães começou por ser uma igreja própria dos avoengos de um arqui-diácono de Viseu cuja progénie, em 1258, detinha o padroado⁴. Assim o esclarece o prelado Mendo Egas, acrescentando que apenas certas propriedades da igreja, situadas entre “Fontanum Covum” e Canaveses pagavam foro ao rei⁵. O topónimo “Fontão Covo” deve corresponder a Fonte da Cova, um dos cumes da serra de Montedeiras, ponto de georreferenciação local, à vista da vetusta igreja de São Martinho. Aqui perto findavam os limites da pequena paróquia, cujos lugares atuais são, na sua maioria, citados nas inquirições afonsinas: Fandinhães ou “Fandiaes”, Ambrões (“Amaroes”), Mourilhermo, Paços de Gaiolo (“Palaciis de Goyal” ou “Goyol”). Será para esta povoação (onde já no século XIII moravam várias testemunhas e onde se apontavam várias propriedades regalengas), que se transferirá a sede paroquial.

A mudança estabelece-se em duas fases: numa primeira, o nascimento de uma ermida titulada a São Clemente, em Paços de Gaiolo, que passa a curato, já referido em 1690; numa segunda fase, a demografia favoreceu definitivamente São Clemente em detrimento de São Martinho, entretanto suplantado por São Brás (e posteriormente pelo culto mariano, no orago da Virgem da Livração). Em 1706 ainda se refere o curato de São Martinho de Fandinhães, mas em finais do século XVIII já São Martinho e São Clemente constituem apenas uma freguesia (Moreira, 1984: 7-86)⁶.

A invocação a São Martinho, quer se trate do de Dume, quer se refira ao bispo de Tours, evidencia a precocidade da cristianização dos *paggi* locais, que bem podia ter irradiado de Tongobriga, a *civitate*. Mas só a arqueologia poderia completar esta hipótese. Entretanto, não passa despercebida a implantação do edifício na sugestiva rechã no extremo de um pequeno promontório que se abre sobre o vale de Roupeira. Aos mentores da Igreja não interessou, porém, orientar a igreja ao espaço humano e agrícola que, pretensamente, São Martinho deveria proteger. A orientação canónica evidencia o cuidado em respeitar, antes de mais, as normas eclesíásticas e a tradição que via em Jerusalém e no nascer do sol o centro de um mundo, ainda que distante.

A transferência para o lugar do “paço” de “Gayol” ou “Goyol”⁷, decerto já em 1258 muito mais apetecível à nobreza e à cobiça dos monges, explica-se por movimentos demográficos,

4 A partir do *Censual do cabido da sé do Porto* ficamos a conhecer parte desses padroeiros. São listados 21 nomes e acresciam à extensa lista os netos de Pedrayras, Martim Ayras e Afonso Dias. Esta extraordinária prole, que até 1302 comia nos proventos da Igreja de Fandinhães, anuiu nesse ano dar e outorgar o padroado ao bispo do Porto, D. Giraldo (BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL DO PORTO – *Censual do cabido da sé do Porto*. Porto: Imprensa Portuguesa, 1924, p. 175-176).

5 “Incipit parrochia Sancti Martini de Fandiaes Menendus Egee, prelatu ipsius ecclesie, juratus et interrogatus de jure patronatus, dixit quod nihil ibi habet Dominus Rex. Et dixit quod est de archidiacono de Viseo et de sua progenie. Interrogatus unde habuerunt ipsam ecclesiam, dixit quod de sua avoenga. Et dixit quod ipsa ecclesia tenet hereditatem regalengam Domini Regis, quam ei dederunt ad forum illi maiordomi qui debent dare panem de regalengo quod jacent inter Fontanum et Canaveses” (Herculano, 1936: 1140).

6 No verbete 153 – “Fandinhães” (Moreira, 1984: 69-70), o autor indica as fontes relativas às datas que apresentamos.

7 O autor da *Corografia portuguesa...* narra a origem legendária do topónimo. Dando voz às tradições localistas que exaltavam a importância da terra (que o memorialismo sempre aproveitou até aos dias de hoje), Paços de Gaiolo seria apelido “que ficou de huns Paços, que aqui tinha hum Príncipe Mouro, pay, ou irmão de Gaya, que também viveo defronte da Cidade do Porto, aonde assim se chama; & não só o nome, mas o querer ser Beetria mostra que alguma cousa tem sido mais do ordinário” (Costa, 1706: 397). Sobre a beetria de Canaveses ver Igreja de São Nicolau, Marco de Canaveses.



Capela-mor. Retábulo-mor do lado da Epístola. Escultura. São Brás.



Capela-mor. Retábulo-mor do lado do Evangelho. Escultura. São Martinho.

como já referimos. Acima dos 400 metros escasseiam os núcleos humanos. À exceção de Fandinhães, todos os lugares de Paços de Gaiolo situam-se nas vertentes sul e oeste do braço da serra de Montedeiras, por onde ainda atualmente se distribui a maior parte da população desta freguesia. Em 1758, o abade que redigiu a memória paroquial explica claramente os motivos da transferência:

“O orago desta Freguezia hé São Martinho de Fandinhaes e isto por antiguidade, e assim Constetuhido como consta de tradições antigas; Como porem estava em lugar dezerto e Serra munto aspera achandose já há secullos huma Ermida de São Clemente em Lugar mais ameno no meyo da Freguezia, que hoje se chama São Clemente de Passos de Gayollo, onde está huma Relliquia do mesmo Santo está a Igreja feita ao moderno” (Carvalho, 1758).

A evolução dos oragos também nos pode elucidar sobre a morte do velho culto martiniano. Efetivamente, ele não deveria corresponder aos anseios comunitários, como São Brás que o suplantou, ou a Virgem da Livração que hoje se venera na atual ermida. Embora a parcialidade da Igreja românica seja uma consequência demográfica quer da Idade Média, quer do período moderno, o culto persistiu na sua capela maior, certamente porque nele subsistiam as devoções terapêuticas que o lugar, exposto aos elementos, estimulava a eclodir. Tomou assim a designação de Capela, denominação popular que equivale a dizer ermida ou pequeno espaço aberto à devoção e uso público.

Sobre o padroado cabe sublinhar o que D. Rodrigo da Cunha afirma em 1302: “os nobres, & povo de S. Martinho de Fãdinhães, deram o padroado da dita Igreja, ao Bispo D. Giraldo, & seos sucessores” (Cunha, 1623: 114). Este passou ao Morgado de Medelo, instituído pelo bispo, que os marqueses de Marialva administravam em setecentos. Em 1758 e segundo o abade de Fandinhães, Manuel de Carvalho, estava nas mãos dos Almirantes do Reino.

No secular, quer Fandinhães quer Paços de Gaiolo integravam o termo do concelho de Benliver e confrontavam a este com o couto de Ancede, a honra da Lage e o termo de Baião; a sul com os concelhos de Cinfães e São Cristóvão de Nogueira (tendo pelo meio o rio Douro). A norte e a poente com Paredes de Viadores e Penha Longa, paróquias do mesmo concelho de Benliver.

Em 1912⁸, a Capela de São Brás/Virgem da Livração foi entregue à República, juntamente com o restante património eclesiástico de Paços de Gaiolo e, em 1924, requisitada a pedido da corporação encarregue do culto católico. Refere-se, então, que a dita Capela, sita no lugar de Fandinhães, “onde foi já a igreja paroquial, era constituída por adro e leiras circumjacentes que comunicam com a Capela e são a reserva do passal desta freguesia que constitui o Passal do Pároco”⁹.



Capela-mor. Centro do retábulo-mor.
Escultura. Virgem da Livração.

8 Data constante do processo de entrega requerido em 1924 (ver nota seguinte).

9 SGMF – Comissão Jurisdicional dos Bens Culturais, Porto, Marco de Canaveses, Arrolamento dos Bens Culturais, Paços de Gaiolo. Entrega à corporação encarregada do culto, da igreja paroquial, várias capelas, suas dependências e vários terrenos, nos termos do Decreto n.º 11887, freguesia de Paços de Gaiolo [1924]. ACMF/Arquivo/CJBC/PTO/MDC/ARROL/024 (Processo).

O MONUMENTO ENTRE ÉPOCAS

Embora alguns autores aludam ao ano de 1873 como o de um hipotético desmantelamento do corpo da igreja de São Martinho de Fandinhães, o certo é que, já em 1864, ela é referenciada como estando truncada e a estrutura remanescente (capela-mor) em estado deplorável, como atesta o pároco de então: “capellas publicas apenas ha uma a que o vulgo chama de S. Braz que foi como ainda hoje se deixa ver a Cappella maior da Primitiva Egreja cujo orago era S. Martinho de Fandinhães o estado em que se acha he deplorável” (Geralddez, 1864).

Segundo a tradição, por ocasião do desmantelamento do corpo da nave, que se tinha por arruinado, reaproveitou-se a pedra desta para ampliar a atual igreja paroquial da freguesia. A ser assim, a igreja de Fandinhães seria depois reduzida a curato e posteriormente a capela (embora o termo mais adequado seja ermida) e teria sido derribada ainda durante o século XVIII, pois, em 1758, diz-se que a igreja de São Clemente de Paços de Gaiolo já se encontrava “feita ao moderno com boa perspectiva” (Carvalho, 1758), ou seja, apresentava seguramente a sua configuração atual.

No entanto, a mesma fonte documenta, na sua alusão às ermidas e capelas existentes na freguesia: “Acha-se mais a cappella mor da antiga matriz” (Carvalho, 1758). Fica desde já posta de parte a data de 1873 como sendo a do desmantelamento da nave de Fandinhães, pois em meados do século XVIII já apenas existia a capela-mor da antiga matriz. Com base nos dados que até à data foi possível recolher, colocam-se duas hipóteses: ou o desmantelamento é anterior a 1758, tendo sido a pedra aproveitada na edificação da igreja de São Clemente, edificada no século XVII, ou, então, a nave nunca chegou a ser edificada.

A tese proposta por Carlos Alberto Ferreira de Almeida corresponde a esta última possibilidade: a igreja de Fandinhães nunca chegou a ser concluída (Almeida, 1986). Segundo este autor, entre as razões que motivaram a não conclusão do projeto inicial estará o facto de os aldeamentos de maior altitude terem começado a perder interesse a partir dos tempos românicos, tendendo a tornar-se residuais. Recorde-se que, já em 1258, se afirmava o lugar de Paços de Gaiolo, cada vez mais populado, e que, em 1758, o pároco contrapõe Fandinhães (“lugar de zerto e Serra muito áspera”) com o de São Clemente de Paços de Gaiolo (“mais ameno no meyo da Freguezia”). Além disso, há outros dois aspetos que queremos relevar. Por certo que a “Serra muito áspera” não seria propriamente favorável ao transporte dos silhares de uma pretensa nave da Igreja, entretanto demolida. Além disso, a tipologia de paramentos que dá corpo à igreja de São Clemente pouco ou nada tem a ver com aquela que dá corpo a Fandinhães.

Tanto em Portugal, como em toda a Europa, a arquitetura desta época manteve sempre uma profunda relação com o território que a abriga e com o qual se envolve. Podemos quase dizer que há uma relação recíproca entre o edifício românico e o meio ou território que o acolhe: este último justifica a sua implantação, tendo em conta os mais variados fatores, como também o edifício condiciona as vivências do espaço que o hospeda, porque catalisador da vida das populações que dele se servem, ampliando assim a sua força centrípeta. Segundo Jaime Nuño



Igreja paroquial de Paços de Gaiolo
(Marco de Canaveses).

González, a localização da igreja românica pode ainda comunicar-nos onde se encontrava o núcleo fundacional do povoado e a sua posterior deslocação (Nuño González, 2002: 135).

Se há fatores que explicam a implantação de um edifício românico num dado local (como a proximidade de um rio, a orografia do território, o acesso a vias de comunicação, a densidade populacional e seu dinamismo, a preponderância de uma dada linhagem, as potencialidades agrícolas do território, etc.), estes também podem justificar os avanços e recuos sentidos na própria fábrica românica, deles derivando interrupções construtivas e consequentes atualizações artístico-estruturais (que, como em São Pedro de Rates (Póvoa de Varzim), se identificam através de uma série de incongruências construtivas¹⁰), reduções do plano original (como é o caso da igreja de Santa Eulália de Arnoso (Famalicão), cuja nave ornada interiormente por altas arcadas cegas estava inicialmente prevista para ser capela-mor) ou, ainda, ampliações feitas sobre o plano primitivamente imaginado (como se tem vindo a propor para o caso da sé de Braga¹¹). No caso particular de Fandinhães, a deslocação da população para locais de mais baixa altitude poderá justificar o facto de a fábrica românica ter ficado inconclusa¹². A este facto poderemos juntar um outro, não menos significativo. Se, até 1302, a Igreja de Fandinhães era do padroado de mais de 21 herdeiros, passando nesse ano para um só, tal não poderá explicar a ausência de recursos que inibiriam a conclusão da edificação de Fandinhães?

Na ausência de dados documentais concretos, neste caso particular só a realização de sondagens arqueológicas nos permitirá chegar a uma conclusão precisa¹³. Se forem identificadas as fundações da nave, comprova-se a tradição do desmantelamento, caso contrário, atesta-se a tese da não conclusão do edifício. Persiste o enigma. Espera-se por resultados. Assim sendo, da primitiva ou projetada Igreja apenas resta hoje a capela-mor, adaptada a capela. Perante os testemunhos remanescentes, estamos diante daquilo que deveria/poderia ter sido um belo templo românico tardio.

Como tal, por ocasião da interrupção da edificação ou do desmantelamento da nave (única) desta Igreja, que foi sede da freguesia de Fandinhães, foi a abside (retangular, mais estreita e mais baixa) adaptada a capela, através do encerramento do arco cruzeiro com uma porta, transformando-o assim em portal principal. Pelo facto de se conservarem ainda os arranques dos muros laterais da nave, rematados ao modo de ruína, este edifício assume no panorama da arquitetura românica nacional um lugar muito peculiar, tendo em conta a sua originalidade.

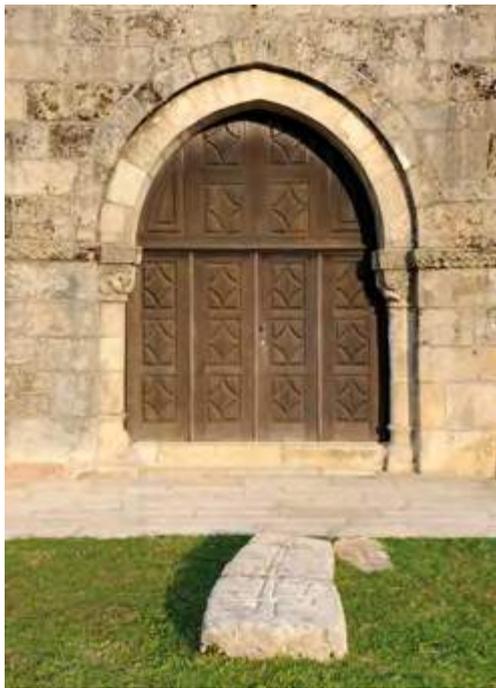
Atentemos ao hoje portal principal, anteriormente arco cruzeiro. Constituído por uma arquivolta algo quebrada e sustentada por volumosas colunas, ostenta motivos relevados ao nível da imposta que, por sua vez, se prolonga ao modo de friso pela atual fachada da Capela. No entanto, um olhar atento facilmente se apercebe da variedade de motivos aqui presentes:

10 Sobre o assunto veja-se Botelho (2010b: 213-228).

11 Sobre o assunto veja-se Botelho (2010d: 41-50).

12 Pode-se estabelecer aqui um paralelismo com o que aconteceu à Igreja de São Mamede de Vila Verde (Felgueiras) que, por ter sido substituída nas suas funções paroquiais por uma nova, erguida em meados do século XIX, viu não só os seus fregueses passarem a habitar num lugar de menor altitude, como acabou por conhecer um paulatino estado de ruína que só em inícios do século XXI foi travado. Para um maior desenvolvimento deste assunto veja-se Botelho (2010c).

13 Em 2015, está prevista a realização, no âmbito da Rota do Românico, de sondagens arqueológicas visando a confirmação (ou não) da existência das fundações da antiga nave.



Fachada ocidental. Portal e tampa sepulcral.



Fachada ocidental. Portal. Lado norte. Impostas e capitel.

384

entrelaçados, espirais ligadas e círculos enlaçados. Reaproveitamento de parcelas de frisos, seguramente. Intencional, talvez. Cronologia? Montagem coeva da fábrica primitiva da Igreja ou feita já aquando da demolição da nave? Repare-se que no atual adro da Igreja vemos dois silhares que, pelas formas que ainda ostentam, dariam corpo a uma característica cornija sobre arquinhos. Foi a partir da fachada principal da sé velha de Coimbra que este motivo importado se disseminou por amplas manchas do românico português. A julgar pelos vestígios remanescentes, esta Capela de Fandinhães seria, certamente, um edifício bastante elaborado.

Do lado esquerdo do observador, que correspondia ao lado do Evangelho do arco triunfal, vemos um capitel onde se representa o tema das serpentes, cuja cabeça, única, surge na esquina do capitel. Já do lado da Epístola, seguindo um modelo idêntico ao de um dos capitéis do arco cruzeiro da Igreja de Abragão (Penafiel) (Rosas e Sottomayor-Pizarro, 2009: 81-116) e a um dos capitéis do portal principal do Mosteiro de Travanca (Amarante), surgem representadas duas figuras-atlantes de aresta que se apoiam em folhas salientes, facilmente identificáveis apesar da corrosão a que foram sujeitas desde a sua exposição às intempéries. Estamos, assim, diante de bons testemunhos de como os temas representados se adequam ao suporte que a época românica lhes ofereceu, adaptando-se a este e, se necessário, distorcendo a sua forma pristina. É por esta razão que a escultura da época românica nos oferece um leque variado de seres híbridos, fantasistas e de difícil identificação. Por vezes esculpido de forma mais voluptuosa, outras mais agarrados ao cesto, a verdade é que estes elementos que historicam a escultura são essenciais para a compreensão do espírito e do sabor da época românica, denunciando gostos, regionalismos, escolas e *ateliers*, mas também testemunhando a fé e a espiritualidade dos homens que construíram e que viveram os edifícios que agora estudamos. O estudo da arquitetura da época românica não pode, pois, ser dissociado do estudo da escultura que com ela se casa.



Adro. Silhares. Cornija sobre arquinhos.



Fachada ocidental. Portal. Lado sul. Impostas e capitel.

Este testemunho arquitetónico da época românica é mais uma prova da itinerância de formas e de artistas que tão bem caracterizou este momento da Idade Média. Tal facto é-nos comprovado pela existência de toros diédricos nas frestas da antiga abside da Capela de Fandinhães. Foi a partir da sé do Porto que este elemento de origem francesa se disseminou entre nós, tendo-se assumido como característica primaz do românico desenvolvido em torno desta cidade. Foi Manuel Monteiro quem primeiro chamou a atenção para a especificidade dos toros diédricos dos monumentos portuenses, cujo “arranjo é familiar no Limousin, escola do Sul e Este do Loire” (Monteiro, 1908: 150). Esta influência é bem compreensível se tivermos presente que, em finais do século XII, se intensificaram as relações comerciais e marítimas da região do Porto com La Rochelle (Almeida, 1987: 32).

385

Assim sendo, com base neste pressuposto, e sabendo que os toros diédricos surgem em Fandinhães na sequência de edifícios como Águas Santas (Maia), Cedofeita (Porto), Travanca ou Cabeça Santa (Penafiel), já por si bastante tardios, devemos colocar a edificação deste templo românico seguramente no século XIII, talvez mesmo já na segunda parte ou mesmo em finais do século, conforme sugeriu Carlos Alberto Ferreira de Almeida (Almeida, 1986: 98) e conforme nos indiciam os dados históricos acima referidos.

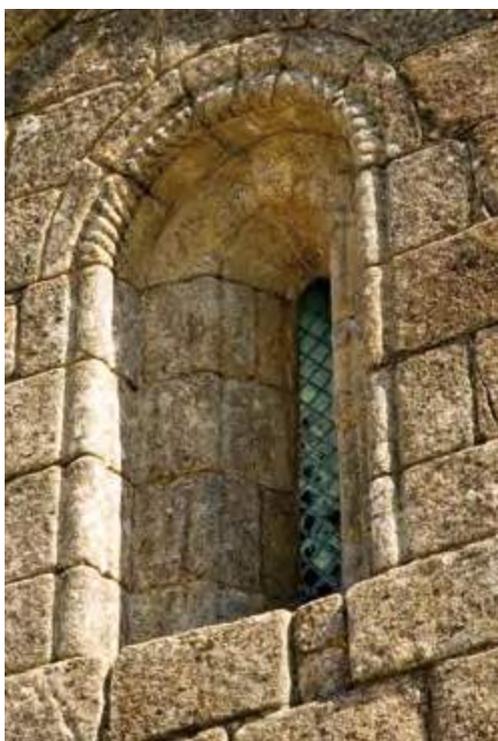
Também nas frestas encontramos capitéis ricamente ornamentados, ora ostentando uma figura humana cujas mãos se juntam na aresta do capitel, ora apenas mostrando temática vegetalista. Se já faláramos das influências de origem portuense, Fandinhães é ainda um bom testemunho, em terras de Marco de Canaveses, da presença de elementos de origem bracarense. Falamos da fresta sul onde o tema das chamadas *beak-heads* cria uma composição deveras original, surgindo ao nível do arco envolvente. Este tema animalista, de importação anglo-saxónica, é já comum na região do Tâmega e do Douro, surgindo na fresta do panteão dos Resendes em Cárquere (Resende), no arco triunfal de Tarouquela (Cinfães) ou no portal da torre de Travanca. Disseminado a partir de São Pedro de Rates, este modelo de animais uniafrontados, feitos



Fachada oriental, Fresta.



Fachada sul, Fresta.



Igreja de Cabeça Santa (Penafiel), Fachada ocidental, Fresta.



Mosteiro de Cárquere (Resende), Panteão dos Resendes, Fachada oriental, Fresta.

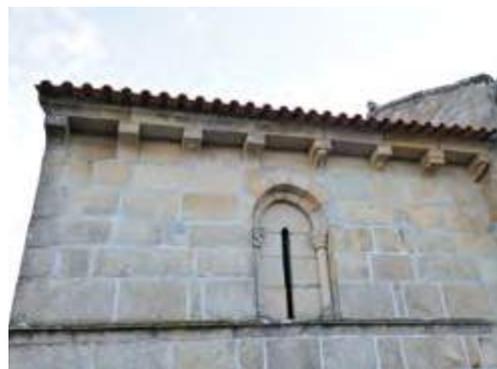


Fachada sul. Cachorro.

com pouca modelação e carregados de grafismos, alcançou uma grande disseminação entre nós. A presença desta temática em Fandinhães é, além disso, um testemunho da cronologia tardia deste edifício e que não deve ser seguramente anterior a meados do século XIII. No arco interior da fresta, sob o toro diédrico, surgem aduelas ornadas por “ee” invertidos e por um motivo que, não fora o grande desgaste sofrido, diríamos ser um denticulado ou um ziguezagueado.

De entre os cachorros, destacam-se uns quantos que ostentam motivos escultóricos. Na sua maioria lisos, estes apresentam uma forma mais quadrangular, indiciando uma cronologia tardia. No lado norte, alguns deles ostentam uma ornamentação de sabor geométrico – uma meia esfera, rolos, simples figuras geométricas. Dois cachorros representam figuras humanas, algo estilizadas. No alçado sul devem-se destacar dois cachorros historiados. Ambos com representação humana, um deles posiciona-se na extremidade do alçado, no ângulo criado com a parede fundeira. O outro, já mais próximo do arranque daquilo que foi a nave, recorda, pela posição e pelo tema, um exemplar congénere existente na capela-mor de Tarouquela e hoje resguardado pela capela gótica de São João Baptista. Embora o cachorro de Fandinhães esteja bastante mais corroído pela erosão, estamos também aqui diante de um testemunho do *exibicionista*, que, ao modo de atlante, suporta a parte superior do cachorro. Trata-se de um homem acorçado, representado nu, mas com a mão direita nos órgãos genitais e a mão esquerda no rosto, repetindo o mesmo esquema, mas de forma inversa. É comum ao românico europeu a iconografia com temas provocatórios e obscenos, embora sejam muito frequentes temas menos explícitos, mas igualmente alusivos ao pecado da luxúria, como as sereias (Nuño González, 2006: 203), as mulheres acompanhadas de serpentes ou estas últimas sozinhas, e que cremos ver representadas no capitel do atual portal principal, no mesmo lado sul.

387



Fachada norte. Cachorros e fresta.



Fachada sul. Cachorros e fresta.

Também a nave estaria dotada de cachorrada, a julgar pelos dois exemplares que persistem de cada lado, ao nível do alinhamento do arco triunfal. Se do lado norte vemos representada uma ave (um pelicano?), já do outro lado vemos uma nova aproximação à temática do *exibicionista*. Um homem segura com ambas as mãos a sua barba, representada de forma estilizada, recordando o desenho da tipologia identificada por Jaime Nuño González (2006: 206) na igreja espanhola de San Martín de Elines (Valderredible) ou a figura da mísula que, do lado direito, sustenta o tímpano do portal principal de Paço de Sousa (Penafiel).





Fachada sul. Mísula.



Mosteiro de Paço de Sousa (Penafiel). Fachada ocidental. Portal. Mísula.

No espaço que outrora pertencera ou pertenceria à nave, duas lajes identificam duas sepulturas. A de maiores dimensões tem gravada uma espada, bastante estereotipada: lâmina, guarda reta e punho. Na outra laje, mais pequena, foi desenhada uma simples cruz.

Conserva-se, ainda, sobre o atual portal principal, a fresta voltada a poente que iluminaria o corpo da nave, embora tenha sido tapada por um painel de azulejos policromos, recente, com uma imagem da Virgem com o Menino.

No interior da Capela, a parede fundeira é ocupada pelo retábulo-mor organizado em três painéis, definidos por colunas torsas que sustentam um entablamento de sabor classicizante. Parras e cabeças de anjo constituem os motivos ornamentais policromos que interrompem esta estrutura de talha dourada sobre fundo branco. Em cada um dos painéis uma peça de imaginária: Nossa Senhora da Livração, ao centro, é ladeada por São Brás, no lado da Epístola, e por São Martinho, no lado do Evangelho.

Digno de destaque é o frontal de altar, formado por azulejo de aresta de sabor mudéjar, formando uma composição geométrica tipo “tapete”, composta por um motivo floral estrelado envolvido por um círculo. Desenvolvida a partir de cerca de 1500, a técnica da aresta foi a produção que mais chegou a Portugal. Definindo uma cova, os moldes com reentrâncias vão imprimir o motivo sobre a placa de barro cru, definindo pequenas arestas entre as diferentes cores, criando uma espécie de perfil saliente e que impede a mistura dos vidrados durante a cozedura (Meco, 1989: 38-39). Recordem-se os exemplares de frontais de altar, geograficamente próximos, dos retábulos colaterais da Igreja de Escamarão (Cinfães).

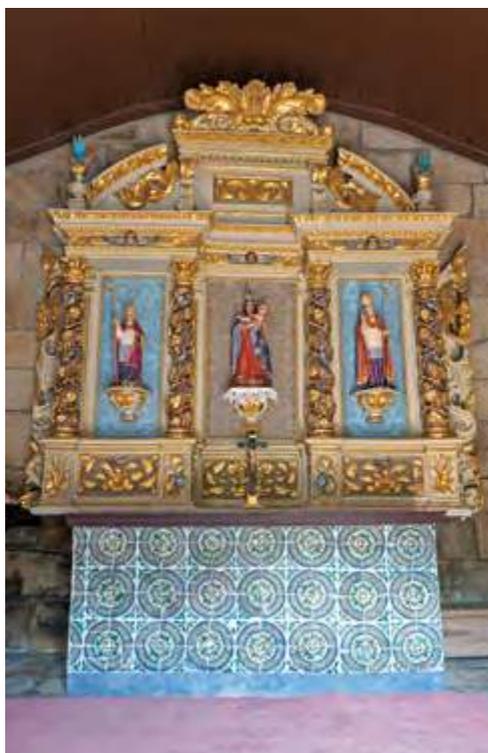


Fachada norte. Mísula.

Este enigmático edifício de Fandinhães integrou a Rota do Românico em 2010 e, em março de 2012, foi aprovado o projeto de decisão relativo à classificação como Monumento de Interesse Público e à fixação da sua zona de proteção¹⁴. [MLB / NR]



Fachada ocidental. Nicho. Painel de azulejos. *Virgem com o Menino*.



Capela-mor. Retábulo-mor e frontal de altar.

CRONOLOGIA

1258: Fandinhães era Igreja do padroado dos descendentes de um arqui-diácono de Viseu;

Século XIII (2.ª metade): edificação da Igreja de Fandinhães tendo em conta os vestígios românicos remanescentes;

1302: os familiares e padroeiros da igreja de São Martinho de Fandinhães doam o direito de padroado ao bispo do Porto, D. Geraldo Domingues (1300-1308);

Século XVI (inícios): execução dos azulejos mudéjares do frontal de altar do retábulo-mor;

1690: documenta-se a ermida de São Clemente em Paços de Gaiolo;

1758: a população da freguesia de Paços de Gaiolo já se concentrava, na sua maioria, nas vertentes sul e oeste do braço da serra de Montedeiras;

– o padroado de Fandinhães estava nas mãos dos Almirantes do Reino;

– a Igreja de Fandinhães ainda é referida como de São Martinho;

Século XVIII (finais): São Clemente e São Martinho constituem já uma única freguesia;

1864: a nave da Igreja já fora desmantelada;

1912: o acervo e Capela de Fandinhães foram entregues à República Portuguesa;

1924: a corporação encarregue do culto católico requisitou a Capela ao Estado;

2010: a Capela de Fandinhães passa a integrar a Rota do Românico;

2012: a Capela de Fandinhães é classificada como Monumento de Interesse Público.

BIBLIOGRAFIA E FONTES

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de – *História da arte em Portugal: o românico*. Lisboa: Publicações Alfa, 1986.

_____ – Influências francesas na arte românica Portuguesa. In COLLOQUE HISTOIRE DU PORTUGAL, HISTOIRE EUROPÉENNE, Paris, 1986 – Actes. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian – Centro Cultural Português, 1987. Colóquio realizado a 22 e 23 de maio de 1986.

_____ – Território paroquial de Entre-Douro-e-Minho: sua sacralização. *Nova Renascença*. Vol. 1, n.º 2 (1981).

ANÚNCIO n.º 6651. *D.R. Série II*. 63 (2012-03-28) 11139-11140.

BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL DO PORTO – *Censual do cabido da sé do Porto*. Porto: Imprensa Portuguesa, 1924.

BOTELHO, Maria Leonor – *A historiografia da arquitectura da época românica em Portugal*. Porto: Universidade do Porto, 2010a. Dissertação de doutoramento em história da arte portuguesa apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Texto policopiado.

_____ – Igreja de São Pedro de Rates. In PÉREZ GONZÁLEZ, José María – *Arte românica em Portugal*. Aguilar de Campoo: Fundación Santa María la Real – C.E.R. / Fundación Ramón Areces, 2010b.

_____ – *São Mamede de Vila Verde: um testemunho tardio do românico do Vale do Sousa*. Felgueiras: Câmara Municipal de Felgueiras, 2010c.

_____ – Sé de Braga. In PÉREZ GONZÁLEZ, José María – *Arte românica em Portugal*. Aguilar de Campoo: Fundación Santa María la Real – C.E.R. / Fundación Ramón Areces, 2010d.

CARDOSO, Jorge – *Agiologio lusitano...* Lisboa: na Officina Craesbeckiana, 1652.

CARVALHO, Manuel Machado de – [Memória paroquial de] Fandinhães [Manuscrito]. 1758. Acessível em ANTT, Lisboa. PT-TT-MPRQ-15-17.

COSTA, A. Carvalho da – *Corografia portugueza e descripçam topografica do famoso reyno de Portugal...* Lisboa: Off. de Valentim da Costa Deslandes, 1706-1712.

COSTA, Avelino Jesus da – *O bispo D. Pedro e a organização da diocese de Braga*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1959.

CUNHA, Rodrigo da – *Catalogo e historia dos bispos do Porto*. Porto: João Rodriguez, 1623.

DAVID, Pierre – *Études sur la Galice et le Portugal du VIe au XIe siècle*. [Coimbra]: Institut Français au Portugal, 1947.

GERALDEZ, Júlio Carneiro – Missiva, 20 de novembro de 1864 [em linha]. IRHU/Arquivo ex-DGEMN/DREMN [processo digitalizado].

HERCULANO, Alexandre, dir. – *Portugalliae monumenta historica : o saeculo octavo post christum usque ad quintumdecimum: inquisitiones*. Lisboa: Tipografia Nacional, 1936.

MARTINS, Manuela – “As vilas do norte de Portugal” de Alberto Sampaio. *Revista de Guimarães*. N.º 102 (1992) 389-409.

MECO, José – *O azulejo em Portugal*. Lisboa: Publicações Alfa, 1989.

MONTEIRO, Manuel – *S. Pedro de Rates: com uma introdução à cerca da arquitectura românica em Portugal*. Porto: Imprensa Nacional, 1908.

MOREIRA, Domingos A. – Freguesias da diocese do Porto: elementos onomásticos alti-medievais. *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*. Vol. 2 (1984) 7-86.

NUÑO GONZÁLEZ, Jaime – Detrás de lo artístico: otras formas de mirar el edificio románico. In *Perfiles del arte románico*. Aguilar de Campoo: Fundación Santa María la Real – C.E.R., 2002.

_____ – Hacia una visión de la iconografía sexual: escenas procaces y figuras obscenas. In *Poder y seducción de la imagen románica: atas VII curso de iniciación al románico*. Aguilar de Campoo: Fundación Santa María la Real, 2006.

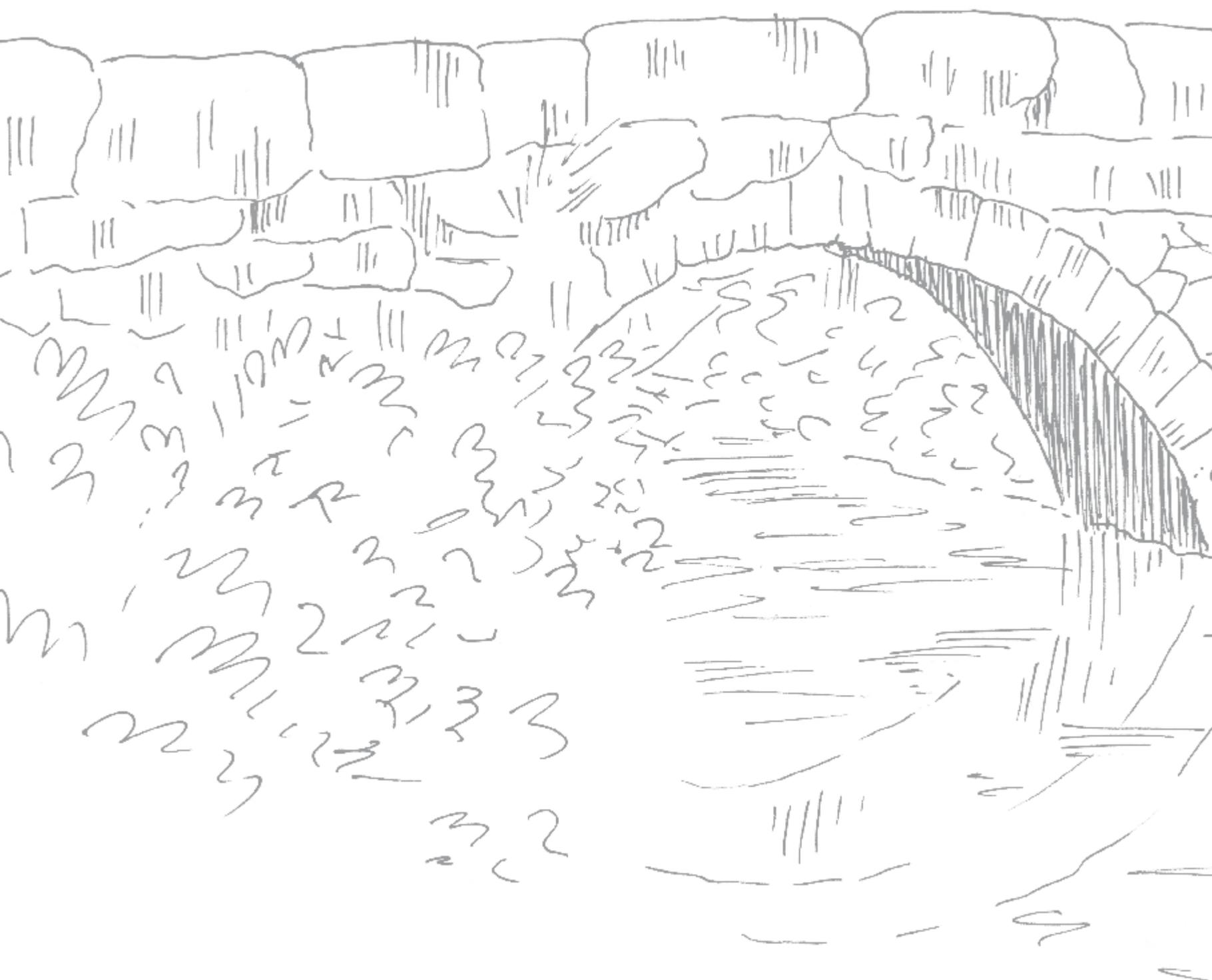
PORTUGAL. Ministério da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território – IRHU/Arquivo ex-DGEMN/DREM. Ministério das Obras Públicas, Distrito do Porto [processo digitalizado].

PORTUGAL. Ministério das Finanças – Secretaria-geral – Arquivo – Comissão Jurisdicional dos Bens Culturais, Porto, Marco de Canaveses, Arrolamento dos Bens Culturais, Paços de Gaiolo. Entrega à corporação encarregada do culto, da igreja paroquial, várias capelas, suas dependências e vários terrenos, nos termos do Decreto n.º 11887, freguesia de Paços de Gaiolo [1924]. ACMF/Arquivo/CJBC/PTO/MDC/ARROL/024 (Processo).

RESENDE, Nuno – A paróquia do Santíssimo Salvador de Pereiros. In FERNANDES, A. Silva – *Pereiros: São João da Pesqueira*. [S.l.]: Associação dos Amigos de Pereiros, 2011.

ROSAS, Lúcia Maria Cardoso; SOTTOMAYOR-PIZARRO, J. A. de – Território, senhores e património na Idade Média. In AGUIAR, Alexandre, coord. – *Marco de Canaveses: perspectivas*. Marco de Canaveses: Câmara Municipal, 2009. Vol. 1, p. 81-116.

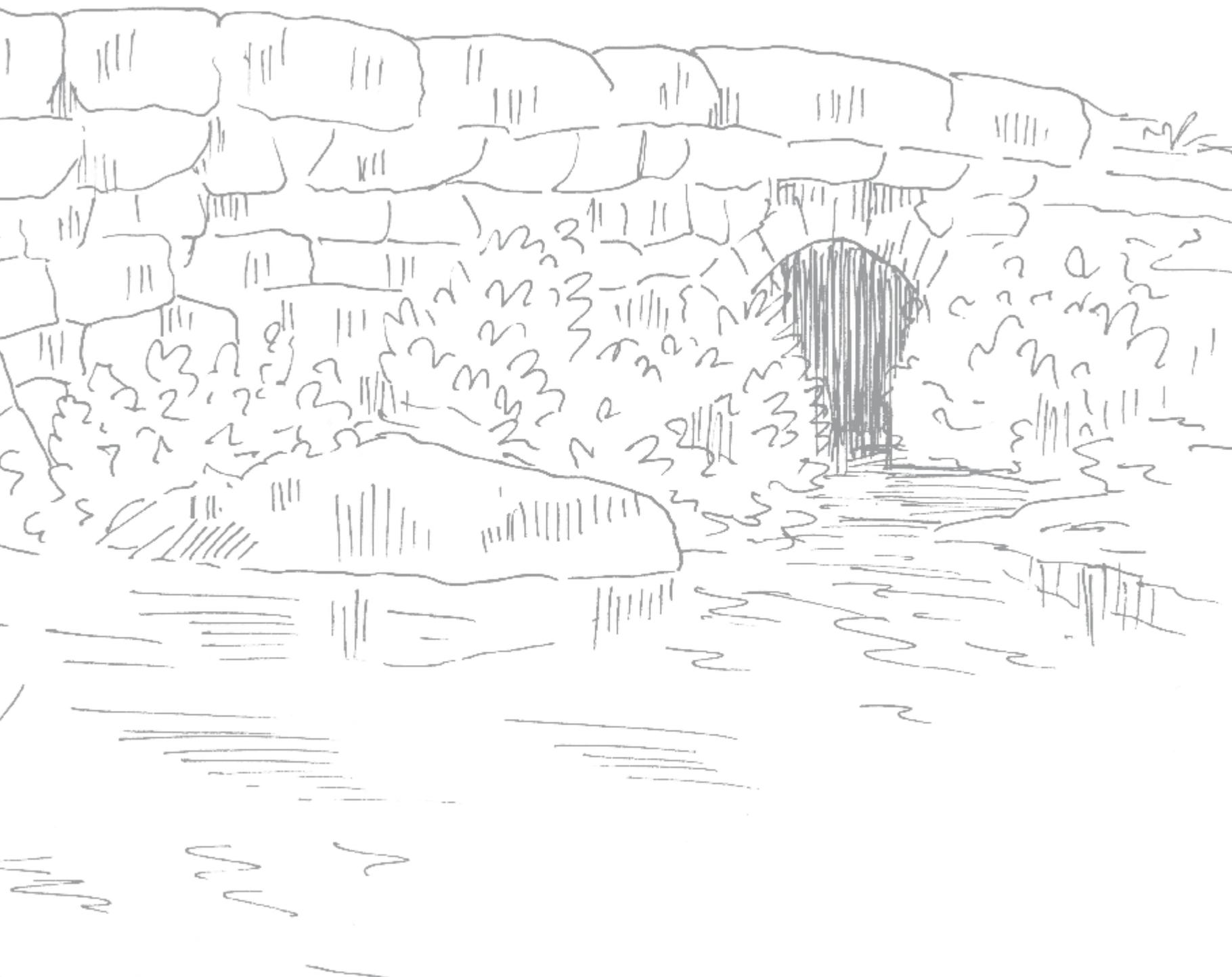
SAMPAIO, Alberto – *Estudos históricos e económicos: as vilas do norte de Portugal*. Lisboa: Editorial Vega, 1979.



PONTE

DA PANCHORRA

RESENDE



PONTE

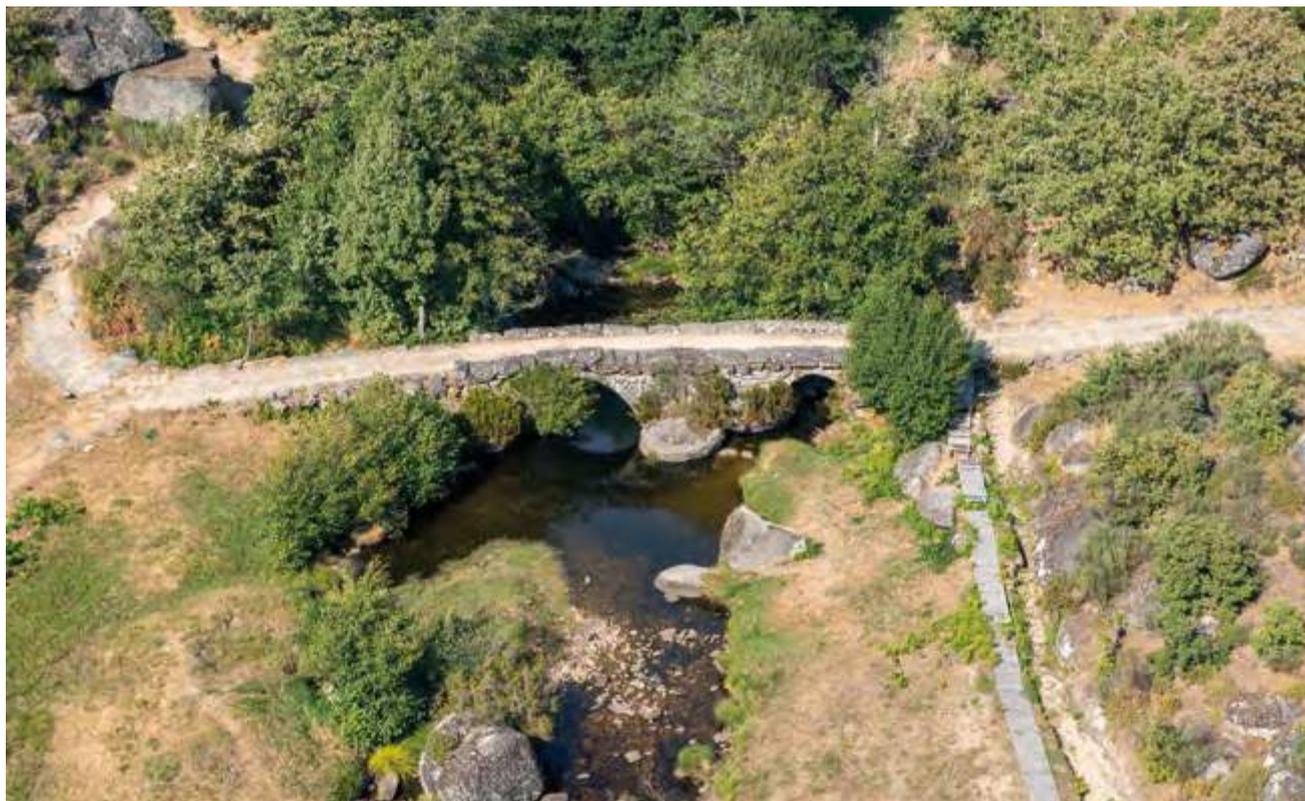
DA PANCHORRA

RESENDE

Não existe em Portugal um número suficiente de estudos sobre as problemáticas associadas ao património viário, nomeadamente caminhos e estradas. Embora ligada à arqueologia, a temática das vias romanas e medievais interessou à historiografia ao longo do século XX, o que se pode afirmar, com base nos trabalhos existentes, assenta em poucas fontes disponíveis e, mais frequentemente, na tradição, que sempre imputa antiguidade às infraestruturas viárias locais, sem nunca se apoiar em matéria factual. A uma ausência de investimento na arqueologia sistemática das estruturas de circulação, junta-se a reduzida investigação sobre o vocabulário registado nos documentos medievais e modernos. E fora dos limites cronológicos da Romanização e da Idade Média, a construção de estradas parece ter cessado ou nunca existido. Tal, como sabemos, não é verdade¹.

Relacionadas com as estradas e com a circulação estão as pontes. Também sobre estas caiu a reputação de construção antiga, popularmente atribuída a “mouros” e “romanos”. Efetivamente, as pontes (mais frequentemente as de cantaria) criaram no imaginário local a ideia de uma estrutura apenas possível graças à intervenção de uma cultura superior do passado, formada por heróis ou santos. Transposta ao papel pelos monógrafos, a atribuição de datação romana às pontes vulgarizou-se. Para tal bastava existir uma estrutura de passagem em pedra, com um ou mais arcos de volta perfeita, sem que se tivesse em consideração a sua localização no contexto viário local e regional ou, sequer, a sua referência (ou ausência) na documentação disponível.

397



Vista aérea.

¹ Assim o fez notar Carlos Alberto Ferreira de Almeida (1968), autor do único trabalho de fundo sobre a circulação na Idade Média, frequentemente citado.



Vista de montante.

Contudo, nesta persistência de modelos reside, ao mesmo tempo, a falácia e a explicação para o erro tão comum de atribuir aos romanos a autoria de grande parte das pontes pétreas deste País. Esta generalização transitou depois, pela mão dos eruditos e académicos, ao românico, uma vez que este reproduz o modelo estrutural da abóbada curva como modo de sustentação que a civilização do Lácio utilizou abundantemente. A uma proliferação de pontes romanas sucederam-se, logo, pontes românicas, datação novamente descontextualizada das necessidades das comunidades que supostamente as teriam mandado edificar.

Com efeito, um dos erros mais comuns cometidos na datação de uma ponte é tomá-la como objeto isolado, sem fazer corresponder a sua construção às carências da comunidade ou da região que dela se devia servir na altura em que foi construída. Uma estrutura tão complexa como uma ponte, obra dispendiosa hoje como ontem, não podia se não significar um projeto devidamente pensado e que só poderia ser executado com recurso a um orçamento nem sempre disponível.

Numa primeira fase, que inclui a Romanização, a ponte significava um poderoso auxílio na conquista e desenvolvimento do território, revestindo-se do carácter de obra eminentemente pública e política. Subsequentemente, a Idade Média não deixou de atribuir à ponte a mesma função, mas sem se enquadrar num plano nacional. Salvo raras exceções (como a ponte do Douro, para cuja construção deixou D. Afonso Henriques importante legado), a travessia me-

dieval é fruto de conveniências institucionais ou individuais, a nível local ou regional. Só na Época Moderna o estado-nação lançará um plano de construção de pontes com fins políticos².

Mas em ambos os casos, e até muito tarde, o modelo de ponte em arco caracterizou o tópic construtivo das passagens fluviais em Portugal e na Europa.

Um dos exemplos de má interpretação e de deficiente leitura histórica do espaço e do território de que resultou uma incorreta datação é o da Ponte da Panchorra. Cremos que só muito recentemente a sua qualificação como Ponte românica tenha sido colocada, embora localmente fosse tida como ponte romana³. Cabe aqui referir que, muito embora se tenha aventado a hipótese de passar pelo cume da serra uma via romana, os dados documentais e arqueológicos disponíveis refutam esta ideia (Correia, Alves e Vaz, 1995). As principais vias romanas evitavam os declives e as zonas pantanosas: precisamente o que encontrariam para sulcar o maciço de Montemuro no sentido norte-sul ou noroeste-sudeste. Acreditamos que, a existirem, as vias romanas contornariam a serra em vez de a atravessarem, dando assim expressão às teorias que indicam três áreas de trânsito possivelmente aproveitadas pela romanização: ao longo das margens do Douro, do Paiva e o corredor natural entre os vales do Balsemão e do ribeiro de Teixeira⁴.



Vista de jusante.

2 Refere o autor supra citado: "(...) uma estrada é via imperial, essencialmente estratégica e administrativa, nos tempos romanos. Na Idade Média, ela recebe o nome de via pública e liga povoações próximas, refletindo uma economia fechada e senhorial. Na época seguinte adopta o nome de estrada real e expressa a centralização política" (Almeida, 1968: 4).

3 Na monografia de Resende, datada de 1982, ainda não se refere esta cronologia, tendo o autor conscienciosamente referido: "(...) há uma ponte rústica sobre o Cabrum, que não existia em 1758, pois o Abade das Inquirições deste ano expressamente informa, ao responder ao inquérito sobre pontes: "Não tem ponte alguma no distrito da freguesia"" (Pinto, 1982: 522).

4 Não queremos com isto dizer que existissem três estradas, mas apenas os canais de circulação, espaços que permitiram a sua existência. As vias destinadas à circulação de carros procuram aproveitar as curvas de nível, evitando as oscilações bruscas de altitude e as difíceis transposições dos leitos mais escavados. Sobre este assunto veja-se o que escrevemos em Resende (2011).

No caso da Ponte da Panchorra nada indicia que se trate de uma construção romana ou, sequer, medieval. Por várias razões, como veremos, mas acima de tudo porque a sua existência não corresponde à necessidade das comunidades existentes nessas épocas. Interessa-nos, portanto, conhecer o nascimento e evolução desta paróquia e dos seus termos.

A primeira referência a Panchorra é já de 1258, quando os inquiridores visitaram Ovadas, a cuja paróquia então pertencia. Ouviram do prelado João Garcia que a “villa” de Panchorra tinha sido, juntamente com a de Ovadas, honra de Mendo Gonçalves e nenhum foro dava ao rei (Herculano, 1936: 989). Trinta anos depois, uma outra testemunha assevera que ali existiam três casais, um da igreja de São Paio (portanto, propriedade da igreja paroquial), outro de São João de Tarouca e um terceiro do Mosteiro de Cárquere (Resende) (Duarte, 2001: 367). Não entrava mordomo régio na Panchorra, pois, alegavam os moradores, era terra honrada. Certos da condição realenga da terra, os agentes régios fazem corrigir esta irregularidade em 1290, fazendo executar a sentença de D. Dinis que determina “sejam devassos [os casais] e entre aí o mordomo do Rei por todos os seus direitos”⁵. Efetivamente, em 1513, aquando do foral dado à terra de Aregos, já se referem todos os foros pagos à Coroa.

No século XVI, a Panchorra autonomiza-se eclesiasticamente de Ovadas, mas continuava a ser uma pequena povoação. Em 1527 contava 17 moradores, isto é, entre 71 e 77 habitantes (Collaço, 1931: 145). O seu estatuto de capelanía ou curato confirma a ligação a Ovadas, que permanecerá ligada a Panchorra pelo direito de padroado. É natural que muito para além da criação da nova paróquia, os atos principais da vida cristã continuassem a fazer-se no vale, na igreja de São Pelágio, núcleo primário da humanização e da cristianização⁶.



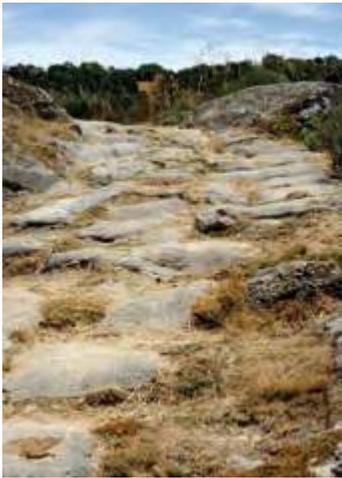
Vista parcial da aldeia de Ovadas (Resende).



Vista geral da aldeia da Panchorra (Resende) a partir da aldeia da Gralheira (Cinfães).

⁵ Sentenças relativas às Inquirições de D. Dinis no julgado de Aregos (Duarte, 2001: 397).

⁶ Em 1563 era exigido um número mínimo de 30 moradores para a existência de sacrário, número que a Panchorra não possuía (Diocese de Lamego, 1563: 43).



Calçada de acesso à Ponte.

É neste contexto que podemos supor a necessidade da construção da Ponte da Panchorra, já numa fase avançada do desenvolvimento humano e urbano desta povoação. Mas mesmo neste caso, a travessia não servia diretamente o acesso à antiga sede paroquial. Para chegar a Ovadas, um habitante da Panchorra devia tomar a direção do norte, descendo diretamente ao curso do rio Cabrum, à vista do alto de Coelhooso (1141 metros). Num determinado ponto do leito, talvez a vão ou sobre poldras, o viajante iniciaria a subida até à ermida de São Pedro, contornando o cume com o mesmo nome, lugar de onde avistaria já a igreja de Ovadas. Ora, a Ponte situa-se a oeste da Panchorra, e fazia parte de um percurso que ligava a Vale de Papas (Ramires, Cinfães), já no antigo concelho de Ferreiros de Tendais. Este caminho, ainda hoje vincado na paisagem, caracteriza-se tipologicamente pela variabilidade do seu traçado: piso irregular que alterna entre calçada, aproveitamento de maciço ou afloramento e troços em terra. Poderá esta via fazer parte do “carreirum antiquum” referido na indicação dos termos da Gralheira (Cinfães) em 1258 e a que alguns autores imputam a qualidade de via romana (Correia, Alves e Vaz, 1995: 113)?

Os limites atuais da Gralheira que, se não decalcados, são, pelo menos, herdeiros da divisão de 1258, podem lançar luz sobre a localização aproximada daquele carreiro antigo⁷. Que a sua importância e antiguidade (por muito vaga e subjetiva que seja tal qualificação) seria suficiente para despertar nos habitantes serranos de então a ideia de estrutura georreferenciadora, parece não deixar dúvidas. Porém, a expressão “carreiro” não indica local particularmente notável de trânsito. O mais certo é que constituísse um dos primeiros trilhos de travessia regional, depois substituídos pela rede mais ou menos complexa que foi acompanhando o arroteamento e a humanização da serra.

401



Vista geral da aldeia da Gralheira (Cinfães) a partir da aldeia da Panchorra (Resende).

⁷ “Martinus Menendi juratus et interrogatus dixit, quod villa e Graleyra cum totis suis terminis sicut dividit per rivulum de Cabruu per aquam, et vadi ad fontem de Teyxeura ad penedo de Cambo, et de inde venit per cume de Varzena Benefacta ad fontem de Episcopo de Ameygoadas, et vadit ad castellum de Aquilar, et ferit in cruce et per carreirum antiquum, et ferit in termino de Ovadas et in Cabrum, est tota regalenga” (Herculano, 1936: 984).

Pela demarcação atual e seguindo a descrição da testemunha de 1258, cremos que o tal carreiro se situaria a oeste da Gralheira, dado que a enumeração dos pontos georreferenciais é feita em dois sentidos, um no dos ponteiros do relógio, pela corrente do rio Cabrum, até à nascente do Teixeira, pelo penedo de Cambo, e outra no sentido inverso, aludindo aos cumes da várzea “bem-feita”⁸, a Fonte do Bispo, Ameijoadas e, finalmente, ao Castelo de Aguiar – que pode tratar-se do Castelo Alrete, sobre os limites de Bustelo, Ramires e Tendais (Cinfães)⁹. Próximo a este local, a linha de demarcação cruzava pelo tal carreiro antigo até aos limites de Ovadas já sobre o Cabrum. Naturalmente não se refere confrontação com a Panchorra por esta integrar ainda os termos de Ovadas.

Embora seja praticamente impossível estabelecer ligações diretas entre a rede viária existente em 1258 e a que uma carta topográfica contemporânea nos apresenta, parece-nos que o tal “carreirum antiquum” atravessaria os termos da Gralheira nos sentidos este-oeste, ou sudoeste-nordeste, conferindo assim uma expressão maior a percursos ainda recentemente calcorreados pelos habitantes daquela aldeia para alcançar o vale do Paiva, através da passagem das Portas de Montemuro. Não excluimos, contudo, a hipótese de se tratar de uma via primordial que expressava na orografia os vínculos temporais e espirituais que as gentes da Gralheira conservaram até bastante tarde com Ferreiros de Tendais. Como tal, o carreiro, embora antigo aos olhos dos deponentes de 1258, devia constituir um dos vários trilhos que já então sulcavam a serra, não indicando estrada ou calçada particularmente notável no contexto regional. Nem que no seu trajeto se incluísse a Panchorra.

Por outro lado, não podemos ignorar que, já no século XIII, se refere o imposto de portagem, sinal de atividade comercial e trânsito. Alinhada com Vale de Papas e Talhada, Panchorra situar-se-ia no cruzamento dos canais de penetração do Cabrum e do Balsemão. É, pois, natural que, numa tentativa de controlar o trânsito desviado (e portanto não taxado) das rotas ao vale, o braço régio tenha estabelecido naquela povoação uma barreira alfandegária. Tal, porém, não é ainda suficiente para determinar a origem da sua Ponte ainda durante a Idade Média.

Efetivamente, as vias de comunicação mais importantes situavam-se a norte da Panchorra, ao longo da margem sul do Douro, ligando povoações mais importantes e servindo uma área populacionalmente mais expressiva. Nessa região aumenta o número de passagens pétreas na proporção das embocaduras que é necessário vencer. Desde o atual concelho de Cinfães e ao longo do município de Resende são várias as pontes de cantaria, herdeiras de velhas passagens medievais que a necessidade obrigou a manter, ampliar ou reconstruir. São exemplos a ponte das Pias (sobre o Bestança)¹⁰, a ponte sobre o Cabrum ou as de Fontoura, sobre o ribeiro de São Martinho – praticamente todas de raiz medieval ou reconstrução posterior.

8 Hoje Campo Benfeito, no concelho de Castro Daire.

9 António Manuel Lima aponta os Castelos Velho e Novo na freguesia de Ramires (Cinfães), próximos a Vale de Papas (Pinho e Lima, 2000: 64).

10 A ponte das Pias é uma travessia várias vezes intervencionada: por volta de 1693 foi mandada reconstruir pelo morgado de Velude, que repartia a administração do seu vasto património entre um lado e outro do Bestança. Assim o narra frei Teodoro de Melo, em 1733: “entre este [concelho de Cinfães] e o concelho de Ferreiros da mesma sorte se intromete o rio Bestouça [sic, é Bestança]; e deste se doma a sua enchente por uma formosa ponte de cantaria de próximo reedificada, por ter levado uma cheia a que no mesmo sítio das Pias se havia fabricado antes pouco mais ou menos quarenta anos, instando pela utilidade pública o Morgado de Veludo Manuel Carneiro de Melo, e sendo provedor de Lamego Gaspar Leite Cabral tio de sua mulher. A montante existe um interessante exemplo de pastiche medieval: a ponte da Covelas” (Duarte, 2004: 309). Embora não disponhamos de documentação escrita sobre a sua fundação ou fábrica, um medalhão barroco apostado ao centro da ponte, entre as guardas e virado ao caminho, recorda o dotador da obra e a data da sua execução: 1762. Foi durante anos considerada romana ou românica por memorialistas locais.



Vista de jusante. Pormenor.

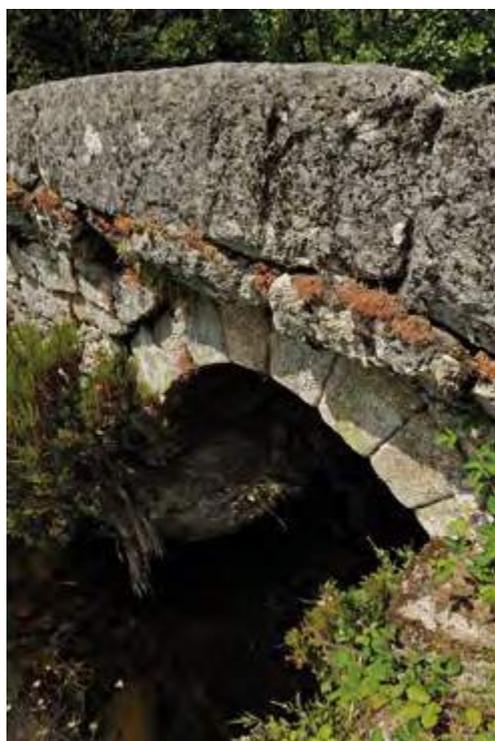




Dado que os termos comunais da Panchorra alastram muito além da Ponte, confinando a oeste com Ramires e Vale de Papas (o antigo município de Ferreiros de Tendais, hoje Cinfães), não se pode imputar à travessia o local de cobrança que devia ser feito na própria aldeia. Contudo, talvez nesta demarcação possamos compreender a necessidade do investimento nesta travessia: providenciar o acesso seguro ao termo agrícola da povoação que se estende para lá do agitado curso do rio Cabrum.

Herdeira de modelos antigos aplicados a uma modernidade que não irá além do século XVII, a Ponte da Panchorra, de duplo arco de volta perfeita (um, maior, levantado sobre o curso, e um menor, ainda em leito de cheia) contradiz a fórmula frequente de cavalete que caracteriza algumas pontes medievais erguidas em lugares onde o vale é mais apertado. Aliás, a escolha do local evidencia mais a preocupação com o acesso imediato ao termo comunal do que com a construção de uma estrutura monumental, não obstante a sua dimensão, derivada do aproveitamento do afloramento granítico no leito do rio – o que permitiu prolongar a estrutura com o acrescento de um arco menor lançado à margem direita. Esta assimetria, juntamente com a pouca qualidade do talhe da cantaria utilizada, revela, por um lado, a linguagem vernacular dos seus autores, e, por outro, o pragmatismo dos seus mentores, constituindo certamente obra comunal ou municipal, ao contrário, por exemplo, do investimento particular da ponte da Lagariça, também sobre o Cabrum, mas a jusante. O que salta à vista na Ponte da Panchorra é o prolongamento da calçada, constituída por lajes graníticas de grandes dimensões, sobre a Ponte, ladeada por respeitáveis guardas, de trabalho rude, destinadas a resistir aos fortes rodados e carga dos carros puxados por bois.

405



Aduelas.



Calçada de acesso à Ponte.



Tabuleiro e guardas.

O rio ou ribeiro Cabrum, como é frequentemente designado, nasce na Casa das Neves, junto à Gralheira, e desagua no Douro, no sítio de Lampreeira, hoje submerso devido à albufeira criada pela represa de Carrapatelo. Os párocos de 1758 dão-nos algumas informações sobre a sua corrente, fauna piscícola, pesqueiras e, claro, sobre as travessias.

Os párocos que apontaram o Cabrum como o “rio da terra” foram os das freguesias de São Cipriano (Sequeira, 1758), Ovadas (Bernardes, 1758), Panchorra e Gralheira (Rodrigues, 1758). Da pena dos memorialistas de Ermida do Douro (Lima, 1758), Oliveira, Ferreiros de Tendais e Ramires ficaram elementos esparsos por ser um dos vários cursos de água que suscitaram descrições. Parece, todavia, consensual entre todos que o rio Cabrum tinha entre 1,5 e 2 léguas de extensão, corria de sul para norte, era arrebatado, arrebatadíssimo ou caudaloso e que tal corrente possibilitava a alimentação de várias rodas de moinho. O pároco de São Cipriano aponta 25 no circuito da sua freguesia¹¹, o de Ovadas seis e os da Gralheira e Oliveira do Douro (Teixeira, 1758) apenas se referem a “muitos moinhos”.

Quanto à fauna piscícola criavam-se nele trutas, escalos ou bordalos e eirós, havendo pescarias de verão, sem qualquer entrave de açudes ou represas.

No tocante às pontes, a indicação das travessias é mais ou menos completa segundo o inte-

¹¹ Existia também no lugar de Matos um moinho de azeite, movido pela força de bois (Sequeira, 1758).

resse ou conhecimento da geografia do vale: alguns apontam somente as que se encontravam no compasso da sua freguesia, outros indicaram todas as passagens sobre o Cabrum. Neste aspeto apenas encontramos uma contradição ou, se quisermos, uma estranha menção no caso da Ponte da Panchorra.

Ao total contabilizámos seis travessias referidas nas *Memórias Paroquiais de 1758*: cinco pontes de cantaria ou pedra e uma em madeira. As de cantaria/pedra situavam-se (de montante para jusante) na Gralheira, na Panchorra, em Ovadas (Covelinhas), na Lagariça e na Ponte Nova; a de pau ou madeira servia a freguesia de Ovadas¹². O que surpreende é a unanimidade de todos os párocos quanto às três pontes de cantaria (Ponte Nova, Lagariça e Covelinhas) e que apenas o pároco da Gralheira refira a da Panchorra, considerando-a de cantaria. Mais nenhum memorialista, nem mesmo o cura da Panchorra, refere esta travessia. Estaria em construção?

É interessante analisarmos a terminologia que nos fornece alguns dados sobre a importância das travessias e o investimento consoante a sua necessidade: pedra e cantaria. Junto ao Douro encontra-se a “Ponte Nova”, velha passagem medieval entre as terras de Ferreiros de Tendais e Aregos, ainda hoje em parte decalcada pela estrada nacional 222. A montante, a ponte da Lagariça, que bem podia assentar sobre uma preexistência medieval, assinala a intervenção do poder regional na modelação do território: foi mandada construir, em 1728, pelo provedor da Comarca de Lamego¹³. Um pouco mais acima, a ponte de Covelinhas providencia, talvez desde o raiar da Época Moderna, a ligação com a freguesia de Ovadas. São todas em cantaria e revelam investimentos diversos, mas consideráveis, dado constituírem importantes elementos de transposição.

No curso inicial do rio situavam-se as travessias da Panchorra e Gralheira. Embora o cura da Gralheira designe a primeira por ponte de cantaria, dificilmente a poderemos enquadrar no conjunto acima referido, obra de artífices mais experientes. A norte (jusante), o Cabrum exigia passagens de um só arco e tabuleiro em cavalete para vencer a travessia entre margens escarpadas.

Não obstante a cronologia excêntrica à medievalidade, a Ponte da Panchorra constitui um extraordinário e felizmente conservado exemplo de engenharia vernacular que, juntamente com as tipologias de caminhos e estradas, constituem um património em risco, dada a sua cada vez mais frequente destruição ou substituição por vias modernas. [NR]

12 Ligando-a, eventualmente, a Ramires, no troço entre as pontes da Lagariça e de Covelinhas.

13 O contrato para a sua fábrica foi assinado a 14 de junho de 1728, em Lamego, entre o provedor de Lamego e os mestres pedreiros Francisco Cardoso, de Nazes (Lamego), e Timóteo Calheiros, de São Pantaleão de Cornes (Vila Nova de Cerveira) (Alves, 2001: 150).

CRONOLOGIA

1258: primeira referência a Panchorra;

1288: documenta-se a existência de três casais na Panchorra;

1513: o foral da terra de Aregos já refere todos os foros pagos à coroa;

1527: a Panchorra contava apenas 17 moradores, ou seja, entre 71 e 77 habitantes;

1758: de todos os párcos das freguesias do vale do Cabrum apenas o da Gralheira refere a Ponte (de cantaria) da Panchorra;

2010: a Ponte da Panchorra passa a integrar a Rota do Românico;

2013: a Ponte da Panchorra é classificada como Imóvel de Interesse Público.

BIBLIOGRAFIA E FONTES

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de – *Vias medievais entre Douro e Minho*. Porto: Faculdade de Letras, 1968.

ALVES, Alexandre – *Artistas e artífices nas dioceses de Lamego e Viseu: I*. Viseu: Governo Civil, 2001.

BERNARDES, Jacinto de Sousa – [Memória Paroquial de] Ovadas [Manuscrito]. 1758. Acessível em ANTT, Lisboa. PT/TT/MPRQ/26/43.

COLLAÇO, João Tello de Magalhães – *Cadastro da população do reino: 1527: actas das comarcas damtre Tejo e Odiana e da Beira*. Lisboa: [edição do autor], 1931.

CORREIA, Alberto; ALVES, Alexandre; VAZ, João Inês – *Castro Daire*. Viseu: Câmara Municipal de Castro Daire, 1995.

DIOCESE DE LAMEGO – *Constituições synodaes do bispado de Lamego*. Coimbra: Joam de Barreyra, 1563.

DUARTE, Joaquim Correia – *Resende na Idade Média: notas e documentos*. Resende: Câmara Municipal de Resende, 2001.

_____ – *Resende no século XVIII*. Resende: Câmara Municipal de Resende, 2004.

HERCULANO, Alexandre, dir. – *Portugalliae monumenta historica: o saeculo octavo post christum usque ad quintumdecimum: inquisitiones*. Lisboa: Tipografia Nacional, 1936.

LIMA, Luís Leite de – [Memória Paroquial de] Ermida do Douro [Manuscrito]. 1758. Acessível em ANTT, Lisboa. PT/TT/MPRQ/13/71.

PINHO, Luís; LIMA, António Manuel – Antes de Cinfães: da Pré-História à Idade Média. In VENTURA, Jorge – *Monografia de Cinfães*. Cinfães: Câmara Municipal de Cinfães, 2000. Vol. 2.

PINTO, Joaquim Caetano – *Resende: monografia do seu concelho*. Braga: [edição de autor], 1982.

RESENDE, Nuno – *Fervor & devoção: património, culto e espiritualidade nas ermidas de Montemuro: séculos XVI a XVIII*. Porto: Universidade do Porto, 2011.

RODRIGUES, Manuel – [Memória Paroquial da] Gralheira [Manuscrito]. 1758. Acessível em ANTT, Lisboa. PT/TT/MPRQ/17/100.

SEQUEIRA, José Pinto de – [Memória Paroquial de] São Cipriano [Manuscrito]. 1758. Acessível em ANTT, Lisboa. PT/TT/MPRQ/12/489.

TEIXEIRA, Baltazar Manuel de Carvalho Pinto – [Memória Paroquial de] Oliveira do Douro [Manuscrito]. 1758. Acessível em ANTT, Lisboa. PT/TT/MPRQ/26/20.





IGREJA
DO SALVADOR
DE REAL
AMARANTE

IGREJA
DO SALVADOR
DE REAL
AMARANTE



Planta.

Edificada numa área de encosta sobranceira às agras que ladeiam a linha de água, a Igreja do Salvador de Real encontra-se hoje isolada e sobrelevada relativamente ao caminho que até ela nos conduz. A edificação da nova igreja paroquial, em 1938¹, levou ao abandono daquela, cuja fábrica ainda ostenta significativos trechos românicos, particularmente ao nível da fachada principal e do alçado sul, não obstante a grande transformação a que foi sujeita entre 1750 e 1760.



Vista aérea.

À primeira vista sobressai na fachada principal o convívio entre duas tipologias distintas de aparelho. Na metade inferior, sensivelmente, denota-se a presença de silhares retangulares e bem esquadriados que, apesar das suas várias dimensões, formam fiadas geralmente da mesma altura. Este tipo de aparelho prolonga-se ainda pelas fachadas laterais, confirmando-nos que foi aqui conservado para contrafortar os cunhais sudeste e sudoeste da Igreja. Se, na fachada principal, a metade superior mais parece constituída por aparelho de enchimento (irregular, de pequenas e variadas formas, unido através de argamassa), chegados aos alçados laterais sentimos já uma melhoria ao nível da qualidade do mesmo, o que não significa, contudo, regularidade. Note-se que não invalidamos a hipótese de aqui se ter procedido ao reaproveitamento de silhares da época românica aquando da transformação setecentista. Muito pelo contrário. Sabendo que era muito comum (e prática) a reutilização de aparelho de épocas anteriores, é bem possível que tal tenha ocorrido nesta antiga Igreja de Real.

¹ Informação n.º 1234 de 18 de setembro de 1963. IRHU/Arquivo ex-DGEMN/DREM N 2494/10.



Fachada ocidental.

414

Mas, é no portal que persistem os mais significativos elementos românicos desta Igreja que, pelo seu gosto, nos denuncia uma cronologia tardia, já mais próxima da época gótica. Composto por duas arquivoltas quebradas e toreadas – adaptação da influência portuense sobre a região amarantina, seguramente via Travanca (Amarante)² – já não apresenta tímpano, o que confirma o seu aspeto tardio. As colunas são finas e esbeltas, tendo as exteriores fuste cilíndrico e as interiores prismático. Os capitéis estão ornados com escultura pouco volumosa, presa ao fino cesto: motivos fitomórficos entrelaçados, motivos vegetalistas e uma máscara na esquina de um dos capitéis. Também a imposta denuncia uma feitura tardia para este portal: composta por elementos boleados que se sobrepõem, apresenta um esquema compositivo idêntico à sua congénere de Mancelos (Amarante). É, pois, com base nos elementos remanescentes que colocamos a conceção do portal de Real no primeiro quartel do século XIV, e, assim sendo, tendo em conta os dados históricos para esta freguesia, terá esta fábrica românica, tardia, vindo substituir um edifício anterior.

Ainda dentro da medievalidade românica temos de atentar ao arcosólio com sarcófago rasgado na parede exterior sul, ainda ao nível da nave. Na sua tampa foi gravada uma espada, denunciando o estatuto social de quem nele se fez enterrar. Tendo em conta o seu posicionamento, assim como a cicatriz de um arco que persiste sobre o atual portal lateral, de evidente conotação classicizante, somos levados a considerar que o sarcófago se manteve na sua posição original, tendo sido poupado enquanto testemunho de antiguidade e também como sinal de

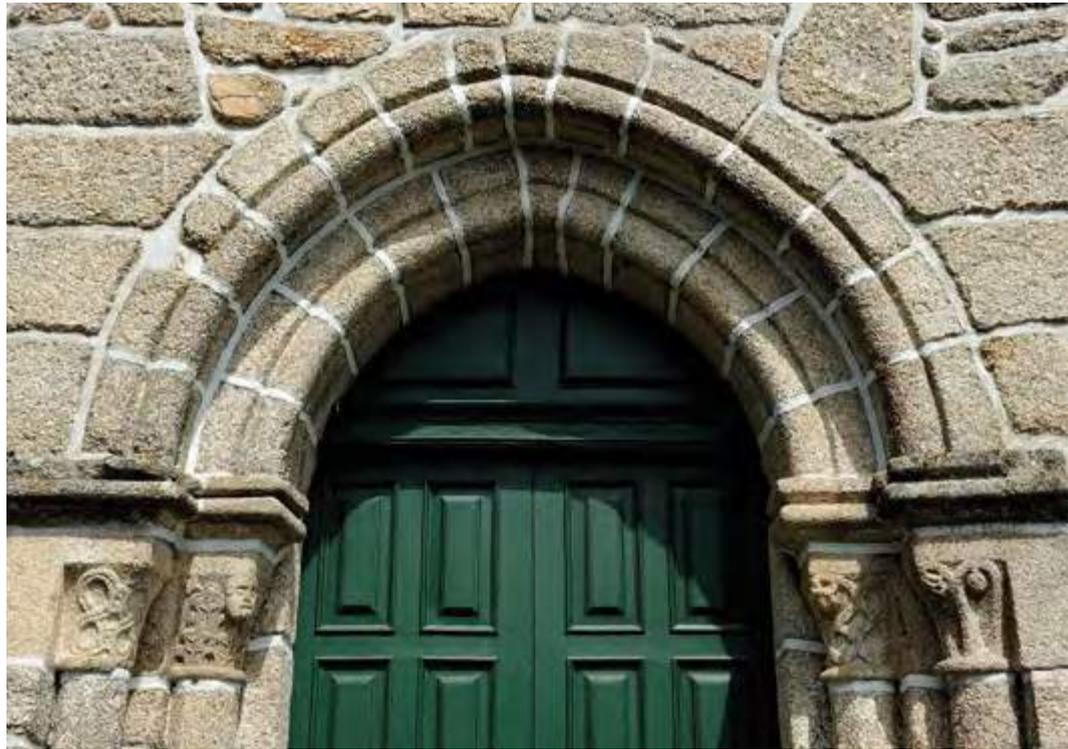


Fachada norte.



Fachada sul.

² A Igreja de Real era, em 1706, abadia do padroado de Travanca (Amarante), tendo passado a alternativa entre aquele Mosteiro e a mitra de Braga (Costa, 1706-1712: 131; Niza, 1767: 159).



Fachada ocidental. Portal.

respeito para com quem nele se fez sepultar³. Na fachada oposta persistem no paramento as aduelas de um arco que, tendo em conta o seu posicionamento, deve ter correspondido a um portal, talvez desativado devido ao assoreamento do terreno contíguo e que no interior se identifica pela persistência de um nicho, muito embora de verga reta.

De resto, aquilo que podemos apreciar nesta Igreja de Real resulta da transformação setecentista acima referida. Concordantes com a intervenção de transformação da parte superior da Igreja estão os novos vãos de iluminação de grandes dimensões que foram abertos nos paramentos.

Os técnicos da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) consultaram os livros das visitas desta Igreja, tendo transcrito alguns trechos significativos para a compreensão deste edifício e, mais particularmente, para a datação das transformações aqui operadas entre 1750 e 1760⁴. Além de se considerar ser necessária a abertura de “uma fresta no frontispício da mesma igreja por se achar o coro sem a luz necessária”, mandou-se reparar a cornija, feita de cantaria, “com pirâmides nos lados e cruz no meio e a mesma cornija na parede da mesma igreja que está sita sobre o arco da Capela-mór, com as mesmas pirâmides dos lados e cruz no meio”⁵.

³ Pode tratar-se de um familiar do fundador da Igreja. Estranhámos que Francisco Craesbeeck (1992: 163) não inclua esta sepultura no seu verbete sobre Real, onde diz que a Igreja não tinha sacrário, nem letreiros, nem sepulturas.

⁴ Informação n.º 1234, de 18 de setembro de 1963. Idem.

⁵ Idem. Neste documento não há qualquer referência relativamente à fonte documental utilizada, além da alusão aos livros de visitas.



416

Fachada sul. Nave. Arcossólio. Sarcófago.

Assim sendo, na fachada principal um óculo encima o portal românico remanescente, enquanto nas fachadas laterais foram abertos dois amplos janelões retangulares de rampa e com grade em ferro, não obstante se ter mantido a memória “modernizada” de uma fresta mediévia na fachada sul, sobre o portal. Este, aberto sob a cicatriz de um anterior, como referimos já, é composto por um lintel moldurado que define um tímido arco abatido. Nas suas extremidades pendem borlas adossadas aos pés-direitos. Considerou-se ainda que na capela-mor seria necessário abrir “uma fresta maior que a que tem da parte do Evangelho, com sua grade de ferro e vidraça”, além da respetivas “pirâmides e cruz no meio sobre cornija de pedra a coroar a sua parede”⁶.

Ainda no exterior devemos destacar a cruz que se adossa à fachada sul, certamente elemento de uma via-sacra. Além desta, é digno de nota o campanário, adossado perpendicularmente ao cunhal sudeste da capela-mor. Compõe-se por um maciço pétreo retangular de sabor românico, encimado por dupla sineira terminada em empena e rematada por simples cruz. Não nos parece que este corresponda à determinação de 1757 de que se pusessem “os sinos no frontispício dela (igreja) ao lado esquerdo, por ser a área mais larga”, obra considerada simples se se reutilizassem as “mesmas pedras sineiras”⁷.

O caráter despojado do interior da Igreja é seguramente enfatizado pelo revestimento a estuque que a cobre na sua quase totalidade. O visitador de 1760 elogiou o “Rev.º Abade” de Real “pelo fervoroso zelo com que procurava o aceio da sua igreja”⁸. A obra estava já dada por feita, faltando-lhe então apenas o reboco. No interior, só o arco triunfal, com vão elevado, se mostra

6 Idem.

7 Idem.

8 Idem.

em granito. Compõe-se de duas arquivoltas quebradas e livres de qualquer motivo decorativo, diretamente assentes sobre os pés-direitos do muro, o que confirma uma vez mais o caráter tardio da fábrica românica de Real. Apenas as suas juntas foram avivadas de branco, ligando-o assim ao conjunto que integra.



Vista geral do interior a partir da nave.

417

Dignas de reparo são as cruzes de sacração patadas que, inscritas em círculos, povoam as paredes da nave e da capela-mor. O reboco interno respeitou estes elementos, destacando-os ao modo de janelas de restauro, onde o granito contrasta com o branco do revestimento. Da mesma época românica parece ser a pia batismal, cuja taça circular de granito, bem ao gosto românico, assenta sobre um pé cilíndrico suportado por um plinto cúbico. A pia está protegida por guarda em ferro forjado pintada de verde.

Conta-nos Armando de Mattos (1953: 24-32) que se notava “uma pintura de ingénuo desenho” e que servia como fundo ao batistério, à entrada da igreja, do lado esquerdo. Representando Cristo a ser batizado pelo seu primo São João no momento em que saía das lustrais do Jordão, tratava-se de uma “rude composição e colorido vibrante e amaneirado”. Este autor datou esta pintura do século XVIII ou, talvez já, de inícios do século XIX.

Este aspeto quase despido que o interior da Igreja do Salvador de Real nos mostra hoje adém, substancialmente, da construção de uma nova igreja paroquial na década de 1930. Para lá foi transferido o retábulo-mor pertencente à Igreja em estudo⁹. A sua monumentalidade contrasta claramente com o simples retábulo que agora se presta ao culto na capela-mor da velha Igreja. O que aí se encontrava e que hoje se pode apreciar na igreja nova de Real, além



Igreja nova de Real. Capela-mor.
Retábulo-mor.

⁹ Informação n.º 1234, de 18 de setembro de 1963. Idem.

de se organizar em torno de um volumoso trono eucarístico, encimado por uma representação alusiva ao Santíssimo, ostenta sanefa em que se apoiam querubins de corpo inteiro. A sua policromia, definindo marmoreados, casa aqui com motivos nitidamente *rocaille*. O ambão e a guarda do púlpito que o envolve, no lado do Evangelho da capela-mor da velha Igreja, fazem conjunto com o retábulo que acabamos de descrever, atribuindo-se seguramente a sua feitura a uma mesma oficina. Com estes dois elementos, ricamente elaborados, contrasta o retábulo-mor que veio substituir o que fora transferido. Sem grandes volumetrias, com forte tónica dada à estrutura arquitetónica, apenas se relaciona com os restantes elementos da capela-mor pelo recurso a uma mesma policromia.

No entanto, tendo em conta o carácter muito tardio destes exemplares em talha, cremos não poderem ser estes os que foram identificados em 1758: “o mor que he do padroeiro e dois cula-terais, o da parte da Ipistola hé do Menino Deus, o do Evangelho de Nossa Senhora do Rozario, que também se chama de Santa Catherina” (Garcia, Cunha e Pinto, 1758 *apud* Capela, Matos e Borralheiro, 2009: 174). Francisco Craesbeeck nada nos adiantara anos antes, referindo-se apenas às suas capelas filiais (Craesbeeck, 1992: 163).

No período moderno foram ainda integrados ao corpo da Igreja o púlpito e um coro, dando expressão à necessidade de estimular a palavra pronunciada ou cantada, como elementos essenciais da liturgia renovada por Pio V (p. 1566-1572). As presentes estruturas são, contudo, posteriores às originais, sendo a balaustrada e o friso inferior do coro decorados com motivos (tranças florais e laços) muito comuns à decoração romântica, sendo portanto obra oitocentista, menor, de gosto vernacular e recorrendo a artífices locais.



Capela-mor. Retábulo-mor.



Nave. Coro alto.



Capela-mor. Parede fundeira do lado do Evangelho. Peanha. Escultura. Santo António.

Do conjunto de imaginária, não expressiva, destaca-se a imagem de Santo António, já referida no roteiro antoniano. Trata-se de uma escultura do século XIX representando o taumaturgo ulissiponense trajando o hábito franciscano e transportando o Menino Jesus graciosamente sentado sobre o livro. Esta peça integraria o conjunto de objetos arrolados em 1924, na sequência das normativas decorrentes da Lei da Separação. Foram então inventariadas as imagens do Sagrado Coração de Jesus, Virgem do Rosário, Virgem da Piedade, São Sebastião, Santo António e São Salvador (a designação é do documento)¹⁰.

Das visitasões oitocentistas colhemos apenas a informação de que, em 1831, não era frequente acompanharem-se os defuntos à sepultura, nem “aparecer muitas vezes quem os conduza”. Os visitantes admoestaram ainda para que se desse o devido sinal ao povo para ouvir missa nos dias de semana, “no que havia falta”. Era, então, pároco José Guedes de Carvalho e Menezes¹¹.

Tendo em conta o carácter recente da grande transformação a que fora sujeita a Igreja românica de Real, o padre Jozé de Mesquita Costa e Mello informa o Diretor das Obras Públicas do Porto que, no ano de 1864, a “igreja Parochial e que parece ser muito antiga se encontra em bom estado de conservação e bem reparada”¹². Acrescenta o mesmo informador que esta igreja “não tem objectos d’arte dignos de nomeação”.

Volvidas aproximadamente seis décadas, fruto da edificação da nova igreja paroquial, estava a velha Igreja “praticamente abandonada a um canto da freguesia e, por assim dizer, engaiolada numa quinta que era o antigo magnífico passal”¹³. E porque estava, na opinião do pároco António Marinho Novais, “votada á ruína pelo inteiro desafecto dos paroquianos, pela sufocação movida pelos interesses utilitários dos proprietários dessa Quinta e pela contínua lapidação do tempo”, apela este para que a DGEMN tome as necessárias providências com vista à sua conservação para, assim, se evitar o início da derrocada¹⁴. Sendo, pois, considerado “precário” o seu estado de conservação pelo “abandono a que está votada”, julgaram os serviços técnicos que este edifício não possuía “valor para se lhe atribuir qualquer espécie de classificação”¹⁵. No entanto, não se invalida a hipótese de se proceder a um arranjo geral para conservá-la como elemento de interesse local, apesar deste se afigurar vir a ser bastante dispendioso.

Ao que pudemos apurar, apenas nos finais da década de 1980 foram realizadas obras de conservação nesta velha Igreja de Real, iniciativa da Comissão Fabriqueira local¹⁶. Foram então refeitos os beirados da nave, o telhado da capela-mor e da sacristia. Valorizaram, no entanto, os técnicos da DGEMN, a importância deste tipo de trabalhos de restauro ser feito “de forma correcta, contribuindo para a valorização do imóvel, que embora modesto no seu valor deve ser preservado”¹⁷.

10 SGMF – Comissão Jurisdicional dos Bens Culturais, Porto, Amarante, Arrolamentos dos bens culturais, freguesia de Real, Liv. 67, fl. 126-129v. ACMF/Arquivo/CJBC/PTO/AMA/ARROL/032.

11 ADB – Devassas, Sousa & Ferreira, 2.ª parte, n.º 123, fl. 6.

12 Mello, Jozé de Mesquita Costa e – Missiva de [ilegível] de outubro de 1864. IRHU/ Arquivo ex-DGEMN/DREM, Cx. 3216/3. Correspondência igrejas do concelho de Amarante. 1864-1867.

13 Novais, António Marinho – Cópia de Missiva, 12 de agosto de 1963. IRHU/ Arquivo ex-DGEMN/DREM 2494/10.

14 Idem.

15 Informação n.º 1234 de 18 de setembro de 1963. Idem.

16 Ofício n.º 66443 de 29 de maio de 1987. Idem.

17 Considerou-se que a telha utilizada nesta intervenção não era a mais aconselhável, “sendo do tipo “Marselha”, em beirados de tipo “Nacional dupla” e nos cumes de “crista””. Idem.



Vista geral.

Desde 2010 integra esta Igreja a Rota do Românico, sendo que agora se projeta a sua conservação, salvaguarda e promoção, dando continuidade às obras de manutenção que a freguesia tem vindo já a realizar¹⁸ e alargando assim a sua fruição a visitantes (Malheiro, 2012: 3). Diagnosticadas as principais patologias, foram estabelecidas as prioridades de intervenção: coberturas, paramentos exteriores, vãos exteriores e tetos, entre outras (Malheiro, 2012: 17 e ss). [MLB / NR]

¹⁸ Entre estas inclui-se a pintura dos paramentos interiores e das portas (Malheiro, 2012: 10).

CRONOLOGIA

- Século XIV: edificação da Igreja de Real;
- 1726: não tinha sacrário e era seu abade Tomás Pereira do Lago;
- Século XVIII (meados): grandes campanhas de obras alteram a fábrica medieval;
- 1768: era do padroado alternativo entre a mitra de Braga e o Mosteiro de Travanca (Amarante);
- 1864: encontrava-se em bom estado de conservação;
- 1938: construção de nova igreja paroquial de Real;
- 2010: a Igreja de Real passa a integrar a Rota do Românico.

BIBLIOGRAFIA E FONTES

- ARQUIVO DISTRITAL DE BRAGA (ADB) – Devassas, Sousa & Ferreira, 2.ª parte, n.º 123, fl. 6.
- COSTA, A. Carvalho da – *Corografia portugueza e descripçam topografica do famoso reyno de Portugal...* Lisboa: Off. de Valentim da Costa Deslandes, 1706-1712.
- CRAESBEECK, Francisco Xavier da Serra – *Memórias ressuscitadas da província de Entre-Douro-e-Minho no ano de 1726*. Ponte de Lima: Carvalhos de Basto, 1992.
- GARCIA, João [Barbosa]; CUNHA, Manoel Teixeira da; PINTO, Francisco – *Real* [Memória Paroquial]. In CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; BORRALHEIRO, Rogério – *As freguesias do distrito do Porto nas memórias paroquiais de 1758: memórias, história e património*. Braga: José Viriato Capela, 2009.
- LEI [da Separação do Estado das Igrejas]. *D.G.* 92 (1911-04-21) 1619-1624.
- MALHEIRO, Miguel – *Igreja de Real. Porto, Amarante, Real. Projeto de arquitetura para a conservação, salvaguarda e valorização do imóvel: projeto de execução*. Porto: Miguel Malheiro, 2012. Texto policopiado.
- MATTOS, Armando de – *Pinturas murais. Douro-Litoral*. N.º 5-6 (1953) 24-32.
- NIZA, Paulo Dias de – *Portugal sacro-profano...* Lisboa: na Oficina de Miguel Manescal da Costa, 1767.
- PORTUGAL. Ministério da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território – IRHU/Arquivo ex-DGEMN/DREM 2494/10.
- _____ – Cx. 3216/3. Correspondência igrejas do concelho de Amarante. 1864-1867.
- PORTUGAL. Ministério das Finanças – Secretaria-geral – Arquivo – Comissão Jurisdicional dos Bens Culturais, Porto, Amarante, Arrolamentos dos bens culturais, freguesia de Real, Liv. 67, fl. 126-129v. ACMF/Arquivo/CJBC/PTO/AMA/ARROL/032.





IGREJA
DO SALVADOR
DE RIBAS
CELORICO DE BASTO

IGREJA

**DO SALVADOR
DE RIBAS**

CELORICO DE BASTO



Planta.

SUMÁRIO HISTÓRICO

Na obra *Corografia portugueza...*, o padre António Carvalho da Costa desenvolveu, com bastante minúcia, a história da fundação da Igreja do Salvador de Ribas. Porém, a narrativa colhia as informações na crónica dos cónegos regrantes de Santo Agostinho, de frei Nicolau de Santa Maria (1668), cujo teor laudatório transitou entre ambas as edições, a de 1668 para a de 1706. Divisemos o que deixou escrito o padre António da Costa:

“Foy mosteiro que teve a sua primeira fundação em huma Ermida do Salvador do mundo, na qual residia um Ermitão; & andando visitando aquella Comarca o Arcebispo de Braga Dom João Peculiar, & tendo noticia dos muitos milagres, que fazia aquella santa imagem por aquelles lugares, edificou naquella Ermida huma Igreja, & Mosteiro de Santo Agostinho pelos annos do Senhor de 1160, & mandou vir do Convento de Santa Cruz de Coimbra para primeiro Prior dos seus conegos ao Veneravel Padre Dom Mendo, religioso de grande virtude, que morreo no anno de 1170, & foy sepultado na claustra do Mosteiro (...)” (Costa, 1706-1712: 145-146).

425

Esta narrativa, embora incorpore tópicos comuns a outras fundações (o bispo que busca o local miraculoso, o eremita escolhido para mostrar os sinais, etc.), não deixa de apresentar alguns dados interessantes sobre a fundação de uma igreja. Desde logo, o eremitério como origem da ermida na tipologia de santuário – espaços ulteriormente convertidos em cenóbio de cónegos regrantes. É, pois, no contexto deste movimento eremítico relacionado com “o progresso do repovoamento na zona Norte do País” (Mattoso, 1997: 103-145) que devemos compreender a fundação da Igreja dedicada ao Salvador, no decurso do século XII.

Numa primeira fase constituiria edifício menor destinado exclusivamente a proteger a “santa imagem”, cuja categoria não percebemos, isto é, se seria escultura totémica ou pintura com carácter apotropaico. Em todo o caso, a fama era suficiente para atrair o vulgo e até o dito arcebispo em visita aos seus domínios. Seria interessante conhecermos a iconografia de tal representação: se o juiz e justiceiro *Pantocrator*, se o Bom Pastor *salvator mundi*. A imagem poderia ajudar-nos a perceber quem se venerava afinal neste eremitério, se Cristo ou mesmo uma figura santificada que a Igreja tentou (e ainda tenta) modelar, obstando a que se designe o Filho de Deus por “Santo”, já que Ele participa na divindade do Pai. Não obstante, ao longo de toda a Idade Média e mesmo bastante além, permaneceu tal designação, humanizada na representação e veneração que, juntamente com todos os santos e santas, ainda se venera nos altares e retábulos de igrejas e ermidas¹.

¹ Pierre David (1947: 208) chamou a atenção para a data de 25 de novembro, apontada por certos calendários hispânicos, em cujo dia se comemorava a festa *sancti salvatoris*, mas sem qualquer relação com a vida de Cristo. Poderia, em alguns casos o São Salvador ser um obscuro santo ou mártir incorporado pelos santorais ibéricos? A dedicação ao Salvador será, sobretudo, destinada a catedrais e igrejas maiores a partir do século VI, sendo o movimento cluniacense o maior responsável para a disseminação desta invocação (David, 1947: 226).

Embora a data de 1160 deva ser entendida com o cuidado que merecem as fontes do tipo memorialista, é provável que, por meados do século XII, existisse já uma estrutura capaz de receber o prior D. Mendo, homem venerando que veio tomar posse do velho eremitério (ou pelo menos reformá-lo). Estranhámos, contudo, que no século seguinte ambas as Inquirições (1220 e 1258) não se refiram ao carácter monástico do espaço, nem aludam a quaisquer interferências dos cónegos regantes. Em 1220 diz apenas que a Igreja não era do padroado régio e, em 1258, uma das testemunhas, João Pires de Ribas, assevera que “era de cavaleiros e governadores” (Lopes, 2008: 212). Seriam estes governadores os de Santa Cruz de Coimbra²?

Quem quer que fossem os seus padroeiros o certo é que os rendimentos de Ribas eram apetecíveis, de tal forma que, em 1320, a Igreja contribuiu com a soma de 350 libras para auxílio das Cruzadas (Almeida e Peres, 1971: 107). Integrava, então, o património da ordem de Cristo, onde de resto permanecerá nos séculos seguintes.

De facto, embora o cronista frei Nicolau de Santa Maria imponha a fundação do mosteiro e Igreja aos cónegos da sua ordem, o facto é que, em 1565, ele se encontrava sob gestão comendatária. Esta data assinala a exumação do corpo de D. Mendo (na sequência de campanha de obras?) que grande celeuma e comoção parece ter causado ao comendador Rui de Melo³. O que viu e mandou registar (ao que parece pela mão de notário apostólico) merece a transcrição:

“Aberto monumento sahio delle mui suave cheiro, & apareceo o corpo do Beato D. Mendo todo organizado, mas gastado até aos giolhos [joelhos] sem ter mais que os ossos, & dos giolhos pera baixo estavam as pernas inteiras, & com carne, metidas em huas meas de graã com uns çapatos nos pés, tudo tam novo, como se naquella hora lho calçarão. Que bem era que pés, que nunca derão passo se não em serviço de Deos fossem incorruptiveis” (Santa Maria, 1668: 331)⁴.

A crónica acrescenta que a fama de tão grande maravilha correu a região e não tardou que gente acudisse “a ver & venerar aquelles pés sagrados” (Santa Maria, 1668: 331). Esta descoberta, que podemos incluir no conjunto de invenções ou *inventia* de corpos sagrados, constitui uma oportunidade para que a antiga casa-mãe de Santa Cruz pudesse arrogar-se ao direito de tomar ou retomar para si a Igreja comendatária. Com o auxílio de Rui de Melo, talvez apiedado da descoberta, o prior geral de Santa Cruz moveu esforços para, junto do pontífice Pio V (p. 1566-1572), devolver Ribas à casa de Coimbra. Encontrou a oposição do cardeal infante D. Henrique que o admoestou: “não falasse mais naquella materia, pois aquelle Mosteiro estava

2 O autor do artigo “Ribas” na *Grande enciclopédia portuguesa e brasileira* já estranhara a ausência de referências ao mosteiro e assevera poder tratar-se de uma colegiada agostinha, mormente a quantidade de propriedades sob o domínio direto da Igreja, capital suficiente para manter a comunidade (Correia et al., 1965: 514-515).

3 Rui de Melo ou Rui de Melo Pereira era filho de Francisco de Melo, comendador da Pena da ordem de Cristo, e de sua mulher, D. Beatriz de Barredo. Pelo lado paterno aparentava-se aos comendadores de Pombeiro (Gaio, 1938-1941).

4 Próximo do ano de edição desta obra, mas um pouco anterior, encontra-se a de Jorge Cardoso (1666: 841, 846), o *Agiologio lusitano*, que traz notícia sobre o “beato” Mendo, “varão de assinalada virtude”. Porém, a referência mais antiga que encontramos à exumação e ao milagre da incorruptibilidade é de 1624, da autoria do cónego regular Gabriel Penotto (1624). O cronista narra a *inventio* nos termos já descritos, fazendo alusão à inscrição sepulcral, sem data: “Hic jacet D. Menendus huius monasterij Prior, qui nunquam dum vixit, pedem moiut, nisi ad obsequiam Dei” (Penotto, 1624: 505).

unido pera sempre às Commendas de Christo” (Santa Maria, 1668: 332). Ao que parece, a terminante recusa causou um tão forte impacto na personalidade do prior que o levou à morte, “de desgosto”, no ano de 1566. Não obstante a importância da descoberta, o culto praticamente desapareceu. Francisco Craesbeeck, que refere tão-somente a existência de um dente do presumível beato (o qual conferia proteção contra mordedura de cães danados) (Craesbeeck, 1992: 360), diz não ter localizado a sepultura e aponta algumas incorreções dos cronistas quanto ao teor da inscrição desaparecida. Posto isto, o epigrafista Mário Barroca chega a pôr em causa a existência da lápide que supostamente assinalava a data da morte e local de sepultura de D. Mendo (Barroca, 2000: 345).

Em 1617, as rendas da comenda de Ribas de Basto orçavam pelos 215 mil réis (Ordem de Cristo, 1671: 258).

Por volta de 1727, quando o autor das *Memórias ressuscitadas...* passou por Ribas ainda viu o mosteiro arruinado, algumas pinturas e a inscrição que se supõe fundacional, de que falaremos mais adiante. Era, então, comendador D. Diogo de Sá Correia e Benevides⁵. Os memorialistas de 1758 não mencionam a história do beato Mendo, nem sequer as ruínas do mosteiro⁶, apenas alguns homens ilustres que honraram, com os seus ofícios (ligados às letras, religião e armas), o nome de Ribas (Lopes, 2005).



Vista aérea.

⁵ Era terceiro visconde de Asseca, neto do célebre Salvador Correia de Sá e Benevides (1602-1688), um dos heróis da Restauração que ajudou a reconquistar algumas praças e territórios para o Reino de Portugal, nomeadamente Angola e São Tomé e Príncipe.

⁶ Pinho Leal (1878: 177) que, em alguns casos, visitou os locais que descreveu nos seus verbetes (a maioria eivado de incorreções) diz-nos, na segunda metade do século XIX, que parte do mosteiro ainda existia, porquanto era residência do pároco, “o resto foi demolido”.



428

Vista geral.

O MONUMENTO NA ÉPOCA MEDIEVAL

A Igreja do Salvador de Ribas ostenta ainda a sua fábrica arquitetónica medieval bastante bem conservada, ou seja, perfeitamente legível ao nível do seu exterior. Dizemos medieval tendo em conta a cronologia que nos é indicada pelos seus elementos decorativos e estruturais, mas também por uma inscrição que nos confirma tal cronologia.

Uma vez mais estamos diante de um exemplar arquitetónico que, partindo de um gosto e de um “saber fazer” seguramente românico, mostra como as formas perduram ao longo dos séculos. Daí que, embora historiograficamente se tenha falado de que esta Igreja, antes de ser românica, pertence à família do chamado “gótico rural” (Almeida, 2001: 124), somos antes levados a afirmar que estamos diante de um testemunho de “resistência” das formas que não deixa de ser recetivo à novidade. Vejamos.

Começemos pela inscrição profundamente estudada por Mário Barroca (2000: 1954-1956): [... era:] M^a : C^a : C^a : C^a : [VII^a:] / [...] T : ISTE : FECIT : / [...m^a : clitis : mlvii :].

Gravada em silhar reaproveitado na torre sineira da Igreja (adaptado a peso para o sistema de relógio, embora hoje se encontre avulso), trata-se de uma inscrição comemorativa da conclusão da Igreja de Ribas ou de alguma fase construtiva (Barroca, 2000: 954). Tal como as expressões “fundavit”, “Fundata”, “Fundatus”, “Fundare” ou as suas variantes “Cepit Edificare”, “Incepit Edificare”, “Iecit Fundamenta”, a expressão “fecit” é geralmente utilizada a propósito da fundação de templos (Barroca, 2000: 310-311).



Torre sineira. Pedra avulsa. Inscrição.

Todavia, uma vez que esta epígrafe se apresenta hoje amplamente mutilada, tendo sido reduzida à forma cilíndrica, a reconstituição do texto original tem vindo a ser feita com base na leitura que Francisco Craesbeeck (1992: 361) apresentou em 1726⁷, estando ao tempo a inscrição embutida na parede sul da nave, entre a porta lateral e a cabeceira, conforme nos informa o memorialista (Barroca, 2000: 954). Segundo Mário Barroca, só a instalação dos retábulos laterais da nave, junto da parede do arco triunfal, terá justificado a remoção de silharia românica, por se ter mostrado necessário embutir o tardo dos mesmos na própria parede. Foi, pois, por essa ocasião que a inscrição terá ficado avulsa e provavelmente colocada no adro por o seu silhar “apresentar umas letras” (Barroca, 2000: 955). Este silhar acabou por ser um dos escolhidos quando se mostrou necessário talhar os pesos do relógio.

Assim sendo, sabemos seguramente que se pretendeu memorar, em Ribas, ou a conclusão da Igreja ou de alguma das suas fases construtivas na “Era de 1307”, ou seja, em 1269. Estamos, pois, diante de um testemunho datado tardiamente, entrando já na segunda metade do século XIII. Em Salvador de Ribas, a recetividade à novidade que a época gótica trouxe mostra-se nesta inscrição, não só através da paleografia característica desta época, como também pelo facto de aludir à construção como “iste fecit” (Almeida, 1978: 258).

Além disso, como vimos anteriormente, embora se impute a Ribas a sede de um mosteiro de cónegos regantes, a verdade é que o primeiro documento que alude à existência desta Igreja – simplesmente como “ecclesiam de Ripis” – data de 1240 (Barroca, 2000: 956). Ou seja, sabendo nós que a construção de uma igreja românica era, por regra, iniciada a partir da cabeceira e que, estando esta sagrada, se poderia nela rezar missa e celebrar outros ofícios enquanto prosseguiam os trabalhos na nave, e, tendo em conta a localização desta epígrafe relatada por Francisco Craesbeeck, poderíamos sugerir que, no ano de 1240, a cabeceira de Ribas estaria edificada para que fosse considerada já Casa de Deus. Ou, então, existia ainda, à data, um qualquer outro templo anterior que foi posteriormente substituído pelo atual. No entanto, a uniformidade da fábrica de Ribas, extremamente homogénea ao nível dos seus paramentos (compostos por silhares bem esquadriados que formam fiadas de dimensões muito regulares) e dos seus elementos decorativos, entre os quais prevalece o uso do motivo da pérola, como veremos, leva-nos antes a propor que esta epígrafe memora a conclusão da construção da atual Igreja e que veio substituir a referida no documento de 1240. Vinte e nove anos parecem-nos excessivos para a edificação desta fábrica tão homogénea que mais parece ter sido construída de um fôlego, sem interrupções significativas que marcassem o edifício com cicatrizes nos paramentos ou que atestassem, através de variações dos seus elementos decorativos, a presença de várias campanhas ou de diversos *ateliers*. No ano de 1269 ter-se-á, então, gravado esta epígrafe num silhar interno da Igreja e que a Época Moderna removeu.

É o alçado sul que maior número de dados nos fornece para sustentar esta tese relativa ao rápido andamento das obras em Ribas, já que ao seu oposto se encostaram, na Época Moderna, diversas estruturas, entre as quais se destaca a sacristia ou uma capela. Estas dependências criam

⁷ Hoje apenas se pode ler a segunda regra e o terço inferior da parte central da primeira linha: [Era] 130[7][...]T Iste Fecit. (Barroca, 2000: 954).

uma linha contínua com a própria torre, o que nos impossibilita de analisar o paramento românico na sua totalidade, nem saber como seria o seu portal. Assim sendo, no lado sul, a meia altura do paramento, corre um contínuo lacrimal que, juntamente com as mísulas que sob ele existem, nos confirmam que o portal lateral esteve em tempos idos abrigado por uma estrutura alpendrada, a qual, por ter sido constituída com materiais efémeros, naturalmente se perdeu. Este portal, inscrito na espessura do muro, fala-nos, pois, da aceitação de novas fórmulas em Ribas: as mísulas assentam sobre os pés-direitos e sustentam um tímpano liso – elemento de resistência –, envolvido por uma arquivolta com quebra acentuada que, no chanfro, ostenta um conjunto de pérolas, outro elemento de resistência. As “esferas soltas [e] alto relevo” constituem um dos motivos identificados com o n.º 12, no inventário elaborado por Joaquim de Vasconcelos (Vasconcelos e Abreu, 1918: 70), o que comprova a sua popularidade entre os fazedores do românico edificado em território português. E, caso raro na arquitetura da época românica, seja ela plena ou de resistência, em Ribas vamos ver um constante recurso a este motivo, que surge também nas duas arquivoltas do portal principal e a decorar a larga fresta que o encima, nas cornijas da empena da fachada principal, na do arco triunfal e na da parede fundeira da cabeceira, assim como ao longo das cornijas laterais da nave e abside. O facto de a maioria dos cachorros da Igreja se apresentar lisa confirma-nos o carácter tardio da fábrica de Ribas. Se é na capela-mor que encontramos os pouquíssimos cachorros ornamentados desta Igreja, não deixa de ser significativo que o motivo que mais vingou tenha sido precisamente o da pérola, isolada.

430



Fachada sul. Nave. Portal. Arquivolta. Pérolas.



Fachada sul.



Fachada oriental.



Fachada sul, Capela-mor, Cachorros.

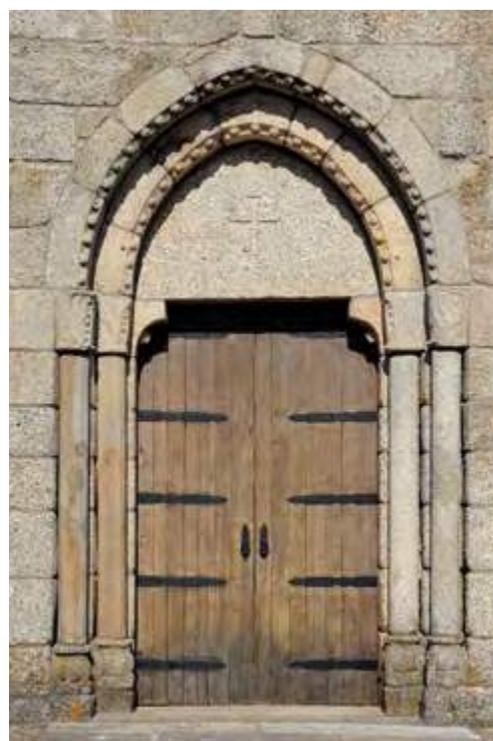
Este motivo decorativo, de evidente sabor românico, tão glosado em Ribas, assume-se aqui como resistência, devendo ser entendido no âmbito dos impulsos de inspiração de um *atelier* local que se encontrava seguramente afastado dos principais centros artísticos da época. O recurso ao arco quebrado não deve ser aqui interpretado como testemunho de feitura tardia, pois, como se sabe, o românico pleno também dele fez uso. As estreitas frestas que iluminam o interior da nave, rasgadas nos alçados laterais, sobre a cornija, e a parede fundeira da abside são seguramente mais um elemento de resistência. Mas é precisamente nos cachorros lisos e no arranjo dado aos portais que encontramos aquela ideia de aceitação de novidade que anteriormente referimos.

O portal principal, como dissemos já, compõe-se de duas arquivoltas quebradas ornadas com pérolas. Inscrito na espessura do muro, encontra-se assim nos antípodas do modelo que mais se disseminou nos testemunhos coevos da bacia do Sousa, e que também chegou à do Tâmega, e que procurou monumentalizar os portais, rasgando-os em corpos salientes que lhes conferiam uma maior profundidade. Recordem-se os exemplos de Travanca (Amarante), Paço de Sousa (Penafiel) ou Airães (Felgueiras), só para referir alguns. As colunas, de fuste cilíndrico, são estreitas e elegantes, assim como os cestos dos seus capitéis, aos quais se agarra folhagem relevada, mas sem grande volumetria, que acolhe na sua composição as pérolas que, por estarem alinhadas com as das arquivoltas, criam aqui uma continuidade evidente. O tímpano, assente sobre mísulas decoradas com uma roseta de relevo acentuado, mostra-nos uma cruz incisa, já florenciada. Falando em cruzes, as terminais da nave, na fachada principal e na empena do arco triunfal, apresentam-se muito originais pelo carácter alteado da sua haste, que termina em círculo, onde se insculpe uma cruz pátea.

431



Fachada sul. Nave. Portal.



Fachada ocidental. Portal.





Adro. Pia batismal.

Ainda no exterior, da época românica parece-nos ser, ainda, a pia batismal que se encontra num ângulo do adro ajardinado. A taça e o pé, circulares, são lisos.

O espaço interno da Igreja de Ribas não nos mostra já um espírito românico. Embora o granito dos paramentos seja aparente, impera o trabalho da talha, já policroma e de cronologia recente, como veremos mais adiante. O único elemento que nos fala da época românica é, precisamente, o arco triunfal, monumentalizado por grande sanefa entalhada que respeitou o seu desenho. Como atrás referimos, as suas duas arquivoltas quebradas são decoradas com o motivo das esferas no chanfro. No entanto, há aqui um aspeto digno de nota e extremamente original: repete-se aproximadamente o esquema do portal principal ao nível dos capitéis, embora sem o prolongamento do motivo das pérolas sobre os mesmos. Embora este último não disponha de impostas, no arco cruzeiro vemos, no lado do Evangelho, uma imposta composta por boleado ladeado por esferas, motivo que se prolonga ao modo de friso na parede envolvente, no lado voltado à capela-mor. Já do lado da Epístola, a presença de molduras clássicas leva-nos a supor ter havido aqui uma qualquer alteração na Época Moderna, quiçá durante a campanha que rasgou uma janela retangular na parede da capela-mor, do mesmo lado. Muito original é também o motivo que foi esculpado no fecho da arquivolta interior do arco, no lado voltado à nave, e que julgamos ser uma águia com as asas abertas.



Arco triunfal.



Arco triunfal. Aduelas, impostas e capitéis.



Vista geral do interior a partir da nave.

O MONUMENTO NA ÉPOCA MODERNA

Em 1726 era um pouco diferente a organização espacial do interior da Igreja de Ribas. Conforme nos noticia Francisco Craesbeeck (1992: 361), sabemos que, além das cruzes de sacração e da inscrição que publicou, existia uma “grave pintura da visitação da Senhora, feita pelo famoso Arnaut”⁸. Sobre a Igreja mais nada nos informou este autor. Os dados memorados em 1758 dão-nos mais pistas sobre a organização do espaço interior da Igreja em tempo anterior ao da conceção dos atuais retábulos. Segundo a memória desta freguesia, existia na Igreja paroquial – que tem por “orago Sam Salvador de Ribas” –, quatro altares, a saber: o maior, da invocação do orago e onde se achava o Santíssimo Sacramento, “o segundo hé o da Senhora do Rozario que fica para a parte do Norte, o terceiro hé da Senhora do Valle que fica para a parte do Nascente, o quarto hé do Senhor dos Passos que confronta com o Nascente” (Capela, 2003: 251).

Presentemente mantém-se a disposição dos quatro retábulos, embora as invocações neles venerados tenham sido alteradas e no início do século XX se refira mais um. Efetivamente, já em 1911, aquando da inventariação dos bens imóveis e mobiliário da Igreja, na sequência da Lei da Separação, os títulos divergiam das denominações setecentistas⁹. Para além do altar maior, onde repousavam as imagens do Salvador e da Virgem da Graça, existia o do Sagrado Coração de Jesus (cuja invocação terá substituído a da Virgem do Rosário)¹⁰, o do Sagrado Coração de

⁸ Referia-se Francisco Craesbeeck a Manuel Pinheiro Arnaut, debuxador do século XVII? Veja-se Pamplona (2000: 141).

⁹ PORTUGAL. Ministério das Finanças – Secretaria-geral – Arquivo. Comissão Jurisdicional dos Bens Culturais, Braga, Celorico de Basto, Arrolamento dos bens culturais, Ribas, Liv. 14, fl. 155-157, ACMF/Arquivo/CJBC/BRA/CEL/ARROL/020.

¹⁰ A imagem continuava a venerar-se neste altar, juntamente com a de São Sebastião, ambas em madeira (Idem, *ibid*).

Maria (edificado em substituição do que fora dedicado ao Senhor dos Passos)¹¹, o altar titulado da Virgem do Rosário e outro dito das Dores, devendo este referir-se à capela que foi adossada à parede norte do corpo da Igreja¹². Dentro do conjunto de imaginária que vale a pena destacar, apontamos as esculturas do Santíssimo Salvador (trabalho da primeira metade do século XVIII, de madeira estofada, puncionada e esgrafitada), Senhora do Vale (século XVII, madeira policroma, dourada e puncionada) e Virgem do Rosário (século XVIII, particularmente expressiva da gramática barroca, apenas prejudicada pelos repintes que lhe foram impostos).



Capela-mor. Retábulo-mor do lado do Evangelho. Escultura. Salvador.



Capela-mor. Retábulo-mor do lado da Epístola. Escultura. Virgem do Vale.



Nave. Parede norte. Retábulo. Escultura. Virgem do Rosário.

A nível de talha, cabe ressaltar o bom trabalho dos artífices que edificaram o retábulo maior, de clara fundação e espírito maneiristas, embora profundamente marcado por acrescentos posteriores que se pretendiam revivalistas e buscavam no barroco a sua inspiração ou modelo. De facto, toda a restante ornamentação a nível retabular, das sanefas e do revestimento do arco cruzeiro evidencia uma permanência de estilos que marcou quer o século XIX, quer o século XX, pela mão de artífices locais ou regionais que pretendiam imitar ou recriar sobre padrões conhecidos. Nesse sentido, não podemos considerar os retábulos edificados ao longo do corpo como “revivalismos” por serem obras portadoras de alguma idiosincrasia: aproveitamento de estruturas anteriores, aplicação de pastiche e uniformização do conjunto através de policromia e douramento. A cronologia destas estruturas permite-nos aferir da profunda alteração que o património integrado da Igreja de Ribas sofreu na viragem do século XIX para a centúria seguinte, não obstante a ausência de registos.

¹¹ Neste, para além da imagem principal, veneravam-se as invocações de Santo António e Santa Luzia. Hoje, apenas esta subsiste neste local, sendo acompanhada por Santa Bárbara (Idem, *ibid*).

¹² Construção posterior a 1758, pois neste ano se não refere.



436

Nave. Coro alto e teto.

Merece ainda referência o trabalho do artesado do teto da nave, assim como a balastrada do coro, constituída por balaústres de planta circular, dispostos em três conjuntos de oito, intervalados por quatro balaústres de planta quadrada com ornamentação vegetalista.

No exterior cabe referir a construção da torre campanário, a qual, não obstante revelar-se em desacordo com as dimensões e volumetria da Igreja, é uma estrutura *per si* de boas proporções, desenvolvida ao longo de três registos: um térreo, com porta de acesso e janelão, dois intermédios (o menor, onde se situa o relógio, e o maior, que alberga os sinos) e, finalmente, o do topo, marcado pelo coruchéu em forma de pera. É obra da segunda metade do século XVIII.



Fachada norte. Torre sineira.

AS INTERVENÇÕES CONTEMPORÂNEAS

Por não se encontrar até à data classificada, ao longo do século XX a Igreja de Ribas não foi sujeita a intervenções por parte das entidades estatais competentes. As obras de conservação que foram realizadas em 1970 e em 2000/2001 foram feitas pela própria paróquia. Nas primeiras substituiu-se o soalho da Igreja e nas segundas, de dimensão considerável, foram realizados vários trabalhos de conservação geral da Igreja¹³.

Em 2012, tendo nós procedido à visita a esta Igreja, na companhia da investigadora Paula Bessa, lográmos identificar um conjunto de pinturas murais razoavelmente preservadas, situadas na cabeceira, atrás do retábulo maior. Foi possível distinguir, ao centro, a imagem de um *Salvador* de grandes dimensões (do tipo Cristo Ressuscitado/Salvador), à sua direita a figuração de *Santa Catarina de Alexandria* e à sua esquerda o que pode ser parte da cena da *Anunciação*.

Tendo integrado a Rota do Românico em 2010, a Igreja do Salvador de Ribas conhecerá seguramente uma outra proteção que, cremos, poderá conduzir à sua classificação. [MLB / NR]



Capela-mor. Parede fundeira do lado do Evangelho (atrás do retábulo-mor). Pintura mural. *Anunciação*.



Capela-mor. Parede fundeira do lado da Epístola (atrás do retábulo-mor). Pintura mural. *Santa Catarina de Alexandria*.

¹³ Estes trabalhos incluíram a substituição dos telhados, a recuperação da ala norte, ou seja, das dependências adossadas. Colocaram-se novos vitrais e limpou-se o exterior (cremos nós, os paramentos da Igreja, a julgar pelo tom suave da patine), além de que se arranjou o adro (Dinis, 2001).



CRONOLOGIA

Século XII: existência provável de um eremitério onde se prestava culto ao Salvador;

1220: nas Inquirições de D. Afonso II refere-se a igreja de "São Salvador de Ribas" que não pertencia ao padroado régio;

1258: as testemunhas das inquirições de Afonso III referem que o padroado da Igreja de Ribas era de cavaleiros e certos governadores;

1269: data provável para a edificação da Igreja que subsiste;

1320: a Igreja de Ribas é taxada em 350 libras para auxílio das Cruzadas;

1565: data que a tradição aponta para a exumação do corpo do beato D. Mendo, que aqui teria sido sepultado em 1170;

1726: o único vestígio do culto ao beato D. Mendo é o dente que se usava contra a mordedura de cães danados;

1758: a Igreja tinha quatro altares e não se referem vestígios do claustro e (ou) dependências monásticas;

1878: Pinho Leal diz que parte do mosteiro ainda existia e que servia para residência do pároco;

1970 e 2000-2001: são documentadas obras na Igreja a cargo da paróquia;

2010: a Igreja de Ribas passa a integrar a Rota do Românico.

BIBLIOGRAFIA E FONTES

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de – *Arquitectura românica de Entre Douro e Minho*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1978. Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

_____ – *História da arte em Portugal: o românico*. Lisboa: editorial Presença, 2001.

ALMEIDA, Fortunato; PERES, Damião, dir. – *História da Igreja em Portugal*. Porto: Livaria Civilização, 1971.

BARROCA, Mário – *Epigrafia medieval portuguesa: 862-1422*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.

CAPELA, José Viriato – *As freguesias do distrito de Braga nas memórias paroquiais de 1758*. Braga: [s. n.], 2003.

CARDOSO, Jorge – *Agiologio lusitano*. Lisboa: [na oficina de Craesbeeck], 1666.

CORREIA, António Mendes [et al.] – *Grande enciclopédia portuguesa e brasileira*. Lisboa/Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, 1965. Vol. 25.

COSTA, A. Carvalho da – *Corografia portugueza e descripçam topografica do famoso reyno de Portugal...* Lisboa: Off. de Valentim da Costa Deslandes, 1706-1712.

CRAESBEECK, Francisco Xavier da Serra – *Memórias ressuscitadas da província de Entre-Douro-e-Minho no ano de 1726*. Ponte de Lima: Carvalhos de Basto, 1992.

DAVID, Pierre – *Études sur la Galice et le Portugal du VIe au XIe siècle*. [Coimbra]: Institut Français au Portugal, 1947.

DINIS, António – *Igreja paroquial de Ribas/Igreja de São Salvador* PT010305180030 [Em linha]. Lisboa: IHRU, 2001. [Consult. 26 de maio de 2012]. Disponível em [www: <URL: http://www.monumentos.pt>](http://www.monumentos.pt).

GAIO, Felgueiras Manuel José da Costa – *Nobiliário de famílias de Portugal*. [Braga]: Agostinho de Azevedo Meirelles/Domingos de Araújo Affonso, 1938-1941.

LEAL, Augusto Soares de Azevedo Barbosa de Pinho – *Portugal antigo e moderno*. Lisboa: Livraria Editora de Mattos Moreira & Companhia, 1873-1890.

LEI [da Separação do Estado das Igrejas]. D.G. 92 (1911-04-21) 1619-1624.

LOPES, Eduardo Teixeira – *A terra de Celorico de Basto na Idade Média: inquirições régias*. [S.l.: edição de autor], 2008.

_____ – *O século XVIII nas freguesias do concelho de Celorico de Basto: memórias paroquiais*. Celorico de Basto: [edição do autor], 2005.

MATTOSO, José – *Eremitas portugueses no século XIII*. In MATTOSO, José – *Religião e cultura na Idade Média portuguesa*. 2.ª edição. Lisboa: INCM, 1997.

ORDEM DE CRISTO – *Definições e estatutos dos cavalleiros e freires da ordem de Nosso Senhor Jesu Christo*. Lisboa: na Officina de Joam da Costa, 1671.

PAMPLONA, Fernando de – *Dicionário de pintores e escultores portugueses ou que trabalharam em Portugal*. Barcelos: Livraria Civilização Editora, 2000.

PENOTTO, Gabriele – *Generalis totius sacri ordinis clericorum canonicorum historia tripartita...* Roma: ex Typographia Camerae Apostolicae, 1624.

PORTUGAL. Ministério das Finanças – Secretaria-geral – Arquivo – Comissão Jurisdicional dos Bens Culturais, Braga, Celorico de Basto, Arrolamento dos bens culturais, Ribas, Liv. 14, fl. 155-157, ACMF/Arquivo/CJBC/BRA/CEL/ARROL/020.

SANTA MARIA, Nicolau de – *Chronica da ordem dos conegos regrantes do patriarcha S. Agostinho*. Lisboa: Na Officina de Ioam da Costa, 1668.

VASCONCELOS, Joaquim de; ABREU, Marques – *A arte românica em Portugal: texto de Joaquim de Vasconcellos com reproduções seleccionadas e executas por Marques Abreu*. Porto: Edições Illustradas Marques Abreu, 1918.

GLOSSÁRIO

ADARVE: num castelo, torre de menagem ou fortaleza, caminho estreito sobre o pano de muralha.

ALÇADO: elevação, plano vertical de um edifício. Pode aludir também ao desenho arquitetónico que representa esse plano vertical, ou uma parte dele, à escala das suas dimensões horizontais e verticais.

ALTAR: mesa para os sacrifícios religiosos, levantada ao ar livre ou no interior de casas e templos. No cristianismo, é a mesa consagrada onde se celebra a missa, contendo uma cavidade selada, o sepulcro, com um tampo em pedra, onde são colocadas relíquias. A base do altar evoluiu de diferentes formas: os primeiros cristãos celebravam a missa sobre o túmulo dos mártires. A partir do século IV surge a ornamentação artística que recobre o frontal ou toda a base. Até à época românica o altar só se destinava ao livro do Evangelho e ao cálice, mas, a partir de então, é também nele colocado um grande número de candelabros e cruzes. O altar-mor é o altar principal de um templo, colocado no eixo da nave principal, geralmente ao fundo da capela-mor. Os outros designam-se colaterais ou laterais.

ARCOSSÓLIO: nicho em forma de arco escavado numa parede ou muro de uma igreja contendo um túmulo. É a partir do românico que este se torna corrente na arte ocidental.

BAIXO-RELEVO: escultura geralmente utilizada na decoração arquitetónica, na qual as figuras ficam aderentes à superfície a que se aplicam, apenas sobressaindo em parte do seu volume.

CACHORRADA: diz-se do conjunto de cachorros ou modilhões.

CESTO: coxim de um capitel, ornado de folhagens. O termo aplica-se particularmente ao capitel coríntio, que lembra um cesto de folhas de acanto. Todavia, por extensão, surge também no românico, uma vez que os capitéis deste período artístico, ao nível formal, derivam da adaptação do cesto do capitel coríntio, adaptando assim o seu quadro à nova estética.

COLUNA PSEUDO-SALOMÓNICA: coluna com o fuste espiralado, tendo no seu terço inferior uma hélice diferente da do superior, separadas por anéis. A designação provém do baldaquino de São Pedro do Vaticano, de Bernini, que usou este tipo de coluna inspirado no modelo de colunas torsas conservadas na basílica de São Pedro, em Roma, Itália (primeira capela do lado direito), que, segundo a tradição, seriam provenientes do templo de Salomão, em Jerusalém, Israel.

CONSOLA: sinónimo de mísula.

CORO ALTO: em piso sobrelevado acima da porta principal de acesso à nave da igreja. Local onde se reúne o clero para cantar os ofícios divinos.

ESCÓCIA: moldura de perfil côncavo.

ESTOFADO: revestimento de uma imagem escultórica, geralmente em madeira, com vestes pintadas e douradas. Ação de branquear (por exemplo, com sulfato ou carbonato de cálcio) uma figura talhada ou entalhada para dourar e aplicar sobre ela os panos de ouro. Significa também a ornamentação das vestes das imagens trabalhadas de um modo a imitar tecidos.

FÁBRICA: construção ou estrutura de um edifício. O edifício enquanto se constrói ou fabrica.

FRESTA: abertura estreita num muro ou telhado, para ventilação e iluminação. Janela esguia, estreita e alta.

LACRIMAL: parte saliente da cornija ou pequena moldura saliente de uma parede, que tem por fim evitar que as águas escorram ao longo da fachada do edifício.

MOLDURA: ornato em obras de arquitetura ou carpintaria que consiste na composição de partes salientes e reentrantes, cuja continuidade, segundo as linhas, retas ou sinuosas, através do jogo de luz e sombra, assegura uma junção precisa da forma arquitetónica.

ÓCULO: pequena janela circular ou oval rasgada numa empena, num frontão, etc., para iluminação e ventilação do espaço interior.

PADROADO: direito adquirido pelo fundador de certa igreja e legado aos seus descendentes, que consistia em nomear, ou apresentar ao benefício do mesmo, indivíduo da sua confiança. Ao detentor deste direito, chamado padroeiro, cabia arrecadar alguns dos réditos da igreja e superintender na fábrica da capela-mor.

PATRONO: entidade protetora que preside a igreja, ermida ou capela que a comunidade toma por sua advogada, prestando-lhe menagem religiosa.

PARAMENTO: na arquitetura, é a superfície visível de cantaria bem aparelhada de um muro ou abóbada. Na escultura, designa de forma genérica as vestes ou roupagens das figuras retratadas. Alude ainda às vestes usadas pelos sacerdotes nos ofícios religiosos.

PÉROLAS: ornato constituído por pequenas contas ou grãos esféricos aplicados sobre uma moldura.

PÚLPITO: no mobiliário eclesiástico, designa a tribuna do predicador ou a cadeira do leitor no refeitório dos mosteiros. Adossado a um muro ou pilar, quase sempre na nave central da igreja, a que dá acesso uma escada, é fechado em forma de balcão e, muitas vezes, coroado com um guarda-voz. É tribuna em mármore, pedra ou madeira. Está associado a um conceito de predicação ampla e diretamente apontada a influenciar os fiéis.

RETÁBULO: estrutura colocada sobre o altar ou adossado na parede de fundo por cima deste. Pode ser feito dos mais diversos materiais (pedra, talha, etc.) e ser composto de um número variável de pinturas ou esculturas, geralmente enquadradas por decoração arquitetónica ou escultórica, de acordo com o estilo da época. Inicialmente era constituído por um simples degrau colocado atrás da mesa de altar para a colocação de objetos litúrgicos (como a cruz e os castiçais), devendo ficar baixo para não esconder o padre durante a celebração da missa. No entanto, cresceu rapidamente quando, numa mudança no ritual da liturgia, o padre passou a officiar voltado de costas para os fiéis. Desde então deixaram de haver limitações ao alteamento do remate superior do altar. Diz-se retábulo-mor o retábulo principal de uma igreja, geralmente correspondente à capela-mor.

SACRÁRIO: pequena peça em forma de armário, de igreja, de torre, etc., com porta, para guardar hóstias e relíquias nos altares.

445

SANEFA: estrutura usada na talha joanina, imitando tecidos. Tábua ou cortina curta que suporta cortinados na parte superior.

TORO DIÉDRICO: moldura de secção semicircular convexa, que geralmente surge aplicada na parte inferior da coluna. Torna-se diédrico quando surge encaixado numa aresta viva.

TORRE DE MENAGEM: construção pétreia, mais alta do que larga, edificada primeiramente com funções de defesa. Torre principal de um castelo, último reduto de defesa da guarnição militar. Os exemplares conhecidos têm planta variável e diferente implantação relativamente ao conjunto fortificado.

Fotografia da capa: Igreja de Vila Boa de Quires (Marco de Canaveses). Fachada sul. Nave. Portal. Mísula.

Ficha Técnica

Propriedade

Rota do Românico

Edição

Centro de Estudos do Românico e do Território

Coordenação Geral

Rosário Correia Machado | Rota do Românico

Coordenação Científica

Lúcia Rosas | Departamento de Ciências e Técnicas do Património da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Coordenação da Edição

Gabinete de Planeamento e Comunicação | Rota do Românico

Textos

Lúcia Rosas **[LR]** | Departamento de Ciências e Técnicas do Património da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Maria Leonor Botelho **[MLB]** | Departamento de Ciências e Técnicas do Património da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Nuno Resende **[NR]** | Departamento de Ciências e Técnicas do Património da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Rota do Românico **[RR]**

Fotografia

Digisfera

R. Sousa Santos

Rota do Românico

Design e Paginação

Furtacores – Design e Comunicação

Impressão

Sprint – Impressão Rápida

Tiragem

2000 exemplares

Data de edição

1.ª Edição | Novembro de 2014

ISBN

978-989-20-5243-4

Depósito Legal

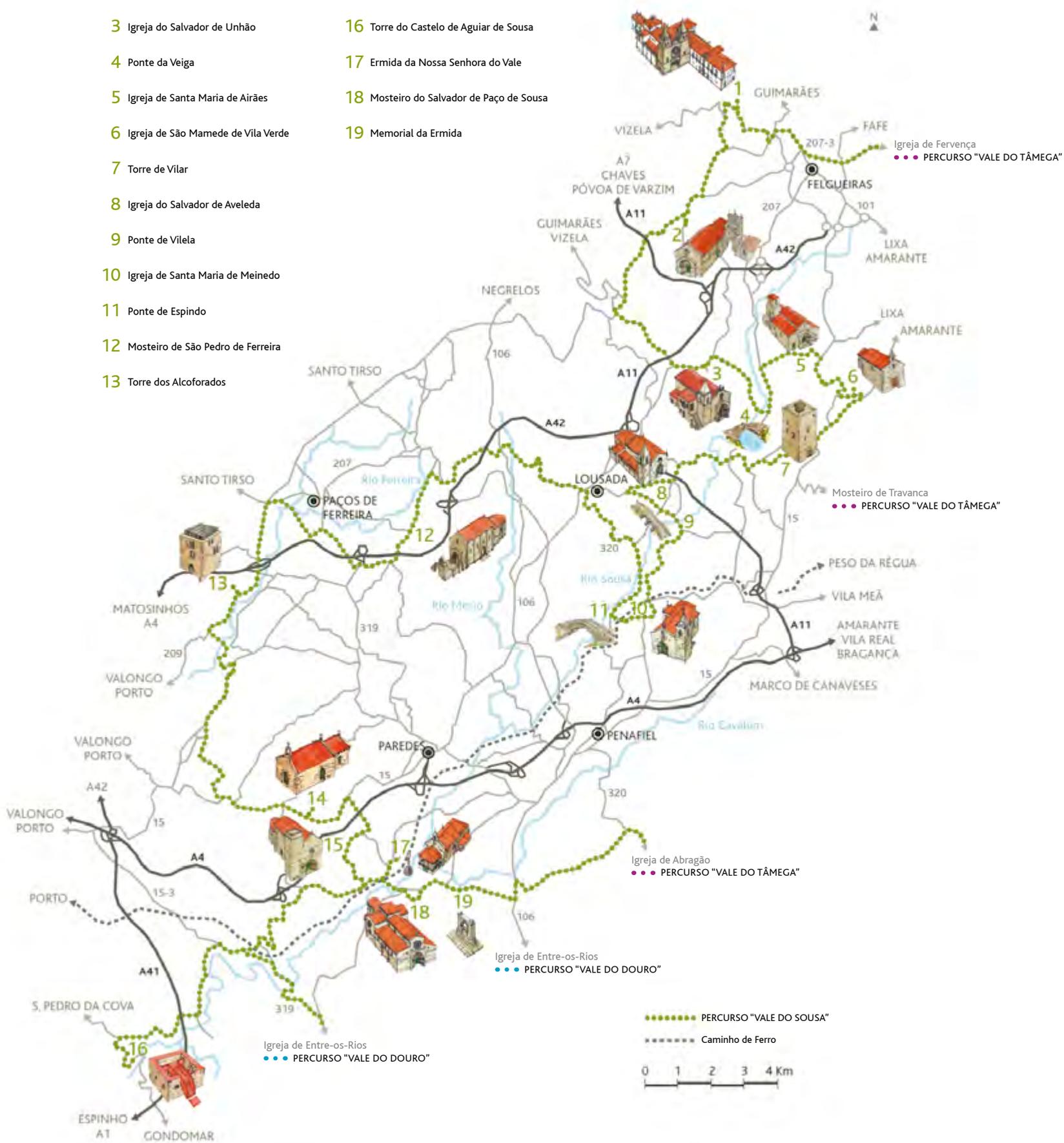
385216/14

Os textos são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

© Rota do Românico
Centro de Estudos do Românico e do Território
Praça D. António Meireles, 45
4620-130 Lousada
T. +351 255 810 706
F. +351 255 810 709
rotadoromanico@valsousa.pt
www.rotadoromanico.com

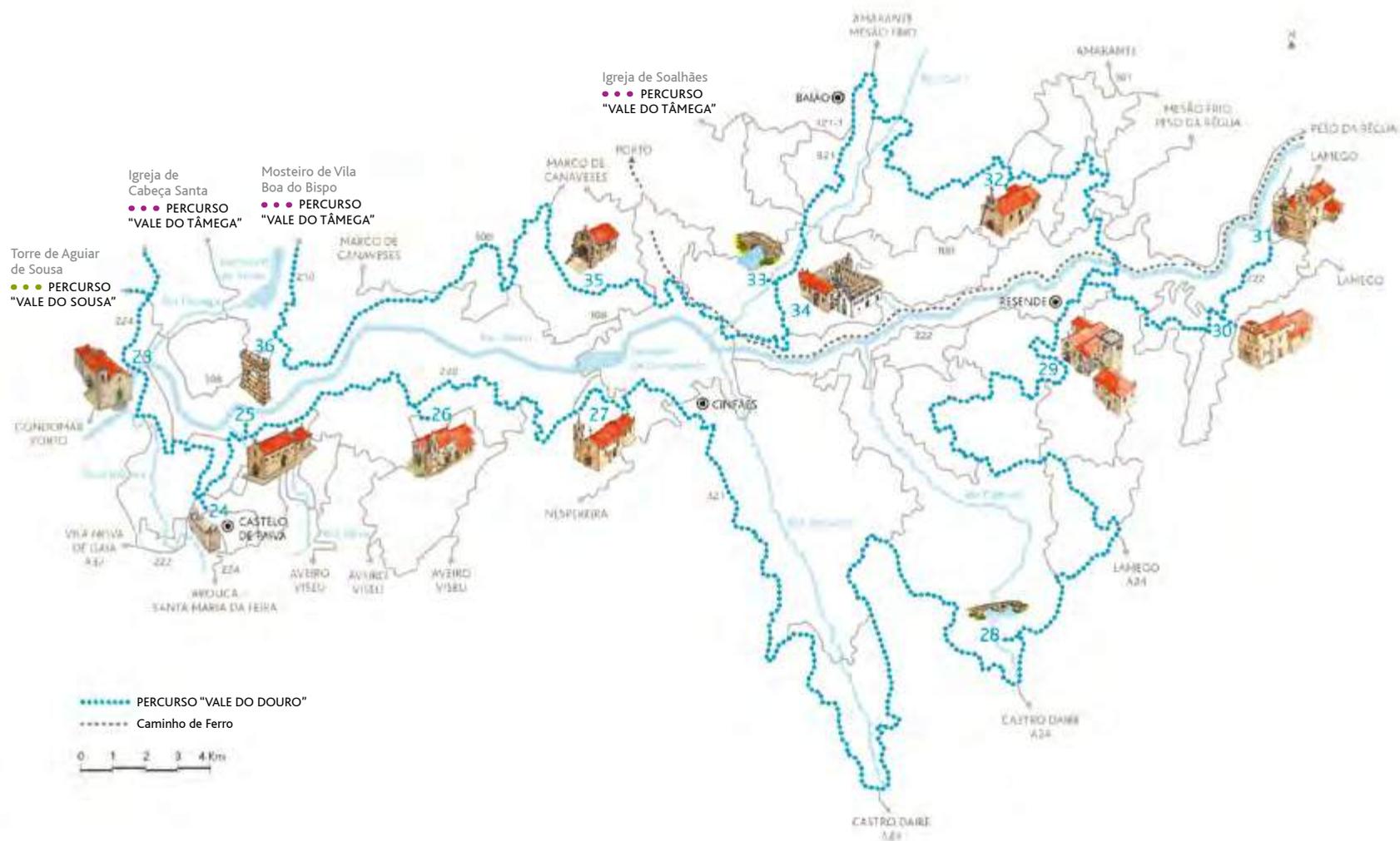
VALE DO SOUSA

- | | |
|---------------------------------------|---|
| 1 Mosteiro de Santa Maria de Pombeiro | 14 Capela da Senhora da Piedade da Quinta |
| 2 Igreja de São Vicente de Sousa | 15 Mosteiro de São Pedro de Cête |
| 3 Igreja do Salvador de Unhão | 16 Torre do Castelo de Aguiar de Sousa |
| 4 Ponte da Veiga | 17 Ermida da Nossa Senhora do Vale |
| 5 Igreja de Santa Maria de Airães | 18 Mosteiro do Salvador de Paço de Sousa |
| 6 Igreja de São Mamede de Vila Verde | 19 Memorial da Ermida |
| 7 Torre de Vilar | |
| 8 Igreja do Salvador de Aveleda | |
| 9 Ponte de Vilela | |
| 10 Igreja de Santa Maria de Meinedo | |
| 11 Ponte de Espindo | |
| 12 Mosteiro de São Pedro de Ferreira | |
| 13 Torre dos Alcoforados | |



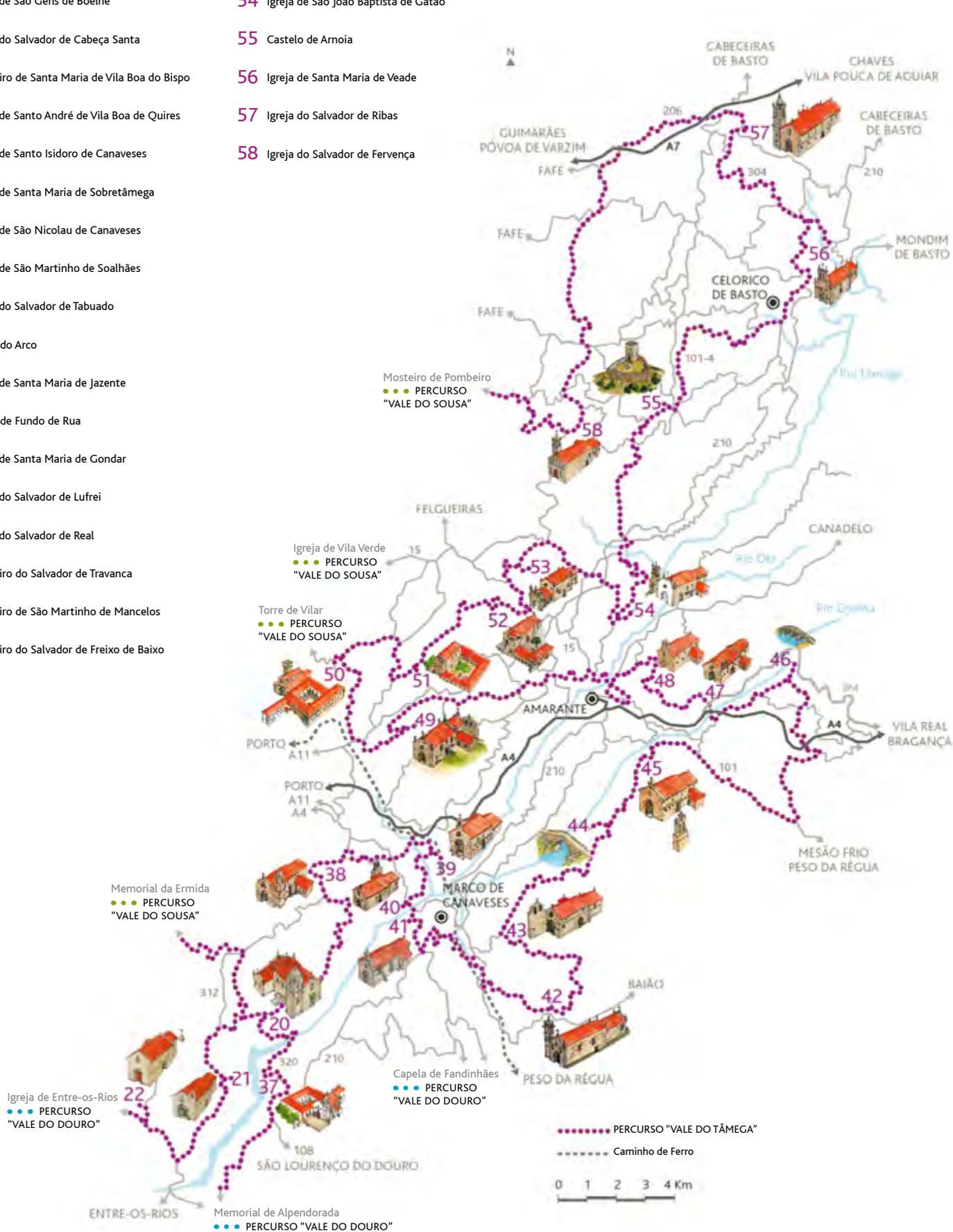
VALE DO DOURO

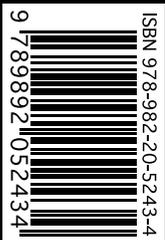
- | | |
|---|--|
| 23 Igreja de São Miguel de Entre-os-Rios | 30 Igreja de São Martinho de Mouros |
| 24 Marmoiral de Sobrado | 31 Igreja de Santa Maria de Barrô |
| 25 Igreja de Nossa Senhora da Natividade de Escamarão | 32 Igreja de São Tiago de Valadares |
| 26 Igreja de Santa Maria Maior de Tarouquela | 33 Ponte de Esmoriz |
| 27 Igreja de São Cristóvão de Nogueira | 34 Mosteiro de Santo André de Ancede |
| 28 Ponte da Panchorra | 35 Capela da Senhora da Livração de Fandinhães |
| 29 Mosteiro de Santa Maria de Cárquere | 36 Memorial de Alpendorada |



VALE DO TÂMEGA

- 20 Igreja de São Pedro de Abragão
- 21 Igreja de São Gens de Boelhe
- 22 Igreja do Salvador de Cabeça Santa
- 37 Mosteiro de Santa Maria de Vila Boa do Bispo
- 38 Igreja de Santo André de Vila Boa de Quires
- 39 Igreja de Santo Isidoro de Canaveses
- 40 Igreja de Santa Maria de Sobretâmega
- 41 Igreja de São Nicolau de Canaveses
- 42 Igreja de São Martinho de Soalhães
- 43 Igreja do Salvador de Tabuado
- 44 Ponte do Arco
- 45 Igreja de Santa Maria de Jazente
- 46 Ponte de Fundo de Rua
- 47 Igreja de Santa Maria de Gondar
- 48 Igreja do Salvador de Lufrei
- 49 Igreja do Salvador de Real
- 50 Mosteiro do Salvador de Travanca
- 51 Mosteiro de São Martinho de Mancelos
- 52 Mosteiro do Salvador de Freixo de Baixo
- 53 Igreja de Santo André de Telões
- 54 Igreja de São João Baptista de Gatão
- 55 Castelo de Arnoia
- 56 Igreja de Santa Maria de Veade
- 57 Igreja do Salvador de Ribas
- 58 Igreja do Salvador de Fervença





App da Rota do Românico